

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

WILNEY FERNANDO SILVA

**A INFLUÊNCIA DO CATOLICISMO NA EDUCAÇÃO DE
PORTEIRINHA/MG (1937-1962)**

**UBERLÂNDIA
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

WILNEY FERNANDO SILVA

**A INFLUÊNCIA DO CATOLICISMO NA EDUCAÇÃO DE
PORTEIRINHA/MG (1937-1962)**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Armino Quillici Neto

**UBERLÂNDIA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586I
2018 Silva, Wilney Fernando, 1979-
A influência do catolicismo na educação de Porteirinha/MG (1937-
1962) / Wilney Fernando Silva. - 2018.
342 f. : il.

Orientador: Armindo Quillici Neto.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Educação.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.305>

Inclui bibliografia.

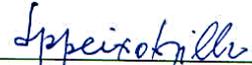
1. Educação - Teses. 2. Igreja Católica - Teses. 3. Igreja Católica -
Educação - Teses. 4. Grupo escolar de Porteirinha (MG) - História - 1937-
1962 - Teses. I. Quillici Neto, Armindo. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Armino Quilici Neto
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



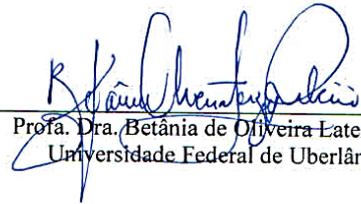
Prof. Dr. José Pereira Peixoto Filho
Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG



Prof. Dr. José Luís Sanfelice
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVAS



Prof. Dr. José Carlos de Sousa Araújo
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Para meus pais, Wilson e Eni; para minha esposa, Gersiane; e para meu filho, Vicente. Meu passado, meu presente e meu futuro.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas e amigos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), por compartilharem o trabalho diário pela educação e pelo desenvolvimento da nossa região.

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), pela oportunidade de realizar o Doutorado em Educação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de estudos durante o período de realização do Doutorado.

Ao professor Dr. Armindo Quillici Neto, este incrível ser humano, um homem de fibra que, com serenidade, conduziu-me a mais uma realização pessoal e profissional. Mais do que um orientador, um grande exemplo de profissionalismo e de ética. Obrigado pela confiança e por tudo, professor.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), especialmente à prof^ª. Dr^ª. Selva Guimarães, ao prof. Dr. Décio Gatti Júnior, ao prof. Dr. Geraldo Inácio Filho, ao prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho e ao prof. Dr. Armindo Quillici Neto, a quem devo hoje a melhor parte da minha formação teórica.

À prof^ª. Dr^ª Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e ao prof. Dr. José Carlos Souza Araújo, que com tanto cuidado leram a versão preliminar deste trabalho, e com suas questões rigorosas e sugestões seguras no Exame de Qualificação possibilitaram o aperfeiçoamento desta pesquisa.

Aos professores Dr. José Pereira Peixoto Filho e prof. Dr. Jose Sanfelice Luis Sanfelice, pela atenção, por terem aceito o convite, comporem a banca examinadora da tese e pelas valorosas contribuições para o texto final da tese.

À prof^ª. Dr^ª Maria Vieira Silva, pela presteza e competência que me atendeu enquanto coordenadora do PPGED. Agradeço, também, aos Técnicos Administrativos da Secretaria do PPGED, James e Gianny, pela cortesia e simpatia no atendimento aos estudantes.

Aos colegas estudantes do PPGED, pela convivência e partilha de saberes e de conhecimentos ao longo de todos os semestres, em especial às colegas Denice Brito, Marilsa Alberto e Jaqueline Calixto.

Aos servidores da Escola Estadual João Alcântara, da Diretoria de Cultura e Patrimônio Histórico de Porteirinha, do Setor Jurídico da Prefeitura de Porteirinha e do Fórum desta cidade, obrigado pela atenção e confiança no meu trabalho. Também agradeço, de forma especial, aos servidores do Fórum, da Prefeitura Municipal e da Câmara Legislativa de Grão-Mogol; da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional (DPDOR/Unimontes), de Montes Claros e aos servidores do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

Aos religiosos que compreenderam a intenção da pesquisa, abriram os baús de memória de suas paróquias e disponibilizaram o acervo histórico. Em especial, os da Paróquia São Joaquim de Porteirinha, da Paróquia Santo Antônio de Riacho dos Machados, da Arquidiocese de Montes Claros e da Paróquia Santo Antônio de Grão Mogol. A todos, obrigado pelo apoio em facilitar o acesso às fontes e tornar possível esse trabalho.

À tia Didi, pelo carinho e pela generosidade e por ter me acolhido em sua casa em Montes Claros para que eu pudesse realizar minha formação inicial.

Aos meus pais, Wilson Ferreira e Eni Mendes, que, em meio a situações difíceis, acreditaram e sempre lutaram comigo em cada etapa da minha formação. Às minhas irmãs, Suiara e Stefânia, pelas palavras de encorajamento. Aos sobrinhos e afilhadas, Letícia, Ítalo, Yasmin, Jairo, Heitor, Ivy e Ana Lua, obrigado pelos sorrisos.

À Gersiane Franciere, minha esposa, por ter me incentivado desde o início a enfrentar esta caminhada. Obrigado pela compreensão, preocupação e pela paciência que teve durante todo esse tempo.

Finalmente, agradeço ao meu filho, Vicente Augusto, que chegou durante a construção deste trabalho. Obrigado pelo carinho, pelos beijos e pelos afagos nos momentos mais necessários.

A todos, meu agradecimento sincero.

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada à linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação e tem como objetivo geral investigar a influência da Igreja Católica na educação em Porteirinha/MG, no período de 1937 a 1962. Sem perder de vista como a concepção de Igreja Sociedade Perfeita chegou e foi disseminada no norte de Minas Gerais e em Porteirinha, analisaremos a influência da Igreja junto à imprensa, à família e à política, importantes espaços nos quais se processa a educação informal. Para compreender a influência da Igreja na educação formal, elegemos como locus do estudo o Grupo Escolar João Alcântara, principal instituição educacional de Porteirinha. O recorte temporal engloba o período entre 1937, quando esse Grupo Escolar foi instalado, a 1962, em que se iniciou o Concílio Vaticano II e, conseqüentemente, o rompimento com a concepção Sociedade Perfeita. O recorte também coincide com o período de maior atuação do padre Julião Arroyo Gallo, figura central na pesquisa, à frente da Paróquia São Joaquim de Porteirinha. A tese defendida no trabalho é a de que o movimento de Romanização no norte de Minas Gerais, no período estudado, promoveu a disseminação da concepção de Igreja Sociedade Perfeita. Esta visão tridentina estimulou, mediante várias estratégias, a ampliação da influência da Igreja Católica na educação em Porteirinha. Deste modo, além de influenciar o espaço público de educação formal, o Catolicismo alcançou o domínio sobre a família, sobre a imprensa e sobre os grupos de poder local. Como método de investigação, propomos a pesquisa bibliográfica, realizada em livros, artigos de revistas científicas, dissertações e teses; e a pesquisa documental, que inclui a consulta e análise de diversos jornais locais e regionais, livros de atas de reuniões das professoras, boletins escolares, livros tombo de algumas paróquias do norte de Minas Gerais, álbum de fotografias, livros de atas das reuniões das associações religiosas da cidade de Porteirinha, documentos oficiais do Estado, como os livros de leis e decretos da Prefeitura de Porteirinha, bem como constituições, leis e decretos de Minas Gerais e do Governo Federal; os documentos da Igreja Católica como encíclicas e cartas pastorais fecham o corpus documental da pesquisa. Como conclusão, constatamos que a disseminação da concepção de Igreja Sociedade Perfeita, em Porteirinha, mediante o movimento de Romanização, aconteceu de forma mais efetiva a partir da criação da Paróquia São Joaquim, em 1941, e da chegada do padre Julião, que contribuiu para o desenvolvimento dos aspectos materiais e espirituais da nova paróquia. A fim de manter sua influência no campo político, a Igreja selou importantes pactos de colaboração com os donos do poder, arregimentou pessoas da sociedade em suas associações religiosas e utilizou a imprensa para influenciar comportamentos e condutas mediante a circulação de jornais, folhetins, livros etc. que disseminavam a doutrina católica e a moralização dos costumes. Essas ações fortaleceram o poder da Igreja sobre a família, sobre os espaços de escolarização e sobre a prática corporal. O Grupo Escolar valorizava e idealizava a dimensão moralizadora do ensino e da ênfase no Catolicismo na sociedade. Concluímos que a formação das crianças tinha como o eixo norteador os ensinamentos da Igreja Católica, e mesmo dentro do espaço público, era indispensável que o ensino e a organização da escola, como corpo docente e discente, programas, planejamento, calendário e projetos, fossem regidos pelo conservadorismo, sob a vigilância e bênçãos da Igreja Católica.

Palavras-chave: Igreja Católica. Influência da Igreja no ensino. Grupo Escolar. Porteirinha/MG.

ABSTRACT

This research is linked to the History and Historiography of Education research line of the Graduate Program in Education and has as general objective to investigate the influence of the Catholic Church in education in Porteirinha/MG, from 1937 to 1962. Without losing sight of as the conception of the Perfect Society Church came and was disseminated in the north of Minas Gerais and Porteirinha, we will analyze the influence of the Church with the press, the family and politics, important spaces in which informal education takes place. In order to understand the influence of the Church in formal education, we chose the João Alcantara School Group, the main educational institution of Porteirinha, as the locus of the study. The temporal clipping includes the period between 1937, when this School Group was installed, in 1962, when the Second Vatican Council and, consequently, the break with the Perfect Society conception. The cut also coincides with the period of greater performance of Father Julião Arroyo Gallo, central figure in the research, ahead of the Parish São Joaquim de Porteirinha. The thesis defended in the work is that the Romanization movement in the north of Minas Gerais, during the studied period, promoted the dissemination of the concept of Church Perfect Society. This Tridentine vision stimulated, through various strategies, the expansion of the influence of the Catholic Church in education in Porteirinha. Thus, in addition to influencing the public space of formal education, Catholicism has achieved dominion over the family, the press, and local power groups. As a research method, we propose bibliographical research, carried out in books, articles in scientific journals, dissertations and theses; and documentary research, which includes the consultation and analysis of several local and regional newspapers, books of minutes of the teachers meetings, school bulletins, fall books of some parishes in the north of Minas Gerais, photo albums, minutes of the meetings of the religious associations of the city of Porteirinha, official documents of the State, such as the books of laws and decrees of the Municipality of Porteirinha, as well as constitutions, laws and decrees of Minas Gerais and the Federal Government; the documents of the Catholic Church as encyclicals and pastoral letters close the documentary corpus of the research. As a conclusion, we find that the dissemination of the concept of the Perfect Society Church in Porteirinha through the Romanization movement took place more effectively after the creation of the São Joaquim Parish in 1941 and the arrival of Father Julião, who contributed to the development of the material and spiritual aspects of the new parish. In order to maintain its influence in the political field, the Church sealed important covenants with those in power, brought together people from society in their religious associations, and used the press to influence behavior and conduct through the circulation of newspapers, serials, books, etc. which spread Catholic doctrine and moralizing customs. These actions strengthened the Church's power over family, schooling, and bodily practice. The School Group valued and idealized the moralizing dimension of teaching and the emphasis on Catholicism in society. We concluded that the formation of the children had as its guiding principle the teachings of the Catholic Church, and even within the public space, it was indispensable that the teaching and organization of the school, as faculty and students, programs, planning, calendar and projects, be governed by conservatism, under the watchfulness and blessings of the Catholic Church.

Keywords: Catholic Church. Church influence in teaching. School Group. Porteirinha/MG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mesorregiões do Estado de Minas Gerais.....	43
Figura 2 - Municípios da mesorregião norte de Minas Gerais.....	43
Figura 3 - Primeiras expedições nas terras brasileiras.....	45
Figura 4 - Caminhos do sertão da América Portuguesa (início do século XVIII).....	55
Figura 5 - Município de Grão Mogol e seus distritos (1924).....	57
Figura 6 - Localização do município de Porteirinha/MG.....	63
Figura 7 - Brasão das armas do município de Porteirinha/MG.....	67
Figura 8 - Primeira página do jornal <i>A Verdade</i> (26 de outubro de 1907).....	91
Figura 9 - Anúncio publicitário do Colégio “Imaculada Conceição”.....	103
Figura 10 - Capa da revista <i>Flor do Lácio</i> (fascículo n. 5, 1945).....	104
Figura 11 - Desfile cívico em Porteirinha/MG, 1942.....	107
Figura 12 - Carta Geographica da Provincia de Minas Geraes, anno 1862.....	134
Figura 13 - Recorte da Carta Geographica da Provincia de Minas Geraes.....	135
Figura 14 - Retiro espiritual dos padres da Diocese de Montes Claros, em 1944.....	140
Figura 15 - Missa campal durante a instalação da Comarca de Porteirinha/MG.....	149
Figura 16 - Padre Julião e autoridades na instalação da Comarca de Porteirinha/MG.....	151
Figura 17 - Recepção de Dermeval José Pimenta pelos alunos do Grupo Escolar.....	178
Figura 18 - Participantes da Pia União das Filhas de Maria de Porteirinha/MG.....	199
Figura 19 - Discurso do deputado Cícero Dumont.....	225
Figura 20 - Procissão do Jesus Crucificado.....	235
Figura 21 - Coroação de Nossa Senhora em Porteirinha/MG.....	253
Figura 22 - Convite do pároco Julião Arroyo Gallo.....	261
Figura 23 - Primeira Comunhão dos alunos do Grupo Escolar.....	268
Figura 24 - Primeira Comunhão.....	269
Figura 25 - Time de voleibol masculino de Porteirinha/MG.....	279
Figura 26 - Time de voleibol feminino de Porteirinha/MG.....	282
Figura 27 - Desfile 7 de setembro de 1955 em Porteirinha/MG.....	285

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População considerada em relação à cor, instrução e religião.....	64
Tabela 2 - População municipal alfabetizada (de cinco anos acima).....	65
Tabela 3 - Dados sobre o ensino primário no município.....	65
Tabela 4 - Principal atividade econômica - segundo os ramos de atividade.....	66
Tabela 5 - Número de ordens masculinas por período de chegada ao Brasil.....	94
Tabela 6 - Número de ordens femininas por período de chegada ao Brasil.....	95
Tabela 7 - Congregações religiosas no Brasil.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Calendário das datas comemorativas do Grupo Escolar João Alcântara.....	249
Quadro 2 - Professoras do Grupo Escolar João Alcântara (1937-1962).....	263
Quadro 3 - Diretoras do Grupo Escolar e formação docente.....	264

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AFGM	Arquivo do Fórum de Grão Mogol
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APM	Arquivo Público Mineiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior
Cl	Livro de Colossenses
Cor	Livro de Coríntios
Dan	Livro de Daniel
DPDOR	Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Unimontes
Ef	Livro de Efésios
Gn	Livro de Gênesis
Hb	Livro de Hebreus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
Jo	Livro de João
LEC	Liga Eleitoral Católica
LSN	Lei de Segurança Nacional
Mc	Livro de Marcos
MES	Ministério da Educação e Saúde
Pe	Livro de Pedro
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRM	Partido Republicano de Mineiro
Rm	Livro de Romanos
SIPS	Serviços de Inquéritos Políticos e Sociais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
CPDOC/ FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA/MG	42
1.1 Aspectos históricos e religiosos do norte de Minas Gerais	42
1.2 Porteirinha, cidade norte-mineira.....	56
CAPÍTULO II – A IGREJA CATÓLICA EM PORTEIRINHA/MG	69
2.1 Alguns marcos para a compreensão da História da Igreja no Brasil	70
2.2 A Igreja Católica e a República Brasileira.....	78
2.3 Os Premonstratenses no norte de Minas Gerais.....	83
2.4 Pela Igreja, na escola: o Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros e a formação das professoras de Porteirinha	93
2.5 A instalação do Bispado norte-mineiro.....	109
2.6 A Igreja em Porteirinha/MG: do Catolicismo popular ao Catolicismo romanizado	121
2.6.1 Religiosidade e o Catolicismo Popular em Porteirinha/MG	127
2.6.2 A Freguesia de São José do Gorutuba.....	133
CAPÍTULO III – GÊNESE, SIGNIFICADOS E INFLUÊNCIA DO CATOLICISMO ROMANIZADO EM PORTEIRINHA/MG	142
3.1 Por uma sacralização da sociedade porteirinhense	145
3.2 A criação da Paróquia de Porteirinha e a Nova Matriz: <i>uma ação política?</i>	162
3.3 Por uma sacralização da política.....	168
3.4 As associações leigas da Igreja Católica em Porteirinha	184
3.4.1 O Apostolado da Oração Sagrado Coração de Jesus: o laicato, o político e Deus. 186	
3.4.2 A Pia União das Filhas de Maria: a figura da mulher norte-mineira	198
CAPÍTULO IV – A EDUCAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO E NO SERMÃO RELIGIOSO	206
4.1 O poder político e o poder espiritual: a legislação educacional e ação política da Igreja Católica	207
4.2 A Trindade Governamental (Vargas, Campos e Capanema): educação e política em Porteirinha/MG	212
CAPÍTULO V – DA MATRIZ DE SÃO JOAQUIM AO GRUPO ESCOLAR: PERCURSOS DE UMA EDUCAÇÃO PARA A MORAL CATÓLICA	229
5.1 O Grupo Escolar João Alcântara de Porteirinha	230

5.1.1 O Ensino Religioso e a educação moral no Grupo Escolar.....	241
5.1.2 O Calendário do Grupo Escolar João Alcântara	248
5.1.3 O Catecismo na escola e a formação da Igreja.....	257
5.2 Visitando a aula de Catecismo	265
5.2.1 Os compêndios do padre Alvaro Negromonte: as bênçãos católicas na renovação educacional.....	270
5.3 A Educação <i>Physica</i> e a formação corporal da infância e da juventude	275
5.3.1 O corpo que energiza a alma e fortalece a fé: esporte e Igreja Católica	286
CONSIDERAÇÕES FINAIS	294
REFERÊNCIAS	307

INTRODUÇÃO

Creio em ti, hóstia santa, até a morte! Quem não crê, brasileiro não é!
(Hino do 3º Congresso Eucarístico Nacional, 1939).

A pesquisa científica constitui um caminho a trilhar. Durante todo o percurso, os caminhos, por serem desconhecidos, apresentam novidades, surpresas e barreiras. Os problemas que despontam nesta desafiadora trajetória me fazem questionar *o que seria do pesquisador sem as dificuldades permanentes, sem o surgimento de novas questões e sem os desafios cotidianos?* Sem dúvida, a mobilidade das questões me coloca em uma situação permanente de reflexão. Pesquisar é, então, desvendar novas trilhas, desbravar caminhos e apontar para novos desafios a serem alcançados.

A temática da História da Educação me encanta. Lopes (2002, p. 7) afirma que “ninguém escapa da Educação”. Provavelmente não há prática social na qual estejamos mais duradouramente inseridos que a educação, individual ou coletivamente. Quer em uma ou em outra perspectiva, trata-se de uma prática social histórica. Possui uma história, que foi ou não escrita. E produz uma história, que poderá ser escrita.

A presente Tese de Doutorado situa-se no âmbito da História da Educação e tem como objetivo investigar a influência da Igreja Católica Apostólica Romana na educação em Porteirinha/MG, no período de 1937 a 1962.

Ao andar pelas principais praças de Porteirinha, cidade hoje com pouco mais de 39 mil habitantes, no norte de Minas Gerais, não é difícil encontrar monumentos católicos: uma estátua em homenagem a Cristo Rei, na Praça Presidente Vargas, que fica próxima à Prefeitura; a estátua do padroeiro da cidade, São Joaquim, na Praça Anfrísio Coelho, em frente à Igreja São Joaquim; e no alto de uma colina, a imponente estátua do Cristo Redentor, com 28 metros de altura, ganha destaque na paisagem. Nos espaços escolares é comum ouvir a professora pedir aos alunos para rezarem a oração do *Pai Nosso*, dita universal. Também encontramos nestes espaços, afixados na parede, crucifixos, além de um exemplar da bíblia ou uma imagem de um santo em um local de grande visibilidade. Todos estes símbolos religiosos, de certa forma, integram-se à paisagem cotidiana e representam o poder secular da Igreja sobre o comportamento humano e sobre o domínio do espaço social.

Ao fazer uma análise mais acurada desses elementos característicos da cidade, percebo que eles representam o triunfo de uma concepção de Igreja que se fortaleceu e se enraizou historicamente dentro do espaço público, mais precisamente do espaço escolar. Esse exercício de análise fez com que nascesse em mim o desejo de desenvolver um trabalho com esta

temática. Durante o mestrado pesquisei a Escola Normal de Porteirinha, nos anos de 1960 a 1970, com ênfase na formação das professoras primárias. Com o estudo percebi que a influência da Igreja Católica naquele espaço era grande, no entanto, pelo pouco tempo que um mestrado dispõe, não tive oportunidade de aprofundar nessa questão. Realizo, portanto, no doutorado, este desejo.

Assim, esta pesquisa tem como ponto de partida inquietudes profissionais, e justifica-se por dois motivos: o primeiro diz respeito ao lugar, pois sou professor e norte-mineiro, e gostaria de contribuir com um trabalho capaz de captar e explicar por meio do conhecimento histórico o modo como a sociedade de Porteirinha daquela época educava as crianças, o que a escola ensinava e quais eram os conteúdos e projetos desenvolvidos. Estou interessado, também, em entender como outros canais educativos, como imprensa e a família, educavam os homens e as mulheres. A partir dessas questões, iniciei uma pesquisa exploratória na primeira escola da cidade e percebi que muitos valores e elementos da doutrina católica se faziam presentes. O segundo motivo é o grande desejo de contribuir para a História da Educação brasileira com um trabalho sobre a influência da Igreja Católica na educação em Porteirinha, durante o período de 1937 a 1962. É o primeiro estudo sobre esta temática nesse espaço interiorano de Minas Gerais, sendo, portanto, um trabalho inédito.

A Igreja Católica, visando reafirmar sua presença na sociedade, nos anos 1930 a 1960 passou a exaltar o princípio de autoridade. Era mediante a organização de um Estado forte e estável que a hierarquia vislumbrou o melhor caminho para restabelecer também sua autoridade no Brasil. A Igreja¹ ampliou sua estratégia por meio da ação do episcopado e de eventos que evidenciassem a presença da fé católica para manter a sua influência.

O refrão do hino do 3º Congresso Eucarístico Nacional, realizado em 1939, era entoado pelos cristãos, e proclamava com vibração as aspirações da hierarquia. O trecho apresentado evocava o propósito maior da Igreja Católica para o país: afirmar e fortalecer sua presença na sociedade brasileira. Assim, na medida em que avançava a experiência republicana e os ideais liberais, o Catolicismo perdia a hegemonia junto ao antigo regime.

Deste modo, a Igreja passou a se preocupar em afirmar o seu prestígio na sociedade, visando obter uma maior aceitação dos princípios cristãos por parte da população brasileira. De acordo com Azzi, a Igreja atuou de modo especial junto às lideranças do país, nos campos político, militar e intelectual. “Os bispos julgavam que o Brasil se tornaria uma nação plenamente católica em suas estruturas e suas leis” (AZZI, 1979, p. 69). Matos escreve que a

¹ Quando citamos o termo *Igreja* estamos nos referindo, especificamente, à Igreja Católica Apostólica Romana.

Igreja organizou sua reação a este movimento para “restituir o Brasil a Cristo e Cristo ao Brasil” (MATOS, 1990, p. 20).

De fato, homens, mulheres, jovens e crianças foram arregimentados; políticos, professores e jornalistas foram motivados a fazer parte da Igreja, ou seja, um grupo letrado capaz de lutar junto à hierarquia católica e fazer militância em todos os segmentos da sociedade, sobretudo no campo da educação, em prol de ampliar a influência da Igreja em Porteirinha e em toda a região norte-mineira.

Ao refletir sobre a delimitação temporal das pesquisas, Lopes e Galvão (2005, p. 46) escrevem que “a periodização deve ter seus marcos na lógica do próprio objeto que se está pesquisando. Apropriar-se de marcos meramente políticos ou econômicos de uma suposta história mais geral nem sempre tem funcionado para explicar os fenômenos educativos”. Deste modo, concordando com a afirmativa destas autoras, foram selecionados dois marcos no estudo: o primeiro inicia-se em 1937, ano de instalação do Grupo Escolar João Alcântara, principal instituição educacional de Porteirinha e objeto de pesquisa da tese. O segundo marco fecha a pesquisa com o ano de 1962, ano que marca o início do Concílio Vaticano II² e o fim da Concepção de Igreja Sociedade Perfeita.

O período também coincide com a época de maior atuação do padre Julião Arroyo Gallo à frente da paróquia de Porteirinha. Acredito que este religioso representou uma das figuras centrais no estudo; Extremamente doutrinário, chega à cidade em 1941, articula-se com os poderes político, social e educacional e, ao estruturar a paróquia, refaz e insere uma nova roupagem às práticas do Catolicismo de então. Enfim, Julião foi um intelectual que recebeu uma educação melhor do que grande parte da população local e foi uma das poucas pessoas que deixou escrito diversos textos localizados em jornais, livros institucionais da Igreja e manuscritos acerca dos aspectos sociais, políticos, culturais e educacionais da região.

Importante ressaltar que estes pilares cronológicos do estudo não proíbem uma ambientação histórica mais ampla, uma vez, também, que se faz necessária em razão mesmo da presença secular da Igreja Católica na história brasileira. Deste modo, é preciso sublinhar que a temática desenvolvida na tese é perene e atual. Questões como Ensino Religioso nas

² O Concílio Vaticano II da Igreja Católica foi convocado no dia 25 de dezembro de 1961, por meio da bula *Humanae Salutis* do papa João XXIII. Este papa inaugurou-o no dia 11 de outubro de 1962. Segundo Azzi (1977a), as determinações do Concílio Vaticano II visaram ampliar a participação leiga na Igreja resultando, por exemplo, na criação das Comunidades Eclesiais de Base. “A concepção de Igreja Povo de Deus foi sendo paulatinamente elaborada, tendo em vista a colaboração do laicato católico com a hierarquia e abertura da Igreja Católica para o aspecto social” (AZZI, 1977a, p.131). O Concílio, realizado em 4 sessões, só terminou no dia 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI.

escolas públicas e laicidade chegam aos dias de hoje e são discutidas nas câmaras legislativas, no senado, nos debates político-educacionais etc. No dia 27 de setembro de 2017, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal decidiu o que há tempos já acontece nas escolas: está permitido Ensino Religioso. Da mesma forma, aqui e acolá, legisladores colocam em apreciação projetos denominados “Escola sem partido”, que são propostas de implantar uma escola onde o senso crítico é abolido em nome de uma suposta neutralidade de abordagem dos professores sobre o conteúdo. Enfim, vejo, portanto, como o Brasil ainda esteja longe de ser uma nação laica.

É indispensável abordar a historicidade da fonte, e uma fonte tão repleta de informações nunca poderia ser ignorada; pelo contrário, foi fundamental para descortinar o passado e ajudar a escrever parte da história da educação da região. No entanto, enquanto tal, toda fonte religiosa (um discurso, um documento ou uma fotografia), conforme afirma Araújo (2010, p. 84), “é testemunho de vivências religiosas, tanto para uma dada coletividade do passado ou do presente, como para o historiador”. E sua propriedade de ser religioso não deve inibir a quem empreende uma análise. Deste modo, foi preciso “filtrar” o conteúdo das fontes religiosas, pois ali o discurso religioso, carregado de “vestimentas sagradas”, está presente a todo o momento. Ponderando sobre o uso das fontes religiosas, Araújo afirma que:

Não devemos submetê-las a métodos que desestremem o seu estatuto próprio. A análise de um discurso religioso não pode desfigurá-lo. É preciso permitir que o documento fale, a fim de que sua identidade seja mantida; e não que se fale sobre ele. É mister não desfigurá-lo, mas tão somente constituí-lo como componente da história social (ARAÚJO, 2010, p. 84).

Na pesquisa, entendo que o termo *educação* está direta e intimamente relacionado com a realidade humana. Assim como não é fácil dizer em que consiste o homem, também resulta a difícil tarefa de conceituar a educação. Isso porque a relação implica outras questões como: *educar para quê? Para qual sociedade? Que homem será formado?* E quando se define, ou seja, quando se afirma algo, podem-se excluir elementos que, com certeza, não deveriam ficar de fora da compreensão, tanto do ser humano, como da educação. Não obstante, é sempre necessário buscar compreender de forma profunda e o mais amplamente possível a educação, o que não exige de procurar conceituá-la.

A definição que expressa mais plenamente a concepção de educação neste trabalho é a enunciada pelo professor Saviani (2009, p. 19) quando afirma que a “educação é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Para este autor, a escola, sendo a forma mais desenvolvida de educação, é a chave para se compreender as outras formas educativas. Desta maneira, quando

se fala em educação, todos logo pensam na escola, e vice-versa. Isso é tão forte que, quando queremos falar de algum tipo de educação que não seja a escolar, precisamos alertar as pessoas dizendo explicitamente que não é somente da escola que estamos querendo falar. Assim, peço ao leitor que esteja atento à finalidade do conceito educação nesta pesquisa, além da escola, ele se processa em espaços diversos e não-formais, como nas igrejas, na família e na imprensa. Ou seja, o ambiente educacional ultrapassa os muros das instituições escolares e, conseqüentemente, a educação deve ser percebida de forma ampla e multifacetada.

Os conceitos utilizados por Gohn (2006) esclarecem a temática ao considerar os termos *educação formal* e *não-formal* enquanto formas de se aprender. O termo *educação não-formal* é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal.

Na *educação não-formal*, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais. Os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização na família, na igreja ou no local de culto a que se vincula sua crença religiosa, no bairro, no clube, com amigos, e é carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas (GOHN, 2006, p. 3, grifo nosso).

A *educação formal*, por seu turno, pressupõe ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente, e os espaços de aprendizagem são os do território das escolas. Ainda de acordo com a autora, a educação não-formal ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente. Há uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Por isso, ela trabalha com coletivos e se preocupa com os processos de construção de aprendizagens e saberes coletivos. Pode-se concluir, portanto, que toda proposta educativa contém uma concepção de mundo e de conhecimento, e conseqüentemente de sociedade e de homem, como bem preconiza Saviani (2005).

Araújo, em sua obra *Igreja Católica no Brasil - um estudo de mentalidade ideológica*, publicada em 1986, afirma que “poucas instituições, ao longo da história, não sucumbiram aos efeitos erosivos do tempo. Dentre elas, a Igreja Católica conseguiu um moroso e enorme poder de resistir e adaptar-se às mudanças da sociedade” (ARAÚJO, 1986, p. 11). Durante a Idade Moderna e Contemporânea, ela pôde centralizar ao redor de si quase toda a realidade social, usando para controlá-la seus paradigmas medievais. Por isso mesmo, a Igreja Católica tornou-se parte fundamental e intrínseca da história ocidental.

Junto com esse processo de resistência conservadora por parte da Igreja, o mundo, sobretudo o ocidental, deixou-se secularizar: manifestações de uma paulatina consciência de autonomia, de uma confiança cada vez mais significativa nos dados científicos, aparecem com mais intensidade aqui e acolá, em oposição ao sagrado (ARAÚJO, 2010).

Essa batalha entre o profano e o sagrado, em âmbito católico, começa pelo Renascimento, passando pelas divergências religiosas (via Reforma e suas sequelas), pelo desenvolvimento do capitalismo (via Revolução Industrial) e pelo Liberalismo (via Revolução Francesa), além do cientificismo do século XIX e de algumas outras teorias de alcance profundo na mentalidade do homem contemporâneo, por exemplo, o Positivismo e o Marxismo. “Estes movimentos, evidentemente, como já dissemos, farão a Igreja resistir, mas, também, adaptar aos novos tempos” (ARAÚJO, 2010, p. 83).

Araújo (1986, p. 48) afirma que “é a *concepção de Igreja*³ que dita toda a tonalidade da atividade de ação da hierarquia católica”. As duas primeiras concepções de Igreja merecem relevo aqui. A primeira concepção, a Cristandade, desenvolveu-se durante a Idade Média e foi fruto da própria relação entre a Igreja Católica e a sociedade europeia. A Idade Média talvez seja um dos períodos em que a Igreja e a sociedade estiveram mais ajustadas. Para Bruneau (1974, p. 30), “a premissa-chave do modelo de Cristandade é a integração da Igreja e Estado”. Tal modelo de influência implica que a Igreja Católica seja a religião oficial do Estado e que os interesses da Igreja e do Estado sejam um só. Ou seja, que os projetos se unam no sentido de criar uma civilização cristã. Esta concepção traz duas consequências: “a primeira é a ausência do conceito de Estado na Idade Média. [...] A segunda diz respeito à Igreja, pois ela perde sua identidade eclesial e sua consciência de si, sua compreensão se misturam e se diluem na sociedade como um todo” (ARAÚJO, 1986, p. 52).

A Idade Moderna já traz marcas diferentes. O Concílio de Trento⁴, realizado entre 1545 e 1563, reelabora a concepção medieval e a atualiza para facilitar a convivência entre Igreja e

³ As três concepções de Igreja são: *Cristandade* (permaneceu durante toda a Idade Média), a *Sociedade Perfeita* (iniciou no Concílio de Trento, vigorou de 1563 a 1965); e *Povo de Deus* (iniciou com o Concílio Vaticano II, vigora de 1965 até a presente data).

⁴ Segundo Jedin (1961, p. 140), o Concílio de Trento, convocado pelo papa Paulo III, e realizado em 1545 a 1563, foi reformador diante dos inúmeros problemas internos que grassavam a instituição Igreja Romana, problemas estes que foram potencializados pelo advento das igrejas protestantes oriundas das reformas religiosas do século XVI. Em contraposição aos pontos que foram objeto de rompimento das novas religiões cristãs, a Igreja Romana reafirmou a sua hierarquia, reafirmou o comando absoluto do papa, reafirmou todos os sacramentos como substanciais à vida dos cristãos, reafirmou, em síntese, sua teologia que fora inicialmente formalizada na Idade Média. O concílio condenou a doutrina protestante da justificação pela fé, proibiu a intervenção dos príncipes nos negócios eclesiásticos e a acumulação de benefícios; também definiu o pecado original e declarou, como texto bíblico autêntico a tradução de São Jerônimo denominada *vulgata* (popular, ou de uso popular, em latim). Os sete sacramentos foram mantidos, assim como o celibato clerical, indissolubilidade do matrimônio, o culto dos santos

sociedade. A segunda concepção, chamada Sociedade Perfeita, foi elaborada mais propriamente por decreto; ela não se culturalizou⁵ como a primeira.

A Sociedade Perfeita emergiu no cenário da história, engendrada para a Igreja se autojustificar e defender-se de uma sociedade religiosamente dividida (Reforma Protestante); politicamente mais autônoma, pelo menos em relação à Igreja Católica; economicamente, sob os impulsos de um capitalismo tímido, mas emergente; culturalmente banhada pelos ideais do Renascimento, veiculador de humanismo adverso ao católico. Por isso aparece a Igreja como Sociedade Perfeita para concorrer com o descortinar da nova sociedade (ARAÚJO, 1986, p. 49).

Na concepção Sociedade Perfeita, a Igreja é uma sociedade juridicamente perfeita. Conforme o papa Leão XIII, em sua encíclica *Immortale Dei* (Sobre a Constituição Cristã dos Estados), de 1885, esclarece esta concepção de Igreja ao afirmar que “Deus dividiu, pois, o governo do gênero humano entre dois poderes: o poder eclesiástico e o poder civil; aquele preposto às coisas divinas, este às coisas humanas. Cada uma delas no seu gênero é soberana; cada uma está encerrada em limites perfeitamente determinados” (LEÃO XIII, 1885, p. 9). No entanto, é fundamental para compreender a concepção, a seguinte passagem: “com o fim a que a Igreja tende é de muito o mais nobre de todos, assim também o seu poder prevalece sobre todos os outros poderes, e de modo algum pode ser inferior ou sujeito ao poder civil” (ibidem, p. 9). Deste modo, o pensamento tridentino condiciona a missão da Igreja na linha da salvação eterna; ele se preocupa com as almas dos homens. Já ao Estado cabe o corpo, aquilo que é humano, material. A imagem que a Igreja faz de si mesma é a de poder espiritual prevalecente, paralelo e independente do poder civil; ou seja, prevalecia o poder. Ao Estado compete a orientação política e econômica da nação; à Igreja, a orientação espiritual (ARAÚJO, 1986).

e relíquias, a doutrina do purgatório e as indulgências. A Igreja Romana, reunida em Trento, decidiu que seus padres, para dar conta de toda uma revitalização de seu poder, tinham que ser instruídos, melhor preparados para continuar seu magistério juntos aos católicos e tentar angariar de volta para as colunas papistas aqueles que se rebelaram. Assim, recomendando-se a criação de escolas para a preparação dos que quisessem ingressar no clero, denominando-as seminários. O Catecismo do Santo Concílio Tridentino, ou Catecismo Romano, representa para a cristandade ocidental um manual de ensino dos verdadeiros dogmas da Igreja, cujo objetivo era o de formar na mentalidade dos cristãos os valores educacionais e práticos formulados no século XVI e a assimilação das reformas internas da Igreja realizadas em Trento.

⁵ “A Cristandade durou séculos até atingir o seu auge com o papa Inocêncio III (1189-1216), quando o Ocidente repousava sobre princípios religiosos, e o papado devia tornar-se seu tutor. As duas ideias-força: o papa *imperator* na posse ilimitada da plenitude de poder e a Igreja *imperium* no mais forte sentido da palavra. Foi a idade de ouro da época medieval e a integração do mundo ocidental nas estruturas da instituição eclesial. Cristianizou-se toda a sociedade. Tornou-se a Igreja fonte de todas as tradições políticas e jurídicas, de toda educação, de toda cultura, de toda técnica. Era ela quem formava e dominava o Estado e quem regulamentava a ciência, a arte, a família e a sociedade, a economia e o trabalho, e tudo isso dentro do seu espírito” (ARAÚJO, 1986, p. 50-51).

A oficialidade da Igreja diante do Estado não é mais reclamada, porém deveria haver uma colaboração entre os dois poderes. O entendimento de ambos é um valor que deve ser preservado. Isso, a fim de que o Estado possa, o quanto possível, ser suporte ou, pelo menos, facilitar à Igreja o livre exercício de sua missão religiosa, que é o seu objetivo. Para fechar a definição da concepção Sociedade Perfeita, “a Igreja lutará pela defesa dos seus direitos como poder espiritual que é prevacente sobre os outros poderes. Sua atividade terá uma característica apologética quanto às outras religiões, como também em relação ao positivismo, a maçonaria etc.”, esclarece Araújo (1986, p. 79).

Em termos de História do Brasil, o país foi “descoberto” na encruzilhada de renovação das concepções de Igreja, ou seja, na transição das novas ideias sobre a Igreja. A expectativa era renovadora, porém o estilo da Cristandade do Velho Mundo se desenhou com mais clareza no Novo Mundo. Isso porque não se pode afirmar que a pureza da Cristandade aqui tenha se implantado. A organização social brasileira não se inspirou em uma Igreja como uma sociedade global, mas viveu sob a tutela do Estado e subordinada ao poder régio. Embora a concepção de Cristandade estivesse aqui presente, ela não se tornou uma realidade efetivada historicamente.

Segundo Bruneau (1974), a colonização do Brasil foi uma aventura conjunta do Estado de Portugal e da Igreja Católica. Junto à espada ia a cruz e, de fato, a colônia foi originariamente chamada Terra de Vera Cruz. Nesse período, a expansão dos poderes ibéricos tinha uma combinação de motivos econômicos, políticos e religiosos, ou seja, “o imperialismo português estava ligado à conquista de mercados, terras, escravos e de almas” (FREYRE, 2004, p. 249).

A base legal para o controle do Estado sobre a Igreja foi a série de bulas papais que concediam Padroado aos reis de Portugal. Hoornaert conceitua o Padroado

como uma forma típica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal. Unindo os direitos políticos da realeza aos títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses exerciam ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal. Assim, a Igreja delegava aos monarcas a administração e a organização da Igreja Católica nos territórios de domínio lusitano. O rei mandava construir igrejas, nomeava os padres e os bispos, sendo estes depois aprovados pelo papa (HOORNAERT, 1979, p. 81).

Assim se estabeleceu a Igreja Católica no Brasil, sem uma instituição central que desse direção e coerência ao corpo, e com todas as estruturas integradas ao Estado. Nacionalmente fraca, várias partes da Igreja simplesmente se tornaram intimamente relacionadas com outras instituições ou grupos sociais, tais como a família, ou clã rural, e as irmandades urbanas. Nessa base, não se poderia esperar que emergisse um corpo de doutrina e de crença puro e conciso,

de modo que, o que foi decretado no Concílio de Trento, pouca relevância tinha para o Brasil (BRUNEAU, 1974).

Durante o período imperial, pouca coisa mudou. O poder régio de Dom Pedro I, ou seja, o Regalismo⁶ “manteve a Igreja Católica ainda sob a tutela do Estado e o Catolicismo como religião oficial” (HAUCK, 1980, p. 21). Por outro lado, o século XIX, na Europa, foi o século do embate da Igreja Católica contra o avanço das mudanças marcadas pelo Liberalismo, Positivismo e pelo progresso da secularização. Nele, a sociedade ligava-se cada vez mais aos ideais laicistas, evocados pela instalação do Estado Moderno, pela Revolução Francesa e pelos ideais iluministas, marxistas, evolucionistas e positivistas. Após a Revolução, a Igreja Católica Romana teve que sair para o “combate”. A estratégia utilizada para isso foi promover um alinhamento institucional e doutrinário das Igrejas nacionais às orientações da Santa Sé, movimento conhecido como Ultramontanismo.

O Ultramontanismo, do latim *ultramontanus*, em termos geográficos, significa “além das montanhas”, especificamente, para além dos Alpes de quem está na França ou na Alemanha. “A origem do termo se encontra na linguagem eclesiástica medieval, que denominava de ultramontano todos os papas não italianos que eram eleitos” (SANTIROCCHI, 2010, p. 24). O Ultramontanismo surge precisamente do lado francês na primeira metade do século XIX e se refere à doutrina política católica que busca em Roma a sua principal referência. Além disso, reforça e defende o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé.

De acordo com a *Enciclopedia Filosofica* (1979, p. 442), do *Centro di Studi Filosofici di Gallarate/Itália*, o Ultramontanismo foi um termo usado fora da Itália para designar “a doutrina de ação das teses e interesses da Igreja de Roma, tanto nas relações teológicas e jurisdicionais com as igrejas nacionais, como nas relações políticas com os Estados, especialmente nas questões pertinentes à matéria religiosa”.

[...] No que se refere ao u. [Ultramontanismo], é necessário discernir três aspectos que num mesmo evento histórico aparecem misturados e indistintos: o *jurisdicional*, o *doutrinário* e o *político*. O aspecto jurisdicional se apresenta para sustentar a autoridade do papa sobre os bispos e as igrejas nacionais; o aspecto doutrinário se embasa no princípio, que se tornou dogma em 1870, da infalibilidade papal. Esses dois aspectos serão ligados à tese da supremacia do papa sobre o concílio. [...] O aspecto político manifesta-se, principalmente, em oposição à subordinação das igrejas nacionais aos respectivos estados ou soberanos e, também, na reivindicação das funções de um poder político por

⁶ Segundo Saviani (2013, p. 178), “o *Regalismo* no Brasil, foi inaugurado em 1827, pela Bula *Praeclara Portugalliae*, de Leão XII, que concedeu a Dom Pedro I o reconhecimento formal dos tradicionais poderes do Padroado para si”.

parte da Igreja Católica e do papa (ENCICLOPEDIA FILOSOFICA, 1979, p. 442, tradução nossa).

O Ultramontanismo pretendia contrariar a Igreja Galicana que tornava a Igreja na França um departamento do Estado. Este movimento também aconteceu em outras partes da Europa: o Josefinismo, na Áustria; o Febronianismo, na Alemanha; e o Conciliarismo, que subordinava a autoridade do papa ao de um conselho de bispos. Isso quer dizer, *se na França a população está laicizada, secularizada, “desviada”, qual seria a diretriz?* Utilizar a ultramontana, ou seja, adotar a diretriz do chefe da Igreja, o papa. O aspecto jurisdicional do termo afirma que todas as autoridades políticas foram criadas pelo poder do papa, que detém toda fonte de comando. Note que este poder foi abalado, primeiramente, pela Reforma Protestante, e, no segundo momento, pela Revolução (Francesa, Industrial e Iluminista). Uma vez abertos os canais de questionamento da autoridade, o problema não teria mais fim. Daí a estratégia da Igreja em justificar a necessidade de um poder incontestado para controlar a sociedade católica: o sumo pontífice.

A partir dessa ótica, é compreensível que se tenha difundido uma eclesiologia que fortalecia sua função e suas prerrogativas. O papa será considerado, praticamente, como a fonte dos ensinamentos da Igreja e como a autoridade da qual emanavam, de modo indiscutível, todas as decisões. Essa centralização, na prática, levou a uma intervenção mais sentida das congregações romanas, na vida de cada diocese e na uniformização da disciplina eclesiástica, afirma Santirocchi (2010).

Voltando ao Brasil, durante este período, evidentemente, o ultramontanismo não chegou. Havia uma maçonaria forte e um Regalismo poderoso que o impediam entrar. Esta situação perdurou até o fim do século XIX, quando foi assinado o Decreto n. 199-A, de 7 de janeiro de 1890, pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, que deixou a Igreja Católica estupefata, pois declarava a liberdade religiosa; extinguiu-se o Padroado de quase quatrocentos anos; as confissões religiosas foram civilmente reconhecidas como entidades jurídicas; e ficava proibido “criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas” (BRASIL, 1890, p. 1). A constituição republicana de 1891 veio apenas confirmar este espírito de reformulação política e religiosa projetada nos idos da segunda metade do século XIX, culminando na implantação da República, em 1889.

Conforme estudos de Araújo (1986), “a esta altura, ocorre uma volta às fontes eclesiásticas romanizantes promovidas pela Santa Sé. E o Vaticano só tinha a oferecer a visão

tridentina”, ou seja, a concepção da Igreja Sociedade Perfeita. Iniciava-se, no Brasil, um movimento promovido pela hierarquia episcopal e pela Igreja Romana que na Historiografia Eclesiástica ficou conhecido como *Romanização* da Igreja brasileira.

Toda essa incursão histórica é importante para compreender a categoria de análise *Romanização*, que será central na tese. Seu entendimento é fundamental para apreender as diversas estratégias utilizadas pela Igreja Católica para influenciar a educação em Porteirinha/MG, nos anos 1930 a 1960. Segundo Wernet (1987, p. 180-181), “o termo romanização foi criado pelo padre e historiador alemão Johann Joseph Ignatz Von Döllinger⁷ (1799-1890), em sua obra *O Papa e o Concílio*, de 1877”.

A partir de 1950, com a intenção de fazer uma análise histórica e sociológica da Igreja Católica no Brasil, alguns estudos acadêmicos retomaram o termo Romanização. Os brasilianistas Roger Bastide (1898-1974), sociólogo francês, e Ralph Della Cava, historiador estadunidense e docente da Universidade de Colúmbia, foram os pioneiros nestes estudos. A categoria Romanização é debatida no clássico artigo de Bastide, *Religion and the Church in Brazil*, de 1951. A partir dos aportes teóricos de Bastide, Della Cava (1976) apresenta e desenvolve o conceito.

Ao estruturar o conceito *igreja romanizada*, Bastide apresenta toda a autoridade de uma Igreja institucional e hierárquica estendendo-se sobre todas as variações populares do Catolicismo. No país, ela vem através do movimento reformista do episcopado, em meados do século XIX, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e laicato, levando a uma dependência cada vez maior, por parte da Igreja brasileira, de padres estrangeiros, principalmente das congregações e ordens missionárias, para realizar a transição do Catolicismo colonial ao Catolicismo universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral (SANTIROCCHI, 2010).

Em seus estudos, Bastide nota a centralização do poder da Igreja na figura do papa, o reaparelhamento da sua burocracia administrativa e a definição da sua doutrina e disciplina, excluindo quaisquer interpretações divergentes, definindo, deste modo, os traços de sua identidade perante o mundo em transformação, traços estes que deveriam ser comuns em

⁷ Sacerdote da Baviera, Von Döllinger, entre 1850 e 1870, publicou uma série de artigos nos jornais alemães contendo restrições ao magistério pontifício e ao pontificado de Pio IX. Sua crítica era dirigida principalmente contra o que ele definia como “romanização da Igreja alemã”, propondo como alternativa a instituição de uma igreja nacional sob a autoridade de um primaz, com sínodos diocesanos, provinciais e nacionais. Em 1863, as suas obras foram condenadas pela Santa Sé, mas ele não se retratou, pelo contrário, publicou outros escritos sobre o mesmo tema. A mais famosa delas, *O Papa e o Concílio*, criticava veementemente a proposta de transformar em dogma a infalibilidade papal, sem se esquecer de repetir que “o ideal dos ultramontanos era a ‘romanização’ de cada uma das igrejas”. Sua tentativa foi inútil (SANTIROCCHI, 2010, p. 27).

qualquer lugar do mundo, ou seja, universal. Por seu turno, Della Cava dá relevo aos processos utilizados pela hierarquia católica para adequar as práticas e costumes locais, além de apontar como uma das estratégias, a disciplina do clero.

Mas foi ao longo dos anos 1970 que a categoria se tornou clássica. Esse período caracterizou-se pela aproximação da História da Igreja às Ciências Sociais e à corrente teológica que se desenvolvia no Brasil, a Teologia da Libertação⁸. Os primeiros a utilizarem novamente a categoria em questão foram pesquisadores como José Oscar Beozzo, Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Oscar Figueiredo Lustosa, Riolando Azzi, Eduardo Hoornaert e outros.

Azzi, em 1974, publicou na *Revista Eclesiástica Brasileira* um artigo intitulado *O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX*, no qual descreve que uma das características da reforma realizada pelos bispos era de ser um movimento romanista. Azzi por muitas vezes se referiu ao movimento que teve como agentes os ultramontanos e que se iniciou em meados do século XIX, como um movimento de *Reforma Católica* e, também, chamou aos bispos que o conduziam de bispos reformadores. Isso porque ele tinha plena consciência que o episcopado teve como ação pastoral prioritária a implantação da Reforma Tridentina, ou seja, a introdução da concepção Sociedade Perfeita. Azzi, em seus três célebres artigos publicados na revista *Síntese*, intitulados *O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930 (I e II)* e *O Fortalecimento da Restauração Católica no Brasil (1930-1940)*, afirma que “durante a década 1920-1930 o movimento de Reforma Católica, iniciado no século XIX, entra em nova fase, por nós designada como Restauração Católica” (AZZI, 1979, p. 69). Então, o autor, a partir daí, denomina este movimento *Restauração Católica*.

Beozzo foi quem consolida o uso da categoria Romanização. Em seu artigo *Irmandades, Santuários, Capelinhas de beira de estrada*, afirmou que:

[...] já se tornou clássico chamar de romanização o processo a que foi submetida a Igreja do Brasil entre 1880 e 1930, processo que já encontra suas raízes na ação dos bispos reformadores, tendo à frente Dom Viçoso de

⁸ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II, e é considerada como um movimento que interpreta os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação da pobreza, opressão, exclusão e das demais injustiças decorrentes das condições econômicas, políticas ou sociais. Ela foi descrita pelos seus proponentes como reinterpretação analítica e antropológica da fé cristã, em vista dos problemas sociais. Alguns dos seus representantes foram atribuídos a dois desvios: a utilização dos pressupostos marxistas e a redução da liberdade a seu aspecto temporal (horizontalismo). A influência da Teologia da Libertação diminuiu após seus formuladores serem condenados pela Congregação para a Doutrina da Fé, em 1984 e 1986. A Santa Sé condenou os principais fundamentos da Teologia da Libertação, como a ênfase exclusiva no pecado institucionalizado, coletivo ou sistêmico, excluindo os pecados individuais, a eliminação da transcendência religiosa, a desvalorização do magistério e o incentivo à luta de classes (BOFF, 2003; PEDRO, 1994). O movimento foi censurado nos pontificados de João Paulo II e de Bento XVI, mas está sendo visto com certa simpatia no pontificado do papa Francisco.

Mariana, e que já se inicia praticamente em torno dos anos cinquenta (BEOZZO, 1977, p. 745).

Wernet, em 1987, em sua obra *A Igreja Paulista no século XIX: a Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*, mostra, durante o período, uma lenta mais contínua substituição do tradicional Catolicismo luso-brasileiro por um Catolicismo europeizado. Afirma acontecer uma europeização e romanização do Catolicismo brasileiro, encabeçados pelos bispos e pelas novas congregações religiosas que, dentro de um processo de nova expansão missionária, chega ao Brasil.

O termo Romanização também foi empregado nas pesquisas de Lustosa (1977), Oliveira (1985), Hoornaert (1979), Fragoso (1980) etc. Outros termos também aparecem na historiografia da Igreja com o mesmo significado de Romanização, como *Recristianização* e *Recatolização*, estruturados por Henrique Cristiano José Matos (1990). Todos eles, embora pareçam diversos, significam *Romanização*.

Para além do posicionamento ideológico e político destes teóricos, suas produções foram expressivas e fundamentais para superar a historiografia tradicional da Igreja Católica que, até então, estava sendo construída. O que se tinha antes desse grupo de estudiosos era uma abordagem laudatória da história eclesiástica mediante histórias-pátria, uma forte herança dos tempos do Padroado.

A tese refletirá a atuação da Igreja Católica no Estado e na educação. Sobre este aspecto, será utilizada a categoria de análise *Influência da Igreja*, que está intimamente relacionada ao aspecto político e às estratégias de poder. Thomas Bruneau, em sua obra *O Catolicismo brasileiro em época de transição*, publicada originalmente em 1974, destaca a influência de fatores políticos no desenvolvimento/expansão institucional da Igreja no Brasil. Bruneau realça uma história do Catolicismo brasileiro como um fenômeno sociocultural, buscando entender a atuação da Igreja no campo social e político; como ele mesmo diz, “é um estudo político de uma instituição religiosa” (BRUNEAU, 1974, p. 5). A obra também apresenta algumas percas de influência da Igreja pela política, bem como as estratégias e os mecanismos de geração e fortalecimento desta mesma influência na sociedade.

De acordo com Bruneau (1974), é quase impossível encontrar um ponto qualquer de mudança na Igreja no Brasil que não tenha implicação óbvia com a política. Para o autor, “a Igreja está tão intrincadamente ligada ao Estado em todas as suas dimensões – educação, obras de caridade, grupos de pressão política – que uma mudança qualquer é imediatamente reconhecida como um fato político” (ibidem, p. 6).

Este autor ainda sublinha que, mesmo com a expulsão dos Jesuítas do Brasil, em 1759, e com a separação da Igreja e Estado, em 1890, “a partir da década de 1930, graças a estratégias de grupos de pressão política, Getúlio Vargas reintegra a Igreja ao poder político, revelando-nos, muito claramente, o tipo de relação Igreja-Estado que ainda existia” (BRUNEAU, 1974, p. 7). A influência da Igreja era resultante da relação de autonomia muito mais íntima com o Estado, como foi descrito anteriormente.

As mudanças promovidas pela hierarquia católica no país em virtude da disseminação da concepção Sociedade Perfeita e alavancadas pelo movimento de Romanização, fortaleceu a influência da Igreja na política e na educação. Embora reconhecendo a autonomia e o campo de atuação do Estado, a Igreja se apoiou nele, propôs acordos e alianças para conquistar uma poderosa parceria.

Moura aponta outras duas estratégias para manter a influência da Igreja sobre a sociedade iniciadas a partir da segunda metade do século XIX: o estabelecimento de inúmeras congregações religiosas europeias no Brasil e a atuação desses missionários no campo da assistência aos pobres, da saúde e, sobretudo, da educação (MOURA, 2000). Para a Igreja Católica, a educação e fé eram indissociáveis, “educar era formar cristãmente as pessoas” (PASSOS, 2002, p. 185). Escreve Nagle que, “além dessas congregações ajudarem a combater a ignorância religiosa, ‘fonte de todos os males da sociedade’, como acreditava a hierarquia, elas buscavam o apoio dos meios intelectuais, das camadas populares, da imprensa, dos homens públicos, dos pais de família e da escola” (NAGLE, 1976, p. 58).

A partir da década de 1930, no plano geral, Bruneau afirma que a influência da Igreja era gerada por várias e difusas estratégias:

Além dos deveres estritamente episcopais, como visitas pastorais e administração dos sacramentos, os mecanismos incluíam a administração das escolas, grupos piedosos e das associações. Esses mecanismos se alargaram com o apoio financeiro do governo na Igreja [...].

No plano político, a Igreja buscava garantir novos pontos de influência e assegurar sua continuação do poder [...]. A influência era politicamente protegida pela LEC [Liga Eleitoral Católica], pelos bispos que alistavam seus amigos políticos, pela imprensa católica e pelos padres nos seus sermões [...]. Usando a sua influência, a Igreja trabalhava para garantir, através das leis, a mentalidade cristã, a santidade do casamento (rejeição do divórcio), a santidade da vida (nenhum controle de natalidade), e assim por diante (BRUNEAU, 1974, p. 92-95).

No plano local, Bruneau (1974) explica que, como instituição, na pessoa do padre, ou da paróquia, a Igreja, integrada às famílias, era parte dos grupos de poder locais. Assim, a

relação da Igreja com o Estado, a partir dos anos 1930, fabricou um modelo de influência que tinha ligações com todos os níveis da sociedade, desde o chefe do governo, passando pela escola e sua legislação, pela imprensa ao esporte. Embora imersa em disputas políticas, religiosas e ideológicas, a influência da Igreja triunfou na primeira parte do século XX: a Constituição foi declarada em nome de Deus, a religião foi ensinada nas escolas públicas, os recursos financeiros do governo foram usados nas estruturas da Igreja e os seus símbolos foram usados pelos membros da política.

Partindo dessas explicações, a pesquisa terá três objetivos específicos. Entendendo que a imprensa, que a família e que a política são territórios nos quais ocorrem formas de educar, tentaremos, no primeiro objetivo, analisar a influência da Igreja Católica na imprensa, na família e na política em Porteirinha/MG. Para isso, será fundamental perceber o plano de atuação, expansão e fortalecimento da Igreja na região, bem como analisar os apoios políticos, seus pactos, avanços e recuos.

No segundo objetivo, propomos investigar como se estruturou a Romanização da Igreja em Porteirinha, ou seja, entender de que modo a concepção Sociedade Perfeita chegou e se disseminou em Porteirinha/MG. Araújo (1986), ao analisar as Cartas Pastorais Coletivas de 1890, 1900 e 1922⁹, deixou claro que, apesar do movimento de romanização ter iniciado na segunda metade do século XIX, observa-se os ideais de ambas as concepções durante a República Velha; os preceitos da Cristandade ainda continham os do espírito tridentino. Deste modo, somente nos anos 1920 começa a haver uma inversão: a visão pós-medieval começa a substituir a visão da Cristandade.

No terceiro e último objetivo específico da tese, procuraremos compreender a influência da Igreja na educação formal em Porteirinha. Por ser a maior instituição educacional, o Grupo Escolar João Alcântara constituirá o locus do estudo. Ao adentrar na instituição, será fundamental dar relevo ao projeto de formação das crianças, à atuação das professoras (e sua formação), aos projetos pedagógicos, à legislação educacional e aos conteúdos ministrados a fim de verificar a influência do Catolicismo neste espaço público.

Dentro deste movimento várias disputas foram travadas na área educacional entre os diversos setores da sociedade, como católicos, protestantes, liberais, comunistas, espíritas, renovadores etc., cada um desejando, à sua maneira, orientar a direção para o país, como aponta

⁹ A primeira Carta Pastoral da Igreja Católica no Brasil, de 1890, é mais uma reação de espanto à separação da Igreja com o Estado. A pastoral de 1900 está comemorando os 400 anos de nascimento do Brasil católico. A Carta Pastoral de 1922 traça um programa de estratégias para ampliar a influência mais efetivo junto à sociedade, sendo a mentora de todo o processo que deságua nas décadas de 30 a 60 do século XX.

a historiografia que enfoca o recorte temporal que vai da década de 1930 a 1960. Cury (1986); Fausto (1998); Saviani (2013); Horta (1994); Cunha (2013); Schwartzman, Bomeny, Costa (2000) e outros afirmam que, dentre esses grupos, destacou-se a Igreja Católica com sua atuação no meio político, social e cultural.

Na região norte de Minas Gerais não foi diferente. Na primeira metade do século XX, esse território foi movimentado pela intensa atuação de católicos, protestantes, espíritas, comunistas, fazendeiros, bacharéis e políticos. Neste contexto, percebemos discursos e práticas católicas manifestando-se nas mais variadas situações: nos espaços escolares, nos sermões e discursos religiosos, nas construções e reformas de templos, nos movimentos associativos e congregações religiosas, nas inaugurações de obras e ações públicas e no esporte. Podemos citar alguns momentos em que os sermões proclamados evocavam os ares da reforma tridentina na região, como na instalação da Comarca da cidade, nas bodas de prata sacerdotal do padre Julião Arroyo Gallo e na posse do primeiro prefeito eleito. Mas foi no Grupo Escolar, em especial, que as manifestações do sagrado foram cultivadas; lugar onde símbolos e valores católicos se fizeram presentes. Nesses espaços de ações, a instituição eclesiástica exerceu um papel direto no ordenamento, no povoamento e no modo das pessoas verem o mundo.

O Grupo Escolar João Alcântara, em Porteirinha, foi formado a partir da integração das escolas isoladas da cidade¹⁰. A instituição foi criada para diminuir o número de crianças em idade escolar que não recebiam instrução¹¹. Deste modo, criado em 30 de junho de 1937, por meio do Decreto n. 885, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais¹², e instalado meses depois, o Grupo Escolar em seu primeiro ano de funcionamento contou com 192 alunos matriculados, distribuídos em quatro classes¹³. Com o passar do tempo, a instituição foi marcada por uma grande procura de vagas escolares.

No início da década de 1940, o município contava com uma população com pouco mais de 20 mil habitantes (IBGE, 1947) que almejava a ampliação dos espaços de escolarização. Em um terreno de 2.228 metros quadrados, localizado em frente à Praça Tiradentes, no centro da

¹⁰ Em 1937, o distrito de Porteirinha contava com três escolas distritais mistas (ESCOLA MISTA DO DISTRICTO DE PORTEIRINHA. *Livro de acta de exames e termo de promoções da escola mista do distrito de Porteirinha*. Grão Mogol/MG, 1929).

¹¹ De acordo com o Recenseamento Geral do Brasil de 1940, 72% das pessoas de Porteirinha não sabiam ler e nem escrever (IBGE, 1950, p. 430).

¹² Consultar Minas Gerais (1937, p. 217).

¹³ GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. *Livro de atas de exames, termos de promoções, de instalação da escola desta cidade e dos termos de visitas dos srs. Assistentes Técnicos*. Porteirinha/MG, 1946.

cidade, edificou-se o prédio de tamanho expressamente maior, mais moderno e mais adequado aos preceitos higiênicos.

Por outro lado, o Grupo Escolar valorizava e idealizava a dimensão moralizadora no ensino. O governo, por sua vez, esperava contar com o apoio de todas as forças morais. Junto à Igreja Católica, a escola era um dos meios para sanear o ambiente moral de Porteirinha. As práticas desenvolvidas no interior daquele espaço escolar podem ser compreendidas como produtoras de sentidos e identidades. Estes sentidos, de certa forma, foram sedimentados pela inserção do Catolicismo na escola pública. Deste modo, os tradicionais projetos religiosos festejavam os santos e a doutrina da Igreja Católica no Grupo Escolar João Alcântara em Porteirinha/MG.

Neste estudo delimitaremos, como espaço, o município de Porteirinha. No entanto, será necessário alargar esta fronteira para analisar aspectos políticos, sociais e históricos dentro de um espaço mais amplo: a região norte de Minas Gerais; isto porque entendemos que Porteirinha faz conexões e integrações com outras cidades como Montes Claros, Diamantina, Grão Mogol e Riacho dos Machados.

Neste interim, compreendemos o conceito de *Região*, estruturado pelo geógrafo francês Bernad Kaiser (1973, p. 281), “como parte de um todo em um sistema de relações sociais que articula os elementos internos e externos à região, em um movimento de convergência e de divergência”. Ainda de acordo com o autor, a região “é dominada – e essa dependência desempenha em sua evolução um papel muitas vezes preponderante – porque ela é ao mesmo tempo aberta e integrada” (KAISER, 1973, p. 282). O poder financeiro, político e religioso, isto é, a capacidade superior de decisão, escapa sempre à região, que deixa de ser sede de seu próprio poder.

Nesta perspectiva, Janaína Amado esclarece que:

Partindo desse quadro teórico, define *região* como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula (AMADO, 1995, p. 13, grifo da autora).

Deste modo, perceberemos Porteirinha como um lugar com matrizes globais, nacionais e regionais, onde os elementos políticos, educacionais, religiosos e sociais, em suas dimensões simbólica e material, chegam, estabelecem-se e se combinam de forma nem sempre pacífica. Conforme Kaiser (1973), vamos considerar a região muito mais um campo de ações concomitantes de complexas e intensas variáveis do que uma inscrição espacial precisa,

equilibrada e de caráter homogêneo. Compreendemos, desta maneira, que Porteirinha recebeu a influência da Igreja Católica na educação mediante o movimento de Romanização e a consequente disseminação das características da concepção Sociedade Perfeita. Este movimento também se deu em outros âmbitos da sociedade, como na família, na política e na imprensa. Para concluir esta reflexão, evidentemente, não será um movimento linear, nem homogêneo e tampouco equilibrado, mas ativo, capaz de promover o triunfo de um Catolicismo que se fez presente na sociedade daquele tempo.

Nesse sentido, partindo destes pressupostos, a tese caminhará sobre três questões centrais. Na primeira estamos interessados em responder *como se deu o movimento de romanização pela hierarquia na Igreja Católica em Porteirinha?* Nesta questão, interrogamos como a concepção Sociedade Perfeita foi disseminada; quem foram os atores deste processo; quais foram os caminhos percorridos; quer dizer, a visão tridentina parece chegar em Porteirinha no final da década de 1930 e início da década de 1940 e logo triunfa na região.

A segunda questão recairá sobre o local da pesquisa: *quais os impactos impressos na história e no desenvolvimento sociocultural e educativo na região norte-mineira pela Igreja Católica?* Manifesta-se aqui o significado do termo *educação*, tanto em termos amplos no que ela coincide com cultura enquanto “conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social” (BOSI, 1992, p. 16), como em termos mais específicos, enquanto prática de tomar conta das crianças, discipliná-las, ensinar comportamentos, conhecimentos e modos de operar. Por fim, entendendo “a educação como um processo por meio do qual a humanidade elabora a si mesma em todos os seus mais variados aspectos” (MANACORDA, 1989, p. 6). Pretendemos responder como a romanização influenciou a imprensa, a família e a política? Como o local assumiu essa perspectiva e explicitou historicamente esse processo? Quais foram os grupos de poder que se aliaram à Igreja, ou com quais grupos a Igreja se aliou? Como se articularam os poderes espiritual e temporal no período?

A terceira questão terá como base a influência da Igreja Católica na educação formal em Porteirinha: *qual foi orientação teórica/moral que se utilizou para a formação das professoras e das crianças em Porteirinha?* Estamos empenhados em entender quais foram as estratégias utilizadas para educar as crianças numa perspectiva cristã a partir do chão da escola pública? Como a legislação educacional foi colocada em prática no cotidiano escolar pelas professoras, diretoras e alunos? Quais foram as conexões entre a paróquia local e o Grupo Escolar da cidade? Outras questões também são levantadas: o que se ensinou e o que se aprendeu? Quais foram os projetos pedagógicos? Como a catequese foi ensinada na escola?

Quais os embates da Igreja em relação aos ideais republicanos e à escola? Qual foi a relação entre religião e laicidade na postura de professoras e diretoras do Grupo Escolar? Quais foram os fundamentos da formação corporal? Quais foram as funções da Educação Física e do esporte: disciplina, higiene ou fortalecimento da fé? É importante assinalar que durante o recorte temporal 40% das professoras do Grupo Escolar participaram da diretoria das associações religiosas leigas (Pia União das Filhas de Maria e o Apostolado da Oração) da cidade, e 90%¹⁴ das docentes foi formada no Colégio Imaculada Conceição, em Montes Claros, principal centro educacional das filhas da *elite*¹⁵ norte-mineira.

A tese defendida neste trabalho afirma que o movimento de Romanização no norte de Minas Gerais, no período de 1937 a 1962, promoveu a disseminação da concepção de Igreja Sociedade Perfeita. Esta visão tridentina estimulou, mediante várias estratégias, a ampliação da influência da Igreja Católica na educação de Porteirinha/MG. Deste modo, além de influenciar o espaço público de educação formal, o Catolicismo alcançou o domínio sobre a família, sobre a imprensa e sobre os grupos de poder local.

Para elaboração desta pesquisa, foi preciso ir atrás de uma ampla documentação histórica que apresentasse práticas, discursos, posturas e vivências das pessoas daquele tempo. Assim, a busca pelas fontes, herança das concepções da primeira geração dos historiadores da Escola dos *Annales*¹⁶, constitui uma das tarefas primordiais do pesquisador em História da Educação. Conforme Carvalho e Gonçalves Neto, a Escola dos *Annales* possibilitou a abertura

¹⁴ Dados mensurados a partir da pesquisa nas seguintes fontes: LIVRO DE ATAS DAS FILHAS DE MARIA..., 1951; OLIVEIRA, 2012; GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, *Livro de atas das reuniões das professoras do Grupo Escolar "João Alcântara"*, 22/03/1956 a 06/05/1961; GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. *Livro de atas de exames, termos de promoções, de instalação da escola desta cidade e dos termos de visitas dos srs. Assistentes Técnicos*. Porteirinha/MG, 01/02/1946 a 16/07/1954.

¹⁵ Embora seja possível afirmar que a educação católica se destinava, de modo especial, à formação das elites, é necessário saber, também, da presença de outros extratos da sociedade nestas escolas. Conforme Azzi (2008, p. 157), “a Igreja sempre defendeu a existência de uma sociedade organizada hierarquizada, na qual os grupos deveriam conviver, respeitando-se as características próprias. No topo da pirâmide estavam as ‘classes altas’ herdeiras de uma tradição nobre e aristocrática, destinadas a reger os destinos da nação. No nível inferior estavam as classes populares, cuja missão era contribuir com seu trabalho material para o progresso do país, respeitada, sempre, a ordem vigente. [...] Não obstante, também as classes populares mereceram os cuidados da Igreja, sobretudo através da educação profissional destinada ao exercício dos trabalhos manuais. Daí as escolas profissionais e agrícolas para os rapazes e as escolas domésticas para as moças”.

¹⁶ De acordo com Carvalho e Gonçalves Neto (2006, p. 64), criada em 1929 pelos historiadores Lucien Febvre e March Bloch, a *Escola dos Annales* “possibilitou o rompimento da historiografia francesa com a tradição positivista do século XIX, considerando que as realidades criadas pelas experiências da atividade humana não podem ser somente analisadas a partir de seus aspectos globalizantes, mas, também, dentro das suas particularidades e singularidades sociais, objetivando conhecer, não só o projeto vitorioso, mas outros projetos que não conseguiram se sobressair no espaço social”.

de novas fronteiras interpretativas, pois ampliou o campo das fontes documentais, não aceitando apenas, como documento, os escritos oficiais, como propugnava a tradição positivista.

Isso quer dizer que jornais, revistas, fontes iconográficas e orais, por exemplo, passam a ser valorizados enquanto vestígios do passado. Esses documentos contêm manifestações que proporcionam pensar a História dentro das condições particulares específicas, onde os sujeitos vivem situações reais, com necessidades e interesses, sem perder de vista o processo histórico que favorece o enquadramento contextual numa realidade mais ampla (CARVALHO; GONÇALVES NETO, 2006, p. 48-49).

A ampliação das fontes trouxe maiores desafios ao seu exame, já que o seu manuseio não é uma tarefa que se esgota em cada documento localizado nos arquivos. A construção do seu entendimento exige a relação entre os vários documentos consultados, o que amplia o próprio sentido de cada peça isolada. Segundo Nunes (2002, p. 47),

A fonte tem uma referência precisa (pela origem, pela autoria ou pela finalidade), múltiplos podem ser os seus níveis explicativos tanto no nível da explicação manifesta, quanto no que diz respeito às significações implícitas que o historiador vai procurar desvendar.

Estas significações também são produto de um intenso trabalho de relações que cruzam as informações dos documentos analisados com informações e análises conjunturais. Ao mapear arquivos em funções dos seus problemas, o historiador constrói campos de significados que resultam da permanente tensão entre teoria e empiria. Então, as fontes são a matéria-prima de que dispomos para tecer a escrita deste trabalho. Próximas ou distantes, eloquentes ou silenciosas, manifestando-se muitas vezes pela ausência, constituem o ponto de partida da investigação.

A partir destas considerações, colocamo-nos numa intensa busca por estas pistas imprescindíveis para o ofício do historiador da educação. Com o objeto parcialmente definido, iniciamos a procura por fontes documentais que pudessem oferecer indícios sobre o ensino proferido no espaço da primeira instituição escolar da cidade de Porteirinha: o Grupo Escolar João Alcântara. Deste modo, visitamos a instituição em apreço, hoje denominada Escola Estadual João Alcântara, para verificar quais fontes de pesquisa estavam disponíveis.

Nessa imersão, pudemos constatar, nos materiais do período selecionado, a existência de 2 *Livros de Atas de reuniões das professoras* e 3 *Livros de Atas de exames, termos de promoções, de instalação da escola e das visitas dos inspetores*, sendo 1 da antiga Escola Mista Distrital. Estes livros selecionados foram escritos no período de 1929 a 1961. Além deles,

localizamos diversos *Boletins mensais dos registros escolares*, datados de 1944 a 1955, que contêm, além da lista dos alunos e professoras, o registro das matérias lecionadas, os projetos desenvolvidos, a movimentação financeira da caixa escolar, a contratação de pessoal e a aquisição de materiais escolares. Por fim, encontramos, também, 1 *Livro Recortes Diversos* que contém aproximadamente 200 recortes de dois jornais e um impresso assinados pela escola¹⁷ e que fizeram referências à instituição ou à educação, de forma geral. Esses recortes referem-se às atividades comemorativas, planejamentos, metodologias e projetos pedagógicos utilizados na escola.

Fazendo uma leitura exploratória destes materiais, percebemos a participação de dirigentes políticos locais e da autoridade religiosa católica nos auditórios escolares, nos exames finais, nas cerimônias de entrega de diplomas e até mesmo nas reuniões das professoras. Observamos que, além da aula de Ensino Religioso, o Catecismo era ministrado no Grupo Escolar, o que nos permite afirmar que em seu cotidiano, encontramos modos e posturas advindas da moral católica.

Ao interrogar estas fontes, outras questões vinham à tona fazendo agregar outros elementos. Na incessante busca de vencer este desafio, tivemos que extrapolar os espaços escolares e tomar parte de outros ambientes que acreditávamos que poderiam nos ajudar. Então, foram realizadas pesquisas em mais quatro arquivos na cidade. No Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de Porteirinha, localizamos 3 *Livros Leis e decretos da Prefeitura*, cujo período inicia-se em 1938 e vai até meados da década de 1960. Vasculhamos toda a legislação formalmente produzidas pelo Estado a fim de apreender o conjunto de normas, condutas e modos que exprimem as relações humanas. Na Diretoria de Cultura e Patrimônio Histórico, localizamos os *dossiês de tombamentos do patrimônio cultural*. No Fórum da cidade, encontramos 1 *Livro de atas* da instalação da Comarca na cidade, do final dos anos de 1940.

E para compor o corpus documental, a Paróquia São Joaquim de Porteirinha forneceu fontes fundamentais para a construção do trabalho. Fizemos o levantamento de 3 *Livros da associação Apostolado da Oração*, 1 *Livro da Associação Filhas de Maria*, 2 *Livros da Pró-Matriz* (comissão de reforma da Igreja Matriz), 2 *Livros Caixa* da Igreja Matriz e capelas filiais, 1 *Álbum de fotografias* do padre Julião Arroyo Gallo com 64 fotografias. Por fim, localizamos 1 *Livro Tombo* da Paróquia escrito no período de 1941 a 1953. Quase sempre guardados em velhos armários de madeira, estão os antigos livros tomo, importantes chaves de acesso ao presente trabalho. Estes livros são obras manuscritas pelos padres, onde são registradas,

¹⁷ Jornais *Minas Gerais* (da imprensa oficial) e *Jornal de Porteirinha*, e a *Revista do Ensino*.

cronologicamente, os fatos relevantes ocorridos na paróquia e na localidade, de forma minuciosa, clara e objetiva. De alto valor histórico, muitos destes livros já estão em avançado estado de deterioração e carecem de projetos que visem sua restauração e preservação. Enfim, um universo de dados que nos ajudou a dar os contornos, contar a história local e contribuir para uma “compreensão mais inclusiva da história”, como diz Silva (1992, p. 60).

Além dos arquivos da cidade de Porteirinha, angariamos outras fontes em mais três municípios do norte de Minas Gerais: Montes Claros, Grão Mogol e Riacho dos Machados; além de visitamos, em Belo Horizonte, o Arquivo Público Mineiro (APM). Neste arquivo, localizamos dados do Diário Oficial do Estado, de fotografias, de revistas e de documentos escritos acerca da educação de Porteirinha/MG.

Na cidade de Grão Mogol, município que teve bastante ligação com Porteirinha por se constituírem durante muitos anos um só município, foram realizadas pesquisas na Câmara Municipal, no Fórum da Comarca, no setor jurídico da Prefeitura Municipal e na Paróquia Santo Antônio. Na Prefeitura e Câmara municipais, por meio de 3 *Livros do executivo e legislativo*, encontramos pistas em decretos, leis e projetos que datam dos anos 1920 a 1940. No Arquivo do Fórum de Grão Mogol (AFGM), localizamos 4 *processos criminais* que envolveram o clero da região, revelando, ainda no período imperial, um passado cheio de agitadas articulações político-religiosas. Na paróquia, encontramos 3 *Livros tombo* que datam de 1904, 1910 e 1914; todos contêm cartas pastorais, encíclicas, relatos de visitas, tudo com riqueza de detalhes. No município de Riacho dos Machados, foi realizada uma pesquisa na Paróquia Santo Antônio, onde encontramos 1 *Livro tombo* escrito no período de 1914 a 1953.

Em Montes Claros, dois arquivos foram fundamentais para a coleta dos dados e para ajudar a montar esse complexo “quebra-cabeças”: o arquivo da Cúria Arquidiocesana de Montes Claros e o arquivo da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional (DPDOR), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). No arquivo da Cúria Arquidiocesana de Montes Claros, foram localizadas diversas cartas pastorais, encíclicas manuscritas, documento datilografados, cartas de párocos, discursos e sermões, ofícios recebidos e expedidos, fotografias, convites, folhetins, convites, bilhetes; localizamos 2 *Livros tombo*, sendo um que descreve a história da diocese e outro da Arquidiocese de Montes Claros¹⁸. Encontramos,

¹⁸ A Diocese de Montes Claros foi criada em 10 de dezembro de 1910 pela bula *Postulat Sane*, do papa Pio X, sendo desmembrada da Arquidiocese de Diamantina. No dia 25 de abril de 2001 foi elevada à Arquidiocese pela bula *Maiori Christifidelium*, do papa João Paulo II, sendo suas dioceses sufragâneas: Janaúba, Januária e Paracatu. Atualmente, seu arcebispo é Dom José Alberto de Moura e seu arcebispo coadjutor, Dom João Justino de Medeiros Silva (ARQUIDIOCESE DE MONTES CLAROS, 2017).

também, um *Livro de recortes de jornais* do padre Julião Arroyo Gallo. Para nossa surpresa, este importante documento, com 234 páginas, apresenta o pensamento do religioso, pois nele estão selecionadas as matérias que julgava mais pertinente e mais relevante. Seus recortes vinham da imprensa católica e não-católica, e versavam temas que iam desde a doutrina católica, passando por mensagens presidenciais, mensagens do prefeito local, da educação, até a atuação da Igreja pelo mundo. Dotado de uma sensibilidade histórica, Julião Arroyo Gallo, trocava correspondências com bispos, governadores e, também, com seus fiéis, e tinha guardadas cópias de todo material produzido endereçado aos paroquianos, como mensagens, panfletos e convites.

É válido ressaltar que, em todos estes locais de pesquisa, foi solicitada autorização ao dirigente/administrador. Com a permissão, todos os documentos foram fotografados com câmera digital e os arquivos foram armazenados, compondo assim um banco de dados com imagens para facilitar sua organização, digitação e análise. Importante realçar, também, que a fim de manter o “ar do tempo”, foi conservada a grafia original dos textos e dos documentos citados de forma literal na pesquisa.

Conforme programado, foram feitas diversas visitas à DPDOR/Unimontes, instituição destinada à organização e preservação de acervos documentais da região norte do Estado de Minas Gerais. Nestas demoradas garimpagens, pudemos encontrar muitos impressos católicos e não-católicos que relatavam fatos e acontecimentos sobre aspectos políticos, educacionais, religiosos e culturais, não só de Montes Claros, mas de toda região norte-mineira. Foram pesquisados os seguintes jornais: *Gazeta do Norte*, *A Verdade*, *Folha do Norte* e *Jornal Montes Claros*.

Sobre os impressos, eles se transformaram em importantes difusores de comunicação com o advento da República brasileira. Vinculada à ideia de civilização, a educação constituiu-se em um dispositivo capaz de preparar tanto as elites para dirigir os destinos da nação, como as populações iletradas para o trabalho; ambas ajudariam na construção do país. De acordo com Veloso (2008), a educação apresentou-se como alternativa de solução para uma série de problemas sociais, econômicos e políticos. Nesse contexto, a imprensa encontrou espaço e condições para sua consolidação enquanto empresa educativa. “O empreendimento de educar a população e imprimir-lhe uma nova mentalidade não era tributado apenas à escola, mas a todas as instituições sociais, como a família e a igreja, nelas incluindo a literatura, o teatro, o cinema, as revistas e os jornais” (VELOSO, 2008, p. 40).

Sobre o uso de jornais como fonte para a pesquisa em História da Educação, Vieira afirma que:

A imprensa permite uma ampla visão da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais (VIEIRA, 2007, p. 13).

Na DPDOR nenhum impresso está digitalizado, então é permitido manusear os jornais, desde com os devidos cuidados que a situação exige, uma vez que muitos já estão se deteriorando.

Em todas as cidades pesquisadas, no corpo a corpo, procuramos aquelas pessoas que, além de ter uma boa memória, costumam guardar tudo, como recortes de jornais, anotações, cartas, retratos etc. Geralmente eles dispõem de, ou indicam, livros de memórias. Deste modo, a pesquisa tem nos memorialistas¹⁹ uma importante fonte de apoio fornecedora de informações sobre o passado.

Apesar das várias motivações de um escritor, sendo ele acadêmico ou não, a escrita de um memorialista é quase sempre marcada pela forte relação emocional com o objeto do qual trata, sentimento esse que se estabelece a priori de preocupações com métodos e teorias de pesquisa. Muitas vezes acabam, conscientemente ou não, exaltando o local onde vivem, produzindo uma espécie de memória idealizada, em que o que é mais caro é destacado na missão de retratar uma história gloriosa de uma localidade. A memória é um sítio de afetividade. Enfim, os memorialistas, de forma geral, constituem um grupo formado por profissionais diversos (médicos, religiosos, advogados, jornalistas, professores e outros) que assumiram a importante incumbência de contar e preservar a história regional, posicionando-se como efetivos “guardiões da memória” (SILVA, 2012).

Apesar de o reconhecimento da importância desses autores, não se pode perder de vista as diferenças entre um historiador e um memorialista. Medeiros e Cormineiro escrevem que:

a distinção mais significativa refere-se ao controle da subjetividade, mais rigoroso no historiador que no memorialista. É essa distinção, aliás, que torna o trabalho do memorialista uma fonte riquíssima para a reconstituição realizada pelo historiador de ofício: sem um controle mais rigoroso de sua própria subjetividade o memorialista impregna sua obra com representações acerca das relações sociais experimentadas em seu tempo, geralmente carregadas de posicionamentos ideológicos que aparecem para o historiador

¹⁹ Conferir Ângelis (1998), Esteves (1961), Freitas (1957), Gaspar (2011), Gonçalves (1996), Neves (1908a, 1908b), Paula (2007), Pires (1979, 1982), Oliveira (2008, 2016), Oliveira (2012), Viana (1916) e Vianna (1964).

como expressão do intrincado jogo de relações e interesses de uma época (MEDEIROS; CORMINEIRO, 2009, p. 7).

O ofício do historiador pressupõe, no entanto, um tratamento mais rigoroso às fontes, aos conceitos e às análises, um “método científico de trabalho, isto é, de um conjunto de operações técnicas, com instrumentos e procedimentos que demandam uma necessária aprendizagem de critérios de cientificidade”, afirmam Samara e Tupy (2007, p. 6).

Como cuidados e limites do uso de memorialistas como fonte, Silva escreve que:

[...] é esperado que os memorialistas direcionem sua atenção para determinados grupos, tomando-os como o conjunto da sociedade, avizinhando seu trabalho ao desenvolvido por aqueles que praticavam uma história tradicional, ocupada sobretudo pela descrição do que eram considerados feitos importantes (SILVA, 2012, p. 32).

Deste modo, a adoção dos memorialistas como fonte exigiu a confrontação dessas obras com outras fontes, como livros, artigos científicos, teses e dissertações, notícias de jornais e leis. Por fim, destacadas estas considerações, o legado dos memorialistas, conforme já mencionado, constituiu-se um infindável fornecedor de informações sobre as práticas, vivências e crenças (SILVA, 2012).

Foram consultados acervos digitais, como a Hemeroteca Digital Brasileira, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e o Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do *Center for Research Libraries* (CRL), da Universidade de Chicago, dos Estados Unidos. A iniciativa desses importantes arquivos e sua abertura à consulta pública, pela internet, permitem uma ampla consulta a jornais, revistas, anuários, boletins, publicações seriadas, mensagens presidenciais etc. Sem dúvida, abrigam documentos relevantes para a história do país e para o desenvolvimento de pesquisas.

Nesta tese também nos servimos dos trabalhos acadêmicos. Como é um estudo inédito sobre a influência do Catolicismo na educação em Porteirinha em uma perspectiva histórica, procuramos trabalhos que versam sobre a história de Montes Claros, por ser uma cidade-eixo e por ser mais próxima da realidade estudada. Boa parte destes trabalhos foi produzida por pesquisadores inseridos na Unimontes. Movidos pela singularidade da região e da cidade, os pesquisadores escreveram interessantes trabalhos que tratam de diferentes aspectos da história da região. Sem dúvida, colaboraram para o enriquecimento, recuperação e preservação da história brasileira com ênfase no local e no regional.

Veloso (2008), durante o Doutorado em Educação, na Universidade Federal de Minas Gerais, investigou práticas culturais produzidas em Montes Claros cujas representações circularam por meio do jornal *Gazeta do Norte*, entre 1918 a 1938, visando civilizar, educar e “desanalfabetizar” a população. No Mestrado em Desenvolvimento Social, na Universidade Estadual de Montes Claros, Borges (2011) construiu um trabalho que analisa algumas representações sociais femininas como *Santa, esposa-mãe e professora-primária* veiculadas pela revista *Flor do Lácio*, do Colégio Imaculada Conceição, no período de 1943 a 1957. Em Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, Pereira (2002), ao analisar as relações políticas e sociais de Montes Claros em meados do século XX, apresenta os papéis assumidos pelas lideranças locais e populares e mostra a realidade social da região, marcada pela diluição da fronteira entre o público e o privado. Já a Tese de Doutorado em História Eclesiástica de Silva (2005), defendida na Universidade Gregoriana, na Itália, investigou a história de criação e organização da Diocese de Montes Claros, no período de 1903 a 1943. Com rigor acadêmico, ele apresenta a atuação dos padres na região e a atuação política e pastoral do primeiro bispo na cidade de Montes Claros e em toda região do norte de Minas Gerais. Por fim, a Tese de Doutorado de Silva (2012), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta as manifestações de modernização da elite de Montes Claros, entre os anos de 1889 a 1926. O estudo adota a existência de discursos de modernidade na cidade que foram propagados pela imprensa periódica, pelas mudanças na materialidade da cidade, pelas ações higiênicas e pelas práticas de diversão.

Ao refletirmos sobre a compreensão das relações envolvendo o global e o local, ou seja, da “história vista de baixo” para relacionar seus aspectos particulares com aqueles entendidos como pertencentes “à macro história” ou à história globalizante, Nosella e Buffa afirmam que:

As críticas às produções teóricas paradigmáticas, genéricas e a maior atenção aos aspectos singulares, específicos são expressão de um movimento metodológico mais amplo que há tempos ocorre em âmbito internacional. [...] É o dilema de quem, ao mesmo tempo, precisa definir os contornos gerais da floresta, mas também, para não torná-la abstrata e genérica, precisa conhecer a especificidade de suas árvores. No entanto, por mais sedutoras que sejam essas pesquisas, não se pode permitir que a descrição pormenorizada da árvore impeça a compreensão da floresta como um todo (NOSELLA; BUFFA, 2002, p. 22).

Sabemos que a temática que propomos a estudar, numa visão geral, é recorrente. No entanto, é uma inovação em âmbito regional e local. Em outras palavras, o particular aqui é

analisado, e nele consigo evidenciar as teses gerais. No trabalho, podemos ver a configuração das especificidades das teses gerais, assim, a proposta também é uma contribuição para as teses gerais.

Nesse sentido, ao elegermos o local como perspectiva de abordagem histórica no norte de Minas Gerais, mais especificamente a cidade de Porteirinha, estabelecemos uma fronteira onde algo começou a se fazer presente: sociabilidades diversas, em temporalidades e territorialidades variadas, que passaram a ganhar formas retratadas pela escola, pelos jornais e pela Igreja nesta localidade, imersa em transversalidade das mais diversas dimensões (políticas, educacionais, religiosas, culturais etc.). Nestes termos, a ênfase sobre a história local não se opõe à história global, ou seja, “o recorte sobre história local apenas designa uma delimitação temática mais ou menos inclusiva em função das particularidades que se queira determinar, no âmbito do espaço social e temporal escolhido” (CARVALHO; CARVALHO, 2010, p. 79).

Portanto, compreender os domínios da História da Educação é visualizá-los em um campo de múltiplas dimensões, as quais abrigam o regional, e este se insere no interior de um cenário espacial e temporal mais amplo e geral, que dialoga com as propostas e discussões no âmbito nacional e internacional. Assim, não nos propomos a fazer História da Educação regional, mas uma História da Educação brasileira com ênfase no regional.

A estrutura textual da tese de doutorado sustenta-se em cinco capítulos. No primeiro procuraremos reconstituir a conformação política, socioeconômica e religiosa do norte de Minas Gerais, e de modo especial, a da região de Porteirinha, buscando sempre sua referência no contexto estadual e nacional. Embora esse recorte temporal privilegie o período das décadas de 1930 a 1960, voltaremos um pouco no tempo para entender o movimento histórico que articulou aspectos políticos, econômicos e sociais, e propôs a criação do município e de suas primeiras instituições, além do ideário de cidade que se almejou.

O segundo capítulo retratará o movimento de romanização no norte de Minas Gerais. Serão o fio condutor das análises a chegada e a atuação dos padres e freiras da Europa na região, a instalação do bispado de Montes Claros e as ações do primeiro bispo romanizador. Ao focar nossas lentes em Porteirinha/MG, veremos como esse movimento explicitou a ação da Igreja perante temas como laicidade, protestantismo, espiritismo e educação, ou seja, como a Igreja local reagiu à chegada dos novos tempos e quais estratégias utilizou para manter sua influência sobre a sociedade. Também mostraremos, em linhas gerais, como o Colégio Imaculada Conceição educava as futuras professoras dentro de uma concepção cristã e sua repercussão em Porteirinha.

Em seguida, o terceiro capítulo abordará a instalação da Paróquia São Joaquim na recente cidade de Porteirinha. O padre Julião Arroyo Gallo foi o responsável por promover a romanização da Igreja local: ele criou novas associações religiosas, incentivou a participação conservadora do laicato, ampliou o templo religioso, expandiu a Catequese na paróquia e no Grupo Escolar, defendeu o Ensino Religioso no currículo escolar e fez alianças com a política local e os grupos de poder. Veremos as estratégias da Igreja a fim de ampliar sua influência em espaços extraescolares, como nos jornais, na família e na política.

No quarto capítulo nosso objetivo será apresentar as íntimas conexões entre os discursos políticos e os sermões religiosos. Inicialmente, localizaremos a influência e a atuação de alguns líderes católicos no campo político e no educacional. Destacadamente, veremos a atuação de Dom Leme que objetivou catolicizar todos os espaços para ganhar a adesão do Estado, almejando torná-lo cristão. Veremos como a Revolução de 1930, chefiada por Getúlio Vargas, criou um ambiente propício para a aproximação da Igreja e Estado gerando, conseqüentemente, oportunidades para uma mudança de acordos institucionais pautados pela cooperação entre as duas esferas de poder. Nesse período de crescente transformação social, política e econômica, em que a sociedade se tornava mais complexa, o movimento atraiu o conservadorismo mineiro. Mostraremos, por fim, os dois principais atores envolvidos nesta cooperação entre Estado e Igreja: Francisco Campos e Gustavo Capanema, bem como suas atuações no campo da Educação.

A proposta do quinto capítulo será investigar a influência dos preceitos católicos no Grupo Escolar João Alcântara. Indagaremos como as orientações papais foram postas em prática no cotidiano escolar em Porteirinha. Para isso, a encíclica *Divini Illius Magistri*, do papa Pio XII, que discute a educação cristã, será a referência fundamental para a problematização e escrita. Para a Igreja Católica, a educação foi uma poderosa estratégia no que diz respeito à expansão e à manutenção de sua influência. O capítulo avança ao mostrar como o Ensino Religioso, as atividades católicas constantes no calendário e o Catecismo foram integrados ao cotidiano escolar. Em seguida, apresentaremos uma aula de Catecismo, bem como os compêndios utilizados. Se, por um lado, a Igreja defendia a necessidade do Ensino religioso nas escolas públicas, por outro, sabia que era preciso se adaptar ao movimento Escola Nova. Por último, discutiremos a presença da Educação Física na formação corporal da infância e da juventude em Porteirinha. Vamos entender como o corpo foi objetivado nas intenções governamentais do projeto político da época. Era preciso disciplinar corporalmente o homem postulado pelo civismo, pela moral e pelo patriotismo. No entanto, a Igreja faz uma interpretação do esporte mediante o olhar católico.

CAPÍTULO I – ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE PORTEIRINHA/MG

Neste capítulo abordaremos os antecedentes históricos e os aspectos demográficos de Porteirinha, tendo em vista a conformação regional do norte de Minas Gerais. No contexto da conquista e da ocupação do interior da colônia, o território constituído no termo de Porteirinha foi rota de expedições de caráter colonial desde o século XVI. O processo de ocupação desta região desdobrou-se no povoamento do território e em processos econômicos e sociais. O primeiro processo a contribuir com o povoamento do lugar tinha sua configuração no fato de ter sido território de passagem e ligação entre duas regiões mineradoras das Minas e da Bahia, bem como fronteira entre as duas regiões. Outros processos foram caracterizados por frentes de expansão demográficas relativas à busca de metais preciosos, à pecuária e à agricultura direcionada ao consumo doméstico. A seguir veremos alguns aspectos da conformação política, socioeconômica e religiosa de Porteirinha dentro do contexto estadual e regional.

1.1 Aspectos históricos e religiosos do norte de Minas Gerais

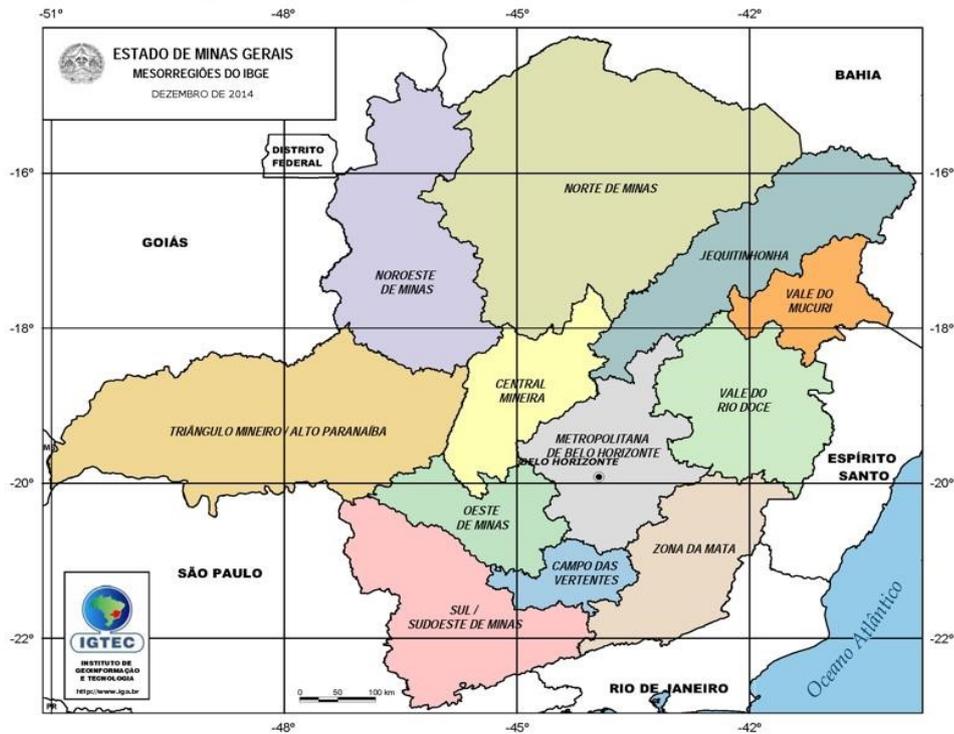
Conforme divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1997, o norte de Minas Gerais é umas das doze mesorregiões²⁰ do Estado de Minas Gerais (ver Figura 1), e reúne 89 municípios (ver Figura 2) distribuídos em sete microrregiões: Bocaiúva, Grão-Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas. “A região tem como uma de suas características mais marcantes o fato de localizar-se numa área de transição. Com seus ecossistemas de cerrado e caatinga, seu clima tendendo à semiaridez” (PEREIRA, 2004, p. 15).

A área é banhada pelos rios São Francisco, Jequitaiá, Verde Grande, Gortuba, rio Pardo, rio das Velhas e seus afluentes. Segundo o censo de 2010, cerca de 1.614.971 pessoas vivem na região, sendo mais de 390 mil em Montes Claros, seu principal centro urbano. Segundo Pereira (2007), por se situar próximo à Bahia e com este estado estabelecer fronteira, do ponto de vista social o perfil da região coloca-se a meio caminho do Nordeste e do Sudeste, configurando-se, também nesse âmbito, como uma área de transição. Enfim, conforme Cardoso

²⁰ A mesorregião é um conjunto de microrregiões dentro de uma unidade federativa, e uma microrregião é um conjunto de municípios (MINAS GERAIS. *Divisões territoriais adotadas pela Administração Pública do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2001).

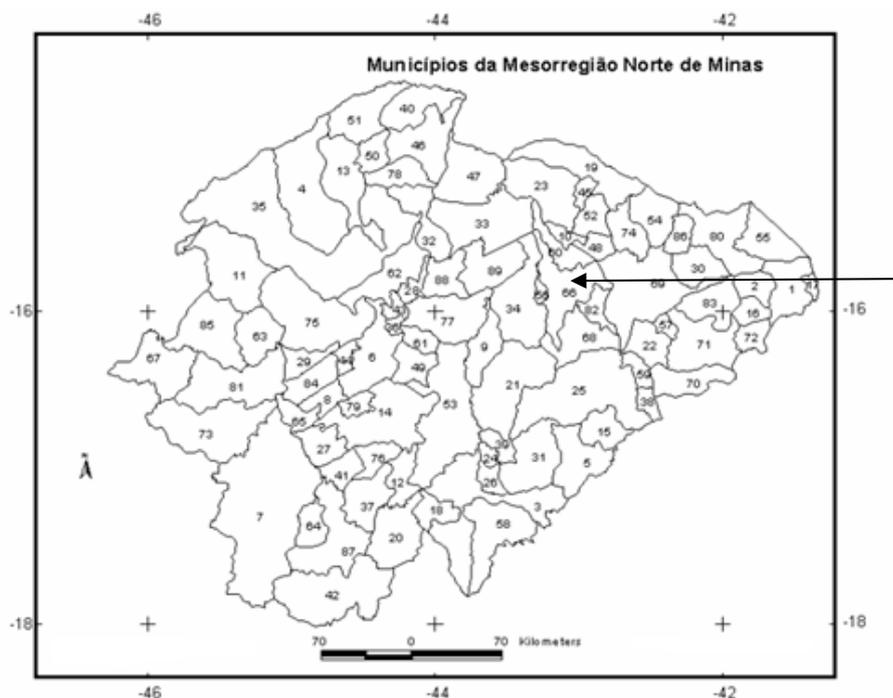
(1996, p. 4), “é uma área pertencente a um estado do Sudeste, mas que possui inúmeras características geo-sócio-econômicas semelhantes às verificadas nas regiões nordestinas”.

Figura 1 - Mesorregiões do Estado de Minas Gerais



Fonte: MINAS GERAIS. *Mesorregiões de Minas Gerais*, 2015.

Figura 2 - Municípios da mesorregião norte de Minas Gerais



1	Águas Vermelhas	31	Itacambira	61	Patis
2	Berizal	32	Itacarambi	62	Pedras de Maria da Cruz
3	Bocaiúva	33	Jaíba	63	Pintópolis
4	Bonito de Minas	34	Janaúba	64	Pirapora
5	Botumirim	35	Januária	65	Ponto Chique
6	Brasília de Minas	36	Japonvar	66	Porteirinha
7	Buritizero	37	Jequitaiá	67	Riachinho
8	Campo Azul	38	Josenópolis	68	Riacho dos Machados
9	Capitão Enéias	39	Juramento	69	Rio Pardo de Minas
10	Catuti	40	Juvenília	70	Rubelita
11	Chapada Gaúcha	41	Lagoa dos Patos	71	Salinas
12	Claro dos Poções	42	Lassance	72	Santa Cruz de Salinas
13	Cônego Marinho	43	Lontra	73	Santa Fé de Minas
14	Coração de Jesus	44	Luislândia	74	Santo Antônio do Retiro
15	Cristália	45	Mamonas	75	São Francisco
16	Curral de Dentro	46	Manga	76	São João da Lagoa
17	Divisa Alegre	47	Matias Cardoso	77	São João da Ponte
18	Engenheiro Navarro	48	Mato Verde	78	São João das Missões
19	Espinosa	49	Mirabela	79	São João do Pacuí
20	Francisco Dumont	50	Miravânia	80	São João do Paraíso
21	Francisco Sá	51	Montalvânia	81	São Romão
22	Fruta de Leite	52	Monte Azul	82	Serranópolis de Minas
23	Gameleiras	53	Montes Claros	83	Taiobeiras
24	Glaucilândia	54	Montezuma	84	Ubaí
25	Grão Mogol	55	Ninheira	85	Urucuaia
26	Guaraciama	56	Nova Porteirinha	86	Vargem Grande do Rio Pardo
27	Ibiaí	57	Novorizonte	87	Várzea da Palma
28	Ibiracatu	58	Olhos d'Água	88	Varzelândia
29	Icaraí de Minas	59	Padre Carvalho	89	Verdelândia
30	Indaiabira	60	Pai Pedro		

Fonte: GEOMINAS/UFV. *Municípios da mesorregião norte de Minas Gerais*, 2015. Destaque para o município de Porteirinha.

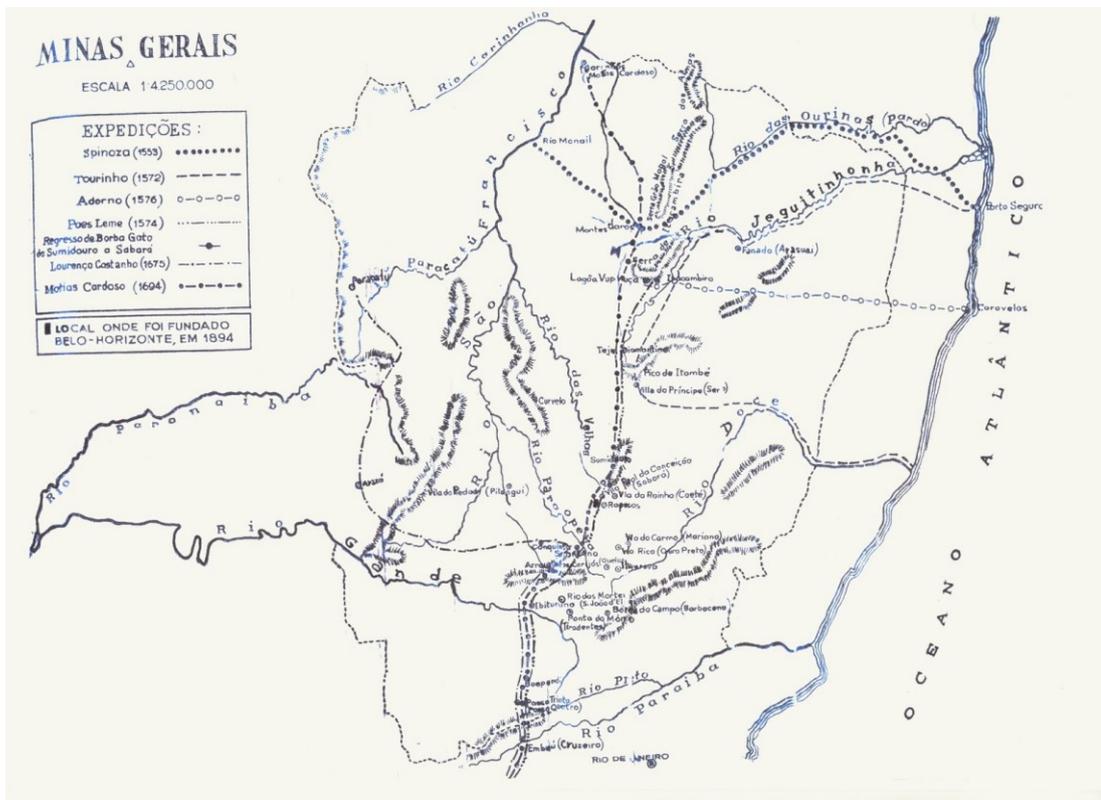
A ocupação e a exploração coloniais no norte de Minas, associadas ao processo de interiorização, foram resultados da expansão da pecuária nordestina e das bandeiras paulistas ao longo do rio São Francisco, e datam dos séculos XVI e XVII. Há divergências quanto à primazia das correntes de ocupação paulista e baiana no espaço regional²¹. Segundo Campos (2002), na historiografia a tendência hoje é admitir que as bandeiras paulistas e baianas ocuparam o sertão praticamente de forma simultânea. Contudo, essa discussão é secundária. O mais importante é notar que “ambas as correntes de povoamento/exploração produziram um mesmo conjunto de estruturas econômicas, sociais e políticas, assentado na criação de gado, na violência, nas relações de parentesco, na ordem privada e na formação de potentados rurais” (MATA-MACHADO, 1991, p. 36-37). No entanto, para Solá (1991), há cerca de 10.000 anos grupos indígenas já habitavam o norte de Minas Gerais, sobrevivendo da caça, pesca e

²¹ Sobre primazia da ocupação/exploração no norte de Minas Gerais, Anastasia (1983) defende as bandeiras paulistas. Já os trabalhos de Vianna (1935) e Pires (1979) defendem, com ênfase, a primazia baiana.

extrativismo. Posteriormente, surgiram outros grupos que, para seu sustento, praticavam uma agricultura rudimentar. A chegada de expedições na região nos séculos XVI e XVII, progressivamente, desagregou esta estrutura.

A primeira empreitada a penetrar a região norte-mineira, ainda no século XVI, foi a de Fernando Bruza Spinosa que, juntamente com a do jesuíta João de Aspilcueta Navarro, ficou conhecida como expedição Spinosa-Navarro (ver Figura 3).

Figura 3 - Primeiras expedições nas terras brasileiras



Fonte: TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1963.

Conforme registros da carta do Aspilcueta Navarro, de 24 de junho de 1555, a iniciativa de organizar essa expedição foi do governador Tomé do Souza, motivado pelas notícias da existência de pedras e metais preciosos nos sertões. Segundo Navarro (1901), Neves (1908a) e Vasconcelos (1974), os sertanistas, partindo de Porto Seguro, depois de muito andarem, chegaram ao rio Grande (hoje rio Jequitinhonha), de onde subiram e alcançaram uma dilatada serra (hoje Grão-Mogol, Itacambira). Depois chegaram às nascentes do rio Pardo e seguiram até um rio caudaloso (São Francisco), de onde retornaram. Ao realizarem um percurso de 350 léguas, os conquistadores retornaram ao litoral. Eles não levaram minérios nem pedras

preciosas, apenas informações sobre o sertão e sobre as prováveis riquezas existentes. Espinosa examinou os terrenos e encontrou indícios geológicos de ouro e de outros metais.

Reconhecida como a primeira incursão significativa nos sertões, a expedição Spinosa-Navarro inaugurou uma série de buscas incansáveis pelas supostas minas sertanejas, mobilizando a organização de outras entradas. Da Bahia, expedições saíram do litoral, adentrando os sertões. “Homens aventureiros e ansiosos à procura de metais preciosos valeram-se dos rios que davam acesso ao interior. Eles subiram os rios São Francisco, Paraguaçu, Grande, Verde, das Contas e navegaram o Jequitinhonha, o Pardo, o Doce, o Mucuri e o Gorutuba” (NAVARRO, 1901, p. 1561).

Azevedo (1996), em sua obra, *A cultura brasileira*²², destaca que o padre Aspilcueta Navarro,

foi, dentre os jesuítas, o primeiro que aprendeu a língua indígena e dela se utilizou desde 1550, na pregação aos selvagens, foi o primeiro mestre e missionário do gentio, e o primeiro nas entradas evangelizadoras aos sertões, que varou em 1553. De Porto Seguro, 350 léguas de périplo, às cabeças dos rios Jequitinhonha, vale do São Francisco, tornando ao litoral, pelo rio Pardo (AZEVEDO, 1996, p. 498).

Antes de partir para essa empreitada, o jesuíta escreve de Porto Seguro uma carta aos irmãos em Coimbra, Portugal:

Fiquei aqui somente por falta de padres e pela necessidade que havia na terra de despertar a gente que estavam e estão no sono do pecado, somente com nome de cristãos, embebidos em malquerenças, metidos em demandas, envoltos em torpezas e sujidades publicamente, o que tudo me causava uma tibieza e pouca fé e esperança de poder-se fazer fruto, contudo meti-me a apalpar, quis Nosso Senhor que alguns se apartassem dos pecados, uns tirando de si, outros casando-se, muitos cediam das demandas e libelos condescendendo a maus rogos, e outros, que me ajudavam, e desta maneira se reconciliavam muitos (NAVARRO, 1902, p. 552).

Adiante, conta seu pouco entusiasmo para partir terra adentro:

²² *A Cultura Brasileira*, publicada pela primeira vez em 1945, constitui uma obra de Fernando de Azevedo e, como tal, tornou-se um veículo divulgador de uma determinada visão de educação que, atrelada a certas concepções correntes na época acerca do povo e do papel do Estado, exerceu importância fundamental na elaboração de uma versão da história da educação brasileira que ainda hoje se faz presente. Constitui, ainda, um instrumento potencialmente revelador da relação entre intelectual e o poder instituído entre o campo educacional e o campo político institucional, durante as décadas de 30 e 40. Para Saviani (2013, p. 210), nesta obra, “Fernando de Azevedo faz a apologia do movimento da Escola Nova ao mesmo tempo em que exalta a nova política educacional do Estado Novo baseada na unificação/centralização do sistema educativo”.

Interim, encomendai-me muito ao Senhor, caríssimos, e porque nunca me achei em tanta necessidade como agora, por ir só entre leigos de diversas mais por terras cobertas e gentes bárbaras que se comem, que com lágrimas vos quisera escrever não a ida, senão meu pouco entusiasmo para tão grande empresa (NAVARRO, 1902, p. 559).

Entravam pelo sertão em terrenos inóspitos, visitando aldeias distantes, ou como diz Navarro “passamos assaz trabalho e perigos, por nos ser necessário andar de noite algumas vezes e por matos, porque cá não há os caminhos de Portugal, e há neles muitas onças e outras feras” (ibidem, p. 549).

Conforme Amado (1995), o conceito de *sertão*²³ era utilizado na época colonial para se referir à vasta zona “desabitada” pela capitania. Um “continente”, cuja área territorial era até então conhecida pelos colonizadores portugueses como um espaço interiorizado, amplo, longínquo e desconhecido. Para a América Portuguesa, a noção de sertão se referia ao espaço não alcançado pela colonização, opondo-se ao litoral, termo que comportava dois sentidos: “a faixa de terra junto ao mar e o espaço conhecido e dominado pelo colonizador; espaço da cristandade, da cultura e da civilização” (AMADO, 1995, p. 147-148).

Para Mader (1995), a região colonizada representaria o espaço ocupado pelo colonizador, figurando o mundo da ordem, do império português, que era estabelecida pelas instâncias de poder da Igreja e do Estado. Como antítese dessa região, o sertão era visto como “território do vazio, domínio do desconhecido, espaço ainda não preenchido pela colonização”. Por isso, “o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo” (MADER, 1995, p. 13).

Segundo Chaves (2006), a chegada de portugueses em áreas configuradas como de sertão e ocupadas pelos nativos foi resultado de demandas do processo de colonização. No caso da área norte-mineira, era habitada pelos índios aimorés, conhecidos como botocudos, pelos mongoiós, pelos pataxós, pelos tapuias, dentre outros. Apesar da grande diversidade, as culturas desses povos foram generalizadas pelos contemporâneos. As designações impuseram uma unidade cultural que não existiu, camuflando-lhes a identidade e promovendo um processo de desconstrução de suas sociedades. As constantes investidas das frentes de expansão e de ocupação forçaram os povos indígenas a se deslocarem, na tentativa de garantir sua sobrevivência. Entretanto, “os confrontos foram frequentes, intensificando-se à medida que os colonos se apropriavam das terras. A passagem de bandeirantes por locais habitados por esses povos resultava em escravidão, expulsão e morte” (CHAVES, 2006, p. 209).

²³ Detalhes acerca do conceito *sertão*, consultar Santos (2004).

Conforme Neves (1908), em sua obra *Chorographia do municipio de Rio Pardo*, ao analisar a carta do padre Aspilcueta Navarro, que descreve a expedição no interior do Brasil, notamos que a empreitada atravessou a Serra Geral no extremo norte de Minas e as nascentes do rio Serra Branca. O rio Serra Branca, junto com o rio Mosquito, são os principais cursos de águas naturais que abastecem o município de Porteirinha. Na carta, o jesuíta detalha os povos nativos: “da parte onde estávamos são os índios que deixei; da outra se chamam Tamoyos, inimigos deles; e por todas as outras partes Tapuyas” (NAVARRO, 1555 apud NEVES, 1908a, p. 370).

A expedição também passou pelo rio São Francisco através da região Gorutubana. Vejamos o trecho da carta:

Os dias aqui eram calorosos e a noite fria as quais passamos sem mais cobertura que a do céu. Foi neste ermo que passamos uma serra mui grande, que corre do norte para o meio dia e nela achamos rochas mui altas de pedra mármore. Desta serra nascem dois rios caudais: dois dele passamos que vamos sair ao mar entre Porto Seguro e Ilhéus: chama-se rio Grande [rio Jequitinhonha, chamado pelos índios de Iguaçu, água difícil], e outro rio das Orinas [rio Pardo]. Dali partimos e fomos até um rio mui caudal, por nome Para [significa na cultura indígena rio grande, mar, conhecedor ou colecionador de águas] que segundo os índios nos informaram é o rio São Francisco e é mui largo (NAVARRO, 1555 apud NEVES, 1908a, p. 371).

A carta ainda revela práticas catequistas impostas pelo jesuíta e pela comitiva aos nativos:

Vendo-nos, pois, neste aperto, pareceu a todos que ordenássemos barcos em que fôssemos pelo rio; e começou cada um [nativo] a fazer o que entendia porque não tínhamos carpinteiros; e assim nos assentamos em uma aldeia junto da qual passa um rio por nome *Monayl* [hoje, rio Jequitáí]. Fizemos logo uma cruz grande e a pusemos na entrada da aldeia, e junto desta fizemos uma ermida onde fazia práticas de Nosso Senhor aos companheiros, e com a licença de todos comecei de ir pelas aldeias, e logo na terceira onde fui achei as suas miseráveis festas (NAVARRO, 1555 apud NEVES, 1908, p. 378).

Nesta passagem, a tomada do território sertanejo colonial pela Igreja e pelo Estado foi simbolizada pela edificação da ermida e da cruz. “A cruz de madeira, de madeira indígena, trazida em procissão por portugueses e índios, e arvorada junto ao altar armando a céu aberto, é o símbolo augusto da conquista, à civilização cristã, das terras descobertas” (AZEVEDO, 1996, p. 238). A exemplo da ação no terreno sertanejo, foi feita a denominação Ilha de Vera Cruz, pelo historiador Pero Vaz de Caminha, às novas terras. Esse nome de batismo trazia uma inspiração do sentimento religioso que animava os descobridores e devia ser transferido do pequeno país peninsular ao vasto campo que então se abria a todo custo à propagação da fé e

ao esforço colonizador dos portugueses. A religião católica, ao tempo dos descobrimentos, já havia penetrado em toda a sua extensão no reino lusitano, desde as suas pequenas cidades às vilas, aldeias e povos indígenas, e preparou o arado das terras nativas, embalou suas crianças com as cantigas do menino Jesus e revestiu seu corpo nu de orações e Português (NETO; MACIEL, 2008).

A partir do século XVII, conforme Vasconcelos (1974), a região apresentou uma movimentação de índios nativos, denominados sertanejos, que se juntavam aos índios “domesticados” que fugiam do litoral, além de brancos e mestiços perseguidos pela justiça. Aliados aos índios sertanejos, estes se tornaram elementos perigosos, pois inquietavam fazendas e vilas do litoral, espalhando horror e medo. Após suas investidas, rumavam de volta para a região, onde não podiam ser encontrados. Ao permanecer ausente da presença dos colonizadores, que lá não encontravam riquezas, o sertão mineiro também abrigava aqueles que fugiam do esquema colonial português. Assim, não se submeter a Portugal em uma terra inicialmente inóspita, tornava a marginalidade um recurso necessário.

Segundo Cardoso (1996), a presença no sertão norte-mineiro de bandos formados por marginalizados pela ordem colonial que assolavam o litoral levou o Governo-Geral a restaurar no século XVII as bandeiras sertanejas. A intenção era que as bandeiras pacificassem a região e conquistassem o rio São Francisco, uma vez que este norteava os aventureiros no adentramento ao interior. As bandeiras expulsavam bandidos e tomavam posse de aldeias, a exemplo dos vales do rio Jequitai e rio das Velhas.

Sobre as comitivas expedicionárias do século XVII, Anastasia (1983, p. 23) afirma que “bandeiras paulistas descobriram um caminho entre as vilas de São Paulo e o rio São Francisco”; o denominou de Caminho Geral do Sertão, pelo qual entraram sertão adentro, conquistando índios tapuias e alcançando Bahia, Pernambuco e Maranhão. O trânsito por esse caminho tornou-se tão frequente que muitos bandeirantes o usaram para transportar suas famílias e se estabeleceram às margens do rio, dando início ao povoamento “branco”. Outro fator responsável pelo traçado das linhas do povoamento foi a presença do gado baiano, que tornou o norte de Minas Gerais, conhecido como os Currais da Bahia. O gado, à medida que se interiorizava, demarcava caminhos e guiava o homem mata adentro.

Para Mata-Machado (1991), a ocupação da região do norte de Minas remonta ao período das concessões de sesmarias²⁴, ainda no século XVII. As famílias de Garcia de Ávila e de

²⁴ De acordo com Silva (1996, p. 37), “o instituto das sesmarias foi criado em Portugal, nos fins do século XIV, para solucionar uma crise de abastecimento. As terras portuguesas ainda marcadas pelo sistema feudal eram, na

Antônio Guedes de Brito foram beneficiadas diretamente e receberam grandes sesmarias às margens direita e esquerda do rio São Francisco, especializando-se na criação de gado. Essas sesmarias foram conhecidas como o Morgado²⁵ da Casa da Torre e o da Casa da Ponte, respectivamente. Vamos detalhar o Morgado da Casa da Ponte, pois enfoca o local de estudo.

Em 2 de fevereiro de 1666, através de carta patente, Dom Vasco de Mascarenhas nomeou Antônio Guedes de Brito, Capitão de Infantaria, como Mestre de Campo e Regente do rio São Francisco, recebendo a extensa sesmaria em reconhecimento aos serviços prestados à Coroa Portuguesa, tanto no combate ao indígena quanto na luta e expulsão dos estrangeiros instalados no país. A Casa da Ponte possuía 160 léguas, desde o Morro do Chapéu até a barra do rio das Velhas. “Na impossibilidade de ocupar tão vastas sesmarias, seus proprietários arrendavam parte das terras e os currais se alastraram rapidamente” (MATA-MACHADO, 1991, p. 29). “Desde 1652 a Casa da Ponte já caminhava devorando terras, povoando desertos, construindo currais, conquistando o sertão, rumo ao São Francisco” (LINS, 1983, p. 27). Os domínios da Casa da Ponte chegavam até os sertões do rio Pardo e dos tributários do São Francisco, o rio Verde Grande, o Verde Pequeno e o Gorutuba.

Neves (1908b), em sua *Chorographia do municipio de Boa Vista do Tremedal*, faz uma interessante descrição acerca da dinâmica da ocupação dos colonizadores das terras próximas a Porteirinha/MG e a participação da Igreja Católica na catequese de índios e negros. Em tom de comemoração pelo fim do domínio português e pela conquista da autonomia política do Brasil, o autor mostra como era mediada a educação informal aos negros e índios na região:

até 1800 são um tanto obscuras as notícias de entradas por terras do Tremedal²⁶, que pertenceram ao domínio da Casa da Ponte. O Conde da Ponte, para colonizar as terras do sertão do rio Pardo, Urubu e Caetité, mandava portugueses e africanos a estabelecer fazendas de criar e de lavoira em lugares apropriados, por ventura acompanhados de padres jesuítas encarregados de catechese do gentio; isso ainda na segunda metade do século decimo oitavo. Creou um livro geral de tombamento de terras [...] (NEVES, 1908b, p. 226).

maioria, apropriadas e tinham senhorios, que em muitos casos não as cultivavam nem arrendavam. O objetivo básico da legislação era acabar com a ociosidade das terras, obrigando o cultivo sob pena de domínio”.

²⁵ Segundo Mattoso (1992, p. 137), “o regime de Morgadio consistiu num antigo estatuto jurídico português de origem feudal que permitia a vinculação institucional de um conjunto de bens que não se podia alienar nem dividir. A propriedade transferia-se, por morte do titular, ao primogênito, como nas sucessões de poder nos regimes monárquicos, e na ausência deste, de livre nomeação do titular. Cada herdeiro incorporava obrigatoriamente ao morgado parte dos bens imóveis livres e gastava com obras pias mais ou menos a centésima parte das rendas das propriedades vinculadas”.

²⁶ Boa Vista do Tremedal ou, simplesmente, Tremedal (hoje Monte Azul), localiza-se a 80 quilômetros de Porteirinha/MG.

Estudiosos como Cardoso (1996), Vasconcelos (1974) e Anastasia (1983), que empreenderam pesquisas sobre a região norte-mineira, afirmam que a mais importante expedição que marcou o processo de colonização/exploração nas áreas mineiras banhadas pelo rio São Francisco foi a do bandeirante Matias Cardoso de Almeida. Em alvará de 2 de março de 1690, a Coroa doou uma sesmaria ao tenente-general Matias Cardoso de Almeida e a mais dezenove companheiros. A doação foi uma recompensa à campanha militar liderada pelo tenente-geral contra nativos do Ceará e do Rio Grande, empreendida entre 1689 e 1694.

Para Oliveira (2004, p. 106), é a partir da expedição de Matias Cardoso que se deu a fundação dos primeiros povoados na região do norte de Minas Gerais:

Matias Cardoso desceu o Rio São Francisco em 1689, instalando-se em local denominado Arraial do Cardoso. Neste local, Matias Cardoso esperou por um ano o Coronel Amaro, que ali chegou acompanhado de 600 homens. Após quatro anos de campanha, em que grupos indígenas que ali estavam estabelecidos foram massacrados e/ou transformados em escravos, os integrantes da expedição [...] construíram povoados, e se estabeleceram na região como criadores de gado. Como exemplos desses povoados podem-se citar: Matias Cardoso (primeiro na região, cujo nome homenageia o seu fundador); Barra do Rio das Velhas (posteriormente conhecido como Guaicuí); Olhos D'água e Formigas (hoje conhecida como Montes Claros), [...]; além de São Romão e Porto do Salgado (hoje Januária).

Antônio Gonçalves Figueira também aparece entre os primeiros colonizadores da região por conquistar terras e fundar a fazenda denominada Formigas, espaço hoje ocupado pela cidade de Montes Claros²⁷. Corroborando com este pensamento, Anastasia (1983, p. 32) informa que:

Os dois mais célebres destes criadores, donos de incontáveis léguas quadradas formam Matias Cardoso de Almeida e Antônio Gonçalves Figueira, grandes sertanistas. A muitos de seus parentes e amigos arrastavam para perto de si, tornaram-se fundadores de novos e grandes currais como naquele tempo se dizia. Em torno de Antônio Gonçalves Figueira [fundadores do Arraial de Formigas] fixaram-se seu pai, irmãos e cunhados. Tiveram colossais propriedades, sobretudo no Rio Verde Grande.

Nesse sentido, para Anastasia (1983), o empreendimento da colonização do sertão foi predominantemente privado. Depois de uma série de expedições de abertura de caminhos, no século XVI o governo português relegou essa área, pois ela não se inserira em seus projetos de

²⁷ Segundo Carlos Alberto Dayrel (1998, p. 67), “a ocupação deste território pelos bandeirantes não foi pacífica, pois a resistência indígena foi intensa, mas não vitoriosa. Entre 1650 e 1720, aconteceu um verdadeiro genocídio nesse vale provocado pelos colonizadores no intuito de ocupar as terras habitadas pelos indígenas”.

produção para exportação. Os colonos assumiram a tarefa de conquistar o território e se estabelecer, desenvolvendo atividades de pecuária e de agricultura. Nesse momento, apesar do interesse em garantir o território contra possíveis invasões estrangeiras, a administração colonial se limitou a doar sesmarias. O governo português se omitiu em intervir no sertão, mantendo sua jurisdição nos centros urbanos litorâneos.

No entanto, conforme Simonsen (1967, p. 78), “a partir do final do século XVII, houve participação da administração colonial na procura de jazidas minerais nesse território, iniciando ali uma atividade mineradora”. Essas demandas da área mineradora contribuíram para dinamizar a economia da região. Assim, quando as minas foram descobertas na região central da capitania, no final do século XVII, já havia se constituído uma sociedade agropastoril no norte, observa Mata-Machado (1981).

Para Silva (1998), no século XVII, quando ocorreram as entradas dos portugueses, já havia razoáveis conhecimentos ou informações das condições e potencialidades das terras interioranas. Vários caminhos já haviam sido abertos, geralmente aproveitando as facilidades de transporte oferecidas pelos rios Jequitinhonha, Doce, Paraguaçu, Pardo, Real, São Francisco e seus tributários.

A pecuária extensiva e a agricultura de subsistência foram a base da economia regional nos séculos XVII, XVIII e XIX. A pecuária adentrou a região norte-mineira, favorecidas pelas pastagens naturais e terrenos salinos. Os fazendeiros obtinham suas rendas da venda do gado (carne e força motriz) para a zona açucareira e da exportação de couros. “A economia regional foi uma extensão da economia açucareira nordestina”, afirma Rodrigues (1998, p. 8).

Conforme Andrade (1980), a agricultura de subsistência articulava-se com a pecuária extensiva. Ao lado das fazendas formavam-se pequenas povoações onde viviam vaqueiros, agregados, trabalhadores livres e escravos, que cultivavam milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar. Os vaqueiros constituíam um caso específico: eram remunerados com a quarta parte dos bezerros que nasciam e podiam criar animais pequenos e montar roçados nas várzeas.

Essa dinamização da região norte-mineira deu-se, segundo Anastasia, devido a sua posição estratégica: “centro geográfico do intercâmbio que se estabeleceu, localização às margens do São Francisco, marginado por rota terrestre já existente” (ANASTASIA, 1983, p. 37). Assim, os produtos e comerciantes da região intermediavam o fluxo de mercadorias entre o centro minerador (Vila Rica, Diamantina e Sabará) e as capitanias da Bahia, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, além de comercializar os próprios produtos (carne, mandioca, arroz, açúcar, couro e algodão). “Foi em virtude do intenso comércio com as Minas que povoações ribeirinhas

como Barra do Guaicuí, Januária e São Romão se tornaram “centros comerciais”; integradas às Minas, a economia do sertão se consolidou” (PEREIRA, 2007, p. 33).

Estudos de Botelho (1994) indicam que até meados do século XIX estas cidades, localizadas às margens do rio São Francisco, desempenharam importante papel no comércio regional. Porém, progressivamente, Montes Claros foi se firmando como o principal centro político e econômico da região, ascensão que alterou o eixo econômico regional naquele período: o norte de Minas Gerais passou a ter uma maior ligação com o Centro-Sul Mineiro, com a Zona da Mata, emergente na cafeicultura, e com o Rio de Janeiro, que ganhou novo impulso com a chegada da Corte Portuguesa. As províncias de Goiás e da Bahia, parceiras tradicionais de Minas Gerais, entraram em franco declínio no século XIX. “Após 1930, Belo Horizonte começou a se tornar o centro comercial e de transportes da metade ao norte de Minas. Como resultado a isso, enfraqueceram-se as relações comerciais do norte de Minas com a Bahia” (WIRTH, 1982, p. 98).

Conforme Pereira (2007), a pecuária era a atividade mais importante na economia regional. O algodão teve certa expressão comercial no século XIX, principalmente em virtude da crise na produção norte-americana na década de 1860, em consequência da Guerra da Secessão. Porém, a atividade algodoeira não significou alterações nas relações de produção predominantes na região, funcionais à pecuária extensiva e à agricultura de subsistência.

É importante ressaltar, ainda de acordo com o autor, que a sobrevivência desta estrutura arcaica forjada nos tempos coloniais não equivale a isolamento ou incompatibilidade com a dinâmica capitalista prevalecente nos grandes centros econômicos. Com relação ao isolamento cultural e político, os estudos de Jesus (2005), Chaves (2012) e Bieber (2002) mostram como os moradores de cidades e vilas como Montes Claros, Januária e Rio Pardo de Minas participavam ativamente dos debates políticos que se travavam em âmbito nacional e como a presença do Estado, apesar de ainda precária, condicionava o cotidiano da população.

Segundo Holanda (1963), a Coroa Portuguesa, nos dois primeiros séculos de exploração colonial, limitou-se ao latifúndio rural litorâneo. Não existiam pretensões em colonizar os sertões habitados por índios. O povoamento destas regiões foi desempenhado pelas bandeiras em busca do ouro.

Em 1720 foram descobertas jazidas na Bahia, Goiás e Mato Grosso. Conforme Paula (1988), a extração do ouro entre 1700 e 1766 promoveu Portugal a um dos grandes centros comerciais da Europa. Segundo Silva (2000), foi encontrado ouro de aluvião ao longo da Serra do Espinhaço, a cordilheira que atravessa a então capitania de norte a sul na direção de Ouro Preto e Diamantina, separando a bacia do rio Doce da bacia do rio São Francisco e seguindo

em direção à Bahia. O minério desencadeou um processo histórico que promoveu transformações na colônia e na metrópole portuguesas. O ouro e, posteriormente, os diamantes, descobertos ao norte da capitania, atraíram legiões de pessoas de toda a colônia, de Portugal, especialmente da região Norte, e de outros países europeus. Paula (1988) afirma que, internamente, a migração foi facilitada, também, pela crise em curso na lavoura canavieira do nordeste, com o deslocamento de contingentes de pessoas das áreas açucareiras para as áreas mineradoras.

A ocupação do território pelos aventureiros ocorreu com espantosa rapidez, embora em condições adversas, como as distâncias, a precariedade dos caminhos e os perigos iminentes. Para atender à demanda de trabalho da nova atividade mineradora, foi ampliado o número de africanos escravizados, que já somava centenas de milhares desde o final do século XVII no trabalho na agroexportação e em outras formas de produção colonial²⁸. Nesse território, que foi conquistado por aventureiros ávidos por fortunas, instalou-se, em 1720, a capitania das Minas. Nela, instituiu-se uma complexa estrutura administrativa, com mecanismos de controle sobre a área que se tornou a mais importante da colônia no século XVIII.

Por outro lado, a autoridade do chefe proprietário de terras era incontestável e se estendia às pessoas escravizadas e aos agregados, dilatando o círculo familiar e alargando sua autoridade. O quadro familiar, que se estendeu para fora do ambiente doméstico, modelou toda a organização social e política, como bem elucida Holanda (1963, p. 82):

A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública e todas as nossas atividades. [...] A família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica. Naturalmente particularista e anti-política, uma inversão do público pelo privado, do Estado pela família.

Segundo Pereira (2002), para o atendimento de uma demanda que se expandia rapidamente, estruturavam-se na região enormes fazendas de gado, além de uma lavoura de gêneros de subsistência. Deste movimento decorreu uma reduzida capacidade de organização social e, conseqüentemente, a solidariedade só existiu nos círculos íntimos e domésticos (espaço privilegiado das relações sentimentais), trazendo consigo dois valores muito caros a essa

²⁸ Sobre as estimativas relativas ao número de africanos escravizados no Brasil no período dos séculos XVI e XIX, conferir Conrad (1985). Para as estimativas referentes à capitania das Minas, conferir Klein (1987).

1.2 Porteirinha, cidade norte-mineira

Imersa no processo de expansão mineradora e aliada às fazendas de gado com lavouras de gêneros de subsistência, a ocupação da região na qual hoje se localiza o município de Porteirinha ocorreu no início do século XVIII. Conforme relato de Plínio Mota Neto, agente municipal de estatística de Porteirinha, em 1949, publicado na *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município foi retratado da seguinte forma:

O local possuía uma pequena clareira no coração das matas que separava a vila de Mato Verde do povoado de Riacho dos Machados; e servia de pouso aos que vinham do nordeste e do sertão baiano procurando encurtar a trilha que levava à terminal da estrada de ferro, em Sabará. Uma brecha entre os altos troncos, de um lado e do outro da clareira servia de acesso. Era como uma porteira. Os que para ali se dirigiam em busca de pouso se referia ao local como Porteirinhas (IBGE, 1959, p. 406).

Dermeval Assis de Rocha, secretário da Prefeitura, por meio de entrevista cedida ao jornal *O Libertador*, em 1948, também descreve o local:

Porteirinha foi o primeiro nome deste município, o qual é conservado até o presente. A sua origem vem de tempos remotos em que os tropeiros da época faziam longas excursões no transporte de víveres, algodão, couros etc. do alto sertão baiano ao ponto final da estrada de ferro em Minas, naquele tempo Sabará. Faziam aqui os tropeiros ponto forçado de dormida e descanso para as tropas, às margens do rio Mosquito. Dada a espessura da mata impenetrável, fácil se tornava aos tropeiros o domínio sobre os seus lotes, pois, era bastante fechar com porteiras os pontos de acesso e a tropa virtualmente estava em cerco. A principal saída era a do norte e aí estava assentada uma porteira a que os tropeiros chamavam “Porteirinha”. Nome popular e pitoresco é até hoje conservado para a denominação da localidade (O LIBERTADOR, 1948, p. 3).

Com a divisão administrativa do Estado, fixada pela Lei estadual n. 843, de 7 de setembro de 1923, o distrito de Porteirinha, sob a designação de São Joaquim de Porteirinha, “se manteve integrante ao vasto município de Grão Mogol até o ano de 1938, quando aquele se emancipa politicamente” (IBGE, 1959, p. 407). Conferir na figura que se segue a localização do então distrito Porteirinha no mapa do município de Grão Mogol:

Figura 5 - Município de Grão Mogol e seus distritos (1924)



Fonte: FREITAS, Mário Martins de. *O município de Grão Mogol - estudo geológico, mineralógico, histórico, econômico e social*. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1957, p. 143.

Nas palavras de Freitas (1957, p. 2), na época da grande mineração do diamante e da busca do ouro e das pedras verdes, “o território de Grão Mogol se estendia pelos imensos vales dos rios Gorutuba²⁹, Verde Grande e o Pequeno, pelas terras salitradas de Salinas e pelos famosos campos do Itacambira, abrangendo parte de quase todos os municípios vizinhos”.

²⁹ Os rios Mosquito e Serra Branca, que banham o município de Porteirinha, são afluentes do rio Gorutuba.

Falemos, portanto, um pouco sobre o município de Grão Mogol que, por quase cem anos, teve Porteirinha como seu distrito.

Para Freitas (1957, p. 3), Grão Mogol

foi palmilhado por furiosos bandos de garimpeiros provenientes dos sertões baianos ou acorridos do Distrito Diamantino, e por desabusados boiadeiros, que, aqui, ali e acolá, em campos de pouso, na mesma trilha dos bandeirantes e sertanistas, ou em novos caminhos por eles abertos, fundaram desordenadamente numerosos arraiais, que se tornaram nas diversas localidades de hoje, inclusive a velha cidade de Grão Mogol.

Antes de ser elevada à categoria de vila, “Grão Mogol já despertara para o mundo como região diamantífera devido aos belos brilhantes saídos dos leitos de seus rios e das escarpas de suas montanhas, ainda inesgotáveis” (ibidem, p. 130). O local passou a se destacar pelo movimento do comércio de diamantes, explorados inicialmente de forma clandestina. Isso passou a incomodar a Coroa Portuguesa, que logo enviou um representante para assumir o controle da exploração e comercialização dos diamantes (IBGE, 2016a).

De acordo com os dados do IBGE (2016a), a sua primeira organização política se deu pela Lei Provincial n. 184, de 13 de abril de 1840, quando o arraial³⁰ foi elevado a distrito com a denominação de Grão Mogol, subordinado à vila de Montes Claros de Formiga. Pela Lei Provincial n. 171, de 23 de março de 1849, foi elevado à categoria de vila com a denominação de Grão Mogol, desmembrando-se de Montes Claros de Formiga. Posteriormente, foi elevado à condição de cidade com a denominação de Grão Mogol, pela Lei Provincial n. 859, de 14 de maio de 1858. “A sua superfície era calculada em 525 léguas quadradas, abrangendo terras nos vales do Jequitinhonha e se estendendo até o vale do São Francisco, constituindo um dos maiores territórios do Estado” (FREITAS, 1957, p. 145).

Durante décadas, Grão Mogol se destacou como uma das mais importantes cidades da região norte-mineira, como caracteriza o IBGE (2016a). Pelo censo geral do Brasil realizado

³⁰ No Brasil colonial, povoações ou arraiais eram elevados a vilas, e estas a cidades, de acordo com o sistema português. Durante o período imperial, mesmo após a Independência, o país continuou seguindo o modelo administrativo português. A designação *vila* correspondia à sede dos distritos e da povoação principal. O termo vila era utilizado também como sinônimo de uma circunscrição em âmbito do poder civil-administrativo. Uma povoação ou arraial que era elevado ao foro de vila passava por transformações significativas, conformando-se como núcleo de poder local em âmbito administrativo e político. Assim, com a designação de vila, um arraial ou distrito adquiria a sua autonomia político-administrativa, constituía sua câmara de vereadores, ganhava o direito de cobrar impostos e baixar posturas, recebia um juiz de fora, um pelourinho e a cadeia. Isso favorecia seu desenvolvimento em vários aspectos, como o urbano e o econômico. Os territórios que ficam sob jurisdição da vila são chamados de *distritos*. A designação *cidade* constituía em título honorífico concedido às vilas que exerciam funções importantes em âmbito religioso, político ou militar, correspondendo a uma graduação superior. Já os *arraiais* eram povoações de menor graduação que as vilas, localizados nos distritos (CHAVES, 2012).

em 1890, a sua população era calculada em 62.136 habitantes, distribuídos nos distritos de Santo Antônio do Itacambiruçu da Serra do Grão Mogol (sede), São José do Gorutuba, Riacho dos Machados, Santo Antônio do Gorutuba, Santo Antônio da Itacambira, Nossa Senhora da Conceição da Extrema e Nossa Senhora da Conceição do Jatobá (IBGE, 1959). Importante destacar que Nossa Senhora da Conceição do Jatobá, Riacho dos Machados e São José do Gorutuba se tornariam mais tarde territórios pertencentes a Porteirinha.

Localizada a 20 quilômetros de Porteirinha, a região do Gorutuba era um importante local de garimpo e de terras férteis da época, e foi povoada pelo bandeirante Manoel Affonso de Siqueira³¹. Neves (1908a, p. 370) escreve:

quando o paulista Manoel Affonso de Siqueira, com sua numerosa bandeira, em 1759 penetrou no vale do [rio] Gorutuba, ali já encontrou numerosas famílias baianas fixadas à terra e com desenvolvidas culturas e currais de gado, tendo, por isso, se espalhado com sua gente pelas vertentes da Serra do Gorutuba e deram origem à fundação de várias localidades. Além da busca do ouro, se dedicaram à criação de gado nos vastos campos do Gorutuba e do rio Verde.

Saint-Adolphe, em seu *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo, do Imperio do Brazil*, de 1845, descreve com maiores detalhes a região do Gorutuba:

O Gurutuba constitui numa grande freguezia da provincia de Minas-Geraes, na comarca do Jequitinhonha. Em 1760, Manoel Affonso de Sequeira, com dous irmãos seus, descobriram o rio aurifero de Gorutuba, e assentaram morada às suas margens. Uma capella da invocação de Santa-Anna, sita na fazenda chamada de *Serra-Branca*, foi largo tempo a unica igreja que havia num vasto territorio que pertencia á freguezia de Morrinhos³². Aquelles dos moradores que residiam mais distantes d'ella erigiram sucessivamente a igreja de São-José, do Pilar e de Santo-Antonio. A de São-José, por ser a mais central, por um decreto de 14 de julho de 1832, receboo o titulo de parochia, ficando as duas outras mais distantes assinaladas por filiais dela.

³¹ Segundo Freitas (1957, p. 140), “o bandeirante paulista, Manoel Affonso de Siqueira, juntamente com portugueses e baianos, foram os primeiros aventureiros a se instalarem na região de Grão Mogol em meados do século XVIII em busca de ouro e de diamante, além de introduzir manadas de gado nos campos banhados pelos rios Gorutuba e Verde”.

³² O povoado de Morrinhos (hoje Matias Cardoso) localiza-se no norte de Minas Gerais. Segundo o IBGE (2016b), pouco depois do ano de 1660, o povoado foi fundado por Matias Cardoso de Almeida e seu grupo, que se estabeleceram às margens do rio São Francisco. Essa foi a primeira povoação duradoura a se estabelecer no território mineiro, apesar de na época pertencer à Capitania da Bahia. Desde sua fundação, o comércio com a sociedade baiana era tão intenso e lucrativo que possibilitou à população de Morrinhos construir uma imensa igreja, a primeira de Minas Gerais, ainda hoje existente na cidade de Matias Cardoso, e dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Constituiu-se como a primeira freguesia no território do Estado de Minas Gerais. Fato que ocorreu no ano de 1695, antes mesmo da fundação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo, hoje Mariana, em julho de 1696 (IBGE, 2016b).

Um segundo decreto de 7 d'Agosto [de 1832³³] instituiu nesta freguezia uma escola de primeiras letras³⁴. Consta o seu vasto termo d'altas serras e de dilatados campos, e encerra obra de 60 fazendas, onde ha dés annos não havia senão 1,600 habitantes, que se occupam na criação de gados, os quaes levam a pastar nos montes e valles, conforme a estação, o que não tolhe de perderem muitos de calor e de fome nos tempos seccos. Alguns individuos habitam ainda as areas dos ribeiros que engrossam o rio Gorutuba para colher algum ouro: para evitar o contrabando d'este metal bem como o dos diamantes, estabeleceo-se ali um registro. Por lei de 24 de março de 1840, as povoações de São-José, Santo-Antonio e Santa-Anna foram todas tres annexadas ao districto da nova villa do Grão-Mogór (SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 436-437).

“Com a crescente ocupação, os aglomerados foram surgindo e, na fazenda da Serra Branca, foi erguida uma capela dedicada à Santa Anna, sendo o primeiro templo religioso católico construído no vasto território então sujeito à Paróquia de Morrinhos” (FREITAS, 1957, p. 140). A capela³⁵, além de servir ao cultivo espiritual, prestava apoio ao registro fiscalizador de metais e pedras preciosas da metrópole portuguesa, na região³⁶.

Em 22 de setembro de 1921, São Joaquim de Porteirinha era sede de distrito e pertencente ao município de Grão Mogol; mais tarde, esse distrito fora transferido para Nossa Senhora da Conceição do Jatobá, atual Serranópolis de Minas (conferir Figura 5). De acordo com o Mapa do município de Grão Mogol³⁷, em 1920 o distrito de Jatobá possuía uma população de 10.857 pessoas, o que equivale a 16% da população do município de Grão Mogol, que contava com o total de 67.290 pessoas. Jatobá possuía a segunda maior população, perdendo somente para a sede do município de Grão Mogol.

³³ Para detalhes, conferir Brazil (1874).

³⁴ A instalação da Escola de Primeiras Letras se dá por meio da Lei Geral da Instrução Pública, de 15 de outubro de 1827. A Assembleia Legislativa aprova a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias. A mesma lei estabelecia o seguinte: os presidentes de província definiam os ordenados dos professores; as escolas deviam ser de ensino mútuo; os professores que não tivessem formação para ensinar deveriam providenciar a necessária preparação em curto prazo e às próprias custas; determinava os conteúdos das disciplinas; devem ser ensinados os princípios da moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana; deve ser dada preferência aos temas, no ensino de leitura, sobre a Constituição do Império e História do Brasil (BRASIL, 1827).

³⁵ A capela de Nossa Senhora Santa Anna, localizada a 14 quilômetros de Porteirinha, ainda mantém forte a tradição das festividades religiosas no mês de julho, sendo considerada, também, a principal atração cultural da cidade (PORTEIRINHA, 2002).

³⁶ Em 12 de fevereiro de 1800, a Secretaria de Governo da Capitania nomeou Joaquim José de Sá para o cargo de Guarda-Mor Substituto no Distrito de Gorutuba e Capela de Santana da Serra Branca. Maiores detalhes consultar Secretaria de Governo da Capitania de Minas (1800).

³⁷ COMISSÃO MINEIRA DO CENTENARIO - BELLO HORIZONTE - 1924. *Município de Grão Mogol*. Juiz de Fora: Lith Hartmann, 1924. In: FREITAS (1957, p. 143).

Dado o crescimento do povoado de São Joaquim de Porteirinha³⁸, o presidente da Câmara Municipal de Grão Mogol, Pedro Laborne, aprovou o Decreto n. 137, de 1930, que autorizava a divisão de lotes no distrito:

Art. 1º - O terreno de propriedade da Camara Municipal de Grão Mogol, na fazenda do Sitio Novo, districto de Porteirinha, [...] será dividido em duas zonas: uma urbana e outra rural.

Art. 2º - A zona urbana compreenderá todo o territorio destinado ao arraial de Porteirinha, cuja área deverá ser de 600.000 metros quadrados mais ou menos.

Art. 3º - O terreno urbano será dividido em lotes de 800 metros quadrados, sendo separados por nivel em linha recta.

§ único - Nessa divisão, respeitar-se-á, na medida do possível, a área já ocupada pelos proprietarios com suas casas e quintaes, desde que não prejudique os alinhamentos das ruas. [...]

Art. 5º - Dentro do provimento reservado ao arraial só se construirão casas para residencia, comercio, industria ou edificios publicos. [...]

Art. 12 - *O Presidente da Camara Municipal doará ao Patrimonio de São Joaquim de Porteirinha*³⁹ *o terreno que for necessario ao aumento de sua Igreja, no arraial [...]* (GRÃO MOGOL, 1930, p. 8, grifo nosso).

A organização do espaço urbano de Porteirinha foi iniciada no começo do século XX. Estava instalada somente a Capela de São Joaquim em um largo e, ao seu redor, pequenas mercearias, mercado, pensões, escola e algumas casas residenciais. Neste período, os dirigentes políticos tentaram organizar o distrito de forma mais racional. O acúmulo de residências, as casas comerciais nascentes e o aumento do número de pessoas que passavam pelo local justificavam tal ação. Também era preciso aumentar os espaços de culto cristão. Pode-se dizer que Porteirinha nasceu cristã, como quase todos os municípios brasileiros, e era importante organizar espaços físicos, direcionar ruas, esquadrihar quarteirões e manter a atmosfera de

³⁸ Porteirinha possuía uma boa arrecadação. Por exemplo, de acordo com o balanço de previsão de receita e despesa do município de Grão Mogol, por distritos, de 1936, Porteirinha teve uma receita de Rs 31:368\$571, ocupando a terceira colocação entre os sete distritos, ficando atrás apenas de Cristália e da sede, com Rs 34:468\$578 e Rs 37:689\$592, respectivamente. Os distritos de Itacambira, Santo André e Gorutuba eram os que arrecadavam menos, pois apresentavam receita de Rs 9:468\$573, Rs 8:068\$571 e Rs 7:669\$571, respectivamente (GRÃO MOGOL/MG. Decreto n. 225, de 31 de dezembro de 1935. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1936. Livro 3 - *Leis e decretos municipais*. Grão Mogol/MG, 31 de dezembro de 1935, p. 15). De acordo com John D. Wirth, “até 1942, o mil-réis era a moeda corrente no Brasil. O conto, que equivalia a mil-réis (escreve-se 1:000\$000) era a maior unidade monetária” (WIRTH, 1982, p. 18).

³⁹ Conforme Joaquim Ribeiro Costa (1970), na época cada arraial ou povoação recebia o seu respectivo topônimo representado por um acidente geográfico (rio, serra etc.); ou por um nome do calendário cristão; ou ainda por um nome do calendário cristão juntamente com o do acidente; e também pelo nome de uma propriedade ou do seu proprietário ou morador. Deste modo, o topônimo São Joaquim de Porteirinha invocava o nome do santo católico e a tradicional denominação do lugar.

religiosidade e fé na povoação que crescia. Daí a necessidade de aumentar o templo religioso católico pela doação do terreno à Igreja Católica.

Parece evidente que a necessidade de espaços onde os fiéis pudessem satisfazer suas obrigações religiosas foi aumentando à medida que a população crescia. Estes espaços eram importantes por se constituírem locais de encontro onde ocorria uma boa parte da vida social, isto é, eles representavam a concentricidade religiosa, política e econômica. Com tais aglomerações, formava-se, também, um mercado local com suas atividades rurais e artesanais/manufatureiras.

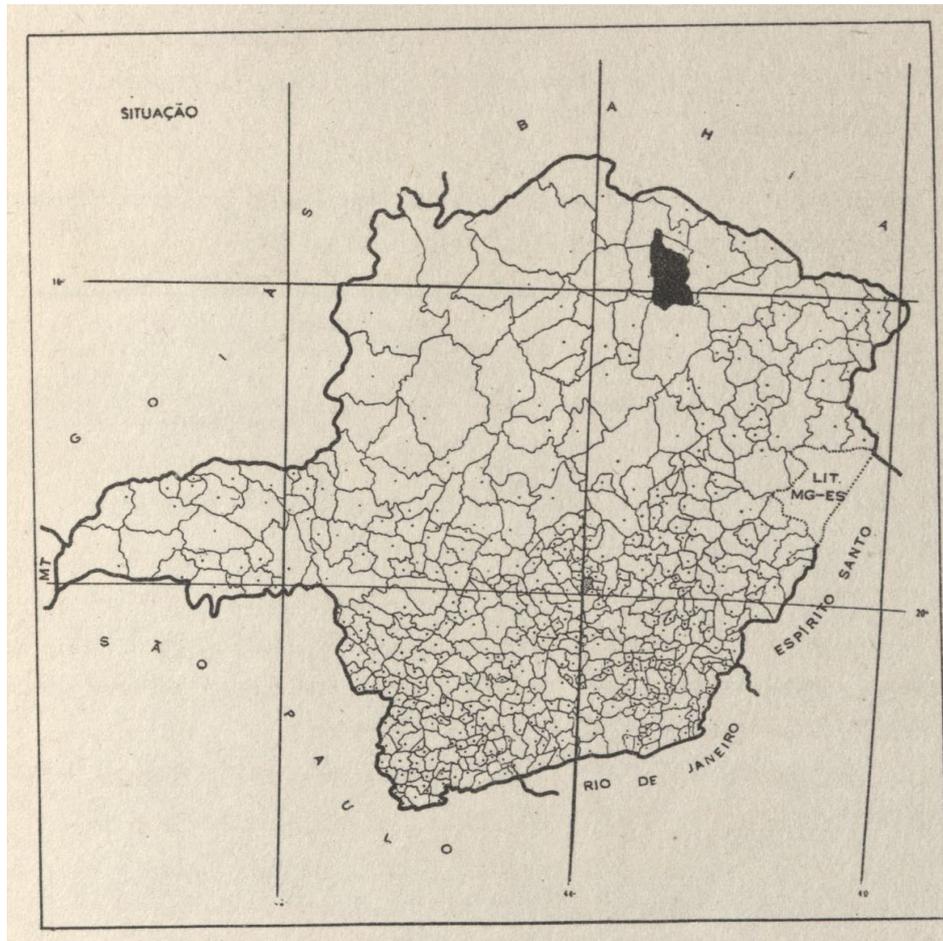
Neste sentido, obedecendo à Constituição do Estado de Minas Gerais de 1891, o então distrito foi emancipado, pois era dotado de uma população relativamente grande (superior a 10 mil habitantes), possuía boa renda líquida anual, alguns edifícios públicos como mercado, matadouro, cemitério e escolas⁴⁰, e demonstrava capacidade e condições para a construção da sede do novo governo municipal. Sua emancipação aconteceu em 17 de dezembro de 1938, pelo Decreto-lei estadual n. 148, que estabeleceu a divisão judiciário-administrativa do Estado, a vigorar de 1937 a 1943” (FREITAS, 1957, p. 143).

Geograficamente, o município de Porteirinha está localizado na área mineira do polígono das secas, mesorregião semiárida do norte de Minas Gerais, microrregião de Janaúba. A sede municipal está situada a 755 metros de altitude e dista da capital do Estado 593 quilômetros (ver Figura 6).

Segundo o IBGE (1947), o município de Porteirinha foi criado com a unificação de quatro distritos: o da sede, Gorutuba, Serranópolis e Riacho dos Machados. “Contando com áreas territoriais populosas, terras férteis e extensas para a criação e cultivo da lavoura, o recente município, no recenseamento geral de 1940, contava com uma população de aproximadamente 20.686 habitantes” (IBGE, 1947, p. 406).

⁴⁰ Os Decretos n. 151 e 166, que orçam as receitas e fixam as despesas do Município de Grão Mogol para os exercícios de 1933 e 1934, respectivamente, mostram, por exemplo, gastos com o mercado, com a instrução primária e com diversas obras públicas no distrito de Porteirinha. Maiores detalhes consultar GRÃO MOGOL (1932, 1934).

Figura 6 - Localização do município de Porteirinha/MG



Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Vol. XXVI. Rio de Janeiro, 1959, p. 407.

Durante a década de 1940, o município construiu um posto de saúde, o grupo escolar, a biblioteca, um cemitério com dimensões maiores, um matadouro maior e mais organizado, arborizou e modernizou a praça principal, construiu, também, os primeiros prédios para a administração pública, as casas comerciais se expandiram e a tipografia fora ampliada, dando assim os contornos às primeiras características de cidade (IBGE, 1959). Os armazéns e casas comerciais se destacavam, pois atraíam os moradores da roça para a cidade, que iam em carroças ou em carros de bois buscar alimentos e ferramentas para a labuta diária. Na antiga rua Baiana, próxima à praça da Igreja, pensões, hotéis, mercearias, armazéns e cartórios eram ladeadas por um número cada vez maior de residências. Mais tarde, no fim da década de 1940, também foram surgindo bancos, loteamentos, a Comarca e outros prédios públicos, todos considerados atributos necessários para se reconhecer o lugar enquanto cidade.

Para falar de números, de acordo com o Recenseamento Geral do Brasil de 1940, o município de Porteirinha possuía uma área de 4.279 quilômetros quadrados e uma população de 20.686 habitantes, sendo sua maioria na zona rural⁴¹.

Tabela 1 - População considerada em relação à cor, instrução e religião

N. de ordem	CARACTERES E RESPECTIVAS MODALIDADES	TOTAIS		
		Total	Homens	Mulheres
1	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	20.686	9.902	10.784
2	COR			
	Branco	9.210	4.462	4.748
	Pretos	3.761	1.763	1.998
	Amarelos	-	-	-
	Pardos	7.715	3.677	4.038
	De cor não declarada	-	-	-
3	INSTRUÇÃO			
	Sabem ler e escrever	2.136	1.322	814
	Não sabem ler nem escrever	14.991	6.792	8.199
	De instrução não declarada	152	74	78
4	RELIGIÃO			
	Católicos romanos	20.575	9.851	10.724
	Protestantes	71	27	44
	Ortodoxos	-	-	-
	Israelitas	-	-	-
	Maometanos	-	-	-
	Budistas	-	-	-
	Xintoístas	-	-	-
	Espíritas	31	16	15
	Positivistas	-	-	-
	De outra religião	2	2	-
	Sem religião	3	3	-
	De religião não declarada	4	3	1

Fonte: IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil de 1º de setembro de 1940*. Série Regional - Minas Gerais, Tomo 2. Censo Demográfico - População. Rio de Janeiro, 1950, p. 430.

De acordo com a Tabela 1, mais da metade da população do município se declarava preta e parda e 72% da população não sabia ler e nem escrever, superando a já elevada taxa de nacional de analfabetos que era de 56%. Com relação à religião, 99,5% das pessoas eram católicas; havia um total de 71 pessoas que seguiam o protestantismo, 31 eram espíritas e 3 se declaravam sem religião, o que representava 0,53%.

⁴¹ Segundo o Recenseamento Geral do Brasil de 1940, das 4.513 unidades domiciliares do município de Porteirinha, 88% estavam localizadas na zona rural (IBGE, 1950).

No recenseamento de 1950, o número de habitantes sobe para 25.570 pessoas (IBGE, 1959). O número de pessoas que não sabiam ler e nem escrever e que residiam na zona rural (17.651) ainda continuava alto. Se considerada apenas a zona urbana, a taxa de analfabetismo reduziu para 44,55%, conforme dados apresentados na Tabela 2:

Tabela 2 - População municipal alfabetizada (de cinco anos acima)

DISCRIMINAÇÃO		PESSOAS PRESENTES, DE 5 ANOS E MAIS				
		Números absolutos			% sobre o total	
		Total	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever (*)	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever (*)
Quadro urbano	Homens	930	575	355	61,82	38,18
	Mulheres	1.039	517	522	49,75	50,25
	TOTAL	1.969	1.092	877	55,45	44,55
Quadro rural	Homens	9.346	1.409	7.937	15,07	84,93
	Mulheres	9.751	914	8.837	9,37	90,53
	TOTAL	19.097	2.323	16.774	12,16	87,84
Em geral	Homens	10.276	1.984	8.292	19,30	80,70
	Mulheres	10.790	1.431	9.359	13,26	86,74
	TOTAL	21.066	3.415	17.651	16,21	83,79

(*) Inclusive pessoas de instrução não declarada.

Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Vol. XXVI. Rio de Janeiro, 1959, p. 409.

Os dados sobre o ensino primário apontam um elevado número de crianças em idade escolar que não estudavam. Segundo os dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Educação do Estado de Minas Gerais no período de 1954-1956, “a porcentagem de alunos matriculados, relativa à população infantil em idade escolar, é de aproximadamente 35,17%”. Os dados podem ser observados na tabela a seguir.

Tabela 3 - Dados sobre o ensino primário no município

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	1954	1955	1956
Unidades escolares	29	29	30
Corpo docente	43	43	50
Matrícula efetiva	1.755	1.653	2.191

Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Vol. XXVI. Rio de Janeiro, 1959, p. 409.

Os dados também revelam uma região carente financeiramente, com poucas indústrias, fábricas e com uma elevada taxa de desempregados. A agricultura e a pecuária eram as principais atividades econômicas do município; veja que 6.367 homens trabalhavam “na roça”, conforme evidencia a Tabela 4:

Tabela 4 - Principal atividade econômica - segundo os ramos de atividade

RAMOS DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO PRESENTE DE 10 ANOS E MAIS			
	Homens	Mulheres	TOTAL	
			Números absolutos	% sobre total geral
Agricultura, pecuária e silvicultura	6.367	246	6.613	39,19
Indústrias extrativistas	7	-	7	0,04
Indústria de transformação	62	2	64	0,37
Comércio de mercadorias	132	3	135	0,79
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	-	-	-	-
Prestação de serviços	49	133	182	1,07
Transporte, comunicações e armazenagem	67	2	69	0,40
Profissões liberais	3	-	3	0,01
Atividades sociais	11	30	41	0,24
Administração pública, Legislativo e Justiça	43	2	45	0,26
Defesa nacional e segurança pública	5	-	5	0,02
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	696	7.932	8.628	51,14
Condições inativas	685	408	1.093	6,47
TOTAL	8.127	8.758	16.885	100,00

Fonte: IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Vol. XXVI. Rio de Janeiro, 1959, p. 408.

Os homens também se ocupavam, embora em um número bem menor, dos serviços ligados à administração pública, à defesa, à indústria e ao comércio. A ocupação liderada pelo público feminino era o trabalho doméstico e atividades escolares com 7.932 mulheres (IBGE, 1959).

Os números, de uma forma geral, revelam que a pecuária e a agricultura representavam as principais atividades econômicas do município. A cidade contava com uma indústria pouco desenvolvida, não havia abastecimento de água encanada e nem rede de esgoto. Havia poucas escolas e raríssimas pessoas com o ensino superior. A população era marcadamente rural e católica. A cidade não possuía iluminação pública e contava com 101 comércios varejistas, oito atacadistas, dois correspondentes bancários, um matadouro, um mercado, uma cadeia, um posto de saúde, um hotel, duas pensões, um cinema, uma biblioteca e uma praça. Os transportes eram feitos pela Estrada de Ferro Central do Brasil e pelas precárias estradas de rodagem. O telégrafo era o meio de comunicação mais rápido.

As divisas naturais do município ficaram assim delimitadas:

partindo da Serra da Bacaina, segue rio acima, margem esquerda, até a foz do córrego Estivinha; por este vai à Lagoa da Mutuca, seguindo à direita até a

Serra do Caixão Velho; depois, à direita, Córrego da Água Quente, até o rio Gorutuba; este até a divisa com Monte Azul e Rio Pardo, chegando ao ponto inicial (OLIVEIRA, 2008, p. 24).

A Lei municipal n. 461, de 7 de dezembro de 1973, detalha os símbolos representados no brasão das armas de Porteirinha, conforme a figura que se segue:

Figura 7 - Brasão das armas do município de Porteirinha



Fonte: PORTEIRINHA/MG. Lei n. 461, de 7 de dezembro de 1973. Detalha os símbolos representados no brasão das armas de Porteirinha. Livro n. 2 de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, 1958 a 1971.

No brasão consta um escudo encimado pela coroa mural de cinco torres designativas da cidade. No interior do escudo, na parte superior, ostenta-se uma flor-de-lis⁴², simbolizando São Joaquim, sob cuja invocação foi fundado o povoado. Logo abaixo podemos ver uma rocha de cristais e uma flor de algodão, designativas das riquezas do município. Destacam-se duas datas, uma de cada lado do escudo: 1921, da fundação do distrito e 1938, da elevação de distrito à categoria de cidade. Finalmente, sob o escudo, acha-se gravada a frase em latim *Per florea rura exercet labor*; na tradução em português, *Pelos campos floridos, trabalham*.

Neste cenário, o município foi emancipado tendo como base econômica a extração mineral, a cotonicultura e a agricultura extensiva. A Igreja Católica, simbolizada e representada no brasão municipal, travou forte influência nas decisões sociais, econômicas e políticas da cidade. A Igreja apoiou e abençoou o poder constituído e participou dos principais

⁴² De acordo com o *Dicionário de Símbolos* de Jean Chevalier e Alain Gheerbrat (1997), o lírio é a flor real representada na imagem da flor-de-lis, símbolo da geração, de prosperidade e da raça, usado pela nobreza e realeza francesa em seus brasões. Representado como flor-de-lis, o lírio simboliza poder, soberania, lealdade e honra, representando, também, a pureza tanto do corpo, como da alma. No Catolicismo, a flor-de-lis simboliza a Santa Trindade e a tripla majestade de Deus, criação e realeza.

acontecimentos públicos após a emancipação do município. Em contrapartida, ela recebeu doações, apoio e prestígio social. Este e outros assuntos serão abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – A IGREJA CATÓLICA EM PORTEIRINHA/MG

Neste capítulo delinaremos alguns aspectos históricos da Igreja Católica. Veremos como as primeiras expedições, ainda no século XVI, colocaram em prática alguns atos religiosos. A história de longa duração apresenta os traços da cultura brasileira que foi fortemente influenciada pelo Catolicismo lusitano, em que o poder patriarcal, a sede pelo mando e a vida “dada por Deus” balizavam vivências, atitudes e as relações sociais, políticas e religiosas. O final do século XIX e a Proclamação da República inauguraram um novo tempo em que a Igreja Católica perdeu parte de sua hegemonia. No entanto, ela se articulou, reinstitucionalizou, propôs acordos políticos e fez força perante os diversos segmentos da sociedade (como a família, a imprensa, a escola e o Estado) a fim de reaver o espaço perdido.

A instalação de novos bispados constituiu uma das estratégias para a recuperação do poder da Igreja. No bojo dessas transformações é que se deu a gênese do bispado norte-mineiro. Aliado às ordens religiosas estrangeiras, o bispado utilizou a imprensa e a educação para formar um homem mais dogmático, menos supersticioso; mais obediente à hierarquia, menos “ignorante”. Com isso, a Igreja passou a atuar de forma mais próxima à sociedade, e se manteve mais vigilante e atenta à perda de sua influência. Além disso, o bispo traçou metas a fim de cuidar mais de perto do seu rebanho.

Porteirinha entrou no jogo de retomada e reconquista de território por meio da instalação da Paróquia São Joaquim. O padre espanhol, Julião Arroyo Gallo, tornou-se a autoridade religiosa, criou associações religiosas leigas, organizou o Catecismo das crianças, traçou acordos com o poder político local e aliou-se à imprensa e às professoras do Grupo Escolar João Alcântara. Antigas práticas religiosas, repassadas de geração a geração, de cunho lusitano, gradativamente foram diluídas a um Catolicismo romanizado, institucionalizado, mais dogmático e com práticas mais racionais. Deste modo, a Igreja em Porteirinha, durante o período do estudo, desenvolveu-se seguindo os parâmetros da Cúria Romana; no entanto, ela dialogou com as particularidades e os regionalismos locais.

Assim sendo, neste capítulo discutiremos a influência da Igreja Católica em Porteirinha no campo educacional, político e social. Evidentemente, para tentar mostrar todo esse movimento, alertamos que sempre que necessário, voltaremos no tempo e sairemos da faixa temporal do estudo.

2.1 Alguns marcos para a compreensão da História da Igreja no Brasil

A entronização da grande cruz de madeira indígena trazida em procissão pelos portugueses e índios e arvorada junto ao altar armado a céu aberto e em que disse frei Henrique de Coimbra, a 1º de maio, em terra firme, foi, no ato oficial de posse do Brasil, celebrado em Porto Seguro o símbolo augusto da conquista, à civilização cristã, das terras descobertas. O nome de Ilha de Vera Cruz, dado por Pero Vaz de Caminha, brotara como uma inspiração do sentimento religioso que animava os descobridores e se devia transferir do pequeno país peninsular ao vasto campo que então se abria à propagação da fé e ao esforço colonizador dos portugueses (AZEVEDO, 1996, p. 238).

Azevedo (1996) afirma que é impossível dissociar a história nacional da história da Igreja e o desenvolvimento da *cultura brasileira*⁴³. “O Brasil nasceu cristão por conta da fé que ardia no peito dos colonizadores” (ibidem, p. 237). O excerto que abre esta seção nos mostra os sentimentos de dominação e de religiosidade do povo português. “A propagação da fé católica foi, ao fim e ao cabo, um dos eixos basilares da nova *civilização*⁴⁴” (ibidem, p. 238).

A religião implantada pelo governo português no Brasil Colonial é mais próxima do Catolicismo tradicional. Segundo a historiografia da Igreja, “o catolicismo tradicional apresenta características próprias: luso-brasileiro, popular, medieval, social e familiar” (AZZI, 1976, p. 96). O Catolicismo luso-brasileiro tem como atributos o recebimento de instituições eclesiásticas portuguesas. A incorporação do catolicismo popular dos colonos era carregada de devoções, procissões, romarias e crenças em milagres espalhados e cultivados, especialmente, nos quadros das ordens terceiras e das irmandades que projetavam a veneração dos santos e suas escolhas. “No catolicismo popular, é utilizado, largamente, o recurso às imagens como apelo aos símbolos tangíveis enquanto mediações sensíveis para efetuar relação entre os homens e Deus” (SAVIANI, 2013, p. 46).

O Catolicismo popular se deve ao papel exercido pelo rei, dado pelo papa, para a implantação da religião no Brasil. Quanto ao Catolicismo de aspecto medieval, podemos

⁴³ Conforme Azevedo (1996), a *Cultura* é entendida dentro de uma perspectiva intelectualista relacionada ao conjunto de habilidades expressas nas manifestações filosóficas, científicas, artísticas e literárias, aspectos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo civilizador. Segundo Xavier (1998), articulada à categoria nacional, Azevedo entende a cultura brasileira como o elemento que faz a ponte entre o universal e o nacional, como fonte de elaboração da consciência nacional. Aí, a educação é definida como sendo o próprio veículo da cultura, ou seja, o grau de educação de um povo pode ser medido pelo estágio de desenvolvimento cultural alcançado pelo mesmo.

⁴⁴ *Cultura* e *Civilização* são os dois conceitos essenciais na medida em que são entendidos como elementos reguladores das relações dos indivíduos e grupos entre si, e destes com o todo – Estado ou nação. Deste modo, tal operação só se realizaria pela ação dos homens de cultura e em cooperação com o Estado (AZEVEDO, 1996).

encontrar seus resquícios nas tradições europeias trazidas pelos colonos, no surgimento de eremitas e irmãos, nas recolhidas e beatas, nas ordens terceiras e nas inúmeras formas de devoções tradicionais. Nesse período, o Catolicismo era o eixo norteador da união social. Com efeito, “no Brasil Colônia, por força do isolamento da vida rural e, até mesmo, na vida urbana, as festas e manifestações religiosas constituíam a única forma de reunião social” (AZZI, 1976, p. 100). Importante salientar que a Igreja Católica utilizou as festas religiosas como uma poderosa estratégia para ampliar seu domínio sobre as pessoas.

Freyre (2004, p. 117) escreve a influência do Catolicismo sobre a família colonial:

A família, não o indivíduo nem tão pouco o Estado, nem nenhuma Companhia de Comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil; a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas; a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar.

Este sistema se desenvolveu no âmbito rural das fazendas e dos engenhos, com os oratórios familiares e as capelas da casa grande e, na falta do capelão, era o padre, a serviço da família, que prestava essas funções religiosas. “Foi dentro desse sistema patriarcal, que o chefe da família assumia a direção do setor religioso” (AZZI, 1976, p. 102).

Essa obra de intensa difusão da fé se deu em 1549, com a chegada dos primeiros missionários jesuítas que vieram com a missão conferida pelo rei Dom João de doutrinar os povos indígenas. Dizia o rei ao se referir aos missionários: “porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que os gentios se convertessem a nossa santa fé católica” (SAVIANI, 2013, p. 25). Para Azevedo, o cenário sociopolítico, durante quase quatrocentos anos,

no país colonizado e civilizado à sombra da cruz, a sua vida, não só religiosa, mas moral e intelectual e, ainda política, durante cerca de três séculos, se desenvolveu em grande parte senão por iniciativa, ao menos com a participação constante do clero. A Igreja desempenha, na cidade, um papel de primeira ordem; e oculto, entretido sob suas abóbadas, em suntuosas cerimônias e solenidades, as procissões o espalham nas ruas, com a magnificência de seus cortejos, entre as multidões ajoelhadas à passagem do Santíssimo, sob o púlpito sustentado por sacerdotes. As missões apostólicas e as visitas pastorais alargam cada vez mais as fronteiras religiosas, dilatando e fortalecendo seus domínios até as vilas e os últimos rincões do sertão. A posição social dos padres nos princípios do século XIX, é um dos traços mais belos e característicos do espírito moral dos colonos do Brasil: são conselheiros, amigos da família, consoladores, protetores dos oprimidos, mediadores nas dissensões e inimizades. É ainda a Igreja que

preside, pelo seu clero e especialmente pelas ordens religiosas, a formação da mocidade, nos conventos e nos colégios de padres (AZEVEDO, 1996, p. 292).

No excerto, Azevedo enfatiza a estreita relação entre religião e formação do brasileiro, bem como descreve o desenvolvimento da cultura no país. Ainda segundo o autor, “a religião teve, no período colonial, uma influência quase exclusiva na organização do sistema de cultura que, tanto no seu conteúdo como nas suas formas e instituições” (ibidem, p. 293). E sobre a relação religião e cultura, Azevedo escreve que: “não são apenas pontos de contato que estabeleceram, entre uma e outra, zonas de influência e interpenetração, mas verdadeiros vínculos que as prendem, desde as suas origens, entrelaçando-lhes as raízes, e obrigando-nos a entroncar a história cultural em sucessos, instituições e influências religiosas” (ibidem, p. 294). Para finalizar, o autor afirma que “tributária da religião, de cuja seiva se alimentou por largo tempo, a cultura, só mais tarde e, especialmente, no século XIX, se desprende da Igreja, sem deixar de ser cristã no seu espírito e nas suas manifestações” (ibidem, p. 265).

Saviani indica que a inserção do Brasil no complexo cenário internacional se deu por meio de um processo que envolve três aspectos distintos, mas articulados entre si: a *colonização*, a *educação* e a *catequese*. Para ele, “a educação tinha na catequese sua ideia-força e contou com a contribuição imprescindível de diversas ordens religiosas como Franciscanos, Beneditinos, Carmelitas, Mercedários, Oratorianos, Capuchinos e os Jesuítas” (SAVIANI, 2013, p. 25). O destaque para uma ação mais efetiva dos jesuítas ocorreu em função do apoio da Coroa Portuguesa, que incentivou sobremaneira a primeira fase da educação religiosa, marcada pelo plano de instrução elaborado pelo padre Manuel da Nóbrega. O modelo jesuíta compreendia a aprendizagem da Língua Portuguesa (para os indígenas), o ensinamento da doutrina cristã, a função da escola de possibilitar o acesso à leitura e escrita, o aprendizado profissional e agrícola e o domínio da gramática latina para aqueles que iriam realizar os estudos superiores na Europa.

Os jesuítas tiveram uma ascensão econômica muito expressiva, assegurada por um grande patrimônio que foi se constituindo conforme a colonização avançava. Nele incluíam a aquisição de colégios, seminários, igrejas, casas de aluguel, fazendas, engenhos e grande número de escravos.

Todos esses bens materiais eram considerados “bens divinos” porque davam condições para acontecer a obra evangelizadora. Tanto poder terreno acabou provocando um conflito com a coroa portuguesa que culminou na expulsão da ordem do Brasil, fato ocorrido em 1759 (SAVIANI, 2013, p. 75).

No início do XIX, conforme apontam Nagle (1976) e Souza (2000), a Igreja Católica no Brasil se encontrava diante de dois impasses que poderiam colocar em risco sua hegemonia no Ocidente. De um lado, as práticas culturais e religiosas desenvolvidas na América Latina, a partir da colonização, caracterizadas por credices populares e presença de diversas irmandades; tais práticas eram vistas pelo Vaticano como superstição, ignorância religiosa e primitivismo cultural. De outro lado, a Europa estava atravessando um importante e grande processo de mudança cultural influenciado pelo iluminismo⁴⁵ e pelo Materialismo Filosófico⁴⁶, que conseqüentemente quebrou todos os paradigmas, gerou o laicismo e criou um cidadão esclarecido.

Estas mudanças operavam em uma dupla transformação: primeiro, a laicização, emancipando a mentalidade – sobretudo das classes altas da sociedade – da visão religiosa do mundo e da vida humana e ligando o homem à história e à direção do seu processo (a liberdade e o progresso); segundo, de racionalização, produzindo uma revolução profunda nos saberes

⁴⁵ Conforme Châtelet, Duhamel e Pisier-Kouchner (2009), Abbagnano (2007) e Hobsbawm (2007), foi através de pensadores como Copérnico, Galileu e Newton – fundadores da ciência natural – e também por filósofos como Locke, Montesquieu e Rousseau, que se deu o desenvolvimento do pensamento iluminista. O pensamento iluminista tem como fundamentos a crença no poder da razão humana de compreender a verdadeira natureza e de ser consciente das circunstâncias. O homem, então, creia ser o detentor de seu próprio destino, formulando o racionalismo e contrariando as imposições de caráter religioso, sua “razão” divina de existir e os privilégios dados à nobreza e ao clero – ainda predominantes à época (séculos XVII e XVIII). O projeto iluminista esteve associado a autores como Descartes (1596-1650), Montesquieu (1689-1755), Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804), e aos empiristas ingleses, Locke (1632-1704) e Hume (1711-1776). A liberdade individual se torna o centro da discussão sobre política, à medida que a filosofia política iluminista promovia a centralidade dos direitos individuais, diferenciando os compromissos dos antigos e medievais da ordem e hierarquia. Nesse sentido, o iluminismo teve sua primeira expressão teórica mais concentrada em fins do século XVII, com o inglês John Locke, considerado o pai do liberalismo, preocupado em “modificar” a concepção de súditos da coroa britânica para cidadãos, e defenderia a liberdade e a tolerância religiosa. Na França, o movimento surgia em meados do século XVII, defendendo o domínio da razão sobre a visão teocêntrica que predominava na Europa desde a Idade Média. Esta forma de pensamento advinda fortemente dos ideais liberais e tinha como propósito iluminar as “trevas” em que se encontrava a sociedade europeia dos regimes absolutistas. Os filósofos que defendiam estes ideais acreditavam que o pensamento racional deveria se sobrepor às crenças religiosas e ao misticismo, predominantes naquela época, e que, segundo eles, bloqueavam o progresso do homem. O homem deveria ser o centro e passar a buscar respostas para as questões que, até então, eram justificadas somente pela fé. O movimento atingiria o seu apogeu no século XVIII, o qual passaria a ser conhecido como o “Século das Luzes”. O Iluminismo encontrou maior força e recepção aos seus princípios na França – palco de problemas econômicos, religiosos, políticos e sociais –, onde influenciaria sobremaneira a Revolução Francesa através do lema basilar no processo revolucionário: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Ao ser questionado, Immanuel Kant respondeu de maneira lapidar o que é o Iluminismo: “O iluminismo representa a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem. É-se culpado da própria tutela quando esta resulta não de uma deficiência do entendimento, mas da falta de resolução e coragem para se fazer uso do entendimento independentemente da direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem para fazer uso da tua própria razão! – esse é o lema do iluminismo”, diz Kant (2013, p. 89).

⁴⁶ Materialismo filosófico é a teoria que defende que a vida social deve ser explicada a partir dos condicionantes materiais da realidade. O filósofo iluminista Holbach, um dos colaboradores da Enciclopédia, foi um dos primeiros teóricos a utilizar essa expressão ainda no século XVIII (DUROZOI; ROUSSEL, 1993).

que se legitimam e se organizam através de um livre uso da razão, conforme aponta Cambi (1999). Com isso, mudam também os meios educativos: toda a sociedade se anima de locais formativos, além da família e da Igreja; também o exército e a escola agem em função do controle e da conformação social, operando no sentido educativo. A escola ocupa um lugar cada vez mais central, cada vez mais orgânico e funcional para estas transformações (CAMBI, 1999).

Para a Igreja, essas mudanças deveriam ser combatidas. Para tanto, ela incentiva e fomenta uma série de ações romanizantes.

No Brasil, com o declínio do antigo regime e a ascensão da República, no dia 15 de novembro de 1889, o regime de Padroado chegava ao fim, como afirmam os estudos de Nagle (1976), Fragoso (1980), Souza (2000) e Cury (1993). Cabe aqui conceituar o termo *Padroado* utilizando as palavras de Cury (1993, p. 68):

O Padroado era uma instituição ibérica pela qual a Igreja Católica e a monarquia lusitana estabeleciam tratados e alianças entre si. Por ele, a permuta de favores consistia nos privilégios outorgados à Igreja, entre os quais o reconhecimento da religião católica como religião oficial, e em contrapartida, a Igreja atribuía à monarquia o poder de controlar e fiscalizar uma série de iniciativas (que, hierarquicamente falando, caberiam à própria instituição religiosa). Desse modo, até a nomeação dos bispos dependia da autoridade imperial e os clérigos seculares, eram de fato funcionários públicos. O imperador provia cargos eclesiásticos em troca de pagamento das atividades eclesiásticas exercidas pelos clérigos. Por outro lado, uma série de cargos públicos (que, politicamente falando, caberiam à instituição política) tinham como pré-condição de investidura o juramento de fé.

O Padroado, então, significa o direito de protetor, adquirido por quem fundou ou dotou uma igreja; e o direito de conferir benefícios eclesiásticos. Assim, Padroado se refere ao direito de autoridade da Coroa Portuguesa à Igreja Católica, nos territórios de domínio lusitano. Esse direito se consistiu na delegação de poderes ao rei de Portugal, concedida pelos papas, em forma de diversas bulas papais, entre 1455 e 1551, uma das quais uniu perpetuamente a Coroa Portuguesa à Ordem de Cristo, em 30 de dezembro de 1551 (BRUNEAU, 1974). A partir de então, no Reino Português, o rei passou a ser também o patrono e protetor da Igreja, com as seguintes obrigações e deveres: a) zelar pelas leis da Igreja; b) enviar missionários evangelizadores para as terras conquistadas; e c) construir templos e sustentar o clero nestas terras. O rei também tinha direitos do Padroado, que eram: a) arrecadar dízimos (poder econômico); e b) apresentar os candidatos aos postos eclesiásticos, sobretudo bispos, o que lhe dava um poder político muito grande, pois, nesse caso, os bispos ficavam submetidos a ele (FRAGOSO, 1980; AZZI, 2001).

A partir de seus estudos sobre a história da Igreja, Azzi (2001, p. 172) afirma que:

Essa vinculação ao Padroado explica, em certa medida, as limitações do episcopado no período colonial, assim como as dificuldades de estabelecer dioceses. Como essa função cabia ao rei português, a primeira diocese, a da Bahia, só foi criada na segunda metade do século XVI, passando mais de cem anos sem serem implantadas outras dioceses. A partir do século XVII, foram formadas mais três dioceses: a de Pernambuco (1619), a do Rio de Janeiro (1677) e a do Maranhão (1677). No século seguinte, foram edificadas as dioceses do Pará (1719), a de São Paulo (1719) e a de Mariana (1745). A partir de então não tivemos mais criação de dioceses até a Independência do Brasil.

Azevedo (1996) afirma que a hegemonia católica foi fortemente abalada diante de um mundo que se transformava inexoravelmente em função, sobretudo, das transformações capitalistas que, de forma heterogênea, disseminaram-se não apenas na Europa e nos Estados Unidos, mas também na América.

No fim do período colonial, em 1808, com o Reino Português ocupado pelo exército napoleônico, a família real fixava-se no Brasil e o soberano rompia, efetivamente, com os laços com que ligavam o Brasil à Metrópole. Naquele momento, estudos de Cunha (2013) apontam que brilhava o primeiro lampejo de liberdade religiosa aqui por imposição imperialista. Isto porque uma das exigências dos britânicos em troca de proteção naval à transferência do aparelho estatal português para o Rio de Janeiro, foi a permissão para entrada oficial⁴⁷ e o estabelecimento de religiões não católicas no país, representando o fim da exclusividade católica e a ruptura do cenário de então (CUNHA, 2013).

Na mudança, o príncipe regente, Dom João VI, trouxe, junto com a sua corte, a Biblioteca do Palácio da Ajuda e seu Regalismo⁴⁸. “A partir desse momento, a cidade do Rio de Janeiro transformou-se em sede da monarquia portuguesa, trazendo, como consequência progressiva, a Independência do Brasil” (HAUCK, 1980, p. 21). Segundo este autor, “sua primeira medida foi o decreto da abertura dos portos da colônia a todas as nações, franqueando-a ao comércio internacional livre, destruindo, dessa forma, a base essencial em que se assentava o domínio português” (ibidem, p. 21).

⁴⁷ O primeiro grupo de protestantes que entraram oficialmente no país foi constituído por suíços e ingleses, em 1808, em Nova Friburgo/RJ. No entanto, no país já havia judeus, chamados “novos cristãos”, que ao entrar clandestinamente na nova terra, eram batizados e mudavam seus nomes (CUNHA, 2013).

⁴⁸ Segundo Saviani (2013, p. 178), “o *Regalismo* no Brasil foi inaugurado em 1827 pela Bula *Praeclara Portugalliae*, de Leão XII, que concedeu a Dom Pedro I o reconhecimento formal dos tradicionais poderes do Padroado para si”.

O artigo XII do Tratado do Comércio e Navegação, firmado em 18 de fevereiro de 1810, estipulava que:

os súditos britânicos teriam liberdade de celebrar o “serviço divino em honra do Todo Poderoso Deus”, em suas próprias casas e em igrejas e capelas, desde que estas fossem construídas de tal modo que externamente se assemelhassem a residências, sendo-lhes vedado o uso de sinos (CUNHA, 2013, p. 27).

Em 16 de dezembro de 1815, a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e a conseqüente igualdade de condições com Portugal contribuíram para certa unidade e um desejo de independência na medida em que os brasileiros podiam dirigir-se ao seu soberano, afirma Hauck (1980). Findada a guerra na Europa, acabava o motivo da permanência da família real no Brasil, ficando a corte portuguesa esperando o retorno de Dom João VI. A Independência já estava em processo e o Grito do Ipiranga foi a sua legitimação.

Com a Independência, foi ratificada a posição da Igreja frente ao Estado. Doze anos depois, prevaleceram os mesmos parâmetros e a primeira Constituição do país foi outorgada pelo imperador Dom Pedro I, em 1824, “em nome da Santíssima Trindade”⁴⁹. O artigo 5 estabeleceu que a religião Católica Apostólica Romana continuava a ser a religião do Império, com as normas da política eclesiástica da Colônia. No entendimento de Hauck (1980, p. 13), neste período, “a Igreja no Brasil passava por uma perda de identidade”, pelos seguintes motivos:

O Padroado esvaziava de tal forma a função do episcopado que os bispos não chegaram a constituir um centro de unidade. O papel exercido antes pelos jesuítas, cuja rede de colégios cobria os pontos do litoral, não foi assumido por ninguém. O episcopado continuava pouco numeroso, não acompanhando o aumento da população e sua influência não era significativa: a maior parte das funções episcopais era exercida pela instituição leiga do padroado; bispos e sacerdotes encarregados de paróquias eram nomeados e mantidos pelo rei (HAUCK, 1980, p. 13).

Essa crise foi motivo suficiente para levantar reclamações de dentro e de fora da Igreja, reivindicando reformas. Após a Independência do Brasil, surgiram dois partidos desejosos de mudanças na Igreja. O primeiro, de inspiração liberal, era liderado pelo padre Diogo Antônio Feijó, o mais ferrenho inimigo da supremacia papal que a Igreja produziu. Para explicar a posição desse partido, Ferdinand Azevedo escreve:

⁴⁹ Para maiores detalhes, conferir Brazil (1824).

O movimento liberal do grupo paulista, liderado pelo Padre Diogo Antônio Feijó era promissor, mas falhou por causa das discordâncias com o papado. Todo o seu programa foi elaborado no projeto da Constituição Eclesiástica do Bispo de São Paulo. Frustrou-se, devido às divergências com o papado sobre a nomeação do Pe. Antônio Maria de Moura como bispo do Rio de Janeiro. É interessante notar que “o grupo paulista”, apesar de favorecer a abolição do celibato para o clero, era muito favorável à vida sacramental recomendada pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) e pelo Concílio de Trento (AZEVEDO, 1988, p. 210).

Enquanto esse movimento liberal perdia força, o segundo movimento, de inspiração romanizante, assumia consistência. Este foi liderado pelo bispo Dom Romualdo Antônio de Seixas, o Primaz do Brasil, que desejava a formação de um clero celibatário, ligado a Roma e com poder espiritual em relação ao governo, como bem aponta Costa (1982). Esse movimento de reforma católica visava substituir o antigo modelo de Igreja-Cristandade, típica do período Colonial e Imperial (Regalista), pelo modelo de Igreja hierarquizada, implantada na Europa a partir do Concílio de Trento. Na concepção de Igreja Tridentina, a Igreja era apresentada como uma “sociedade perfeita que se ocupava dos problemas espirituais, instituição paralela ao Estado, que se ocupava das questões atinentes à ordem material” (COSTA, 1982, p. 12). Para Araújo, a mentalidade tridentina condicionou a missão da Igreja na linha da salvação eterna. Nas palavras do autor:

Ao Estado cabe o corpo, aquilo que é humano, material. A imagem que a Igreja faz de si mesma é a de poder espiritual prevalecente, paralelo e independente do poder civil. A divisão entre os poderes se configura em suas tarefas relativas às coisas profanas e coisas sagradas. Ao Estado compete a orientação política e econômica da nação; à Igreja, a orientação espiritual (ARAÚJO, 1986, p. 79).

Segundo Azevedo (1988), esse movimento de renovação, iniciado na década de 1830, foi ganhando força e o próprio Dom Pedro II foi quem possibilitou esse crescimento, concordando com a nomeação de Dom Antônio Ferreira Viçoso, lazarista, para bispo de Mariana, em 1844. Dom Viçoso logo iniciou uma reforma do clero, possibilitando a formação intelectual e religiosa nos seminários. “Os lazaristas, porém, não foram os únicos empenhados no trabalho dos seminários. Os capuchinhos e, numa escala menor, os jesuítas, também, contribuíram para modificar a imagem do sacerdote no Brasil” (AZEVEDO, 1988, p. 212). Apesar do espírito regalista de Dom Pedro II, foi ele quem permitiu a entrada dos jesuítas espanhóis no Brasil, como sacerdotes seculares, e convocou os capuchinhos italianos para trabalharem, principalmente, com os índios. Mais tarde, somam-se a essas duas ordens os

lazaristas franceses e os salesianos italianos, que deram um impulso na educação secundarista e, principalmente, formaram o eixo das missões populares no Brasil.

Para Costa (1982), essa nova visão buscava uma maior vinculação com a Santa Sé e uma clericalização da Igreja. A reforma deu muita importância à nova imagem do clero enquanto exigência da própria Sé. Esse novo clero tinha como modelo:

Um padre asceta e espiritual, preocupado exclusivamente com as coisas do culto. No meado do século XIX, haverá dois tipos de padres: o tradicional imerso na vida do próprio povo, geralmente amasiado, com freqüente participação política, e o outro clero, sacerdotes, “reformados”, saídos dos seminários, disciplinados, preocupados com a “cura das almas”, celibatários e alheios a qualquer participação na vida política (COSTA, 1982, p. 14).

De acordo com Azzi (1976, p. 95), “o novo clero girará em torno da dependência episcopal, saídos dos seminários onde a disciplina será um traço marcante”. Importante destacar que no âmbito da reforma iniciada pela Igreja, o principal obstáculo que os bispos encontraram foi a submissão da Igreja perante o Estado. O ponto máximo dessa crise entre os dois poderes foi a *Questão Religiosa*⁵⁰, ocorrida na década de 1870.

2.2 A Igreja Católica e a República Brasileira

Fausto (1990) e Carvalho (1990) demonstraram que o final do século XIX foi marcado pela modernização do Estado e pela inserção de ideias, práticas e técnicas inéditas em diversos setores da sociedade como engenharia, medicina, direito, educação etc. O capital que era

⁵⁰ De acordo com Fragoso (1980), a *Questão Religiosa* ou *Questão dos Bispos* foi um conflito iniciado como um enfrentamento entre a Igreja Católica e a Maçonaria, e acabou se tornando uma grave questão de Estado. Suas causas podem ser traçadas desde muito tempo antes, fundadas em divergências irreconciliáveis entre a Romanização, o Liberalismo e o regime do Padroado. A questão evoluiu centrada na atuação do bispo de Olinda, Dom Vital, e o de Belém, Dom Macedo Costa, defensores do Catolicismo ultramontano. Tudo começou em 1864, quando o papa Pio IX enviou uma bula que determinava, entre outras coisas, que todos os católicos envolvidos com a prática da Maçonaria fossem imediatamente excomungados da Igreja. O anúncio acabou atingindo diretamente Dom Pedro II, que integrava os quadros da instituição censurada. Valendo-se dos poderes garantidos pelo Regalismo, o imperador brasileiro formulou um decreto em que não reconhecia o valor da ordem dada pela Santa Sé. Inicialmente, a ação de Dom Pedro II não teve maiores repercussões, tendo em vista que a maioria dos clérigos brasileiros apoiava incondicionalmente o regime monárquico. Entretanto, os bispos Dom Vital de Oliveira e Dom Macedo Costa preferiram acatar a orientação de Pio IX, promovendo a expulsão dos párocos envolvidos com a Maçonaria. Inconformado com a insubordinação dos bispos, o imperador julgou que feriram a Constituição do Império e incorreram em culpa de desobediência civil, e reagiu com a condenação dos mesmos à reclusão e prestação de trabalhos forçados. Imediatamente, os membros da Igreja passaram a atacar o regime imperial dizendo que Dom Pedro II cometera um ato de extremo rigor e autoritarismo. Pouco tempo depois, mesmo anulando a decisão e anistiando os párocos, isso não aplacou o acérrimo debate público que se desencadeou a respeito da união política entre Igreja e Estado. A Questão Religiosa é considerada um dos momentos mais marcantes do Segundo Reinado e um dos fatores que precipitaram a queda do regime monárquico brasileiro.

investido no comércio escravagista, por exemplo, passou a ser aplicado na lavoura cafeeira e em outras atividades financeiras e industriais. Surgem fábricas, bancos, estradas de ferro e a comunicação telegráfica. Enfim, foi uma época de grandes inovações.

Uma das crenças que movia parte da elite ilustrada brasileira de então era a necessidade da difusão da ciência e do positivismo em oposição à religião, visto que esta representaria um verdadeiro atraso cultural a atravancar a vida das pessoas e das nações. Em tal contexto, o governo imperial apresentou um projeto à Assembleia Geral Legislativa propondo a liberdade de culto entre as pessoas, o que foi recebido com grande pesar pelos líderes da Igreja. De fato, a partir daí as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil, que se apresentavam instáveis, ficaram ainda mais abaladas (FAUSTO, 1990).

Em 15 de novembro de 1889 é proclamada a República. O novo regime, segundo Matos (2003), era uma aspiração de um grupo elitizado que queria ver seus interesses contemplados. A Igreja também compunha um desses grupos e, mesmo descontente com a ampla influência positivista em relação aos republicanos mais radicais, saúda as mudanças diplomaticamente. O que mais preocupava a Igreja em relação à República era a elaboração do decreto que determinaria a separação total entre a Igreja e o Estado, que de fato aconteceu. O episcopado brasileiro, então, regiu com reservas ao decreto, denunciando o que era chamado de ateísmo.

Matos (2003) descreve um temeroso Dom Luis Antonio, arcebispo da Bahia, que rogava ao Marechal Deodoro para não deixar tal separação acontecer. As súplicas da autoridade episcopal não foram atendidas:

Ilmo. Exmo. Sr General Deodoro. A presente é de caráter todo reservado... Meu excelentíssimo Amigo, Sr. General, depois de muitas notícias animadoras que aqui têm circulado, anunciou o telégrafo há dois dias que em breve serão publicados os Decretos da separação da Igreja do Estado, casamento civil e secularização dos cemitérios. A presença de Vossa Excelência à frente do Governo provisório é uma garantia para a fé. Eu não creio, portanto, que tal aconteça. Mas, Exmo. Sr. General, a gravidade do assunto é tal, que todo o conceito que V. Exa. merece de quantos o conhecem de perto não me pôde ainda tranquilizar, e é para tirar de minha consciência esta tribulação que venho rogar a V. Exa., pelas entranhas de Nosso Senhor Jesus Cristo, não consinta que façam da gloriosa espada de V. Exa. instrumento de destruição da fé do povo brasileiro; do mesmo modo não deixe que deslustre um nome - até aqui venerado e hoje idolatrado por esse povo que por confiar na pessoas de V. Exa. abraçou sem temor e com toda confiança a nova forma de governo que temos. V. Exa. conhece de ciência própria o que é a fé no coração dos nossos compatriotas. Tocar nesse dom precioso que Deus nos deu será um justo motivo de desgosto, que certamente fará nascer qualquer desconfiança da parte dos brasileiros para com V. Exa. e que foi penhor de segurança e de ordem que o povo reconheceu na nova ordem das coisas [...].

Não deixe V. Exa. que o desviem do caminho edificante que toda a sua família tem seguido diante de Deus (MATOS, 2003, p. 257).

No dia 7 de janeiro de 1890 foi promulgado o Decreto 119-A, que determinava a separação total da Igreja com o Estado, extinguindo, conseqüentemente, o Padroado. O documento também abria espaço para a liberdade de diversos cultos ou denominações e reconhecia para todas as manifestações religiosas o direito de adquirir bens, desde que as mesmas fossem reconhecidas como sociedade ou associações legalmente constituídas, afirma Matos (2003). A resposta ao Decreto 119-A veio com a Carta Pastoral Coletiva⁵¹ dos bispos do Brasil, de 19 de março de 1890. Nela encontramos o germe de uma pastoral conjunta para ação diante dos problemas que a Igreja estava enfrentando. Grande parte dos bispos defendia o retorno à união entre Estado e Igreja que historicamente existiu.

De acordo com Saviani (2013, p. 180), “a Proclamação da República [...] e a promulgação da primeira Constituição Republicana, em 24 de fevereiro de 1891, trouxeram novos desafios para a instituição católica”. A Igreja e o Estado passaram a ser instituições separadas, o Catolicismo deixou de ser a religião oficial do Brasil e, “a partir de então, pretendeu-se criar um espírito público” (SAVIANI, 2013, p. 180). Importantes funções que eram monopolizadas pela Igreja Católica foram definitivamente atribuídas ao Estado, tais como a administração dos cemitérios, a realização do casamento civil, o monopólio da educação etc.

Este espírito público trouxe algumas pretensões para a educação. Anteriormente os fins educacionais eram destinados a formar o homem para a *Civitas Dei* (Cidade de Deus), rigidamente moldado pelo magistério da Igreja, e definido no sentido ético-religioso e não ético-político. Agora opera-se uma virada pedagógica que mostra caminhos muito diferentes: buscase formar um indivíduo ativo na sociedade, liberado de vínculos e de ordem, posto como *artifex fortunae suae* (construtor de sua vida) e do mundo em que vive; um indivíduo mundanizado, nutrido de fé laica e aberto para o cálculo racional da ação e suas conseqüências, enfim, formar um homem potencialmente capaz de transformar a realidade (CAMBI, 1999).

Tudo isso acarretou um enfraquecimento do poder político e social da Igreja. Além dessas mudanças externas, internamente a hierarquia católica viveu o início da República

⁵¹ Conforme estudos de Araújo (2010, p. 84), as cartas pastorais foram amplamente utilizadas pela hierarquia católica ao longo da sua história por serem entendidas como instrumento útil para estabelecer a autoridade episcopal nas dioceses, vindo a se constituírem como principal meio de comunicação dos bispos, pois, por meio delas, estes podiam se fazer presentes e estabelecerem sua autoridade entre os clérigos e a população de cada comunidade. Elas constituem um gênero literário particular e que remontam aos primórdios do Cristianismo, sendo “um apelativo comum às cartas do apóstolo Paulo, escritas às comunidades de crentes por ele convertidos. Seu intento era orientar, exortar e admoestar as referidas comunidades de acordo com seus problemas e/ou necessidades”.

empreendendo múltiplas tentativas para se organizar. Porém, esta nova articulação da Igreja encontrou alguns obstáculos no seu percurso: um clero malformado e sem condições de enfrentar as mudanças políticas e sociais em curso e os fiéis que viviam uma religiosidade distinta da doutrina. A sensação compartilhada por muitos membros era a de que a Igreja estava esquecida pelos poderes públicos e que ainda por cima assistia às instituições políticas se afastarem de seu raio de ação. “Os dirigentes católicos diziam que existia um indiferentismo religioso generalizado na sociedade brasileira e que a instituição família, tão cara à Igreja, estava se ‘decompondo’” (DIAS, 1996, p. 23). “Baseados nessa nova situação histórica, o episcopado começou a se preocupar com sua organização interna, através da reestruturação e expansão dos seus quadros” (COSTA, 1982, p. 51).

Assim, preocupada em proteger os seus princípios evangélicos e manter coerência com as diretrizes formuladas pela Santa Sé, a Igreja colocou em prática uma grande estratégia: o Concílio Plenário com os bispos da América Latina. O Concílio teve como objetivos aproximá-los mais da Santa Sé e alinhar a Igreja da América às diretrizes romanas. Além desta primeira atitude, em atenção ao clamor dos bispos brasileiros em Roma, o papa criou novas dioceses e promoveu uma expansão dessas circunscrições eclesiais e consequente redistribuição das divisões territoriais das paróquias, “como uma necessidade premente na política da criação de centros de decisões, mais próximos e estrategicamente localizados, para estimular, supervisionar e controlar as tarefas pastorais” (LUSTOSA, 1977, p. 48), uma vez que no período da Proclamação da República o Brasil contava apenas com uma arquidiocese e onze dioceses para atender uma população de mais de treze milhões de habitantes. De fato, foram erigidas mais quatro novas dioceses: no Amazonas, na Paraíba, em Niterói e em Curitiba; em 1895 foi criada a diocese do Espírito Santo (DIAS, 1996).

Para que essa expansão atingisse o objetivo esperado, fazia-se necessário no Brasil uma unidade de objetivos, que seria efetivado no nível jurídico-pastoral, por meio da realização de sucessivas conferências episcopais. Segundo Lustosa, essas conferências tinham como objetivo congregar o episcopado da Igreja do sul (sob a presidência do arcebispado do Rio de Janeiro) e o episcopado do norte (sob a proteção do primaz da Bahia), para juntas partilharem uma unidade de pensamento e decisão. Dando continuidade a esta estratégia, a Igreja passou a se preocupar com a expansão de seus quadros e sua formação. “Nesse momento a Igreja lançou mão de um grande contingente de frades, irmãos e sacerdotes europeus” (LUSTOSA, 1977, p. 49); e como fechamento do seu plano de ação, “a hierarquia católica precisava utilizar os leigos como força revitalizadora no interior da comunidade clerical e dentro da sociedade” (ibidem, p. 50). Para tanto, a Igreja uniu-se às antigas associações e criou novas entidades, como a União Popular e

a Liga da Boa Imprensa. Além disso, as associações já existentes, como as congregações Marianas, as Conferências Vicentinas, as Ordens Terceiras e o Apostolado da Oração, foram ressignificadas. “Ao mesmo tempo, as instituições europeias que aqui se estabeleceram, desenvolveram associações do tipo Liga Jesus, Maria e José (Redentorista), Pia União das Filhas de Maria, Pia União dos Operadores Salesianos e os Oratórios Festivos” (LUSTOSA, 1977, p. 51).

Conforme Hauck (1890, p. 290), neste momento, a “Igreja Católica volta-se para o exterior, não conseguindo funcionar através do recrutamento interno nem com os recursos próprios. Em pouco tempo, a maioria do clero passa a ser formada por padres e religiosos estrangeiros”. A tendência do Catolicismo brasileiro, sobretudo através do aporte estrangeiro, passou a ser no sentido de um maior aprofundamento doutrinal: “torna-se mais letrado e intelectual [...] e dispensará a melhor de suas energias na criação de colégios para as classes altas e médias da população” (ibidem, p. 291).

Durante a Colônia e o Império, sob a sombra dos engenhos, da casa-grande e da capela, batizando todos ou quase todos os escravos e seus filhos, fazendo-os participar da vida católica, dando-lhes nas cidades irmandades e santos para a sua proteção, abrigando à sombra da Igreja muitas de suas festas e costumes, das congadas às folias de reis, estabeleceu o catolicismo laços por demais íntimos e convivência por demais longa, para que não deixasse impregnar pela alma negra e para que não deixasse de marcar a religião dos escravos. A *europeização do catolicismo* brasileiro no mesmo instante em que os ex-escravos adquiriam também liberdade para organizarem, ainda que às escondidas, seus centros de candomblés, xangôs, macumba e umbanda, possibilitou à Igreja tratar simplesmente como ignorância e superstição as práticas do *catolicismo afro-brasileiro* e, aos *cultos afro-brasileiros* , firmarem sua própria identidade e independência (HAUCK, 1980, p. 291, grifos do autor).

No norte de Minas Gerais, em especial, a herança portuguesa e africana produziu uma cultura religiosa afro-brasileira com características místicas e sincréticas baseadas na devoção e culto aos santos, nos festejos religiosos considerados pela Igreja Católica profanos, nas penitências⁵² etc. A chegada e a ação dos religiosos europeus da ordem Premonstratense tentou mudar essas formas de pensamento e de comportamento e crenças. Assim, a partir de 1903, os missionários belgas passaram a atuar em muitas áreas e desenvolveram diversos projetos no norte de Minas, como exemplo, a fundação do jornal *A Verdade* , a criação do grêmio literário Mont'Alverne, a fundação do clube dramático São Genesco com uma orquestra e a participação

⁵² Para maiores detalhes acerca do assunto, consultar Costa Filho (2008) e Moreira (2010).

na criação do Colégio Imaculada Conceição, junto às religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria. Além disso, os Premonstratenses atuaram intensamente na política local e ajudaram na implantação do bispado de Montes Claros. Para Rodrigues (2005, p. 35), “os religiosos desta Ordem enveredaram-se praticamente em quase todos os ramos da vida social. Do teatro à educação, poucos espaços deixaram de ser contemplados pelas ações dos padres”.

Feitas essas considerações, na próxima seção descreveremos a instalação desta ordem estrangeira no norte de Minas Gerais, bem como seus projetos e a culminância de suas ações representadas pelo apoio à criação do bispado de Montes Claros.

2.3 Os Premonstratenses no norte de Minas Gerais

A criação da ordem religiosa dos Premonstratenses remonta ao século XI, época da Reforma Gregoriana. A reforma foi uma ação da Igreja Católica frente à crise enfrentada no combate ao Nicolaísmo e à Simonia⁵³. Neste contexto, houve a fundação de novas ordens religiosas que representaram a busca de uma Igreja renovada. De acordo com Knowles e Obolensky (1983, p. 183), no combate ao Nicolaísmo “a Igreja vai separar fundamentalmente os clérigos dos leigos pela fronteira da sexualidade, ao proibir o casamento e o concubinato”. A característica principal da Reforma Gregoriana relaciona-se à defesa da necessidade de expansão da fé cristã, sobretudo através da pregação itinerante.

A Ordem dos Premonstratenses foi criada por Norberto em 1121, filho integrante de família nobre que fora escolhido para adotar uma atividade de muito prestígio para a época: a vida religiosa. Em 1582, Norberto foi canonizado pela Igreja Católica, o que revigorou as atividades dos Premonstratenses. A Ordem recebeu este nome devido ao local em que inicialmente se instalou: Prémont. Conforme Knowles e Obolensky (1983), as primeiras atividades desenvolvidas pelos religiosos da Ordem resumiam-se à pregação e ao trabalho missionário.

A vinda dos norbertinos ao Brasil está inserida nas estratégias de ação da Romanização, que no século XIX defendia o pleno poder papal e combatia algumas expressões do mundo moderno, tais como o Liberalismo, o Socialismo, o Comunismo, o Cientificismo, o Positivismo, a Maçonaria, o Espiritismo e o Protestantismo, considerados pela Igreja como erros modernos.

⁵³ Segundo o *Dicionário de termos religiosos e afins* de Aquilino de Pedro (1994), *Nicolaísmo* e *Simonia* são termos utilizados, respectivamente, para o não respeito ao celibato e à castidade pelos clérigos e à compra e venda de cargos eclesiásticos.

Para combatê-los, ela elegeu o período medieval como um modelo a ser seguido. Isso porque durante a Idade Média a sociedade subordinava-se aos preceitos católicos e ao controle da Igreja.

A chegada da Ordem no norte de Minas Gerais objetivava a defesa da fé e justificava-se pela necessidade de reafirmar os preceitos cristãos às pessoas da região. Maurício Gaspar, membro da Ordem dos Premonstratenses, escreveu no início do século XX um relatório intitulado *No sertão de Minas* que descreve e analisa a atuação dos membros da ordem no norte de Minas Gerais. Em 2011, Dom Geraldo Majela de Castro, cônego premonstratense, bispo de Montes Claros entre 1988 a 2001 e arcebispo de 2001 a 2007, traduziu a versão francesa deste relatório, transformando-o em livro, cujo título é *30 anos de Apostolado no Brasil: pelos Premonstratenses do Parc*. Nesta obra, Maurício Gaspar narra às comunidades da Bélgica a chegada dos primeiros religiosos, os chamados Filhos de São Norberto, no Estado e seus primeiros passos até se instalarem em Montes Claros. “O livro também demonstra como os Premonstratenses procuravam superar a fase sacramentalista [Catolicismo Popular], proporcionando às crianças ótima catequese e aos adultos, por meio de associações pias, a mudança dos costumes, o progresso na fé e a vida em comunidade” (GASPAR, 2011, p. 7). Dom Majela de Castro, no prefácio do tradutor, diz que a obra tinha por finalidade:

[...] fazer conhecidos os primórdios das missões premonstratenses em São Paulo e Minas, a fim de atrair vocações para as abadias da Bélgica e, assim, aumentar o número de religiosos a serem enviados às missões brasileiras. E, ainda, com o fim de angariar recursos a serem aplicados às obras da sua Missão e de apresentar na Europa o Brasil, com seus costumes, suas riquezas, suas peculiaridades, atraindo investidores belgas que ajudassem o progresso de nossa Pátria (GASPAR, 2011, p. 7).

Segundo Gaspar (2011), os primeiros missionários Premonstratenses que chegaram ao Brasil atenderam ao convite do papa Leão XIII feito à Ordem de São Norberto, em virtude da preocupação do papa com a penúria do clero no país. Deste modo, aos seis de outubro de 1894, foi endereçada uma carta de Roma aos abades Premonstratenses da Circaria de Brabant, por intermédio de Dom Nava de Pontife, Núncio Apostólico em Bruxelas, na Bélgica. “Sua Excelência informava-lhes que a Santa Sé desejava vivamente que os Premonstratenses belgas erigissem missões na América do Sul. Entre as Repúblicas desse vasto continente, uma, sobretudo, chamava a atenção de Sua Santidade, o Papa Leão XIII” (ibidem, p. 11): era o Brasil, que cinco anos atrás, em 1889, acabara de constituir-se em República Federativa. Veja o tom de comemoração do religioso e a estratégia da Igreja para atuar no país:

Agora que cessou a perseguição e o novo regime que vigora no Brasil permite à religião católica respirar mais livremente, a sábia providência do grande Papa Leão XIII, que vela com cuidado ciumento sobre todos os seus filhos, vislumbrou o momento favorável para dar a essas imensas regiões padres zelosos e missionários devotados (GASPAR, 2011, p. 13).

Em um discurso romanizador, Maurício Gaspar apresentou o convite do papa à ordem como “bondade paternal e sábia previsão do grande Papa para tudo o que se refere aos interesses gerais da Igreja” (ibidem, p. 11). Vejamos o documento:

I Apostolado Brasil
Nunciatura Apostólica
Bruxelas, 06 de outubro de 1894

Reverendíssimo Prelado,

Por intermédio de Sua Eminência, o Cardeal de Estado, nosso Santo Padre ordena-me fazer chegar ao vosso conhecimento o que se segue: “É desejo de Sua Santidade que as Ordens e as Congregações abracem com amor a nobre tarefa de fundar casas na América Latina, a fim de cooperar de maneira eficaz na renovação do espírito cristão destas populações e na reforma dos costumes públicos. Seria grande consolação para o Santo Padre que a vossa Congregação se decidisse a responder positivamente ao seu apelo e aos seus desejos.

Tendo a vossa Ordem em alta estima e esperando que esteja a ponto de poder aceitar esta santa tarefa, ao menos num futuro não tão distante, tenho a honra de convidar-vos, para tanto, em nome da própria Santa Sá.

Esperando vossa resposta, que desejo favorável, queirais receber, Reverendíssimo Prelado, a certeza do meu respeito e religioso devotamento. Arcebispo de Héraclée, Nuncio Apostólico (ibidem, p. 11).

Oito anos após o convite papal, a ordem chegava ao país, primeiro em São Paulo e, em seguida, em Mariana/MG. Em 1902, abriu-se a perspectiva de um novo campo de atuação: o norte de Minas Gerais, que possuía cerca de 40 paróquias sem párocos. Dom Joaquim Silvério de Souza, o bispo coadjutor de Diamantina, em uma carta datada de 18 de novembro de 1902, endereçada ao Prelado da Abadia do Parc, expunha os motivos prementes e a oportunidade de uma residência de missionários Premonstratenses na região norte-mineira. Montes Claros foi a primeira cidade do norte de Minas Gerais a receber os missionários. Os dois primeiros “padres brancos”, como eram chamados em virtude da cor do hábito que usavam, foram Charles Vincart e François de Paule Moureau, que tiveram seus nomes adaptados para padre Carlos Vincart e padre Chico. Já no Brasil, para chegarem à região, enfrentaram uma exaustiva viagem de mais de 500 quilômetros que incluíram extensas cavalgadas e travessias a rios:

Longas viagens a cavalo através de imensos planaltos solitários, a subida pitoresca de altas montanhas, a travessia de numerosos riachos e a perspectiva de dormir mais de uma vez debaixo de modesto abrigo, edificado de distância em distância ao longo do caminho das tropas, tais são as diversas fases de uma viagem através do interior de Minas (GASPAR, 2011, p. 39).

Responsáveis inicialmente pela paróquia de Montes Claros, o campo de ação dos Premonstratenses logo se expandiu. Em 1910, passados sete anos de trabalho na região, já eram responsáveis por nove paróquias que correspondiam a um território duas vezes o tamanho da Bélgica. Assim, mensura Gaspar (2011, p. 53), “difícilmente imaginariamos na Bélgica o que podem ser as paróquias do Sertão. Quanto à extensão, atingem facilmente a superfície de nossas províncias e, à medida que subimos para o Norte, têm território do tamanho de seis a nove províncias reunidas”.

Com poucos meses de atuação no norte de Minas, Gaspar fez um balanço da situação do apostolado:

Munidos das faculdades necessárias e de grande número de privilégios, como o de administrar o *Sacramento da Confirmação*, puderam alegrar-se dos resultados já obtidos depois de cinco meses de laboriosas tarefas executadas: 339 batizados, 67 matrimônios, 1626 comunhões, 76 viagens, das quais sete apreendidas até a distância de 10 léguas para levar as últimas consolações espirituais aos moribundos. Tal foi o balanço que estes dois valentes apóstolos enviaram ao seu Reverendíssimo Prelado. De outra parte, não deixavam passar nenhuma ocasião para lançar os fundamentos das obras que deviam assegurar o futuro espiritual da paróquia de Montes Claros. Alguns meses após sua chegada, fundaram o *Apostolado da Oração*, que contava em pouco tempo com 300 membros. Vieram a *Obra da Santa Infância e a das Damas da Caridade*. Breve, o serviço interior ficava mais intenso e, além de suas múltiplas ocupações, os missionários encontravam ainda tempo de fazer executar a *restauração da Matriz* e das *capelas do Rosário*, construção que datava de 1834, e a de Nosso Senhor dos Passos. [...] O padre Vincart teve ainda tempo de se dar a *observações meteorológicas*, estudo de que gosta particularmente, tendo sido colocado pelo Governo à frente do primeiro posto estabelecido em Montes Claros. [...] Admitis, escrevia ele no começo de 1904, que nossa vida é ocupada com muita seriedade. Não vos contei sobre as *aulas particulares de francês, de esperanto e de física* que ocupam a maior parte de nossas tardes (ibidem, p. 56-57, grifos nossos).

Sob os preceitos de uma Igreja conservadora, os Premonstratenses ocuparam diversos espaços na sociedade norte-mineira. Entretanto, tais religiosos atuavam em um período cujo discurso modernizador possuía forte apelo e era um dos pilares da República com seu caráter laico. Nesse sentido, esses religiosos posicionaram-se, muitas vezes, em oposição aos rumos da sociedade que se modernizava, tanto em relação à mudança de hábitos como em relação às

estruturas sociais da época, como o sistema de ensino. Vejamos o que dizia o jornal *A Verdade* acerca do espírito laico e republicano:

A sociedade não se torna imunemente irreligiosa [...]. Crearam a escola leiga. As taboas da criminalidade precoce augmentam assustadoramente. A anarchia social, a depravação dos costumes, se estende e contamina as fontes da vida, mercê dessa religião de homens cujos instintos não pôde a escola moderar, cujo character em formação a neutralidade desviou do dever religioso, austero, mas salutar [...]. Expeliram o espirito do crhistianismo, das instituições sociais. A lei já não é o direito. O interesse de poucos sobrepuja o bem commum. A magistratura perde o senso da justiça. O poder é o mais extrenuo dos inimigos da liberdade (A VERDADE, 1907f, p. 3).

A escola leiga, a anarquia social, o casamento civil, o avanço das ideias socialistas, a sociedade que se paganiza e as marcas da degeneração social foram os novos alvos denunciados. De acordo com a visão do Catolicismo, no conjunto, estas marcas explicavam a origem dos “males hodiernos” que a ação desses missionários deveria enfrentar. Os missionários viam o Brasil como um local devastado pela imoralidade, de difícil conversão. No entanto, eles percebiam o país como um território promissor, onde não enfrentariam as mesmas dificuldades que enfrentavam na Europa. Nas palavras de Gaspar (2011), no início do século XX, o Brasil era um local em condição de desempenhar um papel preponderante às pessoas, apesar de o sertão ser visto por eles mesmos como um território semiaberto à civilização:

Graças a Deus, escrevia ao Reverendíssimo Prelado o zeloso Côn. Francisco Moureau, pelo nosso modo de tratar as pessoas, conquistamos a estima e o amor de nossos bons Brasileiros ao ponto que muitos dentre eles, após anos prolongados na desordem, não têm receio algum de procurar-nos com franqueza, com intuito de regularizar sua união. Isto pareceu impossível a mais de um que conhecia o caráter dos interessados e nos valeu calorosas felicitações da parte do nosso bispo, Dom Joaquim. A população, de seu lado, não sabe o que fazer para nos convencer a fundar um colégio. [...]

As instruções dos Premonstratenses, seus cursos de catecismo, suas viagens paroquiais nos lugares mais distantes do Sertão, lugares onde a visita de um Padre toma logo as proporções de verdadeiro acontecimento, operam o maior bem entre essas populações simples, mas cheias de fé, embora um pouco supersticiosas, devido ao abandono e à penúria extrema de sacerdotes, de que sofre, muito particularmente, o Norte de Minas Gerais. [...] As obras de caridade e as confrarias erigidas recentemente encontravam, no caráter religioso do povo do Sertão, a base que prometia os melhores frutos. Assim, a confraria do Sagrado Coração, o Apostolado da Oração, dava por mês de 300 a 320 comunhões reparadoras; 70 homens delas participavam. A conferência de São Vicente de Paulo caminhava igualmente muito bem (GASPAR, 2011, p. 80-95).

Entre as estratégias de ação adotadas por estes religiosos esteve, também, a fundação, em 1905, do colégio *São Norberto*. No final do ano de 1907, o jornal *A Verdade* anunciava o período de matrículas, afirmando: “o fim principal do Collegio é dar á mocidade uma educação christã, litteraria e scientifica, preparando-a para os estudos superiores” (A VERDADE, 1907d, p. 3). Sobre os quesitos necessários para compor o grupo de alunos, estabelecia: “admittem-se alumnos de 10 annos para cima, devendo trazer attestado de aprovação no curso primario, de terem sido vaccinados e não soffrerem molestia repugnante ou contagiosa, e de moralidade e bons costumes” (ibidem, p. 3).

A fundação da instituição de ensino foi possível devido à chegada em Montes Claros do terceiro missionário, o reverendo Benoit Maussen, em 1905. Conhecido na cidade como padre Bento, após sua chegada, “para satisfazer o desejo das famílias mais influentes da cidade, os Premonstratenses inauguraram um estabelecimento de instrução denominado Colégio São Norberto, em substituição à Escola Normal que acabara de ser suspensa pelo Governo do Estado” (GASPAR, 2011, p. 82). Ainda segundo o autor, alugaram o prédio da própria Escola Normal, pois precisavam de um espaço mais amplo do que o lugar no qual até então estavam instalados.

Em 1916, Urbino Vianna lançou sua segunda monografia do município de Montes Claros. No capítulo que trata da instrução, apresenta as seguintes informações sobre o colégio: “Houve, em certa ocasião, dirigido pelos Premonstratenses, um Collegio de moços – denominado S. Norberto – de onde saíram muitos estudantes para a vida publica” (VIANNA, 1916, p. 123). O colégio atuou como estratégia de formação dos filhos das famílias abastadas, via educação institucional, para prepará-los a ocupar os postos de prestígio na região. Com isso, esses missionários respondiam às expectativas dos bispos brasileiros que entendiam como necessária a fundação de colégios para educar os jovens sob os princípios cristãos, como bem observa Silva (2005).

O norte de Minas Gerais, mesmo fazendo parte de um território promissor, também apresentava muitas dificuldades para a atuação dos Premonstratenses. As explicações para essas dificuldades giravam em torno das adversas condições climáticas e de uma perversa construção europeia do processo de formação cultural brasileiro. Segundo as palavras de Gaspar:

Essas dificuldades passavam pelo calor excessivo que enervava os moradores, convidando-os mais ao repouso do que à atividade, pela presença da superstição entre os habitantes e pela própria formação do povo brasileiro [...]. A pobreza, isto é, a falta de coisas que nós, Belgas, acreditamos tão necessárias à vida, é aqui a companheira inseparável do lar doméstico. Todavia, esta gente corajosa se acomoda muito bem a esta ausência de

conforto, dominados pela apatia, aquele produto híbrido da rotina de Portugal, e pela indolência do negro e do índio, opondo assim uma terrível inércia a qualquer tentativa de progresso (GASPAR, 2011, p. 40).

Os missionários belgas enfrentaram dificuldades estruturais, já que a região era muito extensa, a população dispersa e os religiosos em número escasso. Tudo isso, agravado pelas condições climáticas e de transporte da época, fazia com que os padres vivessem sob o lombo de animais, percorrendo amplas distâncias quase diariamente. No seu relatório, Gaspar exemplifica o cotidiano de Vincart e Moureau ainda nos primeiros meses de trabalho:

Numa segunda-feira, fui chamado a confessar um doente a quatro horas daqui. Parti de manhã para voltar só pela seis da tarde. Acontece que, no mesmo dia, Cônego Moureau foi confessar outro enfermo, saindo pelo meio-dia, o que lhe valeu légua e meia de cavalgada. No dia seguinte, uma terça-feira, quando voltei, encontrei uma mensagem à porta de nossa residência: pediam um padre para ministrar os últimos sacramentos a uma mulher idosa, que residia a nove léguas de Montes Claros. Na quarta-feira, desde cedo, estava eu a cavalo, mais eis que chega outro camarada pedindo também um confessor. Esse estava à distância de cinco léguas. Meu confrade parte então igualmente e volta às sete da noite para ouvir confissões de cerca de 50 pessoas do Apostolado da Oração. Quinta-feira, chego justamente a tempo de ajudar meu confrade no confessionário, onde fiquei até dez horas da noite. No dia seguinte tive a consolação de distribuir a Sagrada Comunhão a 175 membros do Apostolado, dos quais 33 homens, entre os quais havia vários que fazia quase 20 anos que se tinham confessado a última vez. Nessa mesma sexta-feira, o Cônego Moureau partia para a paróquia de Bocayúva, cerca de 60 quilômetros de cavalgada. No sábado, percorri seis léguas e no dia seguinte, estando sozinho, tive de binar, celebrando a primeira missa às 8 horas e a segunda, às 10 (ibidem, p. 55).

O quadro da vida do padre no Brasil descrito em um panfleto das obras beneditinas pelo missionário Dom Miguel Kruse, que mais tarde se tornaria abade do mosteiro de São Paulo, poderia, segundo parece, ser aplicado à nascente paróquia norte-mineira:

A vida do padre no Brasil pede sacrifícios inauditos cuja ideia não se pode fazer na Europa. Certas paróquias são muito extensas e até mais extensas que o reino da Bélgica todo inteiro. As estradas de ferro só se encontram ao longo da costa, e ainda em bem pequeno número. Quanto às vias de navegação, não dá nem para sonhar. Dia após dia, estar montado na sela é a sina de nossos párocos. As dificuldades e as fadigas de semelhante vida são, a custo, compreensíveis. Com muita frequência, o padre que quer levar os socorros da religião a algum moribundo cuja choupana se encontra na extremidade de sua paróquia, deve enfrentar múltiplos perigos, com desprezo de sua vida. Altas montanhas apresentam-se diante dele, é preciso que, sem mais tardar, as transponha. Rios fundos barram o caminho, sem hesitar, é preciso que se jogue na água e os atravesse a nado. Também, não é raro que seja surpreendido por uma chuva torrencial que o ensope até os ossos, e que, dez minutos depois,

devido às bruscas mudanças que o clima tropical pode sofrer, ele se vê sem abrigo e sem sombra, exposto de novo aos raios abrasadores do sol. Em idênticas circunstâncias, o sangue esquenta-se e ferve nas veias, ocasiona violentos acessos de febre que, muitas vezes, são os antecedentes funestos da morte (KRUSE, 1909 apud GASPAR, 2011, p. 56).

As paróquias da região abarcavam amplas faixas territoriais que demandavam elevados esforços físicos dos religiosos. No exercício da missão, porém, os religiosos passavam a conhecer profundamente a região e seus habitantes, potencializando a capacidade de influenciar a vida da população. Para se ter uma ideia, em Montes Claros, por exemplo:

o quadro da administração espiritual da paróquia de Montes Claros, publicado pela “voluntas episcopi” acusava, em cinco meses apenas de apostolado, cifras consoladoras: 339 batizados; 67 casamentos; 6 confirmações; 1626 comunhões; 76 confissões de doentes, incluindo 23 viagens a cavalo, a uma distância de cinco e sete léguas até dez léguas de distância. A Externa União foi administrada a 71 moribundos; o Santo Viático foi levado a 23 enfermos; onze exéquias foram celebradas e 175 crianças seguiram os cursos de catecismo (ibidem, p. 26-27).

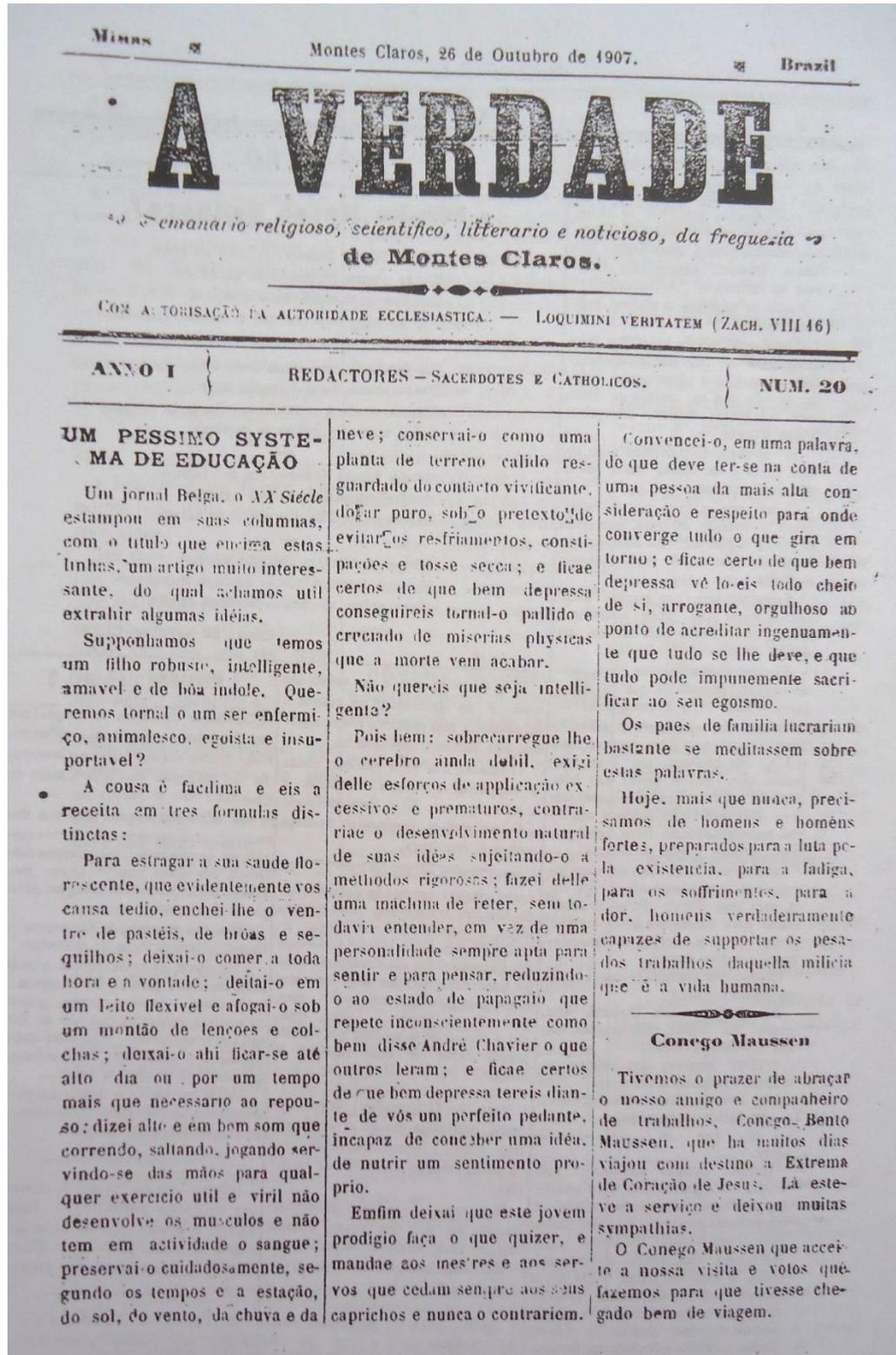
Em dezembro de 1905, os Premonstratenses também fundaram um clube teatral dramático denominado *São Genesco* e a associação literária *Monte Alverne* para crianças e adolescentes que contou com cerca de quarenta membros: “era preciso ver o entusiasmo desses jovens, aspirando à honra de fazer parte de uma sociedade que junta o útil ao agradável”, gabava-se Gaspar (ibidem, p. 27). Também neste ano, sob o ponto de vista espiritual, o balanço do serviço religioso da paróquia apresentava-se aumentado.

O número de batizados elevava-se a 1.009, dos quais 31 adultos; 311 casamentos. Houve 89 confissões de doentes na cidade; 36 viagens de confissão. O catecismo era dado três vezes por semana. O Apostolado da Oração contava agora com 435 membros. A confraria de São Vicente de Paulo com 29 membros. A obra das Damas de Caridade, 14 membros. Quanto ao número de comunhões, atingia já 10.122. Os felizes resultados alegravam muito o coração dos missionários (GASPAR, 2011, p. 84).

Além das tarefas religiosas comuns, os Premonstratenses fundaram o “Semanário religioso, científico, litterario e noticioso da freguezia de Montes Claros”, nomeado *A Verdade* (ver Figura 8). Por que o nome *a Verdade*? Quem era o detentor da *verdade*? Para responder a estas questões, vejamos o conceito filosófico da palavra *Verdade*. Nicola Abbagnano diz que a concepção teológica do conceito *verdade* é a que considera como revelação, ou seja, “a verdade se revela em modos de conhecimento excepcionais ou privilegiados, por meio dos quais se torna

evidente a essência das coisas, seu ser ou o seu princípio (Deus)” (ABBAGNANO, 2015, p. 1184).

Figura 8 - Primeira página do jornal *A Verdade* (26 de outubro de 1907)



Fonte: *A VERDADE*, ano I, n. 20. Montes Claros/MG, 1907, p. 1.

O semanário se dizia o revelador das coisas de Deus, o instrumento que reproduzia a “Verdade” ou o “Verbo de Deus” para as pessoas. Santo Agostinho já sugeria que “o Verbo (Deus) é a Luz verdadeira que ilumina todo homem que vem a este mundo” (AGOSTINHO, 2000, p. 173). Veja como a Igreja Católica utiliza uma interessante estratégia materializada no nome do jornal: ela se intitulava a única guardiã da verdade, e por isso, eram legítimas as notícias e informações veiculadas neste órgão publicitário.

O jornal *A Verdade* circulava em várias paróquias no norte de Minas. O órgão publicitário se dizia um “pregador mudo, cuja eficácia seria melhor que pregadores em carne e osso”, conta seu fundador. Gaspar descreve a notícia de inauguração:

O ano de 1907 é que merece ser gravado nos anais da missão Norbertina do Sertão de Minas, pois foi marcado por uma série de acontecimentos importantes. Em primeiro lugar, a criação de um jornal justamente no momento em que a cidade não possuía órgão algum de publicidade. Foi decidido então que a paróquia teria seu jornal. [...] O primeiro número saiu, com efeito, no primeiro de maio. Seu nome era “A Verdade”. A Verdade, que iria pregar a boa nova, não somente ao povo da cidade, mas também nos recantos da paróquia e até nas paróquias vizinhas. Os religiosos foram os primeiros redatores, sempre aceitando a colaboração de alguns católicos devotados (GASPAR, 2011, p. 84).

Enfim, a publicação e circulação desse jornal no período tornou-se um importante propagador de ideias, além de se constituir em um instrumento de educação da população que se relacionava com a imprensa periódica de forma variada. A influência desses veículos ultrapassava um grupo pequeno de leitores, pois era potencializada com o uso deste material em pesquisas.

Outra importante estratégia para manter a influência da Igreja Católica foi a fundação do Colégio Imaculada Conceição para moças, em Montes Claros. O cônego Moureau, durante sua permanência na Bélgica, expusera ao Prelado o estado excepcionalmente favorável de Montes Claros para uma concentração educacional. Também era um pedido das famílias da cidade a fundação de um educandário católico.

Quanto ao corpo docente do novo colégio, o cônego Moureau não teve de procurar muito tempo. “A Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, fundada em Berlaar, também da Bélgica, estava tão afamada pela perfeição de seu ensino e o heroísmo de suas missionárias que a proposta de partir para o Brasil, recebeu ali atencioso acolhimento” (GASPAR, 2011, p. 93). Com efeito, esse colégio foi de fato a primeira instituição de ensino para mulheres com sistema de internato e externato situado nessa cidade. Memorialistas como Paula (2007), Viana (1916) e a pesquisadora Carneiro (2003) atribuem a esta instituição a

responsabilidade pela formação das “moças de família”, ou seja, as que pertenciam à denominada elite econômica e social da região, composta por fazendeiros, comerciantes, advogados, jornalistas, médicos, dentre outros.

Na próxima seção, apresentaremos o Colégio Imaculada Conceição, de Montes Claros, que foi o principal centro formador do professorado norte-mineiro, inclusive formou grande parte das professoras e diretoras do Grupo Escolar João Alcântara de Porteirinha.

2.4 Pela Igreja, na escola: o Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros e a formação das professoras de Porteirinha

O século XIX foi o século do embate. O positivismo apresentou-se como o propulsor da ordem; o liberalismo pautou-se na liberdade; e, por fim, afloraram as concepções socialistas. A Teoria da Evolução, por sua vez, acabou de vez com o entendimento de que a vida foi criada por intervenção divina. Esse conjunto de ideias foi amplamente debatido e disseminado e colocou novamente em xeque os preceitos da Igreja Católica⁵⁴, influenciando, desta forma, as decisões da Igreja em relação à sociedade.

De acordo com Lima e Gatti Júnior (2016), várias ordens religiosas foram reconhecidas ou criadas neste período, em comunhão com a conclamação papal. O espírito missionário de várias ordens religiosas da Europa atendeu ao apelo do papa Leão XIII, especificado em sua Encíclica⁵⁵ *Rerum Novarum* (Das coisas novas), de 1891, pela promulgação de um espírito de renovação e combate àquelas ideias. Deste modo, a máxima atribuída ao pontífice Leão XIII *reconquista aqui, conquista lá* ecoou mundo afora. Evidentemente, esse clima do século XIX chegou no Brasil com a Proclamação da República e se fortaleceu no século XX.

Os estudos de Borges (2011) revelam que em 1907 a Igreja Católica incentivou a criação de dioceses, seminários e a vinda das ordens religiosas europeias, construindo todo um aparato capaz de reinstitucionalizar a Igreja no país. Conforme Carneiro (2003), as congregações religiosas, em especial, foram as responsáveis pela inserção da prática religiosa objetivada pelo

⁵⁴ Segundo Azzi (2008, p. 182), “privilegiando a cristandade medieval como a fase áurea do catolicismo, o movimento de reação assinalava três grandes períodos de crise e decadência histórica: o século XVI, marcado pela negação da Igreja, obra do protestantismo; o século XVIII, caracterizado pela negação de Cristo, pelo racionalismo iluminista; e o século XIX, pela negação de Deus, realizada pelo comunismo”.

⁵⁵ Os vários tipos de documentos eclesiais, principalmente as encíclicas (um tipo específico da carta circular produzida pelos papas, tratando de temas voltados para a doutrina católica, no campo moral, social, político etc.), poderão ser visualizados por meio do seguinte endereço, do Portal do Vaticano: <http://www.vatican.va/offices/papal_docs_list_po.html>. Acesso em: 22 ago. 2016.

Vaticano no mundo. Essas congregações tinham como objetivo expandir as práticas religiosas no seio da sociedade por meio da difusão da imprensa, das novas associações leigas e, sobretudo, da fundação de colégios católicos para educar as crianças e a juventude.

De acordo com Carneiro (2005), a chegada das congregações religiosas no país representou uma estratégia direcionada pela Igreja, cujo objetivo central era fixá-las em localidades de pouca influência do pensamento moderno liberal. Ao mesmo tempo, ao estabelecer no interior do país, em regiões cuja urbanização era eminente, essas congregações encontravam o local ideal para desenvolver suas atividades.

Segundo Manoel (1996), o fim do regime do Padroado, ocorrido com o advento da República, fez com que a Igreja Católica também se empenhasse em reconquistar o controle do sistema educacional. Trabalhando com os dados fornecidos por Moura (2000), uma das pesquisas abrangentes a respeito da educação católica no Brasil⁵⁶, foi possível organizar alguns dados acerca do avanço da educação católica enquanto uma forte estratégia da Igreja no país: entre 1500 e 1662 vieram para o Brasil nove congregações estrangeiras que fundaram escolas. Entre 1848 e 1922 este número se elevou para dezessete congregações. Após a Proclamação da República, o número de congregações que se dedicavam à educação formal/escolar teve um crescimento significativo e o número de fundações de escolas cresceu na mesma medida. Os Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo concentravam o maior número de fundações de escolas: onze no primeiro e cinco nos dois últimos Estados (MOURA, 2000).

As tabelas a seguir, levantadas a partir dos dados do Anuário Católico do Brasil⁵⁷ (1965), trazem mais números para a discussão:

Tabela 5 - Número de congregações e ordens femininas por período de chegada ao Brasil

Período	Número de Congregações e Ordens
1733 - 1742	03
1849 - 1897	17
1900 - 1965	196
Total	214

Fonte: Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS). Anuário Católico do Brasil. Departamento de Estatística. Rio de Janeiro, 1965.

⁵⁶ É preciso destacar, no entanto, que, da relação de escolas fundadas fornecida por esta bibliografia, não consta a fundação da primeira escola da Congregação do Imaculado Coração de Maria, em Montes Claros, o que aponta para a necessidade de revisão dos dados.

⁵⁷ O Anuário Católico do Brasil é o guia oficial da Igreja. Criado a partir do *Censo Anual da Igreja Católica*, realizado a cada dois anos, o guia foi publicado pela primeira vez em 1965, contém os nomes e endereços de todas as células oficiais, ou seja, é o cadastro da presença da Igreja no Brasil. A obra se constitui no principal instrumento de identificação, registro e estatística da Igreja Católica no país (CERIS, 1965).

Não há dados de Congregações femininas estrangeiras que vieram para o Brasil antes de 1733. Durante o século XVIII o movimento de vinda de congregações masculinas estrangeiras parece cessar e inicia-se o processo de vinda de congregações femininas.

Tabela 6 - Número de congregações e ordens masculinas por período de chegada ao Brasil

Período	Número de Congregações e Ordens
1549 - 1585	04
1612 - 1640	02
1733 - 1742	00
1819 - 1898	15
1900 - 1965	81
Total	102

Fonte: Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS). Anuário Católico do Brasil. Departamento de Estatística. Rio de Janeiro, 1965.

É preciso ressaltar, ainda, que outras cinco congregações femininas foram fundadas no Brasil neste período. Embora o número de congregações masculinas estrangeiras que vieram para o Brasil entre 1549 e 1640 fosse bastante reduzido (apenas seis), o período de crescimento desse número coincide com o de crescimento das congregações femininas no século XIX: no século seguinte foi cinco vezes maior no caso das masculinas e chegou a ser treze vezes maior no caso das femininas. Neste período, diversas congregações católicas chegaram ao país num processo crescente que teve seu ápice no século XX (CERIS, 1965). Conforme Moura (2000), a maior parte dessas congregações tinha como objetivo primeiro o trabalho com a educação, um dos caminhos de romanização da Igreja brasileira.

Na Tabela 7 observamos como as congregações masculinas e femininas alastraram-se pelo país e se expandiram na área educacional praticamente em toda Primeira República, exercendo o controle sobre as atividades educacionais:

Tabela 7 - Congregações religiosas no Brasil (1890-1920)

Ano	Congregação	Nº de colégios
1890-1918	Jesuítas	09
1903-1920	Benedictinos	17
1890-1919	Salesianos	38
1892-1920	Franciscanos	05
1908-1923	Carmelitas	06
1890-1918	Maristas	49
1820-1915	Lazaristas	04

Fonte: MOURA, Laércio Dias de. *A educação católica no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000, p. 100-114

Segundo Manoel, a Igreja Católica soube aproveitar um espaço ainda não totalmente ocupado pelo “inimigo” e, por meio dele, “desenvolver um trabalho saneador, cujo resultado final deveria ser o afastamento tanto das ideias modernas quanto do ensino leigo, considerando necessariamente mau e corruptor” (MANOEL, 1996, p. 55). A ação concreta de instalação de uma rede escolar, movimentando vultuosos recursos financeiros e humanos, deslocando congregações religiosas, da Europa para o Brasil, apoiava-se em uma teoria cujo eixo de sustentação era atribuir a “crise do mundo moderno” aos principais “errôneos” da filosofia racionalista e da política liberal, divulgados pela educação leiga e, como contrapartida, a solução dessa “crise” pela educação católica (ibidem, p. 56).

No norte de Minas Gerais, em especial, foram estabelecidas e merecem destaque as ordens belgas: a masculina representada pelos Premonstratenses, e a feminina pela Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar, apresentadas nas seções anteriores. Nesse período, a Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, reconhecida em 1868, encontrava-se preparada para sua expansão missionária. Segundo Borges (2011), o convite para vir ao Brasil partiu dos padres Premonstratenses, em especial do padre Francisco Moreau (o padre Chico). Firmados os devidos acordos entre as autoridades eclesiásticas, foram enviadas ao Brasil quatro irmãs (irmã Maria Odília, irmã Maria Otávia, irmã Maria Remígia e irmã Maria Blandina) com a função de auxiliar nos serviços de enfermagem da Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros e fundar um colégio. A educação era uma das estratégias mais poderosas para a reconquista de poder.

Assim, as irmãs chegam ao Brasil em 1907, e em setembro do mesmo ano fundam o Colégio Imaculada Conceição, o primeiro para moças em Montes Claros. O jornal *A Verdade* trazia o seguinte anúncio publicitário:

Além de aceitar meninos menores de sete anos, o colégio oferece às moças aulas de Portuguez, Francez, Arithmetica, Geographia e Desenho; e diversos trabalhos, como flores de panno, lata, parafina, conchas, penuas e de palhas; bordados, tapeçarias, feitio de vestidos de varias modas; pintura, aquarella, cestos de alumen e quadros para retratos, etc. (A VERDADE, 1907c, p. 4).

O funcionamento deste estabelecimento educativo em Montes Claros durou apenas dez anos, encerrando suas atividades no ano de 1917⁵⁸. No entanto, mais tarde, em abril de 1919, a

⁵⁸ Conforme Borges (2011), os motivos que colaboraram para o fechamento do Colégio Imaculada em Montes Claros/MG somam-se a três. O primeiro foi devido aos problemas internos da irmã superiora Berchmans com a

ordem fundou, ainda em Minas Gerais, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Araguari. No Colégio funcionava também o convento para a formação do noviciado. Como o Colégio Imaculada Conceição ficou fechado em Montes Claros, em 1919 Araguari passou a ser a sede da Congregação no Brasil (BORGES, 2011).

Conforme apontam Lima e Gatti Júnior (2016), durante o período de 1920 a 1958, novos estatutos foram elaborados e oficializados pela congregação, buscando a adequação à realidade institucional e aos desafios assumidos como missão apostólica: o ensino, as ações voltadas para os leigos, a manutenção de pensionatos e a assistência aos doentes e idosos. Deste modo, a presença missionária das irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar no Brasil teve sua nova inspiração, superando as primeiras dificuldades percebidas desde 1907.

Somente em 1927, mediante o empenho do vigário de Montes Claros, o padre Marcos Van In, regressaram à cidade irmã Canuta e irmã Maria Inês (ex-aluna do colégio). Ambas, juntamente com irmã Maria Beatriz, irmã Maria Macária e irmã Maria Hippolyta, refundaram o Colégio Imaculada Conceição. Dona Maria Luíza de Magalhães Ribeiro (viúva do Coronel Francisco Ribeiro) cedeu, por dois anos, o Palacete Ribeiro, de sua propriedade, localizado à rua Coronel Prates, para o funcionamento do educandário. Após este prazo, as irmãs da congregação conseguiram adquirir o imóvel, consolidando, assim, o estabelecimento do colégio na cidade (COLÉGIO BERLAAR IMACULADA CONCEIÇÃO, 2017).

O colégio atendeu aos níveis infantil e primário. No ano de 1927, quando o colégio reiniciou suas atividades na cidade, 30 alunos/as foram matriculados/as no ensino maternal e pré-primário e 20 alunos/as matriculados/as no ensino de 1ª a 4ª série, totalizando 50 alunos. Todavia, o número de matrículas nestas séries aumentou de forma progressiva ao longo de dez anos e no ano de 1937 o colégio contou com um total de 292 alunos matrículas, do maternal à 4ª série (BORGES, 2011).

O jornal *Montes Claros* foi um dos impressos que se pautou em divulgar na região modelos de comportamento do cristão católico. O excerto a seguir apresenta o Colégio Imaculada Conceição como sendo o ambiente educacional propício para colher “os melhores resultados”, considerado pelo jornal “como bem raros [...], e que tem prestado e continua a prestar inestimáveis serviços á causa sagrada da instrucção”:

autoridade religiosa local. O segundo está ligado ao início da Primeira Guerra Mundial, que inviabilizou o contato das irmãs com a Casa Mãe, na Bélgica. O terceiro foi a crise provocada pela epidemia de gripe espanhola.

Collegio da Immaculada Conceição

Possue a nossa cidade um estabelecimento de ensino, destinado á educação das creanças de tenra idade, á maneira dos jardins da infancia, que florescem nos grandes centros, dando os melhores resultados.

É o Collegio da Immaculada Conceição, aqui funciona sob a competente direção das beneméritas Irmãs do Sagrado Coração de Maria.

A modestia, que o envolve, faz que não seja ele suficientemente conhecido. Poucos são os que aquilatam devidamente o seu valor. Entretanto trata-se de um estabelecimento modelo, como bem raros já no genero, e que tem prestado e continua a prestar inestimaveis serviços á causa sagrada da instrução.

Só quem já visitou esta casa de ensino com olhos de observador pode fazer uma idéa exacta do que seja ella, pode compreender o que ella representa no nosso meio.

Impressiona desde logo o visitante a ordem que alli reina, a disciplina que a tudo preside. É um encanto ver a atenção com que dezenas de creanças, irrequietas, ouvem, sob o mais religioso silencio, as lições, que as esforçadas Irmãs sabem proporcionar com as suas intelligencias, que apenas desabracham.

É a excellencia do methodo, racional e attrhaente, que realiza o milagre de prender a atenção da petizada, que, cheia de interesse e de curiosidade, pende dos labios das abnegadas preceptoras. [...]

Visitem os paes de família o Collegio e só terão a lucrar.

Merece todo o apoio, é digna de todo o carinho esta bela instituição, que honra devéras a nossa Cidade, a que presta os mais valiosos serviços entusiasmo para que ella floresça cada vez mais, em proveito dos pequeninos, almas em flôr, intelligencias em botão, sequiosos de luz, avidos de saber!

(JORNAL MONTES CLAROS, 1928, p. 3).

Veja que a criação do Colégio Imaculada Conceição por uma congregação religiosa católica e seu rápido crescimento, gozando de grande prestígio perante a sociedade local, dá uma ideia de como as ordens estrangeiras conseguiram êxito em suas atividades, aliando educação e religião, conseguindo, dessa forma, disseminar uma filosofia baseada em regras rígidas em que predominavam a disciplina e a valorização dos aspectos morais (CARNEIRO, 2005).

Além da formação das crianças, a formação das moças alimentou o desenvolvimento do colégio na região. Carneiro (2005) lembra que a educação europeia, aplicada na adolescente pelas ordens e congregações femininas, passou a ser um fator que identificava quem eram os grupos mais abastados, tornando-se, assim, uma possibilidade de ascensão social feminina e logicamente da família, devido à instrução da menina nesses colégios, os quais ensinavam e transmitiam o tipo de comportamento feminino desejado.

As ordens religiosas tiveram a função de estabelecer alianças com os latifundiários da cidade e região, grupos detentores do poder econômico e políticos locais (CARNEIRO, 2005). Manoel nos lembra que a chegada e instalação destes colégios no país, nos períodos de 1859 a 1959, contou com a união entre Igreja, Estado e oligarquia. Assim, no ano de 1959, o Brasil já

possuía um total de “3.003 estabelecimentos de ensino sendo: 842 escolas públicas, 1.288 escolas particulares leigas e 873 escolas católicas” (MANOEL, 1996, p. 17).

Ainda de acordo com este autor, apesar de serem pouco letrados, os representantes da oligarquia perceberam que não era mais possível manter suas filhas no mesmo grau de ignorância e isolamento em que viviam até então. Tornava-se necessário que as mulheres soubessem ler, escrever, conversar, e que conhecessem um pouco do mundo situado além dos muros de suas casas e das paredes da paróquia mais próxima. Era necessário educar e cultivar as jovens. Não se tratava, portanto, de uma educação profissionalizante, mas de uma educação voltada para o polimento das mulheres. Além desta formação para o polimento feminino, Louro (2004, p. 447) afirma que “a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo”.

Neste contexto, a educação feminina, durante a transição do século XIX para o século XX, supervalorizou a imagem e o simbolismo da Virgem Maria. Esta educação também foi justificada pelo desejo da formação da mulher santa e da esposa-mãe (BORGES, 2011). Segundo Louro, o magistério foi compreendido como uma extensão da maternidade. Alguns defensores da educação feminina e alguns educadores “afirmavam que as mulheres tinham ‘por natureza’, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e ‘naturais educadoras’, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequeninos” (LOURO, 2004, p. 450).

Ao pesquisar algumas representações sociais femininas como santa, esposa-mãe e professora-primária veiculadas pela revista *Flor do Lácio*, nos períodos de 1943 a 1957, no Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros, Borges (2011) inferiu que, neste impresso, a tendência foi de associar as atividades docentes às atividades do sacerdócio católico. Ainda de acordo com a autora, esta revista caracterizou-se como um dos principais impressos do colégio, circulou pela cidade e teve como principais colaboradoras alunas e professoras do educandário.

Em 1943, o padre Osmar de Novais Lima, paraninfo da turma de professorandas daquele ano, escreve a seguinte peça oratória na ocasião da formatura da turma. Ao articular alguns valores morais da futura mestra que foram transmitidos pelo colégio, como “a luz da verdade”, “escrínio de conhecimentos”, arauto do “saber e do bem”, apresenta o formato almejado da imagem da professora da época. O texto foi reproduzido na revista *Flor do Lácio*:

[...] ao beber as alegrias do magistério; eu me sinto bem a contento ilustres diplomandas, para, na simplicidade de mestre, falar a quem dentre em pouco, irá, de facho em punho, levar às desabrochantes inteligências a luz da verdade, do saber e do bem. [...] Não farei tanto. As vossas dedicadas mestras, sem êste

estratagema, inocularam em vossas almas o nectar que suavizará os vossos dias, o bálsamo que preservará vossos corações, quer nas atividades de que sois modelos, quer nos conhecimentos de que sois escrínio. Uma palavra apenas de incentivo, um lembrete para os dias dos sacrifícios, que são maiores que os dos prazeres, na espinhosa montanha que empenhareis em subir. Diplomandas, ao encetardes a caminhada de responsabilidade que a vossa investidura os traça, na presente hora uma bússola certa se coloca em vossas mãos de incipientes mestras. É aquela que o compromisso prestado vos indica o dever (FLOR DO LÁCIO, 1943, p. 1-2).

Atributos como “desabrochantes inteligências”, “dedicadas mestras”, “sacrifícios que são maiores que os dos prazeres” e “responsabilidade que a vossa investidura os traça” denotam as construções de significações e características sobre como deveriam proceder as futuras mestras (BORGES, 2011). A partir de Louro (2004, p. 455), identificamos que “uma série de símbolos, doutrinas e normas foram mobilizados para a produção dessas mulheres professoras”. Como um ideal de modelo a seguir seguido, a professora passaria a ser uma professora-cristã, que deveria servir a Deus e à Pátria no exercício do magistério (BORGES, 2011).

Deste modo, às “incipientes mestras”, como mencionado no excerto, é indicado o dever que elas deviam ter, segundo o autor da peça, para com Deus e para com a Pátria. Desta forma, ao avançar no texto, o padre Osmar Novais Lima assegura:

O dever é a correspondência ás determinações que Deus e Pátria escrevem na vossa razão, consciência, coração e caráter. E para vós êle se apresenta envolvido na auréola esperançosa de ensinamentos bebidos na maviosa fonte de uma educação aprimorada e bem cuidada. Levais, portanto, a certeza da consecução da meta, porque tendes a fé inquebrantável em Jesús Cristo, nosso Divino Senhor, e latente vive em vossos corações a pátria imortal de tradições admiráveis, o Brasil. *Dever para com Deus*: Para com Deus êle é o verbo, é a sabedoria e essência. Enquanto nós a recebemos, êle a dá, por ser a própria ciência, como é a luz de tudo que vive. Recipientes das emanações científicas humanas, que, também são de Deus, cabe-vos a elevação de sentimentos ao Espírito Supremo, em uma ação de graças, testemunho de vosso reconhecimento. [...] Da vossa cátedra saiam para fazer o bem, como arauto de renovação social, as lições preparadas sob olhar carinhoso de Jesús. [...] No serviço de Deus há cruces. Estas terão, contudo de Deus a recompensa. [...] *Dever para com a Pátria* [...]. A imagem da Pátria deve refletir continuamente no espêlho de vossas almas. Acima de vossas preferências individuais a mestra deve dar ao seu país grande parte de suas atividades, para maior realce de sua grandeza. É de sua própria missão plasmar na criança este grande sentimento que conservará viva em seus atos a tradição da Pátria [...]. E seu amor pelo nosso Brasil seja tão intenso quanto o nosso. [...] E tereis, então o galhardão de vossos trabalhos e sacrifícios. Com a compreensão desta dupla grandeza: *Deus e Pátria* (FLOR DO LÁCIO, 1943, p. 1-2, grifos do autor).

Quando o padre chamou atenção das professorandas para o cumprimento do Dever para com Deus, ele fundamentou suas palavras nos princípios agostinianos⁵⁹. Assim, ao evocar a frase “êle é o verbo, é a sabedoria e essência. Enquanto nós a recebemos, êle a dá, por ser a própria ciência, como é a luz de tudo que vive”, o padre quis dizer que Deus é a luz⁶⁰, é aquele que permite e possibilita ao homem conhecer. No entanto, cada professora teria a tarefa de olhar para o entendimento, para a luz do espírito, para a fonte do saber, para Deus.

No final da peça, o padre Osmar Novais Lima apontou para a nova etapa da vida daquelas mulheres, ao compará-las como espelhos e guias a serem refletidos: “Não sereis mais guiadas. Não tereis mais regulamento a vos indicar a rota. Sereis, pelo contrário, guias. Apontareis às inteligências novas um horizonte mais claro, mais belo e cheio de fascinações e saber. Saber iluminado pela fé, pela sã moral” (FLOR DO LÁCIO, 1943, p. 2). Cabe aqui uma questão: *qual seria, então, o papel do professor no processo do conhecimento?* Baseando-se na obra *De Magistro*, de Santo Agostinho, as novas professoras primárias seriam instrutoras, intermediárias e facilitadoras entre aqueles que buscam o conhecimento (no caso, as crianças) e a sua fonte (Deus) (AGOSTINHO, 1984). As professoras, então, são reconhecidas como obra da divindade, as orientadoras da educação, mediadoras da fé cristã. Para o Bispo de Hipona, a fórmula completa para o entendimento está em crer e buscar em Deus o entendimento, pois

⁵⁹ Santo Agostinho (350-430) nasceu em Tagaste, parte oriental da atual Argélia, na África. Considerado cidadão romano por benefício legal, teve sua formação marcada pela dualidade, seja pelo paganismo do pai e o Cristianismo da mãe, seja pelos princípios da educação romana contrapostos com os princípios do Cristianismo. Após sua conversão, ocorrida aos trinta e dois anos, abraçou o Cristianismo, tornando-se seu árduo defensor, firmando-se na formação dos cristãos. Destacou-se como o mais importante filósofo e teólogo, no limiar entre a Antiguidade e a Idade Média, escrevendo sobre diversos temas ligados ao Cristianismo. Entre estes temas estava a questão do pecado original. “Afirmou que o homem, antes do pecado, vivia sob a graça divina, livre da luxúria e da concupiscência, com o corpo e a alma ilibados. Após a queda (pecado original), entregue a seu orgulho, o homem distanciou-se do criador, direcionando seu desejo para a criação. Para o teólogo, a única forma de voltar a um estado próximo àquele anterior ao pecado de Adão e Eva, seria mediante a graça divina. Tido que o ato de pecar foi escolha livre do homem, não caberia a este, exclusivamente, então, a responsabilidade pela busca de uma ação que fizesse com que o corpo ficasse submisso à alma, através da docilização, e assim viver sem a malícia do pecado? Ele asseverou que sem a graça isso seria impossível, porém, afirmou, também, que alguns instrumentos poderiam ajudar ao homem na busca por viver sob a graça divina, um deles é a educação. Ao colocar que a educação é um instrumento norteador para o homem viver sob a graça divina, Santo Agostinho sinaliza para a importância da graça na formação do cristão” (MELO; SALINAS, 2013, p. 189).

⁶⁰ A Teoria da Iluminação Divina de Santo Agostinho é compreendida como a ação de Deus na mente humana. É vista como uma luz natural de Deus, a partir da qual ele insere na mente humana as verdades eternas e imutáveis, oferecendo ao homem a possibilidade de achar o verdadeiro conhecimento e, deste modo, chegar à felicidade. De acordo com Melo e Salinas (2013), tomando a imagem criada por Platão, Santo Agostinho afirma que Deus ilumina, mas cabe ao homem enxergar. Por isso, é imprescindível que o homem mantenha a sua visão interna em boas condições. Santo Agostinho é imperativo: “[...] Uma fuga completa das coisas sensíveis. [...] É necessário que estejam íntegras e perfeitas para voar das trevas à luz, esta que não se mostra aos encarcerados na prisão do corpo, a não ser quando dele nos libertamos” (AGOSTINHO, 1995, p. 57). Por esse motivo é que o teólogo insiste na necessidade do homem romper com os bens terrenos e as paixões que estes despertam, pois assim cria condições de contemplar a verdade e ver a luz.

n'Ele reside a verdade (MELO; SALINAS, 2013), ou seja, em última instância, também a aprendizagem só pode ser satisfeita por Deus.

O padre também evoca os deveres das professorandas para com a Pátria. Conforme Nagle (1976), o Catolicismo se mostrou como peça agregadora na campanha do nacionalismo brasileiro. Os ideais propagados pela peça, que articulavam os valores religiosos, da Igreja, com os do patriotismo, do Estado Novo, formavam as professoras primárias católicas, disciplinadas e patriotas. Nesta época, a Igreja aproveitou para intitular-se a responsável por manter unida a “alma nacional”, e já que o país buscava uma “unidade nacional”, nada melhor que se manter aliado a uma “religião nacional”. Veja que, deste modo, o padre Osmar Novais Lima diz às professorandas: “A imagem da Pátria deve refletir continuamente no espelho de vossas almas” (FLOR DO LÁCIO, 1943, p. 2), ou seja, para a Igreja, elas nunca deveriam perder de vista que a tradição católica no país fabricou a “alma nacional”.

À mulher professora era reservado o papel de educadora dos aspectos morais e patrióticos. Acima de suas preferências individuais, deveriam reinar seu amor, sua labuta e seus sacrifícios pela grandeza do país. A professora e a escola tinham a responsabilidade maior pela condução do espírito patriótico. Nesse modo de pensar, a criança educada desde a mais tenra idade em princípios morais religiosos e patrióticos resultaria em um adulto que acataria as normas estabelecidas pelos dirigentes. Seria, portanto, uma unidade nacional em conjunto com uma cultura moral (educação religiosa), como o melhor instrumento capaz de nacionalizar a infância.

A Figura 9 apresenta um anúncio publicitário do jornal *Gazeta do Norte*, de dezembro de 1949. Ao traçar o perfil das formandas no Colégio Imaculada Conceição, a mensagem resume de forma exemplar a figura ideal de mulher. Além disso, o anúncio afirma que o colégio “tem por finalidade especial proporcionar às educandas, a par de suficiente instrução, sólida educação baseada na religião e na moral, afim de prepará-las aos diferentes estados de vida, tornando-as virtuosas, habituadas ao trabalho, úteis á família e á sociedade” (GAZETA DO NORTE, 1949b, p. 4):

Figura 9 - Anúncio publicitário do Colégio “Imaculada Conceição”

Colégio “Imaculada Conceição”

MONTES CLAROS - ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Cel. Prates, 276 - Tel 1-96

Estabelecimento de ensino feminino, dirigido por Irmãs da Congregação do Sagrado Coração de Maria

DIRETORA: Irmã Maria Rudolfa

Tem por finalidade especial proporcionar às educandas, a par de suficiente instrução, sólida educação baseada na religião e na moral, afim de prepará-las aos diferentes estados de vida, tornando-as virtuosas, habituadas ao trabalho, úteis à família e à sociedade

Mantém os cursos primário, ginásial, de formação de professores e técnico de contabilidade
Em 1950 funcionará o curso científico, COM HORARIO NOTURNO

Internato — Semi-Internato - Externato
Aulas especiais de pintura, piano e dactilografia

Corpo docente perfeitamente idôneo

A 1.ª de Fevereiro, iniciar-se-á o Curso de Admissão, com o objetivo de tornar as candidatas ao curso ginásial habilitadas aos exames de admissão

Dóccumentos exigidos, a êsse ensejo:

- a) certidão de idade, de registro civil, provando ter a candidata 11 anos completos;
- b) atestado médico, provando ter sido vacinada, não sofrer moléstia contagiosa ou incompatível com o magistério

As matriculas para os diversos cursos já se acham abertas

Fonte: GAZETA DO NORTE. *Colégio “Imaculada Conceição”*. Montes Claros/MG, 1949b, p. 4.

Deste modo, pautada em uma forte educação católica, a formação docente no colégio era destinada à família e à sociedade, e esta formação prepararia a mulher aos diferentes estados de vida, ou seja, formaria a jovem virtuosa, a esposa zelosa, a mãe cuidadosa, a professora católica. Enfim, o trabalho da professora egressa do colégio era tido muito mais como missão sagrada do que como uma profissão.

Nesta mesma linha de raciocínio, Borges (2011, p. 97) afirma que no colégio “além da instrução escolar, voltada para a formação docente, as mulheres recebiam uma educação moral e religiosa, cuja imagem da Virgem Maria atuou como modelo de perfil feminino ideal”. A autora demonstra que em alguns casos a equipe de editoração da revista *Flor do Lácio* recorria ao uso de imagens, articulando a profissão docente com a imagem da Virgem Maria, como demonstra a Figura 10.

Figura 10 - Capa da revista Flor do Lácio (fascículo n. 5, 1945)



Fonte: FLOR DO LÁCIO. Impresso do Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros. Montes Claros/MG, fascículo n. 5, 1945.

Na imagem, além de elementos nacionalistas e católicos, é possível identificar elementos que nos conduzem a crer que as mulheres, mediante o diploma de normalista, seriam a figura que conduziria a educação da Pátria. Mas elas não fariam isso sozinha, seriam guiadas pela Virgem Maria e pelos valores morais que lhes foram transmitidos pelo Colégio Imaculada Conceição (BORGES, 2011). Além dessa figura, a tradução da capa, apresentada em comentário no fascículo, mostra a seguinte mensagem:

Traduzindo nossa capa

Foi pensando em você, minha normalista, que rabisquei esta página. E, como em todo feito supõe-se um fim, o dos meus rabiscos será evidenciar-lhe que algo de mais sério, mais real marca-lhe esta nova quadra da vida. Tudo passa – diz-se, à guisa de provérbio – por isso que sua vida de estudante, boa ou má que foi, esvaiu-se, também. Duvida? Detenha-se um momento. Vê esta jóvem? É você, você que contempla, num misto de admiração e incerteza, o seu mundo de amanhã. Procura alguma coisa... Compreendo-a: é o seu colégio, a casa bem amada que concebeu para uma idealidade sublime. Longe lhe está dos olhos mas creio-o pertinho do Coração, e, a ele – sou eu quem a implora – ame essa casa e peça a Deus por ela. Erga os olhos e, com santa alegria, êles verão Aquela a quem contemplam os anjos – beleza quase infinita – Maria, sua mãe, em cujo coração quer abrigá-la. Seja pois, sua filha. A seu lado alteia-se aquela que é o gorgueio dos poetas, o gemer da lira, a sua bandeira, e lembrem-se de que a mulher cristã e brasileira prima-se do dever (FLOR DO LÁCIO, 1944, p. 10).

Este comentário comprova que o Colégio Imaculada Conceição foi a “casa sublime” onde, depois de instruída, a mulher cristã e brasileira deveria primar-se do dever. A mulher seria direcionada a um caminho que a conduziria a um ponto de chegada: Deus e Pátria. Assim, o diploma seria o prêmio pelas dificuldades vencidas, mas não seria o fim último da normalista (BORGES, 2011). As incertezas e os receios humanos, típicos de uma recém-formada, eram acalentados pela sinalização da existência da sábia e Divina Providência. Em outras palavras, era necessário, primeiramente, que se confiasse em Deus e na Virgem Maria, completa a autora.

A revista ainda trazia a seguinte mensagem:

[...] Um diploma! Tome-o. Justo prêmio que lhe vem falando de mil e uma dificuldades vencidas. E esta palma, que lhe faz ela, senão certificá-la de uma grande vitória? Venceu! Triunfou! Felicito-a – Repare estes três caminhos que lhe abrem. Receiosa, pensativa, sem coragem, é assim que a suponho minha normalista. Acalme-se. A sábia e divina Providência colocá-la-a em seu caminho. Atenta-me, ainda: seja qual for o seu campo de ação, não esqueça de que Deus e Pátria muito esperam de você e não queira, por uma covardia ingrata, frustrar os intentos. Em sua rota – cujo fim último será Deus – não lhe faltarão rosas, mas também... espinhos. Coragem! Colha-os, todos, por êles chegará ao céu, e lá, brilhará como estrela, consoante as palavras do psalmista. “Todo aquele que houver conduzindo muitos à justiça, brilhará como estrela, eternamente e sempre”. Agora, deixo-a. Vá e seja feliz (FLOR DO LÁCIO, 1944, p. 10).

Como se lê, não era nessa vida que a normalista recebia pelo seu esforço e empenho, ou seja, era no céu, junto à “Maria, sua mãe”. Nesse sentido, a mulher não podia lutar por salários e por uma condição digna de trabalho. A mensagem traz a imagem da professora mestre humilde e ignorada, que tem uma missão a cumprir na Terra: saçar almas para Deus e formar cidadãos para a pátria.

A tradução da imagem que compôs as capas dos fascículos números 4/1944 e 5/1945 da *Flor do Lácio* também demonstrou aspectos que conduzem a perceber que a mulher-normalista, depois de instruída e escolarizada, transformar-se-ia na principal condutora da educação brasileira. Segundo Nagle, a integração do nacionalismo com o Catolicismo foi um meio encontrado por ambos para “criticar a civilização material do mundo moderno e a não aceitar a instituição do ensino leigo. O elo final do encadeamento foi a pregação da doutrina da disciplina e da ordem” (NAGLE, 1976, p. 52).

A Figura 11 mostra o desfile cívico de 7 de setembro de 1942, em Porteirinha. No primeiro plano, vemos a professora egressa do Colégio Imaculada Conceição, Palmyra Santos Oliveira⁶¹, como porta-bandeira. No segundo plano, um pequeno grupo de músicos composto por militares e civis; e logo atrás, um pelotão masculino. O que chama atenção é que a jovem professora do Grupo Escolar João Alcântara, instruída e formada nos valores católicos, conduzia a bandeira brasileira. A representação de ser o pavilhão nacional muito nos diz sobre o significado de ser professora na época.

Diante disso, a professora, dotada dos conhecimentos pedagógicos, de posse dos valores morais e cívicos e crente na fé e nos ensinamentos da Virgem Maria, era a condutora da educação moral e cívica das pessoas de Porteirinha. As professoras do Grupo Escolar João Alcântara, de uma forma geral, ensinavam um conjunto de atitudes e comportamentos tidos como indispensáveis para a formação do futuro da Pátria. As práticas discursivas, voltadas à preparação das mulheres enquanto mães-santas-professoras, mas, também, enquanto responsáveis por servir à Pátria, eram consideradas indispensáveis no interior do colégio. Após formadas, voltavam a seus lugares de origem, e, nos espaços escolares e sociais, articulavam práticas a fim de produzir uma determinada experiência do que é polido, adequado, civilizado, enfim, educado⁶². Nestes contornos, as professoras do Grupo Escolar João Alcântara de

⁶¹ Palmyra Santos Oliveira nasceu em Montes Claros/MG, em 2 de abril de 1920. Formou-se normalista em 1938 pelo Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros. Mudou-se com a família para Porteirinha em 1941. Neste mesmo ano, começou a lecionar na escola primária da cidade. Em épocas natalinas, organiza, há mais de 30 anos, um grupo de pastorinhas (OLIVEIRA, 2008). Lançou, em 2008, seu primeiro livro intitulado *Porteirinha: memória histórica e genealogia*. Em 2016 publicou a obra *Montes Claros, Porteirinha e outros amores meus...* Ambas são fruto de observações, anotações pessoais e memórias levantadas pela autora ao longo de mais de seis décadas e foram lançados pela editora O Lutador.

⁶² O sujeito polido, civilizado e educado era aquele que estava em sintonia com o republicano, mas, particularmente, com os aspectos moralizantes, disciplinadores e de respeito à ordem estabelecida. “Em 18 de agosto de 1956, por exemplo, a diretora falou sobre a comemoração do Dia do Soldado, pedindo às professoras que organizassem [...] os auditórios e os programas [...] Em seguida, falou sobre os ensaios dos hinos e das marchas para a Semana da Pátria. E, novamente, pediu às professoras que ensinassem noções de *civilidade* e como portar em reuniões, em suas classes e, principalmente, na Igreja São Joaquim”. Em outra oportunidade, no dia 5 de maio

Porteirinha foram as responsáveis por formar a geração do futuro e o cidadão daquele tempo, respeitador das leis e dotado dos bons princípios morais e religiosos.

Figura 11 - Desfile cívico em Porteirinha/MG, 1942



Fonte: GALLO, Julião Arroyo. *Álbum de fotografias*. Desfile 7 de setembro de 1942. 1 fotografia, Porteirinha/MG, janeiro de 1940.

Por sua vez, enquanto centro irradiador da formação da professora norte-mineira, o Colégio Imaculada Conceição promovia, através de vários meios, sua ligação com a casa, com o lar, na medida em que permeava a formação docente de referências à maternidade e ao afeto. Buscavam o ideal de mulher virtuosa, pilar de sustentação do lar, católica e seguidora da Virgem Maria, educadora das gerações do futuro, prestativa e importante à Pátria. O Hino do Colégio, escrito pela irmã Maria de Lourdes durante a década de 1940, expressa, de uma forma sintética, esses valores e princípios:

de 1956, a direção solicitou às docentes que incentivassem e aplicassem, cuidadosamente, nas aulas de Educação Moral e Cívica, Ciências Naturais e Higiene, “o ensino cultivado na mais alta *civilidade* e nas boas maneiras no dia-a-dia, não deixando, por exemplo, os alunos sujarem a sala e nem rabiscarem as carteiras para que se torne o ambiente mais agradável!” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1956, p. 4). No dia 25 de fevereiro de 1958, por sua vez, “a diretora [...] sugeriu às professoras a seguinte tarefa: para orientação do trabalho educativo objetivando a melhor disciplina, será o mês escolar dividido em quatro semanas: 1ª semana, da *Pontualidade*; 2ª semana, da *Atenção*; 3ª semana, da *Higiene*; 4ª semana, da *Polidez*. Caberá à docente organizar o seu programa baseado na diretriz indicada e inculcar no aluno os melhores exemplos (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1956, p. 3).

Hino do Colégio Imaculada Conceição

Nesta *casa* bendita onde impera
De *Jesus* o *Evangelho* tão puro
Vive o povo feliz que prospera
E prepara a *Pátria* o *futuro*

Eis, pois, *jovens filhas do Norte*
Trabalhai por honrar a *bandeira*
Do *Brasil* *senhoril bom e forte*
A pulsar nesta terra *Mineira*

Cultuando o *torrão adorado*
Que sorri sob a luz do *Cruzeiro*
O Colégio é mesmo fadado
A porvir triunfal lisonjeiro

Sob as *bênçãos azuis de Maria*
Nossa Escola qual *Mãe Carinhosa*
Vem formando a sorrir dia-a-dia
Juventude sadia e formosa

(COLÉGIO BERLAAR IMACULADA CONCEIÇÃO, 2017, grifos nossos).

Veja que do magistério feminino esperava-se a formação do futuro da Pátria. Os discursos insistem no tom moralizante e prescritivo da mulher enquanto santa, mãe abnegada, esposa prendada, professora primária patriota, trabalhadora útil e integrada aos serviços da nação.

Por fim, a expansão das congregações dirigidas por mulheres e dos seus educandários revelam uma forte veiculação de práticas de culto à Virgem e às virtudes de mulheres consideradas santas. Desta feita, a forma como foi conduzida a formação feminina honrada seria aquela em que as mulheres vivessem piedosamente (BORGES, 2011). Tudo isso nos diz muito sobre a atuação do professorado no Grupo Escolar João Alcântara e a educação das crianças.

Na próxima seção descreveremos a instalação do bispado norte-mineiro e a atuação do primeiro bispo, Dom João Antônio Pimenta, na organização e expansão da Igreja Católica no município de Porteirinha, bem como nas localidades que este tinha mais ligação, como Riacho dos Machados e Grão Mogol. Esta expansão se deu por meio do ingresso de novos cleros na região, sobretudo europeus, com seus discursos pautados na moral cristã e na defesa sistematizada da fé católica. Além marcar o início das visitas pastorais anuais nos diversos recantos do novo campo apostólico, o bispo fortaleceu as visitas regulares de padres lazaristas e redentoristas, as chamadas Missões Populares. A tarefa de preparar e organizar o laicato

dentro da hierarquia da Igreja, sob o crivo do formato romanizador, foi de Dom João Antônio Pimenta.

2.5 A instalação do Bispado norte-mineiro

Era em 1905. Fazíamos parte de uma turma de sacerdotes convocados para o retiro espiritual do clero, e o Sr. Bispo de Diamantina, então Nosso Prelado Diocesano e superior hierarquico, acabava de chegar de uma longa visita Pastoral pelos sertões. Dirigindo-nos a palavra do pulpito, a nós os sacerdotes do Retiro, teve ocasião de se referir às impressões de sua peregrinação apostolica, para excitar-nos o zelo pela salvação das almas que dormiam o sono da morte naquellas regiões incultas e abandonadas. Foi tão intensa sua dôr e compaixão que as lagrimas lhe saltaram dos olhos e a voz sumiu se lhe por entre soluços mal comprimidos. Como sabeis, Irmãos e Filhos, o vasto sertão faz parte desta diocese, e não é só alli, infelizmente, que se contempla o triste espectáculo de miserias que tantas lagrimas fez verter ao coração compassivo e paternal, do apostolico Bispo de Diamantina. Basta dizer que esta vastissima diocese tem a seu serviço apenas 18 sacerdotes. Como é desoladora a eloquencia destes algarismos!... Dezoito sacerdotes para duzentas e cincoenta mil almas, perdidas em vastidões immensas de sertões desertos.

Dom João Antonio Pimenta, Bispo de Montes Claros

19 de março de 1912⁶³

Na primeira metade do século XIX, a diocese de Montes Claros estava inserida entre as grandes áreas subordinadas ao Arcebispado da Bahia, situação que só se alterou com a criação da Diocese de Diamantina, em 1854. Porém, com todas as melhorias advindas desse período, ainda persistia o problema das grandes distâncias e da falta de padres e de recursos como descrito no excerto anterior. Então, em 1910, ocorreu a criação da Diocese de Montes Claros pela bula *Postulat Sane* de Pio X, por iniciativa do bispo coadjutor de Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza, com o apoio dos Premonstratenses.

Em 1907, os padres Maussen, Maurício Gaspar e Paulo Lenaerts, informados pelos jornais do projeto de criação de cinco bispados no Estado de São Paulo, tiveram a ideia de avançar com o projeto de um bispado que compreenderia todo o território do norte de Minas, confinando com o sul da Bahia. Os Premonstratenses de Montes Claros pediram ao deputado Camilo Prates para lançar o primeiro artigo, que apareceu no número 28 do jornal *A Verdade*, de 26 de dezembro de 1907. Alguns meses mais tarde o mesmo periódico fazia circular a seguinte mensagem dizendo que “Sua Excelência, Dom Joaquim, acabava de dirigir aos padres

⁶³ Livro do Tombo da Parochia de Santo Antônio de Grão-Mogol, 1910. *Carta Pastoral de Dom João Antônio Pimenta*, de 19 de março de 1912, p. 3-4.

da futura diocese, recomendando-lhes sua valente cooperação em favor da diocese projetada”. Desse modo, o Núncio Apostólico no Brasil, Dom Bavona, por sua carta de três de abril de 1908, enviada ao bispo de Diamantina, expressava os desejos da Santa Sé, nos seguintes termos:

A criação de uma Diocese do Norte é urgentíssima e devem-se, por isso, intensificar os esforços para se conseguir o intento. Conhecendo o zelo de Vossa Excelência Reverendíssima, estou seguro que chegará a vencer toda dificuldade e providenciar ao bem dos fiéis espalhados naquela remota região (GASPAR, 2011, p. 101).

O movimento para a criação da Diocese de Montes Claros foi intenso, e em 10 de dezembro de 1910, pela bula *Postulat Sane*, o papa Pio X criava definitivamente a Diocese de Montes Claros. Sem dúvida, sua criação refletia a conjuntura da Igreja no Brasil. Azzi (1989a, p. 25) descreve esta conjuntura ao afirmar que:

Um dos fatos mais significativos desse período foi a multiplicação de dioceses e a nomeação pontifícia dos respectivos bispos, sem nenhuma interferência do poder civil. Com o crescimento das dioceses, aumentaram os seminários para a formação do clero, sendo preparados dessa forma elementos para assumir as novas paróquias criadas nessa etapa.

Bruneau (1979, p. 29) contabiliza o desenvolvimento institucional da Igreja do Brasil:

Desde 1891, a Igreja começou quase do nada, isto é, com apenas doze dioceses. Por volta de 1900 havia dezessete; em 1910, havia trinta; em 1920, cinquenta e oito; em 1964 havia um total de 178 divisões eclesásticas o que representa um aumento de 1500% em mais ou menos setenta anos.

Observe que no período de 1900 a 1910, o número de dioceses quase dobra, de dezessete sobe para trinta, sendo que Montes Claros integrava esta conta.

Este adentramento da Igreja no território, no primeiro decênio do século XX, se deu pela orientação do papa Pio X. Sua encíclica *E Supremi Apostolatus* (Restaurar tudo em Cristo) balizava o fundamento desta orientação ao afirmar que era preciso “reconduzir os homens ao império de Cristo”:

Donde se segue que restaurar tudo em Cristo e reconduzir os homens à obediência divina são uma só e mesma coisa. E é por isto que o fito para o qual devem convergir todos os nossos esforços é reconduzir o gênero humano ao império de Cristo. Feito isto, o homem achar-se-á, por isso mesmo, reconduzido a Deus [...]. Vedes, pois, Veneráveis Irmãos, que obra nos é confiada, a Nós e a vós. Trata-se de reconduzir as sociedades humanas, desgarradas longe da sabedoria de Cristo, reconduzi-las à obediência da

Igreja; a Igreja, por seu turno, submetê-las-á a Cristo, e Cristo a Deus (PIO X, 1903, p. 2-3).

Assim, alguns meses mais tarde, pela bula *Commissum Humilitati Nostrae*, de 7 de março de 1911, Pio X nomeava Dom João Antônio Pimenta como o primeiro bispo (1911-1943). Vindo da diocese de Porto Alegre/RS, embora fosse natural de Capelinha/MG, Dom João preferiu assumir a implantação de um novo bispado no norte de Minas a permanecer na capital gaúcha, onde era bispo coadjutor com direito a sucessão. Silva descreve Dom João Antônio Pimenta como um “homem bom, mas severo e autoritário que esteve à frente da Igreja Católica no norte de Minas Gerais por trinta e dois anos” (SILVA, 2005, p. 266). Nos primeiros anos de seu governo, dedicou-se de maneira especial à criação de uma estrutura física para diocese, empenhando-se na construção do Palácio Episcopal (Palácio de Santa Cruz), do Seminário Diocesano e do suntuoso templo destinado à nova catedral, este último ficando pronto em 1950. Foi também o responsável por organizar e criar novas paróquias, inclusive transferiu a sede da paróquia de São José do Gortuba para a cidade de Porteirinha, em 1941.

Gaspar conta a chegada do “novo príncipe da Igreja Católica, enviado por Deus, para dirigir os destinos”, na nova sede episcopal:

No dia 8 de outubro, toda a cidade estava embandeirada. Monumental construção foi feita num dos ângulos da praça do mercado, simbolizando as portas da cidade. Era por essa passagem que Sua Excia. Revma, revestido dos ornamentos episcopais, deveria fazer sua entrada triunfal. Estando acompanhado pelo clero, pelo Presidente e demais membros da Câmara Municipal, pelas autoridades civis e militares e por grande concorrência de todas as classes sociais, ao bimbilar festivo dos sinos e ao espocar de dezenas de dúzias de foguetes, foi recebido à porta da Catedral pelo Vigário e Cônego Carlos Vincart indo celebrar a sua primeira missa pontifical durante a qual, do púlpito, foi dada as leituras das Bullas acima referidas⁶⁴ pelo pregador Revmo. Sr. Pe. Ramiro Leite Ferreira, vigário de Januária. Estava assim empossado o primeiro Bispo de Montes Claros. Festas belíssimas houve na ocasião na sede do novo bispado, estando a igreja artisticamente ornamentada. Em honra de sua Excia. ficou organizado um esplêndido cortejo com quadros alegóricos vivos e vestidos a caráter representando a Santa Sé, a República Brasileira, os Estados, as Nações Católicas com saudações cronomáticas em diversas línguas e levando cada qual a bandeira da respectiva nação, as 24 paróquias do bispado etc. (GASPAR, 2011, p. 104).

Sob pompas e homenagens, a festa congregou todos os notáveis da região, pobres e ricos e uma população composta por homens, mulheres, adolescentes, crianças e idosos.

⁶⁴ Bullas *Postulat Sane*, de 10 de dezembro de 1910 e *Commissum Humilitati Nostrae*, de 7 de março de 1911.

O Livro do Tombo da Parochia de Santo Antônio de Grão-Mogol traz um pouco da história do Prelado:

Dom João Antônio Pimenta nasceu em 1859, fez parte dos seus estudos em Minas Novas/MG e, posteriormente, em um dos colégios mais respeitados da época, o Caraça. Em outubro de 1879, matriculou-se no Curso de Teologia do Seminário de Diamantina e foi ordenado sacerdote em 10 de junho de 1883. Em 1905 foi nomeado bispo coadjutor com direito à sucessão do Bispado do Rio Grande do Sul. Em 1910 foi nomeado bispo de Montes Claros. Durante o seu episcopado, realizou visitas canônicas a todos os recantos, povoações, capelas e freguesias da Diocese de Montes Claros (LIVRO DO TOMBO DA PAROCHIA DE SANTO ANTÔNIO..., 1943, p. 74-75).

Ao se referir à vida do novo bispo, Gaspar deixa transparecer como era árdua essa tarefa no norte de Minas Gerais. Descreve a vida dura das cavalgadas e das dificuldades ao entrar por uma região deserta e cheia de surpresas. Salienta também as características físicas e a índole generosa do povo sertanejo, em uma descrição diferente da de Saint-Hilaire, que caracteriza os moradores desta região como preguiçosos, indolentes e maltrapilhos:

A população atual do Sertão é quase toda composta de homens de cor. Não havia, por ocasião de minha viagem, senão dois homens brancos na povoação de Contendas, e não vi mais que um único durante os quatro dias que passei na de Coração de Jesus. A indolência dos habitantes do Sertão é talvez maior ainda que a dos outros mineiros. Sua fisionomia revela-lhes já a índole, e se encontra a expressão desse defeito em todos os movimentos do seu corpo. Aliás, o calor do clima convida bastante os homens dessa gleba a entregarem-se à ociosidade (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 308).

Gaspar descreve o trabalho do novo prelado com a mesma dureza de um soldado que sabia das grandes dificuldades da travessia nas terras norte-mineiras a caminho de uma desobriga⁶⁵ religiosa:

As visitas pastorais são excessivamente penosas, mas todavia consoladora são os resultados! Na primeira visita pastoral feita em 1912, o bispo visitou quarenta localidades de seis paróquias, o mesmo administrou o sacramento da crisma a 13.951 pessoas e 18.164 eucaristias foram distribuídas. No ano seguinte, Sua Excelência empreendeu segunda visita pastoral. Percorreu a cavalo, durante cinco meses e vinte e dois dias, 47 localidades de nove paróquias [...]. Em certas regiões, é preciso cavalgar durante vários dias antes de chegar à paróquia que terá a honra de receber a visita do primeiro pastor da

⁶⁵ O termo *desobriga* é uma designação vulgar do cumprimento do segundo e terceiro mandamentos da Igreja que prescrevem aos católicos, que tenham atingido o uso da razão, a confissão anual e a comunhão pela Páscoa. Com esta visita, o padre procurava deixar os fiéis em dia com os sacramentos. Nessa ocasião, “desobrigavam-se” os fiéis da estrita observância dos mandamentos da Igreja (SILVA, 2005).

diocese. Sendo assim, o bispo e seus auxiliares devem forçosamente acampar em pleno cerrado, seja no fundo de um vale, seja no cume de uma serra, seja no meio dos chapadões que se estendem a perder de vista (GASPAR, 2005, p. 59-60).

Ainda segundo o autor, “a penúria das distâncias não tirava o brilho, a persistência e a vontade de corresponder à generosidade encontrada no homem norte-mineiro [...]. As viagens excessivamente fatigantes não diminuían o zelo pastoral de Dom Antônio Pimenta” (íbidem, p. 60). Certamente, a imagem da face do norte-mineiro descrita pelo bispo é diferente da anterior descrita por Saint-Hilaire em seus relatos, de 3 de agosto de 1817:

Os habitantes de Formigas têm a pior das reputações no tocante à probidade. Antes que eu chegasse tinham-me aconselhado por toda a parte a que não deixasse meus animais de carga na proximidade das casas, para que não corressem o risco de serem roubados (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 327).

Deste modo, diferente da descrição do viajante francês, o missionário belga descreve o homem do sertão como piedoso e com uma atitude extremamente hospitaleira (GASPAR, 2005). Vejamos a riqueza de detalhes que outro homem branco, europeu e “civilizado” tinha das pessoas do norte de Minas Gerais:

O brasileiro do interior sabe o que é hospitalidade, mas exige que você esteja em sua casa com espontaneidade e deixa na porta toda essa quantidade de convenções com que o europeu está acostumado a viver. De outro lado, não pretende mudar nada no seu modo de comportar-se. Nossos dois missionários viram-se, então, como é o costume, cercado de toda a família do fazendeiro, que esperava pelo momento propício de dar-lhes o abraço e desejar-lhes as boas-vindas. Os negrinhos correm para *tomar a bênção aos senhores padres* ou balbuciam a fórmula: *Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!* Logo um bando de criados, de toda a idade e de todas as cores, ocupa-se dos animais, tiram-lhes a sela, descarregam as cargas e os conduzem aos pastos. Em seguida, os missionários são conduzidos aos seus respectivos quartos que mostram uma mistura de luxo e de extrema simplicidade. A cama com lençóis sempre ornados de largas rendas, enquanto que, no recinto há uma ausência quase completa de móveis; uma mesinha e um tamborete, coberto apenas de um quadrado de pele de boi. Nas paredes [...], notamos apenas um pequeno *crucifixo ou uma imagem de Nossa Senhora* (GASPAR, 2005, p. 41, grifos nossos).

Tal atitude ajudou a produzir no novo bispo um intenso entusiasmo. Certamente, Dom João foi o reflexo de uma Igreja nascente que oscilava entre o zelo pastoral e a mentalidade marcada pelo modelo de uma Igreja Tridentina. Também foi reflexo da formação que recebera

em sua infância e juventude. Escreve Silva que os traços marcantes na personalidade do primeiro bispo de Montes Claros foram inscritos em seu testamento:

Para terminar seu testamento, fez um pedido de perdão às pessoas que tivesse ofendido por explosões de seu temperamento nervoso, embora essa nunca tivesse sido sua intenção. Também pediu perdão aos pobres pelo fato de não ter podido acudir-lhes sempre em suas necessidades. Ele deixou recomendações aos membros de sua família para que não traíssem a fé e as tradições da família, inscrevendo-se em sociedade secretas e nomeadamente da maçonaria e que se abstivessem de bebidas alcoólicas e do vício do jogo (SILVA, 2005, p. 277).

A defesa do Catolicismo marcou o episcopado de Dom João que trazia em seus sermões temas que lhe eram muito caros, como pátria, família e religião. Em sua primeira Carta Pastoral, enviada ao clero e aos fiéis de toda diocese, já na condição de bispo de Montes Claros e escrita ainda em Porto Alegre, em 25 de maio de 1911, “ministra um assumpto de maxima importancia na actualidade: a regeneração da sociedade civil”. O documento, registrado na íntegra no Livro de Tombo da Parochia de Santo Antônio de Grão-Mogol (1911), revela o pensamento do episcopado brasileiro naquele momento. A carta possui a seguinte estrutura:

Introdução

Primeira parte: Regeneração da Sociedade Civil

Deus criou o homem para viver em sociedade

Não pode haver sociedade sem autoridade

Três ordens de deveres:

Do Estado para com Deus

Dos súditos para com as autoridades

Do soberano para com os súditos

Segunda parte: Regeneração da família

Conclusão

A Carta Pastoral inicia com a saudação de Dom João a seus diocesanos. Despede-se do povo sul-rio-grandense, no qual foi bispo coadjutor. Após isso, ele começa as narrativas de sua história. Ao ancorar-se nos textos bíblicos, nota-se uma maior expressão e maior força no conteúdo expressivo da Carta. Com o uso da intertextualidade⁶⁶, ele proporciona credibilidade ao que se pretende dizer, e busca persuadir o ouvinte:

⁶⁶ A Intertextualidade é a presença de um texto a partir de outro pré-existente. A Intertextualidade pode apresentar funções diferentes, as quais dependem muito dos textos/contextos em que ela é inserida, ou seja, dependendo da situação. Exemplos de obras intertextuais incluem: citação, alusão, conotação, versão, tradução e paródia. Segundo Maingueneau (2000), a Intertextualidade envia tato a uma propriedade constitutiva de todo o texto, como ao conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto mantém com outros textos.

Sahe de tua terra, de meio de teus parentes, e da casa de teu pai, e vem para o novo posto que te é designado em longinguas paragens (Gn 12,10). Senhor, dissemos com lagrimas nos olhos, já que vos dignastes lembrar-vos de vosso servo, eis-me aqui para fazer a vossa vontade (Hb 10,9) (CARTA PASTORAL DE DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA, 1911, p. 138).

Embora apresente um discurso em tom de modéstia e simplicidade, o bispo constrói uma imagem de determinação de si.

Quem assim se conhece tão bem, não pode se iludir a ponto de se julgar digno do Episcopado. A voz do alto nos colhera de improviso, porque nunca pensamos e nem podíamos pensar que seríamos lembrado para tanta honra e julgado capaz de suportar tão grande peso (CARTA PASTORAL DE DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA, 1911, p. 138).

O texto é carregado de expressões com tom de emotividade. Na frase, “a voz do alto nos colhera de improviso”, significa que o chamado para o cargo de bispo fora uma ordem de Deus e não, simplesmente, dos homens. “A voz do alto” entende-se ser a voz de Deus e o verbo “colhera” significa seleção, escolha. É o emissor que mostra que o processo de escolha de um bispo não é feito de forma aleatória, mas uma escolha divina (SILVA, 2005).

Por outro lado, é certo também que o religioso construía a ideia de um bispo próximo das pessoas. Ao expressar sentimentos pela família, pela terra natal e pelos amigos, Dom João explora em seu texto outro recurso para convencer o leitor, a argumentação. Assim, ao narrar o momento triste e difícil, quando deixou a terra natal para o serviço da Igreja, ele se mostra como pessoa decidida, forte e obediente diante do dever cumprido:

Foi um momento angustioso, dissemos; e na verdade o sacrificio que exigiam de nossa obediencia era imenso. Tinhamos de deixar, e talvez para sempre, a terra natal, os parentes, os amigos; os lugares sagrados em que repousam as cinzas de nossos pais; os montes [...]. Abafando os protestos da natureza, cerrando os ouvidos aos prantos dos parentes, engolindo as lagrimas, reprimindo os soluços dissemos a todos e a tudo os adeuses das despedidas e partimos (CARTA PASTORAL DE DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA, 1911, p. 138-139).

Tal atitude revela que o enunciador do discurso tenta se identificar com seu receptor falando das fraquezas humanas. Tais recursos que sensibilizam através dos sentimentos e ainda sugerem uma certa proximidade de igualdade entre o sacerdote e os fiéis faz prender a atenção do leitor (SILVA, 2005). Finaliza a introdução da carta com um agradecimento especial à hierarquia da Igreja Católica pela criação do bispado:

Seja sagrado para nosso amor e para nossa gratidão, assim como o são para nossos sentimentos de fé e piedade os seguintes nomes, as pessoas a quem se deve de modo particular a criação do Bispado:

1º O Santo Padre Pio X, cujo coração abraçado em amor de Deus e das almas, (*Ignis ardens*) foi o centro de irradiação da auspiciosa ideia por Elle mesmo em boa hora realisada.

2º S. Excia. Rvma. Monsenhor Alexandre Bavona, Arcebispo de Pharsalia, que ocupava então junto ao Governo do nosso Paiz com singular brilho e inexcedível dedicação, ao honroso cargo de Nuncio Apostolico.

3º S. Eminencia o Senhor Cardeal Arcoverde, Arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro, primeiro Cardeal da America do Sul, indefesso propugnador e intelligente propulsor do progresso da Igreja Brasileira, de que é luzeiro e gloria.

4º S. Excia. Rvma. o Senhor Arcebispo - Bispo de Diamantina, D. Joaquim Silverio de Souza, além de haver consentido, com louvavel abnegação, que desmembrasse do seu Bispado todo o territorio de que se compõe o novo, concorreu o Snr. Bispo de Diamantina de modo muito directo e efficaz para a criação d'este (CARTA PASTORAL DE DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA, 1911, p. 139).

Ao considerar os fragmentos a seguir como ponto de partida, pode-se verificar a forma expressiva do chefe da Igreja Católica norte-mineira:

Tristíssimo e desolador é o quadro que se desenrola aos nossos olhos ao contemplarmos a sociedade no momento presente. Minado profundamente em seus alicerces, o mundo social e moral estremece e bambaleia, ameaçando tremenda ruína (ibidem, p. 140).

Dom João inicia a Carta Pastoral revelando seu assunto principal: a regeneração da sociedade civil. O título já reflete o olhar pessimista do episcopado brasileiro perante a nova era inaugurada pela República,

Os homens andam e desandam loucamente à mercê dos ventos de mil doutrinas erroneas, de mil principios deleterios e subversivos. Deante d'este quadro tão triste, o observador attento e illuminado pela Fé, voltando-se para o centro de todo o creado, para o throno d'Aquelle em cujas mãos estão os destinos da natureza e a sorte dos homens, inquire assustado a causa de tamanha desgraça. [...] A causa principal de todos estes males está na revolta do homem contra Deus (ibidem, p. 141).

Ao se referir à sociedade que recebia os ares da modernidade, considerada “athea e pagã”, o bispo manifesta que a causa da situação precária da sociedade está no comportamento do próprio homem que “virou as costas para Deus”:

A sociedade actual soffre, e soffre horrivelmente porque repelliu desdenhosamente o jugo suave e paternal de Jesus Christo, como fez os

Judeus. A sociedade actual soffre, e soffre horrivelmente porque banii Deus de suas constituições e de suas leis, proclamando o atheismo official: insipiente e louco, Ella se illudiu a si mesma, relegando a ideia da divindade para o dominio das hypotheses: *dixit insipiens in corde suo non est Deus* [nossa tradução: Diz o insensato no seu coração: não há Deus]. A sociedade antiga, baseada sobre a rocha inconcussa do direito divino, foi substituída pela sociedade moderna, athéa e pagã, firmada sobre o vulcão latente de paixões violentas e irreductíveis. Eis ahi, Irmãos e Filhos amadíssimos, a causa proxima e immediata do grande catachysma social que nos ameaça. Não devemos, porem, nos desanimar da salvação social, lembrados de que Deus fez sanaveis todas as nações da terra. Mas de onde virá a salvação? De que meios valeremos para conjurar os perigos que nos ameaçam, e resolver a aterradora crise que atravessamos? A salvação está em Deus e na sua Santa Igreja. O meio já foi solennemente indicado e aconselhado por Aquelle que foi constituído por Deus chefe e guia do seu povo; o meio é a instauração de todas as causas em Christo, a restauração dos principios saltares do Evangelho na sociedade, nas familias, e nos espirito e coração de cada um dos individuos: *Instaure omnia in Christo* [nossa tradução: Instaure todas as coisas em Cristo], eis o remedio que ha de salvar a sociedade (CARTA PASTORAL DE DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA, 1911, p. 141-142, grifos do autor).

Dom João, alinhado ao pensamento vigente da Igreja, trava um embate e se firma como o defensor da instituição que se dizia guardiã da moral e dos bons costumes do povo brasileiro, a regeneradora dos “problemas” que assolava a sociedade. A atitude do período reflete os claros exemplos de um comportamento antimoderno da Igreja que desejava frear as novidades que encantavam estudiosos, intelectuais, políticos e escritores (LUSTOSA, 1994). Deste modo, a volta ao passado e o restabelecimento da Igreja Católica enquanto religião oficial do Estado seriam o remédio para os “males” advindos da recente liberdade religiosa e da laicidade das instituições.

Os bispos brasileiros, de uma forma geral, não viam com bons olhos a perda de privilégios, para eles constituíam verdadeiro patrimônio adquirido (VILLAÇA, 2006). Dom Sebastião Leme, por exemplo, por volta de 1916, ao assumir a Arquidiocese de Olinda, dera um alerta em carta pastoral de saudação afirmando que “embora o Brasil fosse um país católico, era governado por uma minoria agnóstica” (AZZI, 1989, p. 26). Deste modo, a introdução de ideias liberais no país fazia minar a supremacia da doutrina católica, e nesse momento da história a Igreja se engajava na luta para a manutenção dos privilégios conquistados desde os tempos de Colônia. Os católicos eram incentivados a lutar para a manutenção dos principios cristãos na sociedade. “A postura do episcopado era declaradamente conservadora e autoritária.

Daí a simpatia de muitos católicos pelo fascismo italiano, pelo salazarismo português, pelo franquismo espanhol e pelo movimento integralista⁶⁷ no Brasil” (AZZI, 1989, p. 27).

Ainda de acordo com a Carta Pastoral do bispo de Montes Claros, “o grande mal da sociedade moderna é a falta de compreensão exacta da natureza e dignidade do principio da auctoridade” (CARTA PASTORAL DE DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA, 1911, p. 141). Neste momento ele fala aos seus fiéis, por meio de um trecho da epístola de São Paulo aos Romanos e das orientações da encíclica *Immortale Dei*, do papa Leão XIII, a origem divina do poder da autoridade constituída e a obediência a este:

Quem resiste à *auctoridade*, resiste à ordem estabelecida por Deus para o governo da sociedade; e os que resistem, attrahem sobre si a condemnação eterna. Esta verdade, Irmãos e Filhos dilectissimos, está de perfeito accordo com a razão. Deus creou o homem para viver em sociedade, e como não pode haver sociedade sem o vinculo da auctoridade, Deus é o auctor da auctoridade. Pelo que, assim como não é permittido a ninguem desprezar estes deveres para com Deus, e principalmente a obrigação de abraçar de corpo e alma a religião, e não qualquer religião à vontade, mas a que Deus tem prescripto, e que é reconhecida como unica verdadeira por indubitaveis notas ou signaes; do mesmo modo as sociedades politicas não podem sem crime se haver como si Deus absolutamente não existisse ou desfazer-se da religião como de causa extranha ou inutil, ou admittir qualquer a seu bel prazer (ibidem, p. 142-143, grifo do autor).

Os argumentos que o bispo utiliza para desenvolver a primeira parte do texto giram em torno dos temas Deus, autoridade, sociedade e poder. Ao tratar do assunto da Regeneração da

⁶⁷ O Fascismo italiano, o Salazarismo português e o Franquismo espanhol foram regimes políticos europeus com fortes características doutrinárias e normativas, marcados, sobretudo, pelo alto teor nacionalista, tradicionalista, corporativista, autoritário, ditatorial, antidemocrático, colonialista, anticomunista e antiparlamentarista. Com origem em Portugal, o Integralismo chegou ao Brasil na primeira metade do século XX defendendo uma política tradicionalista que tem em suas bases a defesa de uma sociedade estruturada a partir da religião e da família. Com inúmeros adeptos, o intuito de se formar homens íntegros guiou o pensamento dessa doutrina de direita que acreditava que a sociedade só poderia funcionar com ordem e paz, respeitando uma hierarquia social e havendo harmonia social. Tal pensamento foi inspirado na Doutrina Social da Igreja Católica, carregando elementos fascistas de cunho ultraconservadores. Foi a mesma Doutrina Social da Igreja Católica que incentivou *Plínio Salgado* a desenvolver a doutrina *Integralista* no Brasil. Seu líder era escritor modernista, jornalista e político e foi responsável por desenvolver e propagar o pensamento tradicionalista no Brasil, com o qual conseguiu agregar vários seguidores e fundar inclusive um partido político chamado de Ação Integralista Brasileira (AIB), no dia 7 de outubro de 1932. O movimento Integralista ganhou destaque no Brasil com um crescente número de seguidores. O partido, influenciado pelo fascismo italiano, iniciou suas atividades durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, combatendo os defensores de pensamentos de esquerda. Os integralistas acusavam os comunistas de corromper a família com seus pensamentos que ameaçavam a formação religiosa das pessoas. Considerado como um movimento de classe média, os seguidores do *Integralismo* ficaram conhecidos como *camisas verdes* ou *galinhas verdes*, por causa de seus típicos uniformes. Os integralistas deram grande apoio a Getúlio Vargas no poder e, em linhas gerais, sustento para a implantação do Estado Novo em 1937. Entretanto, o presidente não correspondeu às expectativas dos integralistas e, assim como fez com os demais partidos políticos da época, determinou a extinção da Ação Integralista Brasileira no dia 10 de novembro de 1937. Para maiores detalhes ver Schwartzman, Bomeny e Costa (2000).

Sociedade Civil, ele inicia o seu discurso mostrando que a autoridade civil foi despojada de seu caráter sagrado e sem prestígio, uma vez que o direito moderno se tornou indiferente à origem divina da autoridade; e que “não pode haver sociedade sem auctoridade”.

A carta, carregada de estratégias argumentativas, procura apresentar ao leitor os deveres da sociedade para com Deus. Após afirmar a origem divina da sociedade civil e da autoridade, Dom João impõe três ordens de deveres:

Do Estado para com Deus;
 Dos súditos para com o Estado em geral;
 Do soberano para com os súditos (CARTA PASTORAL DE DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA, 1911, p. 143).

Sobre o dever do Estado para com Deus, cita o ensinamento do papa Leão XIII, insistindo na necessidade que tanto a sociedade como o indivíduo tem de render graças a Deus “de quem recebe a existência, a conservação e a incomensurável cópia de bens de que é enriquecida”. Assim, “o Estado deveria restabelecer a influência dos princípios religiosos, porque sem esses não há salvação social”, diz o bispo.

Quanto aos deveres dos súditos para com o Estado, Dom João indica o valor desses deveres e a necessidade de amar a Pátria. Ao falar dos deveres, aborda a obrigação de votar. Para ele, a falta de compreensão da importância e gravidade desse dever de votar tinha sido a causa de grandes males para o Brasil. A Igreja normatiza condutas dos políticos e dos seus súditos, como era denominado os eleitores na época. Quem votasse em um político protestante ou ateu, por exemplo, seria responsabilizado perante Deus e a Pátria. A Carta Pastoral regulamentou o assunto desta forma: “Não é lícito votar em homens sem probidade, ímpios ou antipatriotas; e quem os elege assume, diante de Deus e do país, a tremenda responsabilidade de todo mal que possam fazer à Religião e à Pátria estes pseudo-representantes do povo” (ibidem, p. 144).

Interessante observar que a Igreja não defendia uma forma de governo. Ela chamava o fiel “a ser submisso a toda instituição humana, isto é, a todas as forma de governo que os homens adaptarem (realeza, oligarchia, democracia etc.)” (ibidem, p. 147).

Partindo agora para os deveres dos súditos para com as autoridades, o autor diz: “Três são os principais deveres dos súditos para com as auctoridades principalmente para a auctoridade soberana: Veneração, Obediencia e Fidelidade”. Discursando sobre o valor da veneração e respeito à autoridade soberana, o bispo exorta o leitor e busca como pilares de sua afirmação as palavras retiradas da Bíblia. Para tal, fundamenta-se nas palavras de São Paulo:

“Os superiores temporais e principalmente a auctoridade soberana são dignos de respeito e veneração por serem representantes da auctoridade divina, como ficou demonstrado. São ministros de Deus, diz São Paulo: *Dei enim minister est* (Rm 13,4)” (CARTA PASTORAL DE DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA, 1911, p. 143).

Outro tema caro ao bispo foi a família. A segunda parte da Carta Pastoral vem com o título *A necessidade de regeneração da família*. Logo no início, Dom João conceitua o termo família como “asylo sacrosanto da Religião, da honra e da virtude”. A família era “a arca santa em que se não podia tocar sob pena de morte até a grande Revolução Francesa” (ibidem, p. 148). O autor constrói o texto tendo como base os binômios: casamento civil-casamento religioso, divórcio-união e Igreja-Estado. Afirma que a família vem sendo abalada com o advento da lei do casamento civil, implantada com a chegada do regime republicano no Brasil nos últimos anos do século XIX e início do século XX (SILVA, 2005). Para ele, o casamento certo é o casamento na Igreja e só através dele é que a família se constitui; e uma vez que a família está constituída, a sociedade, conseqüentemente, não terá problema, porque a família é a base da sociedade. Na defensiva do casamento religioso, diz:

Nestes países [republicanos] só é considerado valido o casamento civil, isto é, um contrato entre homem e mulher, para fins materiais, celebrado em presença de funcionarios publicos, e de conformidade com prescrições de lei civil. Diante de Deus este acto é nulo. Sendo o matrimonio um sacramento, é coisa sagrada, e como tal submetido ao poder espiritual (CARTA PASTORAL DE DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA, 1911, p. 146).

O bispo aponta que somente “Deus é quem funda a familia; Deus quem a abençoa; Deus quem lhe dá leis conservadoras: unidade, santidade e indissolubilidade do laço conjugal”. Observe que defende fervorosamente que jamais caberia ao poder temporal a institucionalização do casamento e muito menos do divórcio. Ao lembrar o primeiro “golpe” sofrido pela Igreja, ele anunciava temerosamente: “Infelizmente, Irmãos e Filhos amadíssimos, a familia brasileira, profundamente catolica, foi victima de igual attento pelo decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890⁶⁸. Da mesma forma, ele recorre ao argumento de autoridade para firmar a sua ideia de que o divórcio é condenado pela Igreja, considerado outro “mal da modernidade”:

A revolução, levantando bem alto o estandarte da revolta contra o throno e contra o altar, e prossequindo na execução do seu plano de reconstruir a sociedade em novos moldes – sem Deus e sem Reis; e bem convencida, por

⁶⁸ O Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, secularizou o casamento e a separação matrimonial na sociedade brasileira.

outra parte, de que nada conseguiria de definitivo e enquanto estivesse de pé o formidável reducto da família, contra elle investiu com furia verdadeiramente infernal, conseguindo abalar-lhe os fundamentos com a lei do casamento civil e do divorcio absoluto (CARTA PASTORAL DE DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA, 1911, p. 148).

O que o bispo quer mostrar é o seguinte: se as escrituras católicas dizem bem e honram o casamento religioso e a família, porque nós, meras criaturas de Deus, haveríamos de ir contra suas sagradas palavras? A defesa da família cristã, que está ligada ao casamento religioso, pode ser tomada através das palavras: legítimo, verdadeiro, sagrado, perfeito e único (SILVA, 2005).

Percorrendo já o final da carta, Dom João faz várias saudações ao clero diocesano, ao clero religioso, cumprimentando os Premonstratenses, as irmãs do Sagrado Coração de Maria e demais autoridades e fiéis. De forma geral, verifica-se a missão da Igreja que era lutar contra os caminhos abertos pelos novos tempos modernos e conservar a tradição defendida durante séculos. De igual maneira, o episcopado brasileiro via com muita negatividade o que se sucedia, alimentando, inclusive, a ideia de que a Revolução Francesa, o Iluminismo e, mais tarde, o Comunismo, faziam parte de uma revolução mundial demoníaca. Evidentemente, alinhado a esse discurso, o bispo norte-mineiro defendeu até em seu leito de morte sua missão de guardião dos preceitos católicos.

Dom João faleceu em 20 de julho de 1943 e foi enterrado na Catedral de Montes Claros em cuja cripta se encontra o túmulo de seu iniciador com o epitáfio deixado por ele próprio, em latim: “*Hic, sub umbra alarum Beatissimae Virginis Immaculatae ejusque Castissimi sponsi Joseph, placide et fidenter judicium exspectat primus hujus Dioecesis Episcopus, Dominus Joannes Antonius Pimenta*”. Em português: “Aqui, à sombra do manto protetor da Bem-aventurada Virgem Imaculada, e de seu castíssimo esposo São José, calmo e confiante aguarda o juízo o primeiro Bispo desta Diocese, Dom João Antonio Pimenta”⁶⁹.

2.6 A Igreja em Porteirinha/MG: do Catolicismo popular ao Catolicismo romanizado

O legado do rio São Francisco que invade as terras norte-mineiras, juntamente com os caminhos abertos nestes territórios semiáridos por pessoas vindas de diversas localidades nordestinas em direção às Minas ou vice-versa, favoreceu a consolidação da Igreja em Porteirinha. Sob o território de São Joaquim, pai da Virgem Maria na tradição Católica e cujo

⁶⁹ Livro do Tombo da Parochia de Santo Antônio de Grão-Mogol, 1943, p. 75 (nossa tradução).

nome evocou por muito tempo a então localidade (São Joaquim de Porteirinha), estruturou-se a nascente cidade de Porteirinha.

Porteirinha, inicialmente, foi palco das missões, terras longínquas pertencentes primeiramente à Arquidiocese de São Salvador até 1854, em seguida Mariana até 1917, quando depois passou para a Arquidiocese de Diamantina, até 25 de abril de 2001, quando o papa João Paulo II criou a Arquidiocese de Montes Claros, a qual Porteirinha hoje faz parte.

Em uma carta dirigida aos Premonstratenses, em 1902, podemos encontrar a seguinte preocupação do bispo de Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza, redigida por Gaspar: “Infelizmente, são numerosas as paróquias privadas de levitas que se ocupem das funções pastorais, e o número dessas aumenta sempre mais” (GASPAR, 2005, p. 7).

Além disso, estudos ainda indicam que havia um forte movimento de rezadores, curadores e guias espirituais⁷⁰. Tudo isso somado à cultura afro-brasileira⁷¹ criava um sincretismo religioso na região. Tais elementos também colaboraram para a implantação das crenças do sertanejo⁷² norte-mineiro. Neves (1908a), no início do século XX, ao descrever diversos aspectos das pessoas do município de Boa Vista do Tremedal (distante 70 quilômetros de Porteirinha), traz detalhes acerca do espírito religioso, fruto de concepções e práticas do Catolicismo popular associadas aos ritos africanos:

O espírito religioso, tocando porém as raias do fanatismo, largamente dominou a mente dos incolos, ocorrendo sempre pressurosos às festividades, mormente as novenas e trezenas resadas nas roças, no tempo do estio, em casas de oração, e em honra dos santos mais populares. Essas novenas e trezenas eram habituais e concorridíssimas. Os homens entalhando as suas domingueiras e calças de alçapão, então usadas, de armas à cinta [...], fiel acompanhados da família numerosa, faziam grandes caminhadas para assistir

⁷⁰ Para ver detalhes das pessoas que, pela experiência, conhecem os caminhos da espiritualidade, consultar Santiago (2013), Lins (1983) e Gonçalves (1996).

⁷¹ Para detalhes sobre o sincretismo religioso no norte de Minas, ver Marques (2007) e Costa Filho (2008).

⁷² Conforme Euclides da Cunha, em seu romance *Os Sertões*, o isolamento contribuiu para que os sertanejos tivessem hábitos próprios e grande apego às tradições, com destaque para o sentimento religioso. Sobre o sincretismo religioso presente no sertão, Cunha faz um retrato da fé do sertanejo: “A sua religião é, como ele – mestiça. [...] As lendas arrepiadoras do caopora travesso e maldoso, atravessando célere, montado em caititu arisco as chapadas desertas, nas noites misteriosas de luares claros; os sacis diabólicos, de barrete vermelho à cabeça, assaltando o viandante retardatário, nas noites aziagas das sextas-feiras, de parceria com os lobisomens e mulas sem cabeça noctívagos; todos os mal-assombramentos, todas as tentações do maldito ou do diabo – esse trágico emissário dos rancores celestes em comissão na terra; as rezas dirigidas a São Campeiro, canonizado *in partibus*, ao qual se acendem velas pelos campos, para que favoreça a descoberta de objetos perdidos; as benzeduras cabalísticas para curar os animais, para amassar e vender sezões; todas as visualidades, todas as aparições fantásticas, todas as profecias esdrúxulas de messias insanos; e as romarias piedosas; e as missões; e as penitências... todas as manifestações complexas de religiosidade indefinida, são explicáveis. Não seria difícil caracterizá-las como uma mestiçagem de crenças” (CUNHA, 2010, p. 163-164).

a uma noite novenal, noite rescendendo a baunilha e a alecrim campestre, cheia de rezas cantadas, de festança, de alegria, de discordias, de lutas. Ao se começar o terço, as armas eram respeitadamente guardadas, finda a reza voltavam novamente às mãos de seus donos. Fazia-se logo ouvir música. Tão ruidosa quanto lasciva, de gaitas de taboca, pandeiro, tambores, reque-reque, chocalhos, zabumba, o venerando zabumba, às vezes beijado fervorosamente pelos pobres de espirito como a um santo, e poeticas e mehilfluas cantilenas. As roqueiradas ribombavam demoradamente pelas quebradas das montanhas e no fundo soturno dos valles. Havia profuso comes e bebes. Que de ruidosa e festival dedice no começo dessas noitadas de reza! A multidão promiscua fervilhava garrula como que esquecendo seus pezares, suas intrigas, seus odios, para entrar com o sorriso a aflorar os labios no rumoroso festim, cantando, tocando, dansando, comendo, bebendo, num exultamento louco, indizível. E portas a dentro ou ao relento, no terreiro, tendo por abobada o ceu marchetado de estrellas, ou debaixo das copudas arvores seculares prateadas pelos rios da lua, ou ao redor da fogueira crepitante, ao som e no compasso rythmado da musica batuqueira, homens e mulheres entregavam-se prazenteira e loucamente ao embriagante redemoinho do lascivo samba, essa dansa genuinamente sertaneja e tão apreciada pelos filhos das selvas. Estrugiam longamente o palmear e o estrupido dos pes: estalavam rumorosamente as embrigadas amorosas. E o batuque sensual, inebriante, estrepitoso, animava-se mais e mais alegrado por argentinas, canoras e inimitaveis vozes feminis que num duetto admiravel cantavam em notas de saudosa endecha e na linguagem bella e poetica do sertão as coplas que presidiam o baile. E pela noite em fora o samba sempre arrojado e voluptuoso, na cadencia arrastada e monotona da musica sensitiva, que parecia um preludio interminavel, ia entreterendo e enfeitçando os circumstantes. Nos mezes festivaes e do estio, as noites novenaes e os dias de folganças, enchiam-se de musica, de cantilenas, de fogo, de dansa, de risos, de embriaguez; de gritos crebos, afflictivos, dilacerantes, misturados de prantos requirantes, de catastrophes, de loucura! Com a entrada da estação chuvosa volvia a população aos bellos dias de aspecto formoso, de quietude do lar, de trabalho rude e activo (NEVES, 1908a, p. 231-232).

Em 1925, o padre Ricardo Alfredo Gnani⁷³, de nacionalidade italiana, veio para o Brasil a pedido do bispo de Montes Claros, e tomou posse na Paróquia de Santo Antônio de Riacho dos Machados, antigo distrito de Porteirinha. No Livro do Tombo desta paróquia, deixa registrada sua indignação ao ver que capelas rurais ainda estavam sob a responsabilidade de leigos: “A Cappela de Peixe Bravo era governada por um tal Joaquim Pereira da Silva, homem grosseiro e brutal. Por 12 annos tolerei este escandalo”⁷⁴. Somente após a morte do antigo zelador, o padre se apoderou do templo e retirou de dentro da capela uma imagem de Nossa Senhora das Dores e a queimou. Conta o padre que “a imagem era ridicula, indecorosa,

⁷³ De origem italiana, Ricardo Alfredo Gnani foi ordenado padre em 1899 e chegou ao Brasil no dia 3 de maio de 1913. Tomou posse na Freguesia do Riacho dos Machados em 1º de fevereiro de 1914 (Livro do Tombo da Freguezia Santo Antonio de Padua de Riacho dos Machados. 2 de fevereiro de 1914, p. 7).

⁷⁴ Livro do Tombo da Freguezia Santo Antonio de Padua de Riacho dos Machados. *Mensagem de Ricardo Alfredo Gnani*, 2 de fevereiro de 1914, p. 43.

escandalosa. Era vestida, tinha na cabeça cabellos de mulher pregados com pregos; tinha também na cintura uma faca de madeira”. Após o ato do vigário, os habitantes ficaram enfurecidos: o ameaçou, injuriou, rogou pragas, “mostrando assim uma ignorância superlativa”, conforme diz o relato. A mensagem é finalizada com o desfecho do episódio que mostra o caráter supersticioso: “Tardou a chover. Diziam que não chovia por causa da imagem queimada. Finalmente, principiou a chover, durando as aguas 4 mezes. Mandeí buscar no Rio [de Janeiro] uma imagem artística para ornamentar o templo” (LIVRO DO TOMBO DA FREGUEZIA SANTO ANTONIO DE PADUA..., 1925, p. 43).

Na vida da Igreja, a manifestação da devoção ou religiosidade popular das pessoas que moravam próximo à Capela Nossa Senhora das Dores representou uma afronta aos princípios institucionalizados. Para Pereira (2003, p. 71), a religiosidade popular

atua independente da Igreja Institucionalizada. É muitas vezes marginal a esta realidade, apesar de surgir, em grande parte, no seio da mesma, ou seja, nas igrejas estabelecidas: paróquias, santuários oficiais etc., enfim, lado a lado com uma Igreja regida por normas e regras institucionalizadas.

O memorialista José Edler Gonçalves, ao descrever um ritual de um enterro em Porteirinha no início do século XX, apresenta hábitos e a influência da religiosidade na vida das pessoas:

Nas cidades sertanejas tem pobreza que não se remediava e era agravada ainda mais pela seca e falta de transportes. Mas, possuíam, porém, uma banda de música que tocava nos festejos, casamentos, batizados e enterros. O barulho do sino das capelas anunciava a morte de alguma pessoa. À noite rezavam o Ofício do Nosso Senhor e o terço junto ao defunto. Findo o enterro, vinha um problema da máxima importância: a alma penada, que se tornava assunto permanente, causava na maioria um grande assombramento. Quando uma morte era registrada, os mais próximos se recolhiam, evitavam as sombras e os lugares ermos e só saíam de casa acompanhados. O medo acabava provocando grandes aparições de almas penadas do purgatório em noites sem lua (GONÇALVES, 1996, p. 59).

Certamente estas crenças não conviviam pacificamente com a Igreja Católica, ocasionando, direta ou indiretamente, conflitos entre o Catolicismo devocional e o catolicismo oficial⁷⁵. Nas palavras de Azzi (1987, p. 221), “o catolicismo popular era reprovado como

⁷⁵ Um exemplo bastante claro desta relação conflituosa presente na Igreja foi apresentada no filme *O Pagador de Promessas*, de 1962, dirigido por Anselmo Duarte. O mesmo, produzido pela Cinedistri e rodado na Bahia, “olha de frente o conflito entre a ortodoxia católica – Igreja institucionalizada – e o candomblé de origem africana [...]” (PEREIRA, 2003, p. 72).

expressão de ignorância, de superstição e de fanatismo”. Esse era um dos argumentos e motivos da implantação iminente de uma “religião purificada”⁷⁶, romanizada, livre de superstições e que estivesse sob a égide do poder clerical. Dom Viçoso, bispo de Mariana, escreve em 1844 denunciando “o abandono dos sacramentos, a falta de doutrina do povo, o esquecimento da vida eterna em que dormia a maior parte dos homens”. Em suma, o cristão “vivia como se fosse pagão” (HAUCK, 1980, p. 217).

Além do Catolicismo devocional, outro problema maior preocupava a Igreja naquele momento: a perda de privilégios seculares no território brasileiro. Lembra-nos Hauck (1980, p. 78) que “na Igreja do Brasil, já na primeira metade do século XIX, aparecem os primeiros sinais de um movimento de reforma que se concretiza a partir do pontificado de Pio IX (1846-1878)⁷⁷”. A reforma pretendida na Igreja do Brasil, na perspectiva de Lustosa (1977), não passava de uma revitalização da ordem já implantada e consolidada nos esquemas tradicionais que já vigorava. Toda revitalização pretendida visava restaurar a obediência e orientação dada por Roma. O movimento de revitalização da obediência defendia e reforçava a autoridade do papa. Enfim, todo esse movimento traz a ideia da conservação de uma Igreja forte que, nos dizeres de Araújo (1986, p. 23) “não se deixava abalar com os efeitos erosivos do tempo”.

Os primeiros sinais destas mudanças iniciaram-se por volta de 1846, no pontificado de Pio IX, sob a liderança de dois grupos de bispos: de um lado os que priorizavam a formação intelectual do clero, representados pelos bispos Dom Romualdo Seixas, arcebispo de Salvador (1827-1860) e Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará (1861-1890). Do outro lado, Dom Antônio Ferreira Viçoso, de Mariana (1844-1875) e o bispo de São Paulo, Dom Joaquim Antônio de Melo (1851-1860), preocupado com a formação espiritual do clero, ou seja, adequar a prática e formação dos presbíteros com os ditames da Cúria Romana. Era um momento em que se fazia valer a mentalidade de Pio IX. O fato se tornou mais visível quando alguns leigos pertencentes às irmandades se recusam a obedecer às ordens de seus bispos, deflagrando o que, na historiografia da Igreja, é denominada Questão Religiosa, já descrita no Capítulo 1.

Os conflitos que começavam a surgir refletiam uma nova mentalidade que vinha em sintonia com as transformações ocorridas no mundo. A modernidade impingia medo na religião, que se sentia impotente diante da possibilidade de perder o poder de tantos séculos. A reação

⁷⁶ Entende-se aqui o termo “religião purificada” como a religião católica oficial, com seus rituais dentro dos padrões romanos.

⁷⁷ Conforme estudos de Bruneau (1974, p. 58), “Pio IX é considerado o mais famoso porta-voz do ultramontanismo porque exigiu a centralização da Igreja em questão de doutrina e de governo eclesiástico. Ele também enfatizou o papel-chave da Igreja no mundo como intérprete da vontade de Deus”.

ao medo de perder este poder encaminhou a Igreja para uma adequação ao modelo europeu, naquele momento fortemente antiliberal, ultramontano e ancorado em um estreitamento dos laços com Roma (BEOZZO, 1986).

Foi neste contexto de transformação que surgiram as ideias que circularam durante a construção da paróquia de Porteirinha.

Por questões geográficas, a espiritualidade norte-mineira liga-se profundamente à de Bom Jesus da Lapa/BA. Porteirinha, enquanto região de fronteira, coloca-se no meio do caminho, indicando para o centro das Minas Gerais e apontando para o caminho da Bahia de São Salvador. De Porteirinha, peregrinos marchavam a pé ou iam a cavalo enfrentando os quase quatrocentos quilômetros que separavam as duas localidades. Mais tarde, utilizavam os precários “paus de arara” para visitarem a gruta às margens do rio São Francisco⁷⁸. A presença dos benditos, devoções e promessas marcam o tipo de espiritualidade presente no espaço norte-mineiro. Os festejos populares, comuns na região, mantinham algumas tradições. O amplo universo das devoções populares moldava a fé das pessoas no Catolicismo popular.

Se de um lado encontramos as devoções à Nossa Senhora e o gosto por romarias e procissões, do outro encontramos uma infinidade de superstições que colocam o homem norte-mineiro em contato com o cosmo e suas forças espirituais. Deste modo, de Porteirinha saíam romarias em devoção ao Bom Jesus da Lapa, na Bahia.

Nesta pesquisa merecem destaque duas manifestações religiosas locais: a devoção a Santos Reis e a Festa de Nossa Senhora Santana, expressões religiosas tipicamente de cunho popular herdada da colonização lusitana. Ambas são exemplares para mostrarmos as manifestações da espiritualidade do norte-mineiro. Além disso, apresentaremos a Freguesia de São José do Gorutuba, berço da religiosidade de Porteirinha e das cidades vizinhas. Ao voltar ao Brasil Imperial, tempo em que o Estado Confessional mantinha a união entre os poderes secular e espiritual, vamos ver que o clero na freguesia, imerso em conflitos políticos, era sedento pelo poder econômico e social. Ao dar relevo à figura dos primeiros vigários deste lugar, vamos entender o conflito que existiu em âmbito institucional na Igreja Católica, resultando, por exemplo, na nomeação de bispos de orientação ultramontana no Brasil e a

⁷⁸ Nesta cidade localiza-se o Santuário do Bom Jesus da Lapa. Trata-se de um dos mais importantes templos do Nordeste, ao lado de Juazeiro e Canindé. Esse santuário sempre atendeu os peregrinos que vão especialmente da Bahia e Minas Gerais. Steil (1996) observa que a origem do santuário da Lapa está associada a dois movimentos que marcaram a espiritualidade católica do Brasil dos séculos XVI a XVIII: o de peregrinação em direção à natureza e o das aparições e descobertas de imagens milagrosas. No caso desse santuário dentro de uma gruta, existe uma ligação estreita entre o santuário e a natureza circundante, repleta de elementos geográficos de grande valor simbólico. Para detalhes, conferir Steil (1996).

consequente demanda por um clero mais celibatário, mais obediente ao papa, mais asceta e preocupado exclusivamente com as coisas do culto. Estes temas, portanto, serão objeto de análise na próxima seção.

2.6.1 *Religiosidade e o Catolicismo Popular em Porteirinha/MG*

Pereira (2003) afirma que a devoção propriamente dita pertenceu e pertence mais ao âmbito das camadas populares, economicamente mais pobres e com baixo grau de escolaridade. Ao falar da crise da cristandade popular, Azzi (1987, p. 221) afirma que:

Se por um lado, os católicos letrados queriam purificar a religião das manifestações de ignorância, por outro lado, como decorrência da acentuada crise política, social e religiosa, aumentam no Brasil os centros de devoção, onde o povo passava a buscar remédio e segurança nessa época de forte abalo da ordem social.

Se por um lado a devoção era considerada pela hierarquia católica como sinônimo de ignorância religiosa, por outro ela ajudou a manter acesa a chama da esperança diante das realidades de crise e sofrimento. Os santos, no dizer de Pereira (2003, p. 71) eram a panaceia, ou seja, o “remédio para curar todos os males e solucionar todos os problemas. E para os devotos, os espaços sagrados (santuário, igrejas etc.) constituiu-se em espaço privilegiado onde as graças e os dons celestes são distribuídos com mais abundância, suprindo dessa forma as múltiplas carências” (AZZI, 1994, p. 296).

Em Porteirinha, muitas pessoas saíam a cavalo ou a pé em direção ao Santuário de Bom Jesus da Lapa. A partir da década de 1930, com o surgimento do carro na região⁷⁹, as romarias passaram a ser conduzidas em paus de arara. Nas palavras de Oliveira (1985, p. 115), “a popularidade da devoção ao Bom Jesus se evidencia pela identificação com o Cristo sofredor, sobretudo entre a camada de pessoas marginalizadas pelo sistema”. Também era comum em Porteirinha famílias inteiras peregrinarem à comunidade Jacaré Grande, distante oitenta quilômetros de Porteirinha. Costa Filho (2008) escreve que milhares de fiéis, predominantemente negros, de todo o vale do Gorutuba⁸⁰ e de várias regiões de Minas e da

⁷⁹ O memorialista José Edler Gonçalves, ao descrever aspectos políticos, culturais e sociais de Porteirinha e região em sua obra *Nós, do Furado Sujo*, afirma que “os primeiros carros chegaram numa noite de 1923 fazendo um estrépito de 200 bestas e com o súbito clarão dos faróis cegando a todos que ainda desconheciam a eletricidade” (GONÇALVES, 1996, p. 64).

⁸⁰ Segundo Costa Filho (2008, p. 10), “na região do Vale do Gorutuba é forte a presença dos Gurutubanos, que são uma comunidade de negros quilombolas, moradores do vale do rio Gorutuba, povos que conjugam uma

Bahia festejavam a imagem de Nossa Senhora da Saúde, em Jacaré Grande. “A devoção e romaria a Jacaré Grande figuram no imaginário popular, inclusive com aparições de Nossa Senhora numa barriguda [árvore] e com uma série de milagres” (COSTA FILHO, 2008, p. 214). Em todos esses templos há um forte apelo corporal, motivando as pessoas a atitudes de sacrifício que castigam o corpo, como longas caminhadas.

Oliveira (1985, p. 115) escreve que “para o catolicismo popular, a presença do santo na imagem é importante, porque ela torna possível o contato direto entre o fiel e o santo. Os santos estão, por assim dizer, ao alcance de qualquer fiel, sem que intervenha alguma mediação institucional entre eles”. Deste modo, embora Deus não seja objeto de um culto específico – salvo quando é representado como um santo, como o Divino Pai Eterno, o Divino Espírito Santo, o Senhor Bom Jesus etc. – sua representação como criador e senhor do universo é essencial ao Catolicismo popular, posto que os santos têm poder porque estão junto de Deus. Nas palavras de Oliveira (1985, p. 119),

Tudo o que existe e acontece deve-se ao poder de Deus, e nada acontece na terra ou no céu sem o consentimento dele. Deus é todo-poderoso, nada se faz sem o consentimento divino. Tal concepção da onipotência divina exprime-se claramente na fórmula “se Deus quiser”, que deve acompanhar qualquer projeto humano pois estes só se realizam se estiverem conforme os desígnios divinos.

Segundo Gonçalves (1996, p. 106), “na região de Porteirinha, era tradição ao chegar o anoitecer, anunciar a hora do terço que era puxado pelo patriarca e respondido por toda a família ajoelhada, em posição de honra, diante do grande oratório contendo um crucifixo e santos”. Após o terço, antigos costumes eram ensinados pelo pai:

Após o terço, o pai abria um livrinho de páginas amareladas intitulado “Regras do Bem Viver” e selecionava algumas condutas para transmitir aos filhos. Cyrillo José da Costa, patriarca e dono da fazenda Furado Sujo, em Porteirinha, ensinava aos filhos: - Dizem as “Regras do Bem Viver” que “melhor se alcança o céu pelas penalidades que pelas prosperidades; [...] conserve a gravidade e seriedade com todos, use o conselho dos sábios e prudentes; afaste de si o apego a todas as temporalidades e modas terrenas; atribua a Deus o seu sucesso e a si próprio o seu fracasso” (ibidem, p. 106).

territorialidade e agricultura peculiar, uma racionalidade própria na construção das suas relações sociais e econômicas; e possuem uma religiosidade fruto de concepções e práticas do catolicismo popular associadas a ritos africanos”.

O pai ensinava que “neste mundo, para salvar a alma quando morreremos, não precisaremos mais das coisas da terra. Cada um deve viver contente com a própria condição. A melhor coisa é viver contente com o que Deus quer de nós” (GONÇALVES, 1996, p. 107).

O jornal *Gazeta do Norte* também mostra como se processava o ritual da oração na família norte-mineira:

Terço em família

[...] as famílias se reuniam a hora do crepúsculo para o Terço diante do oratório. A sinhá de cabelos brancos, o patrão de mãos calosas e voz grossa, as crianças travessas e irrequietas, os camaradas cansados pela faina dura da lavoura ajoelhavam-se. E o terço era rezado com devoção e amor a frente do oratório, a mais preciosa reliquia da família. Bons tempos! E como a Virgem abençoava estas famílias onde reinavam a paz, a união e o respeito. Verdadeiros Santuários! (GAZETA DO NORTE, 1944b, p. 3).

Definitivamente, a cena descrita no excerto, mostra uma família com os trabalhadores vivendo em “harmonia”. O que mantinha esta relação eram os bens materiais e os mandamentos cristãos, que ensinavam que o católico deveria procurar a felicidade no amor de Deus e não na riqueza. De acordo com este pensamento, quem não tivesse ambições vivia tranquilo e feliz. Observamos, também, que o ensinamento e o saudosismo revelam uma faceta da formação dos sujeitos na região. Os conselhos do pai, das pessoas mais velhas ou do padre também constituíam os elementos formativos⁸¹ entranhados na cultura e no modo de viver do homem e da mulher.

Neste trabalho, defendemos que o ambiente educacional ultrapassa os muros das instituições escolares e que a educação deve ser percebida de forma ampla e multifacetada. De acordo com Pallares-Burke (1998), descrever a educação somente em termos da escola é um erro, pois existem agências mais diversificadas e informais envolvidas nesse processo, como a imprensa, a Igreja e a família. A formação religiosa parecia sem dúvida ser forte, pois dava-se toda em casa. Sua influência era tamanha que as crianças aprendiam de cor as orações e os pontos do catecismo, participavam das orações em família e absorviam o comportamento religioso dos pais⁸².

⁸¹ Estamos nos referindo à *Educação não-formal*, conceito proposto inicialmente por Bernard Bailyn, que é aquele cujo aprendizado ocorre pela socialização do indivíduo em diferentes grupos sociais. Assim, a história da educação é parte da história total e, por isso, deve abandonar uma perspectiva institucional estreita e integrar o conjunto das dimensões sociais, políticas, econômicas e religiosas (BAILYN, 1960, p. 14).

⁸² Para detalhes, conferir Gonçalves (1996).

Outra marca religiosa bastante tradicional na região era a devoção a Santos Reis⁸³, comemorada pela Igreja Católica no dia 6 de janeiro. O *Gazeta do Norte* apresenta os momentos que precedem este dia:

A tradição dos festejos “Santos Reis” continua ainda cheia de fé e de entusiasmo. [...] Nos povoados, nas fazendas e nos retiros, o povo vibra com o mesmo entusiasmo d’outrora. Os “foliões” desde o dia 25 de dezembro, Natal, até o dia 6 de Janeiro “visitam” durante toda a noite as casas que figuram na lista adremente preparada. No dia da visita, “os foliões” avisam de sua visita afim de que se lhes preparem alguns litros de vinho e aguardente, biscoitos fritos ou outros comestíveis, de conformidade com a posse do visitado. A visita é sempre feita sutilmente, à chegada, como se fora improvisada. O dono da casa abre as portas, os “foliões” e o grupo de acompanhantes entram e entoam a cantiga em que inicialmente pedem uma esmola para a “folia”. Geralmente a orquestra se compõe de 2 violas, 1 violão, uma rabeca, 1 pandeiro e uma caixa. O corpo de dançadores se compõe de 4 elementos masculinos que dançam aos pares vis a vis. Depois da dança protocolar, um dançarino solitario, ao som monotono da musica, pula para o centro dos tocadores e se precipita numa dança caracteristicamente indígena. [...] Uma pseudo ou verdadeira promessa serve de ensejo para a “folia” (GAZETA DO NORTE, 1946, p. 1).

Na festa de Santos Reis, em Porteirinha, milhares de pessoas em procissão sobem a colina, e dentro da capela celebram aos santos. Conforme o Dossiê de Tombamento da Capela de Santos Reis da Prefeitura Municipal de Porteirinha (2002, p. 3), “a capela foi erguida em agradecimento a uma promessa para os Santos Reis”. Oliveira (2008, p. 103) relata que:

A construção da Igreja foi uma iniciativa do senhor Manoel Patrício de Souza Gomes, agricultor e chefe político local, quando a região sofreu com uma terrível e avassaladora seca no ano de 1909. Para acabar com a seca, o senhor Manoel Patrício, conhecido como Seu Nezinho, fez uma promessa para os Santos Reis (Gaspar, Belchior e Baltazar) pedindo chuva. Por sua grande fé, ele foi atendido. A chuva benfazeja caiu, molhando a terra seca, alimentando o rio e produzindo os mantimentos.

A cada ano, milhares de pessoas saem às ruas em procissão para conduzir em andores, até a capela, os três Reis Magos, que às vésperas do Natal tinham descido para a Igreja Matriz. “Todo o povo comparece para entoar os cânticos e percorrer as ruas enfeitadas de bandeirolas

⁸³ PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA. Departamento de Cultura. *Dossiê de Tombamento da Capela de Santos Reis*. Porteirinha/MG, março de 2002, p. 3.

e demais adereços próprios da comemoração dos Santos Reis”⁸⁴. Durante muitos anos, junto ao cruzeiro da capela, permaneceu a prática de penitência para fazer chover. Essa prática é descrita com detalhes por Paula (2007, p. 53):

[...] as chuvas normalmente aparecem em fins de setembro para princípio de outubro. Se a estiagem se prolonga um pouco, os fazendeiros se inquietam: lamentam, comparam com anos anteriores e fazem previsões pessimistas. De meados de outubro em diante, o povo da cidade também é contagiado pelo medo da seca. Surgem, então, as penitências para chover. Ao meio dia, sob um sol causticante, sai a procissão de mulheres e crianças. Conduzindo garrafas d’água e pedras, visitam todos os cruzeiros da cidade; enquanto caminham, cantam as rezas em voz alta; de vez em quando ajoelham-se em plena rua e cantam o “Senhor Deus, misericórdia”. Em cada cruzeiro colocam as pedras que conduzem e retiram as ali existentes e cantam um Pai Nosso e dez Ave Maria. No último cruzeiro deixam as pedras e despejam as garrafas d’água.

As festas de Santos Reis e a Festa de Nossa Senhora Santana, esta última realizada no distrito de Serra Branca, em Porteirinha, há pelo menos 300 anos, compõem as principais manifestações do Catolicismo popular local. A capela foi edificada pelo colonizador das terras banhadas pelo rio Gorutuba, Manoel Affonso da Sequeira, em 1792⁸⁵. Saint-Adolphe diz que a capela de Nossa Senhora Santana “foi por largo tempo a única igreja que havia num vasto território que pertencia à freguesia de Morrinhos”. Junto ao templo funcionava o Registro, órgão do Estado Português para o controle e fiscalização da exploração de ouro e diamantes (SAINT-ADOLPHE, 1845). A festividade, que é realizada sempre entre os dias 17 a 26 de julho, atrai fiéis de vários municípios do norte de Minas Gerais que vão pedir amparo à santa protetora.

A Festa de Nossa Senhora Santana sempre foi vivida com muito entusiasmo pelos fiéis. Desde as primeiras notícias de sua existência, a população da região afluía em grande número, com suas roupas domingueiras, para a localidade de Serra Branca. A festa, em sua simplicidade,

⁸⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA. Departamento de Cultura. *Dossiê de Tombamento das imagens dos Três Reis Magos*. Porteirinha/MG, março de 2002, p. 4.

⁸⁵ No Arquivo Público Mineiro (APM), em Belo Horizonte, localizamos outro documento que comprova a data de construção da Capela Nossa Senhora Santana, em Serra Branca, bem como mostra que na região existia uma intensa atividade econômica. Trata-se de um despacho, lavrado na Vila Rica, do Conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena, que era um administrador português da Capitania de Minas Gerais. O referido documento, datado de 1800, responde ao requerimento de Joaquim José de Sá referente à sua provisão para o cargo de Guarda-Mor Substituto no Distrito de Gorutuba e Capela de Santana da Serra Branca, Termo de Minas Novas (APM, SG-CX. 47-Doc. 52, 1800).

divertia as pessoas e amenizava seus dias de penúria; de cunho religioso e profano, a festa atraía famílias inteiras que ficavam arranchadas ao redor da capela por vários dias.

Conforme dados da Secretaria de Cultura de Porteirinha (2002), os pais batizavam seus filhos, os antigos compadres encontravam-se e estreitavam os laços de amizade, crianças e adolescentes recebiam o batismo e a crisma e vários noivos aproveitavam a ocasião e se casavam em cerimônias coletivas. Lugar de pagamento de promessa, a festividade contava com inúmeros devotos que percorriam longas distâncias a pé até a região. O evento também tinha um fim social, pois reunia uma multidão de várias localidades. Festas profanas paralelas, regadas à cachaça e conhaque, eram dadas durante o período. O movimento comercial era intenso, com bares improvisados e casas de jogos e de prostituição.

Ao estudar os festejos populares no norte de Minas Gerais, Silva (2005, p. 258) afirma que:

Para integrar a confraternização popular e religiosa, percebe-se que os festejos religiosos da região eram coroados por rituais sagrados e profanos. Dentre os rituais santos estão a presença das missas, procissões, sermões, rezas e ladainhas. Do lado profano das festas observam-se as danças e os espetáculos dos fogos. Assim, a devoção dos fiéis nas comemorações é aquecida através dos fogos de artifícios e das fogueiras, corada de balões, bandeiras e mastro. Ainda fazem parte desse ritual cristão os variados comes e bebes.

De forma geral, no Catolicismo popular, Jesus é o protótipo dos santos: bom e justo, ele sofre sem ter pecado, e por esse sofrimento ganha a misericórdia divina para com os homens. Nas palavras de Azzi (1976, p. 15) “sua representação popular é, pois, a representação do sofredor: o crucificado, o Senhor morto, o Jesus da paixão. Com a romanização a Igreja introduz a representação de Jesus Glorioso, o Cristo-Rei, do Jesus suave e doce, como Menino Jesus e o Sagrado Coração de Jesus”. Basta lembrar que a grande festa do Catolicismo popular não é a Páscoa e nem o Natal, mas a Sexta-feira Santa da Paixão. Oliveira (1985, p. 120) traz a seguinte comparação: “como Jesus sofreu, aceitando com resignação as provações que Deus lhe mandou, também os santos sofreram cada qual suas provações, tendo assim provado diante de Deus sua conformidade com o que ele lhes mandava”. O autor completa a análise: “também os homens têm que conformar com a sorte que Deus lhes deu, vivendo em fidelidade os mandamentos de Deus, sem jamais amaldiçoar sua vida” (ibidem, p. 121). Por isso, um dos primeiros ensinamentos dos pais aos filhos no norte de Minas Gerais era o pedido de bênção aos mais velhos. Deste modo, ao pedir bênção aos pais, estes, ao invocarem Deus, abençoavam a prole antes de dormir e ao acordar. Era (e ainda é) uma prática habitual.

Apesar da constatação do conflito existente entre Catolicismo popular e o Romanizado, a Igreja procurou formas de amenizar tais conflitos. Oliveira (1985) afirma que um destes meios foi a implantação de devoções europeias, como a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, à Nossa Senhora de aparição em sua condição celeste (em contraste com as devoções marianas tradicionais, que realçavam sua condição terrena, como Nossa Senhora das Dores, da Conceição, de Nazaré, da Boa Morte) e aos diversos santos das congregações europeias atuantes no Brasil. A freguesia de Riacho dos Machados, por exemplo, teve seu nome mudado. Antes se chamava Freguesia de Nosso Senhor do Bom fim, após o alvorecer do século XX passou a se chamar “Freguesia de Santo Antonio de Padua”⁸⁶. De forma geral, durante o período, o Catolicismo oficial conviveu com as práticas populares, ora incorporando-as, ora negando aquelas que de forma visível afrontavam a ortodoxia.

2.6.2 A Freguesia de São José do Gorutuba

Esteves (1961, p. 15) escreve que “em meados do século XIX São José do Gorutuba tornara-se um dos locais mais procurados no norte de Minas Gerais. Com um afluxo populacional considerável, até pouco tempo o local era um pequeno arraial de mineradores”. De acordo com Freitas (1957, p. 3), “antes mesmo de ser elevada à categoria freguesia⁸⁷, já despertara para o mundo como região diamantífera devido aos belos brilhantes saídos dos leitos dos seus rios e das escarpas de suas serras que a rodeavam”. Para Pires (1982, p. 22), “com o passar do tempo e com a diminuição desta atividade na região, as pessoas mudaram de ramo e foram para o cultivo de terras e para o criatório de gado. Instalaram-se ali muitas fazendas, o que fez atrair muitas pessoas para a região”. O jornal *Gazeta do Norte* descreve a região do Gorutuba com suas terras favoráveis à agricultura:

Não me recordo de ter visto uma região mais propicia à agricultura, não sabia de mais propria para a criação de gado. Anos de seca e sol ardente, sucedendo a anos de chuvas e inundações, como se o céu cuidasse do equilíbrio das forças desbaratadas da terra. Ali o clima supre quase tudo. Falta o homem mais bem aparelhado de recursos e reconhecimento mais apto para aproveitar os favores

⁸⁶ Livro do Tombo da Freguesia Santo Antonio de Padua de Riacho dos Machados. *Breve História de Riacho dos Machados*. 2 de fevereiro de 1914, p. 3-6v.

⁸⁷ O conceito de freguesia dava a legalidade e a posição político-administrativa dos povoados, vilas e cidades no Brasil Colônia e Império. Agregadora, a freguesia era dotada de uma área determinada que prestava assistência material e espiritual. A freguesia tinha uma base territorial e formava um distrito eclesiástico onde as pessoas definiam seu espaço de moradia: “eu pertença à freguesia tal”.

publicos e transformar aquela zona insuficientemente explorada em grandes e ricas fazendas de criação (GAZETA DO NORTE, 1944d, p. 1-2).

A Figura 12 apresenta uma das representações cartográficas mais antigas da Província de Minas Gerais. Veja, também, o destaque da região de São José do Gorutuba. Na sequência, a Figura 13 mostra o recorte desta representação:

Figura 12 - Carta Geographyca da Provincia de Minas Geraes, anno 1862



BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. *Carta da Provincia de Minas Geraes*. Vila Rica, 1862. Disponível em: <<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/20155>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

Já na Figura 13, além de São José do Gorutuba, é possível visualizar as principais localidades da região do extremo norte de Minas Gerais, como Montes Claros, Grão Mogor (Grão Mogol), Rio Pardo e Tremedal. É possível destacar, também, o povoado de S. Anna da Serra Branca:

O primeiro vigário da freguesia, Carlos da Silva e Oliveira Rolim, filho de um poderoso contratador do Distrito Diamantino, foi ordenado padre em 1782 pelo bispo de Mariana. Iniciou sua vida sacerdotal em Minas Novas, passou pela Vila do Rio Pardo (hoje Rio Pardo de Minas), e em 1821 foi para a Freguesia de São José do Gorutuba.

Em 1843, o missionário Taumaturgo Antônio Espínola também esteve em São José do Gorutuba. Senna (1918, p. 718) conta que “em 1843, aí plantou um cruzeiro o célebre missionário Espínola, que deixou tamanha tradição de fervor fanático nos sertões de Minas”, valorizando ideias carregadas de misticismo. Provavelmente, ele “arrecadou vultosa soma para a construção da matriz em São José do Gorutuba, mas a localidade somente recebeu um novo pároco em 1847, o padre José Vitório de Souza, de quem se dizia que tinha o corpo fechado” (ÂNGELIS, 1998, v. 1, p. 95; v. 2, p. 150; v. 3, p. 113).

Então, em 1847, chegava na região o jovem padre José Vitório de Souza. O jornal *Gazeta do Norte* conta como foi sua chegada

Em 1847, na quentura de uma tarde de Agosto, Padre José Vitorio entrava inesperadamente pelo Arraial de S. José do Gorutuba, um garboso cavaleiro, seguido por um pajem, apeando-se na porta do velho vigario Padre Carlos Rolim, que se encontrara velho e quase cego (GAZETA DO NORTE, 1944a, p. 1).

José Vitório hospedou-se na casa do padre Carlos Rolim, a quem viera substituir. Foi o próprio Carlos Rolim quem pedira para ser substituído, em função da idade avançada. José Vitório nasceu em 1821, em Itabaiana, Província de Sergipe Del-Rey. Foi um jovem ambicioso, e com pouco tempo na região amealhou uma considerável fortuna. Newton de Ângelis, em suas *Efemérides Riopardenses*, apresenta detalhes sobre o padre José Vitório:

Adquiriu várias fazendas de criação de gado, entre elas uma de nome Barra do Sucesso, no atual município de Mato Verde, outra onde hoje fica a cidade de Catuti, e a fazenda da Passagem, a poucos quilômetros de São José do Gorutuba. No início da década de 1850, residiu em Tremedal, mas, devido a sua cobiça e a certo autoritarismo, criou inimizades, chegando a ser tocado, no dia 23 de dezembro de 1853, por cinco pistoleiros. O cavalo em que vinha montado foi alvejado e morreu, e o padre recebeu um caroço de chumbo, que teria entrado “meio dedo” em seu pescoço. O ferimento, porém, não foi sério. Certamente, foi depois desse episódio que surgiu a crença de que ele tinha o corpo fechado. Em todo caso, a permanência em Tremedal tinha se tornado impossível, e ele regressou a São José do Gorutuba (ÂNGELIS, 1998, v. 2, p. 150-151; v. 3, p. 171).

O *Gazeta do Norte* também fala de suas riquezas e de sua atuação política na região:

Aumentando sua fortuna, rodeou-se de comodidades; e a vida deslizava tão sutilmente que, nem chegava a perceber que estava se enveredando pelas realidades humanas. A política partidária e acirrada conduziu-o para lutas permanentes, das quais saía sempre vitorioso graças ao seu prestígio e poder extraordinários (GAZETA DO NORTE, 1944a, p. 1).

De acordo com Pires (1982, p. 31), “o vigário era um homem sem medo e que não se dobrava aos caprichos dos poderosos, prestigiados pela política do Império”. Continua o autor:

Tinha ao seu dispor o púlpito da sua Igreja de São José, o altar, as homilias em que verberava, sem contenção de palavras, tantos abusos. Também tinha todas as capelas de sua vasta Freguesia, além dos altares improvisados que se armavam nas ocasiões de festas, ali mesmo nos terreiros das fazendas de gado (ibidem, p. 55).

Segundo a história regional, certamente foi um padre de vida bastante movimentada pelos sucessivos embates com os grãos da região. Felizmente, encontramos valiosas informações no Arquivo do Fórum de Grão Mogol (AFGM), onde há alguns processos nos quais o nome do pároco aparece. Deste modo, a figura deste sacerdote católico toma contornos ao mesmo tempo mágicos, truculentos e politiquieiros. Vejamos o que diz um dos documentos jurídicos acerca do pároco:

Em 1856, ele [José Vitorio] encaminhou uma denuncia de fraude eleitoral e de tentativa de homicídio ao presidente da provincia, Herculano Pena, na qual acusava os liberais do distrito de S. Jose do Gorutuba, pertencente ao termo de Grão Mogol, de fraudar as eleições para juiz de paz, realizadas em novembro daquele ano. Boa parte da elite do distrito se uniu em testemunhos favoráveis ao juiz de paz eleito e contra o padre, que era acusado de cobrar mais caro que o permitido por batismos, casamentos, extremas unções e outros serviços liturgicos. Repetidos testemunhos declaravam ainda que o padre se metia em confusões, como as que criara com os moradores de Tremedal, onde um grupo de moradores ofendidos não se sabe exatamente por qual razão lhe armaram uma emboscada, que resultou na morte de sua montaria e em um ferimento sem gravidade no pescoço (AFGM, Cx.2, 1857).

O padre foi autor em outros processos⁸⁹ e foi, por sua vez, processado por atos ilícitos que teria cometido, sendo inclusive recolhido à prisão e, autorizado, fez sua própria defesa e foi absolvido⁹⁰. No entanto, esta situação ficou insustentável, sobretudo depois do assassinato de

⁸⁹ Os processos criminais estão guardados no AFGM. Constam os seguintes: 1) Cx. 1 850 (2). Transmite representação do vigario Jose Vitorio de Souza, 1857; 2) Cx. 1860 (1). Sumario de crime de responsabilidade contra o 1º tabelião João Avelino Peito, 1865; 3) Cx. 1860 (1). Autuação, Grão Mogol, 19 mar. 1866; 4) Cx. 1860 (1). Autor: vigario Jose Vitorio de Souza; reu: Jose Barbosa de Aguiar e Cunha, 1868.

⁹⁰ Detalhes consultar AFGM (1857) e Pires (1982).

Ursulino da Costa Faria, filho de João de Deus Faria, homicídio do qual José Vitório era o suposto mandante. “Para vingar esta morte, José Faustino de Sá foi contratado para matar o vigário de Gorutuba. A emboscada foi montada na ladeira do Gravatá, próximo ao córrego do Limoeiro, onde o padre foi assassinado no dia 26 de julho de 1868” (PARÓQUIA SÃO JOAQUIM, 2015b, p. 3).

Os acontecimentos relacionados à morte do padre José Vitório demoraram quase noventa anos para deixarem de ser uma tradição puramente oral e passarem à forma impressa, período longo do qual a narrativa recebeu vários elementos lendários. Foi Hermes de Paula, em 1957, que colocou a história em livro pela primeira vez, num curto capítulo do seu *Montes Claros: sua história, sua gente, seus costumes*. Em texto de sabor literário, incluído justamente entre as lendas da região, esse autor conta que José Vitório foi um “vigário, fazendeiro, político e chefe de família⁹¹”, e que também foi “um pouco esquecido das coisas de Deus”. Conta ainda que tinha inimigos poderosos, contra os quais “mantinha luta acesa, havendo algumas mortes, de parte a parte” (PAULA, 2007, p. 380). De fato, a relação que o padre teve com parte das pessoas daquela localidade era permeada de muita violência:

Aliaram-se então as poderosas famílias do Gorutuba: Deus, Anjos, Santos e Quadros contra o padre José Vitorio, que por sua vez tinha a seu lado as famílias Sousa da Conceição, Mendes do Mucambinho, Ferrás dos Forges e Candido da Furna. A luta que se travou entre estes dois grupos foi a mais sangrenta que os sertões do Gorutuba assistiram (GAZETA DO NORTE, 1944a, p. 1).

Paula afirma que, após sobreviver em outra emboscada em Gameleira (hoje Janaúba), o padre teria se vangloriado com amigos: “Eles estão perdendo tempo. Essas balas não entram em meu corpo. Para me matar, só com bala de ouro benta por mim, e em seguida soltou uma estrondosa gargalhada” (PAULA, 2007, p. 380). Segundo se conta, os mandantes do assassinato teriam seguido esse procedimento, fundindo uma bala de ouro, que foi colocada ao lado do cálice e benzida pelo padre em sua “derradeira missa”, ou, segundo outra versão, foi colocada

⁹¹ O comportamento indisciplinado de clérigos do Brasil e de Portugal, no século XIX, em relação à vivência do celibato, deu origem a uma crítica por parte da sociedade, cuja expressão se encontra na literatura de então. Por exemplo, eis um trecho da obra *O crime do padre Amaro*, escrito em 1871, do escritor português Eça de Queirós, referente ao clero: “Todos são do mesmo barro, - sobem em dignidades, entram nos cabidos, regem seminários, dirigem as consciências envoltos em Deus como numa absolvição permanente, e têm no entanto, numa viela, uma mulher pacata e gorda, em casa de quem vão repousar das atitudes devotas e da austeridade do ofício” (QUEIRÓS, 2003, p. 96). Após a publicação deste livro, fez-se um silêncio de dez anos sobre a conservadora sociedade portuguesa.

na forma de pingente no pescoço de um neném cujo batizado foi celebrado por José Vitório. O texto de Paula ganha contornos ainda mais literários ao descrever os momentos finais do padre:

Agonizante, vendo o sangue tingir as pedras da beira da estrada, amaldiçoou a terra que tanto amara: “De agora em diante, as terras de Gorutuba entrarão em decadência... até que as águas do rio [Gorutuba], numa enchente nunca vista, venham lavar o meu sangue...”. Dizem que a enchente grande ainda não veio e lá estão nas pedras, junto à cruz, as manchas vermelhas desafiando o tempo (PAULA, 2007, p. 388).

Pires, em seu livro *Gorutuba: o padre a bala de ouro* (1982), acrescentou alguns detalhes interessantes com base na pesquisa que realizou na região. Entre outras coisas, afirmou que a maldição, de fato, concretizou-se, mas apenas em parte, pois o rio Gorutuba fora represado e uma parte do povoado de São José do Gorutuba fora inundada pelas águas da represa Bico de Pedra, na década de 1980. “Essas águas, porém, não alcançaram a ladeira do Gravatá e, portanto, não lavaram seu sangue” (PIRES, 1982, p. 153). Outro fato interessante foi a seca de 1890, citada no *Anuario de Minas Geraes*, de Nelson de Senna, que parece ter tido consequências especialmente desastrosas, provocando a emigração de pessoas e de rebanhos deste local: “antes de 1920, a localidade já se tornara a decadente povoação de São José do Gorutuba” (SENNA, 1918, p. 717).

Angelis (1998, p. 171) diz que a explicação pode ser outra: não foi o padre que amaldiçoou São José do Gorutuba, foi Deus!

Deus enviara seu pastor às ovelhas, mas as ovelhas mataram o pastor. Embora tivesse toda sorte de defeitos, enquanto sacerdote, era um enviado de Deus, portador não apenas do corpo fechado, mas partícipe da infalibilidade divina. “Seus muitos defeitos não podiam ser levados em conta devido ao *character indelebilis*, ou seja, por mais que pecasse, continuava, segundo se acreditava, sendo o legítimo representante de Deus”.

Poucos anos antes do padre José Vitório, Saint-Hilaire já havia passado pelas terras norte-mineiras e, ao descrever os costumes religiosos, percebeu a necessidade de ampliar a fé nesta região: “A Igreja de Formigas, muito pequena para a atual população da vila, é pouco ornada no interior... No santuário existem três altares, dois laterais e o do meio. As imagens dos Santos têm na cabeça uma auréola de prata que se coloca e retira à vontade” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 327). O viajante também expôs a simplicidade e a pouca formalidade com que as celebrações eram feitas. “No deserto encontrava um clero desinteressado, ávido por dinheiro, amante da simonia, pouco preocupado com seu rebanho e imerso nos assuntos políticos”

(SAINT-HILAIRE, 1975, p. 310). Assim, os bispados mais extensos faziam com que os superiores não dessem conta daquilo que acontecia em suas dioceses. Saint-Hilaire não deixa de colocar visibilidade ao encontrar elementos do clero completamente interessado nos assuntos políticos, em detrimento das suas funções eclesiásticas.

Costa (1982, p. 14) sintetizou a figura do clero da seguinte forma:

No meado do século XIX, haverá dois tipos de padres: o tradicional imerso na vida do próprio povo, geralmente amasiado, com frequente participação política, e o outro clero, sacerdotes, “reformados”, saídos dos seminários, disciplinados, preocupados com a “cura das almas”, celibatários e alheios a qualquer participação na vida política.

De acordo com Azzi (1989, p. 45), “em Minas Gerais, a reforma do clero iniciou com a nomeação de Dom Antônio Ferreira Viçoso, lazarista, para bispo de Mariana, em 1844, possibilitando uma rígida formação intelectual e religiosa nos seminários. Ao voltar o olhar para o norte de Minas Gerais, temos a imagem de Dom João Antônio Pimenta”. Formado no berço reformador mineiro, o colégio do Caraça, o bispo de Montes Claros propôs várias estratégias para mudar aquela realidade, uma delas foi a institucionalização dos retiros espirituais para o clero (ver Figura 14).

Figura 14 - Retiro espiritual dos padres da Diocese de Montes Claros, em 1944



Fonte: GALLO, Julião Arroyo. *Álbum de fotografias*. Retiro Espiritual dos Padres da Diocese de Montes Claros. 1 fotografia, Porteirinha/MG, janeiro de 1944. O padre Julião é o primeiro em pé, da direita para a esquerda.

Como ação reformadora da Igreja norte-mineira, Dom João Antônio Pimenta também chamou os padres redentoristas e lazaristas para atuarem nas Santas Missões, além disso, reforçou o clero diocesano com a entrada de sacerdotes europeus.

Um destes sacerdotes foi Julião Arroyo Gallo, padre espanhol que chegou em Porteirinha com a missão de promover o Catolicismo institucionalizado na florescente cidade. Apoiado no poder político local, Gallo propôs grandes mudanças na Igreja local: reformou e ampliou a Igreja, uma vez que a cidade crescia e o antigo templo não comportava os fiéis; instituiu as associações religiosas como o Apostolado da Oração, as Filhas de Maria e a Cruzada Eucarística Infantil, mais obedientes e menos autônomas; com isso angariou o apoio do laicato obediente e alinhado à nova hierarquia eclesiástica. Julião institucionalizou e disseminou o Catecismo entre as crianças e participou de forma ativa nos assuntos do Grupo Escolar da cidade, tendo a seu lado diretoras e professoras parceiras/educadoras/fiéis e piedosas católicas. Ele também fez alianças com a elite local representada pelo poder público, por fazendeiros, pelo professorado, por comerciantes da região, mas, também, aliou-se às pessoas simples. Julião Arroyo Gallo foi o responsável por colocar em prática as estratégias de dominação da Igreja, durante o período, na região. Dono de um discurso apologético, no altar da Igreja, no púlpito dos estabelecimentos públicos ou nas rodas de conversas das festas familiares, “denunciou” incessantemente o espiritismo, o protestantismo e o comunismo, inimigos que ameaçavam os projetos da Igreja naquele momento, e promoveu a moralização dos costumes. As antigas tradições da religiosidade popular, mesmo sendo colocadas em um segundo plano, continuavam presentes no cotidiano, inclusive gerando receitas ao patrimônio da Paróquia, como esmolas oferecidas à Nossa Senhora Santana e doações às festividades de Santos Reis⁹². Enfim, estes e outros assuntos serão apresentados no próximo capítulo.

⁹² Livro Caixa da Capela de Senhora Sant’Ana, povoado de Serra Branca. Município de Porteirinha, 29 de setembro de 1954; Livro Caixa da Paróquia de São Joaquim. Município de Porteirinha, 10 de outubro de 1941.

CAPÍTULO III – GÊNESE, SIGNIFICADOS E INFLUÊNCIA DO CATOLICISMO ROMANIZADO EM PORTEIRINHA/MG

Era costume dos poderosos fazendeiros a doação de um patrimônio (pedaço de terra) a um santo da devoção particular e, geralmente, após o levantamento da cruz de madeira, era erguida a capela, e iniciava-se um povoado⁹³. Em Porteirinha esta tradição foi mantida, sua história e fundação estão ligadas a esta devoção.

A constituição da Paróquia São Joaquim e chegada de um padre residente na cidade promoveram uma orientação dos habitantes aos parâmetros do Catolicismo romanizado e tridentino.

Em 8 de outubro de 1941, Julião Arroyo Gallo, o vigário ecônomo das Freguesias de Grão Mogol, Riacho dos Machados e São José do Gorutuba da diocese de Montes Claros, chega em Porteirinha. O panfleto que anunciava sua vinda foi distribuído e “avisava ao povo que o Padre Julião Arroyo Gallo tomaria posse da paróquia na matriz de São Joaquim logo após a sua chegada”. O aviso ainda dizia: “Pede-se a população recebê-lo com às honras catholicas que merece e assistir à sua primeira missa”⁹⁴.

A posse do novo vigário festivamente estendeu-se pelos dias 8 e 9 de outubro de 1941. Sua entrada da cidade foi acompanhada pelo prefeito municipal, comerciantes, profissionais liberais, professoras, delegados, policiais, fazendeiros, além de várias autoridades dos municípios de Grão-Mogol, Riacho dos Machados, São José do Gorutuba e outras localidades vizinhas. Em sua posse, ocorrida na missa da Matriz de São Joaquim, jurou residir dentro dos limites das referidas freguesias, administrar os Sacramentos a tempo e a hora e “com decência requerida, cumprir todas as demais obrigações paroquiais, como convém ao serviço de Deus e à salvação das almas, tendo sempre deante dos olhos as rigorosas contas que terá por isso de prestar no tribunal divino” (LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA DE PORTEIRINHA..., 1941, p. 13).

As festividades prosseguiram com almoço na casa do prefeito municipal, Altivo de Assis Fonseca. No dia 8 de outubro, o prefeito da cidade convidou a sociedade porteirinhense para prestar uma homenagem, no Grupo Escolar, ao padre que acabava de chegar à cidade.

⁹³ O terreno que foi erguida a Capela de São Joaquim de Porteirinha constou de uma doação e está registrada no *Livro de Leis e Decretos municipais* (1929-1934), de Grão Mogol. Detalhes consultar Grão Mogol/MG, 1930.

⁹⁴ Este panfleto foi localizado no Livro pessoal de recortes de jornais e fotografias do padre Julião Arroyo Gallo (1941, p. 129).

Orgulhoso, satisfeito e cheio de expectativas pela chegada do vigário que ajudaria na melhoria espiritual do municipal, o convite do prefeito assim expressava:

AO POVO.

O município de Porteirinha teve a felicidade suprema de receber, ontem, o Revdmo. Sr. Vigario Pe. Julião Arroyo Gallo, para as paróquias, de Grão-Mogol, Riacho dos Machados e S. José do Gorutuba com residencia nesta cidade o que constitui motivo de grande orgulho e satisfação para todos os catolicos desta localidade.

Hoje, às 7 e meia horas da noite toda a população catolica manifestará ao Revdmo. Vigario, Sr. Pe. Julião Arroyo Gallo, seu contentamento e alegria por esse auspicioso acontecimento de importancia vital para o *progresso espiritual e material* do município.

Assim, pois, convido toda a população a tomar parte na justa homenagem que será prestada no salão do GRUPO ESCOLAR à alta autoridade que nos veio honrar com seus valiosos serviços e sua presença entre nós.

Esperando a atenção de todos, antecipo agradecimentos.

Porteirinha, 9 de outubro de 1941.

O Prefeito Municipal,

Dr. Altivo de Assis Fonseca (FONSECA, 1941, s/p, grifo nosso).

Julião Arroyo Gallo, filho de Geronimo Arroyo e Nicolasa Gallo, nasceu no dia 6 de janeiro de 1904 na tradicional cidade católica de Burgos, no norte da Espanha. A 30 de setembro de 1916 entrou para o Seminário Pontifício de Burgos, onde recebeu as ordens sacerdotais em 22 de dezembro de 1928. Padre Julião se destacou em sua formação pela profunda amizade com os livros. Foi vigário da Paróquia de Villaescusa Del Butrón, Arquidiocese de Burgos, até 1933. Neste mesmo período embarcou para o Brasil. Aqui foi vigário nos Estados do Piauí, Maranhão e São Paulo. Em 1941, aos trinta e sete anos, foi nomeado vigário das Paróquias de Porteirinha, Riacho dos Machados e Grão Mogol (GALLO, 1956).

O pároco chegou na região com a perspectiva do homem culto que vinha da Espanha trazendo a sabedoria da academia e do seminário, o segredo dos livros e a tradição do Seminário São José de Burgos. Nessas terras mineiras, via a “dureza do sertão” e as dificuldades materiais; mas também via um terreno promissor. O contraste se instaurou na percepção do vigário que entendia ser também sua tarefa dissipar a ignorância religiosa em uma terra com grande carência de pessoas letradas. Lembra padre Julião em seus primeiros pronunciamentos “que nada existe de mais grave para a Igreja do que a ignorância religiosa. Nada pode nos preocupar mais, a nós sacerdotes prepostos por Deus à frente das Igrejas, do que a falta de divulgação da doutrina” (GALLO, 1941, p. 34).

Imaginemos o tempo e espaço em que o padre espanhol nasceu e viveu: vindo de uma família com profunda tradição católica, ele vive numa Espanha abalada pela Guerra Civil e

dividida, de um lado, dos Falangistas⁹⁵, de tendência fascista e comandados pelo general Francisco Franco, que tinham como objetivo eliminar o crescente movimento comunista na Espanha e que contavam com o apoio dos setores tradicionais e conservadores da sociedade espanhola (Igreja, Exército e grandes proprietários rurais). Do outro lado, a Frente Popular⁹⁶, de tendência esquerdista, que contavam com o apoio dos sindicatos, partidos políticos de esquerda e defensores da democracia.

Toda essa experiência que teve durante a infância e na adolescência alimentou o padre Julião a exemplificar aqui no Brasil o que aconteceu na “Católica Espanha”. Pois, o medo sentido pelo padre foi o mesmo sentido pela Santa Sé e pelo episcopado brasileiro: em um Brasil marcado pela repressão ao Comunismo, especialmente após 1935, a Guerra Civil Espanhola veio servir, na visão das elites brasileiras, como exemplo do que poderia ocorrer aqui caso o Comunismo viesse a encontrar solo fértil. O padre Julião, em 20 de maio de 1944, escreve à coluna religiosa do jornal local:

No Brasil parece que 90% dos cidadãos são batizados, dizem ser católicos. Mas afirmação semelhante foi também repetida na Espanha. Em 1934 dizia-se ainda na Espanha: somos a nação mais católica do mundo. Dois anos depois, onze mil padres foram assassinados, dizimaram em massa milhares de leigos de todos os estados e profissões, 75% de todas as igrejas e casas de culto foram destruídas (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1944, s/p).

Ele estava disposto a demonstrar sua autoridade na divulgação da fé nesta vasta região e denunciar os inimigos da Igreja. Para isso, utilizou inúmeras estratégias durante o tempo que esteve em Porteirinha e deixou um vasto material manuscrito, com riqueza de detalhes. Seus registros abordam temas variados como doutrina, acontecimentos políticos, sociais e religiosos. Com bastante organização, colecionou fotografias, recortes de jornais e revistas, sendo muitos destes escritos por ele. Todo esse material nos ajudou a escrever parte da história. Os escritos de Julião Arroyo Gallo são peças centrais na presente tese.

Ao levantar a pesquisa iconográfica nos álbuns de fotografias do padre Julião, que hoje estão sob tutela do Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Montes Claros, além de pesquisas em

⁹⁵ Os Falangistas também contaram com a ajuda militar da Alemanha nazista e da Itália fascista e tinham por objetivo a implantação de um governo autoritário (SOUZA, 2009).

⁹⁶ A Frente Popular desejava combater o Nazi-fascismo que estava crescendo na Espanha e em outros países da Europa. Defendiam o Governo Republicano e tinham o apoio externo da União Soviética. Todo este embate se intensificou, sobretudo a partir de 1930, quando o General Francisco Franco em 18 de julho de 1936 tentou um golpe de Estado contra o governo democrático espanhol. Porém, não foi bem-sucedido e o país ficou dividido entre falangistas e republicanos, gerando a Guerra Civil Espanhola que provocou milhares de mortes e muita destruição, perseguições e execuções por ambos lados. Em 1939, Francisco Franco saiu vitorioso e implantou um regime ditatorial de direita na Espanha. Para ver detalhes, consultar Souza (2009).

jornais, encontramos uma série de atividades que preencheram o vasto currículo do religioso. O padre marcava presença em inauguração de pontes, festividades municipais e cívicas, criação de associações religiosas, festividades do Grupo Escolar e jardins de infância, criação de paróquias, construção de igrejas, criação de escolas, benção de indústrias, instalação da comarca e cadeia pública, recepção de autoridades do governo, inauguração de posto de saúde, instalação da câmara municipal etc. Além disso, participava ativamente do cotidiano do Grupo Escolar da cidade, das reuniões docentes, fazendo pressão para assegurar as aulas de Ensino Religioso, orientando as professoras na Catequese, ministrando comunhões às crianças, sendo muitas vezes um convidado especial nos eventos escolares.

Assim, a criação da Paróquia São Joaquim de Porteirinha ocorreu em um período em que a Igreja no Brasil trabalhava pela sua romanização. Julião Arroyo Gallo não mediu esforços para que o espírito de mudança católica se concretizasse na cidade. Era necessário como aponta Azzi (2001, p. 34), “arrancar a indiferença e superficialidade religiosa que envolvia o povo e substituir por novas formas que permitissem à fé católica apresentar-se com nova fase”.

3.1 Por uma sacralização da sociedade porteirinhense

Sou cristão... Eis a minha nobreza – E se alguém, de negar a sua fé – Algum dia tiver a fraqueza – Ímpio, sim, brasileiro não é (DOM BOSCO, 1948, p. 517).

Azzi (2008, p. 11) diz que uma das chaves para a compreensão da história da Igreja Católica no Brasil, durante o período das quatro décadas que se inicia em 1922, é o conceito de *Sacralização da sociedade*:

Segundo os prelados, com a organização do Estado leigo [laico], a partir da decretação do regime republicano, a instituição eclesiástica fora marginalizada da vida pública e social. Por essa razão estavam eles realizando um esforço a fim de reconquistar uma posição de privilégio para a crença católica, sob a alegação de que se tratava de um direito assegurado pela própria tradição cultural do país. De fato, a ideia ampla de sacralidade se afunila, em termos concretos, num plano para recatolizar o país.

Uma constante nos jornais regionais era a presença da Igreja. O padre Julião, na medida do possível, procurou assinalar religiosamente a sociedade de então. Em 30 de março de 1947, o diocesano escreve à coluna religiosa do *Jornal de Porteirinha* um interessante texto no qual defende a reconquista católica e seus privilégios por meio dos longos anos de tradição religiosa

no país e pela sua história social, jurídica, política e cultural, ou seja, “a mesma unidade que formou o Brasil pela língua e pelo governo, deveria permanecer na crença religiosa católica”.

O texto argumenta sobre estes itens nos seguintes termos:

A Igreja e o Brasil

A História do Brasil está intimamente ligada à Igreja, e seria um ato de loucura tentar separá-las.

Não foi o idioma unicamente que manteve a unidade espiritual na unidade territorial brasileira. Não foi também o governo unitário que operou o prodígio. Foi, principalmente, a crença religiosa, a única, indivisível, imutável, eterna.

A cruz que o almirante lusitano plantou pela primeira vez na terra descoberta nunca mais deixou de cobrir-nos com a sua sombra e de esclarecer-nos com sua luz. Batizada com o nome da Cruz de Cristo, novamente as circunstâncias, conjugadas ao desejo de afastar dela a Cruz, porque assim pensavam inutilizar o esforço cristão, fizeram com que o nome fosse substituído, embora ostentasse no seu firmamento o Cruzeiro eterno das estrelas. Mas a Cruz continua, apesar de tudo a ser no Brasil o símbolo augusto da nossa terra.

O Brasil, como ninguém ignora, deve à Igreja os maiores assinalados serviços. No desbravamento dos sertões, na fundação das cidades, na criação de escolas, de hospitais e asilos, a Igreja sempre esteve à frente catequizando, alfabetizando e enxugando lágrimas (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1947, p. 20, grifo nosso).

Vemos uma Igreja que se sentia a mais importante e julgava que todos deveriam render a ela os serviços de estruturação material e espiritual prestados pelo país. Na área educacional, a Igreja fez pressão para que o Estado desse a ela plena liberdade de cumprir sua missão divina e espiritual de educar crianças e jovens. A mensagem do excerto anterior recai sobre os longos anos de hegemonia da Igreja Católica no país. Observe que o padre indaga e cobra o primeiro nome do Brasil, que era uma invocação santa: a “Terra de Santa Cruz”. O padre argumenta: “fizeram com que o nome fosse substituído, embora ostentasse no seu firmamento o Cruzeiro eterno das estrelas”⁹⁷.

Existe outro aspecto fundamental que se deve levar em conta no estudo deste momento histórico. Para realizar seu projeto, a Igreja Católica no Brasil contou com a direta colaboração e orientação da Cúria Romana. Mais ainda: é a partir de um estímulo vindo da própria Santa Sé que a Igreja aqui no Brasil se lançou nessa campanha, que envolveu como um dos seus

⁹⁷ A carta de Pero Vaz de Caminha denominou inicialmente as terras de *Vera Cruz*. Cabral, com espírito medievalizante, depois a chamou de *Terra de Santa Cruz*. Segundo Laura de Mello e Souza (2001), esse nome já aparece em cartas e mapas italianos do princípio do século XVI, assim como outros nomes, como *Terra dos Papagaios* ou *America vel Brasilia sive papagalli terra*. De acordo com Abreu (2000), o nome *Brasil* – ou *Bracil*, *Brazille*, *Bresilge*, *Bersil*, *Braxill*, *Braxili* – já existia em diferentes mapas europeus para designar um incerto lugar geográfico, ilhas ou arquipélagos, nos confins do mundo, cuja existência mítica a prática navegante dissiparia.

elementos essenciais: a romanidade. Padre Julião, em seus sermões, manifestava-se deixando claro aos seus paroquianos a representação do papa para o mundo católico:

Depois de Deus o seu primeiro pensamento dirige-se para o Santo Padre, o Papa, ao doce Cristo na terra, Bispo de Roma e Pastor Universal da Igreja. Exorta a obrigação de venerar e amar ao Santo Padre, amando ao Santo Padre, amamos a Santa Igreja e servimos a Deus, pois ele é o legítimo sucessor de São Pedro, chefe ministerial da Igreja e supremo representante de Cristo na terra (GALLO, 1941, p. 44).

O discurso sobre a sacralização acaba significando, em termos efetivos, um esforço de romanização, ou seja, de imposição dos princípios centralizadores da Igreja Romana sobre a sociedade brasileira. O principal mentor desse projeto foi o arcebispo Dom Leme (VILLAÇA, 2006). Ao tomar posse da Arquidiocese de Olinda em 1916, Dom Sebastião Leme publicou uma carta pastoral sobre o ensino religioso, que passou a ser considerada, a partir dos anos 1920, como um verdadeiro programa de ação pastoral para todo o país. Tal era, de fato, a intenção do arcebispo, conforme sua própria declaração: “desconhecendo ainda as circunstâncias locais de nossa arquidiocese, queremos tratar daquilo que no Brasil de hoje mais necessário se nos afigura”⁹⁸ (LEME, 1916, p. 18).

Não obstante, foi apenas com a transferência de Dom Leme para o Rio de Janeiro como arcebispo-coadjutor, em 1921, que esse projeto católico adquiriu uma dimensão verdadeiramente nacional. Muito concorreu para isso a propaganda realizada por Jackson de Figueiredo⁹⁹ sobre esse documento, ao qual devia, em parte, sua volta ao Catolicismo. Para

⁹⁸ Para detalhes, consultar Leme (1916).

⁹⁹ Jackson de Figueiredo nasceu em Aracaju/SE no dia 9 de outubro de 1891. Iniciou seus primeiros estudos no Ateneu Sergipense e no Ginásio Alagoano. Com desejo de estudar Direito, transfere-se em 1913 para a Bahia, onde ingressa na Faculdade de Direito da Bahia. Sua graduação foi em um período de aridez espiritual. Logo após concluir o curso, segue para o Rio de Janeiro a fim de fazer sua carreira profissional. Era dotado de uma inteligência impressionante, foi jornalista, ensaísta, filósofo e político. Foi nesta cidade, reduto do catolicismo intelectual da época, que publicou seu primeiro livro, *Algumas Reflexões Sobre a Filosofia Farias Brito*, em 1916. Ao ter contato com a carta pastoral de Dom Sebastião Leme, em que o prelado critica duramente os católicos por sua inércia – “*Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo? É evidente, pois, que, apesar de sermos a maioria absoluta do Brasil, como nação, não temos e não vivemos vida católica. Quer dizer: somos uma maioria que não cumpre seus deveres sociais. Obliterados em nossa consciência os deveres religiosos e sociais, chegamos ao abuso máximo de formarmos uma grande força nacional, mas uma força que não atua e não influi, uma força inerte. Somos, pois, uma maioria ineficiente*” (VILLAÇA, 2006, p. 153-154) – Jackson procurou-o no palácio São Joaquim, tendo recebido o sacramento da Confissão dias depois. Com uma personalidade de liderança e hábil facilidade para reunir amizades para uma causa, fundou a revista *A Ordem* em 1921, e, logo em seguida, em 1922, o Centro Dom Vital, centro irradiador do pensamento católico no Brasil que marcou profundamente e fez sentir a força dos católicos nas décadas seguintes. Jackson de Figueiredo faleceu aos 37 anos, no dia 4 de novembro de 1928, ao pescar com seu filho e um amigo na capital carioca, caiu acidentalmente no mar e afogou-se (VILLAÇA, 2006).

Azzi (2008, p. 12), em 1938, “o documento de Dom Leme era a carta pastoral do Brasil”, evocando o entusiasmo de Jackson Figueiredo por esse manifesto: “realmente a leitura daquelas páginas só pode deixar indiferentes os que não amam a Igreja e o Brasil” (VILLAÇA, 2006, p. 155). Jackson, profundamente nacionalista, via na pastoral de Dom Leme a Pastoral do Brasil. Essa carta-manifesto foi o documento inspirador da orientação pastoral da Igreja no Brasil durante o período de quatro décadas que antecederam o início do Concílio Vaticano II, em 1962.

Segundo Azzi (2008), na mentalidade eclesiástica, os verdadeiros valores do mundo eram aqueles que traziam a conotação espiritual, sobrenatural e religiosa. Simultaneamente, os aspectos materiais e concretos da existência humana eram considerados de menor importância e, por vezes, até prejudiciais, quando apreciados em demasia.

Sobre os aspectos sagrados, o padre Julião afirmou: “viver é lutar; lutar com as dificuldades externas e internas, materiais e morais. Viver é cumprir a vontade de Deus que destinou o homem para fins superiores, para a santidade, que terá sua glorificação no céu” (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1941, p. 2). Esta mentalidade, portanto, foi emblemática em dois importantes eventos na cidade: o primeiro, durante a instalação do Poder Judiciário e da Comarca; o segundo, na inauguração da biblioteca do Grupo Escolar João Alcântara, que apresentaremos a seguir.

“No alvorecer do dia em que o Poder Judiciário foi instalado em Porteirinha, vinte e um tiros anunciavam o início de uma nova era para Porteirinha”, assim era retratada a abertura das solenidades da instalação da Comarca, realizada no dia 24 de setembro de 1950, pelo *Jornal de Porteirinha* (1950, p. 1). No auspicioso evento, às 9 horas, em frente ao novo edifício do Fórum, o padre Julião celebrou o “Santo Sacrifício da Missa assistido por uma grande massa humana jamais verificada”. Nele se fizeram presentes representantes do governador do Estado, juízes de paz de diversas localidades, prefeito municipal local e das cidades vizinhas, representantes de todas as vilas do município, professoras, comerciantes e inúmeros habitantes da cidade, dentre eles crianças, homens, mulheres e idosos¹⁰⁰ (conferir Figura 15).

Ao fazer a leitura do Evangelho de Mateus 22, o padre proferiu seu sermão abordando um tema bastante pertinente à Igreja naquele momento: a representação da relação entre o Cristianismo e a autoridade secular, ou seja, ele mostra uma forte característica da concepção

¹⁰⁰ COMARCA DE PORTEIRINHA. Ata da Instalação da Comarca de Porteirinha. In: *Livro de lavratura dos termos de audiência deste Juízo*. Porteirinha/MG, 24 de setembro de 1950, p. 1-3.

de Igreja Sociedade Perfeita: uma sociedade juridicamente perfeita, dividida entre o governo do gênero humano e o do gênero eclesiástico.

Figura 15 - Missa campal durante a instalação da Comarca de Porteirinha



Fonte: CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE MONTES CLAROS. *Acervo Fotográfico*. Missa campal em frente ao Forum na instalação da Comarca de Porteirinha. 1 fotografia, Montes Claros/MG, setembro de 1950a.

A famosa frase “Dai a Deus o que é de Deus e a César o que é de César”, proferida logo no início, convidou todos a refletir acerca da forma como as pessoas deveriam equacionar a relação entre as realidades de Deus e as do mundo. O texto inicia-se com um elogio a Jesus pelos herodianos e fariseus, inimigos de Jesus. Na sequência, preparando-lhe uma inteligente armadilha, fazem uma pergunta acerca do pagamento de impostos. Recorramos ao texto bíblico: “Mestre, sabemos que és verdadeiro e que, de fato, ensinas o caminho de Deus. Não te deixas influenciar pela opinião dos outros, pois não julgas um homem pelas aparências. É lícito ou não pagar o imposto a César?” (BÍBLIA SAGRADA, Mt. 22, 16, p. 1210).

Observe que, se Jesus respondesse “sim”, seria acusado de peleguismo, de colaboracionismo com os opressores romanos; se respondesse “não”, seria acusado de revoltoso e subversivo antirromano diante do governador Pôncio Pilatos pelos seus próprios inimigos; se respondesse “não sei”, seria desmoralizado pelas pessoas. Mas, reconhecendo a malícia, Jesus, astutamente, pede uma moeda e pergunta: “De quem era a inscrição?”. Os interlocutores respondem: “De César”. Jesus interpela: “Então, se usais a moeda de César, é porque César é

quem manda de fato”. Jesus conclui: “Dai, pois, a César o que é de César, mas dai a Deus o que é de Deus”.

A mensagem que o padre Julião quis trazer à luz foi que, à primeira vista, Jesus estaria dividindo o mundo, as realidades, em duas áreas: uma para Deus e outra para César. No entanto, conforme o clérigo, ao ensinar a dar a César o que é de César, Deus convida todos a respeitar as estruturas da sociedade humana, a levá-las a sério, a bem viver nelas. César, naquele momento, significava a nova instituição jurídica que estava sendo instalada na cidade, com toda sua riqueza e complexidade. César é a política, a Pátria, a família, o trabalho, o esporte, a educação, enfim, tudo quanto é humano e legítimo pode e deve ser apreciado e respeitado pelos cristãos. Mas, ao ensinar e exortar a dar a Deus o que é de Deus, o padre Julião recorda com toda seriedade que somente Deus é Deus. Diz o padre: “E o que se deve dar a Deus? Tudo; absolutamente, tudo! De Deus é a nossa vida, de Deus é a nossa morte, de Deus é tudo quanto temos, vivemos e somos: Dai a César o que é de César, mas recordai que também César pertence a Deus! César não é Deus!” (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1950, p. 1).

Ao transportar a ideia da passagem bíblica para aquele momento, Julião faz um comparativo da resposta de Jesus Cristo aos planos humanos:

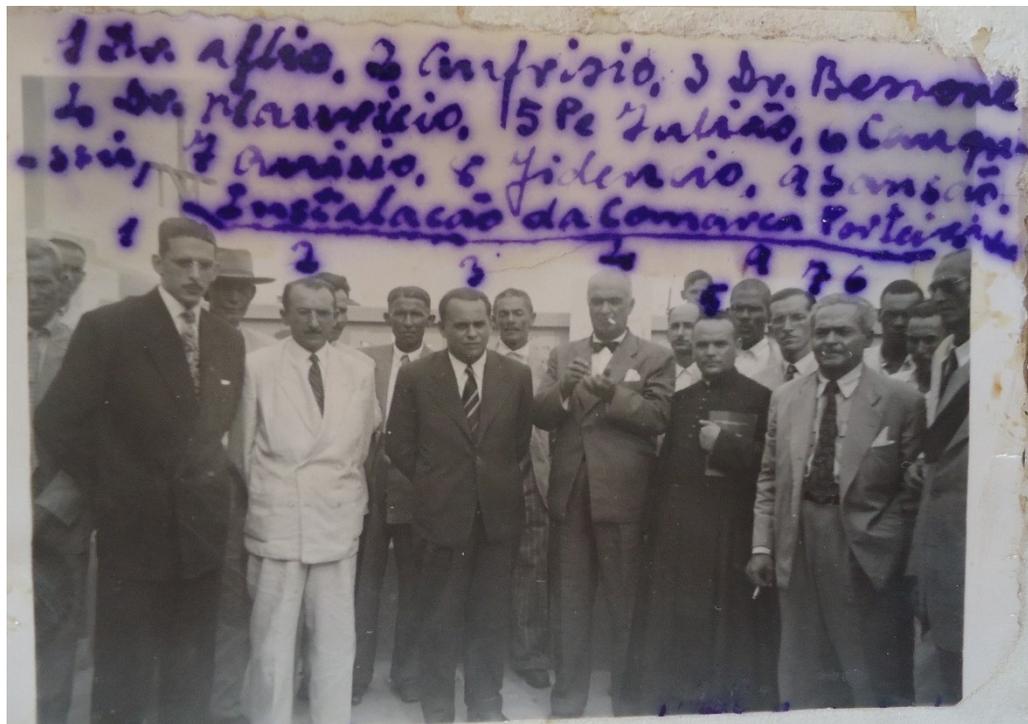
Se César se julgava Deus, era chamado “Divino César”, considerava-se senhor da vida e da morte. Ora, Jesus nega a César tal pretensão. César é somente César e, como César, morrerá! Somente o Senhor é Deus! A ciência não é Deus, a tecnologia não é Deus, os grandes do mundo não são Deus (ibidem, p. 1-2).

Enfim, o padre fecha sua reflexão ao dizer que, embora sejam criações de Deus, o trabalho dos juízes e suas sentenças não são divinos¹⁰¹. Apesar de que os homens deveriam respeitar as decisões da justiça daquela Comarca e manter a ordem no mundo, eles também nunca poderiam perder de vista que toda autoridade está sob o jugo de Deus, “pois Ele é a prioridade e o senhor de toda existência” (ibidem, p. 2). A Igreja atuou como exclusivamente dona da verdade, julgando ter a solução para todos os problemas, a partir de uma perspectiva

¹⁰¹ Durante o período imperial brasileiro, todos os componentes de um processo judicial tinham que jurar sobre um volumoso exemplar da Bíblia Sagrada posta tradicionalmente à mesa do juiz. O magistrado também deveria, sob o olhar e a bênção do Cristo Crucificado pendurado na parede, proferir suas sentenças. Pires (1982, p. 43) descreve com detalhes o salão de audiência do Fórum de Grão Mogol em 1860, data em que José Vitório, pároco de São José do Gorutuba, foi julgado: “Temperatura agradável fazia no amplo salão de audiência, cuja construção era de paredes de pedras aleitadas, típicas na cidade de Grão Mogol. Sobre a mesa colonial do juiz, um exemplar volumoso da Bíblia Sagrada; e bem acima da cadeira destinada ao magistrado, pendurada na parede, quase junto ao forro de grossas e largas tábuas, uma grande e descolorida imagem de Cristo Crucificado. Todas as testemunhas arroladas no processo juraram dizer a Verdade, pondo no sincronismo da voz o gesto solene da mão espalmada sobre os Santos Evangelhos”.

puramente teológica. Para finalizar a análise deste momento, após o discurso, retumbou no edifício uma prolongada salva de palmas por todos os presentes (conferir Figura 16).

Figura 16 - Padre Julião e autoridades na instalação da Comarca de Porteirinha



Fonte: CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE MONTES CLAROS. *Acervo Fotográfico*. Autoridades política e religiosa na instalação da Comarca de Porteirinha. 1 fotografia, Montes Claros/MG, setembro de 1950b.

Também podemos notar aspectos da concepção Sociedade Perfeita em discursos que envolvem a área da educação. Em 1952, na inauguração da biblioteca do Grupo Escolar João Alcântara, ao lado de autoridades políticas, civis, militares e comunidade escolar, o padre Julião fez um discurso que se tratava da educação das crianças e jovens. Enriquecido com passagens bíblicas e amparado por trechos da encíclica *Divini Illius Magistri*, o discurso, inicialmente, direcionou-se, às professoras do Grupo Escolar:

Caríssimas professoras,
 Vocês são representantes aqui na terra do Divino Mestre. Mesmo os pecadores e indignos, Jesus abraçou com a imensidade do seu amor a todos os homens. Mas mostrou de forma muito peculiar como devemos amar com ternura as crianças, exprimindo-se por aquelas tão comoventes palavras: “*deixai vir a mim as criancinhas*” (Mc. 10:14). Deste modo, caras docentes, nós temos procurado mostrar também em todas as ocasiões a predileção verdadeiramente paternal que lhes consagramos, especialmente com os assíduos cuidados e oportunos ensinamentos que se referem à educação cristã da juventude desta cidade neste educandário (GALLO, 1952, p. 212, grifo nosso).

Para o padre, a escola era o terreno onde não se podia excluir os ensinamentos cristãos católicos. Ao citar o trecho bíblico “deixai vir a mim as criancinhas”, referiu-se ao modo de predileção que Jesus Cristo teve para com este público. Deste modo, ele compara a ação de Jesus à das professoras, ou seja, elas também são responsáveis por lançar esse olhar especial às crianças e jovens, acolhê-los, iniciar o aprendizado sistematizado e inculcar lições de moral e de fé. A escola, portanto, foi locus privilegiado onde se formou a alma das crianças e da juventude. Na visão do padre, a educação foi um problema de estrita competência da Igreja:

Em quase todo o mundo se debate hoje a questão escolar. Na verdade, nunca como nos tempos presentes, se discutiu tanto acerca da educação; por isso se multiplicam os mestres de novas teorias pedagógicas, se propõem e discutem métodos e meios, não só para facilitar, mas também para criar uma nova educação de infalível eficácia que possa preparar as novas gerações para a suspirada felicidade terrena. É que os homens, criados por Deus à sua imagem e semelhança, e destinados para Ele, perfeição infinita, encontram-se hoje, mais que nunca, na abundância do progresso material hodierno, assim também sentem em si mais vivo o estímulo infundido pelo Criador na mesma natureza racional, para uma perfeição mais alta, e querem consegui-la principalmente com a educação (GALLO, 1952, p. 213).

Julião cita o nível do desenvolvimento científico e pedagógico que o homem alcançou. Fala das abundâncias materiais que as pessoas conseguiram e do valor que a educação tem neste processo. No entanto, realça que tudo isso provém de Deus, “perfeição infinita”, e alerta que as pessoas nunca devem se esquecer deste ensinamento:

Todavia, muitas pessoas pretendem derivar este desenvolvimento exclusivamente da própria natureza humana e atua-la só com as suas forças. Dai errarem facilmente nisto, pois se concentram em si mesmos, vibrando-se exclusivamente com as coisas terrenas e temporais, em vez de dirigirem o alvo para Deus, primeiro princípio e último fim de todo o universo (ibidem, p. 213).

A partir desse momento a autoridade religiosa fala com detalhes como será a “verdadeira educação”, a educação de Cristo:

É mister inculcar nos meninos o amor ao trabalho, o dever, a atividade, a frugalidade, o bom emprego do tempo, a probidade, a sinceridade absoluta, o domínio sobre si próprio, a acatamento aos direitos do próximo, a obediência devida da lei, a decência, a morigeração, a pureza, a polidez da linguagem, a lealdade, a caridade, o amor à pátria. É de fato, um *ato moral e cristão*, a educação pelas professoras aos *futuros cidadãos* que reconhecem sempre Deus como princípio (ibidem, p. 213, grifos nossos).

Veja que o Estado tem a obrigação de exigir que as pessoas exerçam sua cidadania. Ele não pode exigir que as pessoas sejam religiosas, católicas, protestantes etc. Exigir religião é naturalmente contraditório com a proposta do Estado laico, que deve se pautar pela cidadania e pela liberdade de credo. O Estado não pode fazer uma imposição àqueles que não creem ou creem de uma forma que não seja a católica.

O padre ataca o laicismo e os princípios republicanos da escola, em cujo chão estava pisando:

Na moral laica, a moral independente de Deus, é cheia de perigos para a dignidade humana e o futuro da sociedade, mormente mina todos os baluartes erigidos contra a invasão do socialismo e do seu irmão inseparável o anarquismo. Pela negação prática de Deus, da alma, da imortalidade. [...] Onde está a salvação? Somente a influência do Cristo é capaz de revocar e de preparar as almas para a virtude e o espírito para a ciência, para o sacrifício e o dever (GALLO, 1952, p. 213-214).

Mais do que evangelizar, tratava-se de conservar e proteger contra possíveis inimigos da instituição eclesiástica. Daí o uso da linguagem e métodos pouco respeitosos contra os que estivessem além das trincheiras da Igreja Católica. Veja que a orientação do padre era a tridentina, ou seja, a de que a escola estaria a serviço de Deus ou contra Deus, indiferente nunca. Por fim, invocando a passagem bíblica, chama novamente a atenção das professoras:

E Jesus disse: “Em verdade vos digo que qualquer que não receber o reino de Deus como menino, de maneira nenhuma entrará nele. E, tomando-os nos seus braços, e impondo-lhes as mãos, os abençoou” (Mc. 10:15). Minhas professoras, é missão divina a de vocês impor a mão sobre as crianças, ensiná-las e abençoá-las todos os dias (ibidem, p. 214).

Enfim, era clara a ideia de uma escola confessional, católica, em detrimento de uma escola pública e laica. Na concepção tridentina, era inadmissível que o Catolicismo não tivesse seu espaço. Além das instruções básicas, as crianças e adolescentes recebiam a educação religiosa católica para formar sua alma e seu caráter de acordo com os princípios cristãos. A Igreja Católica se via como *Mater et Magistra* (Mãe e Educadora).

Estes adjetivos autodeclarados vinham da encíclica *Divini Illius Magistri*, do papa Pio XI, que dizia:

Para este efeito é indispensável que todo o ensino e toda a organização da escola: mestres, programas, livros, em todas as disciplinas, sejam regidos pelo espírito cristão, sob a direção e vigilância maternal da Igreja Católica, de modo que a Religião seja verdadeiramente fundamento e coroa de toda a instrução,

em todos os graus, não só elementar, mas também média e superior (PIO XI, 1929, p. 21).

Veremos, nos capítulos 4 e 5, se o pedido pontifício foi atendido pelas professoras do Grupo Escolar João Alcântara. No entanto, já adiantamos que as professoras católicas, revestidas pelo poder público, tomavam decisões para os alunos não católicos.

Quando se fala em sacralização da sociedade, trata-se de ampliar a influência da concepção Sociedade Perfeita e o privilégio de ser reconhecida como a exclusiva fonte de orientação moral para as pessoas. O que a Igreja Católica desejava era que o Brasil fosse regido por uma ordem cristã. Em carta dirigida a Carlos de Laet, Dom Leme declarava em tom categórico: “A nós, homens de fé de Igreja, cabe impor ao mundo a ordem cristã” (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 53). Por seu turno, em 1943, o político e jornalista Mesquita Pimentel reafirmava a necessidade de uma nova ordem social: “ou será cristã, ou não será, isto é, não terá possibilidade de durar”. Nessa perspectiva, deveriam ser eliminadas as crenças que não se mostravam estritamente fiéis ao pensamento cristão. Deveriam ser rejeitados, tanto as manifestações espíritas, como os cultos afro-brasileiros.

Defendendo a cultura europeia e cristã como o modelo a ser seguido, em Porteirinha, o padre Julião escreve a seus paroquianos a seguinte mensagem:

Parece-me que nada posso desejar melhor ao Brasil do que seguir avançando na linha do maravilhoso progresso, do qual já está vigorosamente animado e continuar, ao mesmo tempo, fiel às suas origens e às suas tradições. Estas derivam, indubitavelmente, da civilização europeia e, portanto, de uma fonte fundamentalmente cristã. São religiosas e católicas. Temos sempre considerado e admirado o Brasil como uma jovem nação católica e quero conservar a esperança de que sempre saberá encontrar, nesta qualificação, as razões e energias necessárias para ocupar o lugar que lhe corresponde no mundo e para cumprir, na História, a missão para a qual a Providência parece havê-la destinado (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1947, p. 5).

Do ponto de vista cultural, o Brasil não só continuava como um país com pretensões de possuidor de uma “cultura europeia”, como também crescia o movimento de europeização pela sacralização do país. Para Silva (2005, p. 199), “era comum muitos religiosos estrangeiros chegarem ao Brasil e impor a cultura do exterior. Nem sempre percebiam que a nova realidade já trazia em si seus próprios elementos de civilização”. Essa visão cultural do nosso mundo político ou intelectual fazia com que os valores culturais afro-brasileiros ou indígenas fossem vistos como simples expressões “selvagens”. O mito da civilização, que era contraposto às expressões “selvagens”, tinha como padrão a Europa Ocidental. Para uma pessoa ser

considerada culta ou civilizada deveria se conformar ao modelo cultural europeu, de forma que havia uma perfeita correspondência, no âmbito cultural, daquilo que sucedia no âmbito político-econômico ou social, “ou seja, os mesmos dominadores político-econômicos eram também os que impunham sua ‘fôrma cultural’ como padrão. Dentro dessa visão, as formas culturais da maior parte dos brasileiros só podiam se manifestar dentro do seu mundo restrito” (HAUCK, 1985, p. 180).

Nesta perspectiva, em um outro texto intitulado *O Carnaval e o Samba*, Julião criticou alguns elementos herdados da cultura africana:

O carnaval de 1939 já começou. Mal terminam as festas de Natal e já a *zabumba* ensurdecidora do Momo começa a escaldar o juízo do povo. O rádio e a imprensa não fallam de outra coisa. Batalha de “confetis”, paradas de beleza, concurso de rainhas, phantasias, bailes, cordões, etc. etc. E em tudo, acima de tudo, o “samba”. É a musica com letra bem *acanalhada*, *brejeira* e *immoral*. A negação da arte. E dizem por ahí os historiões carnavalescos que é o samba a gloria do Brasil! Triste gloria! *A musica do carnaval é uma vergonha*.

O prefeito da Capital resolveu não officializar o carnaval, fazendo com isto, uma economia de 1.500 contos os quaes serão destinados ás obras de assistencia.

O Commando Geral da Força Publica de Minas Geraes, no anno passado, proibiu a todos os elementos daquella corporação de tomarem parte nas festas do carnaval. Eis o texto com as razões que justificam: “*É a pura gritaria e sapateado do africano ou do indio selvagem. A letra é francamente imoral*”. [...] Para o bem particular e do Brasil, desejaríamos que a attitude do Commandante da Força Publica de Minas Geraes tivesse imitadores (GALLO, 1939, p. 13, grifos nossos).

O padre toma dois exemplos: o primeiro se refere ao prefeito da capital do Estado que, além de não oficializar a festa de carnaval, passa o recurso financeiro para as obras da assistência à Igreja Católica. O segundo exemplo é o do comandante da Força Pública de Minas Gerais, que proíbe seus subordinados a participarem do carnaval. A Igreja vai endossar a atitude autoritária e intolerante do prefeito e do líder da Polícia Militar. As manifestações culturais e religiosas dos negros e dos índios eram consideradas baixas, imorais e vulgares; tudo que não provinha da cultura europeia, branca, tida civilizada, deveria ser censurado e banido do meio social.

Outra preocupação permanente da Igreja Católica do Brasil foi com o espaço conquistado pelos espíritas kardecistas¹⁰². Em 1916, diz Dom Leme: “com mágoa assistimos à

¹⁰² Espiritismo, Doutrina espírita, Kardecismo ou Espiritismo kardecista é uma doutrina religiosa e filosófica mediúnica. Foi criada pelo pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, usando o pseudônimo Allan Kardec. Ele definiu o espiritismo como a doutrina fundada sobre a existência, as manifestações e o ensino dos espíritos.

invasão ameaçadora do espiritismo, ao qual, sempre ávido de maravilhas, se filia o povo” (DOM LEME, 1916, p. 47). Conforme o pensamento eclesiástico, “a crença nos espíritos estava ocupando um espaço exclusivo da fé cristã, desviando a população do caminho do bem e da verdade”. Em 1942, o redator da revista *Voices* alertava sobre o perigo do Espiritismo como “um movimento que intelectualmente predispõe à loucura, religiosamente origina crassas confusões e estabelece dentro da unidade religiosa nacional os germens da desavença”. Solicita que “a polícia fiscalize esse movimento, fechando todas as portas para um desenvolvimento maior”. E conclui: “Não nos iludamos, o espiritismo será um desastre para a nação! Ele não merece as regalias que a constituição outorga!” (VOZES, 1942, p. 322).

No norte de Minas Gerais, Ricardo Alfredo Gnani, pároco de Riacho dos Machados, apreensivo com os resultados e com o “estrago” que o Espiritismo estava fazendo na região, em 2 de fevereiro de 1914, escreve a seguinte mensagem no Livro do Tombo:

Nos ultimos annos que o Senhor Pe. Francisco Nunes dos Santos governava esta freguezia, um publico professor chamado “Cicero dos Santos Pereira”, juntamente com a propria Senhora Dona Guiomar Lellis, principiou a propagar a doutrina, ou, para melhor dizer, o erro diabolico do Espiritismo que tantas almas afastou do gremio da Igreja Catholica e que infelizmente ainda agora acham-se no erro abominavel de Allan Kardec. Pessoas que até então frequentavam a Igreja, a abandonaram de repente; combatem a religião menoscabando do sacramento do matrimonio, dizendo que o casamento verdadeiro é o “acto civil” e alguns no Riacho dos Machados ainda tem os proprios filhos, já quasi adultos, privados do sacramento do Baptismo. Este erro, por meio sempre do professor Cicero, foi rapidamente propagado na vizinha Parochia de São José do Gorutuba, onde fez estragos enormes no seio da Igreja Catholica, separando d’ella innumeradas familias. Muitas crianças foram baptizadas no erro do Espiritismo e isto por obra de tres pessoas, porque aproveitando da propria autoridade de pae arrogaram-se o direito de impor a propria vontade aos mais fracos, baptizando os proprios filhos, netos, parentes e filhos de amigos na superstição espirita.

Eu trabalhei indefesamente para atalhar este erro pernicioso; soffri immensamente; está quasi acabada esta triste propaganda, mas ficarão as consequencias, os effeitos maus desta falsa doutrina, ficou a indifferença religiosa que é um grande mal moral.

Segundo Kardec, o espiritismo aliará ciência, filosofia e religião buscando uma melhor compreensão não apenas do universo tangível (científico), mas também do universo a esse transcendente (religião). O termo *Spiritisme* foi criado por Kardec em 1857 para definir o corpo de ideias reunidas em sua obra *O Livro dos Espíritos*. Sua doutrina é baseada em cinco obras básicas. Esses livros foram escritos por Kardec após a observação das mesas girantes, fenômeno que ele afirmava ser causado pela manifestação de inteligências incorpóreas ou imateriais, os espíritos. A codificação espírita foi publicada entre 1857 e 1868, sendo composta por *O Livro dos Espíritos*, *O Livro dos Médiuns*, *O Evangelho segundo o Espiritismo*, *O Céu e o Inferno* e *A Gênese*. Mesmo não sendo reconhecido como ciência, seus adeptos consideram-no uma doutrina de cunho científico-filosófico-religioso voltada para o aperfeiçoamento moral do homem e acreditam na possibilidade de comunicação com os espíritos através de médiuns. O Espiritismo também é conhecido por influenciar e promover um movimento social de instituições de caridade e saúde, que envolve milhões de pessoas em dezenas de países (KARDEC, 2013).

O Senhor Pe. Francisco Nunes dos Santos saíu no mez de agosto do anno de 1906, de maneira que ficou no Riacho [dos Machados] 21 annos (LIVRO DO TOMBO DA FREGUEZIA SANTO ANTONIO DE PADUA, 1914b, p. 4-6).

O Espiritismo chega ao Brasil em 1870 junto com as ideias que vinham de fora, como o Darwinismo, o Evolucionismo e o Positivismo. Segundo Fernandes (2008), no final do século XIX e início do século XX, o Brasil experimentou um dos momentos mais inovadores de sua história. Os debates introduzidos pelas revoluções científicas se acirraram. O positivismo dava a nota final em muitas polêmicas, a ciência aparecia como a guardiã de todos. A República seria o sistema mais racional de governo e o abolicionismo uma necessidade (FERNANDES, 2008). É esse ambiente que o Espiritismo encontrou quando chegou no país.

O norte de Minas Gerais, longe dos grandes centros urbanos, vai experimentando esta nova orientação religiosa e causa, evidentemente, preocupação à hierarquia católica. Pouco mais de 40 anos após os primeiros registros da entrada do Espiritismo no Brasil, o padre Ricardo Gnani registrou as ações dos “propagadores da doutrina”, ou como o padre diz, “do erro diabolico do Espiritismo que tantas almas afastou do gremio da Igreja Catholica”. Pelos dados colhidos, a nova orientação liberal chegou em Riacho dos Machados pelo professor público Cicero dos Santos Pereira e de lá foi levada para São José do Gortuba. Infelizmente não obtivemos informações mais detalhadas acerca do referido professor, mas certamente a escola pública nestas localidades foi fator fundamental na propagação e circulação das ideias liberais, sobretudo no que se refere à liberdade religiosa e de pensamento. Por meio destas fontes documentais, podemos afirmar que a escola no norte de Minas Gerais foi palco de disputas entre católicos e liberais¹⁰³.

¹⁰³ A disputa entre católicos e liberais foi demonstrada exemplarmente na obra *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais*, de Carlos Roberto Jamil Cury, que é a transposição, em livro, da dissertação de mestrado do autor na PUC/SP, defendida em 1977. Prefaciado por Alceu Amoroso Lima, é uma obra de 201 páginas e contém uma introdução do autor, cinco capítulos e uma bibliografia. Nela encontramos um estudo histórico-crítico das posturas ideológicas de católicos e liberais expressas nos debates travados por volta de 1930-34, quando foram ventilados os princípios educacionais que deveriam figurar na nova Constituição. Esses princípios, formulados a partir das posições de dois grupos – o dos católicos e o dos chamados pioneiros da Escola Nova – foram fruto, principalmente, do embate entre as ideias do padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima, de um lado, e de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, de outro. E a história das representações opostas que os dois grupos criaram para alicerçar e justificar suas reivindicações para a educação brasileira, que Cury apresenta por meio do exame dos discursos dos intelectuais envolvidos no processo. O livro examina a noção da ideologia dizendo que pretende usar o termo em dois sentidos, complementares entre si. O primeiro sentido, buscando as bases em Adam Schaff, baseia-se em uma descrição funcional. E o segundo é aquele que define a ideologia a partir das classes sociais. Sobre o contexto da época, situa o autor que desde a primeira Grande Guerra acontecimentos significativos assinalam no Brasil a necessidade de uma nova configuração na organização sociocultural. A obra cita as insatisfações regionais, a fundação do Partido Comunista, a Semana da Arte Moderna, a reorganização da Igreja Católica e a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) como elementos internos que provocaram insatisfações nas classes sociais. A Igreja Católica no Brasil está contextualizada, até a Proclamação da República, mais como “Aparelho do Estado” do que ligada à Santa Sé. Nem o rompimento republicano com a questão do Padroado abalou esta aliança entre Igreja e Estado que continua, até mesmo sendo o Brasil considerado uma nação católica. Em 1933 é

No Livro do Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Grão-Mogol ficou registrada a famosa Carta Pastoral Coletiva do cardeal arcebispo metropolitano de São Sebastião do Rio de Janeiro, Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, dirigida ao clero e aos fiéis, em 17 de janeiro de 1915¹⁰⁴, mais conhecida como a Pastoral Coletiva de 1915, que desempenhou um papel fundamental e incomparável na construção de toda a Igreja Católica Romana no Brasil. As longas páginas transcritas no livro representavam a principal construção discursiva e orientadora de toda catolicidade do país.

A amargura da separação estava superada e a Igreja estava refeita do abalo e em condições de apontar as novas estratégias de retomada do seu poder mediante o processo de ordenamento institucional que seria implantado no Brasil a partir daquela data. Abrangente, essa Pastoral se subdividia em seis capítulos: profissão de fé, pregação, doutrina cristã, auxiliares do pároco no ensinamento da doutrina cristã, perigos contra a fé, principais erros modernos, conservação da fé e escolas católicas. A apologética (defesa da fé) se fazia presente em todos os assuntos e a figura do clérigo ganhou particular destaque, tocando a ele a regência das irmandades leigas.

No excerto que segue, o primeiro cardeal em conjunto com o episcopado brasileiro abordou assuntos atinentes ao casamento civil e ao avanço do Protestantismo e do Espiritismo, afirmando que “estes crimes que infestam a sociedade procedem quase todos da ignorância das verdades da fé e dos preceitos divinos”:

criada a LEC, Liga Eleitoral Católica, e na Constituição de 1934, a Igreja Católica é quase reconhecida como religião oficial novamente (CURY, 1986).

¹⁰⁴ A Carta Pastoral do cardeal arcebispo metropolitano de São Sebastião do Rio de Janeiro ao clero e aos fiéis, dada em Nova Friburgo/RJ, a 17 de janeiro de 1915, foi fruto do Concílio Plenário Latino-Americano, inaugurado em 28 de maio de 1899. Este Concílio nasce da Carta Encíclica *Paternae*, do papa Leão XIII, de 18 de setembro de 1899, que comemorava o IV Centenário da descoberta das Américas. Nela, exortou os bispos a fazerem crescer a fé que animou Cristovão Colombo e os primeiros missionários de nossas terras. Antes, convocara um Concílio Plenário aos Bispos da América Latina pelas letras apostólicas *Cum diuturnum*, de 25 de dezembro de 1898. Assim, esse Concílio Plenário Latino-Americano contou com a participação de treze arcebispos e quarenta bispos, entre os quais nove brasileiros, mais os arcebispos de Salvador, do Rio de Janeiro e três sacerdotes como notários. Os bispos latino-americanos tiveram efetiva atuação, junto com o Pontífice. Trataram particularmente de assuntos relativos à fé e sua difusão, à pastoral, à disciplina do clero, ao culto e à dignidade e missão dos próprios bispos. Desse Concílio Plenário saiu a resolução segundo a qual os bispos latino-americanos deviam se reunir com certa frequência para consultas e acertos de rumos diante dos desafios que a tarefa evangelizadora impõe em seus respectivos contextos. Daí o cardeal Mariano Rampolla, então secretário de Estado da Santa Sé, ter emitido uma instrução determinando que os bispos da América Latina se reunissem a cada três anos. Ora, essa decisão foi importante e estimulou esses bispos a promoverem diversas reuniões nacionais, cabendo destaque àquela ocorrida em 1915, em Nova Friburgo/RJ, que publicou a famosa Pastoral Coletiva, norteadora da Igreja do Brasil por muitas décadas (conferir Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti e outros. Pastoral Coletiva dos Srs. Arcebispos e Bispos das províncias eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro).

Não basta conhecer o mal; é preciso combatel-o, arrancar, destruir; é preciso arrotear, semear, plantar, e ocupar com cultura de obras santas o terreno invadido de vícios e crimes.

Essas uniões ilícitas acobertadas com o nome de casamento civil, feitas ou perpetuadas por incuria nossa, porque não ensinamos a doutrina da Igreja no tocante ao matrimonio. [...]

Entre os males vemos como se vai propagando o mais nocivo de todos, o espiritismo, que já invadiu casas, aldeias, cidades, causando assombroso estrago nas almas e nos corpos, assassinatos, conjugicídios, suicídios, loucuras. O protestantismo ousada ou dissimuladamente se vai introduzindo, e procura assentar suas tendas onde encontra terreno apropriado por falta de sacerdotes ou por descuido delles. [...]

Cousa certa e confessada é que estes crimes que infestam a sociedade procedem quase todos da ignorância das verdades da fé e dos preceitos divinos. Por isso podemos com toda razão averbar de inimigos da sociedade civil e domestica os que impedem, ou sequer difficultam o ensino religioso em qualquer camada social (LIVRO DO TOMBO DA PAROCHIA SANTO ANTÔNIO..., 1915, p. 28-31).

Para os bispos, os males que assolavam a sociedade somente seriam banidos se o clero em geral conseguisse melhorar os próprios hábitos e os costumes do povo. Lá estavam as almas que deveriam ser salvas para Cristo. Por isso, o documento penetra em todos os espaços de sociabilidade e nos ambientes particulares, nos familiares, nos escolares, nos espaços públicos como nas classes operárias, nas associações católicas, nas confrarias e nas irmandades, nas ordens terceiras, nas missões e nas dioceses (MARCHI, 2016). Na carta fica explícito o aspecto pedagógico com viés social. Percebemos que na última frase do recorte os católicos foram conclamados a se oporem aos erros e à impiedade do mundo moderno e a lutarem pelo Ensino Religioso nas escolas públicas.

O Cristianismo passou a ser apresentado como a marca registrada do brasileiro, como bem expressava o hino que abre a presente seção, intitulado *Sou Cristão*, do jesuíta Armando Adriano Lochu, cantado nas paróquias, associações religiosas e colégios: “Sou cristão... Eis a minha nobreza – E se alguém, de negar a sua fé – Algum dia tiver a fraqueza – Ímpio, sim, brasileiro não é” (DOM BOSCO, 1948, p. 517). A Carta Pastoral infundia os preceitos católicos na sociedade ao dizer que “não basta conhecer o mal; é preciso combate-lo, arrancar, destruir; é preciso arrotear, semear, plantar, e ocupar com cultura de obras santas o terreno invadido de vícios e crimes”. Deste modo, “a Igreja tenta destituir o direito de cidadania dos seguidores das religiões não cristãs tentando não perder ou (re)conquistar o campo social de influência” (SANCHIS, 1985, p. 274).

No horizonte deste cenário, o que se pretendia era a realização prática da ideia de que qualquer vertente religiosa, que não fosse a cristã católica, não deveria ter seu lugar no país. Esse era o privilégio exclusivo da fé católica. O que a Igreja Católica desejava impor ao país

era o domínio absoluto da crença católica, com seus princípios doutrinários e suas diretrizes morais.

Um ano depois, em 1916, na Pastoral-manifesto, Dom Leme já colocava bem claro que o projeto eclesial era recatolizar o país: “apesar de sermos a maioria absoluta do Brasil, como nação não temos e não vivemos vida católica” (LEME, 1916, p. 6). A argumentação de Dom Leme era taxativa: sendo o Brasil um país de tradição católica, onde a maioria da população afirmava sua crença nessa fé, nada mais lógico do que a implantação de um Estado Católico. Os protestantes eram considerados intrusos e deveriam deixar o território brasileiro ou se converterem.

Em Porteirinha, no dia 5 de janeiro de 1947, o padre Julião Arroyo Gallo, durante a reunião mensal do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia, comentou sobre uma festa dos protestantes “na qual muitos católicos e até zeladores deste centro frequentaram”. Em seguida, ele ameaça: “Que se tal aconteça mais alguma vez, tomarei as devidas providências” (LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO..., 1941, p. 79). No entanto, um episódio que aconteceu na véspera da Festa de Maria Santíssima representou a “gota d’água” para uma atitude extrema do padre, resultando, inclusive, na *Ata de Protesto contra o Protestantismo na cidade*:

Ata de Protesto

No dia 22 de maio, conforme estava anunciada, foi realizada a Festa de Maria Santíssima. Uma nota discordante veio a estragar o brilho da mesma.

À véspera da mesma aqui chegaram tres ministros protestantes para fazer suas pregações, porem ao invés de faze-las no logar de costume elles escolheram o centro da praça publica, nas proximidades da Igreja Matriz, em frente a casa da senhora festeira e pregado na casa donde estava a bandeira do mastro.

Em vista do exposto, chamei o Sr. Prefeito Municipal Anfrísio Coelho (esposo de D^a. Maria das Dores, festeira da presente festa) e fiz ver a elle que como no Brasil ha liberdade de cultos, perante a lei não podiamos prohibir que elles realizassem os seus canticos e pregações, mas em vista de ser a maioria absoluta da população da cidade catolica e de ser catolicos todos os que tinham vindo de fora assistir a festa, aquele logar, em conformidade com as causas expostas, não era apropriado para o mencionado fim. Portanto, se o prefeito, em boa harmonia, explicasse a elles as causas alegadas e aconselhasse os mesmos para realizar o culto onde é de costume, ou em outro logar mais afastado de onde iam celebrar os nossos atos, fazendo-lhes ver que se ha liberdade de cultos, não ha porem liberdade de insultos, e aquele culto no mencionado logar era um insulto, uma provocação e afronta para os catolicos que iam honrar a Maria Santissima (LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO..., 1949, p. 91).

A solicitação do padre não fora atendida. É válido registrar que o prefeito Anfrísio Coelho era um católico praticante e sua esposa, dona Maria das Dores, era membro da

Associação do Sagrado Coração de Jesus, sendo inclusive, festeira do evento. Ao percorrer a ata, é claro o tom de lamentação do padre: “Eu não duvido que se o Sr. Prefeito tivesse pedido alegando as justas causas expostas, elles educados e pessoas de compreensão teriam concordado; mas infelizmente o Sr. Prefeito não tomou as mencionadas providencias” (LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO..., 1949, p. 91). Na sequência, o padre conta o desfecho do episódio:

No meio do leilão o povo afastou-se para assistir ao cinema dos mesmos [protestantes]. Na hora de procurar a bandeira, com dificuldade, conseguiram entrar na casa onde estava, pois a frente da mesma estava tomada pelos assistentes ao mencionado culto. Foi aquela mistura e confusão humilhante, talvez a primeira a realizar-se em paiz civilizado (ibidem, 1949, p. 92).

Tomemos as palavras de Azzi (2008, p. 16) para fazer a seguinte reflexão: “a teologia católica, de raiz tridentina, considerava os protestantes hereges, e era dentro desse espírito que se inculcava nos fiéis a necessidade de um afastamento de qualquer influência heterodoxa”. Com efeito, o pároco de Porteirinha, em um discurso eclesiástico marcadamente apologético, sublinhou a diferença dos católicos, maioria ali, e, embora reconhecesse a liberdade religiosa, não aceitou qualquer aproximação ou favorecimento de outras crenças senão a católica, por enfatizar o dogma da Eucaristia e a devoção mariana.

Por fim, o padre Julião, em ato de repreensão à sociedade católica e ao prefeito, lança o seguinte protesto:

Na vespera da festa, na hora do terço, protestei publicamente não contra os ministros protestantes e sim contra a atitude da autoridade por não ter tomado providencias para que o culto dos mesmos fosse realizado em outro lugar. Em sinal de protesto, não foi dada a benção com o SS^{mo}. Sacramento e Coroação de Nossa Senhora fora da Matriz para os fieis, o que teria dado grande brilho e esplendor. Tendo sido o Centro deste Apostolado o organizador da festa julguei conveniente fazer constar no seu livro de atas esta ata de protesto (LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO..., 1949, p. 92).

O padre tentou impor uma diretriz doutrinal e moral única, emanada diretamente da Santa Sé. A fidelidade à Igreja de Roma foi apresentada como a expressão mais visível da verdadeira fé. O hino composto por Amélia Rodrigues é bem expressivo dessa perspectiva teológica, ao declarar solenemente a “Santa Igreja, Romana, Católica como a única detentora da fé apostólica e das promessas celestes” (DOM BOSCO, 1948, p. 470). Conforme Azzi (2008), a identidade brasileira passou pela crença na presença real de Jesus na Eucaristia.

Na Carta Pastoral sobre o Jubileu do Ano Santo de 1926, por exemplo, o bispo de Montes Claros, Dom João Antônio Pimenta, apresentou esse projeto ao clero e aos fiéis norte-mineiros:

Ao Revdmo. Clero e aos Fieis desta Nossa Diocese saúde, paz e benção em Jesus Christo, nosso Divino Salvador.

Orae por nossa querida Patria, o Brazil e de modo particular por nossa querida Minas, para que Deus continua a protegel-a no meio do turbilhão de odios e de anarchia que nos circunda e ameaça de todos os lados. Pedi a Deus que nos conforte na lueta em que nos achamos empenhados. Contra a invasão do erro e da heresia, e de modo particular do protestantismo e do espiritismo, que nos defenda das investidas do inferno contra os nossos costumes, contra a nossa moralidade tradicional (LIVRO DO TOMBO DA FREGUEZIA SANTO ANTONIO DE PADUA..., 1926, p. 47).

Neste período, a instituição católica julgava-se a única e exclusiva representante da crença religiosa no país. Como observa Luiz Roberto Benedetti, “a representação que ela teve de si e de sua ação é a de detentora exclusiva da verdade, num país, cuja verdade é, para ela, a de ser católico” (BENEDETTI, 1983, p. 104).

A influência do pensamento papal e das diretrizes da Cúria Romana deviam atingir de forma cada vez mais ampla as diversas esferas da sociedade, como a educação, o trabalho, a família e a política. Essa aspiração se tornava patente em várias solenidades religiosas, nas quais a bandeira dos Estados Pontifícios era colocada ao lado da bandeira do Brasil¹⁰⁵. Para isso, procurava-se inocular em toda a população o respeito à autoridade pontifícia, apresentada como norma suprema da fé cristã.

Na próxima seção serão analisadas as formas de concretização do movimento de romanização da Igreja Católica em Porteirinha.

3.2 A criação da Paróquia de Porteirinha e a Nova Matriz: *uma ação política?*

A chegada do padre Julião Arroyo Gallo na cidade acontece de forma quase simultânea com a emancipação municipal. Depois de tomar posse, Julião anuncia suas primeiras ações na sociedade local: a fixação da residência paroquial na cidade, a transferência da sede da Paróquia

¹⁰⁵ Segundo o olhar católico e conforme Pedro (1994), na Basílica de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida/SP, as bandeiras do Brasil e do Vaticano são erguidas lado a lado. A primeira simboliza que Nossa Senhora é a Padroeira Oficial do Brasil. A segunda lembra que a Virgem Maria é a mãe da Igreja. No manto de Nossa Senhora Aparecida, as bandeiras do Brasil e do Vaticano são bordadas e aparecem unidas, simbolizando que o Brasil é um país católico, sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida (PEDRO, 1994).

de São José do Gorutuba para Porteirinha, a criação do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus e a ampliação e reforma da Matriz de São Joaquim, principal templo católico urbano. Para pôr em prática esses objetivos, a Igreja local propôs parcerias e buscou apoio junto à elite econômica e política e toda população. Atendendo às orientações romanizantes da Igreja local, o pároco voltou-se para o laicato, empenhando-se na formação de um grupo católico que passaria a ter posição em vários setores de destaque, como na política, na imprensa, na família e na educação.

Com a fixação da residência paroquial em Porteirinha, “município florescente nas montanhas mineiras”¹⁰⁶, e o declínio de São José do Gorutuba¹⁰⁷, antiga sede paroquial, Julião pôde atuar de forma mais efetiva no sentido de reunir condições para melhor expandir o processo de reorganização institucional da Igreja Católica, inclusive recebendo melhores condições materiais e apoio dos fiéis que estavam próximos.

A transferência da sede da Paróquia de São José do Gorutuba para Porteirinha foi um pedido do primeiro administrador/interventor municipal, Altivo de Assis Fonseca, “bacharel em Direito, tenente da Polícia Militar e católico fervoroso”¹⁰⁸, ao bispo de Montes Claros:

Conforme consta em carta do Cônego Marcos Van In, Secretário Geral deste Bispado de Montes Claros, o Senhor Prefeito Municipal, Dr. Altivo de A. Fonseca conseguiu no dia 30 de Outubro (1941) do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, a transferência da Sede Paroquial de São José do Gorutuba para Porteirinha (LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA DE PORTEIRINHA, 1941, p. 15).

Para a ampliação e reforma da capela São Joaquim, Matriz de Porteirinha, foi constituída uma prestigiosa comissão encarregada de angariar recursos e administrá-los em prol da construção do novo templo; o padre Julião caracterizou e justificou a urgência da empreitada ao escrever que “o novo templo será mais condizente com os novos tempos, uma vez que a

¹⁰⁶ Como era denominado o novo município de Porteirinha. As fontes revelam uma visão eufórica do lugar. A localidade já não apresentava os aspectos descritos da antiga São Joaquim de Porteirinha, lugar pacato e ponto de passagem de tropeiros às margens do rio Mosquito, mas um animado centro comercial, lugar próspero e com a presença do Estado nas inúmeras benfeitorias (postos de saúde, cemitério público, novo matadouro, escolas, cuja pecuária e agricultura estavam em alta, como Gameleira (atual Janaúba), Jaíba e Porteirinha).

¹⁰⁷ Segundo Pires (1982), após o século XX, São José do Gorutuba era um lugar arruinado e declinado devido à diminuição do seu comércio e ao progressivo abandono da população para outros pontos do norte de Minas Gerais, cuja pecuária e agricultura estavam em alta, como Gameleira (atual Janaúba), Jaíba e Porteirinha.

¹⁰⁸ De acordo com Oliveira (2008, p. 72, grifo nosso), “Altivo de Assis Fonseca foi nomeado pelo interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro, e *dirigiu os destinos do município* no período de 01/01/1939 a 31/03/1945, trabalhando pela educação moral e cívica de seus municípios”.

capela atual não cabia todos os fieis, o Templo do seu DEUS é inestetico, acanhado, pouco seguro e muito feio” (1º LIVRO DE ATAS DA COMISSÃO PRÓ-MATRIZ DA PARÓQUIA..., 1941, p. 3).

Na primeira reunião, realizada em 9 de outubro de 1941, ficaram registrados em ata os dois principais idealizadores da Comissão, denominada *Pró-Matriz*: o padre Julião e o interventor municipal, ou seja, as maiores autoridades espiritual e política, respectivamente, do local. Ao abrir a reunião, o padre manifestou “o grande interesse que o Exmº. Sr. Bispo tem de crear Paroquia nesta localidade [...] e ver as possibilidades e meios que existem para a formação do patrimonio Paroquial”. Falou da necessidade, bem como das vantagens que traria para a localidade, tanto na ordem espiritual como material, e fez um chamamento: “é preciso, pois, consequentemente, a conveniencia de todos cooperarem para a dita finalidade e obra” (ibidem, p. 4).

Na sequência, o interventor/prefeito Altivo saudou a todos, especialmente o representante da Igreja Católica, e disse: “É preciso realizar os trabalhos para o progresso material deste município, mas tão importante quanto esse, o desenvolvimento espiritual também deve ser construído entre nós”. Fizeram o uso da palavra com o mesmo fim diversos interessados na realização do exposto. Logo após, procedeu-se à eleição da Diretoria Central da Comissão, a qual ficou assim constituída:

Prezidente Honorário: Revd^{mo}. P^c. Julião Arroyo Gallo.
 Prezidente Efectivo: Dr. Altivo de Assis Fonseca [prefeito]
 Vice-Prezidente: Dr. Mario Santos [industrial no ramo do algodão]
 1º Secretario: Sr. Pacino Wilson [fazendeiro e dono de comércio]
 2º Secretario: Sr. Antimio Coêlho [Dono de comércio]
 1º Thezoureiro: Sr. José Gomes [servidor público]
 2º Thezoureiro: Sr. Anfrísio Coelho [farmacêutico]
 (ibidem, p. 5).

Na ata ainda foi relatado que “a reunião foi realizada dentro da maior harmonia pelos distintos senhores e com provas de grande interesse na criação do patrimonio Paroquial”. Todos ali fizeram votos para que “em breve sejam coroados de exito as justas aspirações d’esta localidade” (ibidem, p. 6).

Na segunda reunião, a Comissão, na dúvida entre construir uma nova matriz ou reconstruir a atual, deliberou por reconstruí-la. O voto do padre Julião foi fundamental para a escolha. Veja sua justificativa:

[...] sendo grande conhecedor das necessidades inadiáveis da reconstrução da Igreja Parochial desta Cidade em vista das paredes da mesma estarem fendadas, sujeito a desabarem com os chuviros do proximo inverno, afirmo a necessidade de proceder a um minucioso exame nas suas paredes e dar inicio imediato aos trabalhos de ampliação e restauração do templo sagrado (1º LIVRO DE ATAS DA COMISSÃO PRÓ-MATRIZ DA PARÓQUIA..., 1941, p. 6-7).

As reuniões da Comissão Pró-Matriz eram realizadas, ordinariamente, sempre na terceira semana de cada mês, na casa do prefeito. O dinheiro arrecadado e toda a contabilidade estavam sob sua guarda. No dia 14 de outubro de 1941, o expediente da primeira parte da ordem dos trabalhos da reunião constou da prestação de contas do período de março de 1939 até a data presente. Na oportunidade, disse o prefeito:

Na qualidade de *catholico fervoroso* que sou, encarrego de zelar pelos interesses da Igreja e com muito esforço consegui obter a somma de 612\$300 (seiscentos e doze mil e trezentos reis) depois de deduzida as despesas com aquisição de uma *Imagem de S. Joaquim*, padroeiro d'esta Parochia, compra de alfaías, missal e assim tantas outras (ibidem, p. 11, grifos nossos).

Com relação à contribuição dos fiéis, a comissão adotou duas formas de pagamento: mensalmente, de uma só vez ou em duas prestações quinzenais. Todos os pagamentos eram registrados no “Livro de Ouro”; nele constavam o nome, a quantia recebida e as retiradas. Para estipular o valor da quantia doada mensalmente por cada fiel, a Comissão elaborou uma lista dos habitantes e fez a “taxação” da contribuição baseada no estado financeiro de cada família. Para isso, convidou dois funcionários da administração municipal que conheciam a saúde financeira das pessoas do lugar. Com o passar do tempo, esta lista foi alimentada com outros nomes. Depois de amadurecida a experiência na sede, foram criadas outras comissões filiais nos distritos de Riacho dos Machados, Jatobá (hoje Serranópolis de Minas) e em São José do Gorutuba. É curioso que até os donos das pensões mais bem visitadas da cidade, a do Sr. Jovito Nogueira Tolentino e a da Sr^a. Geny Ribeiro, tiveram a incumbência de angariar donativos dos “viajantes catholicos e amantes do progresso em beneficio da Igreja desta Parochia” (ibidem, p. 24).

Com relação à doação de donativas para a construção da nova Matriz, o padre Julião exortou aos porteirinhenses a seguinte mensagem estampada no jornal *A Voz do Povo*, de 7 de maio de 1942:

O nosso apello “Pró-Matriz”

Neste momento em que lanço o primeiro apello “pró construção da nova Matriz Parochial”, muito espero de vós catholicos e amigos neste magno empreendimento de construir um templo que testemunhe a prosperidade a vossa fé, a admiração dos nossos visitantes e o prestígio desta cidade que cresce, dia a dia.

Todos, sem excepção, podem e devem, na medida das suas possibilidades, contribuir com entusiasmo, com generosidade, não fechando a mão, quando nos pede um pouco *Aquelle*, que tudo nos dá.

É uma obra nossa, que nós, e só nós, temos que fazer.

Esperar melhores dias para o empreendimento da dita obra, seria declarar-nos vencidos, e os que hoje invejam a vitalidade da cidade teriam um argumento poderoso para se tornar detractores do seu nome.

A nossa divisa será: “*Porteirinha o exige; Deus o quer*”. *E quando Deus pede, seria uma aberração incompreensível fechar as mãos negando-lhe um pouco do muito que Elle nos dá.*

Ao generoso commercio, aos abnegados fazendeiros e lavradores e ao povo em geral lanço este apello para que colaborem sem hesitação na realização da nova Matriz que virá auxiliar de maneira relevante além do culto da nossa religião os proprios interesses particulares, a civilização social e a defesa dos principios da moralidade.

Avante porteirinhenses pela gloria de Deus e pelo engrandecimento da nossa cidade!

Pe. Julião Arroyo Gallo

(A VOZ DO POVO, 1942, p. 3, grifos nossos).

Em um discurso tridentino, o padre chama atenção do leitor para a legitimidade do pedido que é divino, ou seja, a contribuição de cada um, pobre ou rico, era sempre bem-vinda, o que importa é que “todos, sem excepção, [...] devem contribuir com entusiasmo [...] Àquele que tudo nos dá”. Ainda diz: “A nossa divisa será: “*Porteirinha o exige; Deus o quer*”. O padre quer mostrar é que se Deus é a figura mais importante e perfeita do universo, pois todas as coisas materiais e espirituais que possuímos devemos a ele, quem seriam os homens para negar a solicitação do pároco, o representante de Deus na Terra? Observamos um enunciador claro e direto quanto ao seu posicionamento urgente em relação ao levantamento do patrimônio paroquial.

No campo da educação, Julião ampliou a influência da Igreja da seguinte forma: convocou as professoras para participarem das associações religiosas e apoiou a realização de encontros que abordavam temas da doutrina católica e do Catecismo. A educação era um braço caro à Igreja, pois ela ajudava a ampliar a vigilância sobre comportamentos, gestos e atitudes dos moradores, que deveriam estar alinhados aos princípios da moralidade cristã.

Esperava-se, portanto, dos fiéis e das elites dirigentes a doação de dinheiro ou outros benefícios que viessem contribuir para o aumento do patrimônio.

Outro apoio que a Comissão Pró-Matriz tentou angariar foi com o próprio Estado de Minas Gerais, a pedido do prefeito:

O Exmo. Sr. Dr. Altivo de Assis Fonseca, informou a casa que aguarda resposta de um seu pedido ao Exmo. Sr. Dr. Presidente Benedito Valladares, autorizando a Prefeitura deste Município criar uma verba annual de certa quantia, para auxiliar a Comissão Central na construção da nova Matriz Parochial desta Cidade (2º LIVRO DE ATAS DA COMISSÃO PRÓ-MATRIZ..., 1942, p. 2).

O prefeito de Janaúba, cidade onde Julião era responsável, também fiz doações. Mauricio Augusto Azevedo “doou 4 mil telhas francesas à Matriz” (ibidem, p. 33). As “campanhas do algodão” e as “campanhas de bezerras”, encabeçadas pelos poderosos fazendeiros e por altos comerciantes da sede e dos distritos, “eram colocadas em circulação em toda a região em benefício dos trabalhos de reconstrução da Igreja e da casa paroquial” (ibidem, 1953, p. 34).

Por outro lado, os documentos também revelam um ambiente com muitas carências financeiras¹⁰⁹. Em 16 de dezembro de 1945, o pároco escreve no Livro do Tombo a seguinte situação do templo: “embora algumas alfaias estejam bastante deterioradas, na Igreja, as goteiras tem produzido grandes estragos, o seu aspecto é triste e sua segurança duvidosa” (1º LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA DE PORTEIRINHA..., 1941, p. 37).

Somente a partir de 1947 a Campanha Pró-Matriz colheu frutos concretos. No dia 23 de maio, generalizando a orientação religiosa do povo de Porteirinha, o padre Julião escreveu e divulgou o seguinte panfleto:

Felizmente foi realizada uma grande reforma na casa paroquial tornando-a confortavel e condigna de residencia do Vigario da Paroquia. O povo de Porteirinha é catolico e vê com tristeza na sua alma que a Igreja da Cidade, a casa da oração, o Templo do seu Deus é acanhado e muito feio. É uma realidade dolorosa, é certo, porem realidade. A Comissão Central pró Matriz e casa paroquial resolveu corrigir tamanho despropósito levantando uma linda Igreja de estilo moderno. Os serviços estão bem adiantados, porem, os recursos estão se esgotando; para levar ao bom termo esta iniciativa, precisa e conta a Comissão com o apoio de todos os moradores desta Paroquia e dos

¹⁰⁹ Em 1939 uma grande seca assolou parte da Bahia. Inúmeros habitantes daquele estado migraram para diversas cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Montes Claros. Porteirinha também recebeu muitos flagelados da seca e o município teve uma expressiva baixa na produção de mercadorias advindas da agricultura e da pecuária. Como consequência, os preços dos alimentos subiram e as pessoas mais pobres foram as que mais sentiram a crise. Para tentar minimizar os efeitos da perda da lavoura e do gado, além de socorrer os flagelados pela seca, a Prefeitura Municipal de Porteirinha solicitou ao Departamento Administrativo do Estado de Minas Gerais um crédito extraordinário no valor de 2:000\$000 (dois contos de reis) (Conferir Livro 1 de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, 1939c, p. 176).

cidadãos católicos de boa vontade. As pessoas favorecidas em bens de fortuna deverão contribuir com maior generosidade para suprirem a falta dos que por motivos de pobreza, não puderem fazer as suas contribuições (GALLO, 1947b, p. 4).

O 1º Livro do Tombo da Paróquia de Porteirinha também traz mais detalhes acerca da conclusão da reforma:

No dia 16 de agosto (1947), dia em que a Igreja celebra a festa de São Joaquim, padroeiro desta Paróquia, foi erguida para o alto da nova torre a imponente e artística Cruz da Igreja Matriz desta cidade. A compra e reforma da Casa Paroquial também já são realidade... (1º LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA DE PORTEIRINHA..., 1941, p. 47).

Embora as condições materiais eram escassas, não podemos deixar de registrar o empenho do padre Julião na construção do patrimônio da Igreja Católica em Porteirinha. Além de conseguir a compra da casa paroquial e a reforma da Matriz em Porteirinha, foi o responsável pela reforma da Igreja Matriz Santo Antônio, no distrito de Riacho dos Machados, da qual também era responsável.

Em todos os momentos importantes e solenes, como na entrega da Igreja Matriz reformada, os discursos do pároco e do prefeito eram proferidos. Lado a lado, homilia e o discurso político pareciam se complementar. Diante de uma plateia, quer seja no púlpito da Igreja ou nos atos públicos, o pároco local e os dirigentes políticos, na medida do possível, enlaçavam seus apoios. No Grupo Escolar João Alcântara, participavam de solenidades, dos auditórios, das formaturas e das reuniões do corpo docente. Nestes momentos, faziam força para afirmar a importância dos valores morais e religiosos na sociedade. Juntos, poder espiritual e político formavam uma aliança que era uma espécie de alma do Grupo Escolar.

Essa aliança de contornos amigáveis representou a convicção de que, unidos em um só propósito e distintos em sua organização e competência, Igreja e Estado idealizaram a criação de uma sociedade perfeita e sacralizada nos 1930 a 1960. Daí eles utilizarem como lema a frase atribuída a Getúlio Vargas: “para governar preciso do exército, para não usar do exército, preciso da Igreja”. As alianças político-religiosas neste período serão tema central da próxima seção.

3.3 Por uma sacralização da política

“Nos primeiros anos republicanos, a Igreja Católica no Brasil armou-se de um projeto ideológico. Sua finalidade era muito objetiva: trazer a sociedade brasileira de volta ao espírito cristão com a ajuda, julgada imprescindível, do Estado” (ARAÚJO, 1986, p. 42). Nesse quadro, o novo momento exigiu não só a participação política dos católicos, como conclamou as pessoas a participar dos movimentos em defesa da fé cristã¹¹⁰.

Então, depois do período historicamente denominado República Velha (1889-1930), no qual as ideias do liberalismo anticlerical pretendiam acabar com a relação existente entre Estado e Igreja, iniciou-se, de maneira mais explícita, a implantação da nova ordem político-social, um relacionamento estreito entre essas duas instituições. O Centro Dom Vital, por exemplo, fundado em 1922 com o propósito de difundir a fé católica, evangelizar a cultura no Brasil, promover debates culturais e religiosos, bem como contribuir com a romanização da Igreja, surge num momento singular na história do país, o ano do Centenário da Independência do Brasil, época em que os sentimentos nacionalistas, renovadores e católicos se acentuaram.

Nesta ocasião, Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, junto com o episcopado brasileiro, escrevem a famosa Carta Pastoral Coletiva de 1922 ao clero e aos fiéis de todo o Brasil, publicada no Rio de Janeiro durante a festa de Pentecostes em comemoração a esse primeiro centenário. Nesta carta, da mesma forma como foi atestado em relação às cartas de 1890 e 1900, a hierarquia católica, em linguagem bastante formal, demonstrou seu desejo de reaproximar-se do Estado, afirmando sua oposição à separação, porém de forma mais sutil. No documento, a hierarquia traça os planos de atuação para os próximos trinta anos.

¹¹⁰ Azzi (1977b, p. 66-68) mostrou, que um dos grandes eventos católicos a favor da restauração foi a celebração do Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro, em 1922, por ocasião das festas do Centenário da Independência do Brasil. “Essa manifestação de fé fora idealizada por Dom Leme como forma de mostrar a força social da religião católica”. Pela primeira vez a então capital da República acolheu um grupo numeroso de bispos vindos de todo o Brasil. [...] Na semana do Congresso discursaram vários oradores célebres, clérigos e leigos, enaltecendo o valor da fé católica e insistindo na necessidade de reafirmá-la na sociedade brasileira. Desde a carta de convocação para o Congresso Eucarístico, a 15 de junho de 1922, Dom Leme enfatizara o valor da religião católica para a situação histórica que vivia a nação: ‘No meio das desilusões e angústias da hora presente, quando nas fosforescências e aclamações ruidosas das festas cívicas, no coração de muitos haja esmorecido a confiança nos destinos da República, nós, que temos fé no Deus que ama a Terra de Santa Cruz, e não podemos descreer dos destinos do Brasil, nós genuflexos aos pés da Eucaristia, seremos a fé, a adoração, a prece, a reparação, o amor, a alma da Pátria’. E no discurso de encerramento do Congresso Eucarístico, Dom Leme afirmava: ‘O povo brasileiro já não suporta o peso de uma política agnóstica, sem princípios, sem fé e sem ideal. Que o Senhor dos milagres ilumine a consciência dos nossos homens, que o Senhor conserve e suscite os homens sérios, os homens retos, os homens de juízo, que de nada mais precisa o Brasil para ser a nação mais rica e mais poderosa do mundo. Que Jesus sacramentado ressuscite nas classes dirigentes do país a fé que salva os homens e as Nações! Que o Senhor dê a mão ao meu Brasil, e elevando-o ao nível de grande estado cristão, o conserve e o sustente na fé que presidiu ao nascer e ao desdobramento da nossa civilização. E guiado pela mão amiga de Cristo, o Brasil entrará neste segundo século de vida nacional autônoma, numa ascensão vitoriosa e serena na escalada do progresso e da glória”.

Na sua introdução, os bispos aproveitaram o momento comemorativo para enfatizar que as festas revelavam que os ensinamentos adquiridos no passado seriam impulsos fortes de renovação e grandeza para o futuro, com o fim de ressaltarem que esse documento iria descrever o que a Igreja Católica já tinha feito em prol do Brasil e o quanto esse país a devia, assim como fizera na carta de 1900. No primeiro parágrafo do Capítulo I, o episcopado enfatizou que “a verdadeira fé tem raízes bem profundas nas entranhas mesmas da nossa pátria, catholica por seu berço, por sua educação, na quasi totalidade de seus habitantes!” (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1922, p. 4), explicitando que o Brasil devia muito à Igreja, sobretudo em relação à fé e à educação. No Capítulo VIII, o episcopado reconheceu a liberdade que o novo regime de governo dera à Igreja Católica, facilitando sua expansão, e confessou que os poderes públicos procuravam aplicar a Constituição de modo a não ofender o Catolicismo, que, para eles, ainda era a religião nacional. O Capítulo IX foi utilizado para retomar o que já fora abordado pelos bispos nos capítulos de I a VI, enfatizando a influência salutar do Catolicismo na formação da nacionalidade brasileira, por isso, a gratidão devia estar sempre presente e lembrada. E o Capítulo X foi usado para argumentar acerca da importância do padre como personagem principal nas manifestações da vida pública e privada.

Em Riacho dos Machados, o padre Ricardo Alfredo Gnani foi uma das personagens principais durante a comemoração do Centenário da Independência do Brasil. O pedido/mandamento do episcopado brasileiro da referida Carta Pastoral foi bastante claro, e foi registrado no Livro do Tombo da Freguezia:

Mandamento, *Christi nomine invocato*

Em ação de graças a Deus Nosso Senhor pelas muitas e extraordinarios beneficios feitos ao nosso amado Brazil, nação independente, e para athairmos de sua infinita bondade nossos favores para o futuro, promovam os muitos Revd. Padres e outros sacerdotes de nossas Dioceses comunhões geraes para o dia 7 de setembro deste anno, e o mesmo façam com zelo para o bem das almas e da nossa Patria, todos os annos na data tão gloriosa (LIVRO DO TOMBO DA FREGUEZIA DE SANTO ANTONIO..., 1922, p. 33).

E assim foi feito. O padre Gnani conseguiu mobilizar grande parte do laicato de Riacho dos Machados, composta por professores, alunos da escola, pais de alunos, de servidores públicos como o escrivão de paz, de profissionais liberais como o agrimensor daquela localidade, além da população. Confira seu relato e os detalhes das comemorações:

Em obediencia ao mandamento da pastoral de todo o Bispado Brasileiro, no dia 7 de Setembro fazei na Matriz uma Missa solenne em acção de graças para Independencia. 21 moças vestidas de branco com o barrete vermelho frigio

representando os 21 Estados Brasileiros, rodeavam o altar, e no meio d'ellas o *pavilhão nacional*. Em lembrança da Independencia, foi levantado um *grande cruzeiro* no morro mais alto do comercio. Às duas horas da tarde, teve uma reunião civica na *escola mista* da Senhora professora Dona Noemi Figueiredo, tomando a palavra diversos oradores: o Senhor Pe. Ricardo Gnani; professora Dona Noemi Figueiredo, Sebastião Martins, escrivão de paz; Silvano Pyranga, Apparicio Gomes da Costa; Sebastião Tupynamba, agrimensor. A Festa foi encerrada com *passeata publica*. Teve diversos hynnos nacionaes e notas civicas. A passagem da bandeira nacional mandava tirar o chapéu, alguns brutos e ignorantes se zangaram comigo (LIVRO DO TOMBO DA FREGUEZIA DE SANTO ANTONIO..., 1922, p. 33, grifos nossos).

De acordo com o documento, as comemorações cívicas iniciaram-se com um culto solene na Igreja Católica local. Após o culto religioso, ergueu-se uma grande cruz no alto de uma colina em homenagem à lembrança da Independência. “Chama atenção de imediato a simbologia do erigir da Nação com o objeto religioso a quem se venera e para quem são dirigidas as preces cotidianas”, como observa Lenharo (1986, p. 191). Na concepção da Igreja, a ação lançou para a população as bênçãos divinas. A população parece assemelhar-se à crença cristã da total visibilidade a que o fiel se submete aos olhos de Deus: “Deus me vê”.

Na parte da tarde, as festividades aconteceram na escola pública com a participação de professores e pessoas influentes, e na oportunidade houve discursos cívicos e religiosos para alunos e comunidade escolar. A partir da escola, fizeram o coroamento da programação nas ruas com uma grande passeata cheia de hinos, notas cívicas e passagem da bandeira nacional. No fim, o padre relata que muitas pessoas se indispuseram com ele, pois, certamente, os símbolos nacionais como bandeiras e hinos eram novidades para o povo “ignorante e bruto”. Após trinta anos da Proclamação da República, cabia ao pároco a tarefa de educar as pessoas para as manifestações da vida privada e da pública. Contradições da nossa República que nasceu em berço religioso, e, ainda jovem, precisou da orientação da Igreja Católica.

Mas foi durante a Segunda República que o estreitamento no relacionamento entre o Estado e a Igreja se acentuou. Fausto (1986) afirma que houve três revoluções no ano de 1922, delimitando o marco inicial entre esta aproximação: a revolução política, com o início do movimento tenentista que culminou com a Revolução de 30; a revolução literária, representada pela Semana de Arte Moderna, no mês de fevereiro, em São Paulo; e a revolução espiritual, desencadeada pelo Centro Dom Vital. “Lembremos ainda que neste mesmo ano foi fundado o Partido Comunista, no Brasil” (FAUSTO, 1996, p. 89). Todos esses acontecimentos desaguam na Revolução de 1930.

Sobre o contexto histórico da Revolução de 1930, Matos (1990, p. 56) escreve que “a política brasileira, na década de 1920, processa-se numa atmosfera de grande instabilidade, agitação e violência armada”. O encaminhamento da sucessão de Washington Luís na presidência da República provocou fortes reações e descontentamentos. Formou-se a Aliança Liberal¹¹¹, que obteve a vitória com a Revolução de 1930 e a ascensão ao poder de Getúlio Vargas. Referindo-se às eleições tidas por “fraudulosas”, em que vencera o candidato oficial, Júlio Prestes, de São Paulo, um periódico católico comenta:

O espírito político, eivado do liberalismo maçônico, em quase quatro décadas de existência, por pouco não chegou a consumir a obra de descristianização e conseqüentemente de desintegração da nacionalidade. A última luta de sucessão presidencial serviu apenas de mostrar até onde nos poderia conduzir uma política malsã, estranha ao bem comum e que, a serviço de um poder discricionário, nenhum respeito tem aos direitos invioláveis e imprescritíveis do cidadão. Sem dúvida, ela foi o crepitar das primeiras chamas, a véspera da tempestade (O HORIZONTE, 1930, p. 1).

Não há dúvida de que, inicialmente, os acontecimentos revolucionários de 1930 provocaram entre a hierarquia e os católicos sentimentos de hostilidade e suspeita. O pavor pela revolução e a subversão da ordem vinham de longa data, perpassando todo o século XIX. A palavra *revolução* por si só suscitava nos meios católicos tradicionais arrepios e temores. As pessoas também julgavam Vargas como uma figura “agnóstica”, de formação “positivista”, e que não inspirava muita confiança em círculos católicos da época¹¹².

¹¹¹ Em 1929, Júlio Prestes foi indicado, depois de uma consulta a todos os 20 governadores de Estado, por Washington Luís como candidato do governo à sucessão presidencial, contando com o apoio do oficialismo, ou seja, os governadores de dezessete Estados. Negaram apoio a Júlio Prestes apenas os Governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Júlio Prestes passou o governo de São Paulo ao seu vice e candidatou-se à Presidência da República, tendo como candidato a vice Vital Soares, então presidente da Bahia. Essa indicação, porém, desagradou o Partido Republicano de Minas Gerais (PRM), especialmente os partidários do governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que esperava que fosse mantida a tradição de revezamento entre mineiros e paulistas na Presidência da República, regra não escrita que garantiria a estabilidade da República Velha. O vice-presidente da República Melo Viana, mineiro, e seus partidários, mantiveram o apoio a Washington Luís e Júlio Prestes. O PRM, então, articulou a Aliança Liberal, integrada pelos oficialismos de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, a que se somaram forças opositoras de diversos estados. Os candidatos da Aliança Liberal foram o presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, para a Presidência da República, e o presidente da Paraíba, João Pessoa, para vice. No Brasil, a situação tornava-se tensa com as denúncias de fraude veiculadas pela Aliança Liberal e, sobretudo, pelo assassinato do candidato à Vice-Presidência pela coligação, João Pessoa. Nesse ambiente, começou a gestar-se uma revolução que visava a depor o presidente Washington Luís antes da transmissão do mando a Júlio Prestes. A Revolução de 1930 teve início em 3 de outubro de 1930. Enquanto as forças revolucionárias colhiam sucessos em sua campanha que avançava do Rio Grande do Sul rumo ao Rio de Janeiro, em 24 do mesmo mês, Washington Luís foi deposto por um golpe militar gestado na Capital Federal. Instalou-se no poder uma junta militar que, no dia 3 de novembro de 1930, entregou o poder a Getúlio Vargas, líder das forças revolucionárias (FAUSTO, 1998).

¹¹² A revolução de 1930 não provocou entre os católicos nada a não ser sentimentos de hostilidade e suspeita. O próprio Vargas provinha do Rio Grande do Sul, estado há décadas sob o domínio absoluto de uma oligarquia inspirada no pensamento positivista, e trazia para o poder uma orientação centralizadora e de fortalecimento do

No entanto, aos poucos, as coisas mudaram e a opinião comum dos católicos se tornou mais favorável no que diz respeito ao chefe do movimento e à Revolução em si. Em um sermão pronunciado em 12 de janeiro de 1930, durante a celebração de uma missa de ação de graças pelo “feliz regresso” do líder político, após sua excursão pelo Rio de Janeiro e São Paulo, durante a campanha da Aliança Liberal, o arcebispo de Porto Alegre conclui com estas expressivas palavras:

Falta-nos na suprema direção da Pátria um novo Moisés, que tenha a audácia cívica de escolher o Nosso Senhor Jesus Cristo para guia da Nação, que tenha a coragem de restabelecer os direitos, os ensinamentos e as leis de Deus em todos os departamentos da sociedade brasileira (REVISTA UNITAS, 1930, p. 51).

O religioso completa o seu pensamento com os seguintes termos:

Eu quisera, como todos os presentes o desejam que este *Moisés, e regenerador da República*, surgisse do meio do heróico povo gaúcho, que partisse do alto das nossas coxilhas verdejantes e, sob as bênçãos da Igreja, e as aclamações de todos os rio-grandenses, e todos os brasileiros, realizasse esse sublime ideal de grandeza e felicidade do Brasil (ibidem, p. 51, grifos nossos).

Um dos fatos que contribuiu significativamente para a simpatia do povo à figura de Getúlio Vargas, “o Moisés redivivo, o condutor do povo”, ao seu novo governo foi a atuação de Dom Leme na deposição do Presidente Washington Luís (1926-1930), em outubro de 1930. “De todos os recantos do Brasil e até dos maiores amigos do Governo vêm ao Cardeal apelos urgentes no sentido de uma ação medianeira”. Dirigindo-se ao presidente em perigo, diz Dom Leme: “O povo brasileiro quer a Paz, antes de mais nada e custe o que custar. O que ainda está contendo o Povo e as tropas é a esperança de minha ação junto a Vossa Excelência. Hoje, Vossa Excelência poderá agir sem intimação dos canhões. Amanhã será tarde”. Segundo Matos (1990, p. 57), “a intervenção do Cardeal evitou o derramamento de sangue e salvou, de fato, a vida de Washington Luís. O próprio Vargas sempre lhe ficou grato por esta atuação”.

Estado. Alceu Amoroso Lima, no início, define a revolução getulista como “obra da Constituição sem Deus, da Escola sem Deus, da Família sem Deus”. Gustavo Capanema, que desenvolveu nos anos seguintes relação de íntima colaboração com Alceu, descreve Getúlio Vargas como “homem frio, inexpressivo; não achei nenhuma flama, nenhuma simpatia; sem ardor, sem luz; não inspirando confiança”. E mais tarde, sobre a missa de que Getúlio participou em Minas, ao lado de Olegário Maciel e Afrânio de Melo Franco: “Getúlio não ajoelhou. Protestante? Dizem que tem um filho chamado Lutero. Positivista, talvez. Talvez nada” (SCHWARTZMAM, 1986, p. 119).

Nessa época, o escritor norte-mineiro Cyro dos Anjos¹¹³ emitiu uma nota no jornal *Folha do Norte* apresentando o cenário político na região:

A Actuação de M. Claros na Revolução

Do nosso companheiro Cyro dos Anjos, actualmente em Montes Claros, recebemos ontem o seguinte telegrama:

“Montes Claros – Reina formidável entusiasmo aqui e em todas as cidades do Norte, pela revolução. Aqui estão tomadas todas as repartições federaes, inclusive a Central do Brasil, sem nenhuma resistencia.

O tenente Coelho Araujo dirige o movimento com energia e serenidade. Todas as estações da Central estão ocupadas por tropas do tenente Coelho. Granjas Reunidas, o famoso reducto dos aproveitadores do prestismo, acaba de ser ocupada por forças desse official. Como sabem, ali é logar de grande aglomeração de gente dos Dolabella.

Segundo noticias seguras aqui chegadas, a fronteira com a Bahia acha-se convenientemente guarnecida. Aliás, daquella parte, nenhum perigo existe para a causa da revolução.

A cidade está em absoluta calma. Estão sendo organizados varios batalhões patrioticos.

Cyro dos Anjos (FOLHA DO NORTE, 1930a, p. 2).

Veja que o escritor defendeu o movimento revolucionário de 1930 e condenou os possíveis “perigos” do movimento de resistência pelos *prestistas*¹¹⁴ da cidade. A Revolução, com início em 3 de outubro de 1930, rumou do Sul do país ao Rio de Janeiro, e seus ecos foram ouvidos no norte de Minas Gerais. Em 24 do mesmo mês, o presidente da República Washington Luís foi deposto por um golpe militar gestado na Capital Federal. Instalou-se no poder uma junta militar que, no dia 3 de novembro de 1930, entregou o poder a Getúlio Vargas, líder das forças revolucionárias.

Dentro deste movimento, a política e a Igreja travam laços de cordialidade. Nas palavras de Matos (1990, p. 181), “o governo começou a aquilatar o alcance e o significado da força e do prestígio da Igreja”. Enquanto Vargas sempre explorava a influência do Catolicismo, em vista de seus planos político-administrativos, a Igreja tomava consciência de seu papel no campo social, canalizando seu potencial de pressão no sentido de conquistar seus desideratos. Daí o destaque à figura de Dom Leme, que colocou em prática o que Henrique Cristiano José Matos chamou de sua tríplice ação apostólica:

¹¹³ Cyro Versiani dos Anjos nasceu em Montes Claros em 5 de outubro de 1906 e foi um jornalista, professor, advogado, cronista, romancista, ensaísta e memorialista brasileiro.

¹¹⁴ Os eleitores e simpatizantes do candidato à presidência da República, Júlio Prestes, em 1929 eram chamados *prestistas*.

No campo da *ação católica*. Em 1922 D. Leme criou a “Confederação das Associações Católicas do Rio de Janeiro”, com a finalidade de “colher, como numa rede, a multiplicidade das iniciativas católicas para delas obter uma inteligente união de vistas e de esforços, uma maior capacidade produtiva”. No campo das *élites intelectuais*, que desempenhavam papel decisivo “na propagação das idéias”. É aqui que se situa, sobretudo, o Centro Dom Vital. No campo *político*: o encaminhamento das reivindicações católicas para a nova ordenação política do país, no qual se destaca a L.E.C. (Liga Eleitoral Católica). D. Leme auspiciava, de fato, “o advento de uma ordem cristã, isto é, de uma legislação e de uma mentalidade política em que fossem reconhecidos e respeitados os direitos de Cristo e da Igreja (MATOS, 1990, p. 182, grifos do autor).

Dom Leme atuou em três campos, mas foi no campo político, em especial, que o governo encontraria na Igreja uma aliada diante da sociedade. Neste sentido, Fausto afirma que uma importante base de apoio do governo foi a Igreja Católica. A Igreja levou a massa da população católica ao apoio do novo governo (FAUSTO, 1998; HORTA, 1994). A aproximação entre Igreja e Estado foi claramente percebida no evento da inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, em 12 de outubro de 1931. “Getúlio e todo o ministério concentravam-se na estreita plataforma da estátua pairando sobre o Rio de Janeiro” (FAUSTO, 1998, p. 333). Antecedendo à inauguração da estátua, a Igreja aclamou, no mesmo ano de 1931, Nossa Senhora Aparecida como padroeira oficial do Brasil e consagrou a nação “ao Coração Santíssimo de Jesus, reconhecendo-o para sempre seu Rei e Senhor” (ibidem, p. 334). São atitudes que reforçam a ação política da Igreja direcionada às massas, firmando seus valores e testemunhos nas gerações futuras que têm na ritualização desses momentos e monumentos um importante instrumento da crença católica.

Por ocasião da passagem do então cardeal Eugênio Pacelli¹¹⁵ pelo Rio de Janeiro, em 1934, foi-lhe concedido um banquete no Itamarati, por ser o delegado papal para o Congresso Eucarístico de Buenos Aires. Nessa oportunidade, Vargas declarou:

A República, na sua primeira Constituição de 1891, proclamou a separação entre a Igreja e o Estado; mas esta separação, no intuito dos que elaboraram a magna carta e, na prática sensata dos que a executaram, não foi um divórcio, nem se baseou em sentimentos ímpios. Foi apenas uma definição política entre dois poderes que se conjugam na mesma obra de paz e de progresso. Esta hermenêutica moderada e liberal, inspirada pelo alto espírito de conciliação e bom senso dos governos que se têm sucedido na vida republicana do país, acaba de receber, explícita, a aprovação da recente Assembléia Constituinte, que votou no seu artigo 17 “a colaboração recíproca em prol do interesse coletivo” de todas as forças espirituais e materiais da nacionalidade. Foi assim

¹¹⁵ O cardeal Eugênio Pacelli se torna papa em 1939, e passa a adotar o nome Pio XII. Seu pontificado durou até o ano de 1958, data de sua morte.

que a organização política da República julgou permanecer fiel às tradições de nossa história e às realidades vivas do nosso povo (VARGAS, 1934, p. 347-348).

Getúlio foi bastante perspicaz em não romper com a Igreja naquele momento. Ele manteve os privilégios da Igreja, mas impunha-lhe silêncio. “A Igreja manteve exatamente tudo o que vinha da Constituição de 1934, sem ter nada escrito, e isto explica a profunda acomodação da Igreja diante da ditadura de 1937 a 1945” (BEOZZO, 1985, p. 51).

Então, o novo período iniciou um clima de diálogo e aproximação entre os dois poderes, sem que isso significasse, de forma alguma, abdicação da respectiva autonomia na gestão dos assuntos específicos do Estado e da Igreja. Houve um esforço para superar eventuais tensões entre ambas as partes, sendo feitas, na medida do possível, concessões recíprocas. A hierarquia eclesiástica considerou apenas indispensável a garantia oferecida pelo Estado de resistência a qualquer plano de mudança social inspirado nas doutrinas do Comunismo¹¹⁶, do filósofo Karl Marx¹¹⁷. Em contrapartida, a Igreja Católica se comprometeu a arregimentar suas forças para manter a estabilidade do poder político, sempre que necessário, sem colocar em questão sua

¹¹⁶ A encíclica *Divinis Redemptoris*, publicada pelo papa Pio XI em 19 de março de 1937, reafirmou a condenação do Comunismo. Na *introdução*, o papa chama o comunismo de perigo ameaçador. No capítulo *Atitude da Igreja perante o Comunismo*, ele recorda que a condenação do comunismo pela Igreja é antiga e que já vinha desde 1846 na Encíclica *Qui Pluribus* em que Pio XI deixava claro: “Para aqui essa doutrina nefanda do chamado comunismo, sumamente contrária ao próprio direito natural, a qual, uma vez admitida, levaria à subversão radical dos direitos, das coisas, das propriedades de todos e da própria sociedade humana”. O emissor relembra ainda Leão XIII, na sua Encíclica *Quod Apostolici Muneris* de 1878, na qual afirmava, de modo contundente: “Peste mortífera, que invade a medula da sociedade humana e a conduz a um perigo extremo”. Repassa também os atos, alocações e documentos do próprio pontificado dentre os quais se sobressai a Encíclica *Quadragesimo anno*, de 15 de maio de 1931, em que reitera as razões e motivos da condenação do comunismo. Na *Divinis Redemptoris* o papa Pio XI criticou os bolchevistas e ateus que pregavam que o comunismo era o “novo evangelho e mensagem salvadora de redenção”. Ele considerou que o comunismo era um “sistema cheio de erros e sofismas, igualmente oposto à revelação divina e à razão humana; sistema que, por destruir os fundamentos da sociedade, subverte a ordem social, que não reconhece a verdadeira origem, natureza e fim do Estado; enfim, que rejeita e nega os direitos, a dignidade e a liberdade humana” (PIO XI, 1937, p. 2-3).

¹¹⁷ Comunismo, a palavra vem do latim *communis*, que significa comum, universal. O Comunismo pode ser compreendido como certo tipo de ordenação social, política e econômica onde as desigualdades seriam sistematicamente abolidas. Por meio dessa premissa, a experiência comunista parte de um pressuposto comum onde a desigualdade social gera problemas que se desdobram em questões como a violência, a miséria e as guerras. Um dos seus principais mentores filosóficos, Karl Marx (1818-1883), postulou que o Comunismo seria a fase final do desenvolvimento da sociedade humana, e que isso seria alcançado através de uma revolução proletária, isto é, uma revolução encabeçada pelos trabalhadores das cidades e do campo. O Comunismo puro, no sentido marxista, refere-se, então, a uma sociedade sem classes (sociedade regulada), sem Estado (ácrata ou apátrida) e livre de quaisquer tipos de opressão, na qual as decisões sobre o que produzir e quais as políticas deve-se prosseguir são tomadas democraticamente, permitindo, dessa maneira, que cada membro da sociedade organizada possa participar do processo, na esfera política e econômica da vida pública e/ou privada. Como uma ideologia política, o Comunismo é geralmente considerado como a etapa final do socialismo, um grupo amplo de filosofias econômicas e políticas que recorrem a vários movimentos políticos e intelectuais com origens nos trabalhos de teóricos da Revolução Industrial e da Revolução Francesa (MARX, 1983; VILAR, 1988).

legitimidade. “O Estado Novo foi o reencontro do Brasil consigo mesmo” (LENHARO, 1986, p. 19).

No norte de Minas Gerais, a ação varguista de unificação do país chegou pela divisão dos seus extensos municípios em unidades administrativas menores. Para o governo, era preciso conhecer os rincões e o interior do Brasil para unificá-lo e fiscalizá-lo. Interventores militares foram nomeados a fim de dirigir essas terras e, a partir de então, certamente, a visibilidade e a presença do aparelho estatal se fortaleceram. Nestes moldes se dá a criação do município de Porteirinha, em 17 de dezembro de 1938¹¹⁸. Os primeiros anos de governo de Altivo de Assis Fonseca foram celebrados com a presença constante de poderosos fazendeiros, os antigos “coronéis”, de comerciantes, donos de pequenas indústrias, servidores públicos, agricultores, além do vigário da cidade.

Neste mesmo período, o Estado Novo intensificou sua atuação e criou o Serviço de Inquéritos Políticos Sociais (SIPS). O SIPS foi comandado por Felinto Müller, chefe de polícia do Governo Federal, e instalou no país uma verdadeira “caça às bruxas”, em que comunistas, intelectuais e políticos contrários ao novo regime foram perseguidos, presos e torturados. Na região, diversos profissionais liberais como advogados, médicos e jornalistas receberam um ofício que tinha como objetivo fazer um levantamento sobre possíveis opositores ao Estado Novo e verificar como a população vinha reagindo ao novo regime e seu nível de predileção a este ou ao sistema anterior¹¹⁹. O documento tinha como justificativa “prevenir qualquer alteração da ordem política, em todo o País” (SIPS, 1939, p. 1). Este poderoso mecanismo criava um ambiente de medo em que todos os sujeitos deveriam internalizar os valores que seriam capazes de proporcionar a verdadeira “nacionalização das condutas”.

¹¹⁸ O Diretório Municipal de Geografia, por exemplo, órgão subordinado ao Conselho Nacional de Geografia do IBGE, foi criado pelo Decreto-lei municipal n. 10, de 19 de julho de 1939, a fim de “ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território patrio”. A Agência Municipal de Estatística também foi outro instrumento que integrava o município ao território brasileiro. O decreto-lei n. 4, de 18 de fevereiro de 1939, dava os contornos da necessidade de tal empreendimento: “Atendendo à vantagem indiscutível de integrar o município de Porteirinha por meio da criação de um serviço local de estatística, no grande sistema em que se converteu o Instituto Nacional de Estatística [...], o município poderá contribuir eficientemente para a realização dos recenseamentos nacionais ou regionais. [...] Assim entre as necessidades modernas da administração pública, se inclui indubitavelmente, a de um serviço regular e permanente de estatística” (PORTEIRINHA, 1939d, p. 142).

¹¹⁹ Este ofício lançava três questões bem diretas aos remetentes: “1) Como na realidade, sem paixão ou simples desejo de agradar, foi recebido o Regime instituído em 10 de Novembro de 1937?; 2) Sob que aspecto o povo, nas suas diversas classes, recebeu o Estado Novo com mais entusiasmo?; 3) Qual a diferença que, no modo de ver popular, é feita entre o Regime atual e o anterior ao Estado Novo, em face das realidades ambientes? Isto é, o que o povo acha melhor ou pior, dentro do campo local de observação, entre o presente e o passado? (SIPS – Serviço de Inqueritos Politicos Sociais. Ofício ao Exmo. Snr. Dr. Horacio Marinho Ferreira Paulino [Grão Mogol] do Chefe de Policia, Filinto Müller, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1939, s/p).

Nos discursos proferidos pelas autoridades políticas durante o Estado Novo, as figuras do presidente da República e do governo eram exaltadas. Ideias que evocavam o equilíbrio, a estabilidade, a ordem e a tenacidade eram postas em circulação no cotidiano. Vejamos uma matéria do jornal *Gazeta do Norte*, em 1943, que mostra a visita de Dermeval José Pimenta, secretário da Viação, do então governador/intevector de Minas Gerais, Benedito Valadares, ao município de Porteirinha. Nos discursos pronunciados pelas autoridades locais ao secretário, notaremos a congregação das forças do Estado Novo e suas marcas sendo ecoadas no norte de Minas Gerais. O jornal mostra, inicialmente, a chegada do secretário e da sua comitiva no município:

ao se aproximarem de Porteirinha foram saudados com uma salva de adrianinos vindo ao seu encontro o Prefeito dr. Altivo Fonseca e demais autoridades locais, alunos do grupo escolar e escolas particulares, senhoras e senhorinhas e representantes de todas as classes sociais de Porteirinha (GAZETA DO NORTE, 1943c, p. 4).

Após a recepção, e em companhia do prefeito, o secretário Dermeval Pimenta escolheu o Grupo Escolar João Alcântara como o primeiro ponto de visitação, conforme figura a seguir:

Figura 17 - Recepção de Dermeval José Pimenta pelos alunos do Grupo Escolar



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). Fotografia da recepção de Dermeval José Pimenta pelos alunos do Grupo Escolar de Porteirinha, em julho de 1943.

Tidas como símbolos do futuro do Brasil, as crianças no Estado Novo representavam a iniciação ao conhecimento da vida nacional e ao exercício das virtudes morais e cívicas. Estar

presente no chão de uma escola representava oferecer apoio às crianças que estavam sendo formadas para serem úteis à família, à sociedade e ao Brasil.

Após sua passagem pelo Grupo Escolar, visitou a Prefeitura Municipal e outros estabelecimentos públicos de Porteirinha, como cadeia e mercado. Na ocasião, o articulista do jornal diz que “foram verdadeiramente vibrantes as homenagens do povo ao dr. Dermeval José Pimenta; e nos diversos discursos proferidos ali, as eminentes figuras do Presidente da República e do Governador do Estado foram delirantemente ovacionadas” (GAZETA DO NORTE, 1943c, p. 3). Depois das visitas, um lauto almoço foi oferecido à comitiva e, neste momento, o prefeito Altivo de Assis Fonseca fez o seguinte discurso:

Exmo. Sr. Dr. Dermeval José Pimenta.
 DD Secretario da Viação e Obras Publicas.
 Em nome do municipio cuja direção me foi confiada pelo Exmo. Sr. Governador Valadares, eu tenho a grande honra e a indisfarçavel satisfação de apresentar V. Excia. os nossos votos de boas vindas.
 [...] a população desta unidade mineira em formação, pedaço do sertão mineiro, orgulha-lhe por justo motivo da honrosa visita. Certamente a inteligencia, o *patriotismo* sadio e a longa *experiencia* de V. Excia. serão os *guias* leais e intimoratos da gestão brilhante cuja estreita colaboração com os emeritos governos de Minas e do Brasil terá por mira o maior desenvolvimento de Minas e a *grandeza de nossa Patria* estremecida.
 E de tudo isso V. Excia. nos veio dar a insofismavel prova: abandonando o conforto e a alegria de seu *abençoado lar* e a sombra de seu gabinete, percorre e percorrerá ainda em inspecção tecnica, as obras e serviços dirigidos e fiscalizados pela sua pasta. É de homens publicos como V. Excia. de que o Brasil necessita, especialmente nestas *horas amargas e angustiosas da nacionalidade* seriamente ameaçada (ibidem, p. 4, grifos nossos).

Depois de calorosos votos de boas-vindas e agradecimento pela visita e pela colaboração ao governo, o prefeito eleva o nome do secretário de Estado e o coloca na posição de grande inspetor técnico. Em seu discurso, palavras-chave como “inteligência”, “patriotismo sadio”, “longa experiência” e “guias” passavam uma imagem positiva do governante. Quando o enunciador diz que o secretário “abandonando o conforto e a alegria de seu *abençoado lar* e a *sombra de seu gabinete, percorre e percorrerá* ainda as obras e serviços dirigidos e fiscalizados pela sua pasta” (ibidem, p. 5), ele emprega um jogo de palavras e constrói uma representação do governante enquanto pai de família que faz o bem e um favor à população. Por fim, o enunciador, temeroso com um possível rompimento da ordem estabelecida pelo Estado Novo¹²⁰, roga o nome do visitante ao dizer que o Brasil necessita de homens com seus atributos.

¹²⁰ Provavelmente, o enunciador se referia à derrota das nações nazi-fascistas na Segunda Guerra e que foi a brecha que surgiu para o crescimento da oposição ao governo de Vargas. A batalha pela democratização do país ganhou

Ao falar das qualidades do auxiliar do governador, o prefeito buscava persuadir os ouvintes ao dizer que o governo de Minas Gerais, por meio do equilíbrio, da tenacidade, da ordem e da disciplina política, na conjuntura nacional, ajudava construir a imagem de um Brasil grande, uno e forte, do qual todos faziam parte. O fragmento a seguir traz o engendramento desta ideia:

V. Excia [...] possui cerebro e metodos capazes de dar a aplicação devida às riquezas das terras montanhosas; é destes que sabem meditar com profunda *serenidade* a vocação dos mineiros pela luta para vencer as distancias e alturas que os estão separando do mar, o *equilibrio, tenacidade, ordem e disciplina* interior de seus governantes em prol da grandeza de Minas dentro de um *Brasil uno e forte*, respeitado pelas maiores potencias do mundo moderno (GAZETA DO NORTE, 1943c, p. 4, grifos nossos).

O prefeito Altivo ainda faz uma reflexão acerca do Brasil e de Getúlio Vargas. Para o prefeito, antes de 1937 o Brasil estava imerso em políticas perdidas e errantes; o Estado Novo e Getúlio viriam para redimir o país e reconquistar aquilo que havia perdido e, por isso, eram salutares o agradecimento e o louvor ao líder da empreitada. A partir daí o enunciador ergue a voz e aclama o trabalho, a segurança e a tranquilidade, um cenário supostamente ligado às ações do espírito idealizador de Vargas:

O Brasil de hoje, o novo Brasil redimido e renovado pelo grande Presidente Vargas, num movimento espontaneo de gratidão e de louvor, se levanta para saudar a realidade em que se transformou a grande esperança que lhe foi anunciada. É o Brasil que está de pé. Um Brasil que se compreende; que confia nas próprias forças; que trabalha porque tem segurança; que pensa porque tem tranquilidade; que produz porque o amparam e o estimulam; que faz tudo isso porque tem o exemplo nobilitante de um grande espirito que idealiza e executa. Este Brasil grandioso de que V. Excia. faz parte orgulhosos e fortes, crentes e tranquilos, inteiramente seguros da grandeza do futuro, em face da magnifica grandeza do presidente (ibidem, p. 5).

Por fim, ao desejar felicidades ao visitante em suas ações governamentais, o prefeito localiza a cidade de Porteirinha dentro do cenário nacional, e integrada em um “ambiente feliz”, caberia à população, de forma orgulhosa e tranquila, cooperar com este projeto de unidade, com o Brasil renovado: “E Porteirinha tambem integrada neste feliz e renovado Brasil saúda V. Excia. por meu intermedio, augurando a V. Excia. inesgotavel felicidade no desempenho da alta tarefa que lhe foi acertadamente confiada” (GAZETA DO NORTE, 1943c, p. 5).

força aí. O governo foi obrigado a indultar os presos políticos, além de constituir eleições gerais, que foram vencidas pelo candidato oficial, isto é, apoiado pelo governo, o general Eurico Gaspar Dutra.

Em seguida, no mesmo tom, a professora do Grupo Escolar, Lília Alvarenga de Carvalho, discursou em nome da família porteirinhense, e com palavras entusiasmadas, agradeceu a visita da comitiva e apresentou as aspirações das pessoas do município:

A Família Porteirinhense agradece-vos reconhecidamente por terdes escolhido a nossa pequenina mas orgulhosa cidade para a passagem de tão ilustres pessoas e transmite aos seus votos de simpatia, apreço e amizade. Podereis ver com vossos próprios olhos a alegria, o entusiasmo e a grande felicidade que cada um demonstra com a honrosa presença de todos vós. Em cada coração vive a esperança no futuro e cremos sinceramente que esta pequenina cidade com apenas 4 anos de existencia terá seu campo de aviação, sua estrada de ferro, suas fabricas, enfim tudo o que é necessario para que ela se torne grande e majestosa (GAZETA DO NORTE, 1943c, p. 5).

Pedindo a interferência de Deus, a professora clamou à população união rumo à “prodigiosa, heróica e vibrante ascensão ao esforço homogêneo pela grandeza do Brasil”. No discurso, palavras como “equilíbrio”, “ordem” e “conservação” davam a tônica do pensamento que se operava. Suas palavras definiam o tipo de sociedade que almejavam manter:

Deus atenderá as suplicas dos nossos corações, mas primeiramente, é preciso que a paz volte a reinar, pois todos vós sabeis das atribulações da hora presente e das incertezas dos dias tormentosos que a sociedade humana atravessa. Para a realização desse ideal supremo é preciso que todos nós marchemos unidos em ascensão prodigiosa heroica e vibrante no sentido da colaboração e do *esforço homogêneo* pela prosperidade e pela grandeza do Brasil. Senhores! Desejamos com o nosso gesto, significar o respeito que voltamos às vossas eminentes funções, cujo alcance é da mais alta relevancia para a obra de *equilíbrio, ordem e conservação* da nossa majestosa Patria, o Brasil (ibidem, p. 5, grifos nossos).

Enquanto professora, Lília Alvarenga Carvalho representava a voz da escola. Em seu discurso, buscava acabar com as individualidades e ao mesmo tempo destacar a unidade nacional, tudo de acordo com os interesses do regime. Para conseguir implantar esse ideal de unidade era preciso criar uma identidade cultural, a partir da construção de um “novo Brasil”; por conseguinte, esse “novo país” precisava de um “novo homem” que esquecesse as questões individuais e voltasse para o coletivo, para a Nação.

Esse ideário buscou um formar um homem carregado de um sentido moral, cívico e patriótico. As escolas seriam um dos principais símbolos para esta mudança.

Em sentido especial, a educação talvez seja uma das traduções mais fiéis daquilo que o Estado Novo pretendeu no Brasil. Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de

brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados (BOMENY, 1999, p. 139).

Podemos analisar, a partir da citação, que o governo buscava criar uma identidade cultural e, para isso, utilizou a educação. Para chegar a essa educação carregada de civismo, patriotismo e moral, o Estado Novo empregou os intelectuais para fundamentar e guiar a população na direção que interessava ao governo. Por isso, a educação, responsável pela formação da sociedade, passou a ser uma peça fundamental no Estado Novo. Não é à toa que a doutrina católica voltou a fazer parte do currículo escolar com o seu Ensino Religioso, dando ao “novo homem” uma moral católica, imbuída de uma simbologia cristã e ao mesmo tempo conservadora, conforme afirma Lima (2013).

Esse período de aliança entre Igreja e Estado possibilitou uma fase de projeção dessas duas instituições. No *Jornal de Porteirinha* foi estampada uma matéria rica em expressões eufóricas escrita pelo padre Julião acerca do novo governo local:

Porteirinha, um dos novos municípios que trabalha e progride

Dentre os municípios ultimamente creados pelo exmo. Sr. Governador Benedito Valadares, Porteirinha marcha á vanguarda, não só por suas magnificas possibilidades como pela orientação de desenvolvimento e trabalho que lhe vem imprimindo o seu *operoso, espiituoso e ilustrado* prefeito dr. Altivo de Assis Fonseca.

Em sua proficua administração numerosos tem sido os melhoramentos que vem sendo introduzidos na cidade, destacando-se o excelente Matadouto, o Necroterio e Cemiterio Municipal, cujos aspectos ilustram esta pagina.

O dr. Altivo Fonseca vem cuidando igualmente com grande interesse da construção e melhoria das estradas do município, sendo varias as pontes de vulto construidas em sua administração.

Outro problema que vem merecendo os cuidados do ilustre administrador é a melhoria das rendas municipais, que vêm subindo num crescendo, pela orientação *equitativa, justa e enérgica* com que são cobrados os tributos municipais. Por todos esses motivos Porteirinha é um município em pleno florescimento e acentuado progresso (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1941, p. 2, grifos nossos).

A matéria descreve as obras realizadas em Porteirinha durante os três primeiros anos da administração de Altivo. Nota-se um texto bastante expressivo que enaltece o potencial do município e os recentes feitos governamentais, tudo misturado no melhor ambiente de paz social. Ao mesmo tempo, a figura do administrador é exaltada por expressões como operoso,

ilustrado, doutor, espirituoso e cuidadoso. Além disso, suas ações equitativas, justas e enérgicas complementam suas qualidades psicológicas. O texto do pároco leva o leitor a criar um sentimento de legitimidade, alegria e otimismo pelo governo que “trabalha, progride e gera a simpatia da população”. O padre Julião prestigiou o poder político constituído e manteve com ele relações de cordialidade. Para Marchi (1989, p. 215), “a Igreja se valeu de sua condição de instituição religiosa identificada com a quase totalidade da população para atuar em defesa de seus interesses e manter-se presente em quase todas as ações dos governantes”. Desta maneira, o prefeito de Porteirinha, na condição de católico fervoroso, participou de muitos momentos importantes da Igreja.

Lenharo (1986, p. 189-190) faz uma interessante explicação acerca da participação política da Igreja Católica nos anos 1930:

Na luta particular (“empresa espiritual para o bem das almas”) contra o seu inimigo visceral, a Igreja sempre contou com o auxílio do “Estado Cristão” [...]. Dessa união, entretanto, quer nos parece que a sua contribuição tenha sido ainda mais considerável, mais prestando serviços do que recebendo compensações. São dois os planos de auxílio que a Igreja prestou ao Estado no Brasil dos anos 30: o primeiro, de caráter mais constitucional, significou um apoio político decisivo em momentos cruciais da década; o segundo, não menos importante, relacionou-se à função milenar e indispensável de domesticação das consciências.

A escola e a Igreja em Porteirinha trabalharam para domesticar as consciências das pessoas, formar a alma e, também, ofereceram apoio político. Ambas serviram como eficientes instrumentos para denunciar e reprimir ações contrárias ao governo e exaltar e legitimar suas práticas. “O legado teológico católico penetrou nos poros culturais do país, mas parte disso se deu pelo investimento na composição maquínica do poder (o Estado), seu aliado certo contra o inimigo certo” (LENHARO, 1986, p. 191).

“Entre 1930 e 1945, a Igreja Católica passou a buscar presença marcante na sociedade e conseguiu o laicato de boa parte da elite brasileira” (MAINWARING, 1989, p. 43). Como uma forte estratégia para manter a influência na sociedade, a Igreja estimulou a espiritualidade e o trabalho do apostolado entre os leigos por meio das associações religiosas. Essas associações religiosas leigas, instituições que ganharam bastante relevo e visibilidade na época, serão objeto de análise na próxima seção.

3.4 As associações leigas da Igreja Católica em Porteirinha

Inúmeras referências sobre a ignorância religiosa são encontradas nas cartas pastorais do episcopado brasileiro. Sobre esta realidade, merece destaque o pensamento de Dom Leme apresentado na Carta Pastoral de 1916. Ao tratar da ignorância religiosa, Dom Leme não aborda exclusivamente a realidade de Olinda, mas algo que diz respeito ao Brasil: o clero era insuficiente, as populações rurais estavam praticamente abandonadas e eram poucos os movimentos de associações religiosas. Nesta ocasião, Dom Leme (1916, p. 44-45) insiste em apresentar a ignorância religiosa como a raiz dos grandes males sociais:

Essa grande massa que, nas energias inconsumíveis da sua tempera, constitui o nervo resistente à dissolução da pátria; esse povo imenso que forma aquilo que o Brasil tem de mais puro e forte, esse heroico povo brasileiro, cuja fibra soffredora tem sido uma verdadeira odysseia da luta insana contra os elementos da natureza e as injustiças dos homens; esse povo desconhecido que jornada na vastidão dos campos ou lida no vai-vem das cidades; o povo, enfim, o povo rude e pobre, é victima da mais lamentavel ignorancia religiosa.

Para Dom Leme, “o povo era suscetível aos encantos e às credências, especialmente às do espiritismo, que se enraizava com muita facilidade no seu imaginário e explorava a religiosidade popular”. Dizia que sem instrução religiosa, tornava-se ávido por formas diferentes de culto. E, na defesa deste povo pouco instruído, atacou com veemência os fenômenos dos espíritos falantes e das superstições. Para ele, o veneno estava nas explicações sobre o aparecimento dos espíritos e no fanatismo religioso. A partir destes elementos, ele apresentou as estratégias mais eficazes para combater o grande mal da ignorância religiosa: “a pregação, os boletins paroquiais, os livros de devoção, as semanas religiosas, a educação no lar, todos deviam ser educados na verdade e no bem, com esperanças de um ‘Brasil melhor’” (ibidem, p. 45).

Neste contexto histórico, apresentou outra estratégia:

Para ser a mais bela e a mais rica das nações, o Brasil precisa de homens, apenas. Nem se requer que sejam estadistas consumados ou políticos de vocação. Basta sejam homens de bem e respeitem as leis. Ora, para fomentar o culto da lei, nada melhor que a religião. [...] Haja educação cristã, iluminada e austera, e teremos magistrados, legisladores e toda uma floração de homens publicos, respeitadores da lei e respeitados do povo (ibidem, p. 85-86).

Dom Leme recomenda ao clero que insistisse com os pais sobre o dever que têm em educar de forma cristã os filhos, “sendo a escola do lar a primeira garantia do futuro do

indivíduo, da família, da sociedade e da pátria” (LEME, 1916, p. 86). Historicamente, vemos que o movimento de romanização, sobretudo a partir da década de 1920, sensibilizou parte dos intelectuais, desencadeando, dentro da Igreja Católica, novas conversões e vocações religiosas, levando um número maior de leigos motivados aos apóstolados católicos. A frase “É preciso catolicizar o Brasil!” ecoou como espécie de lema entre o clero brasileiro. Imbuído neste espírito, Matos (1990) aponta que nos anos 1920 a força do Catolicismo dependeu de sua união e organização. Os católicos deviam alistar-se às associações: “Arregimentem-se. A união faz a força. A nossa imensa maioria católica tem sido espezinhada por uma ridícula minoria, por falta de organização”, dizia o jornal *O Horizonte*, em 24 de novembro de 1932. As associações leigas foram vistas como um “instrumento providencial” na formação do católico para o qual os mandamentos da lei de Deus e da Igreja eram norma segura de vida. Dentro delas, buscou-se formar “o católico sincero, obediente à Santa Igreja e às autoridades eclesiásticas, modelo de cidadão, homem honesto e exemplar de virtudes cristãs e sociais” (MATOS, 1990, p. 189).

A Arquidiocese de Mariana, berço da religiosidade católica mineira, em 1933 lançou um boletim eclesiástico e com interessantes dados acerca do conceito e das funções das associações religiosas:

Na sociedade eclesiástica nada contribui tão eficazmente para a perfeição cristã como as Associações Religiosas, o seu rebate solene que se faz ouvir nas paróquias é como o brado de clarim aos cristãos, para que não esqueçam os *seus deveres*, nem favoreçam com a negligência a nefasta ação inimiga, que tenta subverter as classes e destruir no homem tudo que é grande. A vida paroquial incrementa-se com o prestígio inegável das Associações Religiosas; reformando-se *os costumes*, a autoridade encontra apoio, e o reino de Cristo se dilata na sociedade com um crescente sempre notável da *tranquilidade social* (BOLETIM ECLESIÁSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA, 1933 apud MATOS, 1990, p. 189-190, grifos do autor).

No boletim, a hierarquia católica não faz um chamamento qualquer, mas diz às pessoas que deviam cumprir seus deveres. Os católicos, arregimentados em seus apóstolados e disciplinados na fé, deveriam combater os velhos inimigos da Igreja: a Maçonaria, o Protestantismo, o Espiritismo, o Materialismo e agora o Comunismo, que crescia no mundo e propunha “subverter as classes sociais”. Aos párocos, juntamente com os letrados de cada recanto do país, foram dadas novas atribuições: buscar apoio junto às autoridades políticas, aquecer a imprensa católica com jornais, boletins paroquiais, livros de devoção, folhetins etc. e fazer circular a intenção, a doutrina e as ações da Igreja em toda sociedade.

Para a Igreja, todos deviam ser educados “na verdade e no bem”, isto é, a verdadeira educação era a cristã, mediada nos lares e nas escolas, como apregoa a concepção Sociedade

Perfeita. As associações religiosas leigas tornaram-se uma poderosa estratégia para envolver as pessoas nos ensinamentos e práticas da fé católica.

Segundo Azzi (2008), nas cidades e nas vilas espalhadas em todo o Brasil multiplicaram-se estas associações. No norte de Minas Gerais não foi diferente. Apresentaremos, a seguir, as associações religiosas e leigas da Paróquia São Joaquim de Porteirinha e sua influência na política, na imprensa e na educação para a construção de um ambiente católico e renovador na cidade.

3.4.1 *O Apostolado da Oração Sagrado Coração de Jesus: o laicato, o político e Deus*

Hino *Sou christão!*

– Ódio e guerra ao christão e à Igreja,
Morte a Deus! – O blasphemo jurou
– Mas em vão contra o Céu, se peleja,
Deus não morre! – o christão exclamou!

O christão não conhece receio;
Dá-lhe alentos a vista da cruz
Da renhida peleja no meio;
Luctará, vencerá com Jesus.

Sempre o lemma das nossas bandeiras
Há de ser: “*Pela Patria*” e “*por Deus!*”.
Não deshonrem as nossas fileiras
Renegados, traidores e atheus!

Sou christão!... eis a minha nobreza!
E se alguém de negar a sua fé
Algum dia tiver a fraqueza,
Impio sim, Brasileiro não é!...

Sem temor, sem respeitos humanos
De Jesus professemos a lei!
Ei, irmãos, repitamos ufanos:
Sou christão e christão morrerei!

Padre Amando Adriano Lochu
(Manual do Apostolado da Oração, 1923, p. 288-289).

De acordo com Cunha (2013), desprovida da dominação que jamais deixou de tentar recuperar, a alta hierarquia da Igreja Católica partiu para a retomada de poder. Para isso, “intensificou a romanização do clero, iniciada no período imperial e passou à formação de leigos, isto é, católicos não submetidos às regras nem aos votos religiosos, dotados de alta

qualificação intelectual para a difusão da fé e da defesa dos interesses da Igreja” (CUNHA, 2013, p. 47).

Foi nesse cenário que o Brasil, no final da década de 1930, experimentou uma atuação mais combativa da Igreja. Além dos grandes centros urbanos, esta atuação tomou conta dos rincões e dos sertões. Junto a ela, o nacionalismo varguista também foi levado por um novo grupo intelectual político. O hino do Apostolado da Oração *Sou Cristo!*, entoado nas paróquias e associações católicas espalhadas pelo Brasil afora, em uma alusão a soldados prestes a irem à guerra, convocava os católicos a tomar suas armas, seu posto e lutar contra os inimigos da Igreja a fim de reconquistar sua hegemonia na nação. De fato, o Apostolado da Oração muito contribuiu para preparar e escalar estes “soldados”, e teve como objetivos a irradiação da vida cristã na sociedade e a divulgação e doutrinação da catequese (AZZI, 2008).

O Apostolado da Oração foi fundado em Porteirinha em 1941 pelo padre Julião Arroyo Gallo. De acordo com seus estatutos, o Apostolado da Oração era

uma piedosa união que, destinada a promover a gloria de Deus e a salvação das almas, exerce o seu officio apostolico, não só pela oração quer mental, quer vocal, como tambem por outras obras pias, enquanto são impetratorias e podem conciliar-nos o Santissimo Coração de Jesus, para alcançarmos o dito fim (MANUAL DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1923, p. 14).

Em outras palavras, Schwengber (2014, p. 8) diz que o Apostolado da Oração propõe a seus associados “um caminho rumo à santidade a partir do oferecimento diário que transforma a vida e coloca em comunhão universal de preces”. O Apostolado está intimamente ligado à ordem dos jesuítas, a Companhia de Jesus. Começou em 1844 em um Colégio dessa ordem na França, onde estudantes de Filosofia e Teologia estavam ansiosos para fazer algum apostolado. O orientador desses alunos fez ver que enquanto estudantes não tinham condições para fazer pregação e outros trabalhos de apostolado direto. “O que poderiam fazer era oferecer seus estudos, os sacrifícios voluntários e outros atos de piedade” (SCHWENGBER, 2014, p. 8). Dois anos depois, este mesmo padre orientador espiritual publicou um livro chamado *O Apostolado da Oração*. O livro e a devoção obtiveram a aprovação do superior geral da ordem dos jesuítas, e o próprio papa Pio IX os aprovou em 1849.

O padre Gautrelet deu o embasamento teológico à devoção ao Sagrado Coração, bem como ao Apostolado da Oração, e daí por diante a devoção se propagou rapidamente. Em 1861 começou a circular o *Mensageiro do Coração de Jesus*, em Toulouse, e logo se transformou em um órgão oficial para a coordenação do movimento e o desenvolvimento doutrinal de suas diretrizes. Logo a revista foi publicada em outros países: Itália (1864), Áustria (1865), Espanha

e Estados Unidos (1866), Hungria e Colômbia (1867) e Bélgica e Holanda (1869). Para Pedro Américo Maia, “o desenvolvimento desse movimento encontrou uma época de esplendor na primeira metade do século XX. No final deste período contava com 135.100 centros e mais de 37 milhões de membros em todo o mundo” (MAIA, 1994, p. 41).

No Brasil, o Apostolado da Oração foi implantado em 1867, na cidade de Recife, com a fundação de seu primeiro centro pelos jesuítas. Sua organização nacional, porém, foi dada pelo jesuíta, padre Bartolomeu Taddei, que começou o movimento na cidade de Itu, São Paulo, em 1871. A expansão pelo Brasil ocorreu com algumas dificuldades, pois,

expandir supunha um quadro de pessoal que fosse capaz e também numeroso. O Brasil apresentava paróquias sem vigários, conventos sem frades e ministérios com as massas populares, colégios e instituições sociais de caridade carentes de pessoas (MAIA, 1994, p. 41).

Ainda conforme o autor, apesar das dificuldades, o apostolado logo se espalhou pelo Brasil. Este tipo de apostolado estava ligado à própria vida dos católicos. Queria que os fiéis se sentissem verdadeiros discípulos de Jesus Cristo. Se não podiam todos pela ação e pela palavra, podiam fazê-lo ao menos pela oração propriamente dita e pela oração vital, isto é, pelo dever, pelo sacrifício, pelo sofrimento de cada hora, pela vida de oração (MAIA, 1994). Neste sentido, a oração apostólica, associada ao Coração de Jesus, “era a arma principal que oferece a seus soldados para combater os inimigos de Deus e fazer triunfar a sua causa” (MANUAL DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1923, p. 29).

A ideia central que fez nascer o Apostolado da Oração é a de que:

todos os batizados são chamados a cooperar na edificação do Corpo da Igreja e da comunidade de fé. Nem todos o fazem da mesma maneira (Ef. 4,16). Nem todos podem trabalhar diretamente como apóstolos e missionários. Mas todos podem e devem fazê-lo por meio da oração e do sacrifício. São Paulo diz (Cl. 1,24) que o cristão deve completar em sua pessoa o que falta à Paixão de Cristo, em favor do Corpo de Cristo, a Igreja. Assim, nossa vida torna-se um sacrifício, uma oblação oferecida com Cristo, em Cristo, para a Glória de Deus e a salvação do próximo (SCHWENGBER, 2014, p. 9-10).

Em Porteirinha, a concessão¹²¹ do funcionamento do apostolado veio do bispo Dom João Antônio Pimenta que licenciou o estabelecimento denominando “Centro do Apostolado

¹²¹ De acordo com os estudos de Azzi (1976, p. 119-120), “as novas associações religiosas leigas como o Apostolado da Oração e as Filhas de Maria diferenciavam-se das antigas confrarias por estarem submetidas à autoridade episcopal e dependentes do seu diretor local, o pároco.

da Oração do Sagrado Coração de Jesus”. Ao pároco cabia a tarefa de formar, entre as pessoas mais influentes e piedosas da cidade, o Conselho do Apostolado. Então, o padre selecionava “as pessoas fervorosas que estivessem prontas para tomar o cargo de Zeladores da gloria de Jesus” (MANUAL DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1923, p. 81). Dentro deste conselho, funcionava a Diretoria do Apostolado, composto pelos cargos de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, orientados pelo diretor espiritual, o pároco.

Em sua primeira organização, a diretoria reunia pessoas de alto nível intelectual da cidade e era composta pelas professoras primárias, Rosalva Antunes da Silva (presidente) e Palmyra Santos Oliveira (vice-presidente), por Raimundo Bruno Oliveira Souza (secretário), pelo prefeito municipal Altivo de Assis Fonseca (tesoureiro), além do diretor espiritual, o padre Julião¹²². Havia, também, pessoas com baixo poder financeiro, que eram isentas do pagamento da mensalidade; no entanto, dificilmente eram indicadas aos cargos da diretoria e ficavam excluídas das decisões mais importantes e dos rumos da organização.

As reuniões do Centro do Apostolado, que eram mensais, aconteceram inicialmente na residência do prefeito. Na primeira reunião, realizada em 9 de novembro de 1941, o Centro já contava com treze zeladores e 119 zelados¹²³. Além dos nomes desta diretoria (zeladores) e dos zelados, a ata de estabelecimento do Centro do Apostolado registrou os principais acontecimentos religiosos, como posse do novo vigário e transferência da sede paroquial, ações aspiradas pelo prefeito de então:

Os esforços do Exmo. Sr. Prefeito Municipal Dr. Altivo de Assis Fonseca, juntamente com a boa vontade e o entusiasmo dos moradores desta localidade, influíram grandemente para que o Sagrado Coração de Jesus derrame suas bênçãos sobre todos os freguezes dessa Paróquia, de uma maneira especial sobre cada um dos membros deste Apostolado, produzindo abundantes frutos espirituais (1º LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO..., 1941, p. 3).

Também era tarefa do Apostolado da Oração promover as festas de São José, de São Joaquim, do Sagrado Coração de Jesus e do Mês de Maria. O apostolado fazia o uso de bandeiras e estandartes nos principais momentos religiosos e civis para chamar a atenção do

¹²² Conferir Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia de Porteirinha. Porteirinha/MG, 30 de outubro de 1941 a 11 de setembro de 1949, p. 4.

¹²³ Os zelados são aspirantes ao cargo de Zeladores no Apostolado da Oração, ou seja, são as pessoas associadas ao movimento mas que não participam diretamente da diretoria. Cada zelador tinha um grupo de zelados que o seguia, por isso, o zelador deveria dar o “exemplo moral de vida” na sociedade (LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO..., 1941, p. 4).

público, impor-se e marcar presença. A utilização de quadros e imagens do Sagrado Coração de Jesus e do Cristo Redentor¹²⁴, por exemplo, completavam a lembrança da marca católica.

O impresso *Manual do Apostolado da Oração* tinha como objetivo normatizar e homogeneizar todos os centros do apostolado no país e no mundo. Os seus associados deviam seguir todas as normas nele estabelecidas, desde a metodologia de sua fundação, passando pela conduta moral dos seus participantes, até a promoção dos zelados aos cargos de zeladores. Nas páginas 119 e 120 do manual, por exemplo, consta como os associados deveriam proceder diariamente para serem dignos do título de “verdadeiros catholicos e dedicados de alma e coração ao Divino Salvador”:

1. Façam cada dia, depois da Oração da manhã, que nunca se devem deixar, o offerecimento ao divino Coração de Jesus.
2. Assistam, sendo possível, à Missa do Apostolado, na primeira sexta-feira de cada mez.
3. Rezem cada dia, pela conservação do Summo Pontifice e segundo as suas intenções.
4. Frequentem o mais que puderem os sacramentos e não deixem de ganhar a indulgencia¹²⁵ plenaria da 1ª sexta-feira de cada mez e a da festa do Coração de Jesus.
5. Ainda que nenhuma destas praticas obrigue debaixo de peccado, comtudo os associados do Apostolado da Oração e alem de se esmerarem no cumprimento dos mandamentos da lei do Senhor e dos preceitos da Igreja, em seu procedimento serão rectos e honnestos; emfim não deixarão passar occasião de mostrar a todos que são verdadeiros catholicos e dedicados de alma e coração ao Divino Salvador (MANUAL DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1923, p. 119-120).

O manual ainda traz o *Methodo de vida* para os zeladores, sublinhando a importância da devoção, da oração e dos sacramentos da Igreja Católica, sobretudo os da comunhão eucarística e da confissão:

1. O zelador deve distinguir-se pelo seu zelo, pelo seu porte e pela sua devoção.

¹²⁴ No dia 6 de junho de 1957, Julião Arroyo Gallo, ladeado pelas participantes da Pia União Filhas de Maria, abençoou a estátua de Cristo Rei que fora levantada na Praça da Igreja Matriz (LIVRO DE ATAS DAS FILHAS DE MARIA..., 1957, p. 6). A Prefeitura Municipal, por intermédio do chefe do executivo, Anfrísio Coelho, foi o responsável pelo empreendimento público/religioso.

¹²⁵ Conforme Pedro (1994, p. 146-147), “no catolicismo, o termo *indulgência* é a remissão que a Igreja concede de pena temporal devida pelo pecado já perdoado. Torna-se mais inteligível partindo da história: em épocas de perseguição, alguns cristãos, submetidos à penitência pública obtinham, por petição dos que iam ser martirizados, uma diminuição daquilo que tinham de realizar. Mais tarde se generalizou e inclusive se chegou a abusos na concessão de indulgências, por exemplo, aos que ajudavam com dinheiro a construção de igrejas. Assim aconteceu concretamente na construção da Basílica de São Pedro de Roma. A implicação desta doutrina e destes fatos foi uma das causas que motivou a Reforma Protestante, de Lutero”.

2. Todos os dias pela manhã procure fazer um quarto de hora de oração mental; sendo possível, assista à Missa.
3. Formar entre as mulheres sua lista de associadas e alguma secção de communhão reparadora.
4. Confessar-se ao menos uma vez cada mez.
5. Fugir do ocio, das murmurações, da leitura de romances, etc.
6. Abstenha-se da leitura de livros maus e jornaes anti-catholicos.
7. À noite, antes de deitar-se, fazer um breve exame de consciencia (ibidem, p. 119-123).

Importante observar que o pároco continuamente chamava a atenção dos associados para lerem a “boa imprensa”, ou seja, os veículos de comunicação que apontavam os valores do Catolicismo; e pedia aos fiéis para se afastarem das leituras de romances, de “livros maus” e de “jornais anticatólicos”. No *Gazeta do Norte*, o padre Osmar Novais definia os “bons livros” enquanto aqueles que elevavam o espírito, os “livros maus” fortaleciam o espectro infernal. Vejamos a matéria escrita em abril de 1944 que se intitulava *ler, mas ler bons livros*:

Si ha uma coisa digna de seleção, encontramos as nossas leituras, os nossos livros. Ler não só é agradável, mas é antes de tudo uma necessidade para o espirito. [...] Si esta é bôa, sadia, produz na alma o efeito do bem estar. Si é má, ao contrario a alma fica sujeita aos efeitos que os narcoticos, os venenos produzem no organismo. Embotam as faculdades e estas imbuídas das más doutrinas afastam-se dos principios são e vão retraindo em si. [...]. O livro é bom se é lido com o fim de elevar bem o espirito humano. O livro póde ser tambem o espectro infernal, o vicio a abrir ambições, orgulhos, despertar tendencias que desvirtuam a origem sublime da espécie humana. Combatamos o máu livro. Aqueles livros que pregam a dissolução social, o divorcio, acordando os instintos do animal, os romances que criam mentalidades exclusivas de prazer, ou de odio. Estes devem ser banidos de todas as estantes, das mãos dos nossos jovens. É dever nosso gritar por uma literatura que ilumine a inteligencia em delineamento, e ao mesmo tempo forme caracteres uteis a sociedade. Ler, sim, mas ler o que é bom (GAZETA DO NORTE, 1944h, p. 3).

A literatura dita “má” era aquela que expressava os ideais dos novos tempos como a emancipação da mentalidade de uma visão religiosa do mundo e da vida humana, ligando o homem à direção de seu desenvolvimento. Era terminantemente proibida aos membros do apostolado a leitura destes impressos. Portanto, o Apostolado promoveu uma ocupação do espaço público por meio de suas expressivas ritualizações, e, também, empenhou-se na luta contra as doutrinas anticatólicas e antimorais, contra a família desregrada e contra a sociedade sem princípios.

Alinhavada a esta referência religiosa que abalizou a produção discursiva da Igreja neste período, estava uma política nacional sedenta por formar um sujeito dentro de um paradigma

cultural e moral de brasilidade que sustentava e dava condições de combater os vícios degeneradores, tornando-o útil à sociedade.

Sobre o combate desses vícios degeneradores em Porteirinha, Altivo de Assis Fonseca, em 16 de fevereiro de 1939, baixou o Decreto-lei n. 2, que instituiu o *Código de Posturas do Município* e normatizou as primeiras condutas da municipalidade e os padrões de comportamento que deviam ser considerados como ações concretas sobre a vida do cidadão e suas relações interpessoais.

Neste Decreto-lei, o título n. XIV, *Da moralidade, segurança e tranquilidade públicas*, com seis artigos, era bastante impositivo no sentido de que, ao infringir a lei “o morador pagava uma multa, mas a reincidência incorria em prisão correccional” (art. 125, p. 45). Confira as proibições:

- Perturbar a tranquilidade publica com vozerio e reuniões tumultuosas;
- Proferir *palavras obscenas*, fazer *gestos imorais*, escrever ou desenhar figuras nas paredes e muros e afixar em tais logares pasquins e outros escritos indecentes;
- Apresentar-se alguem em *trajes menores* perante o publico;
- Fazer ornamentos com arcos, folhagens, postes, etc., em lugares publicos, sem previa autorização da Prefeitura;
- Promover diversões *imorais* em ocasiões de carnaval;
- Dar pousada ou terreno para acampamento de *ciganos*, em qualquer parte do municipio;
- Promover danças ou outros divertimentos congeneres dentro dos povoados, sem licença das autoridades, não se compreendendo nesta proibição os bailes de reuniões familiares;
- Os individuos de ambos os sexos, reconhecidamente *vadios*, que forem encontrados em logares publicos, serão recolhidos ao xadrez durante 3 dias [...] (PORTEIRINHA, 1939a, p. 47-49, grifos nossos).

Para analisar este documento, convém aqui falar brevemente a representação que as elites dessa época tinham sobre o trabalho e o ócio. Chalhoub (2001, p. 73) assegura que após a Proclamação da República, com o surgimento de uma classe dominante que necessitava do trabalho, já não mais escravo, “era necessário transformar o agente social expropriado em homem de bem, isto é, em trabalhador assalariado”¹²⁶. Evidentemente, “isso requeria o

¹²⁶ Em meados do século XIX, a visão que se tinha diante do trabalho no Brasil começou a ser alterada, em grande parte devido às transformações que anunciavam o fim do escravismo no país, como a interrupção do tráfico negreiro (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), entre outros. De acordo com Chalhoub (2001, p. 73), “a transição do trabalho escravo para o trabalho livre colocou as elites da época diante da necessidade premente de realizar reajustes no seu universo mental, de adequar sua visão de mundo às transformações socioeconômicas que estavam em andamento. Deste modo, o trabalho, sobretudo o manual, que até então era tido como repulsivo por ser ligado ao escravo, começou a ser mais bem visto entre estas elites, que precisavam de novos aparatos discursivos para manter o controle sobre a mão de obra no regime de trabalho livre”.

exercício de um controle sobre sua vida fora do espaço do trabalho, pois, afinal, um indivíduo integrado à sociedade se definia ainda por certos padrões de conduta amorosa, familiar e social” (CHALHOUB, 2001, p. 171).

Dentro deste contexto, em Porteirinha, a legislação que se operava entendia que aqueles indivíduos que, na condição de ociosos, negando a pagar sua dívida para com o Estado por meio do trabalho, deveriam ser colocados à margem da sociedade, pois nada produziam para promover o bem comum. Assim, “enquanto que o trabalho era a lei suprema, a ociosidade era uma ameaça constante à ordem” (ibidem, p. 73). Portanto, as pessoas que rompiam com o clima pacato e ordeiro, proferiam palavras obscenas, faziam gestos imorais, trajavam-se inadequadamente, promoviam diversões imorais, dessem abrigo a ciganos, enfim, os reconhecidamente vadios que não glorificavam o trabalho e colocavam em perigo os caminhos da ordem e “ofendiam” a sociedade, eram marginalizados. Isso porque o pensamento vigente era que:

um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum nem respeito pela propriedade. A ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual. Em outras palavras, a vadiagem é um ato preparatório do crime, daí a necessidade de sua repressão (CHALHOUB, 2001, p. 73-74).

Por outro lado, na vida conjugal, a Igreja Católica advogava que o indivíduo trabalhador, ao lado de uma esposa devota, seria verdadeiramente integrado ao universo idealizado pela política e pela religião, evitando-se, desta forma, atitudes de vadiagem, depravação e desordem. A família seria um pilar para a manutenção do estado de controle pela Igreja e pelo Estado. Donzelot em sua obra *A Polícia das famílias* (1980), aponta a figura do padre como um dos responsáveis pela gerência da sexualidade do casal sob o ângulo da moralidade familiar. Um exemplo desta relação está descrito no Livro do Tombo da Paróquia de Porteirinha durante as Santas Missões de 1944, realizadas nas capelas filiais da Paróquia. O pároco Julião Arroyo Gallo transcreveu parte do sermão de um redentorista à população:

Na capela de Gameleira o povo da roça souberam aproveitar da Santa Missão *confessando-se* e assistindo aos atos religiosos, aprontaram a Capela, trouxeram as madeiras para fazer o pulpito, *auxiliaram para as despesas* da Stª Missão e para as vocações missionárias etc. etc. Mas os moradores do

comercio¹²⁷ não quiseram aproveitar-se da St^a. Missão. Esta Villa corrupta com dois *cabares* não é merecedora de Missão. O povo d'aqui não tem religião e com nada cooperou, é indigno de Missão; ele abusou de Deus desprezando a St^a Missão, mas fiquem sabendo que com Deus não se brinca (LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOAQUIM..., 1944, p. 31, grifos nossos).

As Santas Missões era um dos acontecimentos mais importantes na vida das populações interioranas. Consideradas instrumentos de grande importância pastoral, as Santas Missões tinham como objetivos o afervoramento religioso, ocasião de conversões e regularização de vida, a reconciliação de ódios, a volta aos sacramentos e o afastamento dos abusos e superstições (FRAGOSO, 1980).

As Santas Missões partiam do pressuposto que a sociedade era cristã. Se se falasse em conversão era no sentido de uma renovação de vida, sob um prisma moralizante. O missionário, do púlpito, quase sempre colocado em uma praça ou largo, explicava a doutrina cristã, começando pela existência de Deus e terminando com o juízo universal. Depois da catequese das crianças, seguia-se o atendimento das confissões até o meio-dia. À tarde, havia uma explicação doutrinária, à base de um texto evangélico. No tempo intermediário, o missionário mobilizava a população para os trabalhos da Igreja, do cemitério, de açudes, de estradas. “O povo carregava em procissão, ao som de hinos e cânticos, madeiras, pedras, tijolos. Normalmente, uma missão costumava demorar de uns 9 a 12 dias” (FRAGOSO, 1980, p. 209).

Para completar a análise sobre o evento em Porteirinha, o padre também fez o balanço das Santas Missões e, insatisfeito, diz:

Temos passado aqui sete dias pregando as St^a Missões, e qual foi o resultado? Infelizmente não foi satisfatório. Parece-me que aqui há pouca religião, há muitos que não quiseram *confessar-se* e muitos também que nem *assistiram aos atos religiosos*, aqui há muitos *pagãos não batizados*, há muitos sem fé e sem religião; aqui há poucas famílias boas; há muitos *paes de familia* que não prestam pois não deixaram seus filhos fazer a *1^a Comunhão*. Desgraçados d'elles, vão pagar caro. Procurem mudar de vida antes de se acabar a misericórdia de Deus (LIVRO DO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOAQUIM..., 1944, p. 31, grifos nossos).

Outro interessante exemplo que apresenta a figura do padre como o responsável pela administração da sexualidade, sob a égide da moralidade, está no livro da memorialista Palmyra Santos Oliveira, *Montes Claros, Porteirinha e outros amores meus* (2016). Dona Palmyra, como é conhecida, já era professora no Grupo Escolar João Alcântara e membro das associações

¹²⁷ A expressão *comércio*, no dizer da época, referia-se ao centro urbano ou a uma pequena vila.

religiosas da cidade, em 1942. Ao escrever sobre seu noivado e casamento, relata que ficou noiva no mês de junho daquele ano, “o Iozinho mandou me pedir em casamento [...]. O pedido foi feito à minha mãe, nem percebi que tratava do meu destino” (OLIVEIRA, 2016, p. 75). Depois de ter aceito o convite, o casamento ficou marcado para 15 de agosto. Um dia após terem distribuído os convites, o noivo resolveu fazer uma surpresa ao tentar antecipar o casamento para o dia seguinte. A conversa logo circulou pela cidade e chegou aos ouvidos do padre Julião, que rapidamente procurou a moça. Preocupado com a reputação, ele a indagou:

- Chié¹²⁸, Palmyra, vai casar hoje?
 - Não, senhor. Foi apenas uma brincadeira.
 - Chié, ele retrucou – que teria havido? Palmyra, uma moça direita casar às pressas?
 - Não senhor, não houve nada – justifiquei.
- (OLIVEIRA, 2016, p. 77-78).

“Cidade pequena, Porteirinha na época, a notícia correu rápida como fogo em rastilho de pólvora. E estourou como uma bomba”, descreveu a memorialista acerca do resultado da notícia (ibidem, p. 78). Evidentemente, Palmyra enquanto uma jovem mulher, bem formada e egressa de um colégio católico, professora e zeladora do Apostolado da Oração, não havia aceito a antecipação do casamento e casou com Iozinho em 15 de agosto daquele ano, conforme a vontade de ambos, sob os preceitos morais e ante as benções religiosas.

Como é possível observar no diálogo, vemos uma Igreja que a todo custo mantinha sua imposição no controle da sociedade e da família. Para tanto, o padre fazia uma defesa das famílias regradas, ou seja, aquelas que prezavam pelos sacramentos (confissão e batismo), que participam dos atos religiosos e que incentivavam seus filhos a frequentarem a Catequese e receberem a primeira comunhão. No entanto, as pessoas que não estivessem alinhadas a esta moralidade, como as que frequentavam casas de prostituição e as que não contribuíam financeiramente para os eventos religiosos, eram ameaçadas a pagar um preço caro por isso. Donzelot (1980, p. 154) denomina este processo de “troca simbólica entre o fiel e a Igreja Católica como um sistema de intercâmbios matrimoniais que se operava alimentado por uma antiga cumplicidade baseada em benefícios mútuos”, ou seja, por um lado havia a obediência aos sacramentos e aos ritos do Catolicismo pelo fiel, e por outro, a legitimação das relações familiares pela Igreja. Eis os detalhes apontados por Donzelot:

¹²⁸ Provavelmente, *chié* significava uma expressão espanhola de susto, ou a autora quis apenas imitar o sotaque estrangeiro do padre.

A família recebia a garantia de suas uniões por meio da distribuição dos sacramentos. Em compensação, o clérigo recebia dinheiro na contratação de um casamento. O padre serve à Igreja para o destacamento de uma população que ela pode tornar útil a seus próprios fins missionários. O dispositivo da confissão fornece à família o meio de gerir a distância inevitável entre o caráter estratégico das alianças e as tendências sexuais. Ele propicia à Igreja, em compensação, um domínio direto sobre os indivíduos, a possibilidade de uma direção das consciências. A Igreja aumenta seus benefícios em dinheiro, poder e expansão na medida em que reforça a hegemonia da família sobre seus membros (DONZELOT, 1980, p. 155).

A Igreja Católica, portanto, contou com uma estrutura pautada no controle que atingia todos os níveis da sociedade: das crianças recém-nascidas sendo batizadas, ao moribundo que recebia a extrema-unção em seu leito de morte. A sua influência e a interferência se davam nos espaços públicos e, sobretudo, nos espaços privados, onde se processava e se criava o ordenamento social almejado. Nesse panorama, a alta hierarquia dialogava com os grupos políticos que, também, objetivavam aquele ordenamento social. Ao Apostolado da Oração, em especial, cabia coroar a ritualização da obediência, da vida familiar cristã disciplinada, da ordem social e política, da moralização dos costumes e dos sacramentos da Igreja Católica. O que queremos dizer com isso é que, tanto os documentos regulamentares da associação religiosa, quanto os da Prefeitura de Porteirinha apontavam para o mesmo objetivo: estabelecer uma moral restauradora dos valores cristãos e reconduzir os ineptos a uma vida regrada e obediente. Utilizando as palavras de Franco Cambi, era “uma sociedade governada pela autoridade política, religiosa e cultural, representada no grau máximo pelo prefeito e pelo padre, que eram os avalistas da ordem social e cultural” (CAMBI, 1999, p. 197).

A própria construção da nação brasileira foi identificada com um ideal unitivo. O bispo de Montes Claros, Dom José Alves Trindade¹²⁹, evocou em seu Brasão de Armas o seguinte lema: *Omnes unum*, repetindo a mesma oração de Jesus Cristo aos seus diocesanos *Ut omnes sint unum* (Jo. 17, 21), que significa: *Que todos sejam um*, ou seja, que todos os cristãos sejam uma unidade, assim como o Pai, o Filho e o Espírito Santo, que representam um só ser. Significava, também, que a coletividade se sobressaía sobre as individualidades, uma Igreja forte, centralizadora e unida¹³⁰. Da mesma forma, o projeto do governo buscou, por meio do

¹²⁹ Detalhes consultar Cúria Arquidiocesana de Montes Claros (1956).

¹³⁰ Esse pensamento pode ser constatado nas encíclicas *Mystici corporis* (O Corpo Místico), de 1943, que apresentou a Igreja como o Corpo Místico de Cristo e propôs uma maior valorização do leigo; e na *Mediator Dei* (Mediador entre Deus), de 1947, que versou sobre a Sagrada Liturgia como forma de estimular a maior participação dos fiéis nos ritos.

espírito unitário, a formação de uma nação disciplinada e unificada. Enfim, era a concepção tridentina que marcou, pelo viés apologético, toda uma sociedade e que considerou a Igreja uma Sociedade Perfeita.

Nos fundamentos teológicos do Apostolado da Oração, a marca da unidade ganhou relevo nos seguintes termos:

“Ainda que muitos, somos um só corpo em Cristo, e cada um de nós, membros uns dos outros” (Rm. 12, 5). Assim, a Associação será sempre um princípio de força e eficácia incomparável. O Apostolado da Oração une os cristãos na oração, e por esta oração associada e apostólica, faz dos mesmos cristãos um exército (MANUAL DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO..., 1923, p. 34, grifo do autor).

O esforço de se conhecer um sujeito sadio, sugerido por uma moral cristã, recolocava esse mesmo sujeito em uma esfera maior, em que ele próprio teria uma funcionalidade. A convergência de todos em um único objetivo dentro de um sistema corporativista daria ao todo social uma vida orgânica na qual cada indivíduo, inserido em seu meio de trabalho (braçal, intelectual e/ou religioso), teria um papel importante nessa execução comum. A partir daí, não se poderiam admitir as divergências e as oposições, caso contrário o organismo se deterioraria.

Ser membro do Apostolado da Oração de Porteirinha trazia uma responsabilidade, posto que, no momento em que algum associado transgredisse as normas contidas em seu manual, sofria punição. Em uma reunião do Centro do Apostolado, por exemplo, em maio de 1942, o padre Julião adotou a seguinte postura repreensiva para com alguns zeladores:

O Sr. Revdmo. Diretor, Padre Julião, declarou não se achar satisfeito com o proceder de alguns membros da Diretoria do Apostolado, por não terem cumprido o dever da comunhão no dia de hoje. Chamou a atenção dos membros e julgou necessário que seja aplicada certa disciplina, e que neste caso deveriam ficar suspensos do cargo por um mês (1º LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO..., 1942, p. 8).

Em outra ocasião, a pena foi ainda mais severa. Ao observar que a zeladora não mais cumpria seus deveres, o padre foi taxativo:

Tomando a palavra o Revmo. Presidente expôs aos presentes as faltas da zeladora Elita Martins Rocha às reuniões e em seguida propôs que a mesma fosse substituída pela zeladora sra. Judite Lacerda (ibidem, p. 10-11).

Em 1947, o pároco excluiu novamente outros membros da associação religiosa:

Há diversas zeladoras que não cumprem as obrigações, nem tem justificado a causa dessa negligencia. [...] Em vista do exposto, estas ficam excluídas do Centro do Apostolado desta Paroquia, ficando o cargo vago será por mim exercido provisoriamente até a nomeação de um novo secretario efetivo (1º LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO..., 1947, p. 42).

Mesmo ocorrendo exclusões, não era viável para um habitante de uma cidade pequena ser excluído do Centro do Apostolado, uma vez que o título de zelador ou zelado do Sagrado Coração de Jesus constituía um status social e religioso, sendo até um privilégio, pois essas pessoas se destacavam nas missas, nos festejos, eventos religiosos e, também, na chegada das autoridades eclesiásticas, políticas e administrativas quando constituíam comissões de honra em tais eventos¹³¹.

3.4.2 A Pia União das Filhas de Maria: a figura da mulher norte-mineira

Com objetivos semelhantes aos do Apostolado da Oração, a Pia União das Filhas de Maria também atuou como arauto das regras de moralização e normatização das posturas disseminadas aos fiéis católicos de Porteirinha. Segundo Silva (2007), a associação da Pia União das Filhas de Maria era um grupo de mulheres leigas católicas que tinham por devoção a Virgem Maria e valorizava práticas particulares de piedade. A associação tinha a finalidade de promover a santificação pessoal dos membros e o apostolado familiar e social segundo os métodos e os estatutos.

De acordo com a Igreja, depois da aparição da Virgem Maria à Santa Catarina de Labouré (1830) e a definição do dogma da Imaculada (1854), as associações marianas floresceram em muitas partes do mundo católico. Conforme a sugestão e iniciativa da marquesa Constanza Lepri, o pároco de Santa Inês em Roma, padre Alberto Passèri, fundou aos 23 de janeiro de 1864 uma associação das Filhas de Maria. Ele conseguiu que fosse erigida com o título de Pia União das Filhas de Maria, sob o patrocínio da Virgem Imaculada e de Santa Inês.

Padre Passèri preparou o *Manual das Filhas de Maria* e, em seguida, o papa Pio IX, com cartas apostólicas, adicionou a essa associação indulgências especiais, enriquecendo-a aos olhos da hierarquia. Seguindo o movimento ultramontano, em 1897, a Sagrada Congregação

¹³¹ O Apostolado da Oração se fez presente em diversas ocasiões: 1) nas comissões de recepção nas Bodas de Prata Sacerdotal do padre Julião Arroyo Gallo, em dezembro de 1953; 2) na instalação da Comarca de Porteirinha, em setembro de 1949; 3) nas Santas Missões dos padres redentoristas, em abril de 1944; 4) em posses de prefeitos; 5) na recepção do bispo diocesano etc. Fontes: 2º LIVRO DE ATAS DA COMISSÃO PRÓ-MATRIZ, 1942, p. 21; CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE MONTES CLAROS. Álbum de recortes de jornais, p. 225-226; 2º LIVRO DE ATAS DA COMISSÃO PRÓ-MATRIZ...1944, p. 9; GALLO, Julião Arroyo. *Álbum de Fotografias*, 1947, p. 215.

das Indulgências fixou e indulgenciou para todas as filhas de Maria uma medalha especial que deveriam usar como distintivo. As associadas trajavam sempre uma roupa branca e ostentavam no pescoço uma fita azul da qual pendia esta medalha e se reuniam mensalmente. Confira a figura que se segue que mostra as participantes de Porteirinha sempre comandadas pelo padre Julião, que está em primeiro plano:

Figura 18 - Participantes da Pia União das Filhas de Maria de Porteirinha



Fonte: GALLO, Julião Arroyo. Pia União das Filhas de Maria de Porteirinha (Álbum de fotografias). Porteirinha/MG, 5 de abril de 1956. Veja que à frente está o diretor espiritual, o padre Julião.

Observamos que as associadas seguiam fielmente o *Manual da Associação* (1943, p. 53) no que tange à forma de se vestir: “roupas brancas, camisas de mangas compridas até os punhos, vestimentas sem decotes, prevalecendo a modéstia e excluindo-se o exagero e as pinturas no rosto”

Matos (1990, p. 212) mostra, pelo olhar católico, o que representava ser uma Filha de Maria:

Vivamente recomendada pelo clero para preservar a juventude feminina nos bons costumes; ser Filha de Maria é possuir um título de incomparável nobreza, que confere preciosos direitos, mas que impõe inalienáveis deveres; entre esses deveres o mais sagrado sem dúvida, é o bom exemplo pela prática das virtudes de pureza, humildade, obediência e caridade, que aos pés do altar da S. Virgem se comprometem a cultivar.

Conforme o Livro de atas da Pia União das Filhas de Maria, esta associação teve início em Porteirinha no dia 10 de abril de 1951. Na primeira reunião, o padre relatou, com animação, o início da referida associação:

[...] conseguimos reunir vinte jovens que deram seus nomes para serem as fundadoras da Pia União. O numero das mesmas, conhecidas as proporções da Paroquia e a crise moral por que estamos atravessando é animador; e da piedade das mesmas esperamos um futuro consolador (LIVRO DE ATAS DAS FILHAS DE MARIA..., 1951, p. 2).

Muitas professoras¹³² e filhas de pessoas influentes e poderosas na região participaram desta associação e representaram uma juventude capaz de preservar o que se almejava: a virtude da pureza e o exemplo de mulher obediente e caridosa. A educação certamente foi comprometida com estes caros valores cultivados para a sociedade de então.

Conforme Prandi (1975), mesmo as mulheres servindo ao propósito do Catolicismo, setores do clero olhavam para elas com certa desconfiança, já que os instintos femininos, de acordo com a mentalidade difundida na época, eram incontrolláveis. Desta mulher, que era o esteio de uma Igreja que tentava se reestruturar em um novo tempo, era cobrado um padrão de conduta no qual deveria desempenhar papéis dedicando-se à vida religiosa e familiar. “O ideal feminino e seu destino natural era o alheamento do mundo e a renúncia do ser mulher para se tornar a mãe, esposa, devota e professora. Aquela que, devendo ser espelho de Maria, exalava virtudes como pureza, bondade, paciência e abnegação” (PRANDI, 1975, p. 30).

Para tanto, “era preciso disciplinar o corpo através de um conjunto de regras, de mortificações, de vestimentas e de complexos rituais que visavam libertá-lo dos pecados e, com isso, purificar a alma” (CORBIN, 2008, p. 74). Nas palavras de Rago, em sua obra *Do cabaré ao lar*, “à boa Filha de Maria cabia atentar para os mínimos detalhes do dia a dia de seu lar, vigiando e integrando-se sobre cada membro da família. Contudo, sem perder a sua fragilidade, a sua abnegação e a sua honestidade” (RAGO, 1985, p. 63-64).

¹³² Comparando os nomes constantes no Livro de atas da Pia União Filhas de Maria e os dos Livros de atas das reuniões das professoras do Grupo Escolar João Alcântara, observamos que pelo menos 14 participantes da diretoria da associação feminina eram professoras nesta escola durante o período do estudo (LIVRO DE ATAS DAS FILHAS DE MARIA..., 1951; OLIVEIRA, Maria do Carmo de (Org.), 2012; GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, *Livro de atas das reuniões das professoras do Grupo Escolar “João Alcântara”*, 22/03/1956 a 06/05/1961; GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. *Livro de atas de exames, termos de promoções, de instalação da escola desta cidade e dos termos de visitas dos srs. Assistentes Técnicos*. Porteirinha/MG, 01/02/1946 a 16/07/1954). Maiores detalhes, consultar os capítulos 4 e 5.

Para normatizar estas intenções, o *Manual da Pia União* teve lugar de destaque. Conforme o Catolicismo romanizado, as regras constantes neste manual consistiram em orientar as Filhas de Maria do despertar ao adormecer e reforçaram a necessidade das orações para o crescimento espiritual, bem como para o estabelecimento de normas para o bem-estar físico e social.

O capítulo *Modelo de Regulamento de Vida* apresenta as seguintes normas a serem cumpridas:

1. Levantar-se cedo, e em hora certa. Oração da manhã. Esforçar-se por comungar todos os dias, assistindo à Santa Missão. Quando não puder comungar, fazer ao menos a Comunhão espiritual.
2. Ao menos um quarto de hora de meditação cada dia.
3. Recitar todos os dias o terço.
4. Fazer, na oração da noite, um sério exame de consciência.
5. Deitar-se cedo, para ter as horas de sono necessárias à saúde e à execução do regulamento de vida.
6. Fazer todos os anos os santos exercícios espirituais. Celebrar com especial devoção as principais solenidades de Nosso Senhor, de Nossa Senhora e de Santa Inez, fazendo uma fervorosa novena ou tríduo de preparação para elas. Não se esquecer do Mês de Maria, em honra da Rainha do Céu, assistindo a ele em público sempre que fôr possível.
7. Amar a mortificação, fazendo todos os dias algum ato dessa virtude (MANUAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA, 1943, p. 41-43).

O manual ainda orientava que as jovens deveriam se afastar de qualquer forma de pecado e das más companhias; evitassem relações de amizade com homens; não participassem de danças proibidas, principalmente em bailes carnavalescos, de espetáculos perniciosos e não lessem maus livros; odiassem a mentira, maledicência, as críticas e todas as conversas não edificantes; não tivessem nenhuma espécie de superstição; evitassem os namoros inconvenientes e as cantigas imodestas; não seguir modas escandalosas; não saírem sozinhas na parte da noite; evitassem gestos exagerados, como gritos, pulos, gargalhadas, correr pelas ruas; ou seja, tudo que não ficasse bem a uma jovem cristã bem educada.

Entre as normas contidas no manual, encontra-se outra listagem intitulada *Vida da Filha de Maria*, que é bastante exemplar da retórica persuasiva. Compreendida pelo seu autor como um ramalhete das mais belas flores do campo das obras de piedade, era direcionada às jovens e deixava clara a concepção que a Igreja tinha acerca do chamado “sexo frágil” como o mais propício ao pecado. Veja que alguns itens desta listagem estão presentes nos tópicos moralizantes do documento:

1. Assistir às novenas, pregações, o mais que fôr possível. Se uma Filha de Maria não o fizer, quem o poderá fazer? Dar o exemplo.
2. Alguns minutos de leitura espiritual. Não ler romances, que nada trazem de útil ou salutar. A leitura de alguns, porém, poderia agradar pelo valor literário; mas, é conveniente consultar sempre o Diretor espiritual, acerca do seu valor moral e religioso.
3. Ter um diretor espiritual. Confessar-se, breve e claramente, todas as semanas, sendo possível.
4. Fugir da ociosidade, amar o trabalho, oferecendo-o a Nosso Senhor, bem como as contrariedades e dificuldades que o acompanham. Cumprir com exatidão todos os deveres de estado, e os de Filha de Maria.
5. Combater a curiosidade; reprimir a vaidade e rezar com devoção.
6. Caindo em alguma falta, fazer propósito de emendar-se.
7. Guardar modéstia nos olhos, combater a gula, e guardar os outros sentidos (MANUAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA, 1943, p. 36-38).

Estas instruções revelam o modelo de jovem católica almejado pela Igreja. As sensibilidades e os instintos femininos, que eram incontroláveis, deveriam ser vigiados a todo momento. Elas deveriam fugir das influências ditas malignas e más companhias, como homens e livros de romances. Deveriam ter no pároco a figura de seu tutor espiritual e moral, a pessoa que deveriam obedecer, daí a frase: “um penitente que obedece nunca se condena”. A frequência às missas e à confissão eram práticas obrigatórias às associadas.

O Livro de atas de reuniões de Porteirinha mostra que eram recorrentes os registros do pároco chamando atenção das participantes acerca do comportamento, dos deveres, das virtudes, das vestimentas e de ser um “espelho da Filha de Maria”¹³³ (LIVRO DE ATAS DAS FILHAS DE MARIA..., 1951). Essa vigilância se reforçava durante alguns períodos do ano, quando o cuidado e a atenção às normas necessitavam ser redobrados: no Carnaval, por exemplo, as mulheres participavam de retiros espirituais a fim de “não abraçar o demonio tentador” e evitar que “as velhas vontades tomem corpo e surgem à flor do instinto”, como era propagado por boa parte da sociedade¹³⁴. Durante o tempo da Quaresma, jejuns eram acrescentados à rotina; os costumes e as atitudes morais deveriam ser vigiados.

¹³³ Observa-se o chamamento do pároco acerca do comportamento das mulheres nas páginas 2, 8, 9 e 14 do Livro de Atas das Filhas de Maria (1951).

¹³⁴ O jornal *Gazeta do Norte*, durante o tempo do Carnaval, postava convites endereçados à juventude, o que nos mostra que os jovens poderiam abraçar práticas totalmente contrárias à vida cristã. Assim, o espírito do Carnaval aparece da seguinte maneira na imprensa: “O carnaval aproxima-se. Dentro de pouco tempo o Brazil inteiro será possuído por esse demonio tentador a que nenhum brasileiro resiste. Para saborear-o voluptuosamente toda a gente esquece as tristezas, os aborrecimentos, as limitações que estrangulam a vida no circulo de ferro de seus limites [...]. Velhas vontades tomam corpo e surgem à flor do instinto [...]. Projectos longo tempo guardados no escaninho mais profundo do espirito sobem à tona da realidade. Tudo se simplifica. Tudo se aproxima. Tudo fica tão facil! E a ingenua humanidade se deixa levar nos treis dias de alegria e loucura. Nelles só o instinto é que fala. A boa

Estes princípios provêm das orientações do papa Pio XI em sua encíclica *Casti Connubii*, que fala sobre o matrimônio cristão e o papel do homem e da mulher na união conjugal. Nele, o emissor, ao ponderar sobre o matrimônio, “princípio e fundamento da sociedade doméstica e de toda a sociedade humana”, demonstra que este enlace representa “a universal restauração do gênero humano; a sua reintegração na pureza primitiva da sua divina instituição; além de levar o homem à dignidade de verdadeiro e grande sacramento da Nova Lei”. A partir daí o papa Pio XI dá ênfase à sua Igreja, a “Esposa de Deus”, confirmando que “Ele delegou toda a disciplina e cuidado a ela na realização dos desígnios de amor” (PIO XI, 1930, p. 1-2).

Pio XI se apoiou nos textos bíblicos a fim de agregar às suas palavras “a vontade de Deus”. Ao evocar a função do homem e da mulher no matrimônio, elevou a obediência e sujeição da mulher ao marido e a superioridade deste enquanto sendo a “cabeça da mulher”:

Consolidada, enfim, com o vínculo desta caridade a sociedade doméstica, nela florescerá necessariamente aquilo que Santo Agostinho chama ordem do amor. Essa ordem implica, por um lado, a superioridade do marido sobre a mulher e os filhos, e, por outro, a pronta sujeição e obediência da mulher, não pela violência, mas como recomenda o Apóstolo nestas palavras: “Sujeitem-se as mulheres aos maridos como ao Senhor; porque o homem é cabeça da mulher, como Cristo é cabeça da Igreja” (Ef. 5, 22-23) (PIO XI, 1930, p. 6).

Posicionando-se a favor do continuísmo sociocultural e da legitimação da família patriarcal, o pontífice se pautou na tradição e nos papéis sexuais normatizados, delimitando uma função à mulher. Sua emancipação fugiria à norma e quebraria o ciclo familiar, que podia ser representado pela ótica do casamento cristão, geração de filhos sob a guarda de uma mãe católica obediente e um pai católico provedor. “Se houvesse uma quebra deste ciclo familiar e rompimento de sua estabilidade, a mulher seria a primeira prejudicada”, alerta e persuade. Vejamos o texto:

Pelo contrário, essa falsa liberdade e essa inatural igualdade com o homem redundam em prejuízo da própria mulher; porque, se a mulher desce daquele trono real a que dentro do lar doméstico foi elevada pelo Evangelho, depressa cairá na antiga escravidão (senão aparente, certamente de fato) tornando-se, como no paganismo, simples instrumento do homem (PIO XI, 1930, p. 15-16).

educação desaparece envergonhada... os bons modos são preciosidades que ninguém vê. A civilização derrete-se ao calor primitivo dos sambas, das allucinações e dos corpos” (GAZETA DO NORTE, 1933, p. 1).

Ele reafirmou e legitimou todas as orientações contidas nos manuais do Apostolado da Oração e no da Pia Filhas de Maria. O *Folha do Norte*, em 1930, também noticiava os limites da emancipação da mulher:

Poucas são as mulheres que não sorriem perante a ideia da sua emancipação. E, todavia, poucas compreendem a transcendência d'essa importante e grave questão. Desde os que pretendem a libertação completa e absoluta da mulher perante a lei, até aos que apenas a querem emancipada nos pontos que teem por mais convenientes á magnitude e sublimidade da sua missão. A mulher precisa ser emancipada do tristissimo preconceito que apenas a considera escrava do homem. Queremos a mulher instruída, a mulher educada, a mulher formada: instruída para que, compreendendo os seus direitos, aquilate os seus deveres; educada para que dê, às flores de todos os seus delicados attributos, o candido perfume que irradia suavidade para toda a parte; e formada pelo coração e pela alma, para que, nos desentranhamentos do seu amor, frutifique a felicidade que se espera d'ella (FOLHA DO NORTE, 1930b, p. 3).

O articulista chama a atenção das mulheres para o tema e defende que ela deve ser emancipada de forma parcial, ou seja, deve ser educada para dar realce e frutos às suas características inatas (e também aos seus deveres!), como a suavidade, o seu perfume e o seu amor. Continuando no texto, o emissário define ainda mais os contornos do conceito de emancipação feminina:

É sobre estes pontos que assentam as bases da emancipação da mulher, como nós o entendemos e como Ella, mais e melhor do que nós, a deve entender. A sua emancipação política e social será sempre um desastre terrível para a sociedade, porque será sempre a abdicação dos encantos e das bellezas domesticas. A mulher pode e deve ter as suas prendas literarias, pode e deve ter os conhecimentos artisticos, pode e deve ter as suas noções scientificas, tudo em relação com a sua posição, – porque *o melhor dos seus institutos, a melhor das suas officinas, a melhor das suas academias, é no lar, é na familia. Precisa de letras sufficientes para a sua profissão de primeira educadora e instructora de seus filhos*; precisa da arte para dar ao seu ninho de encantos e o conforto em que Ella é um poderoso auxiliar, precisa da sciencia para os seus trabalhos educativos, hygienicos, governativos e administrativos (ibidem, p. 3, grifo nosso).

As orientações contidas na matéria vão ao encontro de algumas normas da Igreja Católica apresentadas anteriormente. O articulista fala da emancipação feminina, pois era um assunto que vinha sendo debatido no país e motivo de muita reivindicação por parte das mulheres¹³⁵. No entanto, de modo conservador, ele afirma que essa emancipação deveria

¹³⁵ Segundo Barbosa e Machado (2012), em fevereiro de 1932, por exemplo, as mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo.

acontecer apenas para enriquecer a função primordial no lar: “ser a primeira educadora e instrutora dos seus filhos”. A emancipação política e social era considerada um “desastre terrível”.

A mulher representou o primeiro alvo a ser combatido na luta contra as doutrinas anticatólicas, antimorais e liberais. Na associação Filhas de Maria, por exemplo, o padre Julião expulsou uma integrante por ter “realizado o *contrato social* sem ter tomado providencia alguma com relação ao casamento religioso” (LIVRO DE ATAS DAS FILHAS DE MARIA, 1957, p. 13, grifo nosso). Repare que o pároco chama o casamento civil de “contrato social”, não reconhecendo e não tolerando a forma laica da relação conjugal.

De modo geral, guiados sob a égide dos párocos, tanto a Pia União das Filhas de Maria quanto o Apostolado da Oração, ajudaram a Igreja Católica a promover sua influência e ocupação do espaço público por meio de suas expressivas ritualizações. Nesta estratégia, a família tinha seu lugar de destaque. O modelo da família nuclear elevaria o sentido dos cônjuges, pois, “ao homem, à família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes” (RAGO, 1985, p. 61). À mulher estava reservado o papel da sensibilidade em cada lar. A mulher representava o papel de “mãe, irmã, esposa e filha, o conjunto de afeições que podem unicamente ligar todos os membros da associação elementar assim constituída” (ibidem, p. 62).

Finalmente, para a Igreja Católica, a manutenção dessa representação legitimada e tida há séculos como verdadeira, era vantajosa. Ao fortalecer as famílias católicas e sua própria hierarquia, por meio de documentos oficiais, a instituição garantiu sua influência e, por consequência, sua existência. Uma possibilidade de análise das questões aqui expostas é partirmos da ideia de circularidade, como sugere Vieira (2013), ou seja, apontar que um pai católico provedor, casado catolicamente com uma mulher que seguisse os moldes almejados pela Igreja, o de boa mãe, esposa, dona de casa e educadora exemplar dos filhos, seria a garantia da formação de adultos católicos que, em tese, casariam, formariam família e manteriam essa circularidade. Por outro lado, devemos ter em mente que o conservadorismo aqui estudado, ainda que presente no discurso oficial da Igreja Católica, não se faz exclusivamente na mesma. Esse mesmo discurso perpassou outros segmentos sociais, tais como a imprensa, a política e a educação.

CAPÍTULO IV – A EDUCAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO E NO SERMÃO RELIGIOSO

Neste capítulo analisaremos algumas políticas educacionais da abrangência temporal do estudo. Parte do recorte coincide com o período da Segunda República. Então vamos compreender qual era o tipo de país idealizado e a formação humana que se almejava. Conforme Fausto (1998), a Igreja adotou um pacto de colaboração com o Estado Novo, pois o governo encontrou nela uma aliada diante das pessoas. Escreve o historiador: “a Igreja levou a massa da população católica ao apoio do novo governo. Este, em troca, tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto de abril de 1931 que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas” (FAUSTO, 1998, p. 332). Deste modo, localizaremos a influência e a atuação de alguns líderes católicos no movimento de romanização da Igreja nos anos 1920-1940 no campo político e no educacional. Destacadamente, vemos a atuação de Dom Leme, que objetivou catolicizar todos os espaços para ganhar a adesão do Estado, tentando torná-lo cristão e tentando difundir a concepção Sociedade Perfeita. Veremos como a Revolução de 1930, chefiada por Getúlio Vargas, criou um ambiente propício para a aproximação da Igreja, gerando, conseqüentemente, oportunidades para uma mudança de acordos institucionais pautados por cooperação entre as duas esferas de poder.

Apresentaremos, na sequência, as raízes desta mudança em Minas Gerais, pois, neste estado, a Igreja se tornou um campo de provas dos movimentos de ação católica nos assuntos políticos. Nesse período de crescente transformação social, política e econômica, em que a sociedade se tornava mais complexa, o movimento atraía o conservadorismo mineiro. Mostraremos, por fim, os dois principais atores envolvidos nesta cooperação entre Estado e Igreja: Francisco Campos e Gustavo Capanema, bem como suas atuações no campo da educação.

Será importante entender as estratégias que a Igreja Católica utilizou durante as movimentadas décadas de 1920 a 1960 diante das políticas educacionais laicas, fazendo-nos pensar nas seguintes questões: *como se organizou o pacto de favores entre a Igreja e a política na região? Quais foram os desafios desse pacto? Como a população reagiu a todo esse movimento? E como as políticas educacionais foram postas em circulação?* Partindo de uma análise histórica global para a regional, tentaremos responder às questões tendo como base os discursos dos dirigentes políticos e religiosos em níveis nacional, regional e local. A intenção é levar em consideração o ambiente social, político e religioso, situar os documentos de fonte primária e propor um diálogo historiográfico.

4.1 O poder político e o poder espiritual: a legislação educacional e ação política da Igreja Católica

Conforme Bruneau (1979, p. 31), “a Carta Pastoral de Dom Leme de 1916 via uma situação paradoxal: o Brasil, país tradicionalmente católico, se caracterizava por uma Igreja com pouco prestígio ou influência”. Na época, Dom Leme atribui essa falta de presença militante católica à ignorância do povo católico e à inoperância dos intelectuais católicos. Dessa maneira:

Dom Leme faz uma constatação que prenuncia o caminho que a Igreja deveria tomar se quisesse restaurar a sua força política e religiosa, pois acreditava que o *Divini Magisteri* da Igreja não se limitaria à educação propriamente dita, mas iria além, alcançando a ação político-pedagógica (MESQUIDA, 2008, p. 34).

Em outras palavras, a solução proposta por Leme era educar a população na religião, envolver as elites na ofensiva da Igreja e reconquistar o poder político para a promoção da influência religiosa.

Em seu discurso de encerramento, na inauguração do monumento ao Cristo Redentor no Rio de Janeiro, Dom Leme afirmou categoricamente: “ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado”. Dom Leme não lança apenas um desafio ou uma provocação ao governo, quer enquadrá-lo à causa católica. “De resto, traz à tona o próprio Deus que, sem reservas, se confirma como o legítimo representante do povo” (AZZI, 1977b, p. 68). É nesse contexto que Dom Sebastião Leme desponta na liderança do episcopado com o desafio de fazer fortalecer a Romanização no Brasil. “É com Dom Leme que os discursos se transformam em prática. Portanto, sua volta ao Rio de Janeiro nos anos de 1920 como arcebispo auxiliar do cardeal Arcoverde é o marco de uma nova inserção da Igreja no país” (BALDIN, 2009, p. 1-2).

Conforme Bruneau (1979, p. 31), “Dom Leme mobilizou os setores da Igreja com vistas à reconquista do poder e, o que é mais extraordinário, foi bem-sucedido”. Ao contrário de outras Igrejas nacionais, como a do México¹³⁶ e a da França¹³⁷, que foram afastadas da esfera pública

¹³⁶ A “Cristera” ou “Cristiada” foi uma guerra que aconteceu no México entre 1926 a 1929, em que camponeses e organizações católicas lutaram contra as posições anticlericais do Estado mexicano, contestando, assim, o regime revolucionário instituído. Depois da promulgação da Constituição de 1917, resultado das lutas dos anos anteriores, o México passou a viver o período descrito pela historiografia como Revolução Institucional, a qual se tornou notória pela aplicação dos artigos constitucionais, de maneira que a luta armada já não era colocada como opção revolucionária pelo grupo dominante (SILVA, 2009).

¹³⁷ A Revolução Francesa marcou para Igreja Católica um dos períodos mais difíceis de sua história. Isto porque a Revolução não só propagou os ideais iluministas que incluíam um sentimento anticlerical e antirreligioso, como

e se viram obrigadas a inovar e encontrar outras bases de apoio, a Igreja do Brasil, mesmo após a Proclamação da República, voltou ao domínio em termos extremamente favoráveis. Pôde fazer isso porque a vitoriosa revolução chefiada por Getúlio Vargas ofereceu oportunidade para uma mudança de acordos institucionais, inclusive os que diziam respeito à Igreja. Dom Leme aproveitou-se da oportunidade oferecida por Vargas e cooperou plenamente com ele, reconquistando, com isso, privilégios substanciais para a Igreja e garantindo o seu apoio para o presidente na manutenção da ordem e da estabilidade.

Por volta de 1930 a Igreja Católica estava forte, unificada, tinha um líder sagaz e ativo na pessoa de Dom Leme, e estava bem consciente da necessidade de poder político (BRUNEAU, 1979). Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), este movimento de romanização da Igreja Católica fincou fortes raízes em Minas Gerais.

No norte de Minas Gerais este movimento também foi dramatizado pela atuação do arcebispo de Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza. Wirth (1982) ressaltou o papel de Dom Silvério na organização política do laicato católico que já em 1913 havia conseguido mais de 200 mil assinaturas em um manifesto contra a instituição do divórcio. “Tendo reorganizado os bispados após o desestabelecimento em 1890”, delineou Dom Silvério, “a Igreja em Minas tornou-se um campo de provas dos movimentos de ação católica” (WIRTH, 1982, p. 180). Os padres começaram a recrutar cidadãos do setor médio, bem como das classes profissionais e trabalhadoras. Desta maneira, “a geração política de Francisco Campos e Valadares estava mais solidária às causas da Igreja do que seus pais, de pensamento mais livre”, diz o autor (ibidem, p. 180-181). Continua Wirth: “por um lado, a Igreja patrocinou organizações voluntárias

também exerceu na prática esses ideais, muitas vezes de forma violenta. A Revolução Francesa, em sua tentativa de acabar com as estruturas feudais ainda vigentes, colocou a Igreja Católica em uma difícil situação. Às vésperas da Revolução, o país mostrava um quadro em que o Catolicismo vivia o seu auge: a população participava dos ritos religiosos, o clero paroquial cuidava da vida religiosa da sociedade, o poder absoluto do rei era garantido pelo direito divino e o próprio clero possuía status de Estado. O rei Luís XVI, antes de ser decapitado, foi obrigado a renunciar o seu “poder divino”, tornando-se um cidadão como outro qualquer. O clero deixa de presidir as atividades da vida civil, como o casamento e os registros de certidões de nascimento e de óbito. É importante ressaltar que, na tentativa de enterrar de vez a influência católica, o governo aboliu o calendário gregoriano, acabando com os dias da semana e, conseqüentemente, eliminando as festas e feriados religiosos, inclusive o domingo, conhecido como “Dia do Senhor”. Para substituí-lo, criou um novo calendário, conhecido como Calendário Republicano Francês, que marcaria o início da nova era da República Francesa, dando uma nova nomenclatura aos meses e semanas de acordo com as estações do ano. O período do *Terror* marca o início do movimento violento que se deu contra a Igreja Católica. Igrejas foram apedrejadas, padres forçados a abdicar, imagens religiosas destruídas e o culto religioso passou a ser proibido. Podemos ainda citar as tentativas de substituir o culto religioso por um culto revolucionário, como o culto à razão e ao Ser Supremo. Esse quadro só seria resolvido com Napoleão Bonaparte. No período do Consulado, Napoleão e o papa Pio VI assinam uma Concordata que redefiniu as relações entre a Igreja e o Estado. Por essa Concordata a Igreja Católica foi reconhecida na sua unidade e estatuto, a liberdade de culto foi garantida e o Catolicismo era aceito como a religião da maioria dos franceses. Contudo, a Igreja ficava subordinada ao Estado, uma vez que a nomeação de bispos era feita pelo Consulado. Os territórios da Igreja, como Avignon, e seus bens, não foram restituídos (LEFEBVRE, 1989; VOVELLE, 1989).

quando a sociedade estava se tornando mais complexa; por outro, o movimento atraía o conservadorismo mineiro em um período de crescente transformação” (WIRTH, 1982, p. 144).

A mensagem do governador Fernando de Mello Vianna, proferida aos membros do Congresso Legislativo Mineiro em 14 de julho de 1926, diz muito sobre este conservadorismo político mineiro, expresso pelas vontades das oligarquias estaduais e ancorado, muitas vezes, por direcionamentos da Igreja Católica. Ao discursar sobre cultura e educação, Vianna afirmou que as novas conquistas nestas áreas deviam sempre estar sob orientações da tradição, do conservadorismo e do passado:

[...] A civilização ou cultura “é a perfeição que o homem recebe, não propriamente da natureza, mas da educação que lhes transmite a herança das gerações que o precederam, e lhe prepara e facilita novos progressos”. Ninguém pode orientar os destinos de um povo, si não consegue actuar efficazmente sobre a geração nova, instruindo-a, educando-a. Dahi se infere o valor que a educação tem e o apreço que lhe deve ligar todo governo digno desse nome. Mas o progresso não é destruição e renovamento: é conservação e desenvolvimento. Não é possível que deva cada geração recomeçar a mesma tarefa. Reformar as instituições sem utilizar o passado é obra de insania. A tradição é o unico terreno firme sobre que se podem assentar construcções duradouras. Tanto é prejudicial e perigosa a um povo a superstição incoercível do passado, tudo rejeitando que é novo, como o preconceito revolucionario que julga nada poder fazer de util, sem destruir o que a tradição vem conservando e transmitindo. Assim, pois, embora realizando multiplas reformas, em materia de educação e ensino, timbrou sempre o governo em manter ileso o patrimonio do nosso passado e em conservar as qualidades tradicionaes que são legitimo orgulho do povo mineiro [...] (CONGRESSO MINEIRO, 1926, p. 71).

Como na política, a Igreja comprou o discurso o qual deveria promover uma proposta liberal dentro de um governo e educação conservadores e hierárquicos. Como político e intelectual, Fernando de Mello Vianna via a educação como instrumento de conservação em um momento em que a ideia de modernização supunha quebra do conservadorismo, abertura ao novo e ruptura com a tradição. A faceta progressista de seu discurso mostrava vínculos com a estrutura oligárquica, mais conservadora, mais arcaica e que, de certa forma, era almejada pela Igreja Católica.

Desta feita, a instrução religiosa, por exemplo, foi permitida em Minas Gerais até que, em 1906, o governador positivista João Pinheiro a extinguiu, juntamente com os subsídios estaduais aos seminários. Segundo Wirth (1982, p. 143), “ao fazer Minas alinhar-se com a Constituição Federal, Pinheiro, que acreditava firmemente na laicização, iniciou um desafio

para uma Igreja que lutava então para se reconstituir”. A Igreja contestou vigorosamente com uma campanha na imprensa na qual pedia às famílias católicas que pressionassem seus representantes políticos. Em 1920, o governador Bernardes respondeu a essa demanda, e como a mobilização se espalhava, a ortodoxia republicana pendeu à prática política (WIRTH, 1982).

Em agosto de 1929, em outro episódio, o então presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, mandou, após a realização do Primeiro Congresso de Catecismo Nacional em Belo Horizonte (1928), que o Secretário do Interior, Francisco Campos, permitisse uma hora de catecismo nas escolas. Confira a mensagem do presidente do Estado na 3ª sessão ordinária do Congresso Mineiro, em 1º de agosto de 1929:

Srs. Membros do Congresso Legislativo de Minas Geraes:

Mais uma vez, tenho frisado que é uma fecunda lição aos que legislam e governam auscultar os imperativos e as exigencias da realidade, e foi assim pensado que permiti se ministrasse o *ensino de religião*, dentro do horario escolar. Pensei traduzir uma legitima aspiração de quasi todos os nossos compatricios e de modo algum ferir a liberdade de consciencia dos que não são crentes ou o são de credos diversos, aos quaes deixei ampla liberdade de subtrahirem os seus filhos a tal ensino.

Creio que não póde causar extranheza em nosso meio uma medida dessa natureza; em primeiro logar, porque *o povo em sua quasi totalidade é catholico e as instituições devem expressar as feições do povo a que se referem*; em segundo logar, porque não privilegiei nenhum culto e dei liberdade a todos; e terceiro logar, porque apenas permiti que se fizesse, em quarenta e cinco minutos do horario escolar, o que, fóra do horario escolar, desde os primeiros dias da Republica, se vinha fazendo em nossas escolas [...] (CONGRESSO MINEIRO, 1929, p. 48, grifos nossos).

Observe que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, inicialmente, justifica a inclusão do ensino de religião em todas as escolas do Estado pelo fato de constituir uma aspiração e um desejo das pessoas em manter a disciplina naqueles espaços. Afirma que quase todos os mineiros são católicos e que “as instituições [públicas] devem expressar as feições do povo a que se referem”. Ele ainda justifica a mudança ao dizer que, mesmo com a implantação da República, o ensino de religião [católico] era ministrado fora do horário nas escolas, e as aspirações das pessoas vieram reforçar e empoderar a disciplina agora dentro do horário escolar. Política, ali, definitivamente não era o exercício das diferenças para a construção de uma vida comum, e essa parece ter sido a tônica no período. Continuemos a ler o discurso:

Tal concessão, porém, que me parece corresponder a uma aspiração justa e elevada, não poderá de modo algum coarctar a consciencia dos que não crêem, por cuja liberdade zelarei cuidadosamente, com o mesmo carinho com que zelo pela liberdade dos religiosos [...]. Assim procedo, porque evidentemente

há mais liberdade em permittir o ensino da religião nas escolas do que em excluí-lo. A tolerancia, principio cardeal de uma democracia, não importa em neutralidade, nem em exclusão de cultos, mas numa livre e desembaraçada coexistencia de cultos. O contrario é que seria uma não liberdade e uma não tolerancia (CONGRESSO MINEIRO, 1929, p. 47-49).

Em 14 de junho de 1925, o presidente do Estado de Minas Gerais, Fernando de Mello Vianna, por sua vez, em mensagem proferida aos membros do Congresso Legislativo Mineiro, ao falar da relação de Minas com os outros estados e com a União, evoca o anseio antilaico da sociedade de então:

Cumpre estreitar cada vez mais vinculos em bem da conservação da unidade nacional. [...] Para manter essa unidade, concorrem, felizmente, elementos diversos de ordem historica e moral: - tradições, aspirações, legislação e crenças comuns.

[...] *A religião é factor importantissimo da unidade nacional, e, a despeito da separação entre o Estado e a Igreja, não póde, nem deve ser desprezada pelos poderes publicos.*

Importa, conseguintemente, dentro das formulas constitucionaes, não deprezar esses e outros elementos de ordem historica e *moral* que tanto contribuem para apertar os laços de solidariedade entre as diversas circumscrições da Republica [...] (CONGRESSO MINEIRO, 1925, p. 8-9, grifos nossos).

Nas falas notamos as forças políticas do estado de Minas Gerais elevando suas vozes e sendo solidárias às causas da Igreja, cedendo, como vimos, horários de aulas para o Ensino Religioso em todas as escolas. A Igreja no “estado brasileiro mais católico estava agora muito mais forte [...]. A Igreja transforma-se de uma dependência fraca no Império em uma organização autoconfiante, de multicamadas já na época da Primeira Guerra Mundial” (WIRTH, 1982, p. 144). Nas palavras de Schwartzman (1986, p. 110), “a relação entre Igreja e Estado era de cooperação, e nessa época, a desconfiança entre a Igreja e o Estado já se havia transformado em um pacto de colaboração”.

“A Igreja, em 1929, agora se organiza nacionalmente para emendar a Constituição Federal, o que será feito em 1934” (WIRTH, 1982, p. 144). Segundo Bruneau (1974), a Constituição de 1934 incluía todas as exigências da Liga Eleitoral Católica (LEC). O seu prefácio rezava: “colocando a nossa confiança em Deus”. Vamos conferir as emendas:

A separação entre a Igreja e o Estado continuava, mas agora o governo podia ajuda-la financeiramente, “no interesse da coletividade” (art. 17). Os membros das ordens religiosas podiam votar agora (art. 108). As associações religiosas ficaram muito mais à vontade sob facilidades jurídicas (art. 113 e 5). A assistência espiritual passou a ser permitida nos estabelecimentos oficiais e

militares (art. 113 e 6). O casamento religioso ficou inteiramente reconhecido nos termos civis (art. 145) e o divórcio, proibido (art. 144). E provavelmente mais importante que tudo, ficou prevista o ensino religioso dentro do horário escolar, e o Estado podia subvencionar as escolas católicas (art. 153). Em suma, a Constituição de 1934 foi uma grande vitória para a Igreja na obtenção do reconhecimento público daquilo que considerava o seu lugar próprio na sociedade. A Constituição de 1934 rejeitou, assim, as cláusulas da Constituição de 1891, consideradas pela Igreja como obstáculos à consecução de seus objetivos (BRUNEAU, 1974, p. 82).

Então, a Constituição de 1934 incorporou as emendas e deu ao novo Ministério da Educação e Saúde (MES) ampla margem de ação (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Por fim, no alvorecer dos anos de 1930, já no posto de arcebispo do Rio de Janeiro, para Dom Leme não faltariam intermediários para negociar acordos com o novo governo federal, a começar pela atuação de Francisco Campos, que tinha por objetivo colocar a Igreja a serviço de um projeto político próprio. A definição desse plano e o estabelecimento de um sistema nacional de coordenação e execução dominariam as atividades do MES nos anos seguintes. No entanto, conforme as palavras de Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 67), “não era uma tarefa fácil nem isolada, a questão educacional era, naqueles anos, tema altamente politizado, que atraía os melhores talentos para travarem seus pactos, mas que provocava os maiores conflitos”. Na próxima seção realçaremos a atuação da “trindade governamental”¹³⁸ (Vargas, Campos e Capanema) no campo educacional e político macro. A partir daí, lançaremos luz nas ações regionais e locais.

4.2 A Trindade Governamental (Vargas, Campos e Capanema): educação e política em Porteirinha/MG

Na obra *Tempos de Capanema*, o capítulo que os autores dedicam ao pacto com a Igreja deixa claro a estratégia de Francisco Campos com relação à instituição. A estratégia de estabelecimento de um pacto com a Igreja proposto por Campos parece ter tido permanência e repercussões profundas. “A Igreja Católica deveria oferecer ao novo regime uma ideologia que lhe desse substância e conteúdo moral, sem os quais, intuía Campos, ele não conseguiria se consolidar” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 61).

¹³⁸ Termo proposto por Saviani em sua obra *História das Ideias Pedagógicas no Brasil* (2013, p. 270) para se referir a Getúlio Vargas, Francisco Campos e Gustavo Capanema.

Ao lado de Getúlio nas conspirações de 1930, Minas participa do governo provisório através de Francisco Campos, que haveria de quebrar o poder da velha oligarquia mineira encastelada no Partido Republicano Mineiro, sob a liderança de Arthur Bernardes, e deveria, também, constituir sua base de sustentação política própria, que, partindo de Minas, pudesse se espalhar para todo o país. “Mas para isso, o papel da Igreja seria fundamental” (SCHWARTZMAN, 1986, p. 112).

No entanto, a primeira reação do movimento católico militante à Revolução de 1930 foi de hostilidade e oposição. Primeiro, porque se tratava de uma “revolução”, uma alteração à ordem que era, em si mesma, vista como um mal. Jackson de Figueiredo, fundador do Centro Dom Vital, afirmou que “a pior ilegalidade era ainda melhor que a revolução”, e esta filosofia se espelhou no próprio nome da revista do movimento católico, *A Ordem*. Segundo, a revolução era vista como a vitória do movimento tenentista, que trazia consigo certas ideias modernas perigosas, associadas ao liberalismo e ao positivismo, com sua crença nos poderes da técnica e da ciência como critérios para a organização da vida e da ação social. Mal iniciada a revolução, Alceu Amoroso Lima¹³⁹ diria do movimento: “obra da Constituição sem Deus, da escola sem Deus, da família sem Deus” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000). Observamos que as fortes raízes do movimento de romanização da Igreja Católica, compactuado com o governo, também foram encontradas em Minas Gerais.

Campos assumiu em 1931 o novo MES, de onde articulou seus planos para voos maiores. Ele havia dirigido a Reforma da Instrução Pública em Minas Gerais (1927 a 1928). Logo depois de empossado, o ministro baixou o conjunto de sete decretos, conhecidos como Reforma Francisco Campos¹⁴⁰. De acordo com Saviani (2013), dentre as medidas desta

¹³⁹ Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro em 1893 e durante a década de 1930 foi um dos intelectuais católicos mais importantes no Brasil (SKALINSKI JÚNIOR, 2015). Ele inovou na defesa de uma ordem social de acordo com a Doutrina Social da Igreja. Foi editor-chefe da revista *A Ordem*, que recebia assinaturas e contribuições de todas as regiões do país. Amoroso Lima foi fiel ao pensamento político de Jackson de Figueiredo, que considerava que a resistência ao poder só poderia ocorrer no caso de uma afronta indefensável do Estado contra a Igreja. Durante o Governo Provisório de Vargas, na medida em que a Revolução foi se mostrando vitoriosa, a inexorabilidade da mudança política era aceita. Neste momento, ele passa a recomendar aos leitores da revista *A Ordem* a aceitação do governo provisório como um fato dado, mas que trabalhem para que ele adote os valores católicos. Na passagem abaixo, em 1930, Amoroso Lima sugere uma justificativa para essa postura: “A Igreja não é revolucionária nem contrarrevolucionária: é extrarrevolucionária. Sua obra é a de sobrenaturalizadora de todos os regimes, de todas as modalidades sociais. Temos o dever de encaminhar as águas da subversão política para o leito do cristianismo social. Temos o dever de trabalhar para que a apostasia republicana de quarenta anos, que é até hoje a maior culpada de tudo por que estamos passando, venha finalmente a terminar de modo a permitir que o Estado e os seus governantes voltem às verdadeiras raízes da nossa nacionalidade”. Amoroso Lima imprimiu à revista *A Ordem* uma estratégia de aceitação tácita do regime estabelecido por Vargas também porque durante o Governo Provisório a falta de confiança em relação ao regime convivia com a crença de que, no momento da reconstitucionalização do país, alguns direitos católicos fossem novamente estabelecidos (ARDUINI, 2014).

¹⁴⁰ Conforme Saviani (2013), foram estes sete decretos que compuseram a Reforma Francisco Campos: Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; Decreto n. 19.851, de 11 de abril

reforma, estava a criação do Conselho Nacional de Educação, a organização do ensino secundário e comercial, a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário e a organização do ensino superior. A reforma não contemplou o ensino primário ou elementar e o ensino normal, que permaneceram da alçada dos Estados. “Essas medidas resultaram evidente a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central” (SAVIANI, 2013, p. 196).

Por outro lado, conforme Schwartzman (1986), Campos também lançou seu projeto que procurava restabelecer, agora em nível nacional, um pacto entre a Igreja e Getúlio Vargas. O plano foi apresentado de forma detalhada em carta de abril de 1931 a Amaro Lanari, companheiro na organização da Legião de Outubro¹⁴¹. Nela, Campos rememora seus antecedentes de colaboração com a Igreja em Minas Gerais; diz que a Legião de Outubro, para ir mais longe ainda em seu programa de renovação e de disciplina espiritual, deveria pedir à Igreja “não somente inspirações, mas também modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual” (SCHWARTZMAN, 1986, p. 120). Logo depois, em abril de 1931, escreve a Getúlio Vargas propondo a decretação imediata do ensino religioso nas escolas públicas.

Nessa carta, Campos diz que o Ensino Religioso nas escolas públicas, aparentemente, não se limitaria ao Catolicismo, mas “atenderia às preferências de cada um”. Para ele, os princípios católicos pareciam ser não um valor em si, mas um instrumento de mobilização política. Depois de justificar o projeto, ele pronuncia:

de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior, instituindo o Estatuto das Universidades Brasileiras; Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, que estruturou o ensino secundário; Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que estabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas; Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial; Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidando as disposições sobre a estruturação do ensino secundário.

¹⁴¹ Inspirada no fascismo italiano, a Legião de Outubro foi uma organização política, também chamada Legião Revolucionária, articulada pelos jovens “tenentes”, participantes da Revolução de 1930, logo após a vitória do movimento. Em dezembro de 1930, Capanema travou os primeiros entendimentos com Francisco Campos, em torno da criação da Legião de Outubro em Minas Gerais. Campos, ministro da Educação e Saúde do Governo Provisório de Vargas, foi, segundo afirma Simon Schwartzman, o “mentor político e intelectual de Capanema nesse período”. Em fevereiro de 1931, Capanema participou do lançamento do manifesto de fundação, em Minas Gerais, da Legião de Outubro. A Legião de Outubro foi criada em Minas Gerais por Francisco Campos (então ministro da Educação), com o apoio de Gustavo Capanema (então secretário do Interior e Justiça do Estado de Minas Gerais) e Amaro Lanari (secretário das Finanças), como um meio de integrar Minas no processo revolucionário e como instrumento para enfraquecer as forças políticas oligárquicas tradicionais do Estado. O resultado disso foi uma luta aberta entre a Legião e o antigo Partido Republicano Mineiro (PRM), composto por velhos líderes políticos e chefiado por Artur Bernardes, receoso de que a radicalização do processo revolucionário viesse a ameaçar suas sólidas lideranças nos estados. “A Legião de Outubro fazia parte da estratégia elaborada por Francisco Campos para reforçar suas bases de sustentação política em Minas Gerais” (HORTA, 2010, p. 16).

Permito-me acentuar a grande importância que terá para o governo um ato da natureza do que proponho a V. Excia. Neste instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as *forças materiais e morais*, o decreto, se aprovado por V. Excia, determinará a mobilização de toda a *Igreja Católica ao lado do governo*, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo a serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional” [...] terá V. Excia. praticado talvez o ato de maior alcance político do seu governo, sem contar com os benefícios que de sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira. [...] Pode estar certo [...] que a Igreja Católica saberá agradecer a V. Excia. esse ato, que não representa para ninguém limitação à liberdade, antes uma importante garantia à liberdade de consciências e de crenças religiosas (CAMPOS, 1931, s/p).

Francisco Campos se refere às reivindicações da Igreja e à proposta de introduzir o Ensino Religioso facultativo nas escolas públicas. A importância desta carta é o fato dela apresentar a capacidade de mobilização da Igreja diante do governo. Deste modo, “o Ministério da Educação e Saúde contava com a Igreja Católica na tarefa de inculcar nos alunos os valores éticos e morais que faziam parte de uma cultura nacional revigorada” (SCHWARTZMAN, 2000, p. 179).

Pela primeira vez na história na República, o Ensino Religioso era introduzido nas escolas, por meio do Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931. Sabemos que Francisco Campos era um escolanovista e no momento em que alcançou um cargo público se aliou à Igreja Católica. *Qual foi o significado dessa aliança? Como explicar que um adepto do escolanovismo (movimento que defendia a escola laica), ao assumir o posto de autoridade máxima nos assuntos educacionais da República, tenha tomado medida em benefício da Igreja Católica?*

Saviani esclarece elencando dois pontos. O primeiro diz que essa situação não se configurava tão estranha, uma vez que estava respaldada por importantes precedentes históricos. No Brasil, entre 1920 e 1930, caberia à Igreja infundir na sociedade, cada vez mais, os sentimentos de caridade e solidariedade social (SAVIANI, 2013).

O segundo ponto é que Francisco Campos vinha se alinhando ao pensamento autoritário. Tal tendência estava em expansão, encontrando guarida nos líderes intelectuais, entre os “tenentes” e nos positivistas do Rio Grande do Sul. O próprio Vargas destacou a decadência da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de autoridade. Adotou-se um fascismo baseado no fortalecimento do Estado, pela contribuição dos princípios fundamentais de cada classe, bem definidas pela administração dos negócios públicos.

Nessa aliança, podemos perceber outros interesses implícitos, “pois nesse período, o país se encontrava em meio a lutas sindicais e caso o povo se revoltasse contra o Estado, a Igreja

então sendo sua aliada poderia intervir a favor dos governantes, esclarecendo sobre as necessidades do país” (SAVIANI, 2013, p. 271).

Com a chegada dessa nova geração de líderes políticos, houve uma intervenção crescente no campo educacional. A criação das novas repartições públicas ampliou o mercado de postos públicos e a aproximação dos intelectuais com o poder. Deste modo, os membros da Igreja Católica perceberam a importância de se aliarem a estes intelectuais, e vice-versa. Um destes hábeis políticos que se beneficiou foi Gustavo Capanema, que ocupou a chefia do MES em julho de 1934.

Gustavo Capanema foi empossado no MES em 26 de julho de 1934, em substituição a Washington Pires, que havia sucedido a Francisco Campos em setembro de 1932. Capanema assumiu este como parte do acordo geral que então se estabelecera entre a Igreja e o regime de Vargas, proposto anos antes por Campos. A parte visível deste acordo foi a aprovação, pela Assembleia Constituinte de 1934, das “emendas religiosas”. A parte não dita, mas certamente de consequências mais profundas, foi a entrega do MES a Capanema, como homem de confiança da Igreja e encarregado de levar à frente seu projeto educacional e pedagógico, tal como era expresso através de seu representante leigo mais autorizado, Alceu Amoroso Lima, como afirmam Schwartzman, Bomeny e Costa (2000).

A aproximação do ministro com a Igreja pareceu se explicar principalmente por fatores de ordem política ou, mais precisamente, pelo fato de Capanema ter surgido na vida pública seguindo as pegadas de Francisco Campos. Mas se Campos teve em mente um projeto político ambicioso, do qual a Igreja foi uma peça, Capanema, ao contrário, se valeu do apoio da Igreja para chegar ao ministério, e a ele se limitou, tratando de dar cumprimento ao mandato que havia recebido¹⁴² (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Empossado no ministério, Capanema teve no líder católico, Alceu Amoroso Lima, seu principal conselheiro e mentor, que indicava nomes, vetava outros, propôs leis e tratou de dar conteúdo às principais iniciativas do ministro. A lealdade de Capanema a Alceu se manteve tanto quanto possível inalterada nos próximos onze anos de ministério. “Tudo que combinei

¹⁴² O início do Estado Novo marca uma disputa entre Capanema e Campos em torno do MES. Havia um projeto de Francisco Campos para se criar uma organização da juventude brasileira nos moldes fascistas e paramilitares, mas isso iria diminuir muito a influência do Ministério da Educação. Capanema se posiciona contra e o projeto não se concretiza da forma que Campos desejava. A juventude é organizada de uma forma menos miliciana e menos fascista. De acordo com Saviani (2013, p. 268), “Campos entrou em rota de colisão com Capanema por dissensões internas à política mineira. Teve também sua confiança abalada junto a Vargas tendo em vista as suspeitas de que ele estaria apoiando a Revolução Constitucionalista paulista de 1932. Campos deixou o MES em outubro de 1932, porém teve papel fundamental na elaboração da Constituição do Estado Novo imposta à nação pelo golpe de 1937, assumindo, em consequência, o Ministério da Justiça do novo regime”.

com você está na minha memória”, escreveria Capanema a Alceu anos mais tarde, a propósito da Faculdade Nacional de Filosofia,

[...] e nada deixará de ser cumprido. [...] O governo é coisa constituída de tal natureza que exige que a gente adote a todo o momento um modo especial de agir, a fim de que o objetivo desejado e previsto se atinja. É a tal história de andar direito por linhas tortas, processo que, por ser divino, é também próprio da arte humana de governar (CAPANEMA, 1939, s/p).

Em algumas folhas manuscritas, Alceu Amoroso Lima encaminha ao ministro Capanema uma lista de medidas que esperava serem adotadas na área da educação. Dentre elas, destacamos:

- publicação de uma grande revista nacional de educação na base destes princípios, com boa colaboração etc.; e rigorosa exclusão do ecletismo pedagógico e muito menos do bolchevismo etc.;
- publicação de pequenas ou grandes doutrinas anti-marxistas e de documentação anti-soviética;
- de obras sadias, construtivas, na base dos princípios de educação no Brasil;
- defesa das humanidades clássicas, latim e grego, e sua incorporação no plano nacional de educação;
- de uma filosofia sã;
- entendimento com os estados para uma uniformidade na orientação educativa;
- facilidades do ensino religioso em todo o país [...] (CAPANEMA, 1939, s/p).

E expõe a filosofia política da reação católica em carta a Capanema:

Os católicos, meu caro Capanema, não querem do governo nem privilégios, nem subvenções, nem postos de responsabilidade política. Não temos a ambição do poder, nem é por meio da política que esperamos desenvolver nossos trabalhos. Estamos, portanto, perfeitamente à vontade para colaborar com o Estado, em tudo que interessa ao bem comum da nacionalidade. Esse interesse coletivo, que tanto preocupa ao Estado como à Igreja, nós queremos alcançar por meios diversos, se bem que não antagônicos (LIMA, 1935, s/p).

E continua sua narrativa:

- [...] o que desejamos, portanto, do governo é apenas:
1. *Ordem pública*, para permitir a livre e franca expansão de nossa atividade religiosa na sociedade.
 2. *Paz social*, de modo a estimular nosso trabalho de aproximação das classes, que é, como você sabe, o grande método de ação social recomendada invariavelmente pela Igreja.
 3. *Liberdade de ação* para o bem, mas não para o mal, para a imoralidade, para a preparação revolucionária, para a injúria pessoal.

4. *Unidade de direção* de modo a que a autoridade se manifeste uniforme em sua atuação e firme em seus propósitos (LIMA, 1935, s/p, grifos nossos).

Depois de afirmar que “tudo isso são tarefas que o governo deve levar adiante imediata e infatigavelmente, pois delas dependem a estabilidade das instituições e a paz social”, Alceu conclui:

Os católicos serão os aliados de todos os que defenderem os princípios da justiça, da moralidade, da educação, da liberdade justa, que a Igreja Católica coloca na base de seus ensinamentos sociais. Vejam eles que o governo combate seriamente o comunismo (sob qualquer aparência ou máscara para disfarçar) - sùmula de todo o pensamento anti-espiritual e, portanto, anticatólico; que combate seriamente o imoralismo dos cinemas e teatros pela censura honesta; organiza a educação com a imediata colaboração da Igreja e da família - vejam isso os católicos e apoiarão, pela própria força das circunstâncias, os homens e os regimes que possam assegurar ao Brasil esses benefícios (ibidem, s/p).

Foi a partir dessas premissas que o novo ministro iniciou a elaboração de seus planos de reforma do sistema educacional do país. Observe o discurso do ministro Capanema no Conselho Nacional de Educação, em 16 de fevereiro de 1937, sua linha de pensamento acerca da Educação Moral:

[...] A *educação moral* foi sempre tida na mais alta conta. Razões sobram para isso, pois é bem certo que a *formação do caráter* é mais preciosa que a do corpo ou a da inteligência. A educação moral deverá assim, ocupar largo espaço nas *atividades educativas do país*. [...] É preciso formar, na juventude, vivos e persistentes *hábitos de honestidade*, dando-se-lhe uma têmpera sólida, que a proteja da indolência, do vício, da torpeza, das pequenas e grandes misérias de cada dia, e que ao seu coração imponha o inelutável rumo do bem. Cumpre, com a *educação moral*, criar, para a pátria, gerações cheias de *equilíbrio*. A pátria precisa de homens assim, firmes e corajosos, mas disciplinados e serenos, homens afeitos a *ordem*, aptos para a liberdade, e dignos da fortuna. O equilíbrio, a que me refiro, *exclui este deserto do espírito* que é a tibieza. Os túbios são os grandes estorvos da pátria. Neles não vibra nenhuma grande *vocação*. Diante dos acontecimentos, diante dos perigos ou das esperanças, permanecem indecisos, *neutros* ou indiferentes. Eles nem sempre se mostram naturais, uns aparentam *ceticismo*, outros tomam grande ar *irônico*, antes de tudo tiram motivo para gracejo, aqueles preferem simplesmente adotar uma atitude de superioridade, mas no fundo são todos idênticos. São todos moles, sem ânimo nem coração. *Criaturas infelizes* essas, segundo está escrito no *Apocalipse*, serão vomitadas da *boca do Eterno*. Portanto que a atitude do *Mestre* para com o *discípulo* seja sempre aquela que está prescrita na insistente frase gídiana: “Eu te ensinarei o fervor”. Sim é preciso ensinar o fervor as gerações (CAPANEMA, 1937a. s/p, grifos nossos).

Na tríade, Educação Intelectual, Educação Física e Educação Moral, esta última foi considerada fundamental no campo da educação. Veja no discurso palavras como “coragem”, “honestidade”, “equilíbrio” que moldam, segundo o ministro, a formação do caráter e que educam os homens para a pátria. Estes termos são contrastados com “deserto de espírito”, “neutros”, “indiferentes”, “ceticistas”, “irônico”, “criaturas infelizes” que causam “as grandes misérias”, a “indolência”, a “neutralidade” e a “falta de vocação”. Por fim, Capanema evoca a passagem bíblica e, em tom de ameaça, afirma que as crianças ou jovens que não seguirem as diretrizes da Educação Moral serão vomitadas da boca do Eterno e não merecerão o céu. O ensino tinha uma função de impregnar essas “práticas educativas” que transmitiam aos alunos a formação moral, consubstanciada na crença em Deus, na religião, na família e na pátria.

Em outro importante momento, durante a comemoração do centenário do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1937, Capanema discursa efusivamente em favor da Educação Moral, e deixa bem claro que nela “o ensino religioso é base das mais sólidas”:

[...] O Colégio Pedro II se tornou um dos mais preciosos monumentos de nosso *patrimônio espiritual*. Na data de seu centenário, há, pois, um justo motivo para a alegria pública. [...]

Qualquer escola, seja qual for o grau ou ramo do seu ensino, mas, sobretudo a *escola primária*, deve incluir, no programa de seus trabalhos, a *educação moral*. A escola precisa de ter em mira que cada indivíduo, no viver cotidiano, nas pelejas cívicas ou no afã econômico, encontrará dificuldades, reveses e fracassos. Não basta, pois, que lhe dê o saber e a técnica. Deverá despertar e endurecer no seu coração a virtude, pois esta é a *força das forças*.

[...] A *educação* que considere a virtude com *indiferença* ou a relegue a segundo plano *não é educação*. O governo federal tem em alta conta este aspecto do problema educacional. No Código da Educação Nacional, a educação moral, de que o *ensino religioso* é base das mais sólidas, terá definição plena. [...] Cumpre dizer, afinal, que o Ministério da Educação e Saúde vem realizando, por meios extra escolares, notadamente pelas conferências públicas, um programa de educação moral, de alcance considerável. Esse programa, cada vez mais ampliado, prosseguirá (CAPANEMA, 1937b, s/p, grifos nossos).

As ações para a Educação Moral e Religiosa eram sólidas e o MES tinha um plano ambicioso para a ampliação de sua influência no território nacional. Segundo Capanema, a “força das forças”, como chamava a Educação Moral, deveria ser o pilar central na educação, pois “de nada serve aprender o saber e a técnica, se não despertar e endurecer no coração a virtude religiosa”. O ministro teve uma posição estratégica na política do Brasil. Extremamente centralizador e católico, mas reunia sob seu ministério cientistas, poetas, modernistas, intelectuais liberais, ou seja, o que mais de brilhante havia na época. Seu governo foi marcado

por tensões e embates contra os pensamentos mais liberais da época, por isso havia muitos vetos contra projetos e ações que defendessem pensamentos contrários ao governo Vargas.

Para garantir apoio nos diversos espaços públicos, fazia concessões e travava acordos com os líderes da Igreja. Essa forma de colaboração entre a Igreja e o governo deu vazão a um tipo de ação política que marcou tanto a Igreja quanto o governo Vargas, e, também, a sociedade brasileira.

O período ficou marcado pelo reconhecimento da autonomia e soberania dos poderes da Igreja (divino) e do Estado (temporal), como é a marca da concepção de Igreja Sociedade Perfeita. Observamos que o fundamental desta concepção está presente: a compreensão que a Igreja tem de si mesma é muito mais nobre, assim também o seu poder prevalece sobre todos os outros poderes (sobre o campo da educação), e de modo algum pode ser inferior ou sujeito ao poder civil. A oficialidade da Igreja diante do Estado não é mais reclamada como acontecia no final do século XIX, porém deveria haver uma colaboração entre os dois poderes. Assim, o entendimento de ambos é um valor que deve ser preservado, a fim de que o Estado possa, o quanto possível, ser suporte ou, pelo menos, facilitar à Igreja o livre exercício de sua missão religiosa que é o seu objetivo.

Segundo Saviani (2013, p. 270-271), para a “trindade governamental”, os princípios da educação cristã, assim como os princípios pedagógicos renovadores, não tinham valor em si, mas eram vistos como instrumentos de ação política, e não via incompatibilidade entre uma visão educacional centrada na preservação da ordem social e a renovação pedagógica. Para Campos, aderir à Escola Nova não significava renunciar à “recuperação dos valores perdidos”, tarefa que, a seu ver, teria de ser desempenhada pelo ensino religioso. A *modernização conservadora*, conceito com que a historiografia tende a classificar a orientação política que prevaleceu após a Revolução de 1930, poderia facultar a seguinte leitura: enquanto *conservadora*, essa orientação buscava atrair a Igreja para respaldar seu projeto de poder; enquanto *modernização*, a força de atração dirigia-se aos adeptos da Escola Nova. Estes eram vistos como portadores dos requisitos técnicos necessários à viabilização do projeto de modernização conservadora.

Além da dominação política, Bruneau traz um dado interessante sobre a longa permanência de Vargas no poder: “seu governo era possível principalmente porque a vasta maioria da população não estava mobilizada”. Essa falta de mobilização, diz ele: “se deve, em grande parte, ao papel da religião que mantém a população num estado passivo” (BRUNEAU, 1974, p. 78).

Quer dizer que o povo brasileiro tradicionalmente não procura em si mesmo ou no governo as soluções para os seus problemas, mas espera-as de Deus. Dirigindo o povo suas petições para outro nível, por assim dizer, governar ficava mais fácil, e Vargas pôde desfrutar uma longa e relativamente estável posse do cargo (BRUNEAU, 1974, p. 78).

Um discurso do prestigioso deputado estadual norte-mineiro, Milton Prates¹⁴³, durante o banquete de boas-vindas ao novo bispo de Montes Claros, Dom Antonio de Moraes Júnior, corroborou com a afirmação de Bruneau acerca da falta de mobilização das classes sociais desfavorecidas e seu estado passivo na política perante a religião. Estampado no *Gazeta do Norte*, em fevereiro de 1949, o discurso tinha como lema “*O primeiro caminho para a organização da sociedade em bases mais justas será embeber-se o coração do homem de sentimento cristão e iluminar-se a sua inteligencia com a palavra de Deus*”:

[...] Por mercê de Deus, nesta terra de Minas, as relações entre capital e trabalho são, na maioria dos casos, antes relações de seres humanos; que se solidarizam na tarefa comum da produção economica. *Não se pode dizer que a distribuição da riqueza se faça de modo ideal, pois, como em toda parte, existe aqui aquela desigualdade que o Apostolo São Paulo julgou sob certos aspectos, inevitavel e necessária.* Mas os espiritos de boa formação cristã não se desviam, por isto, para os caminhos do ódio e da luta de classe, nem desesperam de uma mais justa distribuição de bens terrenos. Compreendem que dirigentes e dirigidos dependem, uns e outros, do trabalho quotidiano para sua subsistência. E a diferença de condição, que os distingue trabalho, desaparece tanto quanto possível na sociedade, que, sem cogitar da situação econômica de cada um, ainda cultiva o primado da inteligencia e dos valores morais. [...] Evidentemente, Senhores, o mundo de nosso tempo está longe de ser ideal, mas as esperanças dos cristãos voltam-se, ainda uma vez, para a Igreja, em cujas sabias soluções confiam. V. Excia. sr. Bispo, bem sabe que o primeiro caminho para a organização da sociedade em bases mais justas será embeber-se o coração do homem de sentimento cristão e iluminar-se a sua inteligencia com a palavra de Deus (GAZETA DO NORTE, 1949a, p. 4, grifo nosso).

O deputado naturaliza as fortes desigualdades sociais brasileiras e norte-mineiras citando, inclusive, o apóstolo São Paulo. Em uma visão conservadora, afirma que os cristãos que creem devem esperar paciente e obedientemente por uma vida econômica melhor. Não é

¹⁴³ Luís Milton Prates nasceu em Montes Claros/MG, no dia 7 de janeiro de 1888. Realizou os estudos secundários no Colégio São Norberto. De formação católica, estudou filosofia com o padre redentorista Henrique Brandão. No pleito de dezembro de 1945, foi eleito suplente de deputado por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD), assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. Participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta (18/09/1946), passou a exercer mandato ordinário. Em outubro de 1950 obteve de novo uma suplência de deputado federal por Minas Gerais, sempre na legenda do PSD. Deixando a Câmara em janeiro de 1951, não voltou a exercer mandato. Também jornalista, foi oficial de gabinete do Ministério Viação e Obras Públicas. Era casado com Noemi de Sá Lessa Prates (GRAVATÁ, 1976).

preciso promover uma luta de classes, haja vista que para subsistência humana, dirigentes e dirigidos dependem um do outro. O trabalho era o elemento moral que selava estas relações; a Igreja, por sua vez, abençoava esta visão passiva do homem perante as desigualdades sociais. Fica evidente, ainda, que a “solução” para os problemas sociais é a “volta dos cristãos para a Igreja Católica”.

Embora indiretamente, o discurso também mostra a cooperação entre a esfera política e religiosa. Vejamos:

[...] À semelhança dos céus cintilantes destes sertões, do ar frio e sadio destes altiplanos e das águas cristalinas que emanam dos alcantis, são simples e puros os sentimentos do sertanejo, sr. D. Antonio. Eis porque esperamos que eles possam elevar-se acima das convenções e das formulas, exprimir perante Deus, como um hino gratulatorio, o jubilo dos nossos corações pelo sábio ato, em virtude do qual foi V. Excia. Revma. investido no governo espiritual desta diocese. Já havia V. Excia. Revma. conquistado a nossa admiração e o nosso respeito porque, antes da pessoas de V. Excia. Revma., aqui tinham chegado os seus livros, com a palavra esclarecedora da Igreja, sobre problemas de nossa época que tanto inquietam o mundo católico. Em missão de paz e de fraternidade, V. Excia. é o melhor elemento de aproximação e de entendimento, é a inteligência que compreende e assimila. [...]

Alistando-se nas hostes da Igreja numa época conturbada, em erros longamente acumulados, criaram uma crise social sem precedentes. V. Excia. Revma. é bem o pastor esclarecido, capaz de guiar o rebanho e desviá-lo dos falsos profetas que buscam seduzir as massa com o seu paraíso materialista (GAZETA DO NORTE, 1949a, p. 4).

O discurso é marcado por uma rígida prevenção contra o avanço das ideias socialistas, materialistas e comunistas no norte de Minas Gerais; e pelo fortalecimento do princípio de autoridade em contraposição aos movimentos de cunho mais socializante. Como delineia Azzi (1979, p. 70), o período é marcado pela “reafirmação de uma presença mais explícita da Igreja na sociedade, especialmente junto às classes dirigentes do país”.

Em 1948, o *Gazeta do Norte* estampou uma matéria que mostra um modelo de cooperação das administrações municipais das cidades de Montes Claros e de São João da Ponte com suas Igrejas locais. Além do espírito tridentino presente, observamos que a Diocese de Montes Claros fez doações de terras às prefeituras destes municípios, no entanto, cobrou dos prefeitos, energicamente, apoio decisivo às suas ações eclesiásticas:

A Igreja e sua cooperação á administração publica

É doutrina corrente na Igreja que todo poder vem de Deus. E por isto a Igreja acata e reconhece todo poder legalmente constituído, contanto que este nunca obste á sua finalidade divina. Não só acata a autoridade, mas colabora com ela em todos os setôres administrativos.

Ainda agora a Diocese de M. Claros acaba de dar plena demonstração disto. Procurado pelos prefeitos de M. Claros e S. João da Ponte, aquele para que se encontrasse uma formula á retirada do Cemiterio antigo, com a finalidade de higienizar e embelezar a cidade; e este para doar ao Estado 20.000 m². de terras que seriam aproveitados em construção de uma Escola Rural, sem usufruir nenhum provento, fez a Mitra Diocesana as doações necessarias.

Esses fatos desconhecidos ao povo, é justo, que se tornem publicos, para que todos vejam e estimem a grande finalidade da Igreja que é o homem, não só nos destinos espirituais, como nos temporais que são caminhos áqueles. O gesto da administração religiosa diocesana vem mais uma vêz dizer que quando os poderes se entendem, o povo é melhor servido e as finalidades dos poderes chegam realmente ao seu termo.

Urge, porém, que os poderes constituídos correspondam realmente á abnegação dos poderes religiosos. Não basta a atenção e a consideração pessoal que lhes dispensam, nos gestos mais largos e amplos que visem á moralidade e o bem coletivo. É preciso que se demonstre por parte das prefeituras um apoio decisivo á ação eclesiastica. [...] (GAZETA DO NORTE, 1948a, p. 1, grifo nosso).

Em Porteirinha, podemos enumerar diversos repasses financeiros da prefeitura à obra da Igreja Católica. Comecemos pelo Decreto-lei n. 37, de 8 de novembro de 1942, do prefeito Altivo de Assis Fonseca, que “dispõe sobre concessão de subvenções, contribuições e auxílios”. O artigo 1º desta lei definia: “Fica concedido ao Núcleo de Escoteiros da Cidade, a subvenção anual de mil cruzeiros” (PORTEIRINHA/MG, 1942, p. 268). Na época, o escotismo era vinculado à Igreja Católica, este grupo deveria cumprir “fielmente os seus deveres para com Deus e a Pátria, para a Glória e a defesa do Brasil” (GAZETA DO NORTE, 1948b, p. 2).

A Lei n. 261, de 1939, abriu créditos especiais em prol da construção de dois templos para a Igreja Católica:

[...] Art. 1º - Abre créditos especiais para atender no corrente exercício, as despesas abaixo discriminadas:

- Construção da Capela de Serranópolis	Cr40.000,00
- Construção da Capela de Serra Branca	Cr20.000,00

(PORTEIRINHA/MG, 1939e, p. 89).

Em outra ocasião, o poder público sancionou a Lei n. 373, que abriu créditos suplementares no valor de Cr80,00 para cobrir despesas com as “comemorações cívicas e religiosas” (PORTEIRINHA/MG, 1958, p. 89). Já “o orçamento de 1954 da Prefeitura Municipal constou uma dotação correspondente a um auxílio para reforma da Igreja Matriz, no valor de CR\$10.000,00”. E outro auxílio também foi endereçado à Igreja, “este foi conseguido pelo Estado, pelo Dr. Cicero Dumont, no valor de CR\$5.000,00” (2º LIVRO DE ATAS DA COMISSÃO PRÓ-MATRIZ..., 1942, p. 44). Já em outubro de 1951, “por mediação do

deputado Milton Prates, a Paróquia recebeu um recurso do Governo Federal para reforma da Matriz no valor de CR\$4.700,00”, conforme registro no Livro Caixa da Paróquia de Porteirinha (1941, p. 12).

A cooperação também se dava de forma simbólica. Em 22 de dezembro de 1953, em Porteirinha, ocorreu um grande evento regional¹⁴⁴, o Jubileu de Prata em comemoração aos 25 anos de Ordenação Sacerdotal do padre Julião. Além da população de Porteirinha, o evento contou com a participação expressiva da população de Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas, Janaúba e São José do Grotuba. Juntamente com a comissão organizadora de Porteirinha, foram organizadas mais quatro comissões naqueles lugares. A quantidade de pessoas envolvidas nestas comissões também dá uma dimensão do acontecimento: a comissão possuía 96 membros, todos dotados de alto poder aquisitivo, prestígio social e político, e era composta por funcionários públicos municipais, estaduais e federais, comerciantes, delegados de polícia, vereadores, juízes de paz, juízes de direito, fazendeiros, farmacêuticos, médicos, prefeitos, engenheiros e inspetores escolares.

A Diretoria e os membros da Comissão de Porteirinha, ao planejarem o evento, fizeram o seguinte pedido:

A Diretoria e os membros da Comissão da Séde, além de demonstrar bôa vontade para que a festa seja comemorada com o maior brilhantismo possível, prometeram também cooperar na medida das suas forças, tendo feito a mesma promessa o Sr. Prefeito Municipal. Esse mesmo apelo faz a Comissão da Prefeitura de Janauba e as demais Comissões, visto ser a finalidade a mesma, homenagear seu Vigário (2º LIVRO DE ATAS DA COMISSÃO PRÓ-MATRIZ DA PARÓQUIA DE PORTEIRINHA, 1942, p. 40).

A programação oficial do evento constou de missas, pregações e confissões. Como uma forma de apoio da Igreja ao poder público, durante o evento, o bispo diocesano, Dom Luiz Victor Sartori, abençoou a Algodoeira dos irmãos Santos, uma empresa que pertencia ao prefeito Anísio Santos¹⁴⁵. Participaram deste momento “padres das cidades vizinhas, missionarios redentoristas, padres das paróquias vizinhas, o Bispo Diocesano, deputados

¹⁴⁴ Os dados foram obtidos por meio da Ata n. 117, do 2º Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia de Porteirinha (1949) e da ata n. 77, do 2º Livro de atas da Comissão Pró-Matriz da Paróquia de Porteirinha (1942).

¹⁴⁵ Anísio Santos nasceu em Brumado/BA no dia 12 de março de 1914. Exerceu em Porteirinha os cargos de correspondentes dos Bancos do Brasil, Financial e o da Indústria e Comércio. Foi comerciante à frente da CIASA (Comércio e Indústria Anísio Santos S/A), empresa de beneficiamento de algodão, em Porteirinha, e adquiriu muitas fazendas no norte de Minas. Foi prefeito de Porteirinha três vezes, em 1947, de 1951 a 1954 e de 1959 a 1962 (PORTEIRINHA/MG, 2005).

estaduais, vereadores, prefeitos, a elite porteirinhense e uma imensa plateia” (2º LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO..., 1949, p. 17-18).

Foram feitas homenagens ao prefeito nos seguintes termos: “entre as pessoas que merecem destaque pelas atenções e trabalhos em preparação a essa festa, devemos mencionar o Sr. Anísio Santos, muito digno prefeito municipal que hospedou o Exmo. Sr. Bispo e esteve á frente de tudo, assim como a sua Exma. Senhora D. Mariêta Santos” (ibidem, p. 18). Em seguida, houve um banquete oferecido ao homenageado e aos visitantes. “Falou nesta oportunidade o Presidente da Câmara, Sr. Anfrísio Coelho, que se dirigiu de maneira muito feliz e eloquente ao Sr. Bispo e ao Conego” (ibidem, p. 18). Após esta fala, os governantes fizeram um brinde ao papa Pio XII, na pessoa do bispo diocesano e celebraram a cooperação entre o poder público e o espiritual.

A figura que se segue retrata um evento religioso em frente à Igreja São Joaquim, em 1958. Num palanque, vemos em primeiro plano, o deputado estadual Cícero Dumont discursando para uma plateia atenta. No segundo plano estão, da direita para a esquerda, o padre Premonstratense Geraldo Majela de Castro (que em 1982 se torna bispo coadjutor), o padre Julião Arroyo Gallo, o bispo diocesano Dom José Alves Trindade e o prefeito municipal Anísio Santos. A figura também revela como era comum a participação de autoridades políticas dentro da Igreja e vice-versa.

Figura 19 - Discurso do deputado Cícero Dumont



Fonte: CIDADE MINEIRA. *Discurso de Cícero Dumont em Porteirinha*. Galeria de fotos, 2016. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.cidademineira.com.br/galeria_fotos.php>. Acesso em: 11 abr. 2016.

O dia 15 de abril de 1947, em Porteirinha, foi marcado pela posse do prefeito Anísio Santos. A cerimônia contou com a presença do juiz de direito, de advogados, do delegado da cidade, de prefeitos dos municípios vizinhos, das professoras públicas, de servidores municipais, do padre da cidade e de uma multidão curiosa em ver o seu novo representante. Na ocasião, ocorreram “entusiásticas homenagens das autoridades e das pessoas”, conforme narra o jornal *O Operário*. Vejamos, em especial, o discurso do padre Julião ao novo prefeito:

As manifestações que vos estão sendo tributadas no momento da posse de Prefeito deste Município são uma prova eloquente da alegria e do aplauso com que toda a população recebeu a vossa nomeação de prefeito. É este povo que vos aplaude com tanta sinceridade, está cheio de fundadas esperanças, certo de que a vossa administração se orientará sempre, no sentido do *bem geral espiritual* e da defesa dos interesses deste Município. Portador como é V. Excia. de um passado ilustre, ligado a uma *familia de tradições cristãs louvadas*, estamos certos que fará por este município o melhor do vosso esforço e da vossa competência. [...] Alicerçado no apoio dos vossos amigos, com a vossa competência e honestidade, estamos seguros que honrarei a confiança com que vos distinguiu o Exmo. Sr. Governador do Estado, engrandecendo este Município e elevando-lhe aos destinos que lhe estão reservados. [...] Fazemos votos pela sua felicidade pessoal e a de sua administração (O OPERÁRIO, 1948, p. 4, grifos nossos).

Esse clima de diálogo e amizade entre os dois poderes também pôde ser notado na inauguração da estátua do Cristo Rei, no largo da Prefeitura Municipal de Porteirinha, em 1957. Nesta solenidade, o padre deixou claro que Anfrísio Coelho¹⁴⁶ era o político perfeito para governar a cidade:

Tanto mais nobre é um povo, quanto mais grato ele fôr, o nome de V. Excia. sr. Anfrísio Coelho, se inscreve hoje entre as glórias mais legítimas da terra porteirinhense. [...] Há conquistas espetaculares que se conseguem às custas de propagandas, ajudadas pela habilidade em explorar oportunidades especiais ou em desferir

¹⁴⁶ Anfrísio Coelho nasceu em Brumado/BA. Mudou-se para Porteirinha aos dois anos de idade. Fez o curso primário em Grão Mogol e em Montes Claros foi aluno do Colégio Diocesano Nossa Senhora Aparecida. Em 1937, formou-se em Farmácia em Niterói. Farmacêutico e político, Anfrísio conquistou grande número de amigos em Porteirinha, Montes Claros e Belo Horizonte. Além de farmacêutico, foi correspondente de vários bancos, fazendeiro e poderoso comprador de algodão (SECRETARIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO, 2005). De acordo com Wirth (1983, p. 122), “as carreiras múltiplas eram comuns na elite mineira: um homem podia trabalhar em banco, possuir fábricas têxteis e administrar sua fazenda, servindo ao mesmo tempo como deputado na legislatura estadual. O desempenho de muitas funções profissionais lhes dava o acesso a ‘panelinhas’ dos amigos. Esses pequenos círculos compartilhavam informação e acesso aos mais poderosos e influentes em âmbito estadual e federal”. Anfrísio Coelho foi prefeito duas vezes: de 1947 a 1950 e de 1955 a 1958. Junto com Anísio Santos, revezavam-se como prefeitos a cada eleição, e quando não eram prefeitos, eram vereadores ou vice-prefeito. Segue a cronologia e a manutenção no poder destes políticos: 1947 - Anísio Santos (prefeito); de 1947 a 1950 - Anfrísio Coelho (prefeito); de 1951 a 1954 - Anísio Santos (prefeito). Anfrísio Coelho (presidente da Câmara de Vereadores); de 1955 a 1958 - Anfrísio Coelho (prefeito). Anísio Santos (presidente da Câmara de Vereadores); de 1959 a 1962 - Anísio Santos (prefeito). Anfrísio Coelho (vice-prefeito).

golpes de autentico malabarismo politico. Mas o brilho vistoso desta tríade, tão ilusoria para os que o detém quanto para os que a contemplam é passageiro e instavel. Só as estruturas bem fundadas resistem aos ventos e às intemperies. A verdadeira fama, a gloria legitima é a do terreno conquistado palmo a palmo pelas multiplas realizações proveitosas em favor da *coletividade*. [...]

Desde o dia venturoso em que v. excia. tomou posse deste municipio, soube impor-se ao respeito e à admiração de todos, não só pelo seu carater ilibado, pelo seu proceder impecavel de *cidadão*, *chefe de família* e *homem de fé*, como tambem pelo seu governo brilhante, honesto e produtivo. V. Excia. foi a primeira autoridade legitimamente constituída e essa data passará à posteridade como marco da nova vida para o progresso de Porteirinha, para a *gloria de Deus*, de Minas e para a grandeza do Brasil.

E desde lá, v. Excia. tornou-se ídolo dos habitantes deste município, porque, com o *espírito cristão*, refinado e penetrante de que está dotado, soube com criterio, com inteligencia, com amor e perseverança realizar quase verdadeiros milagres, porque em breve espaço de tempo e com os poucos recursos das rendas municipais, fez coisas verdadeiramente extraordinarias (GALLO, 1958, s/p, grifos nossos).

Os atributos como coragem, trabalho, autoridade e gratidão foram exaltados no político. A obediência do povo deveria ser uma “retribuição” às “competências inatas” do líder. Ao ler o discurso, tem-se a sensação de que o prefeito era um homem acima dos demais, um ser extraordinário. As virtudes e imagens do prefeito Anfrísio Coelho eram destacadas em perfeita sintonia com o modelo político brasileiro de então. Mas o que queremos realçar com estes excertos é o ideário tridentino presente nos discursos das autoridades. Sem dúvidas, a Igreja se valeu de sua condição de instituição religiosa identificada com grande parte da população local para atuar em defesa de seus interesses, agir na manutenção de sua influência, na cooperação com o Estado e, assim, manter-se presente em diversas ações políticas públicas. Deste modo, a Igreja chamou os homens públicos de “homens de fé”, “governantes cristãos”, “homens com tradição louvada”, homens quem podem lutar para a defesa dos “interesses coletivos”, para a pátria e para o “bem geral” espiritual. De acordo com Lenharo (1986, p. 48), essa “técnica de propaganda explorou exaustivamente um dado clima de religiosidade constitutivo das relações entre chefe e comandados, que se consubstanciou principalmente no culto de veneração à pátria”.

De forma geral, na “sacralização da política” e na “politização do sagrado”, dentro de um espírito tridentino, “o governo promoveu os símbolos através de celebrações religiosas em todos os setores da burocracia, incluindo a bênção de novos prédios, referência oportuna às crenças católicas nos discursos políticos, destinação de dinheiro público a projetos da Igreja” dando grande importância ao apoio da Igreja como a instituição que controlava e interpretava a religião (BRUNEAU, 1974, p. 94). Como religião, o Catolicismo era parte da cultura local, e

como instituição, na pessoa do padre, ou da paróquia, a Igreja era parte dos grupos de poder locais.

No próximo capítulo adentraremos no Grupo Escolar João Alcântara de Porteirinha e veremos como a política macro se materializou neste espaço e como se deram os acordos entre Igreja Católica e escola pública.

CAPÍTULO V – DA MATRIZ DE SÃO JOAQUIM AO GRUPO ESCOLAR: PERCURSOS DE UMA EDUCAÇÃO PARA A MORAL CATÓLICA

A proposta deste capítulo é investigar a influência dos preceitos da Igreja Católica dentro do Grupo Escolar João Alcântara. Para tal tarefa, inicialmente, indagaremos *como as orientações papais foram postas em prática no cotidiano escolar em Porteirinha?* A encíclica *Divini Illius Magistri*, do papa Pio XII, que discute a educação cristã, será a referência fundamental para respondermos à questão. Para a Igreja Católica, a educação foi uma poderosa estratégia no que diz respeito à expansão e à manutenção da sua influência, e por meio da sua doutrina ela propôs educar crianças, jovens, homens e mulheres, enfim, intelectuais que pudessem somar forças à religião. Outra questão que suscitamos neste capítulo foi: *por que e a quem interessou a política e a educação no Grupo Escolar João Alcântara em Porteirinha?*

Neste capítulo analisaremos, de modo especial, as datas comemorativas e festividades na escola, como os projetos cívicos, o dia do soldado, dia da Independência etc. Os festejos religiosos católicos, que concorriam com o mesmo brilho e solenidade, também serão objeto de estudo, tais como a Semana Santa, o Mês de Maria e a Assunção de Nossa Senhora. Nessa medida, os principais eventos do calendário católico eram contemplados no calendário escolar, e a formação moral das crianças foi pautada nos preceitos da doutrina católica.

Havia um projeto “escolar” de destaque que ia da Matriz de São Joaquim ao Grupo Escolar: a catequese. As professoras, orientadas pelo pároco local, atuavam na catequese das crianças e acumulavam funções na Igreja Católica, como zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, da Pia União das Filhas de Maria, dentre outras atividades. Embora as professoras utilizassem técnicas do escolanovismo, o Grupo Escolar revelou-se um espaço racionalizado e carregado de símbolos e discursos católicos. Amparado por uma moral conservadora e por um ambiente disciplinador, a escola irradiou e orientou vivências, condutas e comportamentos das crianças e da sociedade daquele tempo.

Por fim, como último objetivo do capítulo, veremos como o Estado, juntamente com a Igreja Católica, incentivou a prática de exercícios físicos e de esportes. O Futebol no norte de Minas Gerais, por exemplo, foi ensinado e divulgado pelos padres Premonstranteses no início do século XX. Moldar o corpo, discipliná-lo, torná-lo forte e contê-lo era um projeto almejado para a juventude de Porteirinha. A educação do corpo, tão valorizada no período, dava suporte à educação da mente e da moral. Essa tríade estabeleceu projetos na escola e na sociedade da nascente cidade. O corpo forte, higienizado, disciplinado e docilizado deveria ser preparado

para uma nova forma de sociabilidade em que as regras esportivas barrassem o ímpeto e os instintos naturais humanos. Assim como era necessário racionalizar espaços, vivências, comportamentos e a crença católica, eram importantes o respeito às regras e a adoção de um novo tempo e espaço. O esporte passou a ser um aliado interessante para uma proposta de um Estado e de uma Igreja que se diziam, dentro dos seus domínios, unitários, fortes e racionalizadores; mas que, na verdade, desejavam mentes e corpos vinculados a uma postura disciplinada, adestrada, ordenada e ordeira.

5.1 O Grupo Escolar João Alcântara de Porteirinha

Com o advento da República, a escolarização ganhou maior relevância no cenário político-social. Disseminou-se a ideia de que a educação seria um dos pilares para se consolidar o novo regime, integrando as pessoas à nação e ao mercado de trabalho, moralizando e civilizando as massas, modernizando a sociedade, ordenando os indivíduos e transmitindo valores e costumes a serem observados pelos cidadãos (JUNQUEIRA, 2010).

Passados os primeiros impactos originados pela instalação dos grupos escolares¹⁴⁷, a década de 1920 revelou-se rica no sentido de fomentar uma série de debates e questionamentos político-sociais. Segundo Peixoto (1983, p. 71), nesse período, notou-se “um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, chamando a atenção para os problemas relacionados às necessidades de formação de mão-de-obra, à divisão social e técnica do trabalho e à aceleração do processo de urbanização”, estimulando inúmeras reformas educacionais em vários estados e no Distrito Federal. Buscou-se a reorganização do sistema educativo para atender às novas exigências.

De acordo com Saviani (2013), era preciso acompanhar a tendência mundial que visava à universalização da educação pública para assegurar o desenvolvimento da economia capitalista. Deste modo, os planos efetivos para a educação tornavam-se fundamentais, pois sem eles o florescimento social e econômico estaria comprometido e a organização nacional brasileira ficaria defasada em relação aos outros países.

Neste contexto, sob o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Francisco Campos, então Secretário do Interior, implementa, em Minas Gerais, a Reforma do Ensino

¹⁴⁷ Conforme Souza (1998), em sua obra *Templos de Civilização*, os grupos escolares, criados a partir de 1893 no Estado de São Paulo, eram símbolos do Estado Republicano que se organizava. Como parte de um projeto mais amplo que considerava a universalização do ensino como uma das características da República, representavam a ideia de modernidade através da mudança na concepção e organização da escola.

Primário e Normal em 1927 e 1928, sustentada pela crença de que a escola deveria “oferecer ao indivíduo as condições para o exercício da cidadania, [...] aperfeiçoando-lhe o amor à ordem, o respeito às leis, os princípios de honra, de dignidade e de patriotismo” (PEIXOTO, 1983, p. 64).

A reforma foi realizada com a participação efetiva de Mário Casasanta na organização e convocação dos professores para o I Congresso de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais, em maio de 1927, no qual foram consagrados os princípios da reforma. A data escolhida para o seu lançamento foi o dia 15 de outubro de 1827, dia em que era comemorado o centenário da instrução no Brasil, consagrado como “dia do professor”. A escolha da data simbolicamente tentava demarcar e contrapor o que havia sido feito nos cem anos anteriores e o que estava por vir, a partir da reforma (VEIGA, 2000). De acordo com Faria Filho (1996), os educadores mineiros, influenciados pelo entusiasmo de paulistas e cariocas, passaram a defender a ideia de organização da instrução pública primária na forma dos grupos escolares em detrimento das escolas isoladas, que representavam todo o “atraso” do Império¹⁴⁸.

O Grupo Escolar João Alcântara de Porteirinha foi formado a partir da integração das escolas isoladas da cidade¹⁴⁹. Criado em 30 de junho de 1937, por meio do Decreto n. 885, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1937) e instalado meses depois, em seu primeiro ano de funcionamento, contou com 192 alunos matriculados, distribuídos em quatro classes; e com o passar do tempo a procura por vagas só aumentou (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946).

Em um terreno de 2.228 metros quadrados, localizado em frente à Praça Tiradentes, no centro da cidade, edificou-se o prédio de tamanho expressamente maior, mais moderno, racional e arejado, adequado aos preceitos higiênicos da época, que se contrapunha às instalações precárias das apertadas escolas isoladas.

Em 1941 o Grupo Escolar já registrava 295 alunos matriculados, distribuídos em seis classes: quatro de 1º ano, uma de 2º e outra de 3º ano (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946). Isso significa que o número de vagas para as crianças da cidade, haja vista a crescente demanda, fora ampliado. Em fevereiro de 1942, em uma reunião solene para

¹⁴⁸ As obras *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*, de Souza (1998), e *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*, de Faria Filho (1996), apresentam, exemplarmente, dentro da gênese e da história dos grupos escolares no Brasil, como a reunião de escolas isoladas foi aclamada como uma fórmula mágica para resolver os problemas do ensino primário.

¹⁴⁹ Em 1937, Porteirinha contava com três escolas distritais mistas (ESCOLA MISTA DO DISTRICTO DE PORTEIRINHA, 1929).

distribuição das classes às professoras e alunos, o inspetor escolar, Raimundo Bruno Oliveira Souza, presidindo o momento, anunciou a abertura oficial do 4º ano na escola, uma grande novidade na época para a cidade. Com isso, amplia-se para sete classes: quatro de 1º ano, uma de 2º, uma de 3º e uma de 4º ano; a procura naquele ano foi de 390 alunos. Observamos que a organização do Grupo Escolar João Alcântara de Porteirinha foi percebida em suas relações com a organização urbana que se ampliava, de forma que vai se tornando uma importante instituição da cidade.

Eram comuns visitas do prefeito, do juiz de paz, do pároco e de autoridades estaduais na instituição. Na ocasião da reunião de abertura do ano de 1942, além da presença do inspetor, das professoras, da diretora, dos alunos e pais, o prefeito municipal estava presente. Recebido com satisfação pelo corpo docente e discente, Altivo de Assis Fonseca, em discurso, “incentivou a unidade de instrução no grupo escolar, bem como o trabalho como gerador do progresso do futuro Município de seu governo e do engrandecimento da Pátria” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1942, p. 2).

A abertura do semestre letivo, em 2 de julho de 1946, ocorreu em meio a uma programação solene:

Na ocasião, estavam presentes o prefeito, Dr. Almerindo Alves de Brito Faria; o vigário, Julião Arroyo Gallo; o inspetor escolar, profissionais liberais como farmacêuticos, dentistas, engenheiros, autoridades municipais, representantes da indústria, do comércio, da lavoura, muitos outros senhores, senhoras e senhoritas, as principais pessoas da elite Porteirinhense, a Diretora, as Professôras (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946, p. 2).

Os bacharéis e o padre da cidade, possuidores de rara instrução para a época, além dos donos do comércio, das indústrias e fazendeiros, detentores do poder econômico, compunham a elite local, e suas presenças davam grande visibilidade social àquele momento, como mostra o registro da ata.

As solenidades aconteceram durante todo o dia, a missa solene de ação de graças celebrada na Igreja de São Joaquim fazia parte da programação. Nesta ocasião, após o momento religioso, houve o seguinte pronunciamento do prefeito, Almerindo Alves de Brito Faria:

Encontramos no seio da administração e do povo de Porteirinha a mais justa acolhida solicitação: a inadiável necessidade da ampliação da instrução das crianças. *Graças a Deus*, o funcionamento do Grupo Escolar João Alcântara, certamente, está preenchendo esta antiga lacuna no ensino primário do nosso município, bem como na iluminação do futuro de nossas crianças. O nosso

Grupo Escolar é uma luz que brilha com fulgor (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946, p. 2, grifo nosso).

Na sequência, a diretora, Maria Lisbela Pereira, diz:

O início dos trabalhos escolares é um dos mais belos dias da vida do escolar, porque a instalação do Grupo Escolar João Alcântara é a abertura de um templo de luz, onde os espíritos juvenis vão beber as instruções indispensáveis ao preparo para a grande luta pela vida e receber *a moral* que vai formar o caráter para a futura felicidade (ibidem, p. 3, grifo nosso).

Ao afirmar que os alunos recebem a moral para a formação do caráter, a diretora deixa implícito que os alunos receberão a moral católica. O discurso rompe o princípio político que rejeita a influência da Igreja na esfera pública do Estado, considerando que os assuntos religiosos deviam pertencer somente à esfera privada do indivíduo.

De acordo com os documentos analisados, entre 1942 a 1961, 90%¹⁵⁰ das docentes do Grupo Escolar eram egressas do Colégio Imaculada Conceição, principal centro regional educacional católico das filhas da elite local. Como o enfoque principal era a formação católica, as alunas participavam da missa diariamente e pertenciam às diversas associações religiosas. Então, a formação das professoras já nos fornece indícios da prática docente dentro e fora da escola. Após regressarem para suas cidades, além de se ocuparem do ensino, participavam de alguma associação religiosa. Veja que em Porteirinha, em 1947 e 1948, 75%¹⁵¹ das professoras do Grupo Escolar acumulavam funções no Apostolado da Oração e na Associação Filhas de Maria.

As semanas comemorativas, os projetos escolares, os auditórios e o início e fim dos trabalhos letivos ganhavam grande relevância na época, visto que permitiam uma prática formativa que extrapolava a sala de aula e os muros da escola, e valorizava os aspectos sociais da escola, daí a presença de outras pessoas no interior daquele espaço.

Por outro lado, vemos uma escola que aquilatou e idealizou a dimensão moralizadora do ensino. A escola foi um dos principais agentes moralizadores de Porteirinha. Em âmbito

¹⁵⁰ Dados mensurados a partir da pesquisa nas seguintes fontes: 1) Livro de Atas das Filhas de Maria (1951); 2) Oliveira (2012); 3) Grupo Escolar João Alcântara (22/03/1956 a 06/05/1961); 4) Grupo Escolar João Alcântara (01/02/1946 a 16/07/1954).

¹⁵¹ Dados mensurados a partir dos seguintes documentos: 1) 1º Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia de Porteirinha. Porteirinha/MG, 30 de outubro de 1941 a 11 de setembro de 1949; 2) 2º Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia de Porteirinha. Porteirinha/MG, 9 de outubro de 1949 a 3 de março de 1957; 3) e do Livro de atas da Pia União das Filhas de Maria da Paróquia de Porteirinha, 10 de outubro de 1951 a 19/12/1966.

nacional, Vargas assinalou, desde sua posse como chefe do Governo Provisório, que a Revolução havia sido feita para “sanear o ambiente moral da pátria” (1938b, p. 71) e para “realizar a obra de reorganização moral da República” (1938a, p. 80). Para isso, o governo contou com o apoio de todas as forças morais do país, sendo a Igreja uma delas. Desse modo, as práticas desenvolvidas no interior dos espaços escolares podem ser compreendidas como produtoras de sentidos e identidades. Por meio delas se procurou sedimentar o processo de inserção e legitimação do ideário católico na escola pública.

Focando nossas lentes no local, afirmamos que os tradicionais projetos religiosos festejaram os santos e a doutrina da Igreja Católica no Grupo Escolar João Alcântara. O *Jornal de Porteirinha*, distribuído na cidade em abril de 1940, anunciou um grande evento que estava por ocorrer no Grupo Escolar: tratava-se da “Enthronização da Imagem de Jesus Crucificado” na escola. Essa solenidade, que seguia um protocolo próprio com algumas formalidades e possuía um caráter performático, tinha participação central de alunos, professoras, diretora e pais:

Enthronização da Imagem de Jesus Crucificado no Grupo Escolar

Amanhã, á uma hora da tarde, conforme o convite já distribuído ás exmas. familias e cavalheiros de nossa elite, realizar-se-á solenidade da entronização da Imagem de Christo no Grupo Escolar.

A escola, por nosso intermedio, reitera a todos o seu convite, esperando tambem que o povo em geral compareça, concorrendo assim para o abrilhantamento da festa a realizar-se.

Logo que estejam todos reunidos no edificio da Escola, á praça, formar-se-á o prestito que dali partirá em demanda da Igreja Matriz, afim de trazer dali, em procissão, a Imagem.

Fallará, entregando a preciosa ephigie á Escola, o nosso querido vigário, Exmo. Julião Arroyo Gallo, seguindo-se logo a entronização e as outras partes do programa.

Mais uma vez appellamos para os sentimentos de solidariedade e crença do ilustrado povo de Porteirinha, e esperamos compareçam todos para maior realce e brilhantismo de tão solene e significativa festa (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1940, p. 2).

O jornal ainda registrou tal evento nos seguintes termos:

Á uma hora da tarde, reunidos quasi todos os alunos e muitas pessoas de nossa sociedade, dirigiram-se todos para a Igreja São Joaquim, onde teve logar a cerimonia da benção da Imagem, presidida e ministrada por Sua Excia., o Sr. Parocho Julião Arroyo Gallo. No ato da benção, foi cantada pelas professoras, com acompanhamento do coro mirim, bela apresentação apropriada ao caso. Finda essa tocante cerimonia, formou-se novamente o préstito em demanda do Grupo, sendo a imagem conduzida em uma bandeja e acompanhadas por lindas crianças vestidas de anjos, sob o palio, onde iam também Sua Excia, o

Sr. Padre Julião Arroyo Gallo. Chegada a procissão à Escola, foi ela recebida por uma comissão composta das professoras e diretora (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1940, p. 2-3).

Observamos que a comunidade escolar se reuniu na praça em frente à escola e, em ordem, percorreu as principais ruas da cidade, até chegar à Igreja São Joaquim, de onde sairia. Conferira a figura que se segue:

Figura 20 - Procissão do Jesus Crucificado



Fonte: GALLO, Julião Arroyo. *Álbum de fotografias*. Procissão do Jesus Crucificado. 1 fotografia, Porteirinha/MG, abril de 1940.

De acordo com a matéria, na Igreja, o padre Julião Arroyo Gallo deu início à solenidade ao proferir o discurso da entrega e bênção da imagem à escola. Após este momento, “seguiu-se logo a enthronisação, feita pelas exma. Sra. diretora, auxiliada pelas professoras e com assistência do paroco, tendo antes todos beijado piedosamente a Imagem. Seguiu-se um cantico pelos alunos, com acompanhamento de violino” (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1940, p. 3).

A diretora fechou o evento com a seguinte fala à comunidade:

Exmo. Sr. Parocho
Meus Senhores
Exmas. Senhoras
Caras Colegas

Nesta fase em que assistimos a impiedade, o indiferentismo religioso, o obscurantismo avassalar tudo e corromper os costumes e as crenças, transborda de jubilo a alma e enche de ufania os corações dos catholicos de Porteirinha, o procedimento altruistico e nobilitante do Grupo Escolar João Alcântara em seu seio e enthronisando o symbolo da Redempção (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1940, p. 3).

Para a diretora do Grupo Escolar, o ato de entronização representou a esperança de superação dos percalços enfrentados pela Igreja Católica e pelos costumes morais, como o indiferentismo religioso. Veja que na sequência ela apresentou seu contentamento com o ato e conclamou a comunidade escolar para uma defesa da religião católica na escola e na sociedade:

Senhores, não sei como exprimir a emoção que me vae n'alma diante desta apoteose magnífica, deste deslumbramento de fé, deste ardor religioso que transpira dos corações juvenis desta mocidade, da magnificencia deste ato que arrebatava os sentimentos dos mais impios!

Não sei como explicar como um povo genuinamente catholico, desde a sua formação, em todas as epocas e até o presente, tenha assistido passivamente, sem um grito de protesto, sem um grito de revolta, á deschristianisação lenta do Brasil!

Eia, Brasileiros catholicos, chegou o momento em que deve cada um se transformar em um blóco irreductivel e todos os elementos se congregarem em uma falange invencivel.

Crianças e mocidade! Cabe-vos o dever cívico e sagrado de christianisar o Brasil.

Professoras! Compete-vos a cruzada sacrossanta de infiltrar no espirito das crianças e juventude as noções do verdadeiro althruismo, os puros ensinamentos e os sãos principios da doutrina do Crucificado [...] (ibidem, p. 4).

O discurso explicitou os protestos dos católicos face às medidas laicas introduzidas no sistema escolar. Notamos que a diretora se manifestou contrariamente a estas medidas, operando uma direção e um controle da educação das novas gerações. Ao fim de seu discurso, ela fecha com a frase: “Sim, senhores, queremos Deus nas Escolas”. E o maior símbolo católico foi aceito pela servidora pública. A concepção Sociedade Perfeita estava presente neste discurso, quando ela diz claramente que a Igreja não deveria ser subordinada a nenhuma sociedade, nem ao Estado. Assim, a Igreja se considerava superior, e isso era ensinado no Grupo Escolar.

A expressão mais evidente dos ideários católicos acerca da educação pode ser notada na publicação da encíclica *Divini Illius Magistri*, em 31 de dezembro de 1929, pelo papa Pio XI. Pela primeira vez o papa lançou um documento que sintetizava as ideias católicas acerca da questão educacional. Um dos pontos fundamentais da encíclica era a relação indissociável ente

a educação e a religião católica. Pautado por este documento, na abertura do ano escolar de 1941, ao lado da comunidade escolar, o padre Julião disse:

A escola deve educar para vida física, intelectual e religiosa

A missão da escola é preparar a mocidade para os trabalhos de lutas da vida; é educa-la para a compreensão dos deveres para com a família, para com a Patria e para a religião; Viver é lutar com as dificuldades externas e internas, materiais e morais. Viver é mais que isto; é cumprir a vontade de Deus que destinou o homem para fins superiores, para a santidade, que terá sua glorificação no ceu.

É sob a influencia deste ideal que a mãe ensina o filho a rezar, a praticar os primeiros atos das virtudes cristãs da caridade, da obediencia, da mortificação e da penitencia.

A escola tem por dever continuar a obra da qual a familia lançou o fundamento. É esta a grandiosa missão da Escola, ensinar e educar, mostrar à mocidade o caminho do dever; pô-la na vereda das virtudes; acostumá-la nas principais práticas da religião para santificar as suas almas (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1941b, p. 3, grifo nosso).

Para compreender melhor o discurso do padre, faz-se necessário entender um pouco sobre a referida encíclica e os motivos que levou o papa publicá-la. Conforme estudos de Gomes (2001), nascido em 1857, perto de Milão, Aquiles Ratti foi papa com o nome de Pio XI, de 6 de fevereiro de 1922 a 10 de fevereiro de 1939, precisamente em um período em que o comunismo, o fascismo e o nazismo dominavam uma boa parte do mundo. Estas três correntes pretendiam o monopólio estatal da educação, de modo a moldarem os adolescentes e os jovens e que, em muitos aspectos, opunham-se aos do evangelho. Portanto, o pontífice, considerando o Catolicismo como um movimento mundial, publica a encíclica *Divini Illius Magistri*, que expõe a concepção cristã de educação.

Compõe-se a referida encíclica das seguintes partes: - a quem compete a missão de educar; - qual o sujeito da educação; - quais as circunstâncias que devem constituir o ambiente da educação; - qual o fim e a forma da educação cristã. A encíclica aponta para a ideia de que a educação pertence, em primeiro lugar, à Igreja, assinalando para a identificação dos ambientes educacionais que melhor favorecem a formação da juventude. Vejamos como Pio XI definiu a função da família, da sociedade e da Igreja no campo da educação:

A educação é obra necessariamente social e não singular. Ora, são três as sociedades necessárias, distintas e também unidas harmonicamente por Deus, no meio das quais nasce o homem: duas sociedades de ordem natural, que são a família e a sociedade civil; a terceira, a Igreja, de ordem sobrenatural. Primeiramente a família, instituída imediatamente por Deus para o seu fim próprio que é a procriação e a educação da prole, a qual por isso tem a prioridade de natureza, e portanto uma prioridade de direitos relativamente à

sociedade civil. Não obstante, a família é uma sociedade imperfeita, porque não possui em si todos os meios para o próprio aperfeiçoamento, ao passo que a sociedade civil é uma sociedade perfeita, tendo em si todos os meios para o próprio fim que é o bem comum temporal, pelo que, sob este aspecto, isto é, em ordem ao bem comum, ela tem a preeminência sobre a família que atinge precisamente na sociedade civil a sua conveniente perfeição temporal (PIO XI, 1929, p. 4).

Ainda de acordo com a encíclica, “a Igreja, local onde nasce o homem, mediante o Baptismo, para a vida divina da graça, é a sociedade de ordem sobrenatural e universal, *sociedade perfeita*, porque reúne em si todos os meios para o seu fim que é a salvação eterna dos homens e, portanto, suprema na sua ordem” (ibidem, p. 4, grifo nosso). Deste modo, conforme o documento, a família é imperfeita, mas tem o direito de escolha, cabe a ela decidir como, com quem e onde seus filhos irão estudar e ser educados, ou seja, cabe à sociedade (cristã) o dever de educar.

A sociedade civil é uma sociedade perfeita, tendo em si todos os meios para o próprio fim que é o bem comum temporal, pelo que, sob este aspecto, isto é, em ordem ao bem comum, ela tem a preeminência sobre a família que atinge precisamente na sociedade civil a sua conveniente perfeição temporal (ibidem, p. 4).

Daí o padre Julião dizer que “a escola tem por dever continuar a obra da qual a família lançou o fundamento” (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1941b, p. 3). Por seu turno, o documento pontifício não aceitou, de modo algum, o monopólio do Estado na educação e afirmou que “a missão de educar pertence, antes de tudo e acima de tudo, em primeiro lugar, à Igreja e à Família” (PIO XI, 1929, p. 5). Sob esta premissa, o padre Julião defendeu que os pais são os que têm o dever de “ensinar o filho a rezar, a praticar os primeiros atos das virtudes cristãs da caridade, da obediência, da mortificação e da penitência” (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1941b, p. 3). Por seu turno, a encíclica ainda afirmava que:

[...] é direito inalienável da Igreja e, simultaneamente, seu dever indispensável, vigiar por toda a educação de seus filhos, os fiéis, em qualquer instituição, quer pública quer particular, não só no atinente ao ensino aí ministrado, mas em qualquer outra disciplina ou disposição, enquanto estão relacionadas com a religião e a moral (PIO XI, 1929, p. 6).

Neste sentido, o padre Julião sai em defesa da “grandiosa missão da Escola”. Para ele, é tarefa do Grupo Escolar João Alcântara “ensinar e educar, mostrar à mocidade o caminho do

dever; pô-la na vereda das virtudes; acostumá-la nas principais práticas da religião para santificar as suas almas” (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1941b, p. 3).

O discurso ainda tratou do papel do professor para a constituição das “boas escolas”. Na concepção católica de educação, o magistério era dotado de uma marca religiosa e o professor era elevado à condição de um dos principais agentes do processo de disseminação da doutrina católica nas escolas. Confira seu discurso que foi reproduzido no jornal local:

[...] O magisterio é um verdadeiro apostolado. Felizes aqueles que para Ele foram chamados. Se os sacrifícios do magisterio são muitos, se a tarefa do professor é árdua, o consolo também é grande, o consolo de trabalho pelo interesse de Cristo; o consolo que há nas palavras do Espírito Santo que diz: “Os que tiverem ensinado a muitos o caminho da justiça, induzirão como as estrelas por toda a eternidade” (Dan. 12.3). A palavra de Cristo é um princípio de Educação (ibidem, p. 3).

De acordo com a encíclica:

[...] as boas escolas [católicas] são fruto, não tanto dos bons regulamentos, como principalmente dos bons mestres que, egregicamente preparados e instruídos, cada qual na disciplina que deve ensinar, e adornados das qualidades intelectuais e morais exigidas pelo seu importantíssimo officio, se abrasam dum amor puro e divino para com os jovens que lhes foram confiados, precisamente porque amam Jesus Cristo e a sua Igreja de quem eles são filhos prediletos, e por isso mesmo têm verdadeiramente a peito o bem das suas famílias e de sua Pátria (PIO XI, 1929, p. 23).

Para o padre Julião, o professor exercia um “verdadeiro apostolado” e precisava possuir uma preparação moral de base católica para desenvolver “os seus sacrifícios” e mostrar “a palavra de Cristo”, considerada “um princípio de Educação”. Para ele, é responsabilidade do Estado determinar as diretrizes educacionais, porém, deve ser fiel e obediente à Igreja. Assim, ela exalta a ideia da “Escola com Deus”, referindo-se às instituições escolares que prezam pela presença do ensino religioso (católico). Desde que a família seja cristã e crente aos preceitos católicos, servirá de parâmetros para que seja comparada à educação recebida na escola; e vice-versa.

A representação da professora como segunda mãe foi observada durante as solenidades de entrega de diplomas do primário do Grupo Escolar João Alcântara, no dia 21 de novembro de 1958. Após a Primeira Comunhão das crianças, procedeu-se às solenidades de entrega de diplomas aos 58 concluintes. “Todos vestidos de roupa branca e entre cânticos e risos [...] proferiram brilhantes orações cheias de entusiasmo próprio da idade e do motivo da festa” (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1958, p. 2). Eis o que disse a oradora diplomada, Elizete:

Fui escolhida dentre os meus colegas para ser a oradora oficial de mais uma turma que termina o curso no nosso querido Grupo Escolar. Esta escolha, esta festa de formatura tão bonita trouxe para mim uma grande alegria. Agradeço, em primeiro lugar, à bondade e a dedicação de todo o corpo docente do nosso Grupo Escolar. Para essas *segundas mães*, eu peço todas as bênçãos divinas. [...] Seguindo os *santos ensinamentos que recebemos de nossas professoras no nosso querido Grupo Escolar*, seremos felizes pela vida afora, honrando a *família, amando a Deus e engrandecendo a Pátria* (JORNAL DE PORTEIRINHA, 1958, p. 2, grifos nossos).

A cerimônia de formatura era o momento máximo do curso primário e da escolarização oferecida na cidade. As conquistas eram dedicadas de forma especial a Deus. Os ensinamentos do Grupo Escolar zelavam pela ordem moral e pela manutenção da ordem social. Mas, para isso, era preciso dar ênfase ao papel da religião, que era tida como o verdadeiro fundamento e coroa de toda a instrução. Para este efeito, era indispensável que todo o ensino e toda a organização da escola (professoras, programas, livros, em todas as disciplinas) fossem regidos pelo espírito cristão, sob a direção e vigilância maternal da Igreja. A formação das novas gerações, de acordo com os preceitos do Catolicismo, foi um dos eixos norteadores da ação política e pedagógica do Grupo Escolar João Alcântara.

A formação religiosa obtida na escola serviu como um complemento àquela que o educando recebera, inicialmente, no lar por meio dos ensinamentos administrados pelos pais. O jornal *A Verdade* também corrobora com o pensamento tridentino:

A Educação Moral (O papel do pae de familia)

A educação divide-se em educação physica, intellectual e moral. [...] O desenvolvimento physico e intellectual do homem constitue um bem imenso, mas isso não basta – a vida moral lhe é indispensavel. Mas esta educação moral deve ser religiosa – pois não ha verdadeira moral sem religião! A primeira educação moral deve-se dar no lar – importa, pois, collocar nesse lar as condições requisitas a fim de não contrariar a obra da formação. Por isso, é mister fazer com que haja no centro da casa, alguma cousa attrahente, agradavel como sejam a amizade intima entre os seus membros, guardar as creanças sob a influencia salutar e que, finalmente, os paes dêem ali o exemplo que edifique. Pertence a elles ser os primeiros educadores de seus filhos; os outros mestres hão de continuar a desenvolver e fortalecer, mais tarde, a grande obra da formação principada na casa paterna (A VERDADE, 1907, p. 2-3).

O papel da educação adquirida no ambiente familiar católico desempenhava um importante elemento na construção da sociedade, composta por homens e mulheres honrados, tementes a Deus e servidores da pátria: “a educação que a mãe e o pai dispensam aos seus filhinhos formará o bom filho, o honrado cidadão e o correto católico. Paes e mães [...], sede

anjos do lar. Não permitaes que os vossos filhos se esqueçam de amar ao Creador” (GALLO, 1941, p. 193). Assinalou-se a importância de ministrar uma educação alicerçada em bases católicas para promover um ambiente social moralmente sadio, estabelecendo um diálogo constante entre as ações e o cotidiano do indivíduo com os preceitos e valores pregados pelo Catolicismo. Ainda nessa perspectiva, cabe destacar que o estabelecimento de tal educação transcendia os objetivos instrucionais; sua atuação residia, sobretudo, na inculcação de uma gama de valores que deveriam ser assimilados pelos sujeitos.

Assim sendo, o Ensino Religioso (católico) era uma disciplina indispensável no interior da escola, constituindo-se uma das mais importantes estratégias empregadas pela Igreja para a difusão de sua doutrina, como veremos na seção a seguir.

5.1.1 O Ensino Religioso e a educação moral no Grupo Escolar

É com imensa satisfação que observamos a difusão do ensino religioso na região. Os estabelecimentos de ensino estão compreendendo a necessidade da educação religiosa, educação esta que auxilia sobremodo a organização pedagógica hodierna. Insofismavelmente o ensino religioso implanta maior disciplina e moralidade e contribue para o aproveitamento das boas tendências, extirpando as más inclinações inatas (GAZETA DO NORTE, 1944c, p. 4).

De acordo com Wirth (1982, p. 207), “em Minas, a religião tinha papel de destaque cada vez maior na vida política e social, principalmente após 1909”. A inserção do Ensino Religioso nas escolas públicas do Estado não foi ocasional, mas fruto do esforço e trabalho de intelectuais católicos, representantes do clero e do laicato, que provocou certo ar triunfal, como apresentado no recorte do *Gazeta do Norte*. A mobilização em prol do Ensino Religioso consistiu, também, em uma reação à Reforma de Ensino de 1927 e 1928, de Francisco Campos, Secretário dos Negócios do Interior, no governo de Antônio Carlos (1926-1930). Começamos a seção voltando à primeira década do século XX.

O primeiro embate entre a Igreja e o Estado de Minas ocorreu em 1906, no governo de João Pinheiro. Adepto do Positivismo, Pinheiro via o Ensino Religioso nas escolas públicas como um sinal de atraso e de submissão à Igreja. Por isso, eliminou a instrução religiosa do currículo das escolas e suspendeu a ajuda oficial aos seminários. Em contraponto aos ideais positivistas de João Pinheiro, o Congresso Constituinte que ocorreu em Minas, naquele ano, manifestou desejo que o ensino não fosse laico, pois acreditava que o Estado tinha uma

formação, de fato, de natureza católica. Deste modo, o Decreto n. 1947, de 1906, reconheceu a necessidade de o homem ter uma religião (BARROS, 2009).

Nas décadas de 1910 a 1930, ainda de acordo com o autor, houve um intenso movimento em favor do Ensino Religioso na escola pública. De 1910 a 1918, teve lugar os Congressos Católicos que, e unindo a força política dos leigos e do clero na luta contra a política laicizante de João Pinheiro (1909) conseguem reintroduzir esta disciplina nas escolas públicas. A partir de 1922, o clero e os leigos, sob a liderança de Dom Antônio dos Santos Cabral¹⁵², da Diocese de Belo Horizonte, lutam contra o liberalismo, o socialismo e o declínio da moral cristã, e advogam a favor da reintrodução do Ensino Religioso nas escolas, após a Reforma Francisco Campos, quando essa disciplina passou a ser oferecida fora do horário escolar.

Com esta reforma, a Igreja havia se sentido ameaçada com a perda de seu monopólio na educação. Evidentemente, a retirada do Ensino Religioso foi recebida com severas críticas por parte do grupo de católicos, e várias foram as tentativas feitas por este grupo no sentido de se manifestarem junto ao presidente do Estado para a introdução da disciplina nas escolas oficiais mineiras. Nesta arena, estavam em disputa, entre leigos e católicos, o controle da sociedade civil e a competição pela conquista do poder no processo de socialização de crianças e da juventude (BARROS, 2009).

Neste contexto, é que se destacou a habilidade de Antônio Carlos Andrada, que acalma o grupo católico, promulgando a Lei n. 1092/29. O papel apaziguador revelou a habilidade política do presidente mineiro que, desde a sua posse, iniciou um trabalho de reaproximação entre o Estado e a Igreja, ao convidar o episcopado para sua cerimônia de posse. Matos mostra o sagaz discurso do presidente do Estado:

¹⁵² De acordo com Moura (1978, p. 177), “Dom Cabral foi um homem ativo, de grande visão pastoral, implantou grande vitalidade religiosa na capital mineira”. Natural de Propriá/SE, Dom Antônio dos Santos Cabral, conhecido como Dom Cabral, nasceu no dia 8 de outubro de 1884 e foi o primeiro Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte. Estudou no Seminário Santa Teresa, em Salvador. Foi ordenado padre no dia 1º de novembro de 1907 e regressou à Propriá onde trabalhou como coadjutor do cônego Rosa, de 1907 a 1912. Tornou-se pároco em 1912 e exerceu esse ministério até 1918. Graças ao trabalho realizado, Dom Cabral foi nomeado cônego capitular da Sé de Aracaju. Em 1º de outubro de 1917, foi nomeado bispo de Natal. Nesta condição, criou dezenas de instituições católicas na capital do Rio Grande do Norte e iniciou a construção do Seminário e da nova catedral. Em 1922, a Santa Sé o transferiu para a recém-criada diocese de Belo Horizonte. Com o espírito empreendedor que o caracterizava, Dom Cabral edificou as bases da Arquidiocese de Belo Horizonte. Adquiriu um imóvel na Rua Espírito Santo, onde passou a funcionar a Cúria. Deu início a várias paróquias e instituiu o Seminário Coração Eucarístico de Jesus, que inicialmente ficava na Rua Rio Grande do Norte. Posteriormente, Dom Cabral comprou uma antiga fazenda no bairro Bela Vista (atualmente bairro Dom Cabral), onde construiu o novo prédio do Seminário. Tempos depois, parte deste prédio se transformaria na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). O primeiro arcebispo também foi responsável pela edificação do Palácio Cristo Rei e da Catedral de mesmo nome (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2017).

Eu me rejubilo, ao ter de sancioná-lo, *como católico* e como *homem público*, interessado no constante aperfeiçoamento moral de nossa Pátria. Eu me rejubilo, *como católico*, porque estou convencido de que, nas lições do Catolicismo, está a fonte principal para a educação moral dos homens [...]. Eu me rejubilo, *como homem público*, empenhado no aperfeiçoamento moral dos meus concidadãos, por estar convencido que, sem a educação religiosa, o indivíduo jamais poderá atingir aquele grau de cultura cívica que se faz mister para a vida real das democracias (MATOS, 1990, p. 83, grifos do autor).

Isso denota que ele reconheceu publicamente a atuação da Igreja na sociedade em uma atitude inédita entre os governantes mineiros. Antônio Carlos ainda disse que é “preciso salientar a verdade sabia de que a religião constitui fator máximo para a formação e o aperfeiçoamento do carácter individual”; e conclui: “erra o governo que não se utilizar da grande força que é a religião, para levar avante todas as construções que idealiza e se proponha realizar” (ANDRADA, 1926, p. 359). Neste sentido, em virtude do diálogo entre o poder espiritual, encabeçado pelo bispo de Belo Horizonte, Dom Cabral, e o poder público, o Ensino Religioso encontrou em Minas seu lugar e sua permanência, tornando-se o Estado precursor da inserção desta disciplina nas escolas.

Segundo Barros (2009), a elaboração do programa do Ensino Religioso e a escolha dos manuais foram de responsabilidade das autoridades religiosas. A elas caberia também designar os professores e vigiá-los, no que se referiu à doutrina e à moral¹⁵³. Para que a disciplina fosse ministrada em um estabelecimento oficial, era necessário que pelo menos vinte alunos se dispusessem a recebê-la. Essa exigência tornava muito difícil o ensino de um credo diferente do católico, dado o predomínio dos católicos na população do Estado de Minas Gerais¹⁵⁴. Assim, na prática, o ensino religioso equivaleria ao ensino da religião católica.

O padre Julião era o diretor espiritual do Grupo Escolar João Alcântara. Dirigia as associações católicas e era o guia cristão das professoras, pois realizava suas confissões, casamentos, comunhões e batizava seus filhos; ministrava o catecismo às crianças; atuava de forma incisiva e vigilante dentro e fora dos muros da escola, inclusive atuando como presidente da Caixa Escolar. Julião sempre estava presente em eventos sociais. Também participava de

¹⁵³ Utilizaremos o conceito de *Moral*, proposto por Nicola Abbagnano, que se refere à conduta e, portanto, suscetível de avaliação moral, especialmente de avaliação moral positiva. Assim, não só se fala de atitude moral para indicar uma atitude moralmente valorável, mas também coisas positivas valoráveis, ou seja, boas (ABBAGNANO, 2015).

¹⁵⁴ Só para se ter uma ideia, segundo os dados do Recenseamento de 1940, na cidade de Belo Horizonte, havia 193.690 católicos romanos. Os protestantes somavam 4.374 e os espíritas 6.437 habitantes (IBGE, 1950, p. 77). Segundo este mesmo censo, 95% da população brasileira considerava-se católica, 2,61% protestantes e 1,12% espíritas (ibidem, p. 6).

algumas reuniões do corpo docente, e se colocava à disposição para levar à escola cartilhas, livros e programas católicos (LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR, 1956). Sua frequência ficou registrada nos livros de atas¹⁵⁵ das reuniões do corpo docente do Grupo Escolar João Alcântara:

15 de setembro de 1944 - “Havendo-nos com sua presença, o Conego veio pedir às professoras o ensino do catecismo incluindo nos planos, deixando à disposição das professoras o mesmo já pronto” (p. 12).

16 de junho de 1946 - “Durante a Pascoa dos alunos, a confissão foi realizada no proprio grupo. O cônego veio atendê-los em cada turno separadamente” (p. 15).

Maio de 1948 - “O conego da paróquia insistiu mais uma vez que fizessem constar no plano docente as aulas de religião” (p. 41).

4 de fevereiro de 1952 - “O padre sugeriu às professoras aulas de religião pelo menos duas vezes por semana” (p. 48).

10 de abril de 1956 - “O padre é o presidente da caixa escolar” (p. 30).

O Ensino Religioso foi um dos temas tratados na reunião ordinária das professoras de abril de 1942. Na ocasião, a diretora “exortou as professoras a continuarem o ensino dos mandamentos cristãos, principalmente *Amar a Deus sobre todas as coisas e Amar ao próximo como a nós mesmo*” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1942, p. 49, grifo nosso). O ensino religioso ministrado foi o católico. Em seguida, apresentou o programa básico da Educação Moral e Religiosa, para ser aplicado na escola. Ele contou com os seguintes objetivos:

- Levar à compreensão do respeito a Deus e do amor à Família;
- Fazer compreender a necessidade da Religião para a aproximação da criatura ao seu criador e para formar as bases da Moral;
- Levar à compreensão de que a liberdade é vinculada à responsabilidade, obtida através da consciencia formada à luz de valores espirituais e morais (ibidem, p. 49).

Ao identificar a formação moral com a educação religiosa e ao transferir à Igreja a responsabilidade da formação moral das pessoas, a escola estava atendendo às exigências da Igreja Católica, e também sendo fiel à concepção autoritária da época, procurando estabelecer mecanismos para reforçar a disciplina e a autoridade. Observamos que a diretora mostra os

¹⁵⁵ Os livros de atas são: Grupo Escolar João Alcântara (1946 e 1956).

parâmetros do ensino religioso e diz que “deverão ser tratados nas várias séries do ensino primário os aspectos seguintes”:

- Deveres do ser humano para com Deus e o próximo.
- Necessidade de uma Religião para situar o homem no Universo e para o estabelecimento de uma correta escala de valores.
- O valor da oração como contato entre a criatura e o Criador.
- Espírito e matéria. O princípio da identidade do ser humano apesar da mutabilidade física (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1942, p. 50).

Por fim, a diretora finalizou o programa de Educação Religiosa e moral ao propor a metodologia a ser utilizada nas aulas:

As desejadas auto-realização, integração e participação consciente condicionam-se a um desenvolvimento global e integral do educando. O lar, a religião, a escola e a sociedade precisam propiciar à criança condições que lhe permitam desenvolver-se harmoniosamente nos aspectos espiritual, moral, intelectual, emocional, físico e social (ibidem, p. 50).

Diante desse *modus vivendi*, a escola defende os princípios católicos e mostra a necessidade de incorporá-los à sociedade e à política. A diretora também cita as técnicas e a metodologia da *Revista do Ensino*¹⁵⁶ que, aliás, eram lidas nas reuniões pedagógicas e serviam de formação continuada. Interessante o fato das propostas modernas da Escola Nova chegarem no Grupo Escolar e conciliarem com o conservadorismo e com os princípios morais e religiosos.

Esse jeito de ver a educação é retratado num discurso do signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, Mário Casasanta¹⁵⁷, durante uma solenidade de formatura das

¹⁵⁶ Segundo Souza (2002), a *Revista do Ensino* foi criada no final do século XIX no governo Afonso Pena ao realizar a primeira Reforma no ensino do período republicano. A publicação da revista, de forma mais efetiva, somente ocorreria, entretanto, a partir de 1925, no governo de Fernando Mello Vianna, quando foi realizada uma reforma na Instrução Pública do Estado de Minas Gerais. De acordo com Biccas (2008), a *Revista do Ensino* foi um impresso pedagógico oficial de educação direcionado aos professores, diretores e técnicos da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais. O periódico pode ser analisado como uma “tecnologia de poder”, na medida em que atuou como objeto de ação e de controle do governo mineiro sobre a atuação docente, sendo um suporte para leis, normas e recomendações das diretrizes educacionais durante seu período de circulação.

¹⁵⁷ Mario Casasanta nasceu em 1898 na cidade de Camanducaia, no sul de Minas Gerais. Em 1926 mudou-se para Belo Horizonte atendendo ao convite do governador Antônio Carlos Ribeiro Andrade e Francisco Campos para assumir cargo de Inspetor Geral da Instrução. Participou ativamente da implantação da Reforma do Ensino Primário e Normal. Em 1932 foi o único mineiro signatário do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. No período entre 1931 a 1933 e 1937/1938 foi Diretor da Imprensa oficial e membro do Instituto Histórico e Geográfico Mineiro. Para além dos afazeres da Reforma, atuou como professor do Colégio Arnaldo e do Colégio Estadual de Minas Gerais. Em 1938 ingressou como professor da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Na Escola de Direito conviveu com políticos e intelectuais como Gustavo Capanema e Francisco Campos. Foi reitor da Universidade de Minas Gerais (UMG) por dois mandatos nas décadas de 1930 e 1940 (XAVIER; MATOS; LOPES, 2013).

normalistas do Colégio Sagrado Coração de Maria, da capital mineira. O discurso de Casasanta, que foi estampado na *Revista do Ensino*¹⁵⁸ em 1932, definia o que é ser um bom professor:

O bom professor é, sobretudo, o professor catolico, obediente à mais alta lei da vida cristã, que é a do aperfeiçoamento continuo, tem que caminhar em direção ao ideal, sem embargo de todos os tropeços. [...] Sois alunas de Christo, o mestre dos mestres, cuja pregação maravilhosa é uma incomparavel lição de perfeição. Batei-vos para realiza-lo e daí a êle todas as energias de vosso corpo e de vosso espirito, certas de que, agindo assim, haveis de iluminar a consciencia dos homens (CASASANTA, 1932, p. 18-19).

Embora discursasse num evento de um colégio confessional, sua voz fora ouvida por todas as escolas oficiais do Estado, pois a *Revista do Ensino* circulava nestes espaços. O pensamento moderno e as novas condutas pedagógicas – que produziram modificações na organização e no funcionamento das escolas, nos currículos e programas e em todo o fazer pedagógico – foram conciliados com os anseios da Igreja Católica. Assim, conforme Vidal e Faria Filho (2005), com um discurso articulado, ora pela ideia de uma escola moderna, ora pela ideia de uma escola ativa, os dirigentes mineiros das décadas de 1920 e 1930 procuraram deixar claro que pretendiam construir uma nova educação, mas sem romper com o passado. Embora propusessem construir um futuro grandioso, não rompiam com a tradição e o passado educacionais; além disso, a nova educação vinha de braços dados com a tradição católica.

Nesta mesma edição da *Revista do Ensino*, podemos ver uma matéria sobre a metodologia “moderna” do Ensino Religioso nas escolas. Sob o título *A Escola Ativa e a Escola Cristã*, a educação era percebida como o elemento-chave para promover a remodelação espiritual requerida:

Inicialmente, expõe-se o assunto e a doutrina. As crianças são acessíveis às mais altas verdades religiosas e essenciais: Deus creador, testemunha e Juiz, a espiritualidade da alma e sua imortalidade, a Redenção, a Eucaristia, a Comunhão dos Santos. [...] *Como fazer o menino fazer sentir um interesse vivo pelas cousas religiosas?* Em principio a finalidade visada em cada uma das lições deve ser uma “conversão” das crianças. São pequenos leigos, com o cerebro cheio “do espirito do mundo”; *é preciso encontrar o meio de fazer deles, em poucos minutos, amigos verdadeiros de Jesus; a oração imposta, logo a principio, não consegue isto.* Pouca cousa basta para crear a atmosfêra adequada. Dir-se-á um dia: “Atenção, vamos começar nossa oração, traçando sobre nós uma cruz, a cruz de Jesus. Olhai o nosso pobre Jesus! Como Ele nos ama! Do Céu Ele nos vê neste momento. Façamos nosso sinal da Cruz com muito respeito” [...] (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 43-44, grifos nossos).

¹⁵⁸ Conferir em Casasanta (1932).

O texto chama atenção para a exploração da capacidade e da vontade individual do aluno. A função da escola era propiciar uma permanente reconstrução da experiência espiritual na vida dos alunos por meio de estímulos, sendo que o papel do professor era o de intervir, posicionar-se e mostrar um caminho. A “conversão” das crianças aos preceitos católicos, com seus “cerebros cheios do espírito do mundo”, representava o ideal de desenvolvimento humano. Ensinava-se, com muita reverência, as orações católicas, sempre precedidas do gesto do sinal da cruz.

“Sem religião não há moral, não há respeito à autoridade, não há patriotismo”. Estas palavras foram o carro motor de toda argumentação em prol do ensino religioso na rede pública. Conforme Matos (1990, p. 87), “a religião é vista como poderoso instrumento para salvaguardar a moralidade do povo, sustentar a ordem e a autoridade legitimamente estabelecidas e promover o verdadeiro amor à Pátria”. Nesta esteira, uma professora reproduziu um artigo no jornal *O Gorutuba* defendendo a necessidade desta disciplina no currículo escolar:

A Educação Religiosa é a disciplina mais necessária, mais importante, mais urgente, a matéria básica para todas as outras. Ensinar religião é ensinar o amor, e só o amor constrói para a eternidade. E quantas vezes já dissemos: “A educação é obra de amor?” Só a religião é capaz de fazer o homem amar de verdade ao seu semelhante. “Amai-vos uns aos outros”. É a educação religiosa que faz o bom filho, o bom esposo, o bom amigo, o bom cidadão, respeitador das leis e dos direitos.

Ensinar os alunos na escola primária o amor de Deus e do próximo, o respeito aos mandamentos e aos preceitos religiosos fundamentais que devem existir nos corações cristãos, independente da crença a que pertencem, é dever grave de todo bom educador.

Felizmente, já temos em nossas escolas primárias, professoras que primam pelo cuidado que tem em ministrar semanalmente ao menos uma hora de preceitos católicos aos seus aluninhos. Educação sem religião é o mesmo que esculpir o corpo de uma estatua e deixá-la sem cabeça (O GORUTUBA, 1949, p. 2).

Para a professora, o Ensino Religioso seria uma espécie de moderador para pôr tudo em ordem, pois sedimentava práticas, moralizava vivências e atitudes e inculcava valores e comportamentos a serem seguidos pelas crianças. O Ensino Religioso desempenhou um papel fundamental para que se alcançasse tal objetivo, uma vez que buscava consolidar nos educandos o respeito a Deus, à fé católica e à moral, além da constante observação dos costumes cristãos.

No entanto, não bastava apenas o Ensino Religioso dentro do horário escolar. A escola era a continuação do lar, e a atmosfera que se buscava respirar nos dois ambientes educativos deveria ser idêntica. A fim de construir uma Sociedade Perfeita, toda a educação teria de ser

moldada por princípios cristãos. Deste modo, o Grupo Escolar João Alcântara foi circundado de projetos e valores que figuraram em seu calendário escolar. Instrumento de poder e possuidor de raízes profundas no sagrado, o calendário escolar será apresentado na próxima seção.

5.1.2 O Calendário do Grupo Escolar João Alcântara

Uma história cronológica de acontecimentos é conduzida pelo calendário. À data, ao ano e, possivelmente, ao mês e ao dia, agarram-se os fatos históricos, e, a partir daí, selecionam-se as principais datas que precisam ser lembradas e memorizadas através da prática de suas comemorações. O calendário, objeto científico, também é objeto cultural, e apesar da laicização de muitas sociedades, ele é, manifestamente, um objeto religioso. O calendário é o organizador do quadro temporal, diretor da vida pública e cotidiana, além de ser um instrumento de poder e ter raízes profundas no sagrado. Muitas datas foram fixadas pelo poder sacro da Igreja Católica, como diz Le Goff (1994, p. 480) ao afirmar que:

O lugar que o calendário ocupa nos primeiros séculos do cristianismo demonstra a sua importância para a Igreja cristã. A apocalíptica hebraica do I Século d.C. confere um caráter sagrado ao calendário, considerado expressão da determinação do tempo de Deus.

Este autor assinala que sempre onde existiram poderes religiosos, as igrejas e os cleros, tentaram obter o controle do calendário.

Instrumento de medida do tempo individual e coletivo, o calendário é, exatamente por isso, em qualquer sociedade, por mais diversa que seja, um instrumento de poder religioso ou laico. Permite de fato realizar, com o controle do tempo, o controle dos homens nas suas atividades econômicas-sociais que, através do calendário, são ritualmente separadas no tempo (ibidem, p. 477).

Deste modo, o calendário não se desvincula do calendário litúrgico-católico, pelo contrário, observamos entre eles uma coexistência pacífica. O calendário é uma estratégia de poder e de direcionamento da sociedade.

Na instituição escolar, não é diferente. O calendário impõe ritmo e coesão aos ritos do trabalho educacional. Estes, por sua vez, são agrupados segundo uma intencionalidade a fim de uniformizar, disciplinar, registrar e selecionar lembranças que geram unicidade nas escolas. Conforme os boletins mensais de registros escolares e os livros de atas de reuniões das

professoras, durante o período de estudo, no Grupo Escolar João Alcântara, os santos e as santas foram festejados ciclicamente, consagrando o calendário litúrgico e a religião católica na escola.

Ao lado das festas cívicas, os eventos religiosos possuíam relevo no cotidiano escolar. Eles eram inseridos no calendário escolar como conteúdos a serem trabalhados pelas professoras, e a serem aprendidos e apreendidos pelos alunos. Fetichizados, esses conteúdos vivos, ano após ano, em circularidade, extrapolavam as grades curriculares, as salas de aula e os muros da escola.

As datas religiosas e cívicas foram festejadas de acordo com o calendário representado no quadro que se segue:

Quadro 1 - Calendário das datas comemorativas no Grupo Escolar João Alcântara

Calendário das datas comemorativas		
Janeiro	Fevereiro	Março
-	-	<i>Semana Santa/Páscoa</i>
Abril	Mai	Junho
Descobrimto do Brasil Dia do Índio Dia de Tiradentes	<i>Mês de Maria</i> Dia do Trabalho Abolição da Escravatura	<i>São João</i> <i>Corpus Christi</i>
Julho	Agosto	Setembro
<i>Festa de São Joaquim</i> Dia da árvore	Dia do Soldado Semana do Folclore <i>Assunção de Nossa Senhora</i>	Semana da Pátria
Outubro	Novembro	Dezembro
Semana da Criança Semana da Asa	Proclamação da República Dia da Bandeira	Formatura do Primário <i>Natal</i>

Fonte: Boletins mensais dos registros escolares e dos Livros de atas de reuniões de professoras do Grupo João Alcântara (1943 a 1959, grifos nossos).

Estas datas serão aqui apresentadas. Começemos pela Semana Santa¹⁵⁹, primeiro evento religioso comemorado no ano letivo. Ao abrir a reunião de professoras em 24 de março de 1956, a diretora Lourdes Irlanda Matos diz:

[...] dada a proximidade da Semana Santa, solicito às senhoras professoras que preparem um programa especial. Expliquem a seus alunos como devem se

¹⁵⁹ A Semana Santa ou Semana na Paixão é uma tradição religiosa católica que celebra a Paixão, a Morte e a ressurreição de Jesus Cristo. Ela se inicia no Domingo de Ramos, que relembra a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, e termina com sua ressurreição, que ocorre no domingo de Páscoa. Segundo Aquilino Pedro (1994, 267), “o período é um retiro espiritual voltado à reflexão, em que os cristãos se recolhem em oração e penitência para preparar o espírito para a acolhida do Cristo Vivo, Ressuscitado no Domingo de Páscoa. Simbolicamente o cristão está renascendo, como Cristo”. A Semana Santa é o coração do ano litúrgico cristão (FOLHA DO NORTE, 1930c, p. 2).

preparar para a confissão e procissão da Sexta-Feira (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1956, p. 4).

Revestida de toda uma mística, a Semana Santa na escola refletia os costumes da sociedade. Ensinava a professora em 1935:

É, portanto, um dever de gratidão ocuparmos durante a Semana Santa o nosso pensamento com a Paixão do Redemptor, acompanharmos as solenidades religiosas, fazermos o sacrifício do Jesus na quarta, quinta e sexta-feira e fazermos assim com que esta semana seja também para nos uma Semana Santa. Certamente compreenderá cada Católico que a Semana Santa é um tempo muito improprio para diversões profanas e que, por isso, não devemos ir ao cinema e em clubes (ESCOLA MISTA DO DISTRICTO DE PORTEIRINHA, 1935, p. 13).

Na Semana Santa havia uma preparação destinada às crianças. As professoras ensinavam parábolas bíblicas que remetiam à vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, tais como: *O filho pródigo* (Lucas 15.11-32), *O homem rico e Lázaro* (Lucas 16.19-31), *O empregado fiel* (Lucas 12.42-48) e *A ovelha perdida* (Lucas 15.4-7). Elas tinham como temas: o pecado, a obediência a Deus e a crença na vida eterna¹⁶⁰.

O conto *O moinho do satanás*, que era apresentado às crianças, por exemplo, traz em si um ensinamento moral: mais vale ser pobre do que se vender a alma ao diabo por todas as riquezas do mundo. Os contos trabalhados no Grupo Escolar¹⁶¹ faziam alusão à conduta humana na Terra, ao pecado, ao arrependimento e ao juízo divino, conforme prega a doutrina cristã; e com isso, desenvolviam conceitos como o julgamento das almas, o céu e o inferno¹⁶². Em um ambiente escolar com forte característica tridentina, era importante o enfoque na vida regrada, na vida obediente aos mandamentos cristãos e à disciplina moral objetivando, com isso, “salvar a alma e ganhar o céu”.

¹⁶⁰ Temas bíblicos como Moisés, Joana D’Arc, a Criação do Mundo, David e Golias, O Bom Samaritano, Parábola do Semeador eram trabalhados durante o decorrer do ano (GRUPO ESCOLAR... Boletins dos registros escolares, 1943; 1948; 1955).

¹⁶¹ GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. *Boletins mensais dos registros escolares*, 1943 a 1956.

¹⁶² Na tradição cristã, a conjugação luz-trevas simbolizaria os dois opostos: o céu e o inferno. Conforme o Dicionário de Símbolos de Chevalier e Gheerbrat (1997, p. 505), “a essência íntima do inferno é o próprio pecado mortal. É a perda da presença de Deus. Como já nenhum outro bem poderá jamais iludir a alma do defunto, separada do corpo e das realidades sensíveis, o inferno é a desventura absoluta, a privação radical, tormento misterioso e insondável. É a derrota total, definitiva e irremediável de uma existência humana. A conversão já não é mais possível; empedernido em seu pecado, o homem está para sempre cravado na sua dor”.

A comunhão, por sua vez, era uma prática comum dentro da escola. Com a finalidade de difundir os preceitos sacramentais da Igreja, conforme a tradição católica, a comunhão servia para remediar os pecados e preparar as crianças para a Páscoa. Em 1941, o padre Julião diz aos alunos: “Meninos, meus queridos meninos, que tantas vezes viestes aprender dos meus lábios os primeiros rudimentos da doutrina cristã, sede um sacrário e um adorador da santa Hóstia, e vivam o espetáculo das Comunhões” (GALLO, 1941, p. 193).

Em 1946, em reunião, a diretora fez um chamamento às professoras do Grupo Escolar para preparar as crianças para a “Quarta-feira de trevas¹⁶³” e recepção da comunhão geral pelas mãos do padre Julião. A Semana Santa geralmente era celebrada no mês de março ou abril.

O mês de maio, além das comemorações da Abolição da Escravatura¹⁶⁴ e do Dia do Trabalho¹⁶⁵, era especialmente dedicado à Virgem Maria¹⁶⁶. Nele, intensificavam-se as orações marianas, sobretudo a reza do terço ou do rosário. O jornal *A Verdade*, já no início do século XX, dizia que “os catholicos do mundo inteiro estão cheios de alegria em virtude da entrada do mez de Maria. Não há povoação pequena, logarsinho obscuro e ignorado que não venha saudar

¹⁶³ Na Quarta-feira Santa da Igreja é celebrado o Ofício das Trevas, lembrando que, segundo os preceitos católicos, o mundo já está em trevas devido à proximidade da morte de Jesus Cristo.

¹⁶⁴ Estas comemorações no Grupo Escolar, ligadas à cultura nacional e compostas de símbolos, representavam um modo de construir sentidos que influenciavam e organizavam ações e modos de conceber e perceber o mundo. Estas comemorações, ao produzirem sentidos nos alunos, ao gerarem uma identificação, construíam identidades. A data da Abolição da escravatura era festejada pelo Grupo Escolar considerando a princesa Isabel como heroína, que representava a “libertação” dos negros.

¹⁶⁵ O Dia do Trabalho era comemorado em um auditório e incluía números de danças, dramatizações e leitura de poesias. Destaque para o poema *O trabalho*, de Olavo Bilac, que era comumente apresentado: “Tal como a chuva caída/ Fecunda a terra, no estio,/ Para fecundar a vida/ O trabalho se inventou./ Feliz quem pode, orgulhoso,/ Dizer: ‘Nunca fui vadio:/ E, se hoje sou venturoso,/ Devo ao trabalho o que sou!’/ É preciso, desde a infância,/ Ir preparando o futuro;/ Para chegar à abundância,/ É preciso trabalhar./ Não nasce a planta perfeita,/ Não nasce o fruto maduro;/ E, para ter a colheita,/ É preciso semear...” (BILAC, 1929, s/p). Observamos que a representação do trabalho já inicia na infância; era preciso ensinar à infância o gosto pelo trabalho, pois era a partir dele que se construiria a grandeza futura do país. Era necessário acentuar os valores, sentimentos e hábitos desejáveis nas crianças, estabelecendo uma ordem centrada no trabalho. Era um projeto de formação do novo homem brasileiro. No auditório do Grupo Escolar João Alcântara, em comemoração a esta data, as principais autoridades da cidade eram homenageadas. A figura do prefeito, do engenheiro, do padre, do contador e do médico eram exaltadas (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1949, 1952). A representação do trabalho estava associada à figura do sexo masculino, branco e portador de um diploma de curso superior. O trabalho braçal e o das mulheres, por exemplo, nunca eram valorizados. Enfim, o trabalho era ligado a uma elite educada, masculina e branca, tida como “preparada para dirigir os destinos das outras pessoas”.

¹⁶⁶ No hemisfério Norte, Maio é o mês em que a terra faz surgir a terna folhagem e os verdes pastos, depois do frio e da neve do inverno, da cruel atmosfera, do vento selvagem e das chuvas da primavera. Em maio, os dias se tornam longos, o sol nasce cedo e se põe tarde. De acordo com Giorgio (1991), a escolha da Igreja Católica pelo mês de maio para cultuar a *Virgem* foi proposital. No século XVIII, informa Giorgio, alguns jesuítas italianos acreditavam que a chegada da primavera no mês de maio fazia desabrochar os amores adolescentes. “O culto e a proteção da Virgem seriam, portanto, fundamentais para conservar a pureza feminina e privar as jovens das tentações. Era uma prática religiosa preventiva que conferia uma dimensão sobrenatural aos amores adolescentes, difíceis de controlar na sociedade camponesa. A pureza da Virgem torna-se modelo de identificação, centro da educação feminina” (GIORGIO, 1991, p. 222).

com jubilo os raios desta misteriosa e divina Estrella que se chama Maria [...]” (A VERDADE, 1907a, p. 2). Em maio de 1944, o *Gazeta do Norte* mostra, com detalhes, o que acontecia no período:

O mês de maio, de norte a sul, é festejado. Da mais simples fazenda ao mais culto centro do país, os sinos repicam festivamente no convite as rezas que se fazem em honra de N. Senhora. As bombas e fogos bombardeiam os céus na demonstração do que vai em desejos dentro de nós em festejar a Mãe de Jesus. Os mastros, no desfile pitoresco de sua tradição, ao som das músicas são levados ao clarão dos fogos, na alegria das Igrejas e Capelas, Maria percorre como Senhora unica dos corações, as ruas das vilas, cidades e capitais em piedosas procissões. Completa este esboço a vida religiosa desenvolvida. As mesas das comunhões são mais visitadas. Os costumes se renovam. E as almas mais se aperfeiçoam no amor de Deus. O Brasil é na sua essência católico. Homenageia, com carinho, a sua grande padroeira Nossa Senhora Aparecida que protege nossa terra. Sejam os leitores, cada vez mais seus filhos diletos, levando por todos os meios nossas homenagens (GAZETA DO NORTE, 1944e, p. 5).

O Grupo Escolar preservava estes costumes veiculados pela imprensa, pois já no começo do mês era preparada uma vasta programação para celebrar a Virgem Maria. Os auditórios dedicados às mães dos alunos ficavam lotados. Em 1946, por exemplo, depois de entoado o Hino Nacional, todos rezaram o Pai Nosso, a Ave Maria e fizeram a consagração à santa. Após este protocolo, vários textos que exaltavam a importância das mães no âmbito familiar e na sociedade foram lidos pelos alunos. Recital de poesias, danças e apresentações musicais também compuseram o evento (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946).

Com muitas pessoas, diariamente, era realizada a coroação de Nossa Senhora na Igreja Matriz São Joaquim pelas alunas do Grupo Escolar (conferir Figura 21). As professoras, junto com os membros do Apostolado da Oração, sistematizavam estes momentos. Comissões organizadoras eram criadas e seus membros desenvolviam as seguintes tarefas: selecionar os alunos (as filhas das famílias que tinham maior condição econômica para comprar as vestimentas e os calçados), ensaiar os cânticos, organizar as alunas durante a coroação e enfeitar o altar.

Em maio de 1944, o padre Julião Arroyo Gallo faz o balanço prévio da coroação: “Para a coroação de Nossa Senhora, o numero de crianças que está se preparando para este ato é superior a 100. Recebem tambem instrução das dedicadas e abnegadas cooperadoras nas funções religiosas, *as professoras da cidade*” (GALLO, 1944, p. 11, grifo nosso). Ele ainda acrescenta: “o Apostolado da oração por sua parte não cederá a supremacia nos esforços para

que sejam coroadas de maior êxito possível as mais justas aspirações marianas no dia da coroação de sua Excelsa Protetora” (GALLO, 1944, p. 11).

Figura 21 - Coroação de Nossa Senhora em Porteirinha



Fonte: GALLO, Julião Arroyo. *Álbum de fotografias*. Coroação de Nossa Senhora em Porteirinha. 1 fotografia, Porteirinha/MG [entre 1950 e 1970].

O trecho do Livro de atas do Apostolado da Oração, a seguir, mostra a organização das festividades de maio de 1943 e a participação das professoras do Grupo Escolar e do interventor/prefeito municipal:

Depois de ter frisado sobre a necessidade da cooperação das cantoras e das catequistas para que se cõlha um bom fruto, [padre Julião] falou sobre a festa do mês de Maio e combinou o seguinte: haverá coroação diariamente ficando encarregada de arranjar os meninos para a coroação a zelada *Palmyra Santos*; para ensaiar os cânticos, a zeladora *Hilda Martins Gomes*; para organizar os meninos no ato da coroação, a senhora *Hilda Gois*; para enfeitar o altar na 1ª semana, as zeladoras: *Benvinda Tibo* e *Geny Mendes Ribeiro*; na 2ª semana: *Anizia Pinheiro* e *Idalice Coêlho*; na 3ª semana: *Rosalva Antunes* e *Carolina Vieira*; na 4ª semana *Maria Brito Coêlho* e *Judith Lacerda* e 5ª semana: Dr. *Altivo de Assis Fonseca* e dos demais zeladores (1º LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO..., 1943 p. 16-17, grifos nossos).

Importante realçar que *Palmyra Santos*, *Hilda Martins*, *Rosalva Antunes* e *Idalice Coêlho* eram professoras do Grupo Escolar e participavam ativamente das associações

religiosas da cidade. Outro detalhe: o prefeito Altivo de Assis Fonseca se encarregou de arrumar o altar na última semana do mês. Tal atitude revela que o político participava ativamente dos eventos religiosos, inclusive, sendo o festeiro do evento mariano daquele ano.

A revista *Flor do Lácio*, do Colégio Imaculada Conceição, em 1957, reproduziu uma produção textual que mostra a percepção de uma aluna selecionada para a coroação da Virgem Maria e sua emoção durante a solenidade:

Recordando minha coroação

Foi no dia 13 de maio. O céu estava todo estrelado e o luar de prata iluminava os vestidos dos anjos que iam cantar naquela noite hinos de louvor à nossa querida Mãezinha do Céu. A igreja estava repleta de fiéis. Os anjos ornavam o altar com seus vestidos fulgurantes. Moças de nossa paróquia, com suas vestimentas, representavam diversas santas do Paraíso. Nossa senhora de Fátima estava sôbre uma azinheira. Era admirada por três crianças, simbolizando os pastorzinhos de Fátima. De cada lado do altar, crianças lindas e loiras figuravam figuras representando símbolos religiosos.

Fui eu a escolhida para ornar a sua frente pura, com uma coroa de ouro. Como me senti emocionada, nesse momento! Alegria profunda se apossou de meu pequeno coração. Parecia-me estar num mundo irreal. Muito suavemente começamos a cantar:

A treze de Maio

Na Cova de Iria

Do Céu veio à terra

A Virgem Maria...

E sob uma chuva de pétalas de rosas, coloquei a coroa sôbre a frente puríssima da Virgem Maria. Ao longe, através de janelas, notei que as estrelas brilhavam com mais intensidade, como se quisessem naquele momento saudar a Mãe de Deus, a Rainha dos Céus! (FLOR DO LÁCIO, 1957, p. 14).

O ritual demonstrava o desejo de renovar a fé nas crianças e nas jovens com a pureza da Virgem Maria. A ornamentação do altar e as vestimentas das crianças comparadas às das santas caracterizam o culto de veneração à imagem. Segundo Giorgio (1991), a pureza da imagem da Virgem transformou-se em parâmetro de identificação junto às crianças. A Santa guardava as meninas católicas; e a coroação, além de servir à renovação da fé, guardava o fervor à crença e direcionava a formação das alunas para a prática da veneração e respeito aos santos, espelhando e consagrando suas vidas segundo o exemplo de Maria.

O mês de junho era marcado pelos populares festejos juninos. Conforme estudo de Campos (2007), a origem das comemorações juninas foi entre os povos romanos, na Idade Antiga. As festas eram consideradas como parte dos rituais de celebração da passagem de estação para o verão, sendo que eram promovidas pela população rural para afastar os espíritos maus que provocavam a esterilidade da terra, as pestes nos cereais e as estiagens. No decorrer da Idade Média, a festa foi cristianizada e a Igreja Católica deu-lhe como padroeiros Santo

Antônio, São João e São Pedro. “Na Península Ibérica acabou se tornando uma das mais antigas e populares tradições da religiosidade popular. Talvez por isso, a introdução das festas juninas em nosso país também seja bastante antiga, aparecendo desde o início de nossa história, no século XVI” (CAMPOS, 2007, p. 590).

O Boletim de registros escolares de junho de 1944 e as atas de reuniões do mês de junho dos anos de 1941 a 1962 apontaram que a escola não só promoveu as festividades dos santos juninos com danças, trajes e comidas típicos da época, como desenvolveram o conteúdo em sala de aula ao “trabalhar a vida de São João” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946; 1956).

Veja que o Estado transformou as datas religiosas em atividades escolares e fez da escola um instrumento de memória nacional. Era importante comemorar, transmitir valores, construir identidades e controlar a memória coletiva. Era um adestramento cultural, nas tradições e nos rituais. Segundo Le Goff (1994, p. 526), “o calendário traduz o ponto de vista da educação religiosa e cívica de um povo”.

Os projetos do mês de agosto eram dedicados à comemoração do dia do Folclore (22), do dia do Soldado (25) e da Assunção de Nossa Senhora (15). Na reunião do corpo docente do Grupo, realizada no dia 26 de julho de 1958, a diretora Lourdes Irlanda Matos falou sobre o auditório geral, realizado em 25 de agosto do corrente ano, e orientou as professoras “aconselhando a ensinar aos alunos algumas poesias, palestras, dramatizações, hinos etc., relativos aos dias, inclusive a Assunção de Nossa Senhora¹⁶⁷, dia santo” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1958, p. 27).

Nos meses de setembro, outubro e novembro, a escola trabalhava temas de cunho cívicos¹⁶⁸ (7 de setembro, dia da Asa e a Proclamação da República) intercalados com estórias

¹⁶⁷ De acordo com o calendário católico, o Dia da Assunção de Nossa Senhora é comemorado anualmente em 15 de agosto. O Catolicismo romano ensina como um dogma que “a Virgem Maria tendo completado o curso de sua vida terrestre, foi assumida, de corpo e alma, na glória celeste” (PIO XII, 1950, p. 2). Esta doutrina foi definida dogmaticamente pelo papa Pio XII em 1º de novembro de 1950, na constituição apostólica *Munificentissimus Deus*. Em Porteirinha, no início da década de 1980, em homenagem a este dogma, foi construída a Igreja Nossa Senhora Assunção, o terceiro templo católico localizado na zona urbana e com grande capacidade para receber os seus fiéis.

¹⁶⁸ As festividades cívicas eram festejadas a cada data na escola. As comemorações cívicas exaltavam os heróis e reafirmavam a importância das datas. As lições de civismo eram ensinadas em todas as atividades escolares, tornando-se uma prática vivida nos momentos cívicos, durante o Hino Nacional e nas reuniões de professoras. A edificação dessa memória cívica, pensada e construída a partir das comemorações cívicas, dentro e fora do Grupo Escolar, contaram com a presença fiel do corpo docente e discente. Deste modo, nas festas de inaugurações de obras públicas, por exemplo, as professoras levavam um grupo de alunos para representarem o educandário; estas mesmas professoras proferiam discursos com a finalidade de homenagear autoridades locais e regionais (conferir GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1952).

bíblicas como *Moisés, David e Golias, a Criação do Mundo e José do Egito*. Até mesmo parte da programação da Semana da Criança era dedicada aos ritos católicos: em 30 de setembro de 1952, “a diretoria sugeriu que durante a programação em comemoração à Semana da Criança, conste a missa na Igreja São Joaquim” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1952, p. 12).

O calendário anual era fechado com a solenidade de entrega de diplomas aos alunos. Respirando ares natalinos e com os melhores trajes, a comunidade escolar festejava a certificação dos alunos do curso primário. A cerimônia de formatura contava com uma missa solene e comunhão dos formandos¹⁶⁹. Nesta solenidade discursavam um professor, a diretora, o paraninfo e um aluno. Além dos agradecimentos pela conquista, os discursos eram carregados de significados religiosos.

Como boa parte da população participava das cerimônias de formatura do primário, o local também se tornava palco político. O teor religioso e moral é notório nas argumentações daqueles que ocupavam cargos públicos. Ao expressar seu conservadorismo, políticos proferiam duros e combativos discurso contra aos ideais Comunistas, e propunham uma concepção dita “superior de vida”, pautada em regras católicas, ou seja, queriam disseminar a concepção de Igreja Sociedade Perfeita.

Para concluir esta seção, voltaremos às palavras do historiador Le Goff quando diz que o calendário conduz paradoxalmente à instituição de uma história cronológica dos acontecimentos. Assim, no ambiente escolar, “à data, ao ano e, possivelmente ao mês e ao dia agarram-se os fatos históricos. E, a partir daí, selecionam-se as principais datas que precisam ser lembradas, memorizadas através da prática de suas comemorações” (LE GOFF, 1994, p. 12).

Ao levantar fontes oficiais, discursos e documentos escritos, vimos que o Catolicismo foi uma espécie de “uniforme moral” da escola. Sabemos que existiam muitos alunos filhos de protestantes, espíritas ou de pessoas que seguiam religiões de matriz africana, como o Candomblé; no entanto, é importante destacar que não encontramos vestígios da presença destas religiões nesses documentos. O que se registrou e se manteve historicamente foi a memória católica. Assim, as comemorações aos santos e aos heróis serviam para lembrar tons e formas de vivenciar essa realidade e lhes dar sentido. Enfim, o Catolicismo e a escola produziram o cidadão da época.

¹⁶⁹ Conferir no livro de atas do Grupo Escolar João Alcântara (1948).

5.1.3 O Catecismo na escola e a formação da Igreja

A criança, logo que chega aos sete annos, primeiro que tudo deve aprender é o catecismo, porque é nesse importante resumo da doutrina christã que se acham os principios da educação moral do menino. Infelizmente uma lei impia prohibiu o ensino do catecismo nas escolas porque alguns politicos o consideram como uma cousa superflua. Mas é nas paginas do catecismo que se acham bons conselhos; nellas se encontram certos exemplos que se gravam inteiramente no espirito juvenil. Hoje não são todos os Paes que mandar ensinar o catecismo aos seus filhos porque, muitas vezes, não crendo na religião, o consideram erradamente como um conto inventado pelos padres. A criança que cresce sem conhecer o resumo da Religião Christã jamais pode ter o devido decoro a seus paes; perante a sociedade culta e religiosa Ella não tem valor algum; finalmente, quando se casa, não pode ser bom pae de familia. Examinemos agora este homem nascido e creado sem conhecer o catecismo. Não sabendo elle o que o filho deve ser para sua mãe e seu pae, não sabendo dos exemplos que nos deu Jesus Christo, com a sua Santissima Mãe e não sabendo finalmente os deveres de todo homem christão, elle se entrega às illusões do mundo e acaba arrependidissimo de não ter aprendido o catecismo. A criança deve, por conseguinte, aprender desde a tenra idade o catecismo e conhecer a Religião Catholica, a única verdadeira, e, em resumo, a unica digna porque ella não foi inventada por um Luthero ou por outros devassos, mas plantada no coração do homem por Aquele que, pregado na cruz, outrora instrumento de ignominia, deu-nos todos os bons exemplos, obedecendo a seu Eterno Pae até a morte só para nos salvar (A VERDADE, 1907b, p. 2).

O fragmento do jornal *A Verdade* evidencia a existência do Catecismo como um empreendimento católico empenhado em explicar modos de comportamentos e atitudes a serem observados na vida cotidiana do norte-mineiro. O Catecismo buscou enaltecer o modelo cristão do filho, da mulher e do homem, do pai e da mãe; inculcar o sentimento de repulsa aos movimentos ideológicos opositoristas à doutrina da Igreja; e afirmar a religião católica na população como algo indispensável para se alcançar uma educação fundamentada nos princípios de Cristo. Assim, a infância seria o alvo principal do Catecismo, como vimos no excerto que abriu a seção.

Segundo Jedin (1961, p. 140),

[...] o Catecismo do Santo Concílio Tridentino representou um manual de ensino dos dogmas da Igreja, cujo objetivo foi o de formar, na mentalidade dos cristãos, os valores educacionais e práticos formulados no século XVI e a assimilação das reformas internas da Igreja realizadas em Trento.

Conforme estudos de Orlando (2013), como importante ferramenta da catequese, o Catecismo, originário do grego *katechismós*, significa ensinar a palavra, instruir. Com um sentido mais amplo, a catequese é um conceito que diz respeito à ação eclesial que conduz tanto

os indivíduos quanto as comunidades à maturidade da fé, enquanto o Catecismo é um compêndio da doutrina da Igreja que exprime de modo essencial suas verdades fundamentais da fé, necessárias à salvação. O texto de Catecismo tem a função de sistematizar a ação catequética por meio do ensino, adequando à metodologia utilizada à idade e às circunstâncias em que será aplicado. Considerando uma transmissão via prática de leitura intensiva ou extensiva, “os manuais de catecismo se constituem textos de referências, seguros e autênticos ao ensino da fé e da doutrina católica, iluminados pela Tradição Apostólica, pelo Magistério da Igreja e pelas Sagradas Escrituras” (ORLANDO, 2013, p. 70).

Desse modo, sendo fiel ao juramento apostólico, durante quase todas as reuniões do Apostolado da Oração de Porteirinha e da Pia União Filhas de Maria, o padre Julião chamava a atenção dos zeladores para uma função muito cara à Igreja Católica: a necessidade de incentivar o ensino do Catecismo das crianças pelos membros e a perseverança ao cumprimento dos deveres por parte delas¹⁷⁰. Na ata do Apostolado da Oração, de 9 de novembro de 1941, ficou registrada a seguinte passagem:

O Padre Julião tomando a palavra, falou a respeito da necessidade do ensinamento de catecismo às crianças, fazendo um apelo às zeladoras que aflorem ainda mais o espírito de Deus nos pequenos, e que elas não faltassem ao catecismo, sob pena de não se poder obter o êxito desejado e necessário progresso relativo aos bons frutos desse ensinamento (1º LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO... 1941, p. 4).

O ensino do Catecismo era uma das tarefas do Apostolado da Oração. O pároco sempre elegia as professoras do Grupo Escolar como catequistas por estarem sempre próxima das crianças e por deterem os conhecimentos pedagógicos que auxiliavam no ensino e aprendizado. De acordo com o Manual do Apostolado da Oração (1923, p. 133), cabia à zeladora “estar prompta a ensinar o catecismo, adornar os altares e capellas, especialmente quando o presidente [padre] assim o mandar”.

No entanto, era um dever dito nobre, e não era qualquer pessoa que poderia exercer a função de catequista. O perfil desejado da catequista era aquele que: “deveria fugir das más companhias, das reuniões mundanas como: jogos, vendas, bailes, cinemas, clubs, theatros” (MANUAL DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1923, p. 120). O perfil definia também que a

¹⁷⁰ Dado obtido por meio de levantamento de todas as atas das seguintes fontes: 1) 1º Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia de Porteirinha, 30 de outubro de 1941 a 11 de setembro de 1949; 2) 2º Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia de Porteirinha, 9 de outubro de 1949 a 3 de março de 1957; 3) 1º Livro de atas da Pia União das Filhas de Maria da Paróquia de Porteirinha, 10 de outubro de 1951 a 19/12/1966.

catequista deveria ter uma boa formação intelectual e um bom aparelhamento pedagógico. Assim, as professoras mais devotas, as que detinham um bom conhecimento da doutrina católica, eram escaladas para o ensino do Catecismo às crianças. A ideia era que as crianças, ao observarem o exemplo da catequista, acabassem imitando seu modo de viver.

Em maio de 1945, um escrito do padre Julião também corroborou a informação de que as professoras atuavam fortemente nos assuntos da Igreja, sobretudo na preparação das crianças para o recebimento do sacramento da eucaristia:

Catechismo

Passa de 70 o numero de crianças que estão se preparando para fazer a primeira Comunhão, recebendo diariamente a instrução necessária das competentes e esforçadas professoras. [...] Recebem também diariamente instrução das delicadas e abnegadas cooperadoras nas funções religiosas (GALLO, 1945, p. 35).

O livro de atas de reuniões das professoras do Grupo Escolar também registrou o ensino do Catecismo neste espaço: “[...] em 17 de maio de 1958, a sábia diretora Lourdes Irlanda Matos, pediu às professoras que preparassem os alunos, sobretudo os do 1º ano, para receberem a primeira comunhão, em uma ou duas aulas de catecismo por semana” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1958, p. 27). Observamos que a diretora direcionava o ensino do catecismo principalmente aos alunos de menor idade. Certamente, era a resposta a um pedido do pároco local à escola para que fossem selecionadas aquelas crianças.

A Igreja Católica sempre teve um olhar especial com as crianças. Contabilizados na matemática paroquial, o batismo e a primeira comunhão constituíam números importantes. Se o número de eucaristias, de batismos e de crismas estivessem aumentando, seria um indicativo positivo para o desenvolvimento da paróquia local.

A preocupação com a iniciação e preparação das crianças aos sacramentos católicos era tão valorizada em Porteirinha que em 1955 o padre Julião, em conjunto com o Apostolado da Oração, fundou a Cruzada Eucarística Infantil (2º LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO..., 1955, p. 23). Criada em 1916 para atender aos desejos do papa Bento XV (1914-1922), a Cruzada Eucarística Infantil teve o propósito de animar a comunhão frequente entre as crianças. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), “o Papa pediu que as crianças, os adolescentes e os jovens se unissem, numa Cruzada Universal, rezando pela paz no mundo” (FRATERNIDADE SACERDOTAL SÃO PIO X, 2017, s/p). O

apelo vingou e, por volta de 1933, a Cruzada Eucarística somava quase três milhões de associados, internacionalmente.

A Cruzada Eucarística em Porteirinha reuniu crianças na faixa etária dos oito aos catorze anos, de ambos os sexos, com o objetivo de acompanhar a formação na vida cristã, no lar e na comunidade. Os “cruzadinhas”, como eram chamados, usavam vestes de cor branca e ostentavam uma pequena fita amarela com uma cruz azul. Vestidos desta forma, participavam das missas e das procissões, e cantavam com entusiasmo o hino da Cruzada Infantil *Somos Pequenos da Cruzada*, apresentado a seguir:

Hino da Cruzada Infantil

Somos pequenos da Cruzada
Terna esperança do Senhor
Somos nós a geração formada
Na escola do nosso Deus de Amor.

A Cruzada Infantil
Vem trazer ao Brasil
Um vigor novo e forte
Dos Pampas ao Norte
Dos campos às serranias
Das praias ao sertão
Nós havemos de ouvir
O Brasil repetir o seu nome cristão

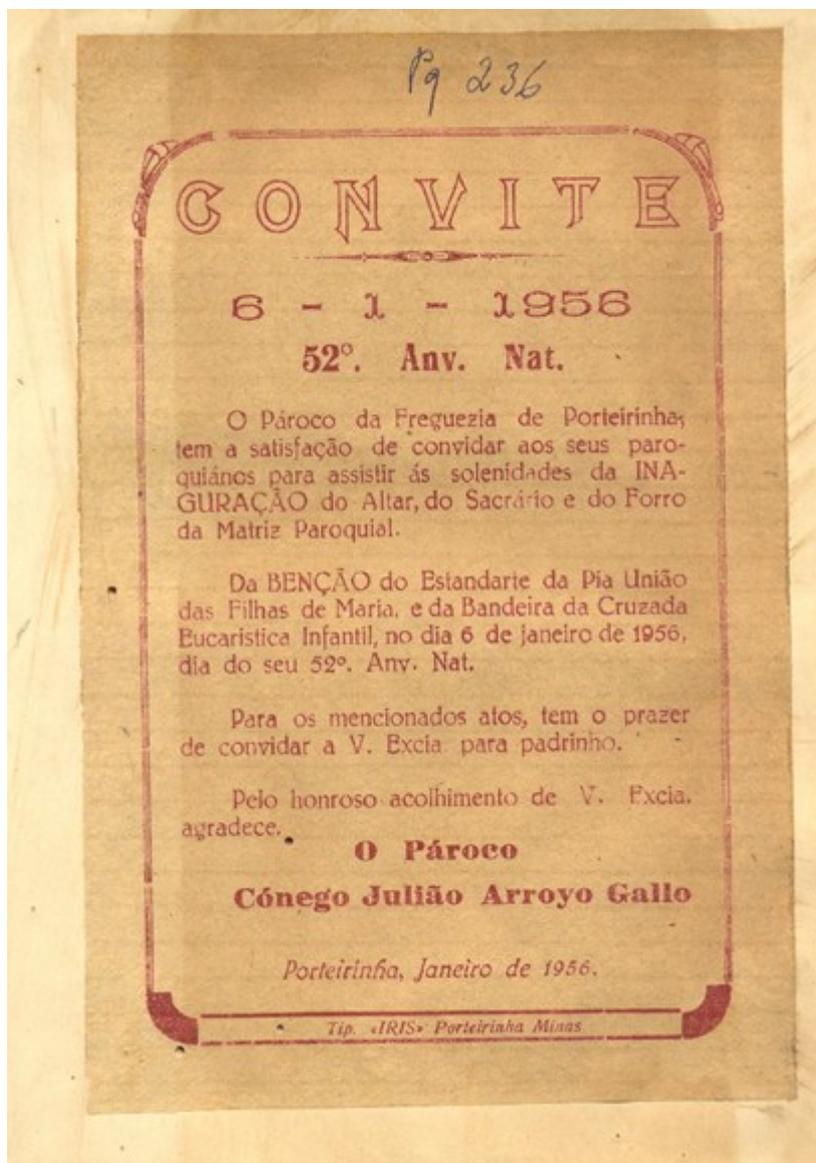
Só o amor à lei divina
Tornar-se-á bom cidadão
Quer no lar, no campo e na oficina
A Deus sirva como um bom cristão.
(MANUAL DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1923, p. 205).

O hino fazia uma menção ao passado em que o nome do país era cristão (Terra de Vera Cruz), e a expectativa da volta deste nome era real. O hino também evocava um sentimento de pertencimento ao grupo, seus componentes seriam a geração formada na escola de Jesus Cristo que traria ao país um novo e forte vigor da fé. As crianças de todos os cantos e recantos do Brasil comporiam este novo exército religioso e aprendiam desde cedo que, para ser tornar um bom cidadão, um bom filho e um bom trabalhador, era preciso obediência e respeito à lei divina.

Nas reuniões semanais da Cruzada, abordavam-se questões próprias da faixa etária dos participantes, além de programarem a realização e participação em festas religiosas, passeios e atividades de lazer. O grupo ainda possuía uma bandeira que era erguida e exibida durante as principais atividades paroquiais. Em 6 de janeiro de 1956 o padre Julião convidou aos paroquianos para assistirem uma série de ações na Igreja, dentre elas, a bênção da bandeira da

Cruzada Eucarística Infantil de Porteirinha, conforme o panfleto, representado na figura que se segue:

Figura 22 - Convite do pároco Julião Arroyo Gallo



Fonte: GALLO, Julião Arroyo. [convite]. Porteirinha/MG, 6 jan. 1956.

O ensino do Catecismo à infância e à mocidade ficou registrado na Carta pastoral conjunta¹⁷¹, de 1915, encabeçada pelo arcebispo do Rio de Janeiro, Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. O documento foi transcrito no livro Tombo da Paróquia de Santo Antonio:

¹⁷¹ Carta pastoral assinada pelo Cardeal Arcebispo Metropolitano de S. Sebastião do Rio de Janeiro, os Arcebispos Metropolitanos de Marianna, S. Paulo, Cuyabá e Porto Alegre e os Bispos de cinco Províncias Meridionais do Brazil. *Ao Clero e fieis de Nossas Dioceses, Saudação, Paz e Benção em Nosso Senhor Jesus Christo*. Nova Friburgo/RJ, 17 de janeiro de 1915. In: Livro do Tombo da Parochia Santo Antonio de Grão-Mogol, 1913, p. 28-37.

Ao Clero e fieis de Nossas Dioceses, Saudação, Paz e Benção em Nosso Senhor Jesus Christo. [...] Tomemos à nossa conta a infancia e mocidade pelo ensino do catecismo feito com verdadeiro empenho, pelas industrias em afastal-os e preserval-os dos vicios, pela insistencia com seos paes para que se desvelem na educação christã dos filhos. Procurem os sacerdotes embeber de espirito christão as familias, fazendo que nellas se pratique o exercicio da oração em commum de manhã ao menos e à noite, se reze o terço todos os dias, se respeitem as leis de Deus e da Igreja, o exemplo da piedade dos paes seja norma e estímulo para o procedimento dos filhos e escolha as escolas para seos filhos que melhor preservem os espirito cristão [...] (LIVRO DO TOMBO DA PAROCHIA SANTO ANTONIO..., 1913, p. 31).

Na Carta pastoral, o episcopado chama atenção do clero e dos pais quanto ao cuidado com a infância e mocidade. Reforça a necessidade do ensino do Catecismo, do exercício da oração cotidiana e do terço. A Igreja também diz aos pais que eles são o exemplo para seus filhos, e que a escolha da escola para eles deve ser pautada naquela que preza pela educação cristã.

Em Porteirinha, em 19 de novembro de 1949, o prefeito da cidade e tesoureiro do Apostolado da Oração, Altivo de Assis Fonseca, durante a reunião mensal desta associação “tomou a palavra e propôs aos membros presentes que fosse lançado em ata um voto de louvor e agradecimento ao Revdmo. Diretor do Apostolado, o Padre Julião Arroyo Gallo pelos inestimaveis serviços à paróquia” (1º LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO..., 1949, p. 27), e pelo trabalho no catecismo das crianças. Na sequência, o padre Julião agradeceu e “abordou mais uma vez o assunto referente ao ensinamento do catecismo. Disse estar contente com seu progresso” (ibidem, p. 27). No entanto, o padre nunca estava satisfeito com os números e sempre pedia a todos o máximo de empenho para a melhoria constante na preparação catequética das crianças.

Nesta mesma oportunidade, o padre “propôs que fosse lançada na presente ata um voto de louvor às catequistas Idalice Coêlho e Carolina Vieira”. Estas duas catequistas, pertencentes ao Apostolado da Oração e à associação Filhas de Maria, eram servidoras do Grupo Escolar. Por meio dos livros de atas das reuniões de professoras e dos boletins de registros escolares, chegamos a um número aproximado de docentes que atuaram neste educandário durante o período de 1937 a 1962. O levantamento mostrou que passaram por lá 35 professoras.

Segue o quadro completo das professoras do Grupo Escolar que atuaram no período de 1937 a 1962:

Quadro 2 - Professoras do Grupo Escolar João Alcântara (1937-1962)

N.	Nome da professora	Participou do Apostolado da Oração ou Filhas de Maria
1.	Adelaide Cardoso dos Santos	
2.	Amelia Maiabe	
3.	Aurea Antunes Câmara	
4.	Aurenívia Gomes	
5.	Clotildes Mendes Carvalho	
6.	Dalva Caldeira Tolentino	
7.	Dedesia Angelica Teixeira	
8.	Delza Mendes Teles	
9.	Durçulina Antunes Câmara	X
10.	Eva de Oliveira Azevedo	
11.	Francisca Maria de Brito	
12.	Gecy Lima	X
13.	Geni Albuquerque Teixeira	
14.	Gertrudes Amaral	X
15.	Hilda Martins Gomes	X
16.	Idalice Coelho	X
17.	Ilca de Carvalho	
18.	Joana Álvares Morais	
19.	Letícia Coelho	X
20.	Lilia Alvarenga Carvalho	
21.	Lourdes Irlanda Matos	
22.	Lúcia Tibo	X
23.	Lucila Araújo Mendes	
24.	Maria Gildésia Angélica Brito	X
25.	Maria José Lacerda	
26.	Maria Lisbela Pereira	
27.	Mércia Maria de Mendonça Azevedo	X
28.	Milva Monção	
29.	Miraci Teles de Brito	X
30.	Noemi Dalva Silva	X
31.	Palmyra Santos Oliveira	X
32.	Rosalva Antunes da Silva	X
33.	Stela Jansen	
34.	Suzete Teles de Brito	
35.	Terezinha Teles Santos	X

Fontes: 1) GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. *Boletins Mensais dos registros escolares*, 1944 a 1955; 2) GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. *Livro de atas de exames, termos de promoções, de instalação da escola desta cidade*, 1946; 3) GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. *Livro de atas das reuniões das professoras*, 1956; 4) Livro de atas da Pia União das Filhas de Maria, 1951 a 1966; 5) 1º Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração, 1941 a 1949; 6) 2º Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração, 1949 a 1957; 7) 3º Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração, 1957 a 1967.

Deste universo, 40% das professoras (14) compuseram os quadros da diretoria das associações religiosas da cidade, ocupando importantes cargos como secretária, diretora, tesoureira e catequista. São elas:

1. Durçulina Antunes Câmara,
2. Gecy Lima,
3. Gertrudes Amaral,
4. Hilda Martins Gomes,
5. Idalice Coelho,
6. Leticia Coelho,
7. Lúcia Tibo,
8. Maria Gildésia Angélica Brito,
9. Mércia Maria de Mendonça Azevedo,
10. Miraci Teles de Brito,
11. Noemi Dalva Silva,
12. Palmyra Santos Oliveira,
13. Rosalva Antunes da Silva,
14. Terezinha Teles Santos.

Importante destacar que o levantamento foi feito a partir das assinaturas que constam nas atas das associações e do Grupo Escolar. Deste modo, o número de professoras que participaram das associações da cidade pode ser até maior, haja vista que os membros da diretoria eram os únicos que assinavam nas atas.

Grande parte destas professoras foi formada em colégios confessionais. O número de diretoras do Grupo Escolar, habilitadas pelo Colégio Imaculada Conceição, merece destaque aqui, conforme o quadro que se segue:

Quadro 3 - Diretoras do Grupo Escolar e formação docente

Período	Nome da diretora	Instituição de formação do Curso Normal	Local
1933 a 1938	Francisca Maria de Brito	Colégio Nossa Senhora das Dores	Diamantina
1939 a 1940	Stela Jansen	Colégio Imaculada Conceição	Montes Claros
1941 a 1944	Rosalva Antunes da Silva	Colégio Imaculada Conceição	Montes Claros
1945 a 1947	Maria Lisbela de Souza	Colégio Nossa Senhora das Dores	Diamantina
1948 a 1951	Lourdes Irlanda Matos	Colégio Imaculada Conceição	Montes Claros
1951 a 1952	Palmyra Santos Oliveira	Colégio Imaculada Conceição	Montes Claros
1953 a 1967	Lourdes Irlanda Matos	Colégio Imaculada Conceição	Montes Claros

Fontes: GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. *Boletins Mensais dos registros escolares*, 1944 a 1955; OLIVEIRA, 2012.

Conforme discutido no Capítulo 2, o Colégio Imaculada Conceição foi o centro irradiador do pensamento católico no norte de Minas Gerais, e ao lado do Colégio Nossa

Senhora das Dores¹⁷², em Diamantina, foram responsáveis por formar todas as diretoras do Grupo Escolar durante as décadas de 1930 a 1960.

Nesse período foram oferecidos cursos de formação de catequistas às professoras e diretora, como as “Conferências de Pedagogia Catequética para Professoras realizadas pelo Padre Alvaro Negromonte”, anunciadas no *Gazeta do Norte*:

Conferencias de Pedagogia Catequética para Professoras.

Terá início amanhã, na Congregação Mariana, às 13,30 horas, uma série de aulas sobre pedagogia catequética para professoras, na palavra do Padre Alvaro Negromonte (GAZETA DO NORTE, 1945a, p. 4).

Merecem destaque duas obras do padre Alvaro Negromonte: o *Manual de Religião* (1941) e o *Meu Catecismo* (1957)¹⁷³, ambas utilizadas no ensino do Catecismo na Paróquia São Joaquim e no Grupo Escolar. Por meio destes impressos, as professoras catequistas aprendiam os aspectos metodológicos e o conhecimento da doutrina católica e os repassavam às crianças.

Na próxima seção visitaremos a aula de Catecismo ministrada no Grupo Escolar João Alcântara e na Paróquia São Joaquim, tendo como base as obras do padre Alvaro Negromonte. Veremos como o Catecismo instruía, inculcava hábitos e valores religiosos e morais nas crianças, além de modelar comportamentos e formar o cristão.

5.2 Visitando a aula de Catecismo

De acordo com Orlando (2013), embora a existência de catecismos seja anterior à modernidade, foi nesse período que esse impresso ganhou maior impulso. Segundo Bollin e Gasparini (1998), o termo Catecismo, utilizado para indicar o livrinho da doutrina cristã, já era usado tanto em latim quanto em língua vulgar, no século XIV e servia à exposição da doutrina do Cristianismo às pessoas ignorantes ou às crianças. Mas foi a partir da Reforma Protestante e dos usos que Lutero fez do impresso para a propagação da fé, que a Igreja se mobilizou e passou a usar a mesma estratégia para a instrução e a conformação da fé católica. Os catecismos adotaram na modernidade novos contornos. A catequese que adotava um cunho apostólico passou a ser utilizada pela Igreja sob uma nova ótica, a do ensino (ORLANDO, 2013). Nas

¹⁷² O Colégio Nossa Senhora das Dores, localizado na cidade de Diamantina/MG, foi um educandário religioso feminino fundado em 1866 por Dom João Antônio dos Santos, o primeiro bispo de Diamantina, e pelas freiras francesas vicentinas que chegaram a Minas Gerais em 1848. Detalhes, consultar Asano (2002).

¹⁷³ Conforme o Livro de atas da Pia União das Filhas de Maria e o 1º Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração, os livros do padre Alvaro Negromonte eram os mais utilizados nas aulas de catecismo em Porteirinha.

palavras de Bollin e Gasparini (1998, p. 105), “a catequese é vista como o ensino da doutrina cristã concentrada no catecismo; o livro que compila, de um modo simples, essencial e completo tudo o que o fiel deve conhecer”.

A produção de catecismos no século XIX, debatida durante o Concílio Vaticano I (1869-1870), trouxe as marcas dos novos tempos. Novos tempos que pediam novos objetos, novas práticas e novas representações, próprias do tempo e do lugar no qual estavam circunscritas (ORLANDO, 2013). A multiplicidade de catecismos que eclodiu no século XIX tornou uma exigência do papa Pio X à elaboração de um catecismo único, temática já discutida desde o Concílio de Trento e novamente abordada no Concílio Vaticano I, mas que não chegou a ser definida.

Seguindo o movimento ultramontano, em vários países como França, Itália e Alemanha, foram adotados textos de catecismo considerados únicos nestes países. A estratégia da Igreja em adotar um texto único de catecismo permitiu inferir que se pretendia, por meio da religião e do impresso, moldar, de forma padrão, a cultura católica das nações. Em nome dessa padronização, em 1905, o papa Pio X publicou a Encíclica *Acerbo Nimis* (sobre o ensino do Catecismo), na qual buscou combater aquilo que a autoridade romana chamava de ignorância religiosa dos católicos, estimulando mais a expansão da catequese de forma eficaz (PIO X, 1905). A insistência de Pio X em nutrir o povo de alimento espiritual irradiou uma obra que conclamou catequistas voluntários para os catecismos paroquiais e professores católicos em suas salas de aula, pelo acesso que estes tinham a um número maior de crianças de forma mais contínua. Essas duas frentes de ação da catequese contribuíram para fazer proliferar a produção de manuais de catecismo, já desencadeada desde o século XIX (LUSTOSA, 1977).

O Livro Tombo da Freguezia Santo Antonio de Padua, de Riacho dos Machados, apresenta um relato do padre Ricardo Alfredo Gnani, de 15 de agosto de 1915, acerca dos desafios encontrados no ensino do Catecismo às crianças e o valioso auxílio da figura da professora nesta tarefa:

Celebrei no dia 15 de Agosto do anno 1915 a Festa de Nossa Senhora da Gloria, precedida da devota novena. [...] Quiz nesta circunstancia fazer a primeira comunhão das crianças. Infelizmente os Paes e as mães, nada compreendendo de Eucaristia, não souberam e não quizeram aceitar os meus conselhos, sendo muitos Paes e mães contrarios ao sacramento da confissão. Nesta circunstancia me auxiliou de maneira extraordinaria, na preparação dos meninos e das meninas à primeira comunhão, a professora publica, Dona Noemi Figueiredo, que sendo catholica, de vida honesta e irreprehensivel, foi sempre alvo das criticas perseguições de muitas senhoras do Riacho, brutas, ignorantes e sem religião (LIVRO TOMBO DA FREGUEZIA SANTO ANTONIO DE PADUA... 1914, p. 11).

Embora as dificuldades sejam aparentes com relação ao ensino do Catecismo às crianças, bem como com relação à recepção dos sacramentos por parte das famílias de Riacho dos Machados, o pároco tem dentro da escola pública uma forte aliada: as professoras. Tanto é que Ricardo Gnani faz um agradecimento especial ao trabalho de Dona Noemi Figueiredo no ensino do Catecismo às crianças.

O principal objetivo do Catecismo é ensinar os preceitos da Igreja Católica como verdades absolutas. Segundo Orlando e Dantas (2008), para um aprendizado mais efetivo, era preciso que esses ensinamentos fossem enraizados nas crianças sem dar margem a maiores questionamentos. Assim, no Grupo Escolar João Alcântara, eram selecionados, sobretudo, os alunos de menor idade. Deste modo, a idade do discernimento, tanto para a confissão como para a comunhão, seria aquela ao redor dos sete anos. A partir desse momento, surgia a obrigação de cumprir os dois preceitos da confissão e da comunhão pela leitura do livro.

O *Manual do Apostolado da Oração* traz as estratégias para “combater eficazmente a deplorável influencia das escolas sem Deus, salvaguardar a innocencia dos meninos e preparar uma mocidade christã” tendo como meio a preparação das crianças para o recebimento da primeira comunhão. No início do texto, o manual alerta o leitor que esta preparação “é tão fácil como poderosa, e, além disso, necessaria em nossas villas e cidades. Para attrahir todos os meninos d’uma parochia à comunhão, é preciso recorrer a diversas industrias” (MANUAL DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1923, p. 67).

Conforme o impresso, as três estratégias fundamentais para o sucesso do aumento das comunhões nas paróquias por parte das crianças são: a Inauguração, o Dia da Comunhão e a Lembrança da Comunhão. A *Inauguração* diz respeito ao tempo mais favorável para iniciar o trabalho com as crianças. Veja que é indicada a época das primeiras comunhões e o início das aulas letivas:

Então os meninos se acham vivamente impressionados, e, a datar desse dia, é fácil fazer-lhes tomar a obrigação verbalmente ou por escripto, e, depois, o costume da communhão mensal feita em comum. A reabertura das aulas é tambem um epocha propria (ibidem, p. 68).

O *Dia da Comunhão* é a segunda ação para a melhoria das comunhões. Neste dia, juntamente com as crianças, catequistas, pároco, pais e familiares, é realizada a cerimônia com pompa e formalidades para festejar o fim da preparação do estudo do Catecismo e recebimento da primeira comunhão. Para a Igreja, a primeira comunhão significa o dia do perdão e da

eucaristia. Trajadas com vestes brancas e de posse do livrinho do Catecismo, durante a cerimônia, as crianças acendem sua vela simbolizando “a fé, a salvação e a felicidade em Jesus Cristo e na Igreja Católica” (CHEVALIER; GHEERBRAT, 1997, p. 570). A criança, “com sua luz, acende pela comunhão e pelo próprio Cristo” (PEDRO, 1994, p. 179). Ao final do evento, os catequizados recebem os diplomas que certificam a conclusão do Catecismo e o recebimento da primeira comunhão.

Veja na próxima figura os alunos do Grupo Escolar João Alcântara no dia da primeira comunhão. Observe em suas mãos o diploma enrolado, o livrinho do Catecismo e a vela, símbolos utilizados na cerimônia. No fundo, o presidente da solenidade, o padre Julião Arroyo Gallo.

Figura 23 - Primeira Comunhão dos alunos do Grupo Escolar



Fonte: GALLO, Julião Arroyo. *Álbum de fotografias*. Primeira Comunhão dos alunos do Grupo Escolar. 1 fotografia, Porteirinha/MG, setembro de 1952.

Por fim, a derradeira estratégia é a *Lembrança da Comunhão*. Para atrair as crianças para a comunhão, a Igreja apostava e presenteava a frequência com pequenos brindes, como broches, medalhas, crucifixos etc. Conforme o Manual do Apostolado da Oração (1923, p. 69), “de tempos a tempos distribui alguma lembrança a todos os vossos jovens commugantes: uma medalha, uma estampa, o Manual dos meninos e assim os contentareis”. O manual traz o seguinte relato de um padre:

Quereis saber o meio que tomei para attrahir todos os meus meninos à communhão do mez? Três vezes por anno lhes dei uma lembrança. A primeira vez dei a todos a medalha milagrosa: traziam-n'a sobre o peito com santo orgulho! A segunda vez o pão bento: dava gosto ver os seus transportes de alegria! A terceira vez enfim, no dia de S. José, uma bella imagem deste santo Patriarcha. Todos me prometeram mandal-a emoldurar e collocar perto de seu leito (MANUAL DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1923, p. 70).

O relato finaliza com a seguinte conclusão: “Oh! Quão pouca cousa basta para alegrar a creança e attrahil-a a Nosso Senhor! É excellente industria para acostumar, suavemente e sem contrariedade, todos os meninos d'uma parochia à frequencia dos sacramentos” (ibidem, p. 71).

Além de conquistar a frequência na comunhão, também era necessário garantir sua eficácia entre as crianças. Observamos na Figura 24 um aluno do Grupo Escolar que acaba de concluir sua preparação para a primeira comunhão:

Figura 24 - Primeira Comunhão



Fonte: GALLO, Julião Arroyo. *Album de fotografias*. Primeira Comunhão. 1 fotografia, Porteirinha/MG, setembro de 1952.

O corpo disciplinado, comportado e instruído era produzido a partir da leitura do livro do Catecismo. O terço na mão indicava a devoção à Maria Santíssima e aos valores da Igreja Católica. O Catecismo na escola e a formação da Igreja solidificavam crenças e condutas, e

consolidavam o projeto de formação daquela sociedade. Formação esta que começava desde a infância, mediante o direcionamento da sua vontade e da concepção de suas convicções.

Vimos, nos excertos anteriores, que as crianças e a mocidade foram arregimentadas no Catecismo da Igreja Católica. Os instrumentos utilizados para isso foram, sobretudo, a ação conjugada da imprensa e da escola. Nesta perspectiva, com a finalidade de recuperar e ampliar o poder de influência que a Igreja detinha desde os tempos coloniais, foram fundados diversos colégios católicos visando à formação de uma elite dirigente, consoante à tradição e à cultura católicas. As escolas públicas não ficaram para trás, pois grande parte dos professores era formada nesses colégios confessionais que carregavam e reproduziam para os espaços públicos toda uma crença e moral católicas. Esta frente de ação também nutriu o povo de instrução religiosa por meio da presença das aulas de Catecismo e do Ensino Religioso. Quanto à imprensa, os jornais, os panfletos e os livros passaram a ser não apenas um aparato religioso, mas objetos da cultura religiosa. Enfim, a memória escrita, difundida por intermédio do impresso Catecismo da Igreja Católica, por exemplo, visou eternizar valores e comportamentos, bem como formar e produzir a sociedade.

5.2.1 Os compêndios do padre Alvaro Negromonte: as bênçãos católicas na renovação educacional

O intenso debate que aconteceu nos anos de 1920 e 1930 acerca da finalidade da educação, do processo de formação dos sujeitos e do Ensino Religioso na escola pública, resultou num posicionamento da Igreja Católica perante a Pedagogia Moderna¹⁷⁴ e a Escola Nova. Por um lado, a Igreja defendia a necessidade do Ensino Religioso nas escolas públicas, mas, por outro, sabia que era preciso se adaptar a essa nova escola que se pretendia formar. Negromonte, então, elabora o que Orlando (2017, p. 52) chamou de “representação de uma leitura católica da Escola Nova”.

¹⁷⁴ Segundo Saviani (2013), a Concepção Pedagógica Moderna contrapôs-se à visão tradicional e teve por base uma visão filosófica, alicerçada na existência, na vida e na atividade. Na visão tradicional, a criança era um ser imaturo e incompleto, a educação centra-se no professor; na Pedagogia Moderna, a criança se torna o objeto da educação, e não mais o professor. O núcleo da Pedagogia Tradicional era o conteúdo, o lógico, a disciplina e a autoridade. Na Pedagogia Moderna, o olhar aos interesses da criança se torna o principal, trocando-se a disciplina pelo interesse, e considera-se que o espontâneo e a experiência têm bases nas concepções da Biologia e da Psicologia. O resultante dessa formulação ficou conhecido como o Escolanovismo, tendência pedagógica divulgada no final do século XIX que ganha forças em boa parte do mundo no início da década de 1920.

Em meados dos anos 1930, inserido no bojo desse movimento, com o qual já mostrava um diálogo desde finais dos anos 1920, o padre Alvaro Negromonte¹⁷⁵ passou a adotar estratégias empreendidas por seus colegas em diferentes países, como a organização de congressos para debater as questões da catequese, organização de semanas catequéticas, publicação de revistas e livros pedagógicos, visando atingir um público maior e propiciar uma formação católica mais sólida. Passo a passo, ele foi ocupando o cenário educacional brasileiro por diferentes caminhos, entre eles, o da escolarização da Catequese (ORLANDO, 2013).

A renovação das obras de Negromonte, particularmente daquelas voltadas para o Catecismo, além de ter realçado a importância do Ensino Religioso nas escolas, passaram a apresentar uma nova linguagem e novos métodos (BARROS, 2009). Essas obras, com novo cunho pedagógico, foram influenciadas pelo movimento da Escola Nova, principalmente ancoradas nas ideias de Decroly e Claparède¹⁷⁶. Com efeito, Negromonte defendeu a ampliação

¹⁷⁵ O padre Alvaro Negromonte foi um intelectual católico que atuou de forma expressiva na renovação da pedagogia católica no Brasil, entre os anos de 1930 e 1960, tendo se tornado conhecido, sobretudo, pelo seu trabalho voltado para o ensino do Catecismo. Seu leque de atuação, entretanto, alçou voos que o fizeram circular em todo o país intervindo sempre que possível nas questões sociais de seu tempo. Negromonte nasceu em 1901 no Engenho Gameleira, em Timbaúba/PE. Ingressou no seminário de Olinda em 1914, onde cursou Filosofia e Teologia e ordenou-se sacerdote em 1924. Foi diretor do Colégio de Diocesano Bento XV de Nazaré da Mata, onde realizou sua primeira experiência do ensino de Religião na escola. Por motivo de saúde, transferiu-se, em 1926, para Belo Horizonte. Foi capelão de Macaúbas e, a partir de 1929, da Santa Casa de Itaúna/MG, hospital no qual fazia seu tratamento de saúde. Em março de 30, foi nomeado secretário do arcebispo Dom Antonio dos Santos Cabral, permanecendo até 1939. Em 1932, Negromonte assumiu a Capelania do Hospital Militar e foi designado assistente Eclesiástico junto ao Conselho Escolar da Universidade de Minas Gerais. Por ocasião do Congresso Eucarístico de Salvador, foi nomeado representante diocesano. Em 1934, envolveu-se no movimento de Educação Religiosa nas escolas, e em 1936 inaugurou o Instituto de Cultura Católica para o aperfeiçoamento dos leigos, que mais tarde se transformaria na Universidade Católica de Minas Gerais. Em 1945, Negromonte foi convidado pelo padre Hélder Câmara para trabalhar na Catequese, no Rio de Janeiro. Em 1950, organizou I Congresso Nacional de Ensino da Religião, realizado no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, participou, em Roma, do Congresso Internacional de Catequética como membro da delegação brasileira. Com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi nomeado assessor da Secretaria Nacional do Ensino da Religião. Álvaro Negromonte faleceu no Rio de Janeiro, a 17 de agosto de 1964 (BARROS, 2009).

¹⁷⁶ Segundo Édouard Claparède (1873-1940), a atividade da criança contém importantes elementos funcionais e de expressão: alimenta-se e satisfaz-se com o próprio processo da ação, com a própria expressão do movimento, da palavra e do gesto. É sabido que Claparède baseou toda a sua teoria pedagógica na noção de função e que Ovide Decroly (1871-1932) recorreu amplamente à noção de expressão. Fundamentando seu pensamento em Rousseau, para Claparède, o educador deve, em primeiro lugar, concentrar os seus esforços de modo a levar a criança a desenvolver uma atividade que lhe seja verdadeiramente própria, quer dizer, que seja uma atividade funcional. Se a atividade da criança for exercida debaixo de constrangimento ou com objetivos impostos, não terá valor educativo. Decroly elaborou um sistema de processos pedagógicos destinados a estimular e a formar a expressão a qual deve simultaneamente satisfazer as necessidades da criança, contribuir para o conhecimento da realidade e transformar em aquisição aquilo que ela tenha aprendido. É por esta razão que a dança, o desenho, o canto e a palavra se tornam elementos fundamentais da educação e instrução. Para Claparède, a escola deveria funcionar “por medida”. Esta posição deu origem a várias sugestões para diversificar o programa e o processamento do ensino: as matérias foram diversificadas em duas partes (uma geral e obrigatória para todos, a outra correspondendo à escolha livre das crianças); estabeleceram-se estudos com diversos ritmos de acordo com as aptidões e a maneira de trabalhar de cada criança. A partir deste momento, o educador deixava de ser o centro de gravitação da vida da criança; a partir daí, era esta que se tornaria sujeito do processo educativo (SUCHODOLSKI, 2002).

do alcance da Catequese de forma mais atrativa, em consonância com os novos discursos produzidos pela educação. Seus livros mostraram uma preocupação maior com o seu destinatário, desde o formato que variava nas cores e nas ilustrações, ao conteúdo adaptado às diferentes idades (ORLANDO, 2013).

Durante as visitas ao Grupo Escolar João Alcântara, o padre Julião sempre levava livros e programadas católicos e os oferecia às professoras. Dentre esses impressos, ganhavam destaque os do padre Negromonte, amplamente utilizados na paróquia. Na reunião ordinária das docentes do mês de setembro de 1954, as professoras foram alertadas pela diretora quanto à preparação das crianças para a Catequese; foram cobradas por uma maior organização no momento da confissão e da comunhão, pois o bispo diocesano estaria presente¹⁷⁷; por fim, a diretora solicitou maior empenho na leitura dos livros *Manual da Religião e Meu Catecismo*, do padre Negromonte (LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DO GRUPO ESCOLAR..., 1956). Estas duas obras serão analisadas a seguir.

O *Manual da Religião* faz uma síntese da forma como se deve trabalhar o Catecismo da Igreja na escola. É uma obra escrita em 1939 em volume único, e sua introdução traz as seguintes recomendações aos alunos:

A primeira recomendação é que procurem aprender sem a preocupação de decorar. Aprendam, digam com suas próprias palavras o que aprenderam; [...] A parte histórica nunca deve ser decorada; deve ser contada. A terceira parte são as resoluções que o aluno toma para a sua vida, para poder ser um bom católico. O questionário facilita o trabalho. Leiam primeiro a lição toda, de uma vez. Vão ao questionário, e vejam se são capazes de responder a todas as perguntas. Se não forem, procurem as respostas. Por fim, mais uma leitura geral, para firmar bem. Nas aulas, prestem bem atenção às explicações e às perguntas. Quando não compreenderem alguma coisa, perguntem, façam objeções. Peçam provas. Só fiquem satisfeitos quando tiverem entendido tudo. Se não conseguirem isso na aula, procurem depois o professor de religião ou um sacerdote, e peçam as explicações. Mas não fiquem nunca com dúvidas sobre a religião, que pode ser um grande perigo para a fé. Não se esqueçam de rezar. Vejam que cada lição termina com uma pequenina oração. Mas não basta. Rezem quando forem estudar; Rezem quando tiverem dificuldade para aprender; rezem antes e depois da aula. [...] Praticar a religião é tudo para nós. Mesmo que soubéssemos muito bem a religião, se não a praticássemos, de nada valeria. É preciso viver a religião (NEGROMONTE, 1941, p. 7-8).

Nestas recomendações, observamos os princípios da escola moderna: a ênfase na compreensão e na atenção em relação às explicações do professor e às perguntas por ele

¹⁷⁷ Conforme Passos (2000, p. 13), “a visita pastoral representava uma frente de ação da Igreja Católica. Era uma ocasião oportuna para que os bispos orientassem os padres para o apostolado educativo-catequético. Era, também, um momento para um contato entre bispo, padre e paróquia”.

formuladas; e o exercício da interrogação como uma nova técnica de ensino, no sentido de alertar as professoras quanto à importância de sua prática direcionada não apenas à autovigilância, mas, também, ao controle da atenção do aluno em relação às suas explicações. Com esta metodologia, a aula propiciava maior interação, ao mesmo tempo em que superava a memorização. Além disso, o professor deixava de ser o centro do processo de ensino e a criança se tornava sujeito do processo, portanto, o ponto de partida da atividade educativa.

A principal estratégia de ação de Negromonte foi dar um novo significado da catequese que seria agora compreendida como uma formação voltada para a vida religiosa na prática. Conforme Orlando (2013), deveria se ensinar a doutrina sem perder de vista o aspecto formativo da educação religiosa, mas de forma atraente, interessante para os alunos e, conseqüentemente, eficaz para o objetivo ao qual se propunha. E como os antigos manuais não atendiam a essas expectativas, faziam-se necessários novos textos.

A coleção *Meu Catecismo* (1954), por sua vez, incluía livros para os alunos de todas as séries do curso primário. Nos impressos, “os temas evocavam os sentimentos nobres do ser humano, e apenas a doutrina inscrita ali deveria orientar os sujeitos em direção aos seus verdadeiros destinos” (NEGROMONTE, 1954, p. 2). Vejamos os temas que predominavam:

1. Orações; 2. Deus criou tudo; 3. Os anjos; 4. Pecado Original; 5. O Salvador;
6. O Menino Jesus; 7. O batismo; 8. Ser bom com os outros; 9. As bodas de Cana; 10. Jesus multiplica os pães; 11. O morto ficou vivo; 12. Rezar; 13. Jesus nos salvou; 14. A ressurreição; 15. As línguas de fogo; 16. A Igreja; 17. A missa; 18. Os Sacramentos; 19. Pecado; 20. A confissão; 21. Como nos confessamos; 22. Mandamentos; 23. Nossa Senhora; 24. Santíssima Trindade; 25. Subiu ao céu; 26. As festas da Igreja; 27. Creio no Espírito Santo; 28. A verdadeira Igreja; 29. O Papa não erra; 30. A família de Deus; 31. Respeito ao templo; 32. Depois desta vida (ibidem, p. 3).

Os livros do Catecismo assumiam um novo formato, o escolar, em uma lógica de produção que acompanhava a conjuntura político-educacional que associavam a tradição aos elementos da modernidade, informa Orlando (2013). Foi uma estratégia para manter a influência da Igreja, resultado da necessidade diante dos novos tempos e da sociedade de então. No volume do 2º ano primário, da coleção, Negromonte explica aos professores a metodologia utilizada:

Aos professores

1. Quem já conhece o meu método catequético sabe que ele se baseia numa *história* (fato ou parábola do Evangelho), donde sai a *doutrina*, na qual se fundamenta a *formação*. Esta, que é afinal a suprema preocupação do Catecismo, desdobra-se em 4 pontos: 1) *dever*, que são as obrigações da vida

cristã; 2) *conselho*, que são atos de mera devoção; 3) *apostolado*, que é o cuidado da salvação do próximo; 4) *liturgia*, que é o culto da Igreja, comunitário por natureza, e no qual, por isso mesmo, nos devemos integrar.

2. Só é completa a lição que realiza este esquema. Ficarmos na história ou na doutrina, seria deter-nos a meio caminho, pois o termo é precisamente a vida. Por isso, as minhas lições vão à prática, envolvendo os 4 pontos da formação.

3. Sendo a inteligência a faculdade mestra do homem, *vamos diretos à inteligência*: a leitura, dando a história e a doutrina, deve ser entendida. Feita a leitura, vem a *verificação*, através do questionário, em cada lição, apelando-se mais para a inteligência que para a memória. O que fôr bem entendido será facilmente conservado.

4. Seguem-se os *exercícios*, cuja importância nunca será demasiado encarecida. Por vários motivos:

a) integram a lição, que ficará muito incompleta sem êles;

b) constantemente é nêles que se completam os 4 pontos de formação;

c) dão maior prazer às crianças – o que não se deve desprezar no ensino religioso;

[...] Outras atividades, que o livro não pode dar – álbuns, cartazes, dramatizações, excursões –, serão praticadas com agrado e proveito. As *recapitulações*, orais ou escritas (em forma de testes), serão muito úteis, algumas vêzes ao ano.

5. Terminam a lição umas poucas *perguntas e respostas*, sistema condenável como ponto de partida, mas vantajoso como remate. As fórmulas, *conscientemente memorizadas*, facilitam a conservação da doutrina. [...] (NEGROMONTE, 1954, p. 9-10, grifos do autor).

Esta nova proposta do ensino do Catecismo utilizava algumas técnicas calcadas em métodos ativos; condenava, com ressalvas, a memorização; valorizava a observação, a investigação e a experiência pessoal do aluno em situações práticas de ensino e aprendizagem. Inseria o aluno no centro principal da ação permitindo aguçar o gosto e o prazer pelo ensino religioso; enfim, tornava as crianças protagonistas desse processo, assegurando o interesse e envolvimento nas práticas escolares e paroquiais.

No fim da mensagem, o padre Negromonte tece um agradecimento especial ao catequista, associando sua figura a uma missão abençoada e escolhida por Deus: “Feito o que estiver em nós, confiemos no Divino Catequista, a quem não cessaremos de pedir luzes e fôrças para nós e nossos alunos, certos de que Êle as tem copiosas e escolhidas para os que se consagram a firmar nos corações das crianças o seu Reino de amor” (NEGROMONTE, 1954, p. 11).

Nesse fluxo de ideias, a professora ideal deveria ser aquela que, à imagem de Cristo, usasse suas palavras em função dos seus ensinamentos, devendo compreender sua elevada missão e ser, em qualquer momento e situação, um modelo de virtudes e de qualidade moral e cristã. Deveria também usar a linguagem apropriada para seu público; para isso, era necessária uma preparação maior, assim como o emprego de métodos modernos.

Enfim, a Igreja Católica não só participou dos debates educacionais acerca da nova pedagogia e do movimento escolanovista, mas se apropriou das novas técnicas educacionais nas escolas, nas paróquias e em seus impressos. A mudança de foco nas aulas de Catecismo e no material pedagógico dessas aulas aponta para inovações e rupturas que nem sempre são percebidas nem evidenciadas, por estarem inseridas nos limites de uma tradição pedagógica associada ao conservadorismo (ORLANDO, 2017).

5.3 A Educação *Physica* e a formação corporal da infância e da juventude

Diálogo entre a professora Dona Olívia e seus alunos:

- *Maria, a que se assemelha o corpo?*
- *É semelhante a uma planta, porque cresce.*
- *Mário, qual é a sua opinião?*
- *Creio ser parecido com um automóvel, porque anda.*
- *E você, Jaime, que pensa?*
- *Penso que o corpo se assemelha a uma casa, porque... porque o edificamos.*

(REVISTA VIDA E SAÚDE¹⁷⁸, 1941, p. 16).

No final dos anos 1930, conforme estudos de Lenharo (1986), surgiram inúmeras revistas especializadas em saúde, higiene, esportes e Educação Física. O corpo estava na ordem do dia e sobre ele se voltavam as atenções de médicos, políticos e professores. Instituições como o exército, as igrejas e a escola tomaram consciência de que pensar a sociedade para transformá-la passava necessariamente pelo trato do corpo como recurso de se alcançar toda a integridade do ser humano.

No excerto acima, o diálogo entre professora e alunos explora imagens comparativas de diferentes percepções do corpo. A planta que cresce remete para a condição natural do corpo humano, resposta que cabe, no texto, a uma menina educada presumivelmente para assumir a sua função de reprodutora de corpos e, portanto, conhecedora mais íntima dos movimentos naturais da geração e do crescimento. O automóvel que anda reporta ao domínio da cultura, ao nível do corpo maquinizado, mercadoria útil, modelada radicalmente pela própria ação humana. O corpo como casa edificada gera uma imagem que se sobrepõe às outras e joga ênfase sobre a

¹⁷⁸ A revista *Vida e Saúde* teve seu primeiro exemplar em 1938 e circulou no país até o início da década de 1950. “O conteúdo da revista foi perpassado, ainda que de modo sutil, por instituições religiosas, porém, não menos importantes e eficazes nesse mesmo conteúdo. Há duas outras instituições bastante presentes: a científica e a política. A instituição científica, caracterizada pelo pensamento médico-higienista, era a base de seus autores; e a política, caracterizada por menções explícitas e sempre afirmativas às figuras do presidente Getúlio Vargas, do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema e outras autoridades do governo” (DALBEN; SOARES, 2008, p. 249).

moderada elaboração cultural e moral da casa-família. Ambas as trilhas, que derivam da terceira imagem, acabarão por nortear a condução de um discurso pedagógico, através do qual a professora aconselha o cuidado pessoal com o próprio corpo e demonstra a repercussão social das práticas higiênicas individualmente aplicadas (LENHARO, 1986).

Esse discurso pedagógico procurou cultivar um corpo belo, forte, saudável, higiênico, ativo, ordeiro e patriótico, em contraposição àquele considerado feio, fraco, doente, sujo e preguiçoso. Nas escolas, era preciso, pois, edificar o corpo das crianças e da juventude.

A Constituição Brasileira de 1937, promulgada por Vargas, em seu artigo 15, fixava as bases, determinava os quadros da educação nacional e traçava as diretrizes a que devia obedecer a “formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”. O artigo 131 estabelecia: “A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência” (BRASIL, 1937, p. 12). O currículo escolar serviu de apoio ao projeto de unidade nacional.

Naturalmente, a postura oficial do governo era o de apoiar as práticas corporais¹⁷⁹. O artigo 132 desta lei assegurava:

O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas (referindo-se aos estabelecimentos educacionais) por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhes a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação (BRASIL, 1937, p. 13).

Seguindo os passos da Magna Carta, a Constituição do Estado de Minas Gerais, de 1947, também propiciava a mobilização de práticas corporais na escola. Seu artigo 131 rezava que:

Art. 131. O Estado estimulará e fiscalizará a prática da educação física e dos desportos em todo o seu território.
Parágrafo único. São obrigatórios os exercícios ginásticos em todas as escolas públicas ou particulares (MINAS GERAIS, 1947, p. 22).

A escola era um local privilegiado de difusão das práticas corporais de crianças e da juventude. Deste modo, a Educação Física, cada vez mais, passava a ocupar um lugar

¹⁷⁹ O termo *prática corporal*, aqui utilizado, abarcará as manifestações culturais que enfocam a dimensão corporal humana, tais como o esporte, a ginástica, a dança e os jogos. Também entenderemos que a prática corporal pode ser vivenciada no espaço escolar (de forma sistematizada) e fora dele (individualmente ou coletivamente, de forma informal ou realizada em associações ou clubes esportivos).

consolidado no currículo das escolas do país. Em 1949, a professora de Educação Física, ao fazer o resumo de suas atividades para o boletim mensal, declarou “a disciplina é provocada por meio da religião, ministrado aos alunos, tornando-os docéis e obedientes. Não encontrei dificuldades de ordem disciplinar” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1949, p. 34). Completa e finaliza, “os alunos concentrados e atenciosos, executaram bem os exercícios de ginástica e aprenderam as regras de alguns esportes. Todas as vezes que o Grupo apareceu em publico nas demonstrações e competições, arrancou sempre as mais acaloradas aclamações” (ibidem, p. 34).

A Escola e o Estado procuravam assegurar a responsabilidade em formar os corpos e fortalecer sua ação sobre o preparo físico. Durante todo o percurso escolar, crianças e juventude passavam por um processo educacional pautado pela higiene, pela disciplina e pela docilização corporal. Como postula Lenharo (1986, p. 77), “o corpo passa a ser um produtor de moralidade, pois ele produz os padrões morais desejados pelo Estado. Além disso, ao mesmo tempo em que o corpo é produtor de uma moralidade, ele passa também a ser um transmissor dela”.

Partindo do corpo, o Estado traçou uma identidade física, uma uniformidade para o brasileiro, dando sentido e forma à população pela educação moral, mas também pela Educação Física. Tudo isso garantiria a unidade desejada e, ao mesmo tempo, assegurava o futuro nacional e da raça (LENHARO, 1986).

Sobre essa suposta raça, é importante dizer que os anos 1930-1940 se caracterizaram, em boa parte da Europa, pela discussão da eugenia e da constituição de uma raça pura e forte que encarnasse o imaginário de nação ideal. Essa busca da identidade nacional, personificada pelas elites políticas e sociais, através da construção de uma raça símbolo, também se fez presente no Brasil durante o Estado Novo. É ilustrativo o texto contido nas atas de Conferências sobre Educação Física, de 1942:

A nova educação física deverá formar um homem típico, que tenha as seguintes características: talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura flexível, de olhos claros, ágil, pele são, ágil, desperto, ereto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesto, puro de atos e de pensamentos, dotado com senso da honra e da justiça, participando no companheirismo dos seus semelhantes, e levando o amor da Providência e dos homens no seu coração (XAVIER, 1999, p. 35).

Além de branco e belo, o homem precisava ser forte para aguentar o ritmo do trabalho diário, viril para gerar mais brasileiros eugenizados e dócil para aceitar as intervenções do Estado sem resistência. O melhoramento da suposta raça, todavia, implicava questões não

apenas de ordem biológica, mas, principalmente, questões de ordem moral, como bons costumes e bons hábitos, inclusive sexuais.

Conforme Oliveira (2008), em 1939 foi fundado o primeiro time de Futebol de Porteirinha, o *Porteirinha Futebol Clube*. O *Gazeta do Norte* estampou um convite à população para participar da nova agremiação:

O homem de hoje precisa enfrentar a vida de outro modo. Precisa dispor de outros recursos, é indispensável prepará-lo não apenas intelectual e moralmente, mas fisicamente. Urge robustecer o homem, aprimorar-lhe o físico, assegurar-lhe o equilíbrio orgânico, dota-lo de condições especiais, enfim, torná-lo forte sob o triplice aspecto: físico, moral e intelectual. Portanto, as diretrizes do Clube tendem a estimular a juventude na prática dos esportes, procuram propagar os fins morais e sociais das atividades físicas e despertar a atenção pública para esse aspecto do problema educativo, coadjuvando com o programa de governo, de aperfeiçoar e engrandecer a nossa raça. Portanto, ó mocidade gloriosa, dirigi as vossas atenções para estas diretrizes, procurai cooperar com esta agremiação para o engrandecimento de vós mesmos engrandecendo desta maneira o nosso país (GAZETA DO NORTE, 1943b, p. 4).

Destacamos aqui como o desenvolvimento e disciplina do corpo tiveram aceção em bases eugênicas e de melhoramento de uma suposta raça brasileira. Veja que o jornal apresenta as diretrizes do time, postuladas no ideal do novo brasileiro. O *Porteirinha Futebol Clube* tinha como objetivos robustecer o homem, aprimorar o físico, torná-lo forte e assegurar o equilíbrio orgânico. Ao participar do clube, o sujeito cooperava com sua saúde física e moral, mas, também, com a agremiação e com o país.

Aos olhos da população, a fundação de um clube de Futebol marcaria o início da difusão dessa prática em Porteirinha. Circunscrito inicialmente aos integrantes da elite da cidade, o Futebol, o Voleibol (ver Figura 25) e outros esportes foram recebidos com empolgação.

Oliveira conta como eles foram inseridos na cidade:

Em 1940, [...] a cidade passou a contar com uma caixa de areia para saltos de altura [...]; e também com um campo para prática do basquetebol [...]. *O Voleibol era praticado diariamente, sempre com boa assistência, no pátio da Escola*. Os praticantes dessa modalidade esportiva, na época eram: José Gomes de Oliveira, Antonio Nunes da Silva, Olegário Bonfim e seu irmão José Bonfim, Anfrísio Coelho e seu irmão Antímio Coelho, Alcebino Santos (Major) e Waldeck Cardoso (OLIVEIRA, 2008, p. 90, grifo nosso).

Figura 25 - Time de Voleibol masculino de Porteirinha



Fonte: CIDADE MINEIRA. *Porteirinha*. Galeria de fotos, 2016. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.cidademineira.com.br/galeria_fotos.php>. Acesso em: 10 abr. 2016.

Além de ser o lugar da formação do corpo das crianças, a escola ainda atendia à juventude local. Com o desígnio de “propagar os fins morais e sociaes das atividades físicas”, os membros da elite¹⁸⁰, devidamente uniformizados, reuniam-se ali para a prática esportiva. No dizer da época, o esporte poderia contribuir para a importante tarefa de refrear os vícios e a vadiagem, aprimorar a moral e o comportamento adequado.

Ao público feminino, o jornal *Gazeta do Norte*, em 1943, noticiava o valor das práticas corporais, bem como as vantagens da política eugenista¹⁸¹:

Educação Física Feminina

A educação física feminina é o primeiro capítulo de toda a regeneração física. Na reconstrução que está passando o Brasil, no afan de conduzir e preparar uma juventude sadia e otimista, a ginastica feminina se impõe como coadjuvante poderoso da eugenia. Ela visa antes de mais nada, a saude. E a saude é que há de mais precioso para o ser mortal, e para a mulher é uma necessidade. A educação física da mulher visa a obtenção do vigor organico,

¹⁸⁰ Anfrísio Coelho, Antímio Coelho e Alcebino Santos, por exemplo, foram poderosos chefes políticos na cidade. As fontes silenciam-se quando se trata das práticas corporais pelos membros das classes populares.

¹⁸¹ Criado pelo inglês Francis Galton (1822-1911), o termo *eugenia* seria o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente. No Brasil, o 1º Congresso Brasileiro de Eugenuismo foi realizado no Rio de Janeiro, em 1929, e o tema abordado foi “O Problema Eugênico da Migração”. O Boletim de Eugenuismo propunha a exclusão de todas as imigrações não-brancas (GOLDIM, 1998).

aumentando-lhe a resistencia, colocando-a em melhores condições de lutar eficazmente contra as enfermidades. Visa a destreza, adquirindo habitos musculares e nervosos adaptaveis á vida pratica, e finalmente, como coroamento das qualidades precedentes, surge a qualidade que é o apanagio da mulher: a beleza. Ela não poderá existir numa mulher cuja saude seja precaria, cuja musculatura não tenha um desenvolvimento harmonioso, cujos gestos sejam desordenados e que, escrava de sua fraqueza fisica, a transforme num sêr timido e hesitante. A ginastica feminina é, pois, uma necessidade imperiosa da mulher (GAZETA DO NORTE, 1943a, p. 5).

Por trás desse discurso em que saúde e beleza eram imprescindíveis às mulheres, havia um sutil controle social acerca do melhoramento das qualidades raciais das futuras gerações. De acordo com Soares (1994), na época, a maternidade era fundamentada em princípios de higiene e eugenia. Os higienistas pregavam a “pedagogia da boa higiene”, enquanto os eugenistas pregavam a respeito da boa procriação, estudando a influência das heranças genéticas com relação às qualidades físicas e mentais dos indivíduos.

O forte espírito nacionalista da época corroborava o pensamento de que a mulher devesse gerar filhos fortes que pudessem colaborar com o futuro da nação. Desse modo, os eugenistas, em conjunto com os higienistas, recomendavam que a mulher também devesse ser saudável e forte para poder gerar os filhos de igual característica. Esse discurso pode ser encontrado em outra edição do *Gazeta do Norte*, de 1944:

A importancia da educação fisica para a mulher

[...] Em todos os tempos o problema da regeneração humana nunca preocupou tanto os governos como agora. Os eugenistas têm se preocupado incessantemente em assegurar um futuro promissor ás gerações futuras. E, para torna-las compostas de paz e de trabalho – só existe o recurso das praticas ditadas pela EUGENIA, as unicas que influem efetivamente sobre os elos da cadeia da vida representados pelas celulas da imortalidade da especie.

Até no desenvolvimento da criança e no seu adiantamento, verifica-se por via de regra, que este será tanto melhor, quanto melhores tiverem sido ás notas obtidas pelos pais. Onde é chegado o momento de capital importancia da Educação Fisica para a mulher. Cabe á mulher a conservação da especie no apuramento da raça; é da sua saude e do seu vigor que dependem ás gerações fortes, esplendidas, vitoriosas, que haverão de conduzir sempre com brilhantismo o facho luminoso de uma hereditariedade vigorosa através das gerações vindouras. A vida hodierna investiu a mulher de novas responsabilidades sociais que lhe exigem capacidade maior de trabalho e mais resistencia organica. A beleza e a conservação da mocidade constituem as mais constantes preocupações de sua vida e tais predicados, para que sejam duradouros e fascinantes precisam ser expontaneos e naturais. A natureza reservou para a mulher missões nobres de funções delicadas que exigem do seu organismo um funcionamento perfeito e uma higidez completa. A mulher precisa ser sadia, ser bela e ser forte e só uma educação fisica racional metodica e cientifica, ela encontrará os meios infaliveis e necessarios para obtenção dessas superiores qualidades. A mulher de hoje necessita receber uma orientação segura sobre a aquisição e conservação de sua saúde, de sua

beleza e de seu valor físico e moral, preocupando-se com os cuidados fundamentais do seu corpo, adquirindo hábitos salútares e higiênicos dos exercícios corporais deixando de lado o mundanismo ridículo de artifícios perigosos e modas martirizantes.

A mulher de hoje precisa, pois, praticar exercícios físicos para conservar a sua juventude, a sua beleza, a flexibilidade das articulações, o equilíbrio das formas, a frescura da pele, a rigidez dos músculos, o vigor dos órgãos e a capacidade de resistência. Precisa, pois fugir da vida sedentária e procurar as praças de esportes, os estádios, uma vida ao ar livre em competições alegres e saudáveis. É um dever para consigo mesmo e para com a Pátria [...] (GAZETA DO NORTE, 1944b, p. 6).

O impresso faz uma vinculação da imagem feminina à obediência de algumas regras para o cuidado da saúde maternal. Faz também uma representação de uma mulher delicada e materna, que deveria cuidar da sua saúde para que pudesse cumprir o seu propósito: gerar, criar seus filhos e contribuir para uma formação de homens fortes e saudáveis para o “engrandecimento da raça e da Pátria”. A Educação Física feminina seria o instrumento indispensável para este fim.

Além da necessidade de fortalecer seu corpo, a mulher precisava possuir um caráter de virtude, definido pela valorização de qualidades como a generosidade, a bondade, a decência e a abnegação (GOELLNER, 2003). Devido a isso, o zelar pela saúde era imprescindível, pois ela era vista como necessária para que a mulher fosse bela e estivesse preparada, de todas as formas, para gerar um filho.

Para o pensamento da época, a eugenia era necessária para que os ideais pudessem ser descritos a partir da melhoria progressiva da espécie, fomento de uma boa geração, procriação hígida e/ou sadia, e aperfeiçoamento físico, intelectual e moral do indivíduo. Para isso, todas as pessoas seriam responsáveis por tal empreita. O jornal fazia esse chamamento à sociedade para a formação de uma boa geração:

[...] Mães de família, colaborai com estas diretrizes enviando vossos filhos e as vossas filhas em procura da chave da felicidade afim de ajustar-se ao fecho magno das harmonias. [...] Procurai incutir nos vossos filhos os hábitos cotidianos da educação física para que ela os acompanhe pela vida em fóra com a fonte inexaurível de inestimáveis predicados físicos e morais e se reproduzam pelas gerações vindouras, como uma poderosa colaboração de fortaleza da raça e engrandecimento da raça e engrandecimento do nosso Brasil. As mães fortes são as que fazem os povos fortes. É de toda necessidade a educação física para a menina afim de desenvolver o santuário da maternidade (GAZETA DO NORTE, 1944b, p. 6).

Lenharo (1986, p. 79) dá o nome a esse movimento de corporativização, que “persegue obstinadamente não somente a configuração de um tipo físico único para o brasileiro, mas

ambiciona-se também a definição de um só perfil racial, a ponto de ser estabelecida uma relação simples entre raça e Nação constituída”. A importância do trato do corpo foi crucial e a projeção mesma de uma parte física e equilibrada com a espiritual dimensionou um conjunto social equilibrado, no qual as tensões e conflitos ficaram de fora de lugar pela natureza singular de sua constituição.

De uniforme branco e saias longas, algumas mulheres de Porteirinha reuniam-se frequentemente para a prática de Voleibol, conforme a figura que se segue:

Figura 26 - Time de Voleibol feminino de Porteirinha



Fonte: OLIVEIRA, Palmyra Santos. *Porteirinha: memória histórica e genealogia*. Belo Horizonte: O Lutador, 2008, p. 91.

A memorialista Palmyra Santos Oliveira conta quem eram as participantes da equipe esportiva:

O time feminino contava com Dona Marocas Fonseca (esposa do prefeito Dr. Altivo), *Hilda Martins Gomes* (Dida), Raquel e sua irmã Belica Lacerda, Rita e sua irmã Marluce Gomes, Nadir Brito, D. Rola (esposa do Sr. José Clemente, fiscal da Prefeitura), Licinha e sua irmã Izene Coelho, Suzete Rosa de Brito, Geralda Nunes de Brito (Picucha), Bebeta Cardoso, Jandira Machado, Lindalva Antunes da Silva, Bichim e Branca de Jovêncio, *Dedésia Angélica Teixeira*, *Palmyra Santos Oliveira* etc. (OLIVEIRA, 2008, p. 90, grifos nossos).

Conforme especificação da autora, as jogadoras eram mulheres reconhecidas socialmente. Os nomes em destaque são das professoras do Grupo Escolar João Alcântara. Na fotografia, a expressão do recato corporal das mulheres muito nos diz sobre o padrão moral posto em circulação. A beleza, a maternidade, a feminilidade e a saúde eram desejadas tanto pela mídia que as divulgava, quanto pela própria população, que em seu imaginário social identificava na mulher um meio para a modernização do país. Características como beleza, saúde, perseverança, dedicação, juventude, prudência e disposição deveriam se transformar em virtudes conquistadas diante da participação das mulheres na sociedade, inclusive nos locais onde eram realizadas práticas corporais e atividades esportivas (GOELLNER, 2003).

De forma geral, fortaleceu-se a crença de intelectuais e políticos de que a construção de uma nação e um Estado prósperos dependia, em grande parte, da tríade educação intelectual, moral e física dos sujeitos. A ação do Estado sobre a formação física da juventude de Porteirinha pode ser vista na Lei n. 25, de 27 de fevereiro de 1949, sancionada pelo prefeito Anfrísio Coelho:

O povo do Município de Porteirinha por seus representantes legais, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a doar à Associação Esportiva local a importância de CR\$150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) mensais, cuja finalidade será o desenvolvimento físico da juventude local.

Art. 2º - Fica autorizada a abertura de um crédito especial no valor de CR\$1650,00 para ocorrer às despesas a que se refere o artigo 1º.

(PORTEIRINHA, 1949, p. 381).

Para a formação das crianças nos moldes daquela tríade, foi fundado o Grupo de Escoteiros de Porteirinha, em 1942. Segundo Horta (1994, p. 199), “o escotismo tinha como alvo educar o jovem na vida do grupo, em espírito e disciplina, contrapondo-se à aspiração de independência e inculcar nos jovens os princípios morais e católicos”. O propósito desse movimento em Porteirinha foi potencializar as qualidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais das crianças e juventude e formar homens responsáveis e úteis. O grupo realizava atividades que tinham como pilares o civismo, entendido como “consciência patriótica”, a educação moral como “elevação espiritual da personalidade” e a Educação Física (PORTEIRINHA, 1942, p. 268). Mediante o Decreto-lei n. 37, de 8 de novembro de 1942, o grupo começou a receber da prefeitura municipal subvenção anual de mil cruzeiros. Em discurso durante a fundação do Grupo de Escoteiros, o prefeito de Porteirinha, Altivo de Assis Fonseca, disse:

É imprescindível neste momento oferecer às crianças e jovens do nosso glorioso Brasil uma orientação segura, fecunda e precisa. Orientação esta criadora de uma mentalidade espiritual superior, enaltecida no ideal grandioso da concepção mística da Pátria. O Grupo de Escoteiros veio para a cidade para ampliar as sublimadas tarefas da escola, e formar cidadãos disciplinados e saudáveis calcados nas mais elevadas normas e valores morais para o engrandecimento do nosso País (FONSECA, 1942, p. 1).

A educação nacional tinha como objetivo formar o homem completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas, sendo essa tarefa precípua da família e dos poderes públicos. A transmissão de conhecimentos seria sua tarefa imediata. Fazia ainda parte dos princípios gerais a definição do que se deveria entender por “espírito brasileiro”, ou seja, a orientação baseada nas tradições cristãs e históricas da pátria, como foram mostrados no excerto anterior (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000). Assim, um indivíduo que alcançasse uma qualidade superior física e psíquica não poderia se furtar a cumprir outro papel no interior da sociedade que não objetivasse outra finalidade eminentemente necessária: a de bem servir o Brasil.

De acordo com Azzi (2011, p. 105), “o adestramento corporal foi considerado um aspecto fundamental para facilitar o ingresso das pessoas na sociedade urbana. A postura foi um elemento constitutivo do processo educativo”. Esse aspecto foi fortalecido com as aulas de Educação Física e com a participação dos alunos nos desfiles cívicos. Desta feita, as manifestações patrióticas constituíram um poderoso instrumento utilizado a fim de mostrar à população local a importância da educação, capaz de conduzir centenas de crianças e jovens às ruas, em plena ordem e disciplina (AZZI, 2011).

Em 1955, o padre Julião Arroyo Gallo fotografou o desfile cívico de 7 de setembro na cidade, que teve a costumeira participação dos alunos do Grupo Escolar João Alcântara (ver Figura 27). Nesses desfiles, o corpo devia ser conservado ereto, com os ombros puxados para trás e o peito enfunado para frente. Todos os movimentos deviam ser executados imediatamente, tão logo recebidas as ordens de comando. O corpo era adestrado para uma obediência imediata.

Os alunos eram educados para prestar as homenagens aos símbolos nacionais, bem como às autoridades constituídas. Mediante rígidos movimentos do corpo, os alunos aprendiam a expressar sua decisão e servir à pátria, submetendo-se às autoridades superiores, às quais competia decidir sobre os rumos a serem dados na condução do país (AZZI, 2011).

Figura 27 - Desfile 7 de setembro de 1955 em Porteirinha



Fonte: GALLO, Julião Arroyo. *Album de fotografias*. Desfile 7 de setembro de 1955. 1 fotografia, Porteirinha/MG, setembro de 1955.

Em agosto de 1944, pela passagem da Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da pátria na cidade de Porteirinha, o prefeito Altivo de Assis Fonseca constituiu uma comissão para recepcionar a embaixada e promover a organização das solenidades cívicas para o dia 12 de agosto daquele ano. A comissão ficou assim constituída:

Presidente: Revdmo. Pe. Julião Arroyo Gallo,
 DD. Vigário local.
 Secretário: Sr. Tacino Wilson.
 Auxiliares: Srs. Higino Custodio Jorge
 Joao Domingues Maia
 Silvano Piranga de Araujo
 Profs. Lilia Alvarenga de Carvalho
 Rosalva Antunes da Silva
 Palmyra Santos
 Durçulina Antunes Camara (PORTEIRINHA/MG, 1944, p. 196).

Segundo Rolim e Mazo (2009), a Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico teve como data de início o ano de 1938 e surgiu como uma tradição enraizada no período do Estado Novo. A Corrida iniciava-se por meio de uma cerimônia de acendimento da tocha, seguindo com a passagem da tocha aos atletas mediante um revezamento pelas cidades, até a chegada na cerimônia de acendimento da pira em Porto Alegre, durante a Semana da Pátria.

A Corrida estava inserida no processo de construção de uma identidade nacional brasileira proposta pelo Estado Novo. Essa tradição reforçava os laços de solidariedade entre os membros da sociedade partilhando mitos e memórias comuns procurando construir uma representação de coesão ou unidade nacional no imaginário das pessoas. Essa representação se deu principalmente pelo formato de percorrer as cidades brasileiras (ROLIM; MAZO, 2009).

Em 1944, a passagem do Fogo Simbólico da Pátria em Porteirinha movimentou o Grupo Escolar João Alcântara e as associações esportivas locais. Os clubes esportivos deveriam demonstrar seu sentimento patriótico engajando-se nas atividades de recepção da embaixada e promovendo eventos esportivos objetivando a “união das raças e dos brasileiros”.

Auxiliado pelas professoras do Grupo Escolar, o padre Julião foi o responsável por planejar e organizar as comemorações patrióticas, a recepção de autoridades e atletas e as comemorações festivas, que incluíam as competições esportivas. Durante a recepção oficial da embaixada na cidade, o padre fez o seguinte discurso:

Em nome do municipio, eu tenho a grande honra e a indisfarçavel satisfação de apresentar V. Excia. os nossos votos de boas vindas. [...] a população desta unidade mineira em formação, pedaço do sertão mineiro, orgulha-lhe por justo motivo da honrosa passagem. Primeiro, gostaria de registrar que o esporte é um eficaz antídoto contra a moleza e a vida comoda, acorda o sentido de ordem e educa ao exame e ao dominio de si, ao desprezo do perigo sem jactancia nem pusilanimidade. Assim, ele ultrapassa a robustez fisica para conduzir à força e à grandeza moral. A pratica esportiva é a proporcionadora de convivio social, instrumento de melhoria da saúde e fortalecimento da vontade coletiva, componentes representativos da *boa conduta cristã*. [...] Por fim, o esporte forma o novo homem, carregado de civismo, moral e patriotismo. O esporte forma o homem disciplinado, trabalhador e educado para o Brasil Novo (GALLO, 1944, s/p, grifo nosso).

No discurso, o pároco buscou realçar as intenções governamentais do projeto político da época ao citar a identidade cultural sendo construída a partir de um homem postulado pelo civismo, pela moral e pelo patriotismo. No entanto, fez uma interpretação do esporte mediante o olhar católico ao afirmar que a vivência esportiva é proporcionadora da boa conduta cristã. Na próxima seção, veremos como as práticas corporais foram incorporadas à doutrina do Catolicismo.

5.3.1 *O corpo que energiza a alma e fortalece a fé: esporte e Igreja Católica*

Vocês não sabem que no estádio todos os atletas correm, mas só um ganha o prêmio? Portanto, corram, para conseguir o prêmio. Os atletas se absterem de

tudo; eles, para ganhar uma coroa perecível; e nós, para ganharmos uma coroa imperecível. Quanto a mim, também eu corro, mas não como quem vai sem rumo. Pratico o pugilato, mas não como quem luta contra o ar (BÍBLIA SAGRADA, 1Cor. 9, 24-27, 1990, p. 1399).

No excerto, o apóstolo São Paulo, no livro de Coríntios da Bíblia Sagrada (1990), fala do esporte e do cuidado do corpo. Por meio da metáfora da competição esportiva, ele põe em evidência o valor da vida, comparando-a a uma corrida rumo a uma meta não só terrestre, mas transcendente e divina. Assim, o apóstolo convida cada cristão para se tornar um atleta de Deus, fiel e destemido anunciador do Evangelho.

Para São Paulo, a prática dos esportes também pode levar o homem a Deus. Recorda o apóstolo:

Não sabeis que o vosso corpo é templo do Espírito Santo que está em vós, que vos foi dado por Deus e que não pertence a vós mesmos? Pois fostes resgatados por alto preço! Glorificai, portanto, a Deus no vosso corpo (BÍBLIA SAGRADA, 1 Cor. 6:19-20, 1990, p. 1399).

Conforme Werle e Metzler (2010), para a cultura cristã, o físico é uma representação da alma e dos níveis de aproximação com o transcendente, o primeiro passo para iniciar o processo de formação da pessoa e, neste caso, do futuro educador. O modelo de educação cristã, normatizado pela Igreja Católica, adota a prática esportiva como mediadora dos princípios da fé caracterizada pelo convívio social, cuidado e disciplinamento do corpo para alcançar a espiritualidade.

Deste modo, a instituição religiosa teve interesse em participar diretamente da atuação, disciplinamento e moldagem dos corpos. Para ela, o esporte foi um instrumento capaz de agregar valores espirituais. Foi uma prática cultural capaz de espiritualizar a dimensão física, motora e biológica do homem. Enfim, para a Igreja, o esporte ajudava o homem a dignificar-se e elevar-se; seria um instrumento de anúncio da palavra de Deus.

Como ferramenta pedagógica, o esporte, desde o período colonial e imperial brasileiro, já estava presente pela iniciativa dos jesuítas e dos religiosos de outras ordens, em seus colégios, segundo apontam os estudos de Silva (2012). Em Montes Claros, por exemplo, a inserção do esporte pode ser atribuída à ação da ordem dos Premonstratenses. No início do século XX, o padre Vincart, um dos primeiros missionários belgas a chegar na cidade, utilizou o futebol como

ferramenta para atrair os jovens¹⁸² e formar a população pela prática da modalidade esportiva (SILVA, 2012).

Uma das principais análises da Igreja Católica acerca das práticas corporais contemporâneas foi expressa pelo papa Pio XII, em 1945. Ao discursar para os jovens da Ação Católica naquele ano, o pontífice afirmou que “o esporte quando bem compreendido, representa a ocupação do homem completo, aperfeiçoando o corpo e o espírito, ajudando-o a alcançar o fim: o serviço de adoração do Criador” (GAZETA DO NORTE, 1945d, p. 3).

Vejamos, com mais detalhes, as ideias da Igreja Católica acerca da prática esportiva, amplamente divulgadas nos jornais locais:

O Papa Pio XII diz que o esporte tem muito valor, mas em vez de ser considerado como um fim, deve ser considerado como um meio de aperfeiçoar o homem, intelectual, moral e fisicamente. O esporte, adequadamente dirigido, desenvolve o caráter, torna o homem corajoso, um perdedor generoso e um vencedor gracioso. Refina os sentidos, dá penetração intelectual e fortalece a vontade de resistir. Não é apenas um simples aperfeiçoamento físico. [...] A serviço da vida sã, robusta, ardente, a serviço de uma atividade mais fecunda no cumprimento dos deveres do próprio estado, o esporte pode e deve estar também a serviço de Deus. Para este fim ele inclina os ânimos a dirigirem as forças físicas e as virtudes morais, que desenvolve; mas, enquanto o pagão se submetia ao severo regime esportivo a fim de obter somente uma coroa perecível, o cristão se submete a ele por um escopo mais alto, para um prêmio imortal (ibidem, p. 4).

Para Pio XII, o esporte foi um componente mediador da evangelização plenamente integrado à doutrina católica. Suas palavras se aproximam da concepção de Educação Física que associa o esporte à saúde, mas, principalmente, ao bom comportamento. A saúde integra os componentes físicos e espirituais enquanto que o bom comportamento se especifica no ideal de cristandade. O corpo não deve ser divinizado, mas melhorado, pois, segundo a visão religiosa, o que diferencia o homem do restante dos animais não era a força física, e sim a questão intelectual e espiritual. Então, como afirma Santo Agostinho, o trabalho do corpo deveria ser feito para melhorar o desempenho intelectual e, ao mesmo tempo, ajudar no sentido espiritual, já que a Igreja vê no corpo um simulacro do espírito¹⁸³ (AGOSTINHO, 2000).

¹⁸² Em 1917, o Cônego Vincart foi o primeiro presidente de honra do *America Foot-ball Club*, de Montes Claros. Em 1924 o bispo da cidade incentivou significativamente a prática esportiva na cidade pela doação de uma área para a construção de um campo para o referido clube (SILVA, 2012).

¹⁸³ A ideia do corpo enquanto simulacro do espírito vem do pensamento agostiniano. Santo Agostinho aprende com os platônicos que uma explicação somente materialista ou corporalista do ser humano não dá conta da experiência humana. Do platonismo, Agostinho assimilou a concepção de que a verdade, como conhecimento eterno, deveria ser buscada intelectualmente no *mundo das ideias divinas*. Por isso defendeu a via do autoconhecimento, o caminho da interioridade, como instrumento legítimo para a busca da verdade. Assim,

Para o pontífice, a Igreja se interessa pelas formas de educação do corpo, como o esporte, que tem uma importante função educativa:

O esporte moderno, conscienciosamente exercitado, fortifica o corpo, torna-o são, forte e cheio de vida para executar esta função educativa; o esporte submete o corpo a uma disciplina rigorosa e por vezes dura, que o domina e o retém verdadeiramente em servidão: treino para a fadiga, resistência à dor, hábitos de continência e de temperança severa, condições todas indispensáveis para quem quer conseguir a vitória. O esporte é eficaz antídoto contra a moleza e a vida cômoda, acorda o sentido de ordem e educa ao exame e ao domínio de si, ao desprezo do perigo sem jactância nem pusilanimidade. Assim ele ultrapassa a robustez física para conduzir à força e à grandeza moral (PIO XII, 1953, p. 4).

O Catolicismo associou a formação educacional à fé, entendendo o homem nos aspectos físico e psíquico, balizado pelo aspecto espiritual. Para a Igreja, a dimensão física estava centrada na experiência corporal e representava o primeiro estágio da pessoa, acreditando que o sentido transcendente da vida repercutia na forma pela qual se tratava e valorizava o corpo. A dimensão moral, associada ao processo de comunicação, tinha maior abrangência que a física, pois neste nível situam-se o processo de participação, integração e consciência. Já a dimensão espiritual, enquanto a fundamental, incluía a busca de um sentido para a vida, a vivência religiosa e o diálogo com Deus (WERLE; METZLER, 2010).

O jornal *A Verdade* trazia a concepção de “educação physica, intellectual e moral”, e a valorização desta última:

Deveras, o desenvolvimento physico e intellectual do homem constitue um bem imenso, mas isso não basta – a vida moral lhe é indispensavel. Ella exige a formação da vontade, da consciencia e do coração; ella encerca os costumes, isto é, os habitos, os usos e toda a conducta do homem. [...] Mas esta educação moral deve ser religiosa – pois não ha verdadeira moral sem religião! (A VERDADE, 1907a, p. 3).

Esta mesma linha de pensamento é sustentada por Pio XII, em 1952¹⁸⁴:

somente o íntimo da alma, iluminada por Deus, poderia atingir a verdade das coisas (SUCHODOLSKI, 2002, grifo do autor). Em sua obra *Confissões*, o Bispo de Hipona diz “se a felicidade está em Deus, e não nos prazeres carnis, seria, então, o corpo um mal a ser evitado?”. Para Santo Agostinho, “o corpo não é mal, pois foi criado por Deus, nada que vem de Deus é mal, porém, há uma hierarquia entre a alma e o corpo. [...] Ao dominar os apelos do corpo e privilegiando as coisas do espírito, o homem retoma seu caminho para Deus” (SANTO AGOSTINHO, 2000, p. 266). Deste modo, Agostinho reconheceu que os prazeres sensoriais eram apetecíveis, porém, firmou-se na ideia de que estes não trariam a felicidade, pois esta só seria possível em Deus.

¹⁸⁴ Discurso apresentado para oitocentos professores de Educação Física e médicos desportivos, reunidos no Congresso Científico Italiano de Desporto e Educação Física, no dia 8 de novembro de 1952, em Roma. O discurso

Quando se respeita com cuidado o teor religioso e moral do desporto, ele deve entrar na vida do homem como elemento de equilíbrio, de harmonia e de perfeição, e como ajuda eficaz para o cumprimento dos outros deveres. Baseai, portanto, a vossa alegria na prática correta da ginástica e do desporto. Levai para o meio do povo a sua benéfica corrente para que prospere cada vez mais a saúde física e psíquica e se fortifiquem os corpos ao serviço do espírito; acima de tudo, enfim, não esqueçais, no meio da agitada e inebriante atividade gímnico-esportiva, aquilo que na vida vale mais que todo o resto: a alma, a consciência e, no vértice supremo, Deus (PIO XII, 1953, p. 13-14).

Para o papa, “o desporto e a ginástica devem não mandar e dominar, mas servir e ajudar. É a sua função, e nisso encontram a sua justificação” (ibidem, 1953, p. 8). Para finalizar a análise, ele conclui: “quereis agir retamente na ginástica e no desporto? Observai os mandamentos de Deus!” (ibidem, p. 14).

Durante a abertura do Campeonato Esportivo Intermunicipal¹⁸⁵, em novembro de 1941, envolvendo a cidade de Porteirinha e Grão Mogol, o padre Julião disse aos atletas e à comunidade:

Servindo-se do esporte, hoje foi dado um passo importante que ambiciona congregar todos os cidadãos de Porteirinha e Grão Mogol aqui presentes. Queremos que o espírito de lealdade, entusiasmo, cordialidade e fraternidade façam com que este evento transcenda a competição esportiva e se torne um passo a mais na construção de homens fortes, retos e civicos. O “Porteirinha Sport Club” dá um passo proficuo no desenvolvimento da cultura física neste local; mas não é só isso, esta ação propicia a agradável construção de laços de camaradagem e união. Sabemos que o esporte é de grande necessidade, e entra hoje em quase todos os programas do ensino. O esporte desenvolve os musculos, ativa a circulação, aprimora os traços, modifica os gestos, castiga os habitos e priva o vicio, entrelaça e une corações amigos e forma o caracter! [...] (GALLO, 1942, s/p).

Ainda em seu discurso, o padre deixou explícita a concepção católica acerca do esporte:

situou a ginástica perante a consciência religiosa e moral, e, no Brasil, foi reproduzido pela editora Vozes, em 1953. Para detalhes, conferir Pio XII (1953).

¹⁸⁵ Uma nota do *Gazeta do Norte* trouxe mais detalhes do evento: “Chefiada pelo exmo. Sr. Prefeito de Grão Mogol e composta de numerosas pessoas da sociedade de Grão Mogol, seguido para Porteirinha, na semana finda, uma luzida embaixada esportiva que ali foi em visita de cordealidade e desputar algumas partidas com os clubes daquela cidade. Os jogos decorreram num ambiente de grande entusiasmo e cordealidade”. Ainda de acordo com a nota, “os *teams* esportivos eram das modalidades de *Voley ball* masculino e feminino e *Foot ball* masculino”. A nota finaliza com as seguintes palavras: “os visitantes, que foram recebidos carinhosamente pela sociedade de Porteirinha, retornaram no dia seguinte á Grão Mogol, levando da excursão a mais lisonjeira e agradável impressão” (GAZETA DO NORTE, 1941a, p. 4, grifos do autor).

sobre o esporte, queridos atletas, a bôa religião diz: “prestai em primeiro lugar a Deus a honra que Lhe é devida, e sobretudo, santificai o dia do Senhor”. Deste modo, a pratica do desporto não dispensa ninguém dos deveres religiosos e de participar da missa. Não se esqueçam também que o Criador quer harmonia e afeto no seio da família. Recorda, pois, a fidelidade às obrigações familiares que se devem preferir às supostas exigências do desporto e das associações desportivas (GALLO, 1942, s/p).

O olhar tridentino sobre o esporte e a ginástica chegou em Porteirinha pelo padre Julião¹⁸⁶, e parece que a prática corporal se integrou à cultura da fé. A concepção Sociedade Perfeita estava presente nos espaços esportivos e de lazer, como nas quadras, nos campos, nos clubes e nas associações esportivas.

No Grupo Escolar João Alcântara, as vivências corporais, como a iniciação ao esporte, os jogos e as danças, eram conteúdos fundamentais. As práticas corporais estavam presentes em diversos tempos e espaços escolares: a iniciação esportiva estava presente no Futebol; danças eram ensaiadas para as apresentações nos auditórios; os jogos eram realizados durante as excursões; e com a finalidade de abrilhantar as comemorações patrióticas na cidade, a professora de Educação Física treinava exercícios e números ginásticos para serem exibidos nas apresentações públicas (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1946; 1956).

Estas ações estavam em conformidade com a legislação oficial. A Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946, assegurava que era finalidade deste nível de ensino “proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandeçam” (BRASIL, 1946, p. 1). A Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório, tinha muito a oferecer a esse modelo de formação cívica e moral das crianças e da juventude.

¹⁸⁶ O padre Julião Arroyo Gallo permaneceu em Porteirinha até janeiro de 1967, quando se retirou para Montes Claros. De acordo com o 3º livro do Apostolado da Oração, no dia 18 de dezembro de 1966 ele assinou sua última ata como vigário e diretor espiritual da cidade. Despediu oficialmente na derradeira reunião daquele ano dizendo: “Despeço-me pelas seguintes causas: idade avançada, doença e grande aumento do serviço paroquial, pelo que se torna necessário um vigário mais novo e sadio para poder atender às necessidades espirituais da mesma” [...] (3º LIVRO DE ATAS DO CENTRO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO... 1966, p. 154). Nesta ocasião, após justificar seu afastamento, fez o pedido: “Peço a todos para cobrir as minhas faltas com o manto da vossa caridade e com a generosidade de vossas orações. Que as vossas orações me acompanhem, como vos acompanha a minha amizade! Deus vos pague!” (ibidem, p. 154). Segundo uma carta escrita pelo bispo Dom José Alves Trindade, em fevereiro de 1967, ao padre Julião, dizia: “ao afastar-se de sua querida paróquia, em lágrimas, [...] e em meio às saudades de todos, [...] o povo da cidade lhe levanta uma estátua de reconhecimento cordial e perene!” (TRINDADE, 1967, s/p). O padre Julião faleceu em Montes Claros no dia 22 de setembro de 1975. “Seu corpo foi trazido para Porteirinha e sepultado no cemitério local, conforme sua vontade expressa muitas vezes em seus sermões” (OLIVEIRA, 2008, p. 98).

No entanto, se o componente político ditou os caminhos da educação, o religioso traçou a maneira de se caminhar. Escreveu a professora de Educação Física do Grupo Escolar sobre um dia esportivo da programação da Semana da Criança, em 1952:

pela manhã, antes de sairmos para a Igreja, ensinei aos alunos lições de proceder bem na rua e a obediência que deveriam ter às minhas ordens, treinando-os moralmente. Na Matriz, todos se comportaram e lembraram dos bons modos e das regras de respeito e educação. À tarde, houve um entusiasmado e festivo jogo de futebol entre as classes do Grupo. Antes das partidas, foi entoado o Hino Nacional, e no início de cada jogo, os alunos rezavam pedindo saúde e a vitória. Notei que os meninos colocavam em prática o espírito de cordialidade, da boa vontade, energia e a alegria de viver. No final, após ser servida uma farta merenda, li a mensagem: “busquem trabalhar e ganhar medalhas, mas, sobretudo, busquem o principal troféu da vida: Deus” (GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA, 1952, p. 15).

As práticas corporais foram revestidas de elementos religiosos. A professora ensinava os modos de comportamento, os preceitos morais vigentes e uma racionalização do corpo para a fé que envolvia posturas, gestos e condutas. Veja que uma parte do tempo escolar e das atividades envolvendo a Semana das Crianças fora dedicada ao agradecimento a Deus. Os alunos, por sua vez, compreendiam esta mensagem, e colocavam em prática manifestações cristãs, como as orações antes do jogo e a consagração a Cristo pela vitória alcançada.

Tudo isso nos faz lembrar o diálogo entre a professora Dona Olívia e seus alunos, descrito no início da seção e reproduzido abaixo:

- *Maria, a que se assemelha o corpo?*
 - *É semelhante a uma planta, porque cresce.*
 - *Mário, qual é a sua opinião?*
 - *Creio ser parecido com um automóvel, porque anda.*
 - *E você, Jaime, que pensa?*
 - *Penso que o corpo se assemelha a uma casa, porque...
 porque o edificamos.*
 (REVISTA VIDA E SAÚDE, 1941, p. 16).

As diversas manifestações corporais presentes em Porteirinha permitiram-nos pensar a construção de corpos na perspectiva de fazê-los crescer, desenvolver e reproduzir, como pensa a aluna Maria. Homens e mulheres buscando tornar seus corpos mais limpos, mais produtivos, moralmente eficazes, um corpo pensado como uma máquina que produz, como justifica Mário. Também fez-nos imaginar o corpo como uma casa que precisava ser edificada, como aponta o discente Jaime. Nessa perspectiva, o corpo, submetido à ação modeladora dos poderes originários da família, do Estado e do Catolicismo, tomou contornos e caminhos que o conduziu

e o edificou sob o solo da moralidade. A formação de homens inteligentes, fortes, cívicos, disciplinados e dóceis a partir da educação e da Educação Física foi almejada em Porteirinha. Os discursos pedagógicos revelaram vestígios e nos permitiram decifrar as vivências cotidianas, a rede de sociabilidade, as posturas e os códigos de bem viver. Corpos que falam, que energizam a alma e fortalecem a fé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a proposição da problemática como norteadora da presente pesquisa voltada para investigar a influência da Igreja Católica Apostólica Romana na educação em Porteirinha/MG, no período de 1937 a 1962, entendemos ser fundamental a apresentação das considerações empreendidas ao longo do caminho trilhado.

A *Romanização* da Igreja Católica, categoria de análise central na tese, permitiu revelar as estratégias utilizadas pela Igreja Católica para influenciar a educação, a família, a imprensa e a política em Porteirinha, nos anos 1930 a 1960. A Romanização foi o mecanismo utilizado pela hierarquia católica para disseminar a concepção de Igreja Sociedade Perfeita.

Na segunda metade do século XIX ocorre um alinhamento das ações da Igreja no Brasil com as fontes eclesiásticas promovidas pela Santa Sé. Esse movimento será mais contundente a partir da Proclamação da República. Naquele momento o Vaticano oferece a visão tridentina. Iniciava-se, portanto, no país, o movimento promovido pela hierarquia episcopal e pela Igreja Romana que na Historiografia Eclesiástica ficou conhecido como *Romanização* da Igreja brasileira.

O movimento de romanização promoveu a centralização do poder da Igreja na figura do papa, o reaparelhamento da sua burocracia administrativa e a definição da sua doutrina e disciplina, excluindo quaisquer interpretações divergentes, definindo os traços de sua identidade perante o mundo em transformação, traços estes que deveriam ser comuns em qualquer lugar do mundo, ou seja, universal.

Assim, o papa foi considerado, praticamente, como a fonte dos ensinamentos da Igreja e como a autoridade da qual emanavam, de modo indiscutível, todas as decisões. Essa centralização, na prática, levou a uma intervenção mais sentida das congregações romanas, na vida de cada diocese e na uniformização da disciplina eclesiástica. Para chegar a este resultado, processos de disciplinamento do clero também foram utilizados pela hierarquia católica para adequar as práticas e costumes locais às diretrizes romanas.

O conceito de Romanização e a disseminação da concepção de Igreja Sociedade Perfeita controlou a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato, levando a uma dependência cada vez maior, por parte da Igreja brasileira, de padres estrangeiros, principalmente das congregações e ordens missionárias europeias. Este movimento grandioso trazia em seu bojo estratégias que levaram a Igreja a se reinstitucionalizar, a se reiventar e universalizar, imprimindo sobre a sociedade um caráter austero com absoluta rigidez doutrinária e moral.

A ideia básica da Igreja nesse período era a necessidade de afirmar e fortalecer sua presença em todos os recantos do país. A hierarquia católica do Brasil, através dos seus líderes mais expressivos, passou a se preocupar em afirmar o prestígio da Igreja na sociedade, visando obter por esta forma uma maior aceitação dos princípios cristãos por parte da população. Atuando de modo especial junto às lideranças do país, no campo político e no educacional, os bispos julgavam que o Brasil se tornaria uma nação plenamente católica.

Foi mediante a organização de um Estado forte e estável que a hierarquia vislumbrou o melhor caminho para fortalecer sua autoridade e evidenciar uma maior presença da fé católica. Os bispos tiveram uma atuação fundamental nesta ação. Foram os bispos que continuaram na liderança nos anos 1930 a 1950. Entre as diretrizes dadas pelo episcopado para orientar a ação da Igreja nesse período merecem destaque especial o fortalecimento do discurso antilaicista e católico na sociedade; a prevenção rígida contra o avanço do protestantismo e das ideias comunistas no Brasil, procurando mobilizar nesse sentido a opinião pública; o fortalecimento do princípio de autoridade em contraposição aos movimentos e ideias de cunho mais liberal; e reafirmação da presença mais explícita da Igreja na sociedade, especialmente junto às classes dirigentes do país.

Para a Igreja Católica, a educação e fé foram indissociáveis, educar era formar cristãmente as pessoas. Multiplicaram-se o número de estabelecimento de ensino de inúmeras congregações religiosas europeias no Brasil e a atuação de missionários no campo da assistência aos pobres, da saúde e, sobretudo, da educação. Além dessas congregações combaterem a “ignorância religiosa, fonte de todos os males da sociedade”, como acreditava a hierarquia, elas buscavam o apoio dos meios intelectuais, das camadas populares, da imprensa, dos homens públicos, dos pais de família e da escola”.

A segunda categoria empregada na tese foi a *influência da Igreja no ensino*. Como a tese refletiu sobre a atuação da Igreja Católica no Estado e na educação bem como sua relação ao aspecto político e às estratégias de poder, compreendemos que é quase impossível encontrar, historicamente, um ponto qualquer de mudança na Igreja no Brasil que não tenha implicação óbvia com a política brasileira. A partir da década de 1930, a influência da Igreja era gerada por várias e difusas estratégias. Além dos deveres estritamente episcopais, como visitas pastorais e administração dos sacramentos, os mecanismos de influência incluíam a administração das escolas, grupos piedosos e das associações. Esses mecanismos se alargaram com o apoio financeiro do governo na Igreja. No plano político, a Igreja buscou garantir novos pontos de influência e assegurar sua continuação do poder. A influência era politicamente protegida pela Liga Eleitoral Católica, pelos bispos que alistavam seus amigos políticos, pela imprensa católica

e pelos padres em suas atividades diárias e em seus sermões. Usando a sua influência, a Igreja trabalhou para garantir, através das leis, a mentalidade cristã.

Neste estudo, o município de Porteirinha/MG foi delimitado espacialmente. No entanto, foi necessário alargar esta fronteira para analisar aspectos religiosos, políticos, sociais e históricos dentro de um espaço mais amplo: a região norte de Minas Gerais; isto porque entendemos que Porteirinha fez conexões e integrações com outras cidades como Montes Claros, Diamantina, Grão Mogol e Riacho dos Machados. Neste interim, compreendemos o conceito de *Região*, como a categoria que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade, ou seja, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula.

Perceberemos a cidade de Porteirinha como o lugar carregado de matrizes globais, nacionais e regionais, onde os elementos políticos, educacionais, religiosos e sociais, em suas dimensões simbólica e material, chegaram, estabeleceram-se e se combinaram de forma nem sempre pacífica. Nestes termos, nesta tese, a ênfase sobre a história local não se opôs à história global, ou seja, o recorte sobre história local apenas designou uma delimitação temática inclusiva em função das particularidades que se quis determinar, no âmbito do espaço social e temporal escolhido.

Por outro lado, sabemos que a temática sobre a Igreja, numa visão geral, é recorrente no meio científico. No entanto, este trabalho contribuiu por desvendar as minúcias e o âmbito regional e local. Em outras palavras, o particular aqui foi analisado. Mediante a história da Igreja Católica nesse recanto mineiro e sua influência no ensino, conseguimos ver as teses gerais acerca da história da instituição. Esse resultado nos leva a crer que o estudo também deu uma contribuição para as teses gerais por evidenciar os aspectos locais e regionais.

Na tese, sustentamos a hipótese de que o movimento de Romanização no norte de Minas Gerais, no período de 1937 a 1962, promoveu a disseminação da concepção de Igreja Sociedade Perfeita. A visão tridentina estimulou, mediante várias estratégias, a ampliação da influência da Igreja na educação em Porteirinha. Agora, cabe-nos, à guisa das derradeiras considerações, tecer algumas apreciações, diante da tese construída, com a convicção de que, além de influenciar o espaço público de educação formal, o Grupo Escolar da cidade, o Catolicismo alcançou o domínio sobre a família, sobre a imprensa e sobre os grupos de poder local.

Salientamos que as considerações aqui apresentadas são propostas teóricas, com impressões históricas de um objeto específico, investigado por um sujeito particular, tendo como base a análise de evidências documentais, mas que não encerram a potencialidade investigativa e a possibilidade de abordagem do objeto, sob outras perspectivas teóricas. O fazer

histórico enquanto investigação depende de várias circunstâncias, dentre as quais a própria subjetividade do pesquisador, mesmo preservando a objetividade dos fatos.

Começamos, então, refletindo sobre o primeiro ponto: *como se estruturou a Romanização da Igreja em Porteirinha, ou seja, entender de que modo a concepção Sociedade Perfeita chegou e se disseminou em Porteirinha.*

Dentro do movimento de Romanização da Igreja no Brasil, na extensa faixa territorial do norte de Minas Gerais, em 1903 chegou a ordem masculina belga Premonstratense com a finalidade de difundir a concepção de Igreja Sociedade Perfeita. Utilizando várias estratégias, esta ordem atuou em diversas áreas como na assistência aos pobres, na saúde com a fundação da Santa Casa de Misericórdia, na imprensa com a veiculação de um jornal, na ampliação do número de sacramentos na população e na área educacional.

A ordem fundou um colégio masculino para educar a elite local e regional. Criou o grêmio literário Mont'Alverne, fundou o clube dramático São Genesco com uma orquestra e mais tarde, convidou a Congregação feminina do Sagrado Coração de Maria, também da Bélgica, para fundar um colégio para formar as moças, o Colégio Imaculada Conceição. A proposta foi educar a população na religião, envolver as elites na ofensiva da Igreja e ampliar o poder político para a promoção da influência religiosa. Assim, os religiosos desta ordem enveredaram-se praticamente em quase todos os ramos da vida social: do teatro à educação, poucos espaços deixaram de ser contemplados pelas ações dos padres.

O Colégio Imaculada Conceição, em especial, tinha por finalidade especial proporcionar às educandas instrução e educação sólidas, baseadas na religião e na moral afim de prepará-las aos diferentes estados de vida, tornando-as virtuosas, habituadas ao trabalho, úteis à família e à sociedade. Deste modo, pautada em uma forte educação católica, a formação docente no colégio era destinada à família e à sociedade, e esta formação prepararia a mulher aos diferentes estados de vida, ou seja, formaria a jovem virtuosa, a esposa zelosa, a mãe cuidadosa, a professora católica. O trabalho da professora egressa do colégio era tido muito mais como missão sagrada do que como uma profissão. Não se tratava, portanto, de uma educação profissionalizante, mas de uma educação voltada para o polimento das mulheres.

Evidentemente, a chave principal do projeto educativo era a sólida formação cristã. Neste contexto, a educação feminina supervalorizou a imagem e o simbolismo da Virgem Maria. O magistério foi compreendido como uma extensão da maternidade. Alguns defensores da educação feminina e alguns educadores afirmavam que as mulheres tinham por natureza, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e naturais educadoras.

Em 1911, com a criação da diocese de Montes Claros e a posse do novo bispo, Dom João Antônio Pimenta, inaugurou-se a presença de uma Igreja mais institucionalizada, hierárquica e ligada ao papa. Diversos retiros espirituais fizeram parte da programação anual dos padres. Foi criado o Seminário Diocesano para fomentar as vocações sacerdotais e ampliar a formação do clero numa perspectiva de prepará-lo para assumir as novas paróquias criadas nessa etapa. As visitas pastorais foram incluídas na programação anual do bispo que passou a atuar mais próximo e vigilante do seu rebanho. Foram incentivadas as visitas aos diversos rincões do norte de Minas Gerais pelos padres lazaristas e redentoristas. Além disso, a diocese passou a cobrar uma maior participação dos leigos à frequência nos sacramentos da Igreja.

A instalação dessa diocese constituiu uma das estratégias para a ampliação do poder da Igreja na região. Naquele momento, a concepção de Igreja Sociedade Perfeita começou a se enraizar. O que ela desejava era que o Brasil fosse regido por uma ordem cristã e o privilégio de ser reconhecida como a exclusiva fonte de orientação moral para a sociedade. Assim, aliado às ordens religiosas estrangeiras e aos novos padres reformadores, o bispo reforçou a importância da formação de um homem mais dogmático e menos supersticioso, mais obediente à hierarquia e menos “ignorante”.

A imprensa foi outra poderosa estratégia da qual a Igreja se serviu. Buscando apoio junto às autoridades políticas e às elites letradas, a imprensa influenciou comportamentos e condutas mediante a circulação de inúmeros jornais, boletins paroquiais, folhetins etc., que fizeram disseminar a doutrina católica, a moralização dos costumes, a inviolabilidade e os valores da família, a autoridade do poder constituído e a constituição dos sacramentos cristãos.

O jornal intitulado *A Verdade* circulava em várias paróquias no norte de Minas e se dizia um pregador mudo, cuja eficácia seria melhor que pregadores em carne e osso. O semanário se dizia o revelador das coisas de Deus, o instrumento que reproduzia a “Verdade” ou o “Verbo de Deus” para as pessoas. Veja como a Igreja Católica utiliza uma interessante estratégia materializada no nome do jornal: ela se intitulava a única guardiã da verdade, e por isso, eram legítimas as notícias e informações veiculadas neste órgão publicitário.

O jornal comumente realizava efusivos ataques à modernidade e à laicidade da escola pública, e lutou em defesa do direito espiritual sobre os outros poderes. O impresso, marcadamente tridentino, foi implacável com as religiões protestantes e espírita, mas também se colocou contra a maçonaria, o positivismo, o liberalismo e o comunismo. É importante registrar que os jornais não-católicos, que circularam na região, também apoiavam matérias de cunho religioso, moralista e conservador, como o jornal *Gazeta do Norte*.

Em relação à *influência da Igreja Católica na imprensa, na família e na política em Porteirinha, norte de Minas Gerais*, é importante observar que ela estava intrinsecamente relacionada à criação da diocese de Montes Claros, apresentada anteriormente. Assim, dentro desse movimento, a Romanização da Igreja Católica em Porteirinha aconteceu de forma mais efetiva durante os anos 1930 a 1950. A criação da Paróquia São Joaquim, em 1941, pelo bispo Dom João Antônio Pimenta e a chegada do padre espanhol Julião Arroyo Gallo contribuíram para o desenvolvimento dos aspectos materiais e espirituais da nova paróquia, bem como para uma mudança na postura religiosa.

Julião Arroyo Gallo representou uma das figuras centrais no estudo. Religioso extremamente doutrinário, chegou à cidade em 1941, articulou-se com os poderes político, social e educacional e, ao estruturar a paróquia, disseminou a concepção de Igreja Sociedade Perfeita, inserindo uma nova roupagem às práticas do Catolicismo de então. Julião foi um intelectual que recebeu uma educação melhor do que grande parte da população local e foi uma das poucas pessoas que deixou escrito diversos textos localizados em jornais, livros institucionais da Igreja e manuscritos acerca dos aspectos sociais, políticos, culturais e educacionais da região.

Suas ações permitiram que a Igreja se reinstitucionalizasse na cidade. Julião promoveu a ampliação do principal templo religioso; erigiu monumentos religiosos; construiu a casa paroquial e outras igrejas filiais; e ajudou articular o papel da religião, da família, da imprensa e da escola naquela sociedade. Novas estratégias de difusão do ideário católico foram colocadas em circulação, como a convocação dos leigos para ajudar na disseminação do Catolicismo nas conservadoras associações religiosas, como a Cruzada Eucarística Infantil, a Pia União das Filhas de Maria e o Apostolado da Oração.

A fundação do Apostolado da Oração em Porteirinha teve o apoio fundamental do então católico chefe do executivo, Altivo de Assis Fonseca, que proporcionou toda a estrutura material para seu funcionamento, sendo o primeiro presidente do apostolado. Objetivando o cultivo de pessoas obedientes, piedosas e fervorosas na fé, essa associação incentivou a participação da população nas missas e nos sacramentos, discursou em prol do casamento religioso e de uma vida regrada nos mandamentos do Cristianismo e ajudou o pároco na ampliação do patrimônio material da Igreja. A frequência às missas, à confissão e aos outros sacramentos eram obrigatórios aos associados, que eram tidos como modelos de católico. Ser membro do Apostolado da Oração trazia uma responsabilidade, posto que no momento em que algum associado transgredisse as normas contidas em seus manuais, sofria punição, e isso não

era interessante para nenhum morador de uma cidade pequena e conservadora como Porteirinha.

Importante destacar que Altivo de Assis Fonseca, bacharel em Direito, tenente da Polícia Militar, foi nomeado pelo interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro, e dirigiu o município no período de 1939 a 1945. Católico fervoroso, Altivo trabalhou pela educação moral do município e, apoiando e sendo apoiado pelo padre Juião, solicitou a transferência da Paróquia de São José do Gortuba para a sede de Porteirinha.

A Pia União das Filhas de Maria, associação feminina, por sua vez, prezava por um ideal de mulher cujo destino natural era o alheamento do mundo e a renúncia dos prazeres do mundo para se tornar uma futura mãe, esposa, devota e professora primária. As professoras do Grupo Escolar João Alcântara, formadas nos tradicionais colégios católicos do norte de Minas Gerais, como o Colégio Imaculada Conceição e o Colégio Nossa Senhora das Dores, carregavam e reproduziam para os espaços públicos toda uma crença e moral católicas. Essas mulheres ajudavam o padre na catequese das crianças, na organização de festividades religiosas e na difusão da doutrina, ou seja, elas exerciam uma valiosa função à Igreja atuando dentro e fora dessas associações.

Sob o olhar atento do padre, as mães, filhas, ou futuras mães e que mais tarde se tornariam donas de casa ou professoras, recebiam uma formação para a educação dos filhos e dos alunos. Assim, esse comportamento feminino foi objetivado na casa, na família, na vizinhança, na Igreja, nos espaços públicos e nos eventos particulares, tendo como principal eixo a religião católica. À mulher coube o papel de ser a boa mãe que cuida dos filhos, enquanto o pai provedor sai para trabalhar. A ela, também, coube a tarefa de ensinar, pois era a primeira educadora dos filhos em Cristo, tarefa que seria continuada pela professora primária.

A Igreja Católica em Porteirinha também selou importantes pactos de colaboração com o poder político constituído a fim de manter sua influência nesse campo. Como é a marca da concepção de Igreja Sociedade Perfeita, o período foi abalizado por um clima de diálogo e aproximação entre os dois poderes, sem que isso significasse de forma alguma abdicação da respectiva autonomia e soberania na gestão dos assuntos temporais (pelo Estado) e divinos (pela Igreja).

A Igreja Católica arregimentou suas forças para manter a estabilidade do poder político sempre que necessário, sem colocar em questão sua legitimidade. Os sermões do padre Julião mantiveram o ordenamento social, os valores familiares tradicionais, e despertavam os sentimentos cívicos e o amor à pátria, tão caros e almejados pelo governo. O teor religioso e moral estava presente nas argumentações daqueles que ocupavam cargos públicos. Assim, o

Estado, por sua vez, quando preciso, elevou sua voz sendo solidário às causas da Igreja. Altivo de Assis Fonseca, por exemplo, ao expressar seu conservadorismo nas leis e em seus atos, era incisivo e combativo aos ideais comunistas e anarquistas. Por trás disso, ele promoveu símbolos católicos através de celebrações religiosas em todos os setores da burocracia, incluindo a bênção de novos prédios públicos e privados. Além disso, o Estado manteve o Ensino Religioso e o Catecismo no Grupo Escolar e destinou recurso público a projetos estruturais da Igreja.

A Igreja Católica em Porteirinha permaneceu integrada às famílias e aos grupos de poder regionais. Como religião, o Catolicismo era parte da cultura local, e como instituição, na pessoa do padre ou da paróquia, a Igreja era parte dos grupos de poder. Ela estava presente nos inúmeros acontecimentos cívicos e públicos da cidade: inauguração de pontes, de escolas, de monumentos, nas recepções de autoridades do governo estadual, nos desfiles cívicos, nos eventos escolares etc. Enfim, nos eventos religiosos, era comum a participação da elite econômica e política representada por fazendeiros, comerciantes e políticos que doavam materiais, bezerros e algodão, além de dinheiro em espécie à Igreja. A contribuição, muitas vezes, vinha dos próprios cofres públicos.

No que diz respeito à *influência da Igreja na educação formal em Porteirinha*, e elegendando o Grupo Escolar João Alcântara, compreendemos que a educação formal muito contribuiu para a manutenção da influência do Catolicismo entre as pessoas. Mesmo sendo uma instituição de ensino pública, a Igreja Católica tinha ali seu lugar cativo.

O Grupo Escolar João Alcântara de Porteirinha foi formado a partir da integração das escolas isoladas da cidade. Criado em 30 de junho de 1937, por meio do Decreto n. 885, em seu primeiro ano de funcionamento, contou com 192 alunos matriculados, distribuídos em quatro classes; e com o passar do tempo a procura por vagas só aumentou. Em um terreno de 2.228 metros quadrados, localizado em frente à Praça Tiradentes, no centro da cidade, edificou-se o prédio de tamanho expressamente maior, mais moderno, racional e arejado, adequado aos preceitos higiênicos da época, que se contrapunha às instalações precárias das apertadas escolas isoladas.

O Grupo Escolar também se revelou um espaço racionalizado e carregado de símbolos e discursos católicos. Amparado por uma moral religiosa e por um ambiente disciplinador, a escola seguiu os passos, as orientações, condutas e comportamentos da sociedade daquele tempo. Os preceitos católicos eram o uniforme moral do Grupo Escolar. As comemorações aos santos e heróis serviram para lembrar tons e formas de vivenciar a realidade e lhes dar sentido. Na escola, a fé era sempre renovada e comemorada em auditórios e em projetos, tendo como base o calendário escolar, que seguia o calendário litúrgico católico. Instrumento de poder e

possuidor de raízes profundas no sagrado, o calendário escolar orientava a organização do tempo e espaço escolares.

Na Semana Santa havia uma preparação destinada às crianças. As professoras ensinavam parábolas bíblicas que remetiam à vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Os contos trabalhados no Grupo Escolar faziam alusão à conduta humana na Terra, ao pecado, ao arrependimento e ao juízo divino, conforme prega a doutrina cristã; e com isso, desenvolviam conceitos como o julgamento das almas, o céu e o inferno. Em um ambiente escolar com forte característica tridentina, era importante o enfoque na vida regrada, na vida obediente aos mandamentos cristãos e à disciplina moral objetivando, com isso, “salvar a alma” e “ganhar o céu”.

O mês de maio, além das comemorações da Abolição da Escravatura e do Dia do Trabalho, era especialmente dedicado à Virgem Maria. Nele, intensificavam-se as orações marianas, sobretudo a reza do terço ou do rosário. Era preparada uma vasta programação para celebrar a Virgem Maria. Os auditórios dedicados às mães dos alunos ficavam lotados. Havia a consagração à santa, recital de poesias, danças e apresentações musicais. Com um grande número de pessoas, diariamente, era realizada a coroação de Nossa Senhora na Igreja Matriz São Joaquim pelas alunas do Grupo Escolar. As professoras, junto com os membros do Apostolado da Oração, sistematizavam estes momentos.

O mês de junho era marcado pelos populares festejos juninos. A Assunção de Nossa Senhora era uma das temáticas abordada no mês de agosto. Em outubro, até mesmo parte da programação da Semana da Criança era dedicada aos ritos católicos. Estes eventos eram obrigatoriamente comemorados pela instituição republicana e formadora da cidade, mas não laica. Havia uma preparação dos alunos pelas professoras mediante visitas à Igreja São Joaquim e o recebimento dos sacramentos. Eram ensinadas às crianças formas de comportamento, gestos e posturas no templo religioso, e incutia-se nelas a Catequese, inclusive dentro do horário escolar.

O calendário anual era fechado com a solenidade de entrega de diplomas aos alunos. Respirando ares natalinos e com os melhores trajes, a comunidade escolar festejava a certificação dos alunos do curso primário. A cerimônia de formatura contava com uma missa solene e comunhão dos formandos. Além dos agradecimentos pela conquista, os discursos eram carregados de significados religiosos.

Nesse espaço escolar, são visíveis as características de uma moral católica em detrimento dos preceitos de uma escola pública. Embora existissem alunos oriundos de famílias protestantes e espíritas, o que foi registrado e mantido historicamente foi a memória católica.

As fontes nada dizem das outras religiões. Há um profundo silêncio quanto aos outros credos. Esta evidência nos leva à ideia do predomínio da concepção tridentina que afirmava ser inadmissível que o Catolicismo não tivesse seu espaço na escola pública, haja vista considerar as orientações espirituais superiores às temporais. Os discursos empreendidos pelas professoras e diretoras explicitavam os protestos dos católicos face às medidas laicas introduzidas no sistema escolar. Eles operavam uma direção e um controle da educação às novas gerações. Quando a direção de uma escola pública diz: “Sim, senhores, queremos Deus nas Escolas!”, a concepção Sociedade Perfeita ali foi propagada. A escola escolheu ser aliada da Igreja, que dizia possuir a verdade sobre tudo e toda a vida do homem.

Desta feita, na concepção católica de educação, o magistério foi dotado de uma marca religiosa e o professor foi elevado à condição de um dos principais agentes do processo de disseminação da doutrina nas escolas. Para o padre Julião Arroyo Gallo, o professor exercia um verdadeiro apostolado e precisava possuir uma preparação moral de base católica para desenvolver os seus sacrifícios e mostrar a palavra de Cristo tida como um princípio de educação. Deste modo, sob as orientações e bênçãos clericais, foi amalgamado o modelo tridentino com a finalidade de formar um católico nos diversos setores da sociedade, especialmente no educacional.

Os ensinamentos no Grupo Escolar zelavam pela ordem moral, mas para isso era preciso dar ênfase ao papel da religião na instituição. A religião era tida como o fundamento de toda a instrução. Para este efeito, era indispensável que todo o ensino e toda a organização da escola (professoras, programas e projetos) fossem regidos pelo espírito cristão, sob a direção e vigilância da Igreja Católica. A formação das novas gerações, dentro dos preceitos da doutrina católica, foi um dos eixos norteadores da ação política e pedagógica do Grupo Escolar.

O padre Julião foi o diretor espiritual e o guia cristão das professoras daquele espaço, pois realizava suas confissões, casamentos, comunhões e batizava seus filhos. Regularmente, o pároco estava presente nos projetos e nos eventos sociais e em reuniões ordinárias do corpo docente e atuava de forma atenta dentro e fora dos muros da escola, inclusive atuando como presidente da Caixa Escolar.

Na visão do padre, as pessoas deviam obediência à Igreja, pois era o local onde o homem verdadeiramente nascia para a vida divina da graça, mediante o batismo e formava a família. Assim, a Igreja se considerava a sociedade de ordem sobrenatural e universal, sociedade perfeita, isto porque dizia que reunia em si todos os meios para a salvação eterna dos homens. Para ele, era tarefa do Grupo Escolar João Alcântara ensinar e educar, mostrar à mocidade o

caminho do dever, pô-la na vereda das virtudes e acostumá-la nas principais práticas da religião para santificar as suas almas.

O papel da educação adquirida no ambiente familiar católico desempenhou um importante elemento na construção da sociedade, composta por homens e mulheres honrados, tementes a Deus e servidores da pátria. A educação que a mãe e o pai dispensavam aos seus filhos buscava formar o bom filho, o honrado cidadão e o correto católico. Assinalou-se a importância de ministrar uma educação alicerçada em bases católicas para promover um ambiente social moralmente sadio, estabelecendo um diálogo constante entre as ações e o cotidiano do indivíduo com os preceitos e valores pregados pelo Catolicismo. Ainda nessa perspectiva, cabe destacar que o estabelecimento de tal educação transcendia os objetivos instrucionais; sua atuação residia, sobretudo, na inculcação violenta de uma gama de valores que deveriam ser assimilados pelos sujeitos.

O Ensino Religioso (católico) era uma disciplina indispensável no interior da escola, constituindo-se uma das mais importantes estratégias empregadas pela Igreja para a difusão de sua doutrina. Ele era visto como poderoso instrumento para salvaguardar a moralidade do povo, sustentar a ordem e a autoridade legitimamente estabelecidas e promover o verdadeiro amor à pátria. O Ensino Religioso seria uma espécie de moderador para pôr tudo em ordem, pois sedimentava práticas, moralizava vivências e atitudes e inculcava valores e comportamentos a serem seguidos pelas crianças. Esta disciplina desempenhou um papel fundamental para que se alcançasse tal objetivo, uma vez que buscava consolidar nos educandos o respeito a Deus, à fé católica e à moral, além da constante observação dos costumes cristãos.

Não bastava apenas o Ensino Religioso dentro do horário escolar. A escola era a continuação do lar, e a atmosfera que se buscava respirar nos dois ambientes educativos deveria ser idêntica. Toda a educação teria de ser moldada por princípios cristãos. Deste modo, o Grupo Escolar João Alcântara foi circundado de projetos e valores.

Havia um projeto “escolar” de destaque que ia da Matriz de São Joaquim ao Grupo Escolar: o ensino do Catecismo. As crianças e a mocidade foram arregimentadas no ensino do Catecismo, que representou uma preocupação central do padre Julião durante o tempo que esteve à frente da paróquia. As professoras, orientadas por ele, atuaram na catequese e acumularam funções na Igreja Católica, como zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, da Pia União das Filhas de Maria, dentre outras atividades.

O ensino do Catecismo ministrado associou a tradição, responsável por manter a raiz e os princípios que caracterizam a base do Ensino Religioso, com os elementos da Pedagogia Moderna. Esta proposta do ensino utilizou algumas técnicas calcadas em métodos ativos, que

valorizou a observação, a investigação e a experiência pessoal do aluno em situações práticas de ensino e aprendizagem, e inseriu o aluno no centro principal da ação permitindo aguçar o gosto pelo Ensino Religioso. Enfim, o ensino da Catecismo chamava a atenção da criança, assegurava o seu interesse e o envolvimento nas práticas escolares e paroquiais.

O recebimento da comunhão, por sua vez, era uma ação comum dentro da escola. Conforme a tradição católica, ela tinha a finalidade de difundir os preceitos sacramentais da Igreja e servia para remediar os pecados e preparar as crianças para a Páscoa. A preocupação com a iniciação e preparação das crianças para esse sacramento era tão valorizada em Porteirinha que em 1955 o padre Julião, junto com o Apostolado da Oração, funda a Cruzada Eucarística Infantil. Os cruzadinhas tinham o propósito de animar a comunhão frequente das crianças e compunham um novo exército religioso capaz de aprender desde cedo que, para ser tornar um bom cidadão, um bom filho e um bom trabalhador, era preciso obediência e respeito à lei divina. Nas reuniões semanais da Cruzada, abordavam-se questões próprias da faixa etária dos participantes, além de programarem a realização e participação em festas religiosas, passeios e atividades de lazer.

Contabilizados na matemática paroquial, o batismo e a primeira comunhão constituíam números importantes. Assim, se o número de eucaristias, de batismos e de crismas estivessem aumentando, seria um indicativo positivo para o desenvolvimento da paróquia local.

O que se pretendia naquele tempo e lugar era o avanço da sacralização da sociedade, ou seja, a Igreja pretendia ampliar a influência da concepção Sociedade Perfeita e o privilégio de ser reconhecida como a exclusiva fonte de orientação moral para as pessoas. O que a Igreja Católica desejava era que a cidade de Porteirinha e o Grupo Escolar João Alcântara fossem regidos por uma ordem cristã.

Outra poderosa estratégia para manter a influência da Igreja Católica de Porteirinha foi a utilização da imprensa. A imprensa encontrou espaço e condições para sua consolidação enquanto empresa educativa. O empreendimento de educar a população e imprimir-lhe uma nova mentalidade não era tributado apenas à escola, mas a todas as instituições sociais, como a família e a igreja, nelas incluindo a literatura, o teatro, o cinema, as revistas e os jornais.

O padre Julião escrevia para as colunas dos jornais regionais e locais, como *Jornal de Porteirinha*, *O Gorutuba* e *A Voz do Povo*. Também utilizou a tipografia local para confeccionar convites, panfletos e programações religiosas. Utilizou tudo que era mais moderno na época. Assim, como um pregador mudo, a publicação e a circulação desses materiais tornaram-se importantes propagadores de ideias e serviu de instrumento de educação, de controle e de domínio sobre a população.

O Grupo Escolar e o Estado procuraram assegurar a responsabilidade em formar os corpos e fortalecer suas ações sobre o preparo físico. Crianças e juventude foram educados, higienizados, moldados e disciplinados por estas duas instituições. A disciplina procurou docilizar os corpos para melhor serem aproveitados pelo projeto do governo brasileiro, que buscou formar um novo brasileiro. Esse processo também abarcou as mulheres, pois nele estava presente a representação de uma mulher delicada e materna que deveria cuidar da sua saúde para que pudesse cumprir o seu propósito: gerar, criar seus filhos e contribuir para uma formação de homens fortes e saudáveis para o engrandecimento da raça e da Pátria.

A Igreja Católica também fez uma interpretação do esporte e se propôs a participar diretamente da atuação, disciplinamento e moldagem dos corpos. Segundo a Igreja, a vivência esportiva era proporcionadora da boa conduta cristã. O esporte e a Educação Física foram instrumentos de valores espirituais, ou seja, formaram uma prática cultural capaz de espiritualizar a dimensão física da criança e do jovem.

Nessa perspectiva, o corpo, submetido à ação modeladora dos poderes originários da família, do Estado e do Catolicismo, tomava contornos e caminhos que o conduziam e o edificavam sob o solo da moralidade. A partir da educação dispensada e da Educação Física foi almejada a formação de homens inteligentes, fortes, cívicos, disciplinados e dóceis para Porteirinha, para o norte de Minas Gerais e para o Brasil. Os discursos revelaram vestígios e nos permitiram decifrar as vivências cotidianas, a rede de sociabilidade, as posturas e os códigos compactuados. Corpos que falam, que energizam a alma e fortalecem a fé. Enfim, a concepção Sociedade Perfeita também se fez presente nos espaços esportivos e de lazer, como nas quadras, no pátio, nos campos, nos clubes e nas associações esportivas.

Ao concluir a apresentação dos resultados da investigação, explicita-se que a temática desenvolvida na tese é bastante atual e perene. Questões como Ensino Religioso nas escolas públicas, laicidade e influência da Igreja em diversos espaços chegam aos dias de hoje e, com bastante força, são discutidas nas câmaras legislativas, no senado e em lugares que se debate políticas educacionais. Deste modo, deixo um convite àqueles que queiram dar continuidade temporal ao presente estudo ou aprofundar alguma linha de análise proposta nesta tese.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

1º Livro de atas da Comissão Pró-Matriz da Paróquia de Porteirinha. Porteirinha/MG, 09 de outubro de 1941 a 20 de agosto de 1942.

2º Livro de atas da Comissão Pró-Matriz da Paróquia de Porteirinha. Porteirinha/MG, 1º de setembro de 1942 a 19 de janeiro de 1956.

1º Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia de Porteirinha. Porteirinha/MG, 30 de outubro de 1941 a 11 de setembro de 1949.

2º Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia de Porteirinha. Porteirinha/MG, 9 de outubro de 1949 a 3 de março de 1957.

3º Livro de atas do Centro do Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus da Paróquia de Porteirinha. Porteirinha/MG, 7 de abril de 1957 a 30 de abril de 1967.

ARQUIVO DO FÓRUM DE GRÃO MOGOL (AFGM). Cx. 1850 (2). *Transmite representação do vigário José Vitório de Souza*. Grão Mogol/MG, 1857.

_____. Cx. 1860 (1). *Autor: vigário José Vitório de Souza; réu: José Barbosa de Aguiar e Cunha*. Grão Mogol/MG, 1868.

_____. Cx. 1860 (1). *Autuação, Grão Mogol*. Grão Mogol/MG, 1866.

_____. Cx. 1860 (1). *Sumário de crime de responsabilidade contra o 1º tabelião João Avelino Peito*. Grão Mogol/MG, 1865.

A VERDADE. *A Educação Moral* (Papel do Pae de Família). Anno I. N. 25. Montes Claros/MG, 2 de dezembro de 1907a, p. 2-4.

_____. *Catecismo*. Anno I. N. 16. Montes Claros/MG, 28 de setembro de 1907b, p. 2.

_____. *Collegio da Immaculada Conceição*. Anno I, N. 20. Montes Claros/MG, 26 de outubro de 1907c, p. 4.

_____. *Collegio São Norberto*. Anno I, N. 20. Montes Claros/MG, 26 de outubro de 1907d, p. 3.

_____. *Glorias de Maria*. Anno I. N. 1. Montes Claros/MG, 1º de maio de 1907e, p. 2.

_____. *Missão do professorado mineiro*. Anno I. N. 16. Montes Claros/MG, 28 de setembro de 1907f, p. 2-5.

A VOZ DO POVO. Pe. Julião Arroyo Gallo. *O nosso apello "Pró-Matriz"*, Porteirinha/MG, 7 de março de 1942.

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. Pronunciamento sobre a Reforma do Ensino. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 18, p. 359, out. 1926.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). *Requerimento de Joaquim José de Sá, referente à sua provisão para o cargo de Guarda-Mor Substituto no Distrito de Gorutuba e Capela de Santana da Serra Branca, Termo de Minas Novas*. SG-CX. 47-Doc. 52. Secretaria do Governo da Capitania (Seção Colonial). Capitania de Minas Gerais, Vila Rica, 1800.

_____. *Dermeval José Pimenta em visita à região de Porteirinha*. Recepção de Dermeval José Pimenta pelos alunos do Grupo Escolar de Porteirinha. 1 fotografia, Belo Horizonte, 1943.

BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. *Carta da Provincia de Minas Geraes*. Vila Rica, 1862. Disponível em: <<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/20155>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CAMINHA, Pero Vaz de. [carta]. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1500. Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rey D. Manuel. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

CAMPOS, Francisco. [carta]. Rio de Janeiro, abr. 1931. Carta ao Presidente Getúlio Vargas. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Arquivo Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

CAPANEMA, Gustavo. [carta]. Rio de Janeiro, 21 jul. 1939. Carta de Capanema a Alceu Amoroso Lima. FGV/CPDOC. Arquivo Gustavo Capanema, Rio de Janeiro.

_____. [discurso]. Rio de Janeiro, 16 fev. 1937a. Discurso proferido no Conselho Nacional de Educação por ocasião do início dos trabalhos do Plano Nacional de Educação. FGV/CPDOC. Arquivo Gustavo Capanema, Rio de Janeiro.

_____. [discurso]. Rio de Janeiro, 2 dez. 1937b. Discurso pronunciado na comemoração do centenário do Colégio Pedro II. FGV/CPDOC. Arquivo Gustavo Capanema, Rio de Janeiro.

CIDADE MINEIRA. *Discurso de Cícero Dumont em Porteirinha*. Galeria de fotos, 2016. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.cidademineira.com.br/galeria_fotos.php>. Acesso em: 11 abr. 2016.

CIDADE MINEIRA. *Porteirinha*. Galeria de fotos, 2016. 1 fotografia. Disponível em: <http://www.cidademineira.com.br/galeria_fotos.php>. Acesso em: 10 abr. 2016.

COMARCA DE PORTEIRINHA. *Livro de lavratura dos termos de audiencia deste Juizo*. Porteirinha/MG, 24 de setembro de 1950.

CONGRESSO MINEIRO. *Mensagem do Presidente do Estado, Fernando de Mello Vianna, proferida na 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura do Congresso Mineiro*, em 14 de junho de 1925. Minas Geraes, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u309/000001.html>>. Acesso em: 8 set. 2016.

_____. *Mensagem do Presidente do Estado, Fernando de Mello Vianna, proferida na 4ª sessão ordinária da 9ª legislatura do Congresso Mineiro*, em 14 de julho de 1926. Minas

Geraes, Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u310/>>. Acesso em: 8 set. 2016.

CONGRESSO MINEIRO. *Mensagem do Presidente do Estado, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, proferida na 3ª sessão ordinária da 10ª legislatura do Congresso Mineiro*, em 1º de agosto de 1929. Minas Geraes, Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u313/>>. Acesso em: 8 set. 2016.

CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE MONTES CLAROS. *Acervo Fotográfico*. Missa campal em frente ao Forum na instalação da Comarca de Porteirinha. 1 fotografia, Montes Claros/MG, setembro de 1950a.

_____. *Acervo Fotográfico*. Autoridades política e religiosa na instalação da Comarca de Porteirinha. 1 fotografia, Montes Claros/MG, setembro de 1950b.

_____. Álbum de recortes de jornais. [*convite*]. Porteirinha/MG, 22 dez. 1953. Convida a todo povo para as solenidades do Jubileu de Prata da ordenação sacerdotal do Revmo padre, p. 225-226.

_____. [*cartão de lembrança*]. Lembrança da posse do 5º Bispo Diocesano de Montes Claros - Dom José Alves Trindade. Montes Claros/MG, 6 de outubro de 1956.

EPISCOPADO BRASILEIRO. *Carta pastoral do episcopado brasileiro ao clero e aos fieis de suas dioceses por ocasião do Centenario da Independencia*. Rio de Janeiro: Papelaria e Typografia Marques, Araujo & Companhia, 1922.

ESCOLA MISTA DO DISTRICTO DE PORTEIRINHA. *Livro de acta de exames e termo de promoções da escola mista do distrito de Porteirinha*. Grão Mogol/MG, 1929.

FLOR DO LÁCIO. *Impresso do Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros*. Montes Claros/MG, Fascículos n. 2/1943, n. 4/1944, n. 5/1945.

_____. *Impresso do Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros*. Montes Claros/MG, Fascículos n. 1957.

FOLHA DO NORTE. *A Actuação de M. Claros na Revolução*. Anno I. N. 38. Montes Claros/MG, 17 de outubro de 1930a, p. 2.

_____. *A emancipação da mulher*. Anno I. N. 30. Montes Claros/MG, 12 de agosto de 1930b, p. 3.

_____. *Semana Santa*. Anno I. N. 14. Montes Claros/MG, 20 de abril de 1930c, p. 1-2.

FONSECA, Altivo de Assis. [*convite*]. Porteirinha/MG, 1942. Grupo de escoteiros na cidade.

_____. [*convite*]. Porteirinha/MG, 1941. Ao povo de Porteirinha para homenagear o vigário Padre Julião Arroyo Gallo.

_____. *Álbum de fotografias*. O carnaval e o samba. Porteirinha/MG, 1939.

GALLO, Julião Arroyo. *Álbum de fotografias*. Procissão do Jesus Crucificado. 1 fotografia, Porteirinha/MG, abril de 1940b.

_____. *Álbum de fotografias*. Desfile 7 de setembro de 1942. 1 fotografia, Porteirinha/MG, janeiro de 1940a.

_____. *Álbum de fotografias*. Retiro Espiritual dos Padres da Diocese de Montes Claros. 1 fotografia, Porteirinha/MG, janeiro de 1944.

_____. *Álbum de fotografias*. Coroação de Nossa Senhora em Porteirinha. 1 fotografia, Porteirinha/MG, [entre 1950 e 1970].

_____. *Álbum de fotografias*. Catechismo. Porteirinha/MG, 1945.

_____. *Álbum de fotografias*. Primeira Comunhão. 1 fotografia, Porteirinha/MG, setembro de 1952a.

_____. *Álbum de fotografias*. Primeira Comunhão dos alunos do Grupo Escolar. 1 fotografia, Porteirinha/MG, setembro de 1952b.

_____. *Álbum de fotografias*. Desfile 7 de setembro de 1955. 1 fotografia, Porteirinha/MG, setembro de 1955.

_____. *Álbum de fotografias*. Pia União das Filhas de Maria de Porteirinha. 1 fotografia, Porteirinha/MG, abril de 1956a.

_____. *Álbum de recortes de jornais*. Aos meus Paroquianos. Porteirinha/MG, 7 de outubro de 1941.

_____. *Álbum de recortes de jornais*. [convite]. Porteirinha/MG, 6 jan. 1956b. Convida aos paroquianos para assistirem uma série de ações na Igreja.

_____. *Álbum de recortes de jornais*. Discurso na posse do prefeito Anísio A. Santos. Porteirinha/MG, abril de 1947a.

_____. *Álbum de recortes de jornais*. Esportes em Porteirinha. Porteirinha/MG, 17 de dezembro de 1942.

_____. *Álbum de recortes de jornais*. Porteirinha/MG, 23 mai. 1947b. Ao Povo da Paróquia de Porteirinha - Campanha pró-Matriz Paroquial.

_____. *Álbum de recortes de jornais*. O Brasil Novo. Porteirinha/MG, 10 de setembro de 1944c.

_____. *Álbum de recortes de jornais*. Brasil e educação. Porteirinha/MG, 25 de março de 1952.

_____. [Carta]. Porteirinha/MG, 30 jan. 1956c. Carta ao Revmo. Sr. Mons. Gustavo Ferreira de Souza encaminhando o *Curriculum Vitae*.

GAZETA DO NORTE. *A carestia da vida em Montes Claros*. N. 62. Montes Claros/MG, 27 de março de 1919, p. 1.

_____. *Carnaval*. N. 851. Montes Claros/MG, 18 de fevereiro de 1933, p. 1.

GAZETA DO NORTE. *O Estado Novo e a realidade nacional*. N. 1138. Montes Claros/MG, 3 de novembro de 1938, p. 1.

_____. *Porteirinha*. N. 1248. Montes Claros/MG, 15 de fevereiro de 1941a, p. 1.

_____. *Religiosas*. N. 1261. Montes Claros/MG, 17 de maio de 1941b, p. 2-4.

_____. *Educação Física Feminina*. Montes Claros/MG, 20 de fevereiro de 1943a, p. 5.

_____. *O futebol*. Montes Claros/MG, 21 de setembro de 1943b, p. 4.

_____. *Visita do Dr. Dermeval José Pimenta, Secretário da Viação, aos municípios Norte Mineiros*. N. 1399. Montes Claros/MG, 6 de julho de 1943c, p. 4.

_____. *A cruz do padre*. N. 1547. Montes Claros/MG, 22 de novembro de 1944a, p. 1.

_____. *A importância da Educação Física para a mulher*. Montes Claros/MG, 7 de dezembro de 1944b, p. 4.

_____. *Ensino Religioso*. N. 1483. Montes Claros/MG, 2 de abril de 1944c, p. 3.

_____. *Gorutuba*. N. 1450. Montes Claros/MG, 6 de janeiro de 1944d, p. 1-2.

_____. *Maio no Brasil*. N. 1502. Montes Claros/MG, 18 de maio de 1944e, p. 5.

_____. *Necessidade do estudo da Religião*. N. 1466. Montes Claros/MG, 9 de março de 1944f, p. 4.

_____. *Notas de Formatura*. N. 1560. Montes Claros/MG, 7 de dezembro de 1944g, p. 3.

_____. *Ler, mas ler bons livros*. N. 1487, Seção Vida Católica pelo Pe. Osmar Novais. Montes Claros/MG, 16 de abril de 1944h, p. 3.

_____. *O aniversário do Presidente Vargas*. N. 1489. Montes Claros/MG, 20 de abril de 1944i, p. 6.

_____. *Terço em família*. N. 1455. Montes Claros/MG, 20 de fevereiro de 1944j, p. 3.

_____. *Conferências de Pedagogia Catequética para Professoras*. N. 1587. Montes Claros/MG, 15 de abril de 1945a, p. 4.

_____. *A maior necessidade*. N. 1588. Montes Claros/MG, 22 de abril de 1945b, p. 4.

_____. *A palavra do episcopado brasileiro sobre os graves problemas atuais*. N. 1587. Montes Claros/MG, 24 de maio de 1945c, p. 3-7.

GAZETA DO NORTE. *O esporte é um meio de aperfeiçoar o homem*. Coluna Vida Católica. N. 1618. Montes Claros/MG, 30 de agosto de 1945d, p. 3.

_____. *Santos Reis*. N. 1651. Montes Claros/MG, 6 de janeiro de 1946, p. 1.

_____. *A Igreja e sua cooperação á administração publica*. N. 1094. Montes Claros, 27 de junho de 1948a, p. 1.

_____. *Associação “Antonio Figueiras”*. N. 1422. Montes Claros/MG, 30 de setembro de 1948b, p. 2.

_____. *D. Antonio de Moraes Júnior*. N. 1150. Montes Claros/MG, 3 de fevereiro de 1949a, p. 1-4.

_____. *Colégio “Imaculada Conceição”*. Montes Claros/MG, 31 de dezembro de 1949b, p. 4.

GRÃO MOGOL/MG. Decreto n. 137, de 14 de agosto de 1930. Aprova o regulamento que autoriza a divisão por lotes no distrito de São Joaquim da Porteirinha. *Livro 2 - Leis e decretos municipais* (1929-1934). Grão Mogol/MG, 14 de agosto de 1930.

_____. Decreto n. 151, de 12 de novembro de 1932. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1933. Livro 1 - *Leis e decretos municipais*. Grão Mogol/MG, 12 de novembro de 1932, p. 22v.

_____. Decreto n. 166, de 15 de janeiro de 1934. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1934. Livro 1 - *Leis e decretos municipais*. Grão Mogol/MG, 15 de janeiro de 1934, p. 43.

_____. Decreto n. 225, de 31 de dezembro de 1935. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1936. Livro 3 - *Leis e decretos municipais*. Grão Mogol/MG, 31 de dezembro de 1935.

GRAVATÁ, Hélio. Contribuição Bibliográfica para a História de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. 27. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, dez. 1976, p. 173-180.

GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. *Boletins Mensais dos registros escolares do Grupo Escolar João Alcântara*. Porteirinha/MG, 1944 a 1955.

_____. *Livro de atas das reuniões das professoras do Grupo Escolar João Alcântara*. Porteirinha/MG, 1956.

_____. *Livro de atas das reuniões das professôras do Grupo Escolar “João Alcântara”*. Porteirinha/MG, 22/03/1956 a 06/05/1961.

_____. *Livro de atas de exames, termos de promoções, de instalação da escola desta cidade e dos termos de visitas dos srs. Assistentes Técnicos*. Porteirinha/MG, 1946.

GRUPO ESCOLAR JOÃO ALCÂNTARA. *Livro de atas de exames, termos de promoções, de instalação da escola desta cidade e dos termos de visitas dos srs. Assistentes Técnicos*. Porteirinha/MG, 01/02/1946 a 16/07/1954.

JORNAL DE PORTEIRINHA. *Enthronisação da Imagem de Jesus Crucificado no Grupo Escolar*. Porteirinha/MG, 7 de maio de 1940, p. 2.

_____. *A escola deve educar para vida física, intelectual e religiosa* (Coluna Religiosa). Porteirinha/MG, 30 de abril de 1941a, p. 3.

_____. *Escola de Educação*. Julião Arroyo Gallo. Porteirinha/MG, 1941b, p. 2.

_____. *Não basta ser católico por tradição!* (Coluna Religiosa). Porteirinha/MG, 20 de maio de 1944, s/p.

_____. *A Igreja e o Brasil* (Coluna Religiosa), Julião Arroyo Gallo. Porteirinha/MG, 30 de março de 1947a, p. 2.

_____. *Mensagem aos paroquianos*. Porteirinha/MG, 1947b, p. 5.

_____. *Programa de instalação da Comarca de Porteirinha*. Porteirinha/MG, 24 de setembro de 1950, p. 1.

_____. *Formatura do primário*. Porteirinha/MG, 15 de dezembro de 1958, p. 2.

JORNAL MONTES CLAROS. *Collegio da Immaculada Conceição*. Montes Claros/MG, 10 de maio de 1928, p. 3.

JORNAL O LIBERTADOR. *Porteirinha em Revista*. Montes Claros/MG, agosto de 1948.

LEÃO XIII, Papa. *Carta Encíclica Immortale Dei* (Sobre a Constituição Cristã dos Estados). Vaticano/Santa Sé, Roma/Itália, 1º de novembro de 1885. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/it/encyclicals.index.html>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

LEME, Dom Sebastião. *Carta pastoral Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando os seus diocesanos*. Petrópolis: Vozes, 1916.

LIMA, Alceu Amoroso. *Carta dirigida ao Ministro Gustavo Capanema, em 16 de junho de 1935*. Arquivo GC/LIMA, A. Série b, doc.16. FGV/CPDOC.

Livro Caixa da Capela Senhora Sant'Ana. Povoado de Serra Branca. Município de Porteirinha, 29 de setembro de 1954.

Livro Caixa da Paróquia São Joaquim. Município de Porteirinha, 10 de outubro de 1941.

Livro de atas da Pia União das Filhas de Maria da Paróquia de Porteirinha. Porteirinha/MG, 10 de outubro de 1951 a 19 de dezembro de 1966.

Livro do Tombo da Freguezia Santo Antonio de Padua de Riacho dos Machados. Riacho dos Machados, 02/02/1914 a 31/12/1953.

Livro do Tombo da Freguezia Santo Antonio de Padua de Riacho dos Machados. *Breve História de Riacho dos Machados*. 2 de fevereiro de 1914a, p. 3-6.

Livro do Tombo da Freguezia Santo Antonio de Padua de Riacho dos Machados. *Mensagem de Ricardo Alfredo Gnani* em fevereiro de 1925. Riacho dos Machados, 2 de fevereiro de 1914b, p. 43.

_____. Mandamento *Christi nomine invocato* em comemoração ao primeiro centenário da Independência do Brasil. Riacho dos Machados, 4 de junho de 1922, p. 33-33.

Livro do Tombo da Parochia de Santo Antonio de Grão-Mogol, 1910. *Carta Pastoral de Dom João Antônio Pimenta*, de 19 de março de 1912, p. 3-5.

Livro do Tombo da Parochia de Santo Antonio de Grão-Mogol, 1913.

Livro do Tombo da Parochia de Santo Antonio de Grão-Mogol, 20 de julho de 1904. *Carta Pastoral de Dom João Antonio Pimenta* de 25 de maio de 1911, p. 135-154v.

Livro do Tombo da Paróquia São Joaquim de Porteirinha, 01/11/1941 a 06/11/1953.

MANUAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA. 6. ed. São Paulo: Livraria Salesiana, 1943.

MANUAL DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO. 13. ed. Ytú/SP: Typographia do Apostolado, 1923.

MINAS GERAIS. Decreto n. 885, 30 de junho de 1937. *Cria um grupo escolar no distrito de Porteirinha, municipio de Grão Mogol*. Diário Oficial de Minas Gerais, Poder Executivo, Belo Horizonte, 30 jun. 1937, p. 217.

NAVARRO, João de Aspilcueta. [carta]. 24 junho de 1555. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, ano VI, 1901, p. 1159-1162.

_____. [carta]. 19 de setembro de 1553. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, ano VII, 1902, p. 549-594.

NEVES, Antonino da Silva. Chorographia do municipio de Rio Pardo. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, v. 13, 1908a, p. 365-381.

_____. Chorographia do municipio de Boa Vista do Tremendal - Estado de Minas Geraes. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Belo Horizonte, v. 13, 1908b, p. 220-276.

O GORUTUBA. *Ensino - Educação Moral*. Janaúba/MG, 26 de setembro de 1949, p. 2.

O HORIZONTE. *A sucessão presidencial*. Ano 8, N. 726. Paraíba, 19 de novembro de 1930, p. 1.

_____. *Para os catolicos vencerem*. Ano 10, N. 926. Paraíba, 24 de novembro de 1932, p. 1.

O OPERARIO. “*O Operario*” nos municípios - *Porteirinha*. Ano XVIII, N. 789. Montes Claros, 2 de fevereiro de 1948.

PARÓQUIA SÃO JOAQUIM. *Informatriz*: Informativo da Paróquia São Joaquim. Ano I. Edição 1. *Porteirinha/MG*, janeiro de 2015a.

PARÓQUIA SÃO JOAQUIM. *Informatriz*: Informativo da Paróquia São Joaquim. Ano I. Edição 3. *Porteirinha/MG*, julho de 2015b.

PIMENTA, João Antônio Pimenta. Carta Pastoral sobre o Jubileu do Anno Santo de 8 de abril de 1926. In: Livro do Tombo da Freguezia Santo Antonio de Padua de Riacho dos Machados, 2 de fevereiro de 1914.

PIO X, Papa. *Carta Encíclica E. Supremi Apostolatus* (Restaurar tudo em Cristo). Vaticano/Roma, 4 de outubro de 1903. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01091883_supremi-apostolatus-officio.html>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. *Carta Encíclica Acerbo Nimis* (Sobre o ensino do Catecismo). Vaticano/Santa Sé, Roma/Itália, 15 de abril de 1905. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-x/en/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_15041905_acerbo-nimis.html>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. *Carta Encíclica Casti Connubii* (Sobre o Matrimônio Cristão). Vaticano/Santa Sé, Roma/Itália, 31 de dezembro de 1930. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19301231_casti-connubii.html>. Acesso em: 11 out. 2015.

PIO XI, Papa. *Carta Encíclica Divini Illius Magistri* (Acerca da Educação Cristã da Juventude). Vaticano/Roma, 31 de dezembro de 1929. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html>. Acesso em: 11 out. 2015.

PIO XI, Papa. *Carta Encíclica Divinis Redemptoris* (Sobre o Comunismo ateu). Vaticano/Santa Sé, Roma/Itália, 19 de março de 1937. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html>. Acesso em: 14 out. 2015.

PIO XII, Papa. *Carta Encíclica Mystici Corporis* (O Corpo Místico de Jesus Cristo). Vaticano/Roma, 29 de junho de 1943. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. *Carta Encíclica Mediator Dei* (Sobre a Sagrada Liturgia). Vaticano/Santa Sé, Roma/Itália, 20 de novembro de 1947. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20111947_mediator-dei.html>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Constituição Apostólica do papa Pio XII. *Munificentissimus Deus* - definição do dogma da Assunção de Nossa Senhora em corpo e alma ao céu. Vaticano/Santa Sé, Roma/Itália,

1º de novembro de 1950. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19501101_munificentissimus-deus.html>. Acesso em: 10 out. 2015.

PIO XII, Papa. *Sobre o Desporte e a Educação Física*. (Documentos Pontifícios). Petrópolis, São Paulo: Vozes, 1953.

PORTEIRINHA/MG. Decreto-Lei n. 2, de 16 de fevereiro de 1939. Baixa o *Código de Posturas do Município*. Livro n. 1 de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, 2 de janeiro de 1939a, p. 13.

_____. Decreto-Lei n. 37, de 8 de novembro de 1942. Dispõe sobre concessão de subvenções, contribuições e auxílios. Livro n. 1 de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, 2 de janeiro de 1939b, p. 189.

_____. Decreto-Lei n. 13, de 9 de dezembro de 1939. Abre à Prefeitura um Crédito Extraordinário da importância de 2:000\$000 destinado a socorrer os flagelados pela seca. Livro n. 1 de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, 14 de fevereiro de 1939c, p. 176.

_____. Decreto-lei n. 4, de 18 de fevereiro de 1939. Cria a Agência Municipal de Estatística. Livro n. 1 de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, 18 fevereiro 1939d, p. 139.

_____. Lei n. 261, de 3 de dezembro de junho de 1961. Abre créditos especiais. Livro n. 2 de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, 19 de julho de 1939e, p. 268.

_____. Prefeitura Municipal. Comissão de recepção da Embaixada do “Fogo Simbolico”, ano de 1944. In: GALLO, Julião Arroyo. *Álbum de recortes de jornais*. Porteirinha/MG, 1944, p. 196.

_____. Lei n. 27, de 25 de fevereiro de 1949. Dispõe de doação financeira à Associação Esportiva local. Livro n. 1 de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, 25 de fevereiro de 1949, p. 381.

_____. Lei n. 373, de 20 de junho de 1967. Abre créditos suplementares. Livro n. 2 de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha, 2 de janeiro 1958.

_____. Lei n. 461, de 7 de dezembro de 1973. Detalha os símbolos representados no brasão das armas de Porteirinha. Livro n. 2 de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Porteirinha.

_____. Prefeitura Municipal. Departamento de Cultura. *Dossiê de Tombamento da Capela de Santos Reis*. Porteirinha, março de 2002a.

_____. Prefeitura Municipal. Departamento de Cultura. *Dossiê de Tombamento das imagens dos três Reis Magos*. Porteirinha, março de 2002b.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. *Igreja de São José do Gortuba*. Porteirinha/MG, 2002c.

PORTEIRINHA/MG. Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Cultura e Patrimônio Cultural. *Dossiê de tombamento do acervo documental do Cartório de Paz e Registro Civil do distrito de Gorutuba – Porteirinha/MG*. Porteirinha, 2005.

SECRETARIA DE GOVERNO DA CAPITANIA DE MINAS. Requerimento de Joaquim José de Sá. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Vila Rica, 1800.

SIPS - Serviço de Inqueritos Politicos Sociais. *Ofício ao Exmo. Snr. Dr. Horacio Marinho Ferreira Paulino* (Grão Mogol), do Chefe de Policia, Filinto Müller, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1939.

TRINDADE, Dom José Alves. [carta]. Montes Claros/MG, 22 fev. 1967. Carta ao Cônego Julião Arroyo Gallo relatando sua gratidão pelos trabalhos desenvolvidos na paróquia. Cúria Arquidiocesana de Montes Claros.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. São Paulo: Itatiaia, 2000.

AGOSTINHO, Santo. *De Magistro*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *O livre-arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. *Confissões*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*. v. 8, Rio de Janeiro, 1995, p. 147-148.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A sedição de 1736: estudo comparativa entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

ÂNGELIS, Newton de. *Efemérides Riopardenses: 1698-1972* (Rio Pardo de Minas). Salinas/MG: R&S, 1998, 4 v.

ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

_____. Religiosidade e Educação segundo o Episcopado Brasileiro (1890-1922). In: OLIVEIRA, Terezinha (Org.). *Religiosidade e Educação na História*. Maringá/PR: Eduem, 2010.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. *Os soldados de Roma contra Moscou: a atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro* (Rio de Janeiro, 1922-1948). Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. *Dom Antônio dos Santos Cabral*. Disponível em: <<http://arquivo.arquidiocesebh.org.br/site/arquidiocese.php?id=147>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

ARQUIDIOCESE DE MONTES CLAROS. *História da Arquidiocese*. Disponível em: <<http://arquimoc.com/historia/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ASANO, Sandra Nui. Colégio Nossa Senhora das Dores e a formação de piedosas Filhas de Maria, dedicadas professoras e perfeitas esposas. *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação "História e memória da educação brasileira"*. Natal/RN, 3 a 6 de novembro de 2002.

AZEVEDO, Ferdinand. A inesperada trajetória do ultramontanismo no Brasil Império. *Perspectiva Teológica*. v. 20. n. 51. p. 201-218. Belo Horizonte: mai./ago., 1988.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: UnB, 1996.

AZZI, Riolando. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. XXXIV, fasc. 135, 1974, p. 646-662.

_____. Elementos para a história do Catolicismo Popular. *Revista Eclesiástica*. v. 36, fasc. 141. Março, 1976.

_____. A Igreja do Brasil na defesa dos Direitos Humanos. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 37, fasc. 145, mar. 1977a, p. 131.

_____. O Início da Restauração Católica no Brasil - 1920-1930, *Síntese - Rev. de Filosofia*, n. 10, v. 4. Belo Horizonte, setembro/dezembro, 1977b, p. 65-91.

_____. O Início da Restauração Católica no Brasil - 1920-1930 (II), *Síntese - Rev. de Filosofia*, n. 11, v. 4. Belo Horizonte, setembro/dezembro, 1977c, p. 73-101.

_____. O Fortalecimento da Restauração Católica no Brasil - 1930-1940, *Síntese - Rev. de Filosofia*, n. 17, v. 6. Belo Horizonte, 1979, p. 69-85.

_____. A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945), *Síntese - Rev. de Filosofia*, n. 19, v. 7, mai./ago., 1980, p. 49-71.

_____. *A crise da Cristandade e o projeto liberal: história do pensamento católico no Brasil*. v. 2. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. A Igreja e a República no Brasil. *Revista Vida Pastoral*, v. 146, n. 30, 1989a.

_____. D. Antônio de Macedo Costa e a Posição da Igreja do Brasil diante do Advento da República em 1889. *Síntese - Revista de Filosofia*, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. v. 16, n. 47. Belo Horizonte, 1989b, p. 45-69.

AZZI, Riolando. A Espiritualidade popular no Brasil: um enfoque histórico. *Revista Grande Sinal*. Petrópolis: Vozes, Ano XLVIII, 1994, p. 293-304.

_____. *História da educação católica no Brasil: os primórdios da obra de Champagnat no Brasil (1897-1922)*. v. 1. São Paulo: Secretariado Interprovincial Marista, 1999.

_____. *A Sé Primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia - período Imperial e Republicano*. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo - Terceira época (1930-1964)*. Tomo II. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira*. 9. ed. Aparecida: Santuário, 2011.

BAILYN, Bernard. *Education in the forming of American society*. Nova York: W. W. Norton, 1960.

BALDIN, Marco A. Dom Leme e a recristianização do Brasil: ensaio de interpretação. *Revista Brasileira de História das Religiões (ANPUH)*. Maringá/PR, v. 1, n. 3, 2009.

BARBOSA, Erivaldo Moreira; MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênese do direito do voto feminino no Brasil: uma análise jurídica, política e educacional. *Revista HISTEDBR Online*. Campinas, n. 45, março de 2012, p. 89-100.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Episódio da Guerra dos Emboabas e sua geografia*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.

BARROS, Vanda Terezinha Medeiros de. *A renovação educacional sob as bênçãos católicas: um estudo sobre a aliança Estado/Igreja em Minas Gerais (anos 1920-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BASSALOBRE, Janete Netto. Das promessas iluministas à servidão. *Educação em Revista*. v. 26. n. 3. Belo Horizonte, 2010, p. 443-448.

BASTIDE, Roger. Religion and the Church in Brazil. SMITH, T. L.; MARCHANT, A. *Brazil: Portrait of half a Continent*. New York: The Dryden Press, 1951.

BENEDETTI, Luiz Roberto. *Os santos nômades e o Deus estabelecido*. São Paulo: Paulinas, 1983.

BEOZZO, José Oscar. Igreja Católica e liberdade religiosa nas constituintes do Brasil. *Vida Pastoral*, v. 128, n. 27, 1986.

_____. *Igreja e Estado no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 37. Petrópolis, 1977.

BÍBLIA SAGRADA - Edição Pastoral. 34. ed. São Paulo: Paulus, 1990.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BIEBER, Judy. O sertão mineiro como espaço político (1831-1850). *Revista Estudos*. v. 29 (Especial), 2002, p. 373-394.

BILAC, Olavo. *Poesias Infantis*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/LiteraturaInfantil/Poesias%20Infantis/Pi01.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOLLIN, Antonio; GASPARINI, Francesco. *A catequese na vida da Igreja: notas de história*. São Paulo: Paulinas, 1998.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BORGES, Kátia Franciele Corrêa. *Santa, esposa-mãe e professora: Revista Flor do Lácio e educação de mulheres no Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros (1943-1957)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros/MG, 2011.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOTELHO, Tarcísio. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BRASIL. *Decreto n. 119-A*, de 7 de janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1890. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. *Constituição (1937)*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. *Decreto-lei n. 8.529*, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Primário. Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRAZIL. *Constituição (1824)*. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1824. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRAZIL. *Lei Geral da Instrução Pública de 15 de outubro de 1827*. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Imperio. Biblioteca Digital da Câmara. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

_____. *Decreto de 7 de agosto de 1832*. Crêa cadeiras de primeiras letras para meninos em diversas povoações da Provincia de Minas Geraes. Colleção de Leis do Império do Brasil. v. 1, p. 44, pt. I, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

BRUNEAU, Thomas. *O Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

_____. *Religião e politização no Brasil - A Igreja e o Regime Autoritário*. São Paulo: Loyola, 1979.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.

CAMPOS, Judas Tadeu de. Festas juninas na escola: lições de preconceitos. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 99, mai./ago. 2007, p. 589-606.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros*. “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” - 1693-1737. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARDOSO, José Maria Alves. *A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 1996.

CARNEIRO, Elizabete Barbosa. *Da Bélgica a Montes Claros: Memória das Irmãs do Sagrado Coração de Maria e a Construção do espaço feminino na cidade - História e memória do espaço feminino em Montes Claros*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2003.

_____. *As Irmãs do Sagrado Coração de Maria e a construção do ideal feminino em Montes Claros*. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina/PR, 2005.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. História/historiografia da educação e inovação metodológica: fontes e perspectivas. In: COSTA, Célio Juvenal Costa; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. *Fontes e métodos em história da educação*. Dourados/MS: UFGD, 2010, p. 79-110.

CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Educação, Religião e República: repercussões dos debates entre Católicos e Republicanos no Triângulo Mineiro-MG (1892-1931). *Revista História da Educação*. Porto Alegre, v. 10, n. 19, jan./jun., 2006, p. 59-88.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas - O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARVALHO, Vailton L. *História do Rio São Francisco*. Salvador: Seplanteq, 1991.

CASASANTA, Mario. Discurso do paraninfo às diplomadas do Colégio Sagrado Coração de Maria, da Capital. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte, n. 78, p. 18-19, dez. 1932.

CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL (CERIS). *Anuário Católico do Brasil*. Departamento de Estatística. Rio de Janeiro, 1965.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2001.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das Ideias Políticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Culturas, conquistas e ocupação na América Portuguesa. *Estudos de História*, Franca/SP, v. 13, n. 1, p. 209-231, 2006.

_____. *Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo* (Minas Gerais, 1833-1872). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRAT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997.

COLÉGIO BERLAAR IMACULADA CONCEIÇÃO. *Hino do Colégio Imaculada Conceição*. Disponível em <<http://www.imaculadamoc.com.br/index.php/imaculada/historia>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORBIN, Alain. A influência da religião. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Antônio de Macedo. *Cadernos de História da Igreja no Brasil - 1830-1891*. São Paulo: Loyola, 1982.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais - com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

COSTA FILHO, Adeval. *Os Gorutubanos: territorialização, produção de sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Abril, 2010, 2 v.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e Religiões: a descolonização religiosa da escola pública*. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

_____. Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre Igreja e Estado no Brasil. *Educação em Revista*. v. 8, n. 17. Belo Horizonte, jun., 1993. p. 20-37.

DALBEN, André; SOARES, Carmen Lúcia. A revista Vida e Saúde: modos de olhar e educar o corpo feminino e suas páginas (1940-1950). *Pensar a Prática*. v. 11. n. 3, Goiânia, set./dez., 2008, p. 239-250.

DAYREL, Carlos Alberto. *Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agrossistemas tradicionais*. Dissertação (Mestrado em Agroecologia), Universidade Internacional de Andalúcia, Servilha/Espanha, 1998.

DELLA CAVA, Ralfh. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil 1922-1933*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

DOM BOSCO. *O jovem instruído*. São Paulo: Salesiana, 1948.

DOM JOÃO III. Regimento de 1549. In: RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (Orgs.). *A fundação do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1992.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. *Dicionário de Filosofia*. Campinas: Papyrus, 1993.

ENCICLOPEDIA FILOSOFICA. *Centro di Studi Filosofici di Gallarate*. v. VIII. Roma/Italia: Stampa Romagraf, 1979.

ESTEVES, Manoel. *Grão Mogol*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1961.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. (Org.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

FERNANDES, Paulo César da Conceição. *Origens do Espiritismo no Brasil: Razão, Cultura e Resistência no Início de uma Experiência (1850-1914)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo/RS: UPF, 1996.

FRAGA, Gerson Wasen. *Branços e Vermelhos: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do Jornal Correio do Povo (1936-1939)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875). In: HAUCK, João Fagundes. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época - A Igreja no Brasil no século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1980.

FRATERNIDADE SACERDOTAL SÃO PIO X (FSSPX). *A Cruzada Eucarística*. Disponível em: <<http://fsspx.org/pt/cruzada-eucar%C3%ADstica>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

FREITAS, Mário Martins de. *O município de Grão Mogol - estudo geológico, mineralógico, histórico, econômico e social*. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1957.

FREITAS, Norma Sueli Semião. *Os "Soldados de Cristo": Igreja e migração para a Amazônia em tempos de guerra (1942-1943)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2004.

GASPAR, Maurício Marcel. *30 anos de apostolado no Brasil: pelos premonstratenses do Parc*. Tradução Dom Geraldo Magela de Castro. Montes Claros/MG: Unimontes, 2011.

GEOMINAS/UFV. *Municípios da mesorregião norte de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.ide.ufv.br/geominas/srv/br/main.home>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

GIORGIO, Michela. O modelo Católico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. v. 4. Porto/Portugal: Afrontamento; São Paulo/Brasil: Ebradil, 1991. p. 199-237.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Ijuí/RS: Unijuí, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Educação Não-Formal na pedagogia social*. In: Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2006. Anais eletrônicos. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, abril de 2006.

GOLDIM, José Roberto. *Eugenia*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

GOMES, Joaquim Ferreira. A quem compete a missão de educar segundo a Encíclica *Divini Illius Magistri* de Pio XI (1929). *Revista História das Ideias*. v. 22. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra/Portugal, 2001, p. 419-423.

GONÇALVES, José Edler. *Nós, do Furado Sujo*. Belo Horizonte: Mazza, 1996.

HAUCK, João Fagundes. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: Segunda época - A Igreja no Brasil no século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1980.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II. Petrópolis: Vozes, 1979.

HORTA, José Silvério Baia. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. *Gustavo Capanema*. Coleção Educadores MEC. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano VII - 1946. Rio de Janeiro, 1947.

_____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. v. XXVI. Rio de Janeiro, 1959.

_____. IBGE Cidades. *Grão Mogol*. Rio de Janeiro, 2016a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/grao-mogol/panorama>>. Acesso em: 16 set. 2017.

_____. IBGE Cidades. *Matias Cardoso*. Rio de Janeiro, 2016b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/matias-cardoso/panorama>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil de 1º de setembro de 1940*. Série Regional - Minas Gerais, Tomo 1. Censo Demográfico, população e habitação. Rio de Janeiro, 1950.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil de 1º de setembro de 1940*. Série Regional - Minas Gerais, Tomo 2. Censo Demográfico - População. Rio de Janeiro, 1950.

JEDIN, Hubert. *Concílios ecumênicos: história e doutrina*. São Paulo: Herder, 1961.

JESUS, Alysson Luyiz Freitas de. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais - 1830-1888*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

JUNQUEIRA, Lígia de Souza. *A educação como propagadora e mantenedora da fé: representações das práticas educativas religiosas nos Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira do município de Juiz de Fora (1945-1960)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei/MG, 2010.

KAISER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, Pierre (Org.). *A Geografia Ativa*. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973, p. 279-321.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Loyola, 2013.

KARDEC, Allan. *O que é o Espiritismo - Introdução ao conhecimento do mundo invisível, pelas manifestações dos espíritos*. 56. ed. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 2013.

KLEIN, Herbert. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KNOWLES, David; OBOLENSKY, Dimitri. *Nova história da Igreja: a Idade Média*. v. II. Petrópolis: Vozes, 1983.

LEERS, Bernardino. *Catolicismo Popular e Mundo Rural*. Petrópolis: Vozes, 1977.

LEFEBVRE, Georges. *1789, o Surgimento da Revolução Francesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1986.

LIMA, Geraldo Gonçalves de; GATTI JÚNIOR, Décio. A atuação da Congregação do Sagrado Coração de Maria de Berlaar em Minas Gerais, Brasil (1907-1971): apontamentos históricos e histográficos da Educação a partir de arquivos e fontes. *Educação e Filosofia*, v. 30, n. 59, p. 23-52, jan./jun., 2016.

LIMA, Janilson Rodrigues. *Em defesa da fé e da família: intelectualidade católica e as estratégias para o restabelecimento de um padrão comportamental em Fortaleza (1936-1941)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964-1968)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2013.

LINS, Wilson. *O médio São Francisco - uma sociedade de pastores e guerreiros*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Perspectivas históricas da Educação*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443-481.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A presença da Igreja no Brasil: história e problemas*. 1500-1968. São Paulo: Giro, 1977.

_____. Fundamentalismo: uma gestão autoritária do sagrado. *Vida Pastoral*, v. 176, n. 35, 1994.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

MAIA, Pedro Américo. *O Apostolado da Oração no Brasil (1871-1993)*. São Paulo: Loyola, 1994.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1885)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo: Unesp, 1996.

MARCHI, Euclides. Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. *História: Questões & Debates*. Curitiba, v.10, n. 18-19, p. 213-259, jun./dez, 1989.

_____. Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro - 1915: há cem anos a construção de uma igreja. *Relegens Thréskeia estudos e pesquisa em religião*. Curitiba, v. 5, n. 1, 2016, p. 165-180.

MARINHO, José Antonio. História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Geraes. Rio de Janeiro: Tip. J.E.S. Cabral. *Revista do Arquivo Publico Mineiro*, 1844.

MARQUES, Ângela Cristina Borges. *Umbanda Sertaneja: cultura e religiosidade no sertão norte-mineiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MATA-MACHADO, Bernardo. *História do sertão noroeste de Minas Gerais: 1690-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas Gerais, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

_____. *Nossa História 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil - Tomo 2*. São Paulo: Paulinas, 2003.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEDEIROS, Euclides Antunes de; CORMINEIRO, Olívia Macedo Miranda. História, Memória e Literatura: o uso das fontes na reconstrução dos processos históricos vividos pelos sertanejos do Norte nos séculos XIX e XX. In: DA MATA, Sérgio Ricardo; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (Orgs.). *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto/MG: EDUFOP, 2009.

MESQUIDA, Peri. O processo político de restauração da Igreja: educação e os intelectuais orgânicos (1916-1940). *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n. 31, p. 31-40, set., 2008.

MELO, José Joaquim Pereira; SALINAS, Walmir Ruis. A Educação Agostiniana: princípios e aplicação. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 2, n. 2, jan./jun., 2013, p. 189-201.

MINAS GERAIS. *Constituição do Estado de Minas Gerais (1947)*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1947.

_____. *Divisões territoriais adotadas pela Administração Pública do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2001.

_____. *Mesorregiões de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

MANACORDA, Mário Alighiero. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1989.

MOREIRA, Hugo Fonseca. “*Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro*”: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MOURA, Laércio Dias de. *A Educação Católica no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MOURA, Odilão. *Idéias Católicas no Brasil: direções do pensamento católico do Brasil no século XX*. São Paulo: Convívio, 1978.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NEGROMONTE, Alvaro. *Manual de Religião*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1941.

_____. *Meu catecismo*. v. II. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. *Meu catecismo*. v. III. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Revista Educar*. Curitiba, UFPR, n. 31, p. 169-189, 2008.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Schola Mater: a antiga Escola de São Carlos 1911-1933*. São Carlos: EDUFSCar, 2002.

NUNES, Clarice. História da Educação: interrogando a prática do ensino e da pesquisa. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FHC/FUMEC, 2002.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. *O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

OLIVEIRA, Maria do Carmo de (Org.). *Escola Estadual João Alcântara 1912-2012 - há cem anos fazendo história*. Porteirinha: Grafiminas, 2012.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Palmyra Santos. *Montes Claros, Porteirinha e outros amores meus*. Belo Horizonte: O Lutador, 2016.

_____. *Porteirinha: memória histórica e genealogia*. Belo Horizonte: O Lutador, 2008.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. “A Pedagogia do Catecismo”, do Padre Álvaro Negromonte: um projeto de escolarização. *Revista de Educação Anec.*, Brasília, v. 40, n. 153, p. 51-66, jan./jun. 2017.

_____. Os manuais de catecismo como fontes para a história da educação. *Revista Roteiro*. Edição Especial. Joaçaba/SC: Unoesc, 2013, p. 67-88.

ORLANDO, Evelyn de Almeida; DANTAS, Maria José. Impressos, catolicismo e educação: uma estratégia de conformação do campo pedagógico. *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação “O ensino e a pesquisa em História da Educação”*. Aracaju, 9 a 12 de novembro de 2008.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, n. 103, p. 144-161, jul., 1998.

PASSOS, Mauro. A pedagogia catequética e o movimento educativo-religioso na Primeira República do Brasil (1889-1930): seus pressupostos e suas relações. *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 6 a 9 de novembro de 2000.

_____. Entre a fé e a lei: o pensamento educacional católico no período republicano (1889-1930). In: LOPES, Ana Amélia Borges Magalhães; GONÇALVES, Irlene Antonio; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

_____. A luz feita na sombra: as encruzilhadas do magistério na “Revista do Ensino” em Minas Gerais. *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 17 a 20 abril de 2006.

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros: sua história sua gente seus costumes*. Parte I, Coleção Sesquicentenária, v. 1. Montes Claros/MG: Unimontes, 2007.

PAULA, João Antônio de. *O Prometeu no sertão: economia e sociedade da capitania das Minas dos Matos Gerais*. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

PEDRO, Aquilino de. *Dicionário de termos religiosos e afins*. 6. ed. Aparecida: Santuário, 1994.

- PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. *Educação no Brasil: anos vinte*. São Paulo: Loyola, 1983.
- PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: ALMEIDA, Maria Ivete; PEREIRA, Anete Marília (Orgs.). *Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais*. Montes Claros/MG: Unimontes, 2004.
- PEREIRA, José Carlos. A linguagem do corpo na devoção popular do catolicismo. *Revista de Estudos da Religião*. PUC/SP, n. 3, 2003, p. 67-98.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor - Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros/MG: Unimontes, 2002.
- _____. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: Minas Gráfica Editora, 1979.
- _____. *Gorutuba: o padre e a bala de ouro*. Belo Horizonte: Barvalle, 1982.
- PRANDI, José Reginaldo. Catolicismo e família: transformação de uma ideologia. *Cadernos Cebrap*. São Paulo: 1975.
- QUEIRÓS, Eça de. *O crime do Padre Amaro*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil: 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REVISTA DO ENSINO. *A Escola Ativa e a Escola Cristã*. Ano VI, n. 78, Belo Horizonte, dez. 1932.
- REVISTA UNITAS. Revista Ecclesiastica da Archidiocese de Porto Alegre. Porto Alegre: Typographia do Centro, jan./fev., 1930, p. 51.
- REVISTA VIDA E SAÚDE. *Para meninos e meninas*. Santo André/SP, v. 3, n. 11, novembro de 1941, p. 16.
- RODRIGUES, Gefferson Ramos. *História e Igreja: os premonstratenses em Montes Claros*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros/MG, 2005.
- RODRIGUES, Luciene. *Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba - uma interpretação: 1970-1996*. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ROLIM, Luís Henrique; MAZO, Janice Zarpellon. A Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria em Porto Alegre (1938-1947): estudo sobre a participação dos clubes esportivos. *Movimento*. Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 11-33, out./dez., 2009.
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo, do Imperio do Brazil*. Tomo Primeiro. Pariz: J. P. Aillaud, 1845.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo* (1822). Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1975.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1974.

SAMARA, Eni de Mesquita de; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANCHIS, Pierre. *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

SANTIAGO, Luís Carlos Mendes. *O mandonismo mágico do sertão - Corpo fechado e violência política nos sertões da Bahia e de Minas Gerais (1856-1931)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros/MG, 2013.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização - Ultramontanismo - Reforma. *Temporalidades - Revista de História da UFMG*. Belo Horizonte, v. 2, n. 2, ago./dez., 2010, p. 24-33.

SANTO ROSARIO, Irmã Maria Regina do. *O Cardeal Leme*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SANTOS FILHO, João Dornas dos. *O Padroado e a Igreja brasileira*. São Paulo: Companhia Nacional, 1938.

SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1666-1732)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SAVIANI, Dermeval. A educação fora da escola. *Revista de Ciências da Educação*. Unisal, Ano XI, n. 20, Americana/SP, 2009, p. 17-27.

_____. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

_____. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SCHWARTZMAM, Simon. A política da Igreja e a Educação: o sentido de um pacto. *Religião e Sociedade*. v. 13, n. 1. Petrópolis: Vozes, março, 1986, p. 108-127.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas; Paz e Terra, 2000.

SCHWENGBER, Otmar Jacob. *Apostolado da Oração e MEJ em perguntas e respostas*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

SENNA, Nelson de. *Anuario de Minas Geraes*. v. 6, t. 2. Belo Horizonte: Minas Gerais, Imprensa Oficial, 1918.

SILVA, Caio Pedrosa da. *Soldados de Cristo Rey: representações da Cristera entre a historiografia e a literatura (México, 1930-2000)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e colonização na América Portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SILVA, Franscino Oliveira. *Sub Umbra Tuarum: história de criação e organização da Diocese de Montes Claros (1903-1943)*. Belo Horizonte: Fumarc, 2005.

_____. Limites na prática da missão religiosa: Charles Vincart, um caso emblemático. *Atualidade Teológica* - Revista do Departamento de Teologia da PUC-Rio. Ano XIV n. 34. Rio de Janeiro: jan./abr., 2010, p. 59-76.

_____. Sincretismo Religioso nos festejos do Catolicismo Norte-mineiro - uma abordagem. *Anais do XXVII Congresso Nacional de História*. Natal, 22 a 26 de julho de 2013.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Coleção Repertórios. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, Luciano Pereira da. *Em nome da modernidade: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926)*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, Marcos. A história e seus limites. *História & Perspectivas*, n. 6, 1992, p. 60-68.

SILVA, Maria de Fátima Santana. *A Pia União das Filhas de Maria da cidade de Goiana (1906-1920)*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

SILVA, René Marc da Costa. *Por onde o povo anda... A construção da identidade quilombola dos negros de Rio das Rãs*. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1967.

SKALINSKI JÚNIOR, Oriomar. *Alceu Amoroso Lima e a Renovação da Pedagogia Católica no Brasil (1928-1945): uma proposta de espírito católico e corpo secular*. Curitiba: CRV, 2015.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: Raízes Europeias e Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOLÁ, Maria Elisa Castellanos. *A história do norte-mineiro e as ruínas de Mocambinho/MG*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1991.

SOUZA, Ismara Izepe de. *Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção/reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro*. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. O nome do Brasil. *Revista de História, USP*. n. 145, São Paulo, 2001, p. 61-86.

_____. *Reis negros no Brasil escravista: história da coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SOUZA, Rogério Luiz de. A Igreja Católica no processo de Nacionalização. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (Orgs.). *Faces do Catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, Rita de Cássia de. A Revista do Ensino e a disciplina escolar em Minas Gerais (1925-1930). In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

STEIL, Carlos Alberto. *O sertão das romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa/BA*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SUCHODOLSKI, Bogdan. *A Pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas: a Pedagogia da Essência e a Pedagogia da Existência*. São Paulo: Centauro, 2002.

TABORDA, Francisco. Inculturação: reflexões a propósito da exortação apostólica pós-sinodal *vita consecrata*. *Convergência - Rev. da Conferência dos Religiosos do Brasil*. n. 293. Ano XXXI. São Paulo: junho, 1996.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. v. 1. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1963.

VARGAS, Getúlio. Mensagem ao Cardeal Eugênio Pacelli. *Revista do Clero*, Rio de Janeiro, nov. 1934, p. 347-348.

_____. Discurso no banquete oferecido pelas classes armadas em 2 de janeiro de 1931. In: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938a.

_____. Discurso de posse na chefia do Governo Provisório em 3 de novembro de 1930. In: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938b.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais (1843-1927)*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VEIGA, Cynthia Greive. A Escola Nova: A invenção de Tempos, Espaços e Sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs.). *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000, p. 48-65.

VELOSO, Geisa Magela. *A missão “desanalfabetizadora” do Jornal Gazeta do Norte, em Montes Claros (1918-1938)*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VIANA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Companhia Nacional, 1935.

VIANA, Urbino. *Monographia do municipio de Montes Claros: breves apontamentos historicos, geographicos e descriptivos*. Imprensa Official do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1916.

VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses (1707-1962)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1964.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Matheus Machado. A mulher e a família nas práticas discursivas de Dom Antônio Mazzarotto: primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa/PR. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 30, p. 757-774, abr./jun., 2013.

VILAR, Pierre. História Marxista, História em construção. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: Novos Problemas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa contra a Igreja: da razão ao ser supremo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; METZLER, Ana Maria Carvalho. Missão evangelizadora: mediações da prática esportiva. *Revista História da Educação*, v. 14, n. 32, set./dez., 2010, p. 199-219.

WIRTH, John D. *O fiel da Balança - Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

XAVIER, Libânia Nacif. Retrato de corpo inteiro do Brasil: a cultura brasileira por Fernando de Azevedo. *Revista Faculdade de Educação*. v. 24, n. 1. São Paulo: jan./jun., 1998.

_____. *O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

XAVIER, Maria do Carmo; MATOS, Maria do Carmo de; LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães. Educação e modernização: Mario Casasanta e a indissociabilidade entre ação política e renovação pedagógica. *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação "Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil"*. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 20 a 23 de maio de 2013.

WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987.